



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 640

Terça-feira - 21 de Dezembro de 2010

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Água Doce.....	1
Antônio Carlos .....	2
Arroio Trinta.....	2
Ascurra.....	3
Braço do Trombudo .....	40
Caçador.....	46
Campo Alegre .....	55
Canoinhas.....	60
Capinzal .....	60
Catanduvas.....	63
Chapadão do Lageado .....	65
Concórdia .....	66
Cordilheira Alta .....	71
Corupá .....	72
Ermo .....	73
Eral Velho .....	73
Fraiburgo.....	76
Garopaba.....	93
Gaspar .....	97
Guaramirim.....	99
Herval do Oeste .....	99
Imbituba .....	135
Iomerê .....	143
Irineópolis .....	149
Itapoá .....	151
Joaçaba.....	151
Luzerna .....	158
Massaranduba.....	160
Nova Trento .....	161
Pinheiro Preto .....	161
Porto Belo.....	162
Porto União.....	168
Rio do Sul.....	169
Santa Terezinha do Progresso .....	428
São Lourenço do Oeste.....	430
São Pedro de Alcântara.....	430
Timbó .....	437
Tunápolis.....	439
Turvo .....	457
Videira.....	458

### Consórcios

CISAM.....	459
------------	-----

## Água Doce

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto Nº 167/2010

DECRETO Nº 167/2010 - DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010

“DEFINE PAGAMENTO DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU, DA TAXA DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO E ISS DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI, Prefeita de Água Doce - SC. No uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e na forma do artigo 445 e seguintes da Lei Complementar nº 026/02 de 26/12/02 e demais normas legais aplicáveis a matéria:

#### DECRETA:

Art. 1º. As datas para pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU serão as seguintes:

Parcela Única:	10/03/2011
1ª Parcela:	10/03/2011
2ª Parcela:	11/04/2011
3ª Parcela:	10/05/2011

Parágrafo único: Para o pagamento em cota única será concedido um desconto de 10% (dez por cento).

Art. 2º. O valor mínimo do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU para o exercício de 2011 será de R\$ 30,00 (trinta reais).

Art. 3º. Para lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU dos imóveis localizados na rua Frei Almir, do Bairro Cohab, será aplicado o valor mínimo para o exercício de 2011.

Art. 4º. O pagamento da Taxa de Alvará de Funcionamento e do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS fixo para o exercício de 2011, terá vencimento em 10/03/2011.

Art. 5º. Para fazer face as despesas decorrentes com a execução do presente Decreto, serão usadas dotações próprias do Orçamento Municipal, vigente no exercício financeiro.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01/01/2011.

Art. 7º. Revogam - se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 16 de Dezembro de 2010.  
NELCI FÁTIMA TRENTA BORTOLINI  
Prefeita Municipal

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo  
Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Dantes Guilherme - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador  
Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800  
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br www.diariomunicipal.sc.gov.br

# Antônio Carlos

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Primeiro Termo Aditivo ao Contrato N.º 125/2010 EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato n.º 125/2010; Origem: Licitação nº 105/2009 - Concorrência; Contratante: Prefeitura Municipal de Antônio Carlos/SC; Contratada: SETEP Construções S.A; Objeto: Realização de serviços de Pavimentação Asfáltica, Drenagem e Sinalização, com fornecimento de material, da Rua Geral de Rachadel e Vila Doze - Antônio Carlos/SC, Estaca 0=PP a 146m e da Estaca 146=196 + 10m a 271 + 13m, numa extensão de 4,423 km; Valor do Contrato: R\$ 2.163.017,01 (dois milhões, cento e sessenta e três mil, dezessete reais e um centavo); Valor do Aditivo: R\$ 216.203,57 (duzentos e dezesseis mil, duzentos e três reais e cinquenta e sete centavos); Valor Total do contrato Aditivado: 2.379.220,58 (dois milhões, trezentos e setenta e nove mil, duzentos e vinte reais e cinquenta e oito centavos).

Antônio Carlos, 17 de Dezembro de 2010.  
GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

# Arroio Trinta

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Nº 1517, de 17/12/2010.

LEI Nº 1517, DE 17/12/2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Repassar Recursos Financeiros a título de subvenção, ao Hospital Beneficente São Roque de Arroio Trinta e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal de Arroio Trinta autorizado a auxiliar financeiramente o HOSPITAL BENEFICENTE SÃO ROQUE, com sede na Rua Francisco Nava, Município de Arroio Trinta - SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.830.083/0001-73, com a importância financeira de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§1º. Os recursos referidos no caput deste artigo deverão ser aplicados na aquisição de medicamentos, material médico-hospitalar, material de limpeza, pessoal e plantão médico.

§2º. Os recursos, a título de auxílio financeiro, de que trata o caput deste artigo, serão repassados em única parcela após publicação desta Lei.

§3º. O auxílio ficará vinculado à apresentação das Certidões Negativas: INSS e FGTS.

§4º. O Hospital fica obrigado a prestar contas do valor recebido na forma legal e exigências da Resolução TC 16/94, sob pena de não receber novos recursos.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

03 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
0301.10 SAÚDE

0301.10301 ATENÇÃO BÁSICA

0301.103011001 SAÚDE PARA TODOS

0301.103011001.2019 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SAÚDE

33500000 - 0102 Transferência a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos R\$ 5.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Arroio Trinta - SC, 17 de dezembro de 2010.

CLÁUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 17 de dezembro de 2010.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

### Lei Nº 1516, de 17/12/2010.

LEI Nº 1516, DE 17/12/2010.

Altera o Art. 2º da Lei Municipal nº 645 de 10/10/1996, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O art. 2º da Lei Municipal nº 645 de 10/10/1996 a qual Cria o Conselho de Alimentação Escolar passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O Conselho de Alimentação Escolar terá a seguinte composição:

I - Um representante indicado pelo Poder Executivo;

II - Dois representantes dentre as entidades de docentes, discentes ou trabalhadores na área de educação, indicados pelo respectivo órgão de classe, a serem escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, registrada em ata, sendo que um deles deverá ser representado pelos docentes e, ainda, os discentes só poderão ser indicados e eleitos quando forem maiores de 18 anos ou emancipados;

III - Dois representantes de pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associações de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembléia específica para tal fim, registrada em ata; e

IV - Dois representantes indicados por entidades civil organizadas, escolhidos em assembléia específica para tal fim, registrada em ata.

§1º. ( )

§2º. Os membros terão mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

§3º. ( )

§8º. ( )"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a Lei nº 838/2000.

Arroio Trinta - SC, 17 de dezembro de 2010.

CLÁUDIO SPRICIGO

Prefeito municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 17 de dezembro de 2010.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

### Lei Nº 1518, de 17/12/2010.

LEI Nº 1518, DE 17/12/2010.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a fazer Concessão Real de Uso de Área de Terras, e dá outras providências.

CLAUDIO SPRICIGO, Prefeito Municipal de Arroio Trinta - SC, no uso de suas atribuições legais, especialmente o Art.100, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal e demais normas pertinentes à matéria, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a fazer cessão real de uso com a EMPRESA SIP ESCAVAÇÕES LTDA, CNPJ 08.983.162/0001-07, atualmente situada na Rua Orlando Zardo, 22, Município de Arroio Trinta - SC.

Art. 2º A cessão real de uso será dos seguintes imóveis:

- Uma Área de 450,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) lote nº 34 e possui as seguintes confrontações: norte: com lote nº 33 da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, com distância de 30,00m; sul: com lote nº 35 da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, com distância de 30,00m; leste: com lote nº 38 da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, com distância de 15,00m, e oeste: com a Rua Fiorello Magro, com distância de 15,00m, centro, nesta Cidade de Arroio Trinta, cadastrado conforme matrícula nº 24.932, do Cartório de Registro de Imóveis de Videira - SC.

- Uma Área de 450,00m<sup>2</sup> (quatrocentos e cinquenta metros quadrados) lote nº 35 e possui as seguintes confrontações: norte: com lote nº 34 da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, com distância de 30,00m; sul: com lote nº 36 do Tercilio Friebel, com distância de 30,00m; leste: com lote nº 39 da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta, com distância de 15,00m, e oeste: com a Rua Fiorello Magro, com distância de 15,00m, centro, nesta Cidade de Arroio Trinta, cadastrado conforme matrícula nº 24.933, do Cartório de Registro de Imóveis de Videira - SC.

Art. 3º. A forma que será usado os imóveis, serão disciplinadas por Contrato de Cessão Real de Uso a ser celerado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a publicação desta lei.

Art. 4º. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam se as disposições em contrário

Arroio Trinta - SC, 17 de dezembro de 2010.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Esta lei foi publicada nesta Secretaria de Administração em 17 de dezembro de 2010.

NELSON CAMPAGNIN

Secretário Municipal de Administração

## Ascurra

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Decreto N.º 2182, de 30 de agosto de 2010.

DECRETO N.º 2182, de 30 de agosto de 2010.

Homologa Resultados Finais do Processo Seletivo referente ao Edital nº 04/2010.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologados os resultados finais do Processo Seletivo, referente ao Edital nº 004/2010, conforme quadro de classificação segue:

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL (991005)

Não houve classificados

CRECHEIRA (991002)

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
031	Vera de Lucia de Fátima Freitas	66.272.609-20	5,5	1º

SERVENTE (999001)

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
008	Salma Maria Gomes	453.754.299-34	7,5	1º
021	Marlene Martins Flor	769.620.679-68	5,5	2º

SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS

SERVENTE (999003)

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
002	Mauro Gomes de Oliveira	003.556.949-24	8,5	1º

MOTORISTA (985001)

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
018	Jhonata Caprali	053.517.929-40	7,0	1º

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

AUXILIAR DE ENFERMAGEM (72001)

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
025	Anderson Fabiano Glem-boski	028.239.049-99	7,0	1º
016	Milena Camila Moser	083.352.949-84	6,0	2º

## AGENTE COMUNITÁRIO (999082)

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
024	Osni Berkerdorf	534.553.049-15	8,5	1º

## MEDICO GERAL COMUNITÁRIO (999077)

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
009	Andre Mas-sashi Sunada	029.383.889-50	10,0	1º

## ENFERMEIRO PSF (999079)

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
026	Greice Roberta Beninca	058.898.629-04	9,0	1º
019	Eunice Manoela de Oliveira	936.271.309-87	7,00	2º
015	Ricardo Alexandre dos Reis Caetano	043.195.896-37	7,00	3º
023	Osmarilda de Souza Fiamoncini	698.956.009-68	6,5	4º
003	Adriano Olívio Fucht	010.466.709-56	5,0	5º

## ASSISTENTE SOCIAL (999083)

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
029	Daiane Mantonelli	036.694.349-92	7,0	1º
028	Iara Mantonelli	065.140.949-70	6,5	2º
013	Angela Claudino Junkes	701.898.629-04	5,5	3º

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 30 de agosto de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 30 de agosto de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**Decreto N.º 2191, de 19 de outubro de 2010.**

DECRETO N.º 2191, de 19 de outubro de 2010.

Homologa Resultados Finais do Processo Seletivo referente ao Edital nº 05/2010.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

## DECRETA:

Art. 1º - Ficam homologados os resultados finais do Processo Seletivo, referente ao Edital nº 005/2010, conforme quadro de classificação segue:

## SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

## ATENDENTE DE EDUCAÇÃO INFANTIL (991005)

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
019	Marileusa Sardagna Nasatto	552.412.719-53	7,0	1º
037	Ane Caroline Debarba	051.157.419-38	7,0	2º
017	Jackeline Pezzini	006.048.259-19	6,5	3º
031	Joseane Gomes do Amaral	041.141.739-86	6,5	4º
025	Lucimar Viviani Manfrini	883.809.819-15	6,0	5º
005	Cleide da Costa	034.476.529-69	5,5	6º

## CRECHEIRA (991002)

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
016	Priscila Rodrigues	070.263.869-21	8,0	1º
014	Larissa da Silva Costa	083.813.049-62	6,5	2º
011	Rosecler Aparecida Sevegnani	072.278.869-05	5,0	3º

## SERVENTE (999001)

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
001	Isabel Maria Crespi	702.379.649-53	8,0	1º
032	Rosana Maria Moretto Girardi	833.810.319-53	6,0	2º

SECRETARIA DE OBRAS, ESTRADAS E SERVIÇOS URBANOS  
CARGO: SERVENTE (999003)

NÃO HOUVE INSCRITOS

SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL  
CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL (72004)

NÃO HOUVE CLASSIFICADOS

## AUXILIAR DE ENFERMAGEM (72001)

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
004	Roseli Bonacolsi	073.359.259-75	6,0	1º
003	Márcia Po-benga	692.691.309-91	5,0	2º

## SERVENTE (991001)

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
036	Giorgia Antonielli Poffo	076.450.399-57	10,0	1º



**QUADRO DE PESSOAL DO PSF  
AGENTE COMUNITÁRIO (999082)**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
007	Neli Terezinha Coelho	379.670.969-91	8,5	1º
024	Arlene Maria Baifus	171.114.479-72	8,0	2º
039	Marileusa Moraes	038.395.499-14	7,5	3º
013	Bernardete Moser	511.403.069-87	7,0	4º
022	Jucileide Raimundo Paulino Fiamoncini	947.681.619-87	7,0	5º
010	Rubia Mara Ahrndt	020.564.489-98	7,0	6º

**AUXILIAR DE ENFERMAGEM (999080)**

INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
027	Sandra Maria Dias Zimath	853.904.299-15	8,0	1º
018	Joilce de Fátima Sales de Oliveira	059.391.769-33	5,0	2º

**CARGO: ATENDENTE DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO. (999081)  
NÃO HOUVE INSCRITOS**

Art. 2.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 19 de outubro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 19 de outubro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**Decreto N.º 2193, de 19 de outubro de 2010.**

DECRETO N.º 2193, de 19 de outubro de 2010.  
Concede Férias Coletivas

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art. 1.º - Será concedida 20 (vinte) dias de férias coletivas aos servidores da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Secretaria de Transportes e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social incluindo os servidores do Programa da Saúde da Família (PSF; PACS e NASF), no período de 20/12/2010 a 10/01/2011.

Parágrafo Único - Serão excluídos do período de férias previsto no Caput deste artigo os Servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social abaixo relacionados:

- I - A equipe do SAMU e 01 (um) motorista, com plantão 24 (vinte e quatro) horas;
- II - Farmácia Básica e Sala da Vacina, plantão das 8:00 horas as

14:00 horas com 1 (um) Farmacêutico (a), 01 (um) enfermeiro ou 01 (um) auxiliar de enfermagem;  
III - Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica plantão das 8:00 horas as 14:00 horas. (alterado pelo Decreto nº 2202, de 08/11/2010.)

Art. 2º - Serão concedidos 20 dias de férias coletivas aos servidores da Secretaria Municipal de Educação no período de 20/12/2010 a 10/01/2011:

- I - Lotados na área administrativa da Secretaria;
- II- Creches do Centro e Estação;
- III- Merendeiras e serventes da Educação

Parágrafo 1º - Serão concedidos 30 dias de férias coletivas aos motoristas da educação e aos zeladores do Pavilhão, lotados na Secretaria Municipal de Educação, no período de 20/12/2010 a 20/01/2011.

Parágrafo 2º - Será concedido 30 dias de férias coletivas aos Professores lotados na Secretaria Municipal de Educação, no período de 03/01/2011 a 01/02/2011

Art. 3.º - Ficam excluídos das férias coletivas mencionadas no art. 1.º os setores de: irrigação, coleta de lixo, limpeza urbana.

Art. 4.º - Não serão computados no cálculo do número de dias de férias, os dias 25/12/2010 e 01/01/2011 (Feriados Nacionais).

Art. 5.º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 22 de outubro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito em Municipal

Publicado o presente Decreto em, 22 de outubro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**Decreto N.º 2197, de 29 de outubro de 2010.**

DECRETO N.º 2197, de 29 de outubro de 2010.

Altera localização do Ponto de Taxi nº 12 - localizado na Rodovia BR 470 - Defronte ao posto Jonas, para a Rodovia BR 470, KM 91, Bairro Estação, em frente a empresa Alessandra das Graças Lopes Coral Nadin - Churrascaria Nadin 24 horas.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto n.º 130/72,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica alterada localização do Ponto de Taxi nº 12 - hoje localizado na Rodovia BR 470 - Defronte ao Posto Jonas, para a Rodovia BR 470, KM 91, Bairro Estação, em frente a empresa Alessandra das Graças Lopes Coral Nadin - Churrascaria Nadin 24 horas.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se a alínea "a" do Art. 1º do Decreto nº 668 de 12/03/1990.

Município de Ascurra em, 29 de outubro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Mural público, em 29 de outubro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**Decreto Nº 2175, de 03/08/2010**

DECRETO nº 2175, DE 03/08/2010

Declara de utilidade pública, as obras de canalização do Braço do Ribeirão São Paulo, situado no centro deste município de Ascurra, nas áreas compreendidas entre a Rua Dom Bosco e Rua Benjamin Constant, e Rua Benjamin Constant e Avenida Brasília, e dá outras providências.

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Ascurra/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002, e de acordo com os artigos 1º e 2º, inciso I alíneas a) e b) da Resolução CONAMA nº 369/06, e demais legislação aplicável, e:

CONSIDERANDO a necessidade de fomentar o adensamento urbano na zona central do Município de Ascurra, bem como a implantação da infra-estrutura necessária, de forma que as famílias possam instalar-se na porção central da cidade;

CONSIDERANDO que a Comissão especialmente formada para estudar a política de adensamento da área central do município apontou a existência de Ruas Públicas projetadas no cadastro imobiliário do Município, Ruas estas projetadas já na primeira planta da zona urbana deste município datado de 1919, bem como a existência destas vias inclusive nos títulos dominiais dos particulares que fazem limite com estas vias;

CONSIDERANDO, a existência de áreas no centro deste município, que são margeadas pelo Braço do Ribeirão São Paulo, ao longo do qual já não se verifica mais a existência de vegetação ciliar, eis que a urbanização da cidade fincou seus fundamentos rente a seu traçado;

CONSIDERANDO, que a parca vegetação constituída de gramíneas ainda existente em pontos isolados do braço do Ribeirão São Paulo, situados no centro deste Município, oportuniza a criação e proliferação de animais peçonhentos e insetos, bem como se configura em local para despejo de lixo e entulhos por terceiras pessoas, atraindo ainda mais insetos nocivos a saúde pública;

CONSIDERANDO que a canalização através de galerias da porção deste córrego no centro da cidade irá solucionar os problemas acima citados, bem como propiciará uma melhora estética e sanitária no município, motivos pelos quais o interesse público já se justifica;

**DECRETO:**

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, na forma prevista na parte final da alínea "a" e na alínea "b)" do Inciso I do artigo 2º da Resolução CONAMA nº 369/2006, as obras de canalização do Braço do Ribeirão São Paulo, situado no centro deste município de Ascurra, nas áreas compreendidas entre a Rua Dom Bosco e Rua Benjamin Constant, e Rua Benjamin Constant e Avenida Brasília;

Art. 2º - Os procedimentos necessários a emissão do licenciamento ambiental junto aos órgãos ambientais competentes, ficarão a cargo do engenheiro florestal deste município de Ascurra;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 03 de Agosto de 2010.

MOACIR POLIDORO  
Prefeito de Ascurra/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Ascurra/SC, 03 de agosto de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**Decreto Nº 2177, de 05 de agosto de 2010.**

DECRETO Nº 2177, de 05 de agosto de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, 14/12/2009.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$40.000,00 (quarenta mil Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

07.001 SECRET. DE TRANSP. e SERV. URBANOS  
15.452.0030.2016 Manut. Depto de Obras e Estradas de Rodagem  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
10000 Vínculo - Recursos Ordinário 40.000,00  
TOTAL 40.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

07.001 SECRET. DE TRANSP. e SERV. URBANOS  
15.452.0030.2016 Manut. Depto de Obras e Estradas de Rodagem  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3100000000000000 Pessoal e encargos Sociais  
3190000000000000 Aplicações Diretas  
10000 Vínculo - Recursos Ordinário 40.000,00  
TOTAL 40.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 05 de agosto de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado na forma regulamentar, 05 de agosto de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**Decreto Nº 2179, de 25 de agosto de 2010.**

DECRETO Nº 2179, de 25 de agosto de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1183, 25/08/2010.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$250.500,00 (duzentos e cinquenta mil e quinhentos mil Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

01.001 CAMARA DE VEREADORES  
001.031.0010.0001 MANUT. ENCARGOS INATIVOS E PENSION.  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
3190000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 6.500,00  
01.001 CAMARA DE VEREADORES  
001.301.0010.2001 MANUTENÇÃO ATIVIDADES LEGISLATIVAS  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
3190000000000000 Aplicações Diretas  
010000 Recursos Ordinários 14.000,00

03.001 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJ.  
 04.121.0100.2004 AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA  
 40000000000000 Despesas de Capital  
 46000000000000 Amortização da Dívida  
 46900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 50.000,00  
 07.001 SECRETARIA DE TRANSP. SERV. URBANOS  
 015.451.0030.1009 PAVIMENTAÇÃO E ABERTURA DE RUAS  
 40000000000000 Despesas de Capital  
 44000000000000 Investimentos  
 44900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 30.000,00  
 07.001 SECRETARIA DE TRANSP. SERV. URBANOS  
 015.452.0030.2016 MANUT. DEPTO. DE OBRAS E ESTR. ROD.  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 33000000000000 Outras Despesas Correntes  
 33900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 150.000,00  
 TOTAL 250.500,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
 012.364.0050.2012 APOIO A EDUCAÇÃO SUPERIOR/BOLSAS EST.  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 33000000000000 Outras Despesas Correntes  
 33900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 45.000,00  
 06.001 SECRETARIA DE AGRICULTURA, ABST. MEO A.  
 020.606.0090.2015 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 33000000000000 Outras Despesas Correntes  
 33900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 30.000,00  
 07.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERV. URB.  
 015.451.0030.1008 IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS  
 40000000000000 Despesas de Capital  
 44000000000000 Investimentos  
 44900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 25.000,00  
 07.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERV. URB.  
 015.451.0030.1012 MELHORAMENTO DA PATRULHA MECANIZADA  
 40000000000000 Despesas de Capital  
 44000000000000 Investimentos  
 44900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 53.000,00  
 07.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERV. URB.  
 017.512.0030.1010 IMPLANTAÇÃO SANEAMENTO BÁSICO E EST.  
 40000000000000 Despesas de Capital  
 44000000000000 Investimentos  
 44900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 40.000,00  
 08.001 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLE.  
 008.243.0110.2041 MAN. FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLE.  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 33000000000000 Outras Despesas Correntes  
 33900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 31.500,00  
 09.001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
 008.244.0080.2021 ATENDIM. A CRIANÇAS DE 0 A 6 ANOS  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 33000000000000 Outras Despesas Correntes  
 33900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 19.000,00  
 10.001 SECRETARIA MUNIC. DESENV. ECON. TURIS.

023.691.0025.1016 AQUISIÇÃO DE TERRENOS P/AREA INDUS-TRI.  
 40000000000000 Despesas de Capital  
 44000000000000 Investimentos  
 44900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 7.000,00  
 TOTAL 250.500,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 25 de agosto de 2010.  
 MOACIR POLIDORO  
 Prefeito Municipal

Publicado na forma regulamentar, 05 de agosto de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
 Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº 2180, de 25 de agosto de 2010.**

DECRETO Nº 2180, de 25 de agosto de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1184, 25/08/2010.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$217.000,00 (duzentos e dezessete mil Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 10.301.0070.2024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNC. DE SAÚDE  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
 31900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 117.000,00  
 05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 10.301.0070.2024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNC. DE SAÚDE  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 33000000000000 Outras Despesas Correntes  
 33710000000000 Transferências a Consórcios Públicos  
 010000 Recursos Ordinários 50.000,00  
 05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
 10.301.0070.2024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNC. DE SAÚDE  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 33000000000000 Outras Despesas Correntes  
 33900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 50.000,00  
 TOTAL 217.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

01.001 CAMARA DE VEREADORES  
 001.031.0010.1002 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS  
 40000000000000 Despesas de Capital  
 44000000000000 Investimentos  
 44900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 77.000,00  
 02.001 GABINETE DO PREFEITO  
 004.122.0020.1020 AQUISIÇÃO DE VEÍCULO GAB. PREF. E VICE  
 40000000000000 Despesas de Capital  
 44000000000000 Investimentos  
 44900000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 17.500,00  
 03.001 SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJ.

004.121.0100.0004 CONTRIBUIÇÃO AO PASEP  
 30000000000000 Despesas Correntes  
 3390000000000000 Outras Despesas Correntes  
 3390000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 10.000,00  
 03.001 SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO E PLANEJ.  
 004.121.0100.1004 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS  
 4000000000000000 Despesas de Capital  
 4400000000000000 Investimentos  
 4490000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 35.000,00  
 03.002 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO  
 016.482.0115.1041 CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES  
 4000000000000000 Despesas de Capital  
 4400000000000000 Investimentos  
 4490000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 30.000,00  
 04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
 012.361.0040.1006 CONSTRUÇÃO E REF. CENTROS ENS. FUND.  
 4000000000000000 Despesas de Capital  
 4400000000000000 Investimentos  
 4490000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 12.500,00  
 04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
 012.361.0040.1007 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS  
 4000000000000000 Despesas de Capital  
 4400000000000000 Investimentos  
 4490000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 35.000,00  
 TOTAL 217.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 28 de agosto de 2010.  
 MOACIR POLIDORO  
 Prefeito Municipal

Publicado na forma regulamentar, 25 de agosto de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
 Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº 2185, de 20 de setembro de 2010.**

DECRETO Nº 2185, de 20 de setembro de 2010.  
 Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1189, 20/09/2010.

#### **DECRETA:**

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$155.000,00 (cento e cinquenta e cinco mil Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

03.001 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJ.  
 004.121.0100.0002 JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA  
 3000000000000000 Despesas Correntes  
 3200000000000000 Juros e Encargos da Dívida  
 3290000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 15.000,00  
 07.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERV. URBANOS  
 015.452.0030.2016 Manut. Depto de Obras e Estradas de Rodagem  
 3000000000000000 Despesas Correntes  
 3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
 3390000000000000 Aplicações Diretas  
 012255 Transf. De Convênios do Estado 100.000,00  
 04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

012.361.0040.2011 MANUT. TRANSPORTE ESCOLAR (NUCLEADO)  
 3000000000000000 Despesas Correntes  
 3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
 3390000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 10.000,00  
 04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
 012.365.0040.2010 MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR  
 3000000000000000 Despesas Correntes  
 3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
 3390000000000000 Aplicações Diretas  
 010100 Recursos Ordinários 10.000,00  
 04.002 ESPORTE E CULTURA  
 027.812.0060.2008 MANUTENÇÃO ATIVIDADES ESPORTIVAS  
 3000000000000000 Despesas Correntes  
 3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
 3390000000000000 Aplicações Diretas  
 012454 Transf. De Convênios da União Outros 20.000,00  
 TOTAL 155.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
 012.361.0040.1007 AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS  
 4000000000000000 Despesas de Capital  
 4400000000000000 Investimentos  
 4490000000000000 Aplicações Diretas  
 012255 Transf. De Convênios do Estado 100.000,00  
 04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
 012.361.0040.2009 MAN. ENSINO FUNDAMENTAL E VAL. MAGIST.  
 3000000000000000 Despesas de Correntes  
 3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
 3190000000000000 Aplicações Diretas  
 010100 Rec. de Impostos e de Transf. de Imp-Educação 10.000,00  
 04.002 ESPORTE E CULTURA  
 027.812.0060.2008 MANUTENÇÃO ATIVIDADES ESPORTIVAS  
 3000000000000000 Despesas Correntes  
 3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
 3390000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 15.000,00  
 08.001 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESC.  
 008.243.0110.2041 MANUTENÇÃO DO FUNDO CRIANÇA E ADOLESC.  
 3000000000000000 Despesas Correntes  
 3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
 3190000000000000 Aplicações Diretas  
 010000 Recursos Ordinários 10.000,00  
 07.001 SECRETARIA DE TRANSP. E SER. URBANOS  
 015.451.0030.1008 IMPLANTAÇÃO DE GALERIAS PLUVIAIS  
 4000000000000000 Despesas de Capital  
 4400000000000000 Investimentos  
 4490000000000000 Aplicações Diretas  
 012454 Transf. De Convênios da União Outros 20.000,00  
 TOTAL 155.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 20 de setembro de 2010.  
 MOACIR POLIDORO  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar,  
 Município de Ascurra em, 20 de setembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
 Fiscal de Tributos



**Decreto Nº 2189, de 13 de outubro de 2010**

DECRETO nº 2189, de 13 de outubro de 2010

Declara de utilidade pública as obras de retificação e melhorias rodoviárias da Travessa Zonta, inclusive nos trechos em que atingem a APP do Ribeirão São Paulo.

MOACIR POLIDORO, Prefeito de Ascurra/SC, no uso da competência privativa que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 18 de dezembro de 2002, e de acordo com os artigos 1º e 2º, inciso I alínea b) da Resolução CONAMA nº 369/06, e demais legislação aplicável, e:

CONSIDERANDO que o Município de Ascurra é cortado pela Rodovia Federal BR-470, a qual, devido ao elevado tráfego de veículos e também por seu projeto antiquado, que esconde curvas perigosas e posiciona trevos de acesso a esta cidade no topo de elevações e em cabeceira de ponte, o que dificulta a visualização do trânsito de pessoas e veículos, motivos estes dentre outros, pelo qual aquela via vem se apresentando a cada dia mais perigosa tanto para os motoristas que por ela trafegam como para os pedestres que se utilizam de seus acostamentos;

CONSIDERANDO os recorrentes acidentes de trânsito ocorridos nos trevos de acesso a esta cidade, muitos dos quais vitimam fatalmente munícipes e pessoas residentes em outros municípios, causando seqüelas e/ou marcas que as vítimas passam a carregar pelo resto de suas vidas, ou mesmo ocasionam danos materiais aos envolvidos;

CONSIDERANDO, a existência no centro deste Município, de uma ponte que cruza sobre o Ribeirão São Paulo e faz ligação entre a Rua Benjamin Constant, situada no lado ímpar da Rodovia BR-470, com a Avenida Getúlio Vargas, situada no lado par da mesma Rodovia, ligação esta feita sob a pista da Rodovia BR-470 e denominado como "Travessa Zonta", o que dispensa o cruzamento de dita Rodovia Federal, resultando em travessias seguras para os munícipes e demais usuários do novo acesso;

CONSIDERANDO, que a Travessa Zonta tem sido muito utilizada pelos munícipes, em virtude da segurança que a mesma proporciona a motoristas e principalmente aos pedestres e ciclistas, torna-se necessário a realização de obras no sentido de melhorar a pavimentação da mesma, a instalação de faixa destinada exclusivamente a pedestres e ciclistas, a construção de muro e cerca de proteção, a melhoria do sistema de iluminação e sinalização e finalmente de ajardinamento e urbanização;

CONSIDERANDO que embora a Travessa Zonta já exista a pelo menos setenta anos, o que fica evidenciado pela arquitetura da ponte que faz parte deste acesso, constituída de três arcos edificadas com tijolos e também devido a seu posicionamento bem abaixo da pista da Rodovia Federal, bem como pelos documentos constantes do arquivo da Prefeitura Municipal, a mesma situa-se as margens do Ribeirão São Paulo, portanto em área tida como de preservação permanente - APP;

**DECRETO:**

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública, na forma prevista na alínea "b)" do Inciso I do artigo 2º da Resolução CONAMA nº 369/2006, as obras de retificação e melhorias rodoviárias da Travessa Zonta, inclusive nos trechos em que atingem a APP do Ribeirão São Paulo;

Art. 2º - Os procedimentos necessários a emissão do licenciamento ambiental junto aos órgãos ambientais competentes, ficarão a cargo do engenheiro florestal deste município de Ascurra;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 13 de Outubro de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito de Ascurra/SC.

Este Decreto foi publicado na forma regulamentar.  
Ascurra/SC, em 13 de outubro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

**Decreto Nº 2192 , de 19 de Outubro de 2010.**

DECRETO Nº 2192 , DE 19 DE OUTUBRO DE 2010.

Regulamenta o abate e a industrialização de produtos de origem animal destinados ao consumo humano no Município de Ascurra - SC e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, regulamenta a lei nº 1.192 de 18 de outubro de 2010.

**DECRETA:**

Art. 1º- Os assuntos concernentes á Inspeção Sanitária sobre o abate de animais destinados ao consumo humano e à industrialização de produtos de origem animal no Município de Ascurra, regem-se por este Decreto, atendendo ao que dispõem a legislação Federal, Estadual e Municipal.

Art. 2º - Toda pessoa ou estabelecimento que atue no abate de animais destinados aos consumo humano, na produção e/ou industrialização de produtos de origem animal, bem como os estabelecimentos atacadistas de produtos de origem animal ficam sujeitos às determinações deste Decreto e/ou de normas e instruções deles advindas.

**CAPÍTULO I****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 3º - O Serviço Municipal de Inspeção Sanitária atuará no âmbito de sua competência, de acordo com o que dispõem a Lei Federal nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, e dá outras providências, a Lei Estadual nº 8.534. de 19 de janeiro de 1992, é obrigatória a prévia fiscalização sob o ponto de vista industrial e sanitário, de todos os produtos de origem animal comestíveis ou não - comestíveis, preparados, transformados, manipulados, recebidos, acondicionados, depositados, em trânsito e comercializados. O Decreto Estadual nº 3.748, de 12 de julho de 1993, aprova o regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal e a Legislação Sanitária Municipal nº 1.192, de 18 de outubro de 2010, dispõe sobre as normas sanitárias para elaboração, beneficiamento e comercialização de produtos comestíveis de origem animal e vegetal no município de Ascurra e dá outras providências, e as normas oriundas deste Decreto.

Art. 4º - A inspeção sanitária do Serviço Municipal, será exercida em todo o território do Município de Ascurra e atentar-se-á sobre as condições higiênico-sanitárias dos matadouros e estabelecimentos que industrializem carnes e outros produtos de origem animal destinados ao consumo humano Intramunicipal.

Parágrafo Primeiro - A inspeção sanitária será instalada junto a cada estabelecimento, terá caráter permanente e nenhum estabelecimento poderá iniciar as atividades de abate, mesmo que sejam eventuais ou previstas num cronograma, sem a presença do responsável técnico do SIM.

Parágrafo Segundo - Não será permitida a comercialização no Município de Ascurra de qualquer produto de origem animal que não ateste que tenha sido inspecionado e liberado para comercialização, pela autoridade federal (SIF), pela autoridade estadual (S.I.E.) ou pelo SIM, sendo portanto considerado clandestino e

sujeito à apreensão nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Terceiro - Os produtos de origem animal em natureza ou derivados deverão atender aos padrões de identidade e qualidade previstos por este Decreto, pela legislação sanitária e pelo Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Parágrafo Quarto - Além das normas estabelecidas neste Decreto ou na Legislação vigente, o SIM expedirá, quando necessário, normas relativamente à identidade dos produtos liberados à comercialização Intramunicipal.

Art. 5º - No interesse da saúde pública as atribuições do SIM compreenderão:

- I - a classificação dos estabelecimentos;
- II - as condições e exigências para registro dos estabelecimentos;
- III - a higiene dos estabelecimentos;
- IV - a inspeção "ante" e "post-mortem" dos animais destinados ao abate;
- V - a inspeção de todos os produtos, subprodutos e matérias-primas de origem animal durante as diferentes fases da industrialização;
- VI - a padronização dos produtos industrializados de origem animal consoante a legislação a respeito;
- VII - o registro de rótulos, obedecidas as exigências que disciplinam a matéria;
- VIII - a carimbagem de carcaças e cortes de carnes, bem como a identificação e demais dizeres a serem impressos nas embalagens dos produtos de origem animal atestando a inspeção realizada;
- IX - outros recursos que se tornem necessários para maior eficiência da inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal.

Art. 6º - Na defesa da saúde pública não será permitido o funcionamento de qualquer estabelecimento que abata ou industrialize produtos de origem animal que não disponha de Alvará Sanitário e do competente registro no SIM ou organismo equivalente da esfera Federal ou Estadual.

Parágrafo Primeiro - A empresa que pretende instalar no município um estabelecimento para o abate e industrialização de produtos de origem animal destinados ao consumo humano Intramunicipal deverá requer aprovação de seu projeto arquitetônico e de localização junto ao SIM.

Parágrafo Segundo - Os estabelecimentos já existentes, para se adequarem a este Decreto deverão apresentar os respectivos projetos de reforma ou construção para aprovação e registro ao SIM no prazo de 60 dias.

Art. 7º - Os estabelecimentos registrados no SIM, da mesma maneira que os estabelecimentos sob registro federal estão sujeitos às obrigações contidas no art. 102º do Decreto Federal nº 30.691, ficam, por seus proprietários, obrigados a:

- I - observar e fazer todas as exigências contidas no presente Decreto, nas Legislação Federal e Estadual;
- II - fornecer pessoal necessário e habilitado, bem como material adequado julgado indispensável aos trabalhos de inspeção, inclusive acondicionamento e autenticidade de amostras para exame de laboratório;
- III - fornecer além do décimo dia útil de cada mês, subsequente ao vencido, os dados estatísticos de interesse na avaliação da produção, industrialização, transporte e comércio de produtos de origem animal, bem como as guias de recolhimento da taxa de inspeção sanitária, devidamente quitadas pela repartição arrecadadora;
- IV - dar aviso antecipado de 12 (doze) horas, no mínimo, sobre a realização de quaisquer trabalhos nos estabelecimentos sob

inspeção permanente do SIM, mencionando sua natureza e hora de início e provável conclusão;

V - avisar com antecedência, da chegada de gado e fornecer todos os dados que sejam solicitados pelo SIM;

VI - fornecer gratuitamente alimentação ao pessoal da inspeção, quando os horários para as refeições não permitam que os servidores as façam em suas residências, ajuízo do diretor do SIM;

VII - fornecer material próprio e utensílios para guarda, conservação e transporte de matérias - primas e produtos normais e peças patológicas que devem ser remetidos às dependências do SIM;

VIII - fornecer armários, mesas, arquivos, mapas, livros e outros materiais destinados à inspeção municipal, para seu uso exclusivo;

IX - fornecer material próprio, utensílios e substâncias adequados para os trabalhos de coleta e transporte de amostras para laboratório, bem como para limpeza, desinfecção e esterilização de instrumentos, aparelhos ou instalações;

X - manter locais apropriados, ajuízo do SIM, para recebimento e guarda de matérias - primas procedentes de outros estabelecimentos sob inspeção do SIM ou de retomo de centros de consumo, para serem reinspecionados, bem como para sequestro de carcaças ou partes de carcaças, matérias-primas e produtos suspeitos;

XI - fornecer substâncias apropriadas para desnaturação de produtos condenados, quando não haja instalações para sua transformação imediata;

XII - fornecer instalações, aparelhos e reativos necessários, ajuízo do SIM, para análise de matérias-primas ou produtos no estabelecimento ou fora dele;

XIII - manter em dia o registro do recebimento de animais e matérias - primas, especificando procedência e quantidade, produtos fabricados, saída e destino dos mesmos;

XIV - recolher as taxas de inspeção sanitária previstas na legislação vigente.

## CAPÍTULO II

### DA OBTENÇÃO DE REGISTRO, DO RELACIONAMENTO, DA APROVAÇÃO DE PROJETOS E DO PADRÃO DE QUALIDADE DOS PRODUTOS

Art. 8º - De conformidade com a Lei nº 7.889 de 23 de novembro de 1989 e da Lei Estadual nº 8.534, de 19 de janeiro de 1992, somente podem abater animais, produzir, comercializar produtos de origem animal os estabelecimentos devidamente registrados ou relacionados junto ao SIM, ou que por desenvolverem atividade de maior magnitude, estejam sob o abrigo de Registro Estadual ou Federal.

Art. 9º - Estão sujeitos a registro no SIM os seguintes estabelecimentos:

- I - Matadouros de bovinos;
- II - Matadouros de suínos, ovinos e caprinos;
- III - Matadouros de aves, coelhos e peixes;
- IV - Estabelecimentos que fabriquem produtos de origem animal ou derivados de carnes, produzam conservas ou fabriquem produtos gordurosos;
- V - As usinas de beneficiamento de leite, fábricas de laticínios, postos de recebimento, refrigeração e desnatagem de leite ou de recebimento, refrigeração e manipulação de seus derivados.

Parágrafo Único - Ao receberem o respectivo registro os estabelecimentos, especialmente os matadouros, terão sua capacidade operacional máxima declarada.

Art. 10 - Estão sujeitos a "relacionamento" junto ao SIM os seguintes estabelecimentos:

- I - os postos e entrepostos que de modo geral, recebam, armazenem, fracionem, manipulem, conservem, distribuam ou acondicionem produtos de origem animal como carnes, pescados, ovos, mel

e quaisquer produtos de origem animal:

II - as propriedades rurais que mesmo em escala reduzida disponham de instalações para eventuais matanças de animais de médio porte como nos matadouros de suínos, ovinos e caprinos ou de animais de pequeno porte como nos matadouros de aves, coelhos e peixes, procedam ou não à industrialização de derivados de carne ou o fracionamento das carcaças para venda a estabelecimentos de revenda ou diretamente ao consumidor;

III - as propriedades rurais que forneçam leite in natura para os laticínios ou que mesmo em escala reduzida produzam derivados de leite para revenda ao comércio ou venda direta ao consumidor.

Art.11 - Não será permitido o registro ou relacionamento a açougues e estabelecimentos congêneres que racionem carcaças de animais para venda direta ao consumidor pois os mesmos não poderão produzir, em suas instalações, embutidos de qualquer natureza ou outros produtos derivados de origem animal.

A fiscalização dos açougues é de competência de origem da Vigilância Sanitária Municipal - VISA. Este tipo de estabelecimento só pode funcionar mediante Alvará Sanitário emitido pela Vigilância Sanitária Municipal (art. 104 do decreto 31.455/87).

Muitos municípios atuam conforme a Legislação Municipal, sendo que esta não poderá entrar em contradição com o Decreto Estadual nº 31.455 de 20 de fevereiro de 1987, do qual podemos enfatizar relativa aos estabelecimentos de armazenamento, beneficiamento, fracionamento e comercialização de carnes:

Parágrafo Primeiro - A pessoa proprietária de ou responsável por açougues é permitido:

I - a venda de carne moída, desde que preparada no máximo meia hora antes de ser iniciada a sua venda, em quantidade não maior da que possa ser vendida em duas horas, devendo as sobras do dia serem inutilizadas;

II - a comercialização de produtos alimentícios derivados de carne e de pescados pré - elaborados, desde que conservados em embalagem original do estabelecimento industrial produtor, mantidos em dispositivos de produção de frio (câmara fria ou balcão de refrigeração com tampa), isolados do depósito e da exposição de carnes "in natura", sendo proibida a abertura das embalagens ou sem fracionamento para a venda.

Art. 12 - Quem quiser trabalhar com carne temperada, terá que ter um entreposto (uma sala que segue determinações legais e usada só para este fim), que será liberado pelo órgão de Defesa Sanitária do Estado. Além, o entreposto terá que ter um veterinário responsável para avaliar o processo.

Os entrepostos de carnes e derivados somente poderão funcionar quando devidamente instalados e equipados com as dependências mínimas, maquinários e utensílios diversos, de acordo com a natureza e a capacidade de produção, satisfeitas as seguintes condições básicas:

I - possuir autorização de funcionamento;

II - localizar em pontos distantes de fontes produtores de odores indesejáveis de qualquer natureza;

III - localizar em ponto livre de imundações;

IV - dispor de luz natural e artificial, bem como de ventilação suficiente;

V - possuir piso de material impermeável e resistente à corrosão, ligeiramente inclinado, construído de modo a facilitar a coleta e o escoamento das águas residuais, bem como a permitir a sua limpeza e higienização;

VI - dispor de paredes lisas, sem fendas, impermeabilizadas com material aprovado pelo SIF, SIE ou SIM, de cor clara, de fácil lavagem e higienização numa altura de pelo menos 2 (dois) metros, com ângulos e cantos arredondados preferencialmente;

VII - ter os parapeitos das janelas chanfrados;

VIII - possuir pé - direito mínimo de 3 (três) metros;

IX - dispor de forro de material resistente à umidade e a vapores, construído de modo a evitar o acúmulo de sujeira e a contaminação, propiciando boa higienização;

X - possuir instalação frigorífica com capacidade adequada, de acordo com a categoria do estabelecimento, para melhor conservação e aproveitamento da matéria - prima, podendo a juízo da inspeção Federal, Estadual ou Municipal tolerar - se utilização de geladeira industrial;

XI - dispor de rede de abastecimento de água potável, para atender suficientemente às necessidades do trabalho, higienização das áreas de manipulação e às das dependências sanitárias, realizando periodicamente o controle do teor de cloro;

XII - dispor de rede de esgoto em todas as dependências com dispositivos adequados que evitem o refluxo de odores e a entrada de vetores (roedores, baratas e outros animais e insetos advindos por meio de tubos coletores);

XIII - conter, conforme legislação específica, vestiários e sanitários instalados adequadamente, de dimensões e em quantidade proporcional ao número de funcionários, devendo haver vestiários e sanitários exclusivos aos manipuladores dos entrepostos;

XIV -dispor, nos locais de acesso às dependências de manipulação de comestíveis, de dependências de higienização para mãos e botas (barreira sanitária);

XV - possuir instalações em número e área suficientes para processamento dos diferentes tipos de produtos a serem beneficiados, segundo a capacidade e a finalidade do estabelecimento;

XVI - dispor de equipamentos necessários e adequados aos trabalhos de manipulação e preparo de matérias - primas e produtos comestíveis;

XVII - dispor de tanques, caixas, bandejas e quaisquer outros recipientes de material impermeável, de superfície lisa e de fácil lavagem e higienização;

XVIII - dispor de depósitos adequados, fora da área de manipulação, para a guarda de ingredientes, embalagens, continentes, materiais ou produtos de limpeza utilizados no estabelecimento;

XIV - dispor de telas em todas as janelas, passagens para o exterior ou qualquer abertura, de modo a não permitir a entrada de insetos;

XV - dispor de telas em todas as janelas, passagens para o exterior ou qualquer abertura, de modo a não permitir a entrada de insetos;

XVI - dispor de dependências, quando necessário para uso, como escritório da abertura, de modo a não permitir a entrada de insetos;

XVII - possuir mecanismo, quando permitido, com pé direito mínimo de 2,50 (dois e cinquenta) metros, desde que não dificultem a iluminação ou o arejamento das salas contíguas;

XVIII - dispor de Responsabilidade Técnico com formação e capacitação comprovada na área de atuação, sem vínculo com o Órgão de Fiscalização;

XIV - a empresa deve apresentar os programas, BPF (Boas Práticas de Fabricação), POP (Procedimentos Operacionais Padronizados) e implantar os mesmos.

Art. 13 - Nos termos do parágrafo primeiro do art. 6º deste Decreto deverá ser submetido à aprovação do SIM todo e qualquer projeto visando a construção, instalação, ampliação ou adequação de estabelecimentos destinados ao abate e industrialização de produtos de origem animal.

Parágrafo Único - Para obterem aprovação no SIM os projetos deverão ser encaminhados através de requerimento dirigido ao Prefeito Municipal e dele constar:

I- plantas de situação e localização;

II - plantas baixas de todos os prédios e pavimentos;

III- plantas de cortes e fachadas;

IV- plantas hidrossanitárias com detalhes sobre rede de abastecimento de água;

V- cronograma de execução do projeto;

VI - projeto prevendo o tratamento de efluentes;

VII - memorial descritivo da obra.



Art. 14 - Não serão aprovados projetos cujo cronograma de obras seja superior a um ano e cujo cronograma de implantação final e total ultrapasse o período de dois anos.

Parágrafo Único - O prazo de dois anos aplica-se também às obras de adequação a este Decreto, dos estabelecimentos já existentes e este prazo será contado a partir da data de publicação deste Decreto.

Art. 15 - Serão deferidos os projetos que se enquadrem nos dispositivos do presente Decreto, no que dispõem a legislação sanitária municipal, o código de obras e a legislação sanitária estadual.

Parágrafo Único - Aprovado o projeto, o requerente poderá dar início às obras, passando-se a observar os prazos do cronograma previsto no projeto.

Art. 16 - Concluídas as obras e instalados os equipamentos, conforme o cronograma, a empresa deverá ao SIM e ao Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da Saúde a vistoria prévia e a autorização para o início imediato das atividades do estabelecimento.

Parágrafo Primeiro - Cumpridas as exigências deste artigo, compete ao SIM instalar de imediato a inspeção sanitária no estabelecimento.

Parágrafo Segundo - O estabelecimento só poderá iniciar as atividades de cada turno de trabalho após autorização do responsável pelo SIM.

Parágrafo Terceiro - O SIM manterá um registro diário das atividades de cada estabelecimento.

Parágrafo Quarto - O Secretário Municipal da Agricultura fixará através de portaria o horário de funcionamento de cada estabelecimento e nos casos de abatedouros que funcionem apenas em determinados dias da semana a portaria especificará estes dias além do respectivo horário.

Art. 17 - O SIM expedirá dois tipos de registro, um de caráter provisório e outro de caráter definitivo, obedecendo cada qual uma numeração própria.

Parágrafo Primeiro - O registro provisório será emitido pelo SIM para estabelecimentos existentes e que estejam desenvolvendo projetos de adequação aos preceitos deste Decreto e cujo estágio de obras possibilite tal medida a qual terá prazo de validade máxima de um ano.

Parágrafo Segundo - Os registros de caráter definitivo serão expedidos pelo SIM aos estabelecimentos já existentes e que se enquadrem nos preceitos deste Decreto ou para aqueles que possuindo registro provisório tenham concluído seus projetos de adequação a este Decreto.

Art.18 - O SIM expedirá um número de "relacionamento" aos estabelecimentos referidos no art. 10º deste Decreto e que tenham cumprido as exigências do SIM e da Vigilância Sanitária Municipal.

Art. 19 - O número de registro dos estabelecimentos que abatem animais ou industrializem produtos de origem animal constará, obrigatoriamente, nos rótulos, certificados, carimbos de inspeção dos produtos, notas fiscais e outros documentos do estabelecimento.

Parágrafo Único - Esta exigência aplica-se também aos estabelecimentos "relacionados".

Art. 20 - O SIM ao conceder o número de registro de um estabelecimento, fornecerá também o respectivo "Título de Registro", no qual constará o nome da empresa, localização do estabelecimento, sua classificação, responsável pelo estabelecimento, bem como outros elementos julgados necessários.

Parágrafo Primeiro - O "Título de Registro" ou de "Relacionado" considerado definitivo terá prazo de validade indeterminado.

Parágrafo Segundo - O Título de Registro ou de Relacionado poderá ser cancelado a qualquer tempo pelo SIM quando constatado o descumprimento das normas deste Decreto, de normas dele decorrentes ou da Legislação Sanitária.

Parágrafo Terceiro - Ocorrendo o falecimento do titular responsável do estabelecimento, o fato deve ser comunicado ao SIM que ajuizará administrativamente a manutenção ou não do Registro ou Relacionamento.

Parágrafo Quarto - A venda ou transferência de qualquer estabelecimento sob controle sanitário do SIM deve ser comunicada a este órgão que acompanhará o processo e decidirá sobre a manutenção do mesmo número de Registro ou de Relacionamento.

Art. 21º - O requerimento de registro no SIM será dirigido ao Prefeito Municipal instruindo-se o processo com os seguintes documentos:

- I - inscrição junto às Fazendas Municipal e Estadual;
- II - plantas de situação e localização;
- III - plantas baixas de todos os prédio e pavimentos;
- IV - plantas de cortes e fachadas;
- V - plantas hidrossanitárias com detalhes sobre rede de esgoto e rede de abastecimento de água potável;
- VI - projeto de tratamento de efluentes;
- VII - alvará Sanitário.
- VIII - Tanto para o requerimento de Registro definitivo quanto provisório, bem como o de Relacionamento, considera-se indispensável a apresentação do exame da água de abastecimento, ou seja:
  - I - não demonstrar na contagem global, mais de 500 (quinhentos) germes por mililitro;
  - II - não demonstrar, no teste presuntivo para pesquisa de coliformes, maior número de germes do que os fixados pelos padrões para 5 (cinco) tubos positivos na série de 10 (dez mililitros) e 5 (cinco) tubos negativos nas séries de 1 (um mililitro) e 0,1 (um décimo de mililitro) da amostra;
  - III - a água deve ser límpida, incolor, sem cheiro e de sabor próprio agradável;
  - IV - não conter mais de 500 (quinhentas) partes por milhão de sólidos totais;
  - V - conter no máximo 0,005 g (cinco miligramas) por litro de nitrogênio amoniacal;
  - VI - ausência de nitrogênio nitroso e de sulfídrico;
  - VII - conter no máximo 0,002 g (dois miligramas) de nitrogênio nítrico por litro;
  - VIII - conter no máximo 0,002 g (dois miligramas) de matéria orgânica, por litro;
  - IX - ter grau de dureza inferior a 20 (vinte);
  - X - conter chumbo, menos de 0,1 (um décimo) de parte por milhão;
  - XI - conter cobre, menos de 3 (três) partes por milhão;
  - XII - conter zinco, menos de 15 (quinze) partes por milhão;
  - XIII - conter cloro livre, máximo de 01 (uma) parte por milhão quando se tratar de águas cloradas e cloro residual mínimo de 0,05 (cinco centésimos) partes por milhão;
  - XIV - conter arsênico, menos de 0,05 (cinco centésimas) partes por milhão;
  - XV - conter fluoretos, máximo de 01 (uma) parte por milhão;
  - XVI - conter selênio, máximo de 0,5 (centésimas) partes por milhão;



XVII - conter magnésio, máximo de 0,03 (ires centésimas) partes por milhão;

XVIII - conter sulfates no máximo 0.10 (dez miligramas) por litro,  
XIX - ter componentes fenólicos no máximo 0,001 (um milionésimo) parte por milhão.

Parágrafo Primeiro - A Secretaria Municipal da Agricultura e a Secretaria Municipal da Saúde, em ato conjunto, credenciarão um laboratório devidamente habilitado para realizar as análises da água bem como das amostras de produtos alimentícios produzidos tanto pelos estabelecimentos com registro quando pelos estabelecimentos relacionados.

Parágrafo Segundo - Tratando-se de estabelecimento que industrialize produtos de origem animal, a concessão de Registro pelo SIM ficará condicionada à apresentação de análise de amostra dos produtos realizada por laboratório credenciado acompanhada da descrição da composição de cada produto ou de sua fórmula de fabricação quando for o caso e tais produtos deverão situar-se por suas características dentro dos padrões estabelecidos neste Regulamento e que está em consonância com o Decreto n 3.748 de 12 de julho de 1993. Amostras destes produtos serão submetidas a análises periódicas para certificar a constância de suas características.

Art. 22 - O requerimento de "Relacionamento" junto ao SIM será dirigido ao Prefeito Municipal e o SIM só concederá o relacionamento após vistoria prévia, inclusive do Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da Saúde, e o requerimento será acompanhado de planta baixa ou croquis de localização das instalações de abate ou de industrialização dos produtos.

Parágrafo Primeiro - A concessão do número de "Relacionamento" junto ao SIM implicará no cadastramento do estabelecimento também no setor Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da Saúde e constará do mesmo os dados pessoais do responsável pelo estabelecimento e dependerá também de uma análise inicial dos produtos feita por laboratório credenciado e da descrição de sua composição.

Parágrafo Segundo - Os estabelecimentos Relacionados que processem ou industrializem produtos de origem animal deverão apresentar, periodicamente, amostras de seus produtos, conforme instruções da autoridade sanitária para a respectiva análise.

Parágrafo Terceiro - Constatada irregularidade comprometedora nos produtos o estabelecimento será interditado e o seu relacionamento suspenso, além de incorrer em outras penalidades, e estas medidas cautelares só serão revogadas pelas autoridades sanitárias quando cumpridas as providências que tiverem sido determinadas no ato de interdição.

Parágrafo Quarto - No interesse da saúde pública o SIM juntamente com outros órgãos da administração municipal e estadual promoverá treinamentos para os responsáveis e pessoas que atuem nos estabelecimentos Relacionados, prestando toda a assistência técnica possível para que os mesmos elaborem produtos que se enquadrem nos padrões sanitários e de qualidade.

Art. 23 - Os produtos industrializados de origem animal, tanto de estabelecimentos Registrados quanto de Relacionados, deverão enquadrar-se nas normas e padrões estabelecidos neste Decreto. A fiscalização de produtos de origem animal tem a finalidade de prevenir a comercialização e o consumo de produtos que possam acarretar doenças transmitidas por microrganismos, tais como infecções e intoxicações alimentares (salmonelas, stafilococcus) e moléstias (teníase, cisticercose, tuberculose, listeriose, leptospirose, brucelose, dentre outras menos importantes).

Art. 24 - "Banha" é entendida como o produto obtido pela fusão exclusiva de tecidos adiposos frescos de suínos, inclusive quando procedente de animais destinados aos aproveitamento condicional pelo SIM, em autoclaves sob pressão em tachos abertos preferentemente de dupla parede, em digestores a seco ou por outro processo aprovado pelo SIM e deve satisfazer as seguintes especificações:

I - ter cor branca ou branco-creme;

II - ser inodora ou com odor a torresmo;

III - possuir textura homogênea ou ligeiramente granulada;

IV - apresentar umidade e resíduos - 1% (um por cento no máximo);

V - ausência de ranço (Kreis).

Parágrafo Primeiro - A banha que não se enquadrar nestas especificações será considerada imprópria para o consumo e tratada como produto gorduroso não comestível;

Parágrafo Segundo - A matéria - prima destinada ao preparo da banha, quando não trabalhada no mesmo dia do abate dos animais deve ser mantida em câmaras frias até a sua fusão.

"Banha refinada" - o produto obtido exclusivamente pela fusão dos tecidos adiposos frescos de suínos, inclusive quando procedentes de animal destinado a aproveitamento condicional pela inspeção em autoclaves sob pressão, em tachos abertos de dupla parede, em digestores a seco, ou por outro processo aprovado.

"Banha comum" - o produto obtido pela fusão de tecidos adiposos frescos de suínos, de mistura com ossos, pés, recortes de bochechas, aparas de carne e línguas, lábios, focinhos, rabos, traquéia, pâncreas, recortes de produtos curados de suínos, esôfagos, torresmos, gordura de decantação de tecidos adiposos de suínos, gordura de cozimento e, inclusive, essas mesmas matérias-primas quando procedentes de animais destinados a esse aproveitamento pela inspeção.

Art. 25 - "Toucinho fresco" é o panículo adiposo de suínos ainda com pele e será designado "toucinho frigorificado" quando submetido a frigorificação e quando tratado com sal (cloreto de sódio) apresentando incisões mais ou menos profundas na sua camada gordurosa, será designado "toucinho salgado".

Parágrafo Primeiro - Estes produtos devem satisfazer as seguintes especificações:

I - ausência de ranço ao sair do estabelecimento produtor;

II - isenção de manchas amarelas ou coágulos sanguíneos;

III - apresentação comercial em embalagem que os proteja do contato com substâncias estranhas e de contaminações diversas.

Parágrafo Segundo - É proibido o emprego de antioxidantes diretamente no produto ou no sal usado no seu preparo.

Art. 26 - "Embutido" é todo o produto elaborado com carne ou órgãos comestíveis, curado ou não, condimentado, cozido ou não, defumado e dessecado ou não, tendo como envoltório tripa, bexiga ou outra membrana animal.

Parágrafo único - É permitido o emprego de películas artificiais no preparo de embutidos, desde que aprovadas pelo SIM.

Art. 27 - As tripas e membranas animais empregadas como envoltórios devem estar rigorosamente limpas e sofrer outra lavagem imediatamente antes de seu uso.

Art. 28 - Os embutidos não devem conter mais de 5% (cinco por cento) de amido ou fécula, adicionados para dar melhor liga amassa, sendo que as salsichas só poderão conter amido ou fécula na proporção máxima de 2% (dois por cento).

Art. 29 - Conforme o tipo de embutido e suas peculiaridades,

podem entrar em sua composição tendões e cartilagens.

Art. 30 - "Morcela" é o embutido contendo principalmente sangue, adicionado de toucinho moído ou não, condimentado e convenientemente cozido.

Art. 31 - O SIM só permitirá o preparo de embutidos de sangue quando a matéria - prima seja colhida isoladamente de cada animal e em recipiente separado, rejeitando o sangue procedente dos que venham a ser considerados impróprios para o consumo.

Art. 32 - Permite-se o aproveitamento do plasma sanguíneo no preparo de embutidos, desde que obtido em condições adequadas, sendo proibido desfibrinar o sangue a mão quando este for destinado à alimentação humana.

Art. 33 - Os embutidos preparados em óleo devem ser cozidos em temperatura não inferior a 72C (setenta e dois graus centígrados), no mínimo por 30 (trinta) minutos.

Art. 34 - É permitido dar um banho de parafina purificada e isenta de odores na membrana que envolve os embutidos.

Art. 35 - Os embutidos são considerados fraudados:

I - quando forem empregadas matérias-primas de qualidade diversa ou com proporção diferente das constantes da fórmula aprovada;

II - quando forem empregados conservantes e corantes não permitidos pela legislação;

II - quando houver adição de água ou de gelo com o intuito de aumentar o volume e o peso do produto e em proporção superior a permitida neste Decreto;

IV - quando forem adicionados tecidos inferiores.

Art. 36 - Os embutidos serão considerados alterados e impróprios para o consumo:

I - quando a superfície for úmida, pegajosa, exsudato líquido;

II - quando à palpação se verifiquem partes ou áreas flácidas ou de consistência anormal;

III - quando houverem indícios de fermentação pútrida;

IV - quando a massa apresentar manchas esverdeadas ou pardacentas ou coloração sem uniformidade;

V - quando a gordura estiver rançosa;

VI - quando o envoltório estiver perfurado por parasitas que atingiram também a massa;

VII - nos casos de odor e sabor estranhos, anormais;

VIII - quando for constatada a presença de germes patogênicos.

Art. 37 - "Salgados" são os produtos preparados com carnes ou órgãos comestíveis, tratados pelo sal (cloreto de sódio) ou mistura de sal, açúcar, nitratos, nitritos e condimentos, como agentes de conservação e caracterização organolíticas.

Art. 38 - "Defumados" são os produtos que após o processo de cura são submetidos a defumação para lhes dar cheiro e sabor característicos, além de um maior prazo de vida comercial por desidratação parcial.

Parágrafo Primeiro - É permitida a defumação a quente ou frio.

Parágrafo Segundo - A defumação deve ser feita em estufas construídas com esta finalidade ou em local próprio e realizada com a queima de madeiras não resinosas, secas e duras.

Art. 39 - "Bacon" e por "Barriga defumada" entende-se o corte da parede torácico-abdominal do porco que vai do externo ao púbis, com ou sem costelas, com seus músculos, tecido adiposo e pela convenientemente curados e defumados.

Art. 40 - Cortes de variadas regiões, salgados, curados ou defumados, são considerados especialidades industriais, devendo ser

perfeitamente identificadas para efeitos de designação.

Art. 41 - Os órgãos comestíveis, conservados pela salga, serão genericamente designados "miúdos salgados", seguindo-se a denominação da espécie animal de procedência.

Art. 42 - "Charque", sem qualquer outra especificação, é a carne bovina salgada e dessecada não devendo conter mais de 45% (quarenta e cinco por cento) de umidade na porção muscular nem mais de 15% (quinze por cento) de resíduo mineral fixo total, tolerando-se até 5% (cinco por cento) de variação.

Art. 43 - O charque será considerado alterado:

I - quando tiver odor e sabor desagradáveis ou anormais;

II - quando a gordura estiver rançosa;

III - quando amolecido, úmido e pegajoso;

IV - quando com áreas de coloração anormal;

V - quando for seboso;

VI - quando apresentar larvas ou parasitas.

Art. 44 - "Condimentos" são substâncias aromáticas rápidas, com ou sem valor alimentício, empregadas com a finalidade de temperar produtos de origem animal.

Art. 45 - Podem ser utilizados os seguintes condimentos:

I - aipo (Celeri graveolens e Aipum graveolens);

II - alho (Allium sativum);

III - anelo (Anethum graveolens);

IV - aniz (Pinpinela anizium);

V - baunilha (Vanilla planifolia Andreuus);

VI - canela (Cinamomum cerlanicum Brerre);

VII - cardamomo (Elleteria cardamomum);

VIII - cebola (Allium cepa);

IX - cominho (Cuminum cyminum, L.);

X - coentro (Coriandrum sativum, L.);

XI - cravo (Carrophilius aromaticus, L.);

XII - gengibre (Zinziberoiicinalis Roseoe);

XIII - louro (Laurus nobilis, L.);

XIV - macis (o envoltório da noz moscada);

XV - majorana - (Manjerona horlensis);

XVI - manjerona (Origanum majorana, L.);

XVII - menta (Menta viridis, Menta rotundifolia e Menta piperita);

XVIII - mostarda (Brassiva nigra, Koen .Brassiva- Junca. Hookere Sinapis alba, L.);

XIX - noz moscada (Myristica fragrans Mane);

XX - pimentas: a) preta (Piper nigrum, L.), branca (é o mesmo porém descorticado), c) vermelha ou de caiena (Capsicum braccatum L.), d) malagueta (Capsicum pendulurn Velloso);

XXI - pimenta (Pimenta oiicinalis Lindl.), também designada pimenta da Jamaica, pimenta inglesa ou condimento de quatro espécies:

XXII - pimentão (Paprika) (Capsicum annum, L.);

XXIII - salva (Salvia) (Salvia ofricinalis L.);

XXIV - tomilho (Thymus vuigaris, L.).

Art. 46 - "Corantes" são as substâncias que dão um melhor e mais sugestivo aspecto às conservas e outros alimentos, ao mesmo tempo que se prestam à uniformidade de sua coloração.

Art. 47 - É permitido o uso de corantes de origem vegetal como o açafrão (Crocus sativus L.), a curcuma (Cureuma longa L. e Curcuma tinctoria) a cenoura (Daucs carola L.) e o urucum (Bixa orellana).

Art. 48 - O emprego de condimentos e corantes não especificados neste Decreto, bem como de misturas de produtos contendo corante e condimentos, depende de prévia autorização do SIM.

Art. 49 - Será permitida a venda de pescado vivo, fresco, resfriado

ou congelado.

Art. 50 - "Fresco" é o pescado dado ao consumo sem ter sofrido qualquer processo de conservação, a não ser a ação do gelo.

Art. 51 - "Resfriado" é o pescado devidamente acondicionado em gelo e mantido em temperatura entre -0,5 e -2C (menos meio grau Celsius a menos dois graus Celsius).

Art. 52 - "Congelado" é o pescado tratado por processos adequados de congelação, em temperatura não inferior a -25C (menos vinte e cinco graus Celsius).

Art. 53 - Depois de submetido à congelação o pescado deve ser mantido em câmara frigorífica a -18 C (menos dezoito graus Celsius) ou temperatura inferior.

### CAPÍTULO III

#### DAS CARNES, LEITE EM NATUREZA, DOS DERIVADOS DE LEITE E OUTROS PRODUTOS

Art. 54 - O abate de animais para o consumo humano ou para matéria-prima destinada à fabricação de derivados, bem como a comercialização e o beneficiamento de leite, no Município de Ascurra, estarão sujeitos às seguintes condições:

I - O abate, a industrialização de carnes e do leite só poderão ser realizados em estabelecimentos registrados ou relacionados no SIM ou em órgão equivalente do Estado ou da União;

II - Os animais e seus produtos deverão ser acompanhados de documentos sanitários e fiscais para identificação de sua procedência;

III - Os animais serão submetidos a inspeção "ante" e "pos-mortem" e serão abatidos mediante processo humanitário, sendo que a manipulação durante os procedimentos de abate e industrialização deverão obedecer os requisitos de uma boa higiene;

IV - A produção de leite e de derivados de leite obedecerá os cuidados de higiene previsto neste Decreto e na Legislação Sanitária Municipal;

V - Não será permitida a venda de leite in natura diretamente ao consumidor;

VI - O estabelecimento produtor de leite deverá ter assistência técnica de médico veterinário visando o controle sanitário do rebanho.

Art.55 - Os estabelecimentos produtores de leite que destinem sua produção à comercialização dentro do município de Ascurra e/ou que produzam derivados de leite como queijos, para venda intramunicipal, deverão ser "Relacionados" junto ao SIM e ter suas instalações aprovadas por este órgão e pela Vigilância Sanitária Municipal.

Parágrafo Primeiro - Os estabelecimentos relacionados no SIM só poderão comercializar leite tipo "C".

Parágrafo Segundo - Os estabelecimentos que pretenderem comercializar outros tipos de leite como o leite tipo "A" ou tipo "B" deverão manifestar sua disposição ao SIM que expedirá as orientações e exigências técnicas para estes casos.

Art. 56 - Denomina-se leite, sem outra especificação, o produto normal, fresco, integral, oriundo da ordenha completa e ininterrupta de vacas sadias.

Art. 57 - Considera-se leite normal, o produto que apresente:

I - caracteres normais;

II - teor de gordura mínima de 3% (três por cento);

III - acidez em graus Domic entre 15 e 20 (quinze e vinte);

IV - densidade a 15 (quinze graus centígrados), entre 1.028 (mil e vinte e oito) e 1.033 (mil e trinta e três);

V - lactose - mínimo de 4,3% (quatro e três décimos por cento);  
VI - extrato seco desengordurado - mínimo 8,5% (oito e cinco décimos por cento);

VII - extrato seco total - mínimo 11,5% (onze e cinco décimos por cento);

VIII - índice crioscópico mínimo -0,55 C (menos cinquenta e cinco graus Celsius);

IX - índice refratométrico no soro cúprico a 20 C (vinte graus Celsius) não inferior a 37 (trinta e sete graus) Zeiss.

Art. 58 - Entende-se por "leite de retenção", o produto de ordenha, a partir do trigésimo dia antes da parição.

Art. 59 - Entende-se por "colostró" o produto da ordenha obtido após o parto e enquanto estiverem presentes os elementos que o caracterizam.

Parágrafo Único - É proibido o aproveitamento para fins de alimentação humana, do leite de retenção e do colostro.

Art. 60 - A produção de leite das espécies caprina, ovina e outras, fica sujeita às mesmas determinações do presente Decreto, satisfeitas as exigências para sua identificação.

Art. 61 - É obrigatória a produção de leite em condições higiênicas desde a fonte de origem seja qual for a quantidade produzida e seu aproveitamento.

Parágrafo Único - Esta obrigatoriedade se estende ao trato do gado leiteiro, à ordenha, ao vasilhame e ao transporte.

Art. 62 - Denomina-se gado leiteiro todo o rebanho explorado com a finalidade de produzir leite.

Art. 63 - No controle veterinário do gado leiteiro serão observados os seguintes aspectos:

I - o regime de criação e permanência nos pastos ou piquetes;

II - a área mínima das pastagens por animal;

III - horário das rações e organização de tabelas de alimentação para as granjas leiteiras;

IV - alimentação produzida ou adquirida, inclusive instalações para o preparo de alimentos;

V - condições higiênicas em geral, especialmente dos currais, estábulos, locais da ordenha e demais dependências que tenham relação com a produção do leite;

VI - água destinada aos animais e utilizada na lavagem de locais e equipamento;

VII - estado sanitário dos animais, especialmente das vacas em lactação e adoção de medidas de caráter permanente contra a tuberculose, brucelose, mastite e outras doenças que possam contaminar o leite;

VIII - controle dos documentos de sanidade dos ordenhadores;

IX - higiene da ordenha, do vasilhame e da manipulação do leite;

X - exame do leite de mistura, resultante de quantidade total produzida diariamente ou quando for aconselhável do leite individual;

XI - condições de transporte.

Art. 64 - É proibido ministrar alimentos que possam prejudicar a fêmea lactante ou a qualidade do leite, incluindo-se nesta proibição - substâncias estimulantes de qualquer natureza, capazes de provocar aumento da secreção láctea, com prejuízo da saúde do animal.

Art. 65 - Os animais suspeitos ou atacados de tuberculose ou brucelose devem ser afastados da produção leiteira.

Art. 66 - Será interditada a propriedade rural, para efeito de aproveitamento do leite destinado à alimentação humana quando se verifique qualquer surto de doença infecto-contagiosa que

justifique a medida.

Art. 67 - Ordenha pode ser feita no próprio estábulo ou instalações simples, porém higiênicas.

Parágrafo Único - A critério do SIM poderá ser exigido que a ordenha seja feita em sala separada.

Art. 68 - A ordenha deve ser feita com regularidade e diariamente, adotando-se o espaço mínimo de 10 (dez) horas no regime de duas ordenhas, ou de 8 (oito) horas no regime de três ordenhas.

Art. 69 - A ordenha deve ser feita observando-se:

I - horário que permita o tratamento adequado do leite;

II - vacas limpas, descansadas, com úberes lavados e enxutos e a cauda presa;

III - ordenhador ou retireiro aseado, com roupas limpas, mãos e braços lavados, unhas cortadas, de preferência uniformizado, de macacão e gorros limpos;

IV - rejeição dos primeiros jatos de leite, fazendo-se a mungidura total e ininterrupta com esgotamento das quatro tetas.

Parágrafo Primeiro - É permitida a ordenha mecânica: em tal caso é obrigatória a rigorosa lavagem e esterilização de todas as peças da ordenhadeira as quais serão mantidas em condições adequadas.

Parágrafo Segundo - Na ordenha manual é obrigatório o uso de baldes com abertura lateral, inclinada, previamente higienizados.

Art. 70 - Logo após a ordenha, o leite deve ser passado para vasilhame próprio, previamente higienizado, através de tela milimétrica inoxidável, convenientemente limpa no próprio estabelecimento momentos antes do uso.

Art. 71 - O vasilhame com leite deve ser mantido em tanque com água corrente ou, preferentemente, sob refrigeração a 10 C (dez graus Celsius).

Art. 72 - Todo o vasilhame empregado no acondicionamento do leite, na ordenha, na coleta ou para mante-ló em depósito, deve atender o seguinte:

I - ser de aço inoxidável, alumínio ou ferro estanhado, de perfeito acabamento e sem falhas, com formato que facilite sua lavagem e esterilização;

II - estar convenientemente limpo no momento da ordenha a ser devidamente lavado após utilizado;

III - possuir tampa de modo a evitar vazamento ou contaminação;

IV - ser destinado efusivamente ao transporte ou ao depósito de leite, não podendo ser utilizado no acondicionamento de soro ou do leite impróprio para consumo;

V - dispor de fecho metálico.

Art. 73 - Um vasilhame contendo leite deve ser resguardado da poeira, dos raios solares e da chuva.

Art. 74 - Não se permite medir ou transvasar leite em ambiente que o exponha a contaminações.

Art. 75 - Só será permitido aos estabelecimentos "relacionados" no SIM comercializar leite tipo "C" ou integral e este deve satisfazer as seguintes condições:

I - ser produzido em granja leiteira com inspeção sanitária periódica de seus rebanhos;

II - dar entrada no setor de beneficiamento em horas fixadas pelo SIM e que considerará os prazos em função do resfriamento ou não do leite;

III - ser pasteurizado dentro de cinco horas após o recebimento e ser embalado mecanicamente, devendo na embalagem constar

a data de fabricação e prazo de validade, além de outros dizeres previsto neste Decreto;

IV - ser distribuído nas 24 (vinte e quatro) horas seguintes à sua industrialização;

V - ser padronizado através de máquina padronizadora.

Art. 76 - Obedecidos os cuidados de higiene dois ou mais estabelecimentos produtores de leite relacionados poderão se consorciar para o trabalho de pasteurização homogenização e embalagem de leite destinado ao consumo, ou para produção de derivados.

Parágrafo Primeiro - As embalagens, neste caso, indicarão o consórcio cuja forma jurídica de organização será acompanhada e referendada pelo SIM.

Parágrafo Segundo - Cada estabelecimento produtor deverá reter uma amostra diária na propriedade para fins de exames eventuais.

Art. 77 - Cada estabelecimento produtor manterá um controle diário do número de litros de leite embalados bem como a que estabelecimentos e/ou consumidores está sendo entregue.

Art. 78 - O transporte do leite embalado destinado ao consumo deve ser transportado em veículos higiênicos e adequados, que mantenham o leite ao abrigo do sol da poeira, da chuva e do calor.

Art. 79 - O SIM realizará a inspeção do leite produzido nos estabelecimentos sob seu controle, pelo regime de amostragem.

Art. 80 - O leite tipo "C" padronizado, para ser exposto ao consumo deve satisfazer as exigências do leite integral menos nos seguintes pontos:

I - teor de gordura, que será de 3% (três por cento) no mínimo;

II - extrato seco total, 11,75% (onze e sete décimos por cento);

III - extrato seco desengordurado 8,7% (oito e sete décimos por cento);

IV - densidade a 15 C (quinze graus Celsius) entre 1031 (um mil e trinta e um) e 1035 (um mil e trinta e cinco).

Art. 81 - Na inspeção e análise do leite serão considerados pelo SIM, para efeitos de aprovação ou condenação, os padrões químicos e microbiológicos aceitos tanto na legislação federal quanto na legislação estadual.

Art. 82 - Considera-se fraudado, adulterado ou falsificado o leite que:

I - for adicionado de água;

II - tiver sofrido subtração dos seus componentes, inclusive a gordura;

III - for adicionado de substâncias conservadoras ou de quaisquer elementos estranhos à sua composição;

IV - estiver cru e for vendido como pasteurizado;

V - for exposto ou entregue ao consumo sem as devidas garantias de inviolabilidade.

Parágrafo Primeiro - Será inutilizado o leite considerado impróprio para consumo ou fraudado, que ajuízo do SIM não possa ter aproveitamento condicional.

Parágrafo Segundo - Considera-se aproveitamento condicional a desnaturação do leite e sua aplicação na alimentação animal.

Art. 83 - O estabelecimento que fraudar, adulterar ou expuser ao consumo leite fora dos padrões estabelecidos por este Decreto, fica sujeito às penalidades previstas neste às penalidades previstas neste regulamento.

Art. 84 - "Creme" é o produto rico em gordura resultante da desnatação do leite.



Art. 85 - Para efeitos deste Decreto são permitidas as seguintes variedades de creme:

- I - creme de mesa;
- II - creme de indústria.

Art. 86 - Considera-se "creme de mesa" o produto obtido em condições especiais, destinado ao consumo diário ou à aplicação em culinária, classificando-se em:

- I - creme de mesa pasteurizado ou creme doce - quando submetido a pasteurização e com acidez não superior a 18 D (dezoito graus Domic);
- II - creme de mesa ácido, quando pasteurizado adicionado de fermentos lácteos próprios e de acidez não superior a 50 D (cinquenta graus Domic);
- III - creme de mesa esterilizado - quando esterilizado, adicionado ou não de estabilizador aprovado pelo SIM e de acidez não superior a 18 D (dois graus Domic).

Art. 87 - O creme de mesa deve ser:

- I - oriundo de leite considerado próprio para o consumo, desnatado em condições adequadas;
- II - beneficiado dentro das (18) dezoito horas posteriores à desnatados, em estabelecimento sob inspeção do SIM, aparelhado para pasteurização, refrigeração e envasamento do creme em vasilhame esterilizado e com depósito frigorífico.

Parágrafo Único - O creme esterilizado deve ser previamente homogenizado e acondicionado em garrafas ou em latas apropriadas.

Art. 88 - O creme de mesa deve apresentar:

- I - caracteres organolépticos normais;
- II - acidez máxima de 18 D (dezoito graus Domic), na variedade doce e esterilizado e de 50 D (cinquenta graus Domic) na variedade ácida.

Art. 89 - É proibida a exposição à venda e ao consumo de creme cru.

Art. 90 - A produção e o transporte de creme de mesa devem obedecer, no mínimo, ao que dispõem o presente Decreto para o leite tipo "C".

Parágrafo Primeiro - Nos estabelecimentos sob inspeção do SIM é permitido acondicionar o creme pasteurizado, desde que o vasilhame atenda a todas as exigências previstas para o leite de consumo.

Parágrafo Segundo - Este vasilhame deve ser provido de fecho inviolável e trazer uma etiqueta indicando a natureza e variedade do produto bem como indicação sobre o estabelecimento de procedência.

Parágrafo Terceiro - O envase do creme de leite deve atender às mesmas exigências fixadas para o leite tipo "C", inclusive no que diz respeito aos dizeres do rótulo.

Parágrafo Quarto - É proibido o emprego de substâncias químicas com a finalidade de reduzir a acidez do creme de mesa.

Art. 91 - Considera-se "creme de indústria" o produto obtido e tratado para fins de fabricação de manteiga e outros produtos.

Art. 92 - Enquadra-se na categoria de indústria o "creme de soro" que é o produto resultante da desnatção do soro do queijo.

Parágrafo único - Estendem-se ao creme de soro as mesmas determinações constantes neste Decreto para o creme de indústria.

Art. 93 - Pode ser permitido o emprego de conservantes em creme destinado a fabricação de manteiga comum ou de 2ª qualidade desde que aprovados pelo SIM.

Art. 94 - O creme destinado a produção de manteiga a ser frigidificada por tempo superior a 30 (trinta) dias, deve ter sua acidez reduzida a 20 D (vinte graus Domic), ser pasteurizado e não ter mais de 60 (sessenta graus Domic) por ocasião da batidura.

Parágrafo único - É obrigatória a pasteurização do creme que foi submetido à redução de sua acidez.

Art. 95 - Fica estabelecida a seguinte relação para a escala de pontos destinada a classificação dos cremes:

- I - aspecto - 10 (dez) pontos;
- II - aroma - 30 (trinta) pontos;
- III - sabor - 30 (trinta) pontos;
- IV - percentagem de gordura-limites de 20% a 50% (vinte a cinquenta por cento) 10 pontos;
- V - acidez Domic - limites de 20 a 40 D (vinte a quarenta graus Domic) 15 pontos, respectivamente para o creme doce e de indústria.

Art. 96 - Será considerado "extra" o creme que:

- I - alcance no mínimo 85 (oitenta e cinco) pontos na escala prevista neste Decreto e não tenha sido adicionado de conservantes;
- II - tenha sido produzido no máximo 48 (quarenta e oito) horas antes;
- III - apresente acidez máxima de 35 D (trinta e cinco graus Domic), sem ter sido submetido a qualquer tratamento (redução).

Art. 97 - Deve ser considerado de "primeira qualidade" o creme que:

- I - alcance no mínimo 75 (setenta e cinco) pontos na escala prevista neste Decreto;
- II - tenha sido produzido no máximo há 72 (setenta e duas horas) quando não tratado no estabelecimento de desnatção;
- III - apresente acidez máxima de 50 D (cinquenta graus Domic) sem ter sido submetido a qualquer tratamento (redução).

Art. 98 - Na fabricação de manteiga "extra" e de "primeira qualidade" só se permite a aplicação de cremes "extra" e "primeira qualidade", respectivamente.

Art. 99 - O creme destinado à fabricação de requeijão deve satisfazer no mínimo os requisitos de creme primeira qualidade.

Art. 100 - Será considerado de "segunda qualidade" o creme que:

- I - não alcance 75 (setenta e cinco) pontos na escala prevista neste Decreto;
- II - tenha sido produzido no máximo há 84 (oitenta e quatro) horas e apresente no máximo acidez de 65 D (sessenta e cinco graus Domic).

Parágrafo primeiro - Este creme só pode ser empregado na fabricação de manteiga comum.

Parágrafo segundo - Creme com acidez superior a 65 D (sessenta e cinco graus Domic), sem tratamento, só pode ser empregado na fabricação de manteiga de cozinha.

Art. 101 - É proibida a aplicação direta de gelo ao creme destinado à fabricação de manteiga extra ou de primeira qualidade.

Parágrafo único - O gelo aplicado na refrigeração de creme destinado à fabricação de manteiga comum deve ser obtido de água potável.

Art. 102 - Consideram-se impróprios para consumo ou para a

fabricação de manteiga os cremes:

I - oriundos de leite proveniente de gado atacado por doenças contagiosas ou de propriedades interditadas pela autoridade sanitária;

II - que revelem a presença de germes patogênicos;

III - que apresentem corpos estranhos de qualquer natureza;

IV - que apresentem caracteres organolépticos anormais, principalmente quanto a cheiro e sabor.

Art. 103 - "Manteiga" é o produto resultante da batida do creme de leite fresco ou fermentado pela adição de fermento láctico selecionado ao qual se incorpore ou não sal (cloreto de sódio).

Parágrafo único - A redução da acidez do creme destinado à fabricação de manteiga impõe não só a subsequente pasteurização, como também a adição de fermentos lácticos selecionados.

Art. 104 - A designação "manteiga" é reservada exclusivamente ao produto obtido do leite de vaca que reúne as condições estabelecidas neste Decreto, devendo-se empregar a palavra manteiga seguida da espécie animal da qual foi obtida a matéria - prima quando esta não for do leite de vaca.

Art. 105 - As manteigas podem ser de duas variedades: sem sal ou com sal, isto é, adicionada ou não de cloreto de sódio.

Art. 106 - Quanto à qualidade, serão as manteigas de mesa classificadas em:

I - manteiga "extra";

II - manteiga de "primeira qualidade";

III - manteiga "comum" ou de segunda qualidade.

Art. 107 - "Manteiga extra", é o produto que alcance 92 (noventa e dois) pontos ou mais na escala estabelecida neste Decreto e ainda satisfaça as seguintes exigências:

I - ser obtida em estabelecimentos instalados para a finalidade, dispondo de toda aparelhagem para tratamento do creme (pasteurização, adição de fermentos lácticos selecionados), além de câmaras frigoríficas para depósito do produto;

II - ser obtida de creme classificado "extra", devidamente tratado, não adicionado de corantes;

III - ser elaborada com creme e água refrigerados, sem aplicação direta de gelo;

IV - apresentar, no máximo, acidez de 2 ml (dois mililitros) de soluto alcalino normal em cem gramas, da matéria gorda na fábrica, tolerando-se até 3 ml (três mililitros) no consumo, um por cento de insolúveis e dois por cento de cloreto de sódio;

V - ser devidamente embalada no próprio estabelecimento produtor;

VI - ser mantida em frio e só ser estocada à temperatura de 10 C (dez graus Celsius).

Art. 108 - Manteiga de primeira qualidade" é o produto que alcançar 82 a 91 (oitenta e dois a noventa e um) pontos na escala estabelecida neste Decreto e satisfaça as seguintes exigências:

I - ser obtida em estabelecimento instalado para a finalidade, dispondo de toda a aparelhagem para tratamento de creme, além de câmaras frigoríficas para depósito do produto;

II - ser obtida de creme de primeira qualidade, devidamente tratado, adicionado ou não de corante vegetal próprio até tonalidade levemente amarelada;

III - ser elaborada com creme refrigerado, sem aplicação direta de gelo;

IV - apresentar, no máximo, acidez de 3 ml (três mililitros) do soluto alcalino normal em cem gramas de matéria gorda na fábrica (estabelecimento) tolerando-se 5 ml (cinco mililitros) no consumo, um e meio por cento de insolúveis e dois e meio por cento de cloreto de sódio;

V - ser devidamente embalada no próprio estabelecimento;

VI - ser mantida em frio.

Art. 109 - "Manteiga comum" ou de segunda qualidade é o produto que obtenha de 70 a 81 (setenta a oitenta e um) pontos na escala estabelecida neste Decreto e satisfaça as seguintes exigências:

I - ser obtida de creme próprio para a finalidade, com acidez não superior a 65 D (sessenta e cinco graus Domic) adicionada ou não de corante vegetal na quantidade estritamente necessária à obtenção de uma tonalidade amarelada;

II - apresentar no máximo acidez de 5 ml (cinco mililitros) de soluto alcalino normal em cem grama de matéria-prima gorda no estabelecimento, tolerando-se oito mililitros no consumo, dois por cento de insolúveis e três por cento de cloreto de sódio;

III - ser devidamente embalada em vasilhame autorizado pelo SIM, no próprio estabelecimento.

Art. 110 - Na produção de manteiga de mesa só se permite aplicação de sal (cloreto de sódio) refinado e preferentemente esterilizado.

Art. 111 - Só pode ser dado ao consumo como "manteiga extra" ou "de primeira qualidade" o produto que além da elaboração em estabelecimento nas condições fixadas neste Decreto, seja mantido em depósito ou armazenem frigorífico no mercado consumidor.

Parágrafo único - Enquanto não houver transporte frigorífico, essas manteigas devem ser mantidas em temperatura nunca superior a cinco graus Celsius no momento do embarque.

Art. 112 - Às manteigas estocadas por mais de seis meses a partir da data de fabricação só podem ser lançadas ao consumo após análise.

Art. 113 - Para servir de base à classificação das manteigas, fica estabelecida a seguinte escala de pontos:

I - sabor e aroma - máximo 55 (cinquenta e cinco) pontos;

II - textura e consistência - 30 (trinta) pontos;

III - salga - 5 (cinco) pontos;

IV - coloração - 5 (cinco) pontos;

V - apresentação - 5 (cinco) pontos.

Art. 114 - As manteigas de qualquer tipo ou qualidade devem satisfazer as seguintes exigências:

I - apresentar no mínimo 80% (oitenta por cento) de matéria gorda;

II - não apresentar teor de água superior a 16% (desosseis por cento), tolerando-se até 18% (dezoito por cento) na variedade não salgada.

Art. 115 - As manteigas devem apresentar na matéria gorda índices físicos e químicos dentro dos seguintes limites:

I - acidez de soluto normal por cento variável de acordo com as qualidades;

II - índice de refração absoluto a 40 C (quarenta graus Celsius) 1,4528 a 1,4558;

III - índice de iodo de 26 a 38 (vinte e seis a trinta e oito);

IV - índice de Reichen-MeissI, de 20 a 32 (vinte a trinta e dois);

V - Índice de Polensk de 1 ,3 (um e três décimos) a 3,6 (três e seis décimos);

VI - ponto de fusão final em tubo capilar de 28 a 37 (vinte e oito a trinta e sete graus Celsius);

VII - índice de saponificação de 219 e 234 (duzentos e dezenove a duzentos e trinta e quatro).

Art. 116 - É proibido adicionar à manteiga substâncias conservadoras, aromatizantes, essências, antioxidantes ou regeneradoras, bem como gorduras estranhas de qualquer natureza.

Art. 117 - As manteigas devem ser consideradas impróprias para o consumo, além de sujeitas às demais restrições deste Regulamento:

I - quando apresentem caracteres organolépticos anormais de qualquer natureza;

II - quando em análise fique demonstrada a adição de substâncias nocivas conservadoras, produtos estranhos à sua composição ou matéria corante não permitida pelo SIM;

III - quando contenham detritos, sujidades, insetos ou corpos estranhos de qualquer natureza;

IV - quando contenham microorganismos, em número que indique defeitos de matéria - prima ou de elaboração;

V - quando revelem em exame bacteriológico coliformes, levedes e cogumelos em número superior ao previsto nas técnicas padrões do SIM ou apresentem genes patogênicos.

Art. 118 - Consideram-se fraudes:

I - a mistura de manteiga de qualidades diferentes;

II - a venda de manteiga de uma qualidade por outra superior à sua classificação;

III - a rotulagem de manteiga em desacordo com a classificação real.

Art. 119 - As disposições relativas à fabricação e classificação da manteiga são igualmente aplicáveis ao produto oriundo de outras espécies com as alterações que a tecnologia indicar.

Art. 120 - Armazenamento frigorífico de manteiga é o depósito deste produto por tempo não superior a três meses nas seguintes condições:

I - ser realizado em câmara frigorífica a temperatura não superior a 5 C (cinco graus Celsius) e com grau higrométrico não superior a 75% (setenta e cinco por cento);

II - não ser mantida em comum com outros produtos que possam contaminar a manteiga ou lhe transmitir cheiro e sabor estranhos;

II) - estar acondicionada em recipientes ou envoltórios que evitem contaminações ou sujidades, e quando em latões, sem que haja espaço entre o produto e o continente;

Art. 121 - Estocagem de manteiga é a manutenção do produto em frigorífico nas seguintes condições:

I - em câmara frigorífica mantida em temperatura inferior a 10 C (menos dez graus Celsius) e durante todo o período de estocagem, com grau higrométrico não superior a 75% (setenta e cinco por cento);

II - ser previamente envolvida em papel impermeável apropriado, quando acondicionada em caixas de papelão ou de outro material aprovado;

III - atender às demais condições previstas no artigo anterior.

Parágrafo único - A manteiga, ao ser retirada do armazenamento ou da estocagem será examinada e reclassificada se for o caso.

Art. 122 - Decorridos sessenta dias da data de fabricação os estabelecimentos estocadores serão responsáveis pelos defeitos de acidez e ranço se as manteigas não tiverem sido mantidas nas condições estabelecida neste Decreto.

Art. 123 - Considera-se data de fabricação da manteiga o dia de sua embalagem provisória ou definitiva e esta data deve constar da embalagem da manteiga a ser conservada.

Art. 124 - Permitem-se, como aproveitamento condicional, a fabricação e o comércio de manteiga fundida, para fins culinários, de panificação ou confeitaria.

Art. 125 - "Manteiga fundida" é o produto cuja umidade foi eliminada pela fusão e em seguida filtrado para separar a manteiga derretida da caseína e da albumina.

Art. 126 - "Queijo" é o produto obtido do leite integral padronizado, magro ou desnatado, coagulado natural ou artificialmente, adicionado ou não de substâncias permitidas neste Decreto e submetido às manipulações necessárias para a formação das características próprias.

Art. 127 - Para fins de padronização os queijos devem ser classificados em três categorias, tendo por base:

I - consistência;

II - percentagem de gordura no extrato seco total;

III - qualidade e processo de fabricação.

Art. 128 - Quanto à consistência os queijos devem ser classificados em "moles", "semiduros" e "duros".

Parágrafo primeiro - Os queijos moles e semiduros podem ser:

I - "frescos" quando não sofrerem processo de cura inclusive os de massa filada;

II - "maduros" quando forem submetidos a processo de cura, segundo a técnica própria do respectivo tipo.

Parágrafo Segundo - Só é permitida a fabricação de queijos frescos e moles a partir de leite pasteurizado.

Art. 129- Quanto à percentagem de gordura no extrato seco total, os queijos se classificam em:

I - gordo: quando alcance no mínimo 40% (quarenta por cento);

II - meio gordo: quando esta percentagem é superior a 25% (vinte e cinco por cento);

III - magro: quando esta percentagem é igual ou superior a 15% (quinze por cento);

IV - desnatado, quando esta percentagem não atinge a 15% (quinze por cento).

Art. 130 - Quanto à qualidade, serão os queijos classificados em: extra, de primeira qualidade e de segunda qualidade, o queijo "extra" deve satisfazer as seguintes exigências:

I - apresentar integralmente as características estabelecidas para o padrão respectivo;

II - ser preparado com leite pasteurizado;

III - ser tecnicamente fabricado utilizando-se fermento láctico especial para o tipo;

IV - apresentar revestimento e embalagem características;

V - alcançar na escala de classificação no mínimo 90 (noventa) pontos.

O queijo de "primeira qualidade" deve satisfazer às seguintes exigências:

I - apresentar as características estabelecidas para o tipo;

II - apresentar revestimento apropriado;

III - alcançar na escala de classificação no mínimo 85 (oitenta e cinco) pontos.

O queijo de "segunda qualidade" deve satisfazer às seguintes exigências:

I - manter as características estabelecidas para o tipo, embora com defeitos que o afastem do padrão;

I - apresentar ou não revestimento apropriado;

III - alcançar na escala de classificação no mínimo 80 (oitenta) pontos.

Art. 131 - Fica estabelecida a seguinte escala de pontos para a classificação:

I - paladar: compreendendo degustação, sabor e aroma: máximo de 50 (cinquenta) pontos;

II - consistência: compreendendo dureza e máximo de 20 (vinte) pontos;

III - textura: compreendendo olhadura e granulação, máximo de 15 (quinze) pontos;

IV - cor: máximo de 10 (dez) pontos;

V - apresentação, compreendendo formato, embalagem e

acabamento máximo de 5 (cinco) pomos.

Art. 132 - Os queijos que não se enquadrem em qualquer das qualidades previstas no artigo anterior, podem ser aproveitados na elaboração de queijos fundidos, desde que não tenham sido considerados impróprios para o consumo.

Art. 133 - Para efeitos de padronização dos queijos, fica estabelecida a seguinte nomenclatura de acordo com a consistência do produto:

I - moles: Minas frescal, queijo fundido, Ricota fresca, Requeijão e os tipos Roquefort, Gorgonzola, Liburgo e outros;

II - semiduros: Minas (padrão) Prato, tipo Edam ou Reno, tipos: "Gouda", "Gruyère", "Ementai", "Tilist", "Estepe", "Mussarela", "Siciliano", "Fontina" e outros.

III - duros: Minas duro e os tipos "Parmesão", "Cheddar", "Provolo-ne", "Caccio-cavallo", "Ricota defumada" e outros.

Art. 134 - O queijo tipo "Roquefort" é obtido do leite cru ou pasteurizado, de massa crua não prensada, devidamente maturado pelo espaço mínimo de três meses e deve apresentar:

I - formato cilíndrico, faces planas e bordos retos formando ângulo vivo;

II - peso: entre 2 e 2.200 g. (dois e dois mil e duzentas gramas);

III - crosta: fina, úmida pegajosa, de cor amarelada;

IV - consistência: mole, esfarelante com untura manteigosa;

V - texturas: fechada ou com poucos e pequenos buracos mecânicos;

VI - cor: branco-creme, apresentando as formações características verde-azuladas bem distribuídas, devidas ao *Penicilium roquefort*;

VII - odor e sabor: próprios, sendo o sabor salgado e picante.

Parágrafo único - Este queijo deve ser exposto à venda convenientemente envolvido em papel metálico.

Art. 135 - O queijo tipo "Gorgonzola" é de fabricação idêntica ao do tipo "Roquefort", diferenciando-se deste apenas por ser fabricado exclusivamente com leite de vaca.

Art. 136 - "Ricota fresca" é o produto obtido da albumina do soro de queijos, adicionado de leite até 20% (vinte por cento) do seu volume, tratado convenientemente e tendo o máximo de 3 (três) dias de fabricação. Deve apresentar:

I - formato cilíndrico;

II - peso: 300 g. a 1000 g. (trezentas a mil gramas);

III - crosta: rugosa não formada ou pouco nítida;

IV - consistência: mole, não pastosa e friável;

V - textura: fechada ou com alguns buracos mecânicos;

VI - cor: branca ou branco-creme;

VII - odore sabor: próprios.

Art. 137 - "Requeijão" é o produto obtido pela fusão de misturas de creme com massa de coalhada, dessorada e lavada. Deve apresentar:

I - formato: cilíndrico ou retangular;

II - peso: 250 g a 1.000 g. (duzentas e cinquenta a mil gramas);

III - crosta: nítida, de cor branco-creme;

IV - consistência: mole, homogênea;

V - textura: fechada ou com olhos em cabeça de alfinete;

VI - cor: branco-creme homogênea.

Art. 138 - O queijo Minas (padrão) é o produto obtido do leite integral ou padronizado, pasteurizado, de massa crua, prensado mecanicamente e devidamente maturado durante vinte dias. Deve apresentar:

I - formato: cilíndrico de faces planas e bordos retos, formando ângulo vivo;

II - peso: 1.000 a 1.200 g. (mil a mil e duzentas gramas);

III - crosta: fina, amarela, preferentemente revestida de parafina;

IV - consistência semi-dura, tendente a macia de untura manteigosa;

V - textura: buracos mecânicos em cabeça de alfinete, pouco numerosos;

VI - cor: branco-creme homogênea;

VII - odor e sabor: próprios, ácidos, agradáveis e não picantes.

Art. 139 - Queijo "prato" é o produto obtido do leite pasteurizado de massa semicozida prensado e maturado por 20 (vinte) dias no mínimo e apresentar:

I - formato: cilíndrico baixo, de faces planas, de bordos de ângulos arredondados, permitindo-se as variedades cilíndrico baixo em diâmetro menor (Cobocó), paralelepípedo, pequeno ou grande (Lanche), esférico (bola);

II - peso: de 2 a 6 (dois a seis) quilos no padrão; nas variedades Cobocó, Lanche e Bola, de um a quatro quilos;

III - crosta: lisa, fina, bem formada, de cor amarelada- preferentemente revestida de parafina;

IV - consistência: compacta, semidura, elástica, de untura manteigosa;

V - textura: olhos redondos ou ovalados, regulamente distribuídos, pouco numerosos, bem formados, de contorno nítido de 3 a 5 mm (três a cinco milímetros) de diâmetro, de fundo raso brilhante;

VI - cor: amarelo-palha, tolerando-se a tonalidade ligeiramente rósea, homogênea e translúcida;

VII - odor e sabor próprios, suaves, não-picantes este último tendendo ao adocicado.

Parágrafo único - Este queijo, quaisquer que sejam seu formato e peso. será denominado "Prato" com especificações na rotulagem de sua variedade.

Art. 140 - O tipo "Gouda" é semelhante ao Prato padrão, apresentando textura mais firme e paladar mais picante.

Art. 141 - O queijo tipo Mussarela é o produto obtido de leite pasteurizado, de massa filada não prensada, entregue ao consumo até 5 (cinco) dias após a fabricação e devendo apresentar:

I - formato variável entre cilíndrico chato e paralelepípedo;

II - peso: de 15 g a 2 kg. (de quinze gramas a dois quilogramas);

III - crosta: fina de cor amarelada;

IV - consistência: massa semidura;

V - textura: compacta, fechada;

VI - cor: branco-creme homogênea;

VII - odor e sabor: respectivamente suave e salgado.

Art. 142 - O queijo tipo "Provolone Fresco" é o produto de massa filada, obtido de leite pasteurizado, não prensado dado ao consumo até 20 (vinte) dias de sua fabricação e deve apresentar:

I - formato: variável;

II - peso: de 500 g. a 2 kg (quinhentas gramas a dois quilogramas);

III - crosta: consistência, textura- cor, odor e sabor idênticos ao tipo mussarela;

Parágrafo único - Este tipo pode apresentar pequena quantidade de manteiga na sua massa, dando lugar à variedade "Butirro".

Art. 143 - Queijo tipo "Parmesão" é o produto obtido de leite cru ou pasteurizado, de massa cozida prensada, e maturado no mínimo por seis meses. Deve apresentar:

I - formato: cilíndrico, com faces e bordos retos formando ângulo vivo, apresentando-se em tamanhos pequeno, médio e grande;

II - peso: 6.000 a 6.500 g (seis mil a seis mil e quinhentas gramas) no tamanho grande;

III - crosta: firme, lisa, não pegajosa, untada com óleo secativo ou verniz próprio, de preferência de cor preta;

IV - consistência: dura, maciça, de untura seca própria para ralar;

V - textura: fechada, compacta, com poucos olhos mecânicos,



pequenos ou em formato de cabeça de alfinete superfície de fra-  
tura granulosa de grânulos pequenos e homogêneos;  
VI - cor: amarelo-palha. homogênea;  
VII - odor e sabor: próprios, picantes e fortes.

Art. 144 - Queijo tipo "Provolone curado" é o produto obtido de  
leite cru ou pasteurizado enformado ou não, prensado e devida-  
mente maturado pelo espaço mínimo de 2 (dois) meses. Deve  
apresentar:

- I - formato: tendente ao esférico ou oval;
- II - peso: 1 a 8 kg (um a oito quilogramas);
- III - crosta: firme, lisa, resistente, destacável, cor amarelo-pardo,  
preferentemente revestida de parafina;
- IV - consistência: dura, não-elástica. quebradiça, untada, bem  
seca;
- V - textura: fechada ou apresentando poucos olhos em formato de  
cabeça de alfinete;
- VI - cor: branco-creme homogênea;
- VII - odore sabor: próprios, fortes e picantes.

Art. 145 - O queijo tipo "Caccio-cavalo" é o produto idêntico ao tipo  
Provolone com formato ovalar ou cilíndrico alongado.

Art. 146 - Os estabelecimentos sob inspeção do SIM poderão fa-  
bricar outros tipos de queijos cujas especificações não foram des-  
critas neste Decreto, mediante aprovação prévia dos respectivos  
padrões, após definição das características tecnológicas, organo-  
lépticas e químicas.

Art. 147 - A classificação dos queijos será feita pelos próprios es-  
tabelecimentos produtores e controlada pelo SIM.

Art. 148 - É permitido o emprego de nitrato de sódio até o limite  
de 0.05 g (cinco centigramas) por cento do leite, de cloreto de  
sódio, cloreto de cálcio, fermentos ou culturas de motos próprios,  
bem como de especiarias e de substâncias vegetais inócuas que  
tenham sido aprovadas para esta finalidade.

Parágrafo Primeiro - Os sais e suas soluções devem estar devida-  
mente esterilizados ao serem aplicados ao leite;

Parágrafo Segundo - Todos os preparados químicos expostos à  
venda para fabricação de queijos de procedência nacional ou es-  
trangeira só podem ser aplicados na indústria queijeira municipal  
depois de aprovados pelo SIM.

Art. 149 - São corante permitidos nos queijos, além de outros  
aprovados pelo SIM:

- I - ürucum (Bixa orellana) e cúrcuma (curcuma longa L.) para mas-  
sa;
- II - carmim (Coccus cacti L.) em solução amoniaca, tomassol,  
nova coccinae outras para a crosta.

Art. 150 - Considera-se data de fabricação dos queijos "frescos",  
"fundidos" e "requieijos" o dia de sua elaboração; para queijos  
"maturados", o dia do término da maturação.

Parágrafo único - Os queijos trarão inscrita na própria crosta ou  
em etiqueta aderente a data do término da prensagem ou da re-  
tirada da forma.

Art. 151 - No transporte e no consumo o queijo deve apresentar-  
se envolvido em papel impermeável, celofane apergaminhado, pa-  
pel parafinado ou metálico.

Parágrafo Primeiro - É proibido para qualquer tipo de queijo a  
embalagem em palha de milho, tolhas vegetais, papel permeável  
e outras julgadas impróprias.

Parágrafo Segundo - Queijos duros podem ser expostos à venda  
sem embalagem, desde que apresentem a crosta devidamente  
revestida e estejam rotulados.

Parágrafo Terceiro - No transporte, os queijos devem ser acondi-  
cionados em continentes que ofereçam proteção quanto à defor-  
mação e contaminação do produto.

Art. 152 - É considerado impróprio para o consumo o queijo que:  
I - contenha substâncias conservadoras não permitidas ou nocivas  
à saúde;  
II - apresente, disseminados na massa e na crosta parasites, de-  
tritros ou sujidades;  
III - esteja contaminado por germes patogênicos;  
IV - apresente caracteres organolépticos anormais, de qualquer  
natureza, que o tome desagradável;  
V - contenha substâncias não aprovadas pelo SIM.

Art. 153 - Considera-se fraudado o queijo quando nos rótulos  
constarem marcas, dizeres, desenhos ou outras informações que  
possam induzir o consumidor a uma falsa indicação de origem e  
qualidade.

Art. 154 - O queijo é considerado falsificado quando:  
I - apresentar substâncias estranhas à sua composição normal,  
mesmo que de valor alimentício;  
II - as características próprias do tipo, constantes do rótulo e sua  
composição química não correspondam ao que se exige do padrão  
respectivo.

Art. 155 - Os queijos defeituosos não considerados impróprios  
para consumo podem ser aproveitados condicionalmente ajuízo  
do SIM.

Parágrafo único - Considera-se aproveitamento condicional a fi-  
lagem da massa de queijo fresco, obtendo-se queijo de massa  
tilada e a fusão de queijos maturados para o preparo de queijos  
fundidos.

Art. 156 - Os queijos impróprios para o consumo podem ser apro-  
veitados no preparo de alimento para animais, depois de conve-  
nientemente tratados, de acordo com instruções do SIM.

Art. 157 - "Leite desidratado" é o produto resultante da desidrata-  
ção parcial ou total, em condições adequadas, do leite adicionado  
ou não de substâncias permitidas.

Parágrafo Primeiro - Consideram-se produtos resultantes de desi-  
dratação parcial: o leite concentrado, evaporado, condensado e o  
doce de leite.

Parágrafo Segundo - Consideram-se produtos resultantes da desi-  
dratação total: o leite em pó e as farinhas lacteas.

Art. 158 - Só pode ser empregado na fabricação do leite desidra-  
tado para consumo direto o leite fluido que satisfaça, no mínimo,  
as condições previstas neste Decreto para o leite de consumo tipo  
"C", exclusive quanto ao teor de gordura e de sólidos totais.

Art. 159 - "Leite condensado" ou "leite condensado com açúcar"  
é o produto resultante da desidratação em condições próprias do  
leite adicionado de açúcar.

Parágrafo único - São fases da fabricação do leite condensado: se-  
leção do leite, padronização dos teores de gordura e de sólidos to-  
tais, pré-aquecimento, adição de xarope (solução de sacarose ou  
glicose), condensação, refrigeração, cristalização e envazamento.

Art. 160 - O leite condensado deve satisfazer às seguintes

especificações:

I - apresentar características organolépticas próprias:

II - apresentar acidez em ácido láctico entre 0,8 e 0.16% (oito a dezesseis centigramas por cento), quando na diluição de uma parte do produto para 2.5 (duas e meia) partes de água;

III - apresentar na reconstituição, em volume, uma parte do leite para 2.25 (duas e vinte e cinco centésimos) partes de água, teor de gordura que atinja o limite do padrão de leite de consumo correspondente, tendo 28% (vinte e oito por cento) no mínimo, de extrato seco total do leite e, no máximo, 45% (quarenta e cinco por cento), de açúcar, excluída a lactose.

Art. 161 - Entende-se por "doce de leite" o produto resultante da cocção da mistura de leite e açúcar (sacarose ou glicose) adicionada ou não de aromatizante, até concentração conveniente e parcial caramelização.

Parágrafo único - Admitem-se duas variedades de doce de leite:

I - doce de leite em pasta;

II - doce de leite em tabletes.

Art. 162 - O doce de leite deve atender às seguintes especificações:

I - apresentar características normais ao produto;

II - apresentar no máximo 30% (trinta por cento) de umidade: 55% (cinquenta e cinco por cento) de açúcar, excluída a lactose e, no mínimo, 6% (seis por cento) de proteínas;

III - apresentar no máximo 2% (dois por cento) de resíduo mineral fixo;

IV - apresentar teor de gordura no mínimo de 2% (dois por cento);

V - apresentar no máximo acidez igual a 5 ml (cinco mililitros) de soluto alcalino normal por cento.

Art. 163 - O doce de leite pode ser adicionado de cacau, amendoim, coco, castanha-do-pará ou outras substâncias aprovadas pelo SIM.

Art. 164 - É proibido adicionar ao doce de leite gorduras estranhas, gelificantes ou substâncias impróprias de qualquer natureza, embora inócuos, exceto o bicarbonato de sódio em quantidade estritamente necessária para a redução parcial da acidez do leite e estabilizadores de caseína (fosfato ou citrato de sódio) na quantidade máxima de 0.05% (cinco centésimo por cento) sobre o volume do leite empregado.

Art. 165 - Denomina-se "iogurte" o produto resultante da ação do lacto-bacillus bulgaricus e do estreptococcus lactis sobre o leite, preferentemente reduzido por fervura a 2/3 (dois terços) do seu volume. Deve apresentar:

I - consistência pastosa;

II - sabor e odor acidulados;

III - teor em ácido láctico de 0.5% a 1.5% (meio a um e meio por cento);

IV - álcool, menos de 0.25% (vinte e cinco centésimos por cento);

V - germes da flora normal com vitalidade;

VI - ausência de impurezas, de germes patogênicos, de coliformes e de quaisquer elementos estranhos à sua composição;

VII - acondicionamento em recipientes de vidro, porcelana ou plástico com fechos invioláveis.

Art. 166 - "Coalhada" é o produto resultante da ação de fermentos lácticos selecionados sobre o leite pasteurizado ou estabilizado.

Parágrafo Primeiro - A coalhada deve ser isenta de impurezas, de leveduras de germes patogênicos, coliformes ou outros que alterem o produto ou indiquem manipulação defeituosa.

Parágrafo segundo - Quando proveniente de leite desnatado, o produto será designado "coalhada de leite desnatado".

Parágrafo terceiro - A coalhada deverá possuir um teor em ácido láctico de 0,5% a 15% (meio a um e meio por cento).

Parágrafo Quarto - O acondicionamento será em frascos, recipientes de vidro ou outro material aprovado pelo SIM.

Parágrafo Quinto - A coalhada não deve conter elementos estranhos à sua composição ou substâncias não aprovadas pelo SIM.

Art. 167 - Os estabelecimentos sob inspeção do SIM poderão fabricar outros tipos de derivados de leite que não foram descritos neste Decreto, mediante aprovação prévia dos respectivos padrões, após definição das características tecnológicas, organolépticas e químicas.

Art. 168 - O SIM, através de portarias ou instruções, estabelecerá definições, normas, procedimentos e exigências relativamente ao comércio e/ou industrialização de ovos.

A inspeção dos ovos incidirá sobre as seguintes características:

I - verificação das condições de embalagem, tendo em vista sua limpeza, mau cheiro por ovos anteriormente quebrados ou por qualquer outra causa;

II - apreciação geral do estado de limpeza em integridade da casca, da partida em conjunto;

III - o exame pela ovoscopia.

Art. 169 - Mel é o produto açucarado natural, elaborado pelas abelhas domésticas com o néctar das flores e por elas acumuladas em favos.

Art. 170 - O SIM, através de portarias ou instruções, estabelecerá definições, normas, procedimentos e exigências relativamente ao mel e a cera de abelha.

Art. 171 - "Coagulantes, conservadores, agentes de cura e outros", são substâncias empregadas na indústria de produtos de origem animal, tendo em vista sua tecnologia e valor bromatológico, conservação e apresentação.

Art. 172 - "Coalho" é o extrato aquoso, concentrado a baixa temperatura, dessecado ou não, preparado com o estômago de bezerros. Distinguem-se os coalhos, líquidos, em pós, em pastilhas, e natural seco.

Art. 173 - São características do coalho:

I - coalho líquido:

a) limpidez ou ligeira opalescência;

b) ausência de depósito;

c) cheiro característico que não denuncie fermentação;

d) poder coagulante mínimo de 1: 10.000 (um por dez mil) à temperatura de 35 C (trinta e cinco graus Celsius) e em tempo inferior a 40 (quarenta) minutos-

II-Coalho em pó:

a)- aspecto homogêneo;

b)- cor branca ligeiramente amarelada;

c)-odor característico que não denuncie fermentação;

d)- poder coagulante mínimo de 1:80.000 (um por oitenta mil) à temperatura de 35 C (trinta e cinco graus Celsius) e em tempo não inferior a 40 (quarenta) minutos.

II - Coalho em pastilhas:

a)- aspecto homogêneo;

b)- desagregação fácil na água;

c)- cor branca, ligeiramente amarelada;

d)- ausência de conservadores;

e)-poder coagulante nunca inferior a 1:50.000 (um por cinquenta mil) à temperatura de 35 C (trinta e cinco graus Celsius) em tempo inferior a 40 (quarenta) minutos.

Art. 174 - Entende-se por "coalho natural seco" o produto obtido

por desidratação do coagulante de nonato, de bezerro, de cabrito ou de cordeiro alimentados exclusivamente com leite.

Parágrafo único - O coalho natural seco só pode ser usado após maturação em soro lácteo ou por culturas puras de fermentos lácticos, 12 a 24 (doze a vinte e quatro) horas antes de seu emprego como coagulante, coando-o previamente para separar sólidos não utilizáveis.

Art. 175 - E permitido adicionar aos coalhos líquidos, sal (cloreto de sódio), álcool etílico e glicerina, e aos coalhos em pó ou em pastilhas, sal (cloreto de sódio) e lactose.

Art. 176 - O SIM através de portarias ou instruções, estabelecerá definições, conceituações, critérios ou classificação, normas e exigências relativamente aos coagulantes.

Art. 177 - "Sal", para uso na indústria animal, é o cloreto de sódio obtido de jazidas, fontes naturais ou de ou de água do mar.

Art. 178 - Para emprego geral em produtos de origem animal, o sal deve preencher as seguintes especificações:

I - teor em cloreto de sódio; no mínimo 96,5% (noventa e seis e meio por cento);

II - ausência de substâncias orgânicas e minerais estranhas à composição normal do sal;

III - insolúveis totais na água: no máximo 0.3% (três décimos por cento);

IV - grau de lurbidez: máximo de 50 (cinquenta).

Art. 179 - Para o emprego na indústria de laticínios e nas algas finas, o sal deve ser refinado e esterilizado, devendo preencher as seguintes especificações:

I - teor mínimo de cloreto de sódio - 98,5% (noventa e oito e meio por cento);

II - ausência de substâncias orgânicas e minerais estranhas à composição normal do sal;

III - insolúveis totais na água: no máximo 0.2% (dois décimos por cento);

IV - grau de lurbidez: no máximo de 25 (vinte e cinco).

Art. 180 - Nos estabelecimentos de produtos de origem animal deve existir depósito apropriado para guarda e conservação do sal.

Art. 181 - É proibido o emprego de salmouras turvas, sujas, alcalinas, com cheiro amoniacal, fermentadas ou inadequadas por qualquer outra razão.

Art. 182 - O SIM verificará, a espaços regulares, a qualidade do sal (cloreto de sódio) empregado na fabricação dos produtos.

Art. 183 - Além dos condimentos referidos no art. 44 e dos corantes referidos nos artigos 45 e 46 deste Decreto pode ser permitido o emprego de outros, desde que aprovados pelo SIM.

Art. 184 - É proibido o uso ou emprego de substâncias químicas consideradas nocivas à saúde do homem nos produtos de origem animal.

Art. 185 - Os nitratos e nitritos, de sódio e de potássio, usados na elaboração dos produtos de origem animal não devem conter metais pesados nem substâncias tóxicas ou não permitidas neste Decreto.

#### CAPITULO IV

DA LOCALIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E CONDIÇÕES DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS QUE ABATEM E/OU

#### INDUSTRIALIZAM PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

Art. 186 - Não será autorizado o funcionamento de estabelecimentos de abate e/ou industrialização de produtos de origem animal para comércio intramunicipal, sem que os mesmos estejam inteiramente instalados e equipados com dependências mínimas, máquinas e utensílios diversos os quais deverão ser compatíveis com a capacidade de produção, a qual será consignada no Título de Registro ou no Relacionamento do estabelecimento, nos termos do parágrafo primeiro do Art. 9º deste Decreto.

Art. 187 - No interesse da saúde pública e do meio ambiente, os estabelecimentos de abate e industrialização de produtos de origem animal destinados ao comércio intramunicipal deverão atender às seguintes condições:

I - Localizar-se em pontos distantes de fontes produtoras de odores desagradáveis e poeira de qualquer natureza bem como a uma distância mínima de quarenta metros de currais ou outras edificações;

II - Ser instalado, de preferência, no centro de terreno devidamente cercado, afastado dos limites das vias públicas no mínimo cinco metros e dispor de área de circulação que permita a livre movimentação dos veículos de transporte, exceção

para aqueles já instalados e que disponham de afastamento em relação às vias públicas, os quais poderão funcionar desde que as operações de recepção e expedição estejam interiorizadas. Tratando-se de estabelecimentos novos e com vistas a uma melhor adequação é recomendável que o distanciamento de vias públicas seja maior do que cinco metros;

III - Dispor de abastecimento de água potável para atender, suficientemente, as necessidades de trabalho do abatedouro e das demais dependências, tomando-se como referência os seguintes parâmetros: 800 (oitocentos) litros por

bovino, 500 (quinhentos) litros por suíno, 200 (duzentos) litros por ovino ou caprino. 30 (trinta) litros por ave e 6 (seis) litros por cada litro de leite industrializado, devendo ser considerada a capacidade de armazenamento e vazão da água em função da capacidade operacional do estabelecimento;

IV - Dispor de água quente para uso diverso e suficiente às necessidades do estabelecimento, item este que será observado pelo SIM em função da capacidade operacional do estabelecimento;

V - Possuir piso de material impermeável, resistente à abrasão e corrosão, ligeiramente inclinado para facilitar o escoamento das águas residuais, bem como, para permitir uma fácil lavagem e desinfecção;

VI - ter paredes lisas, impermeabilizadas com material de cor clara, de fácil lavagem e desinfecção, devendo ter ângulos e cantos arredondados e os paraquitos das janelas chanfrados;

VII - Possuir forro de material impermeável, resistente à umidade e a vapores, construído de modo a evitar o acúmulo de sujeira, de fácil lavagem e desinfecção, podendo o mesmo ser dispensado nos casos em que o telhado proporcionar uma perfeita vedação à entrada de poeira, insetos, pássaros e assegurar uma adequada higienização;

VIII - Dispor de dependência de uso exclusivo para a recepção dos produtos não comestíveis e condenados, a qual deve ser construída com paredes até teto, não se comunicando diretamente com as dependências que manipulem produtos comestíveis;

IX-Dispor de mesas com tampos de materiais resistentes e impermeáveis, de preferência de aço inoxidável, para manipulação dos produtos comestíveis e que permitam uma adequada lavagem e desinfecção;

X - Dispor de tanques, caixas, bandejas e demais recipientes construídos de material impermeável, de superfície lisa que permitam uma fácil lavagem e desinfecção: nos locais de acesso às dependências e dentro das mesmas, deve dispor de pias em boas condições de funcionamento sendo que os acessos devem ser providos de lavadouros de botas;

XI - Dispor de rede de esgoto em todas as dependências, com

dispositivo que evite o refluxo de odores e a entrada de roedores e outros animais, ligada a tubos coletores e estes a um sistema geral de escoamento e de instalações para a retenção de gordura, resíduos e corpos flutuantes, bem como, de dispositivo para a depuração artificial das águas servidas e de conformidade com as exigências dos órgãos oficiais responsáveis pelo controle do meio ambiente;

XII - Dispor, conforme legislação específica, de dependências sanitárias e vestiários adequadamente instalados, de dimensões proporcionais ao número de operários, com acesso indireto às dependências industriais, quando localizados em seu corpo;

XIII - Dispor de suficiente pê direito nas diversas dependências de modo que permita a disposição adequada dos equipamentos, principalmente da trilhagem aérea, a fim de que os bovinos dependurados após o atordoamento permaneçam com a ponta do focinho distante, no mínimo 75 (setenta e cinco) centímetros do piso. no caso de esfolagem aérea, aplicando-se o mesmo princípio para os matadouros de tipo Be C;

XIV - Dispor de currais, pocilgas cobertas e/ou apriscos com pisos pavimentados apresentando ligeiro caimento no sentido dos raios. Tais instalações deverão ser providas de bebedouros para utilização pelos animais e de pontos de água com pressão suficiente, para facilitar a lavagem e desinfecção dessas instalações e dos meios de transporte;

XV - Dispor de espaços mínimos e de equipamentos que permitam as operações de atordoamento, sangria, esfolagem, evisceração. acabamento das carcaças e da manipulação de miúdos, com funcionalidade e que preservem a higiene do produto final além de não permitir que haja contato das carcaças, já esfoladas, entre si, antes de terem sido devidamente inspecionadas pelo SIM;

XVI - Prover a secção de miúdos, quando prevista, de separação física entre as áreas de manipulação do aparelho gastrointestinal e das demais vísceras comestíveis;

XVII - Dispor de telas em todas as janelas e outras passagens para o interior, além das demais aberturas, de modo a impedir a entrada de insetos. É imprescindível, igualmente, que o matadouro seja dotado de eficiente proteção contra roedores;

XVIII - Dispor de depósito para guarda de embalagens, recipientes, produtos de limpeza e outros materiais utilizados no matadouro e/ou indústria;

XIX - Dispor de dependência, quando necessário, para uso como escritório da administração do estabelecimento inclusive para o pessoal do Serviço de Inspeção Sanitária, separada do matadouro e localizada à sua entrada;

XX - Dispor de instalações adequadas e separadas do abatedouro para o devido tratamento do couro desses animais abatidos.

Parágrafo único - Ajuízo do SIM será aceita a esfolagem em cama, desde que sejam atendidas as exigências higiênico-sanitárias mínimas.

## CAPITULO V

### DA INSPEÇÃO "ANTE-MORTEM" E "POST-MORTEM", DA MATANÇA DE EMERGÊNCIA E DA INSPEÇÃO DO LEITE E DERIVADOS

Art. 188 - Nos estabelecimentos subordinados ao SIM será realizada a inspeção "ante-mortem" de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, coelhos e aves.

Art. 189 - Quando da chegada de animais aos estabelecimentos sob controle do SIM, o responsável verificará os documentos de procedência e as condições de saúde do lote.

Parágrafo único - Qualquer caso suspeito implicará no exame clínico do animal ou animais incriminados procedendo-se, quando necessário, ao isolamento de todo o lote e aplicando-se medidas próprias de política sanitária animal que cada caso exigir.

Art. 190 - Quando houver suspeita de carbúnculo hemático além das medidas já estabelecidas, os técnicos do SIM procederão como se segue:

I - Observar por quarenta e oito horas; se no fim desse período não ocorrerem novos casos, permitir o sacrifício de todo o lote. no final da matança;

II - Ocorrendo novos casos determinar o isolamento de todo o lote e aplicar soro-anticarbunculo. Permanecendo os animais em observação pelo tempo que o SIM julgar conveniente, sendo que no mínimo deve decorrer vinte e um dias.

da última morte ou da aplicação do soro para sacrifício de qualquer animal do lote;

III - Determinar a limpeza e desinfecção das dependências e locais onde estiverem em qualquer momento esses animais, compreendendo a remoção, a queima de toda a palha, esterco e demais detritos e imediata aplicação, em área escala, de uma solução de soda a cinco por cento ou de outro desinfetante especificamente aprovado pelo SIM;

Art. 191 - A administração dos estabelecimentos fica obrigada a tomar as medidas mais adequadas no sentido de serem evitados maus tratos aos animais, pelos quais é responsável desde o momento de seu desembarque.

Parágrafo único - É proibido, no desembarque ou movimentação dos animais, o uso de instrumentos pontiagudos ou de quaisquer outros que possam lesar o couro, a musculatura e/ou produzir desconforto ao animal.

Art. 192 - É proibida a matança de qualquer animal que não tenha permanecido pelo menos vinte e quatro horas em descanso, jejum e dieta hídrica nos depósitos do estabelecimento.

Parágrafo único - O período de repouso pode ser reduzido, quando o tempo de viagem não for superior a duas horas e os animais procedam de campos próximos, sob controle sanitário permanente, mas este período de repouso nunca poderá ser inferior a seis horas.

Art. 193 - A juízo do SIM deve ser evitada a matança de fêmeas em adiantado estado de gestação, animais caquéticos ou que padeçam de qualquer enfermidade, sendo que as fêmeas de parto recente só podem ser abatidas no mínimo dez dias depois do parto e desde que não sejam portadoras de doença infecto-contagiosa; o mesmo procedimento será adotado para fêmeas que tenham abortado.

Art. 194 - Animais com sintomas de paralisia "post-panum" e de "doença de transporte" serão condenados pelo SIM.

Art. 195 - É proibida nos estabelecimentos sob controle do SIM a matança de qualquer animal suspeito de ser portador de alguma zoonose.

Parágrafo único - Em caso de suspeita de qualquer doença infecto-contagiosa os técnicos do SIM seguirão as normas técnicas ditadas para cada caso.

Art. 196 - É proibida a matança de suínos não castrados ou de animais que mostrem sinais de castração recente.

Art. 197 - Serão condenados os bovinos, ovinos e caprinos que no exame "ante-mortem" revelem temperatura retal igual ou superior a 40.5 C (quarenta e meio graus Celsius); serão também condenados os suínos com temperatura igual ou superior a 41 (quarenta e um graus Celsius), bem como aves com temperatura igual ou superior a 43 (quarenta e três graus Celsius).



Parágrafo único - Serão condenados os animais em hipotermia.

Art. 198 - Matança de emergência é o sacrifício imediato de animais apresentando condições que indiquem essa providência.

Parágrafo único - Devem ser abatidos de emergência os animais doentes, agonizantes, com fraturas. Contusão generalizada, hemorragia, hipo ou hipertermia, decúbito forçado, sintomas nervosos e outros estados, ajuízo do SIM.

Art. 199 - Sempre que haja suspeita de processo septicêmico- o SIM lançará mão de exame bacteriológico, principalmente quando houver inflamação dos intestinos, mamas, útero, articulações, pulmões, pleura, peritônio ou lesões supuradas e gangrenosas.

Art. 200 - Serão considerados impróprios para o consumo os animais que sacrificados de emergência se enquadrem nos casos de condenação previsto neste Decreto ou por outras razões justificadas pelo SIM.

Parágrafo único - Sempre que os animais abatidos apresentem, logo após a morte, carne com reação francamente ácida, as carcaças serão consideradas impróprias para o consumo.

Art. 201 - A inspeção "post-mortem" consiste no exame de todos os órgãos e tecidos abrangendo a observação e apreciação de seus caracteres externos, sua palpação e abertura dos gânglios linfáticos correspondentes, além de cortes sobre o parênquima dos órgãos quando necessário.

Art. 202 - A inspeção "post-mortem" de rotinas deve obedecer à seguinte seriação:

I- Observação dos caracteres organolépticos e físicos do sangue por ocasião da sangria e durante o exame de todos os órgãos;

II - Exame da cabeça, músculos mastigadores, língua, glândulas salivares e gânglios linfáticos correspondentes;

III - Exame da cavidade abdominal, órgãos e gânglios linfáticos correspondentes;

IV - Exame da cavidade torácica, órgãos e gânglios linfáticos correspondentes;

V - Exame geral da carcaça, serosas e gânglios linfáticos cavilários, intramusculares, superficiais e profundos acessíveis, além da avaliação das condições de nutrição e engorda do animal.

Art.203 - Sempre que o SIM julgar necessário, as carcaças de suínos serão reexaminadas por outro funcionário antes de darem entrada nas câmaras frigoríficas ou serem destinadas ao tendal.

Art. 204 Sempre devem ser examinados, após incisão, os gânglios inguinais ou retromamários. os ilíacos, os pré-crurais, os pré-escapuladores e os pré-peitorais.

Parágrafo Primeiro - Nas espécies ovina e caprina, a simples palpação dos pré-escapulares e pré-crurais constitui a norma geral praticando-se incisões sempre que necessário, para esclarecimento de anormalidade percebida na palpação.

Parágrafo Segundo - Nas aves, cujo sistema linfático apresente formações ganglionares (palmípedes em geral) estas devem ser melhor examinadas.

Art. 205 - Todos os órgãos, inclusive os rins, serão examinados na sala de matança, imediatamente depois de removidos das carcaças, assegurada sempre a identificação entre órgãos e respectiva carcaça.

Art. 206 - Toda carcaça, partes de carcaça e órgãos com lesões ou anormalidades que possam toma-los impróprios para o consumo,

devem ser convenientemente assinalados pelo SIM e diretamente conduzidos ao setor onde serão julgados após exame completo.

Parágrafo Primeiro - Tais carcaças ou partes de carcaças não podem ser subdivididos ou removidas ou removidas para outro local sem autorização expressa do SIM.

Parágrafo Segundo - As carcaças e órgãos condenados ficam sob custódia do SIM e serão conduzidos à graxaria ou setor equivalente, em carros especiais, acompanhados por um de seus funcionários.

Parágrafo Terceiro - Todo o material condenado fica também sob custódia do SIM, quando não possa ser inutilizado no próprio dia da matança.

Art. 207 - Em hipótese alguma é permitida a remoção, raspagem ou qualquer prática que possa mascarar lesões antes do exame do SIM.

Art. 208 - Depois de aberta a carcaça ao meio, serão examinados o externo, costelas, vértebras e a medula espinhal.

Art. 209 - O couro de animais condenados por qualquer doença contagiosa, bem como os couros que eventualmente tenham tido contato com eles, serão desinfetados por processos previamente aprovados pelo SIM.

Art. 210 - Carcaças, partes de carcaça ou órgãos atingidos de abscesso ou lesões supuradas devem ser julgados pelo seguinte critério:

I - quando a lesão é externa, múltipla ou disseminada de modo a atingir grande parte da carcaça, esta deve ser condenada;

II - carcaças ou partes de carcaças que se contaminarem acidentalmente com pus serão também condenadas;

III - abscessos ou lesões supuradas localizadas podem ser removidas, condenados apenas os órgãos e as partes atingidas;

IV - serão ainda condenadas as carcaças com alterações gerais (emagrecimento, anemia, icterícia) decorrentes de processo purulento.

Art. 211 - Devem ser condenadas as carcaças que apresentem lesões generalizadas de actinomicose ou actinobacilose.

Parágrafo único. - Faz-se rejeição parcial nos seguintes casos:

I - quando as lesões são localizadas sem complicações secundárias e o animal se encontra em boas condições de nutrição. Neste caso a carcaça deve ser aproveitada, depois de removidas e condenadas as partes atingidas;

II - são condenadas as cabeças com lesões de actinomicose. exceto quando a lesão maxilar é discreta, estritamente localizada, sem supuração ou trajetos fistulosos;

III - quando a actinomicose é discreta e limitada à língua, interessando ou não os gânglios linfáticos correspondentes a cabeça pode ser aproveitada, depois da remoção e condenação da língua e seus gânglios.

Art. 212 - As adenites localizadas implicam em rejeição da região que drena a linfa para o gânglio ou gânglios atingidos.

Art. 213 - Devem ser condenadas as carcaças que no exame "post-mortem" demonstrem edema generalizado.

Parágrafo único - Nos casos discretos e localizados, basta que se removam e se condenem as partes atingidas.

Art. 214 - Serão condenados animais novos nos seguintes casos:

I - quando a carne tem aparência aquosa, flácida, dilacerando-se com facilidade, podendo ser perfurada com facilidade;

II - quando o desenvolvimento muscular, considerando-se em conjunto, é incompleto e as massas musculares apresentam ligeira infiltração serosa ou pequenas áreas adematosas;  
III - quando a gordura peri-renal é edematosa, de cor amarelo-sujo ou de um vermelho-acinzentado, mostrando apenas algumas ilhotas de gordura.

Art. 215 - Nos casos constatados de broncopneumonia verminótica, enfisema pulmonar e outras afecções ou alterações deste sistema, devem ser condenados os pulmões que apresentem localizações parasitárias (broncopneumonia verminótica), bem como os que apresentem enfisema. aspirações de sangue ou alimentos, alterações pré-agônicas ou outras lesões localizadas, sem reflexo sobre a musculatura.

Art. 216 - Devem ser condenadas as carcaças com lesões extensas de brucelose.

Parágrafo único - Nos casos de lesões localizadas, encaminham-se as carcaças à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as partes atingidas.

Art. 217 - Serão condenadas as carcaças e órgãos de animais atacados de carbúnculo sintomático, piroplasmoses, pioemia, septicemia e vacina.

Art. 218 - As carcaças ou partes de carcaça que se contaminarem por fezes durante a evisceração ou em qualquer outra fase dos trabalhos devem ser condenadas.

Parágrafo Primeiro - Serão também condenadas as carcaças, partes de carcaça, órgãos ou qualquer outro produto comestível que se contamine por contato com os pisos ou de qualquer outra forma, desde que não seja possível uma limpeza completa.

Parágrafo Segundo - Nos casos do parágrafo anterior, o material contaminado pode ser destinado à esterilização pelo calor, ajuízo do SIM tendo-se em vista a limpeza praticada.

Art. 219 - Devem ser condenadas as carcaças portadoras de carbúnculo hemático, inclusive couro, chifres, cascos, pêlos, vísceras, conteúdo intestinal, sangue e gordura, impondo-se a imediata execução das seguintes medidas:

I - não podem ser evisceradas as carcaças reconhecidamente portadoras de carbúnculo hemático;

II - quando o reconhecimento ocorrer depois da evisceração, impõe-se imediatamente a limpeza de desinfecção de todos os locais que possam ter tido contato com resíduos do animal, tais como serras, ganchos, equipamento em geral, bem como a indumentária dos operários e qualquer outro material que possa ter sido contaminado;

III - uma vez constatada a presença de carbúnculo, a matança é automaticamente interrompida e imediatamente iniciada a desinfecção;

IV - recomenda-se para a desinfecção o emprego de uma solução a cinco por cento de hidróxido de sódio (contendo no mínimo noventa e quatro por cento deste sal). A solução deve ser recente e empregada imediatamente, tão quente quanto possível, tomando medidas de precaução, tendo em vista sua natureza extremamente cáustica: deve-se ainda fazer proteger os olhos, sendo prudente ter pronta uma solução ácida fraca de ácido acético, por exemplo, para ser utilizada em caso de queimaduras pela solução desinfetante.

V - pode-se empregar, também, uma solução recente de hipoclorito de sódio, em diluição a um por cento;

VI - a aplicação de qualquer desinfetante exige a seguir uma abundante lavagem com água corrente e largo emprego de vapor;  
VII - o pessoal que manipulou material carbunculosos. depois de acurada lavagem das mãos e braços, usará como desinfetante

uma solução de bicloreto de mercúrio a um por mil, por contanto de no mínimo um minuto, ou outro produto indicado pelo SIM;

VIII - o SIM terá sempre sob sua guarda quantidade suficiente de hidróxido de sódio e de bicloreto de mercúrio;

IX - como medida de precaução, todas as pessoas que tiverem contato com material infeccioso serão mandadas à Unidade Sanitária mais próxima;

X - todas as carcaças ou partes de carcaças, inclusive couros, cascos, chifres, vísceras e seu conteúdo, que entrarem em contato com animais ou material infeccioso, devem ser condenados;

XI - a água do tanque de escaldagem de suínos, por onde tenha passado animal carbunculosos, também receberá o desinfetante e será imediatamente removida para o esgoto; o tanque será por fim convenientemente lavado e desinfetado.

Art. 220 - Em todos os casos com que se comprovem alterações por febre de fadiga, faz-se a rejeição total.

Parágrafo único - Nos casos de alterações localizadas e bem circunscritas a um só grupo muscular e depois de negativo exame microscópico direto, a carcaça será destinada à esterilização pelo calor, após remoção e condenação das partes atingidas.

Art. 221 - O SIM não permitirá o aproveitamento de carnes de animais caquéticos ou de animais muito magros, mesmo que estes não apresentem qualquer processo patológico.

Art. 222 - Serão condenadas as carcaças de animais que apresentem infiltrações edematosas dos parênquimas ou do tecido conjuntivo.

Art. 223 - O SIM condenará as carcaças de animais que apresentem alterações musculares acentuadas e difusas, bem como quando exista degenerescência do miocárdio, fígado, rins ou reação do sistema linfático, acompanhada de alterações musculares.

Art. 224 - Serão condenadas pelo SIM as carcaças que apresentem mau aspecto, coloração anormal ou que exalem odores medicamentosos excrementícios, sexuais e outros considerados anormais.

Art. 225 - Serão também condenadas pelo SIM as carcaças com carnes sanguinolentas, desde que a alteração seja consequência de doença do aparelho digestivo.

Parágrafo único. - Quando as lesões hemorrágicas ou congestivas forem decorrentes de contusões, traumatismo ou fratura, a rejeição deve ser limitada às regiões atingidas.

Art. 226 - Devem ser condenadas todas as carcaças de animais doentes, cujo consumo possa ser causa de toxo-infeção alimentar, considerando-se como tais as que procedem de animais que apresentem:

I - inflamação aguda dos pulmões, pleura, peritônio, pericárdio e meninges;

II - gangrena, gastrite e enterite hemorrágica ou crônica;

III - septicemia ou pioemia de origem puerperal traumática ou sem causa evidenciada;

IV - metrite ou mamite aguda difusa;

V - poliartrite;

VI - flebite umbelical;

VII - pericardite traumática ou purulenta;

VIII - qualquer inflamação aguda, abscesso ou lesão supurada associada a nefrite aguda, degenerescência gordurosa do fígado, hipertrofia do baço, hiperemia pulmonar, hipertrofia generalizada dos gânglios linfáticos e rubefação difusa do couro.

Art. 227 - Os fígados com cirrose atrofica ou hipertrófica devem ser condenados, exigindo-se neste caso rigoroso exame do animal no intuito de se eliminar a hipótese de doença infecto-contagiosa.

Parágrafo único - Serão condenados também os fígados com cirrose decorrente de localização parasitária.

Art. 228 - Serão condenadas as carcaças com infestações intensas pelo *Cysticercus bovis* ou quando a carne é aquosa e descorada.

Parágrafo Primeiro - Entende-se por infestação intensa a comprovação de um ou mais cistos em incisões praticadas em várias partes da musculatura e numa área correspondente a aproximadamente a palma da mão.

Parágrafo Segundo - Far-se-á a rejeição parcial nos seguintes casos:

I - quando se verifique infestação discreta ou moderada, após cuidadoso exame sobre o coração, músculos da mastigação, língua, diafragma e seus pilares, bem como sobre os músculos facilmente acessíveis. Nestes casos devem ser removidas e condenadas todas as partes com cistos, inclusive os tecidos circunvizinhos; as carcaças serão recolhidas às câmaras frigoríficas ou desossadas e a carne tratada com salmoura, pelo prazo mínimo de 21 (vinte e um) dias em condições que permitam, a qualquer momento, sua identificação e reconhecimento. Esse período pode ser reduzido para dez dias, desde que a temperatura nas câmaras frigoríficas seja mantida sem oscilação e no máximo a 1 C (um grau Celsius). Nos estabelecimentos que não dispuserem de instalações para os procedimentos mencionados, a carne será condenada.

II - quando o número de cistos for maior do que o mencionando no inciso anterior, mas a infestação não alcance generalização, a carcaça será destinada à esterilização pelo calor;

III - podem ser aproveitadas para consumo as carcaças que apresentem um único cisto já calcificado, após remoção e condenação dessa parte;

Parágrafo Terceiro - As vísceras, com excessão dos pulmões, coração e porção carnosa do esôfago e a gordura das carcaças destinadas ao consumo ou à refrigeração, não sofrerão qualquer restrição, desde que consideradas isentas de infestação. Os intestinos podem ser aproveitados para envoltório, depois de trabalhados como normalmente se faz.

Parágrafo Quarto - Quando se tratar de bovinos com menos de seis meses de idade, a pesquisa do *Cysticercus bovis* pode ficar limitada a um cuidadoso exame da superfície do coração e de outras superfícies musculares normalmente visíveis.

Na rotina de inspeção obedecem-se às seguintes normas:

I - cabeça - observam-se e incisam-se os masseteres e ptergóides internos e externos;

II - língua - o órgão deve ser observado externamente, palpado e praticados cortes quando surgir suspeita quanto à existência de cistos ou quando encontrados cistos nos músculos da cabeça;

III - coração - examina-se a superfície externa do coração e faz-se uma incisão longitudinal, da base à ponta através da parede do ventrículo esquerdo e do septo interventricular, examinando-se as superfícies de cortes, bem como as

superfícies mais internas dos ventrículos. Aplicam-se, a seguir, largas incisões em toda a musculatura do órgão, tão numerosas quanto possível, desde que já tenha sido verificada a presença de "*Cyticereus bovis*", na cabeça ou na língua.

IV - inspeção final - na inspeção final identifica-se a lesão parasitária inicialmente observada e examina-se sistematicamente os músculos mastigadores, coração, porção muscular do diafragma, inclusive seus pilares, bem como os músculos do pescoço, estendendo-se o exame aos intercostais e outros músculos, sempre que necessário, devendo-se evitar tanto quanto possível cortes desnecessários que possam acarretar maior depreciação à carcaça.

Art. 229 - Serão condenados os animais que apresentem contusão generalizada.

Parágrafo único. - Nos casos de contusão localizada, o aproveitamento deve ser condicional, (salga ou salsicharia) ajuízo do SIM, depois de removidas e condenadas as partes atingidas.

Art. 230 - Cisticercose ("*C. tenuicoilis*), estrogilose, teniase e ascaridose - Estas parasitoses bem como outras não transmissíveis ao homem, permitem o aproveitamento do animal desde que não sejam secundadas por alterações da carne: apenas órgãos e partes afetadas devem ser condenados.

Art. 231 - As carcaças dos animais portadores de distomatose hepática devem ser condenadas quando houver caquexia consecutiva.

Parágrafo único. Os fígados infestados com distoma serão sempre condenados.

Art. 232 - Podem ser condenadas as carcaças de animais portadores de equinocose desde que concomitantemente haja caquexia.

Parágrafo Primeiro - Os órgãos e partes atingidas serão sempre condenados.

Parágrafo Segundo - Fígados portadores de uma ou outra lesão de equinocose periférica, calcificada e bem circunscrita, podem ter aproveitamento condicional ajuízo da Inspeção Federal e após remoção e condenação das partes atingidas.

Art. 233 - As carcaças de animais portadores de esofagostomose, sempre que haja caquexia consecutiva, serão condenadas.

Parágrafo único - Os intestinos ou partes de intestinos podem ser aproveitados, sempre que os nódulos sejam em pequeno número e possam ser extirpados.

Art. 234 - As carcaças de animais em gestação adiantada ou que apresentem sinais de parto recente, devem ser destinadas à esterilização, desde que não haja evidência de infecção.

Parágrafo Primeiro - Os fetos serão condenados.

Parágrafo Segundo - A fim de atender hábitos regionais o SIM poderá autorizar a venda de fetos bovinos, desde que demonstrem desenvolvimento superior a sete meses, procedam de vacas sãs e apresentem bom estado sanitário.

Parágrafo Terceiro - É proibida a estocagem de fetos, bem como o emprego de sua carne na elaboração de embutidos e enlatados.

Parágrafo Quarto - Quando houver aproveitamento de couros de fetos, sua retirada deve ser feita na graxaria.

Art. 235 - As glândulas mamárias devem ser removidas intactas.

Parágrafo Primeiro - A presença de pus nas mesmas, entrando em contato com a carcaça ou partes da carcaça, determina a remoção e condenação das partes contaminadas.

Parágrafo Segundo - O aproveitamento de glândula mamária para fins alimentícios pode ser permitido depois de rigoroso exame do órgão: sua retirada da carcaça deve ser feita com o cuidado de manter a identificação de sua procedência.

Parágrafo Terceiro - As glândulas mamárias portadoras de mastite, bem como as de animais reagentes à brucelose, serão sempre condenadas.

Art. 236 - Serão condenadas todas as línguas portadoras de glossite.

Art. 237 - Serão condenados os fígados com necrose nodular.  
Parágrafo único - Quando a lesão coexiste com outras alterações, a carcaça também deve ser condenada.

Art. 238 - Icterícia - Devem ser condenadas as carcaças que apresentem coloração amarela intensa ou amarelo-esverdeada não só na gordura, mas também no tecido conjuntivo, aponevroses, ossos, túnica interna dos vasos, ao lado de caracteres de afecção do fígado ou quando o animal não tenha sido sangrado bem e mostre numerosas manchas sanguíneas, musculatura avermelhada e gelatinosa, ou ainda quando revele sinais de caquexia ou anemia, decorrentes de intoxicação ou infecção.

Parágrafo Primeiro - Quando tais carcaças não revelem caracteres de infecção ou intoxicação e venham a perder a cor normal após a refrigeração, podem ser dadas ao consumo.

Parágrafo Segundo - Quando, no caso do parágrafo anterior, as carcaças conservem sua coloração depois de resfriadas, podem ser destinadas ao aproveitamento condicional,ajuízo do SIM.

Parágrafo Terceiro - Nos casos de coloração amarela somente na gordura de cobertura, quando a musculatura e vísceras são normais e o animal se encontra em bom estado de engorda com gordura muscular brilhante, firme e de odor agradável, a carcaça pode ser dada ao consumo.

Parágrafo Quarto - O julgamento de carcaças com tonalidade amarela ou amarelo-esverdeada será sempre realizado com luz natural.

Parágrafo Quinto - Sempre que houver necessidade, o SIM lançará mão de provas de laboratório, tais como a reação de Diazzo para a gordura e sangue e a reação de Grimbert para a urina.

Art. 239 - As carcaças provenientes de animais sacrificados após a ingestão de produtos tóxicos, acidentalmente, ou em virtude de tratamento terapêutico, incidem em rejeição total.

Art. 240 - Devem ser condenados os corações com lesões de miocardite, endocardite e linfagiectasia.

Art. 241 - A presença de lesões renais implica em estabelecer se estão ou não ligadas a doença infecto-contagiosas.

Parágrafo único - Em todos os casos os rins lesados devem ser condenados.

Art. 242 - Serão condenadas as regiões ou órgãos invadidos por larvas.

Art. 243 - Devem ser condenados os órgãos com coloração anormal, os que apresentem aderências, congestão, bem como os casos hemorrágicos.

Art. 244 - Serão condenados os pâncreas infestados pelo Eurytremacaelomaticum".

Art. 245 - Devem ser condenados os rins císticos.

Art. 246 - Os animais portadores de sarnas em estado avançado acompanhadas de caquexia ou de reflexo sobre a musculatura, devem ser condenadas.

Parágrafo único - Quando a sarna se discreta e ainda limitada, a carcaça pode ser dada ao consumo, depois de remoção das partes afetadas.

Art. 247 - Nos casos de teleangiectasia maculosa do fígado (angiomatose), serão obedecidas as seguintes normas:

I - condenação total, quando a lesão atingir metade ou mais do órgão;

II - aproveitamento condicional no caso de lesões discretas, após remoção e condenação das partes atingidas.

Art. 248 - Constatando-se tuberculose a condenação deve ser feita nos seguintes casos:

I - quando no exame "ante-mortem" o animal estava febril;

II - quando a tuberculose é acompanhada de anemia ou caquexia;

III - quando se constatarem alterações tuberculosas nos músculos, nos tecidos intramusculares, nos ossos (vértebras) ou nas articulações ou, ainda, nos gânglios linfáticos que drenam a linfa dessas partes;

IV - quando ocorrerem lesões caseosas concomitantemente em órgãos torácicos e abdominais;

V - quando houver lesões miliares de parênquimas ou serosas;

VI - quando as lesões forem múltiplas, agudas e alivamente progressivas, considerando-se o processo nestas condições quando há inflamação aguda nas proximidades das lesões, necrose de liquefação ou presença de tubérculos jovens;

VII - quando existir tuberculose generalizada;

Parágrafo único - A tuberculose será considerada generalizada, quando além das lesões dos aparelhos respiratórios, digestivo e seus gânglios linfáticos, são encontradas lesões em um dos seguintes órgãos: baço, rins, útero, ovário, testículos, cápsulas supra-renais, cérebro e medula espinhal ou suas membranas. Tubérculos numerosos uniformemente distribuídos em ambos os pulmões, também evidenciam generalização.

Art. 249 - A rejeição parcial será feita nos seguintes casos:

I - quando partes da carcaça ou órgão apresentem lesões de tuberculose;

II - quando se trate de tuberculose localizada em tecidos imediatamente sob a musculatura, como a tuberculose da pleura e peritônio parietais; neste caso a condenação incidirá não apenas sobre a membrana ou parte atingida, mas também sobre a parede torácica ou abdominal correspondente;

III - quando partes da carcaça ou órgãos se contaminarem com material tuberculoso, por contato acidental de qualquer natureza.

IV - as cabeças com lesões tuberculosas devem ser condenadas, exceto quando correspondam a carcaças julgadas em condições de consumo e desde que na cabeça as lesões sejam discretas, calcificadas ou encapsuladas, limitadas no máximo a dois gânglios, caso em que serão consideradas em condições de esterilização pelo calor, após remoção e condenação dos tecidos lesados;

V - devem ser condenados os órgãos cujos gânglios linfáticos correspondentes apresentem lesões tuberculosas;

VI - intestino e mesentério com lesões de tuberculose serão também condenados, a menos que as lesões sejam discretas, confinadas a gânglios linfáticos e a respectiva carcaça não tenha sofrido qualquer restrição; nestes casos os intestinos podem ser aproveitados como envoltório e a gordura para fusão, depois de remoção e condenação dos gânglios atingidos.

Parágrafo Primeiro - Após esterilização pelo calor podem ser aproveitadas as carcaças com alterações de origem tuberculosa desde que as lesões sejam discretas, localizadas, calcificadas ou encapsuladas e estejam limitadas a gânglios e órgãos, não havendo evidência de uma invasão recente do bacilo tuberculoso, através do sistema circulatório e feita sempre a remoção e condenação das partes atingidas. Consideram-se enquadrados neste parágrafo os seguintes casos:

I - quando houver lesão de um gânglio linfático cervical e de dois grupos ganglionares viscerais de uma só cavidade orgânica tais como: gânglios cervicais, brônquios e mediastinais ou então gânglios cervicais e hepáticos e mesentéricos;

II - nos gânglios cervicais, um único grupo de gânglios viscerais e num órgão de uma só cavidade orgânica, tais como: gânglios



cervicais e brônquios e no pulmão ou então nos gânglios cervicais e hepáticos e no fígado;

III - em dois grupos de gânglios viscerais e num órgão de uma única cavidade orgânica, tais como: nos gânglios brônquicos e mediastinais e nos pulmões ou nos hepáticos e mesentéricos e no fígado;

IV - em dois grupos de gânglios viscerais da cavidade torácica e num grupo da cavidade abdominal ou então num só grupo de gânglios linfáticos viscerais da cavidade torácica e em dois grupos da cavidade abdominal, tais como: gânglios brônquicos, mediastinais e hepáticos, ou então nos brônquios, hepáticos e mesentéricos;

V - nos gânglios linfáticos cervicais, num grupo de gânglios viscerais em cada cavidade orgânica, tais como: cervicais, brônquicos e hepáticos;

VI - nos gânglios cervicais e num grupo de gânglios viscerais em cada cavidade orgânica, com focos discretos e perfeitamente limitados no fígado, especialmente quando se trata de suínos, pois as lesões tuberculosas do fígado são nesta espécie consideradas primárias e de origem alimentar.

Parágrafo Segundo - Carcaças que apresentem lesões de caráter mais grave e em maior número do que as assinaladas no parágrafo anterior, não se enquadrando, porém, nos casos enumerados para condenação total, ajuízo do SIM poderão ser utilizadas para preparo de gorduras comestíveis, desde que seja possível remover as partes lesadas.

Parágrafo Terceiro - O aproveitamento condicional, por esterilização pelo calor, pode ser permitido, depois de removidas e condenadas as partes ou órgão alterados, em todos os demais casos. Quando não houver no estabelecimento instalações apropriadas para a esterilização pelo calor, tais casos serão considerados de rejeição total.

Art. 250 - Serão condenadas as carcaças, partes de carcaça ou órgão que apresentem tumores malignos, com ou sem metástase.

Parágrafo único - Quando o tumor de um órgão interno tenha repercussão, por qualquer modo, sobre o estado geral do animal, a carcaça deve ser condenada, mesmo que não se tenha verificado metástase.

Art. 251 - Serão condenados os rins com uronefrose.

Art. 252 - Na inspeção de suínos serão aplicados os dispositivos cabíveis estabelecidos para os bovídeos além daqueles consignados especificamente para esta espécie.

Art. 253 - Os suínos atingidos de urticária, "Demodex foiliculi", eritema e esclerodermia podem ser aproveitados para consumo, depois de removidas e condenadas as partes afetadas e desde que a musculatura se apresente normal.

Art. 254 - Será permitido o aproveitamento de tecidos adiposos de suínos procedentes de carcaças com infestações intensas por "Cysticercus cellulosae" para o fabrico de banha, rejeitando-se as demais partes do animal.

Art. 255 - Deve ser condenada a carcaça de suíno no sempre que apresente enfisema cutâneo que resulte de doenças orgânicas ou infecciosas.

Parágrafo único - Nos casos limitados, basta condenar as regiões atingidas, inclusive a musculatura adjacente.

Art. 256 - As lesões de gordura peri-renal provocadas pelo "Stephanurus dentatus" implicam na eliminação das partes alteradas, devendo-se entretanto, todas as vezes que for possível, conservar os rins aderentes à carcaça.

Art. 257 - A verificação de numerosas vesículas na pele do suíno (Hipotricost cfslica), implica na remoção e condenação da mesma.

Art. 258 - Devem ser condenadas todas as carcaças de suínos que apresentem coloração amarelo intensa ou amarelo-esverdeada.

Art. 259 - Serão condenadas as carcaças de suínos atingidos de peste suína.

Parágrafo Primeiro - Quando rins e gânglios linfáticos revelem lesões duvidosas, mas se comprova lesão característica de peste em qualquer outro órgão ou tecido, a condenação também será total.

Parágrafo Segundo - Lesões discretas, mas acompanhadas de caquexia ou de qualquer outro foco de supuração, implicarão igualmente em condenação total.

Parágrafo Terceiro - Quando as lesões forem de modo geral discretas e circunscritas a um órgão ou tecido, inclusive nos rins e gânglios linfáticos, a carcaça será destinada à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as partes atingida. No estabelecimento onde não for possível esta providência, as carcaças devem ser condenadas.

Art. 260 - Todos os suínos que morrerem asfixiados, seja qual fora causa, bem como os que eventualmente caírem vivos no tanque de escaldagem, serão condenados.

Art. 261 - Será condenada toda a carcaça com infestação intensa de Sarcosporidiose, quando existirem alterações aparentes da carne em virtude de degenerência caseosa ou calcárea.

Art. 262 - O SIM fará retirar fragmentos dos seguintes músculos: pilar do diafragma, base da língua e laringeos, para pesquisa microscópica da "Trichinella spiralis".

Parágrafo Primeiro - O SIM poderá também lançar mão de processo biológico para essa verificação.

Parágrafo Segundo - Será condenada a carcaça que acuse presença de triquina devendo o SIM tomar as medidas preconizadas neste caso.

Art. 263 - Quando a infestação por parasitas não transmissíveis ao homem for discreta e for possível a retirada das partes atingidas, os órgãos ou carcaça poderá ser aproveitados para consumo.

Art. 264 - Lesões tais como: congestão, infartos, degenerência gordurosa, angiectasia e outras, quando não ligadas ao processo patológico geral, só determinam rejeição do órgão não sendo possível a retirada das partes lesadas.

Art. 265 - Será permitido o aproveitamento para fabrico de banha, ajuízo do SIM, além das carcaças infestadas por "Cysticercus cellulosae", também das que apresentem tuberculose localizada, abscessos e lesões interessando porções musculares que possam ser isoladas, depois de removidas e condenadas as partes atingidas.

Art. 266 - Os técnicos do SIM devem examinar cuidadosamente as válvulas cardíacas e intestinos (delgado e grosso) com o objetivo de pesquisar lesões imputáveis à ruiva.

Art. 267 - Na inspeção de ovinos e caprinos serão aplicados os dispositivos cabíveis estabelecidos nos artigos anteriores deste Decreto.

Art. 268 - Nos caso de Cenurose serão condenados unicamente os

órgãos atingidos (cérebro ou medula espinal).

Art. 269 - Deverão ser condenadas as carcaças com infestação intensa pelo *Cysticercus ovis*.

Parágrafo Primeiro - Entende-se por infestação intensa a presença de cinco ou mais cistos na superfície muscular de cortes ou nos tecidos circunvizinhos, inclusive o coração.

Parágrafo Segundo - Quando o número de cistos for menor, após a inspeção final, a carcaça será destinada à esterilização pelo calor, depois de removidas e condenadas as partes infestadas.

Art. 270 - Devem ser condenadas as carcaças que apresentem coloração amarelo intensa ou amarelo-esverdeada.

Art. 271 - Nos casos de linfadenite caseosa serão obedecidos os seguintes critérios:

I - serão condenadas as carcaças de animais magros, mostrando lesões extensas de qualquer região;

II - serão condenadas também carcaças de animais gordos quando as lesões forem numerosas e extensas;

III - poderão ser aproveitadas para consumo, mesmo as carcaças de animais magros com lesões discretas dos gânglios e vísceras, após remoção e condenação das partes atingidas;

IV - poderão igualmente ser aproveitadas para consumo as carcaças de animais gordos revelando lesões pronunciadas das vísceras desde que só existam lesões discretas nas outras partes, como também naquelas lesões pronunciadas confinadas aos gânglios. associadas a lesões discretas de outra localização;

V - carcaças de animais magros, mostrando lesões bem pronunciadas das vísceras, acompanhadas de lesões discretas de outras partes, como também as que mostrem lesões pronunciadas dos gânglios ao lado de outras lesões discretas, podem ser esterilizadas pelo calor, após remoção e condenação das partes atingidas;

VI - carcaças de animais gordos com lesões pronunciadas das vísceras e dos gânglios serão também esterilizadas pelo calor, após remoção e condenação das partes atingidas.

Art. 272 - Nos casos de Sarcosporidiose será observado o mesmo critério adotado para os suínos.

Art. 273 - Será permitido o preparo de aves com as respectivas vísceras, desde que o estabelecimento esteja convenientemente aparelhado para tanto, ajuízo do SIM.

Parágrafo único - Nesse caso as aves devem ser purgadas na véspera do abate.

Art. 274 - Todas as aves que no exame "ante" ou "post-mortem" apresentem sintomas ou forem suspeitas de tuberculose, pseudo-tuberculose, difteria- cólera, varíola, tifo aviária, diarreia branca, paratifose, leucoses, peste, septicemia em geral, psitacose e infecções estafilocócicas em geral, devem ser condenadas.

Art. 275 - Enfermidades tais como, coccidiose, êntero-hepatite, espiroquetose, coriza infectosa, epiteloma contagiosa- neuro-linfomatose, laringo-traquite, aspergilose, determinam, rejeição total quando em período agudo ou quando os animais estejam com estado de magreza pronunciada.

Art. 276 - As endo e ecto parasitoses das aves, quando não acompanhadas de magreza, determinam a condenação das vísceras ou das partes alteradas.

Art. 277 - As aves caquéticas devem ser rejeitadas, sejam quais forem as causas a que esteja ligado o processo de desnutrição.

Art. 278 - Os abscessos e lesões supuradas, quando não influírem sobre o estado geral, ocasionam rejeição da parte alterada.

Art. 279 - A presença de neoplasias acarretará rejeição total das aves exceto caso de angioma cutâneo circunscrito que determinará a retirada apenas da parte lesada.

Art. 280 - As lesões traumáticas, quando limitadas, implicam apenas na rejeição da parte atingida.

Art. 281 - Devem ser condenadas as aves que apresentem alterações putrefativas, exalando odor sulfídrico-amoniaco revelando crepitação gasosa à palpação ou modificação de coloração da musculatura.

Art. 282 - Quando as aves forem submetidas à ação de frio industrial, o SIM controlará cuidadosamente o estado tempo de permanência e funcionamento das câmaras a fim de prevenir dessecação excessiva e desenvolvimento da rancificação.

Art. 283 - Na inspeção de coelhos, o exame deve visar especialmente a septicemia hemorrágica, tuberculose, pseudo-tuberculose, pioemia, piosepticemia e mixomatose, rejeitando-se os animais portadores dessas doenças.

Art. 284 - Incidem em rejeição parcial os coelhos portadores de necrobaciloses, aspergiloses e herpes tonsurans. Desde que apresentem bom estado de nutrição e tenham sido sacrificados no início da doença.

Art. 285 - Nos casos de tinea favosa, os coelhos podem ser aproveitados desde que apresentem bom estado de nutrição removendo-se e condenando-se as partes lesadas.

Parágrafo único - Os operários encarregados da manipulação desses animais devem tomar a devida cautela tendo em vista a possibilidade de transmissão desta doença ao homem.

Art. 286 - Devem ser condenados os coelhos portadores de cisticercose (*Cysticercus pisifonnis*), cenurose e de coccidiose tendo-se em vista a profilaxia dessas parasitoses.

Art. 287 - Os casos não previstos neste Decreto serão resolvidos pelos técnicos do SIM que deverão levar o assunto ao conhecimento da autoridade superior.

Art. 288 - As secções destinadas a salga, mascaração ou fermentação de tripas, só podem ser instaladas em lugares afastados das dependências onde forem manipuladas matérias-primas ou fabricados produtos utilizados na alimentação humana.

Parágrafo único - Serão consideradas as limitações dos estabelecimentos na permissão do aproveitamento condicional de carcaças e vísceras, só se permitindo tal aproveitamento quando houverem condições para tanto.

Art. 289 - Os materiais condenados, oriundos da sala de matança e de outros locais deverão ser desnaturados em equipamentos apropriados em locais destinados a este fim e o sangue deverá, por sua vez, no mínimo, sofrer cozimento independentemente de sua utilização.

Parágrafo Primeiro - Admitir-se-á o tratamento desses materiais por cocção em água fervendo pelo mínimo de duas horas, quando estas matérias-primas forem destinadas à alimentação animal.

Parágrafo Segundo - A critério do SIM permitir-se-á a retirada de matérias condenadas para a industrialização fora do estabelecimento (graxaria industrial), desde que devidamente desnaturadas com substâncias apropriadas para a finalidade e que o seu transporte seja efetuado em recipientes e/ou veículos fechados, específicos e apropriados.

Parágrafo Terceiro - Caberá aos SIM adotar critérios para o funcionamento das graxarias industriais e as normas a respeito serão objeto de Portaria do Secretário da Agricultura e do Abastecimento.

## CAPÍTULO VI DOS PROCEDIMENTOS PARA O ABATE

Art. 290 - Só será permitido o sacrifício de animais após a prévia insensibilização, seguida de imediata e completa sangria que deverá ocorrer num espaço nunca inferior a três minutos da insensibilização, devendo ser realizada com os animais suspensos por um dos membros posteriores, sendo que a esfola só pode ser iniciada após o término da operação de sangria.

Art. 291 - Em suínos a operação de depilação e raspagem será realizada logo após o esaldamento em água quente utilizando-se temperatura e métodos adequados, acrescentando-se, também, a necessária lavagem da carcaça antes da evisceração. Quando forem utilizados outros métodos de abate, os procedimentos higiênicos deverão ser atendidos rigorosamente.

Parágrafo único - No caso de aves a escaldagem também será realizada em tempo e métodos adequados à boa tecnologia e à obtenção de um produto em boas condições higiênicas sanitárias.

Art. 292 - O evisceramento dos animais será realizado sob as vistas do funcionário do SIM em local que permita o pronto exame das vísceras, com identificação entre estas e a carcaça.

Parágrafo Primeiro - Sob pretexto algum pode ser retardada a evisceração e para tanto não devem ficar animais dependurados nos trilhos durante os intervalos de trabalho.

Parágrafo Segundo - A cabeça do animal, antes de ser destacada será marcada para permitir sua identificação com a carcaça, seguindo-se procedimento análogo em relação às vísceras.

Art. 293 - Os trabalhos de evisceração deverão ser executados com todo o cuidado a fim de evitar que haja contaminação das carcaças provocada por operação imperfeita, devendo os serviços de inspeção sanitária, em caso de contaminação por fezes e/ou conteúdo ruminal, aplicar as medidas higiênicas preconizadas em tais casos.

Art. 294 - Só será permitido o sacrifício de bovidos por insensibilização pelo processo da marreta ou outro método aprovados pelo SIM, seguida de imediata sangria.

Art. 295 - Os suínos podem ser sacrificados por incisão dos grandes vasos sanguíneos do pescoço ou por punção direta no coração, após insensibilização ou não.

Parágrafo único - Permite-se aos animais desta espécie a insensibilização pelo processo elétrico seguida de imediata sangria.

Art. 296 - Os ovinos, caprinos e coelhos serão sacrificados por incisão dos grandes vasos do pescoço (jugulação cruenta).

Art. 297 - As aves podem ser sacrificadas por qualquer dos seguintes processos:

I - incisão das jugulares, através da boca, seguida de destruição da medula alongada, quando se pretende realizar a depenação a seco.

II - provocando-se uma ferida de sangria, de cada lado do pescoço, pela inserção de um instrumento perfurcortante nessa região.

Parágrafo único - É proibido o sacrifício de aves por deslocação da cabeça ou por qualquer processo que não provoque efusão de

sangue.

Art. 298 - O emprego de qualquer outro método de matança depende de autorização do SIM e, em todos os casos a sangria deve ser completa e de preferência com o animal suspenso pelos membros traseiros, só se iniciando qualquer manipulação depois que o sangue se tenha escoado ao máximo possível;

Art. 299 - As aves podem ser depenadas por qualquer dos seguintes processos:

I - a seco;

II - após escaldagem na água em temperatura entre 82 e 90 C (oitenta e dois e noventa graus Celsius), pelo tempo necessário.

III - após escaldagem na água, em temperatura entre 53-55 C (cinquenta e três a cinquenta e cinco graus Celsius), pelo tempo necessário, seguida ou não de imersão das aves em substâncias adesivas, cera, parafina, betume ou misturas prontas destinadas a essa finalidade).

Art. 300 - É obrigatória a pelagem e raspagem de toda a carcaça de suíno pelo prévio esaldamento em água quente sempre que deva ser entregue ao consumo com o couro; a operação depilatória será completada a mão e as carcaças serão lavadas convenientemente antes de evisceradas.

Parágrafo único - É proibido o chamuscamento de suínos

Art. 301 - Antes de atingir a sala de matança- os animais devem passar por um chuveiro e por um tanque de lavagem provido de chuveiros superiores e laterais.

## CAPÍTULO VII

### DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE DO PESSOAL DOS EQUIPAMENTOS E DAS INSTALAÇÕES

Art. 302 - Todas as dependências dos matadouros ou das indústrias devem ser mantidas em condições de higiene antes, durante e após a realização dos trabalhos.

Parágrafo único - Verificado desfeixo ou inobservância desta norma o SIM suspenderá as atividades do estabelecimento até que seja procedida a higienização correspondente e condenara os animais ou partes destes que estiverem em processamento.

Art. 303 - Será exigido que os operários lavem as mãos antes de entrar no ambiente de trabalho, quando necessário durante a manipulação e na saída dos banheiros.

Art. 304 - Deverão ser marcados os equipamentos, carrinhos, tanques e caixas de modo a evitar quaisquer contusões entre aqueles destinados aos produtos comestíveis e aqueles usados no transporte ou depósito de produtos não comestíveis ou carnes utilizadas na alimentação de animais, utilizando-se em tal marcação as denominações "comestíveis" e "não comestíveis".

Art. 305 - Deverão ser desinfetados, diária e convenientemente os pisos e paredes, assim como os equipamentos e utensílios usados no matadouro e demais indústrias, utilizando-se em tais operações os desinfetantes previamente aprovados pelos órgãos competentes.

Art. 306 - Os matadouros e indústrias que estiverem sob o controle do SIM, deverão ser mantidos livres de moscas, mosquitos, baratas, ratos, camundongos e quaisquer outros vetores, além de gatos, cães e outros animais, agindo-se cautelosamente quanto ao emprego de venenos, cujos uso será permitido nas dependências não destinadas à manipulação ou depósito de produtos comestíveis e mediante expressa autorização do SIM.

Art. 307 - Será exigido do pessoal que trabalha com produtos comestíveis desde a área de sangria até a expedição, o uso de uniforme de cor branca, protetores de cabeça e botas, devendo esta indumentária ser mantida convenientemente limpa.

Parágrafo único - Estes cuidados quanto à indumentária e higiene pessoal são recomendados também para as pessoas que atuam nos estabelecimentos "relacionados".

Art. 308 - Os funcionários dos estabelecimentos que atuam na manipulação de materiais não comestíveis ou condenados deverão usar uniforme diferenciado e proceder à desinfecção dos equipamentos e instrumentos com produtos apropriados.

Art. 309 - Será proibido que os funcionários façam suas refeições nos locais de trabalho, bem como que depositem produtos, objetos e materiais estranhos à finalidade das dependências ou ainda, guardar roupas de qualquer natureza fora do setor especialmente destinado para tal.

Art. 310 - Será proibido fumar, cuspir ou escarrar em qualquer uma das dependências do matadouro ou da indústria, sob pena de infração por parte da autoridade sanitária.

Art. 311 - Far-se-á, todas as vezes que o SIM julgar necessário, a substituição, raspagem, pintura e reparos em pisos, paredes, tetos e equipamentos dos estabelecimentos sob seu controle.

Art. 312- Deverão ser lavados e desinfetados tantas vezes quantas necessário e mediante orientação do SIM, os pisos, cercas dos currais, bretes de contenção, mangueiras, pocilgas, apriscos e outras instalações próprias para guarda, pouso e contenção de animais vivos ou para depósito de resíduos industriais, bem como, de quaisquer outras instalações julgadas necessárias pelo SIM.

Art. 313 - Deverão ser mantidas convenientemente limpas as caixas de sedimentação de resíduos, intercaladas e ligadas à rede de esgoto.

Art. 314 - Deverão ser conservados ao abrigo de qualquer contaminação os produtos comestíveis, durante a fase de sua obtenção, bem como nas fases de estocagem, embarque e transporte.

Art. 315 - Fica vedado o emprego de vasilhame de cobre, latão, zinco, barro, ferro estanhado, madeira ou qualquer outro utensílio que por forma e composição possa causar prejuízo à manipulação, eslocagem e transporte de matérias-primas ou dos produtos finais dos estabelecimentos.

Art. 316 - Deverão ser inspecionados, previamente, os continentes quando destinados ao acondicionamento de produtos utilizados na alimentação humanas, rejeitados os que forem julgados sem condições de uso. De modo algum permitido o acondicionamento de inatcrias-primas ou produtos destinados à alimentação humana em carrinhos, recipientes ou demais continentes que tenham servido a produtos não comestíveis.

Art. 317 - Não será permitida a utilização de qualquer dependência do matadouro ou estabelecimento, como residência.

Art. 318 - Todas as pessoas que atuam em estabelecimentos "registrados" ou "relacionados" no SIM deverão portar carteira de saúde a qual será obrigatoriamente atualizada a cada seis meses.

Parágrafo Primeiro - A inspeção de saúde dos operários, dos dirigentes ou proprietários será exigida pela autoridade sanitária que atue no estabelecimento, sempre que julgar necessário, inclusive daquelas pessoas que exerçam atividades esporádicas no local.

Parágrafo Segundo - Qualquer funcionário de estabelecimento sob controle do SIM deve ser afastado de suas atividades quando se apresentar com febre, doenças de pele, corrimento nasal, supuração ocular ou infecção respiratória.

Parágrafo Terceiro - O estabelecimento que mantiver funcionário aluando com carteira de saúde vencida, além de infração ao presente Decreto, incorre nas penalidades previstas na legislação sanitária municipal, estando sujeito às penalizações correspondentes.

Art. 319 - É vedada a entrada de pessoas estranhas às atividades nos estabelecimentos sob controle do SIM, salvo quando devidamente uniformizadas e autorizadas pela chefia do estabelecimento, bem como pelo responsável pelo SIM.

## CAPÍTULO VIII

### DA ROTULAGEM E DA CARIMBAGEM DOS DERIVADOS COMESTÍVEIS DE ORIGEM ANIMAL

Art. 320 - As matérias - primas ou produtos finais de origem animal que derem entrada na indústria e/ou comércio de Ascurra deverão proceder de estabelecimentos sob inspeção industrial e sanitária de órgão federal, estadual ou do SIM devidamente identificados por rótulos, carimbos, documentos sanitários e fiscais pertinentes. A rotulagem deve obedecer às normas editadas na Resoluções ANVISA - RDC nº 259, de 20 de setembro de 2002, e RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003 que edita como Informações Obrigatórias:

I - denominação do produto;

II - marca;

III - lista de ingredientes;

IV - identificação da origem: nome (razão social) do fabricante, ou produtor, ou fracionador ou titular (proprietário) da marca;

V - endereço completo;

VI - país de origem e município;

VII - número de registro no órgão competente (SIF, SIE ou SIM);

VIII - nome ou razão social e endereço do importador, no caso de alimentos importados;

IX - identificação do lote;

X - prazo de validade;

XI - instruções sobre o preparo e uso do alimento, quando necessário;

XII - informação nutricional;

XIII - nos rótulos das embalagens de alimentos que exijam condições especiais para sua conservação, deve ser incluída uma legenda com caracteres bem legíveis, indicando as precauções necessárias para manter suas características normais, devendo ser indicadas as temperaturas máxima e mínima para conservação do alimento e o tempo que o fabricante, produtor ou fracionador garante sua durabilidade nessas condições. O mesmo dispositivo é indicado para alimentos que podem se alterar depois de abertas suas embalagens.

Art. 321 - Tratando-se de carnes em natureza, estas deverão ser submetidas a tratamento por frio no próprio estabelecimento de origem.

Art. 322 - Os produtos elaborados serão devidamente rotulados e/ou carimbados conforme as determinações do SIM e da legislação sanitária municipal, nº 08 de setembro de 2010.

Parágrafo Primeiro - Na rotulagem dos produtos de origem animal deverá constar um losango impresso com três centímetros em cada lado, com os dizeres: Prefeitura de Ascurra - SC INSPICIONADO - SIM. Reg. N ou Rei.N, conforme o caso, enquanto que nas carcaças de animais de grande porte (bovinos) e de médio porte (ovinos, suínos e caprinos) deverá ser colocado o



carimbo retangular com as dimensões de 3,5 cm (três centímetros e meio) por 7 cm (sete centímetros) com os dizeres: Prefeitura de Ascurra - SC INSPECIONADO - SIM. Reg.N.

Parágrafo Segundo - A tinta a ser utilizada no processo de carimbagem das carcaças será especificada pelo SIM através de instrução normativa.

Parágrafo Terceiro - Os produtos de origem animal como embutidos e derivados lácteos constará no rótulo: a marca do produto quando tiver, o tipo ou outra característica, o nome do fabricante, o C.G.C, e a inscrição no ICMS, o endereço completo do fabricante e a composição do produto, inclusive dos aditivos empregados, sendo que o nitrato e o nitrato de sódio conhecido popularmente como salitre, não poderá ultrapassar a 0,005 PPM residual, quando utilizado, devendo constar ainda a data de fabricação.

Art.323 - Todos os ingredientes, aditivos e outros produtos que venham a compor qualquer tipo de massa empregada na fabricação de produtos de origem animal, deverão ter aprovação dos órgãos competentes do Ministério da Saúde e/ou Ministério da Agricultura e Reforma Agrária e sua utilização obedecerá a legislação federal, estadual e municipal a respeito.

Art. 324 - A rotulagem dos produtos de origem animal sujeitos à inspeção do SIM deveser aprovada por este órgão e pelo Departamento de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal da Saúde.

Parágrafo Primeiro - A aprovação de rótulo deve ser requerida ao SIM e ao Departamento, de Vigilância Sanitária, pelo interessado que instruirá a sua petição anexando quatro vias dos rótulos em seus diferentes tamanhos e um memorial descritivo do processo de fabricação em quatro vias, detalhando a sua composição.

Parágrafo Segundo - O SIM e o Departamento de Vigilância Sanitária manterão em livro próprio o registro dos rótulos aprovados restituindo a terceira e a quarta vias do processo, devidamente autenticadas, ao interessado, não sendo permitidas quaisquer alterações posteriores nem o uso dos rótulos senão nos produtos a eles originariamente destinados.

Art. 325 - As carcaças, partes de carcaças e cortes armazenados, em trânsito ou entregues ao comércio, oriundos de estabelecimentos sob controle do SIM, devem estar identificados por meio de carimbagem.

Parágrafo Primeiro - A carimbagem de carcaças, partes de carcaças ou cortes não exime as mercadorias de nota fiscal e outros documentos exigidos por lei.

Parágrafo Segundo - As carcaças de aves e outros pequenos animais de consumo serão isentos de carimbo direto desde que acondicionados por peças em embalagens individuais e invioláveis onde conste o referido carimbo juntamente com os demais dizeres exigidos para os rótulos.

Art. 326 - Os produtos de origem animal bem como as carcaças ou partes de carcaças que não apresentem carimbagem, rotulagem e documentos fiscais serão considerados clandestinos e sujeitos à apreensão consoante a legislação sanitária municipal.

## CAPITULO IX

### DA ORGANIZAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL , DAS PENALIDADES E DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 327 - O Serviço Municipal de Inspeção Sanitária disporá de pessoal técnico em número adequado à realização da inspeção sanitária "ante-mortem", "pos-mortem" e tecnológica em todos os

estabelecimentos que obtiverem registro ou relacionamento junto ao SIM, obedecendo a legislação vigente e este pessoal ficará vinculado à Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

Parágrafo único - No exercício de suas atividades o pessoal técnico do SIM utilizará indumentária adequada com dizeres que identifiquem sua condição funcional.

Art. 328 - O SIM manterá dados estatísticos atualizados referentes ao abate, industrialização de carnes, produção de leite e derivados, condenações de animais e outros dados julgados importantes.

Art. 329 - O SIM bem como a Vigilância Sanitária poderão exigir reinspeções dos produtos, sempre que julgarem necessário.

Art. 330 - As infrações a este Decreto serão punidas pelos servidores do SIM ou do Departamento de Vigilância Sanitária e consistirão de apreensão ou condenação das matérias-primas e produtos, multas, suspensão temporária da Inspeção Sanitária Municipal e cassação do registro ou relacionamento do estabelecimento.

Parágrafo único - Quando as infrações sanitárias forem mais graves além da imposição de penalidades o SIM informará oficialmente o Ministério Público.

Art. 331 - As infrações ao presente Decreto serão punidas administrativamente e, quando for o caso, mediante responsabilidade criminal.

Parágrafo único - Incluem-se entre as infrações previstas neste Decreto atos que procurem embarçar a ação dos servidores do SIM ou de outros órgãos no exercício de suas funções, visando impedir, dificultar os trabalhos de fiscalização; desacato, suborno ou simples tentativa, informações inexatas sobre dados estatísticos referentes à quantidade, qualidade e procedência dos produtos e de modo geral qualquer sonegação que seja feita sobre assunto que direta ou indiretamente interesse à inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal.

Art. 332 - As penas administrativas a serem aplicadas por servidores do SIM ou da Vigilância Sanitária constarão de apreensão ou condenação das matérias-primas e produtos, multas, suspensão temporária da Inspeção Sanitária e cassação do registro ou relacionamento do estabelecimento.

Art. 333 - Para efeito de apreensão ou condenação, além dos casos específicos previstos neste Decreto consideram-se impróprios para consumo, no todo ou em parte, os produtos de origem animal que:

- I - se apresentem danificados por umidade ou fermentação, rançosos, mofados ou bolorentos, com caracteres físicos ou organolépticos anormais, contendo quaisquer sujidades ou que demonstrem pouco cuidado na manipulação, elaboração, preparo, conservação ou acondicionamento;
- II - forem adulterados, fraudados ou falsificados;
- III - contiverem substâncias tóxicas ou nocivas à saúde;
- IV - forem prejudiciais ou impróprios à alimentação por qualquer motivo;
- V - não estiverem de acordo com o previsto no presente Decreto.

Parágrafo único - Nos casos do presente artigo, independentemente de quaisquer outras penalidades que couberem tais como multas, suspensão da Inspeção Municipal ou cassação dos registros ou relacionamento, será adotado o seguinte critério:

I - nos casos de apreensão, após reinspeção completa será autorizado o aproveitamento condicional que couber para alimentação humana, após rebeneficiamento determinado pelo SIM;

II - nos casos de condenação, permite-se sempre o aproveitamento das matérias-primas e produtos para fins não-comestíveis ou para alimentação de animais, ambos os casos, mediante assistência do SIM.

Art. 334 - Além dos casos específicos previstos neste Decreto são consideradas adulterações, fraudes ou falsificações, como regra geral:

I - Adulterações;

- a) quando os produtos tenham sido elaborados em condições que contrariem as especificações e determinações fixadas;
- b) quando no preparo dos produtos haja sido empregada matéria-prima alterada ou impura;
- c) quando tenham sido empregadas substâncias de qualquer qualidade, lipo e espécie diferentes das da composição normal do produto sem prévia autorização do SIM.
- d) quando os produtos tenham sido coloridos ou aromatizados sem prévia autorização e não conste declaração nos rótulos;
- e) quando se verifique intenção dolosa em mascarar a data de fabricação.

II - Fraudes:

- a) alteração ou modificação total ou parcial de um ou mais elementos normais do produto, de acordo com os padrões estabelecidos ou fórmulas aprovadas pelo SIM;
- b) quando as operações de manipulação e elaboração forem executadas com a intenção deliberada de estabelecer falsa impressão dos produtos fabricados;
- c) supressão de um ou mais elementos e substituição por outros visando aumento de volume ou de peso, em detrimento da sua composição normal ou valor nutritivo intrínseco;
- d) conservação com substâncias proibidas;
- e) especificação total ou parcial na rotulagem de um determinado produto que não seja o contido na embalagem ou recipiente.

III - Falsificações:

- a) quando os produtos forem elaborados e expostos ao consumo com forma, caracteres de rotulagem que constituem processos especiais de privilégio ou exclusividade de outrem, sem que seus legítimos proprietários tenham dado autorização;
- b) quando forem usadas denominações diferentes das previstas neste Regulamento ou em fórmulas aprovadas.

Art. 335 - Aos infratores de dispositivos do presente Decreto e de atos complementares e instruções que forem expedidas, podem ser aplicadas as seguintes penalidades:

I - multa de 10 (dez) a 100 (cem) UFRM - Unidades Fiscais de Referência Municipal ou por outro indicador oficial que a venham substituir;

- a) aos que desobedecerem a quaisquer das exigências sanitárias em relação ao funcionamento do estabelecimento e a higiene do equipamento e dependências, bem como dos trabalhos de manipulação e preparo de matérias-primas e produtos, inclusive aos que fornecerem leite adulterado, fraudado ou falsificado;
- b) aos responsáveis pela permanência em trabalho de pessoas que não possuam carteira de saúde ou documento equivalente expedido pela autoridade competente de Saúde Pública;
- c) aos que acondicionarem ou embalearem produtos em continentes ou recipientes não permitidos;
- d) aos responsáveis por estabelecimentos que não coloquem em destaque o carimbo do SIM nas testeiras dos continentes nos rótulos ou nos produtos;
- e) aos responsáveis pelos produtos que não contenham data de fabricação; Aos que infringirem quaisquer outras exigências sobre rotulagem para as quais não tenham sido especificadas outras penalidades.

II - Multa de 10 (dez) UFRM ou por outro indicador oficial que a substituir:

- a) às pessoas que despacharem ou conduzirem produtos de origem animal para consumo privado nos casos previstos neste Decreto e os destinarem a fins comerciais;

b) aos que lançarem mão de rótulos e carimbos oficiais do SIM para facilitar a saída de produtos e subprodutos industriais de estabelecimentos que não estejam registrados no relacionados no SIM;

c) aos que receberem e mantiverem guardados em estabelecimentos registrados ou relacionados, ingredientes ou matérias-primas proibidas que possam ser utilizadas na fabricação de produtos;

d) aos responsáveis por misturas de matérias-primas em porcentagens divergentes das previstas neste Decreto;

e) aos que adquirirem, manipularem, expuserem à venda ou distribuírem produtos de origem animal oriundos de outros municípios procedentes de estabelecimentos sem inspeção Estadual ou Federal;

f) às pessoas físicas ou jurídicas que expuserem à venda produtos a granel que, de acordo com o presente Decreto, devem ser entregues ao consumo em embalagens originais;

g) às pessoas físicas ou jurídicas que embarçarem ou burlarem a ação dos servidores do SIM no exercício de suas funções;

h) aos responsáveis por estabelecimentos de leite e derivados que não realizarem a lavagem e higienização do vasilhame, de frascos, de carros-tanques e veículos em geral;

i) aos responsáveis por estabelecimentos que após o término dos trabalhos industriais e durante as fases de manipulação e preparo, quando for o caso, não procederem à limpeza e higienização rigorosa das dependências e equipamentos diversos destinados à alimentação humana;

j) aos que lançarem no mercado produtos cujos rótulos não tenham sido aprovados pelo SIM;

l) aos responsáveis pela confecção, impressão, litografia ou gravação de carimbos de Inspeção Municipal a serem usados isoladamente ou em rótulos, por estabelecimentos que não estejam registrados ou em processo de registro no SMIS;

m) aos estabelecimentos que prepararem com finalidade comercial produtos de origem animal novos e não padronizados, cujas fórmulas não tenham sido previamente aprovadas pelo SIM;

III - Multa de 10 (dez) a 100 (cem) UFRM ou por indicador oficial que a substituir:

a) aos que lançarem mão de certificados sanitários, rotulagens e carimbos de inspeção, para facilitar o escoamento de produtos de origem animal que não tenham sido inspecionados pelo SIM;

b) aos responsáveis por estabelecimentos de produtos de origem animal que realizarem construções novas, remodelações ou ampliações, sem que os projetos tenham sido previamente aprovados pelo SIM;

c) aos que expuserem à venda produtos de um estabelecimento como se fosse de outro;

d) aos que usarem indevidamente os carimbos da Inspeção Municipal;

e) aos responsáveis por estabelecimentos sob inspeção do SIM que enviarem para o consumo produtos sem rotulagem;

f) aos responsáveis por estabelecimentos não registrados que enviarem para o comércio intramunicipal produtos não inspecionados pelo SIM;

IV - Multa de 20 (vinte) a 150 (cento e cinquenta) UFRM ou por outro indicador oficial que a substituir:

a) aos responsáveis por quaisquer alterações, fraudes ou falsificações de produtos de origem animal;

b) aos que aproveitarem matérias-primas e produtos condenados ou procedentes de animais não inspecionados no preparo de produtos usados na alimentação humana;

c) aos que, embora notificados, mantiverem na produção de leite vacas em estado de magreza extrema- atacadas de tuberculose, brucelose, afecções de úbere, diarreias e corrimentos vaginais, que tenham sido afastadas do rebanho pelo SIM ou outro órgãos ligado à defesa sanitária animal;

d) às pessoas físicas ou jurídicas que mantiverem, para fins especulativos, produtos que a critério do SIM possam ficar prejudicados em suas condições de consumo;

e) aos que subornarem, tentarem subornar ou usarem de violência contra servidores do SIM ou de órgãos oficiais, no exercício de suas atribuições;

f) aos que burlarem a determinação quanto ao retomo de produtos destinados ao aproveitamento condicional no estabelecimento de origem;

g) aos que derem aproveitamento condicional diferente do que for determinado pelo SIM;

h) aos responsáveis por estabelecimentos que fabriquem produtos de origem animal, em desacordo com os padrões fixados neste Decreto ou nas fórmulas aprovadas ou ainda sonegarem elementos informativos sobre composição centésima e tecnológica do processo de fabricação;

i) aos responsáveis por estabelecimentos que fizerem comércio intramunicipal de produtos de origem animal, sem que tenham feito o respectivo registro ou relacionamento junto ao SIM;

j) às pessoas físicas ou jurídicas que utilizarem rótulos de produtos elaborados em estabelecimentos registrados ou relacionados no SIM, em produtos oriundos de estabelecimentos que não estejam sob Inspeção Municipal;

l) aos responsáveis por estabelecimentos que abaterem animais em desacordo com a legislação em vigor principalmente vacas tendo-se em mira a defesa da produção animal do país;

V - Multa de 30 (trinta) a 200 (duzentas) UFRM ou outro indicador oficial que a venha substituir, fixada de acordo com a gravidade da falta a critério do SIM, aos que cometerem outras infrações ao presente Decreto.

Art. 336 - Quando as infrações forem constatadas nos mercados consumidores em produtos procedentes de estabelecimentos que devem estar sujeitos à Inspeção Municipal, nos termos do presente Decreto as multas a que se refere o artigo anterior poderão ser aplicadas por servidores do SIM ou do Dpto. de Vigilância Sanitária aos proprietários e responsáveis por casas atacadistas ou comerciais que os tiverem adquirido, armazenado ou exposto à venda, tanto no atacado como no varejo.

Parágrafo único - Serão aplicadas ainda, a quaisquer firmas proprietárias ou responsáveis por casas comerciais que receberem, armazenarem ou expuserem a venda produtos que não procedam de estabelecimentos sujeitos à Inspeção Federal, Estadual ou Municipal, cabendo aos servidores do SIM ou do Departamento de Vigilância Sanitária que constatarem as infrações lavrar os competentes autos.

Art. 337 - Todo produto de origem animal exposto à venda no município, sem qualquer identificação que permita verificar sua verdadeira procedência quanto ao estabelecimento de origem, localização e fuma responsável, será sujeito às penalidades previstas neste Decreto.

Art. 338 - As penalidades a que se refere o presente Decreto serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridade de saúde pública, de modo especial pelo Departamento, de Vigilância Sanitária, ou policiais.

Art. 339 - As multas a que se refere o presente Decreto serão dobradas na reincidência, e em caso algum isentam o a ação criminal tureza da infração mas em todos os casos que se seguirem à reincidência.

Parágrafo Primeiro - A ação criminal não exime o infrator de outras penalidades a serem aplicadas. ajuízo do SIM, que poderá deleninar a suspensão da Inspeção Municipal, cassação do registro ou do relacionamento, ficando o estabelecimento impedido de realizar comercio iniramunicipal.

Parágrafo Segundo - A suspensão da Inspeção Municipal e a cassação do registro e do relacionamento são de alçada do SIM.

Art. 340 - Não pode ser aplicada multa sem que previamente seja lavrado o auto de infração detalhando a falta cometida. o artigo infringido, a natureza do estabelecimento com a respectiva localização e a firma ou pessoa física responsável.

Art. 341 - O auto de infração deve ser assinado pelo servidor que constatar, pelo proprietário do estabelecimento ou representante e por duas testemunhas.

Parágrafo único - Sempre que o infrator ou as testemunhas se neguem a assinar o auto de infração será certificado a respeito no próprio auto remetendo-se ao proprietário uma das vias resistrada ou mediante recibo.

Art. 342 - A autoridade que lavrar auto de infração deve extrai-lo em quatro vias: a primeira será entregue ao infrator, a segunda remetida ao SIM, a terceira à Vigilância Sanitária Municipal e a quarta constituirá o próprio talão de infrações.

Art. 343 - O auto de multa será lavrado, e assinado pelo autuante conterà os elementos que deram lugar à infração.

Art. 344 - Nos casos em que fique evidenciado não haver dolo ou má-fé, e tratando-se de primeira infração. a fiscalização deixará de aplicar multa, cabendo ao servidor que lavrou o auto advertiro infrator e orientá-lo convenientemente.

Art. 345 - O infrator, uma vez multado, terá 72 (setenta e duas horas) para efetivar o pagamento da multa e exibir ao SIM o competente comprovante de recolhimento.

Parágrafo único - As multas por atos que infringem o presente Decreto e/ou a Legislação Sanitária Municipal serão recolhidas a conta do Fundo Municipal de Saúde, devendo esta instrução constar nos formulários impressos de imposição de multas.

Art. 346 - O não recolhimento da multa no prazo legal implica além da execução, na suspensão da Inspeção Municipal junto ao estabelecimento.

Art. 347 - Aplicada, a multa somente poderá serreevada mediante pedido fundamentado da firma responsável e que justifique tal medida.

Art. 348 - São responsáveis peia infração às disposições do presente Decreto, para efeito de aplicação das penalidades nele previstas, as pessoas físicas ou jurídicas:

I - produtoras de matérias-primas de qualquer natureza, aplicável à indústria animal desde a fonte de origem ale o recebimento nos estabelecimentos registrados ou relacionados no SIM;

II - proprietários ou arrendatários de estabelecimentos registrados ou relacionados no SIM onde forem recebidos, manipulados, transformados, elaborados, preparados, conservados- acondicionados, distribuídos ou despachados produtos de origem animal;

III - proprietários, arrendatários ou responsáveis por casas comerciais atacadistas ou varejistas que receberem, armazenarem, venderem ou despacharem produtos de origem animal;

IV - que expuserem à venda, em qualquer parte, produtos de origem animal;

V - que despacharem ou transportarem produtos de origem animal.

Art. 349 - A aplicação de multa não isenta o infrator do cumprimento das exigências a que tenha dado motivo, marcando-se-lhe novo prazo para o cumprimento, findo o qual poderá, de acordo com a gravidade da falta e ajuízo da fiscalização, ser novamente multado no dobro da multa anterior, suspensa a Inspeção Municipal, cassado o registro ou relacionamento do estabelecimento.

Art. 350 - Os servidores do SIM ou de outros órgãos com delegação de competência, quando em serviço de fiscalização ou de inspeção industrial e sanitária, têm livre entrada em qualquer dia e hora, em estabelecimentos que manipulem, armazenem ou iracionem com produtos de origem animal.

Art. 351 - O Chefe do Executivo Municipal fixará por Decreto as Taxas dos Aios da Inspeção Sanitária Animal, cujos valores serão expressos em Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFRM.

Parágrafo Primeiro - Os valores da Tabela dos Aios da Inspeção Sanitária Municipal serão fixados por cabeça de animal abatido ou por tonelada produto elaborado, incluindo-se frações deste peso.

Parágrafo Segundo - Os valores relativos ao leite serão fixados por mil litros ou frações e os produtos derivados, por tonelada, incluindo-se frações-

Parágrafo Terceiro - Quando for taxado o produto final não haverá cobrança por cabeça para evitar a dupla taxação.

Art. 352 - No que couber, o SIM desenvolverá ações conjuntas com a Vigilância Sanitária Municipal e Estadual, utilizando, sempre que necessário, recursos técnicos e laboratoriais disponíveis ou conveniados com estes organismos.

Art. 353 - As despesas com execução desde Decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 354 - O Secretário da Agricultura e do Abastecimento, através de Portarias, Instruções Normativas e Ordens de Serviço dará solução a questões decorrentes do presente Decreto visando seu melhor cumprimento.

Art. 355 - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 356 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 357 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ascurra, Estado de Santa Catarina, em 19 de outubro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicada o presente Decreto na forma regulamentar;  
Gabinete do Prefeito em, 19 de outubro de 2010.

MARIA DE FATIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2173, de 26 de julho de 2010.**

DECRETO Nº. 2173, de 26 de julho de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro do ano de 2009, no vínculo 12255.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito suplementar nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

07.001 SECRETARIA DE TRANSP.E SERV.URBANOS  
15.452.0030.2016 Manut. Dep. De obras e Estradas de Rodagm  
30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
12255 Vínculo - Transf. Convenio do Estado 100.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 26 de julho de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 26 de julho de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2174, de 02 de agosto de 2010.**

DECRETO Nº. 2174, de 02 de agosto de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro do ano de 2009.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito suplementar nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

10.001 SECRETARIA MUN. DESENV. ECON. E TURISMO  
23.691.0025.2017 Manut. Dep. De obras e Estradas de Rodagm  
30000000000000 Despesas Correntes  
33000000000000 Outras Despesas Correntes  
33900000000000 Aplicações Diretas  
10000 Vínculo - Recursos Ordinários 85.000,00  
07.001 SECRETARIA DE TRANSP.E SERV.URBANOS  
15.451.0030.1009 Pavimentação de vias públicas  
40000000000000 Despesas de Capital  
44000000000000 Investimentos  
44900000000000 Aplicações Diretas  
10000 Vínculo - Recursos Ordinários 15.000,00  
TOTAL 100.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 02 de agosto de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 02 de agosto de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2176, de 04 de agosto de 2010.**

DECRETO Nº. 2176, de 04 de agosto de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

05001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10.301.0070.2025 Manutenção Saúde - Recursos SUS



300000000000000 Despesas Correntes  
330000000000000 Outras Despesas Correntes  
339000000000000 Aplicações Diretas  
Vinc.16702 Farmácia Básica - Estado 12.130,66  
TOTAL 12.130,66

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 04 de agosto de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 04 de agosto de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2178, de 05 de agosto de 2010.**

DECRETO Nº. 2178, de 05 de agosto de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

03.001 SECRETARIA DE ADM. E PLANEJ  
04.121.0100.2007 Manutenção Convênio de Trânsito  
300000000000000 Despesas Correntes  
330000000000000 Outras Despesas Correntes  
339000000000000 Aplicações Diretas  
Vinc.15600 Convênio de Trânsito - Prefeitura 1.011,51  
TOTAL 1.011,51

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 05 de agosto de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 05 de agosto de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2181, de 25 de agosto de 2010.**

DECRETO Nº. 2181, de 25 de agosto de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro do ano de 2009.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito suplementar nas dotações orçamentárias

abaixo discriminadas:

04.002 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA  
13.392.0060.2022 Manut. Atividades Culturais  
300000000000000 Despesas Correntes  
330000000000000 Outras Despesas Correntes  
339000000000000 Aplicações Diretas  
30000 Vínculo - superávit financeiro 2.000,00  
04.001 SECRETARIA DE TRANSP.E SERV.URBANOS  
12.361.0040.2011 Manutenção do Transp. Escolar Nucleado  
300000000000000 Despesas Correntes  
330000000000000 Outras Despesas Correntes  
339000000000000 Aplicações Diretas  
30000 Vínculo - superávit financeiro 10.000,00  
TOTAL 12.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 25 de agosto de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 25 de agosto de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

### **Decreto Nº. 2183, de 30 de agosto de 2010.**

DECRETO Nº. 2183, de 30 de agosto de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
12.361.0040.2009 Manutenção Ensino Fundamental e Val. Do Magistério  
300000000000000 Despesas Correntes  
330000000000000 Outras Despesas Correntes  
339000000000000 Aplicações Diretas  
Vinc.15800 Salário Educação 15.000,00  
TOTAL 15.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 30 de agosto de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 30 de agosto de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**Decreto Nº. 2184, de 08 de setembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2184, de 08 de setembro de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0070.2025 Manutenção Da Saúde - Recursos SUS

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33900000000000 Aplicações Diretas

Vinc.16702 Farmácia Básica - Estado 5.000,00

TOTAL 5.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 08 de setembro de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 08 de setembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

**Decreto Nº. 2186, de 20 de setembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2186, de 20 de setembro de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1189, 20/09/2010.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0070.2025 Manutenção da Saúde - Recursos SUS

30000000000000 Despesas Correntes

31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais

31900000000000 Aplicações Diretas

012354 Transf. De Conv. Da União Saúde 25.000,00

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0070.2025 Manutenção da Saúde - Recursos SUS

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33900000000000 Aplicações Diretas

012354 Transf. De Conv. Da União Saúde 25.000,00

TOTAL 50.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0070.1019 Aquisição de Veículos e Equipamentos

40000000000000 Despesas de Capitais

44000000000000 Investimentos

44900000000000 Aplicações Diretas

012354 Transf. De Conv. Da União Saúde 50.000,00

TOTAL 50.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 20 de setembro de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 20 de setembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

**Decreto Nº. 2187, de 05 de outubro de 2010.**

DECRETO Nº. 2187, de 05 de outubro de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1158, de 14/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$30.000,00 (trinta mil Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0070.2024 Manutenção Do Fundo Municipal de Saúde

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33900000000000 Aplicações Diretas

010200 Rec. De Impostos e de Transf. Imp-Saúde 30.000,00

TOTAL 30.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0070.2024 Manutenção Do Fundo Municipal de Saúde

30000000000000 Despesas Correntes

31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais

31900000000000 Aplicações Diretas

010200 Rec. De Impostos e de Transf. Imp-Saúde 30.000,00

TOTAL 30.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 05 de outubro de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 05 de outubro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

**Decreto Nº. 2188, de 05 de outubro de 2010.**

DECRETO Nº. 2188, de 05 de outubro de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro do ano de 2009.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas

atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009.

DECRETA:

Art. 1º - Abre crédito suplementar nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

04.002 SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO ESPORTE E CULTURA  
12.361.0040.2011 Manutenção do Transporte Escolar (nucleado)  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3300000000000000 Outras Despesas Correntes  
3390000000000000 Aplicações Diretas  
30000 Vínculo - superávit financeiro 10.000,00  
TOTAL 10.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 05 de outubro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 05 de outubro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**Decreto Nº. 2190, de 20 de outubro de 2010.**

DECRETO Nº. 2190, de 20 de outubro de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
12.361.0040.2009 Manut. Ensino Fundamental e Val. Do Magisterio  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
3190000000000000 Aplicações Diretas  
Vinc.11800 Transf. Do FUNDEB (aplic.profis.) 100.000,00  
TOTAL 100.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 20 de outubro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 20 de outubro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**Decreto Nº. 2194, de 20 de outubro de 2010.**

DECRETO Nº. 2194, de 20 de outubro de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

03.001 SECRETARIA DE ADM. E PLANEJAMENTO  
04.121.0100.2007 Manutenção convenio de Transito  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
3190000000000000 Aplicações Diretas  
Vinc.15600 Convenio Transito - Prefeitura 1.000,00  
TOTAL 1.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 20 de outubro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 20 de outubro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**Decreto Nº. 2195, de 20 de outubro de 2010.**

DECRETO Nº. 2195, de 20 de outubro de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Excesso de Arrecadação.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009,

DECRETA:

Art. 1º - Suplementa dotação orçamentária conforme abaixo discriminado:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
10.301.0070.2052 Manut. Saúde - Recursos SUS  
3000000000000000 Despesas Correntes  
3100000000000000 Pessoal e Encargos Sociais  
3190000000000000 Aplicações Diretas  
Vinc.16702 Farmácia Básica -Estado 10.000,00  
TOTAL 10.000,00

Art. 2º. - As despesas vigentes pelo artigo primeiro do presente Decreto serão supridas pelos recursos financeiros do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 20 de outubro de 2010.  
MOACIR POLIDORO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 20 de outubro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS  
Fiscal de Tributos

**Decreto Nº. 2196, de 29 de outubro de 2010.**

DECRETO Nº. 2196, de 29 de outubro de 2010.

Autoriza a anulação e suplementação de dotações orçamentárias.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 1197, de 29/10/2010.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no valor de R\$109.000,00 (cento e nove mil Reais) no Orçamento vigente, da Prefeitura Municipal, na Seguinte Dotação orçamentária:

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0070.2024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNC. DE SAÚDE

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 89.000,00

05.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0070.2024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNC. DE SAÚDE

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33900000000000 Aplicações Diretas

030000 Recursos Ordinários 20.000,00

TOTAL 109.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no artigo primeiro do presente Decreto, correrão por conta da anulação parcial da Seguinte Dotação Orçamentária, do Orçamento Municipal:

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

012.364.0050.2012 APOIO A EDUCAÇÃO SUPERIOR/BOLSAS EST.

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 9.000,00

04.001 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

012.365.0040.2013 MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL

30000000000000 Despesas Correntes

31000000000000 Pessoal e Encargos Sociais

31900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 60.000,00

07.001 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERV. URB.

015.452.0030.2018 MANUTENÇÃO CONVENIO CONSORCIO - LIXO

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 10.000,00

08.001 FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA ADOLESCENTE

008.243.0110.2041 MANUT. CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 6.000,00

08.001 FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA ADOLESCENTE

008.243.0110.2041 MANUT. CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

40000000000000 Despesas de Capital

44000000000000 Investimentos

44900000000000 Aplicações Diretas

010000 Recursos Ordinários 4.000,00

08.001 FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA ADOLESCENTE

008.243.0110.2041 MANUT. CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33500000000000 Transf. a Inst. Priv. s/ fins Lucr.

030000 Recursos Ordinários 20.000,00

TOTAL 109.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 29 de outubro de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na forma regulamentar  
Município de Ascurra em, 29 de outubro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

**Decreto Nº. 2198, de 01 novembro de 2010.**

DECRETO Nº. 2198, de 01 novembro de 2010.

Abre Crédito Suplementar pelo Superávit Financeiro do ano de 2009.

Moacir Polidoro, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n. 1158/2009 de 14/12/2009.

**DECRETA:**

Art. 1º - Abre crédito suplementar nas dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

07.001 SECRETARIA TRANSP. E SERV. URBANOS

15.451.0030.1009 Pavimentação e Aberturas de Ruas

30000000000000 Despesas Correntes

33000000000000 Outras Despesas Correntes

33900000000000 Aplicações Diretas

10000 Vínculo - Recursos Ordinários 2.250,00

TOTAL 2.250,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, em 01 de novembro de 2010.

MOACIR POLIDORO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto 01 de novembro de 2010.

MARIA DE FÁTIMA MARTINS

Fiscal de Tributos

## Braço do Trombudo

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Lei 0666/2010**

LEI Nº 0666/2010

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE Braço do Trombudo PARA O EXERCÍCIO DE 2011.

Nildo Melmestet, Prefeito em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, etc

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Artigo 1º - O Orçamento Geral do Município de Braço do Trombudo para o exercício de 2011 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 10.796.287,83 (dez milhões, setecentos e noventa e seis mil, duzentos e oitenta e sete reais e oitenta e três centavos).



## Dos Orçamentos das Unidades Gestoras Prefeitura e Câmara Municipal

Artigo 2º - O Orçamento do Município para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 10.796.287,83 (dez milhões, setecentos e noventa e seis mil, duzentos e oitenta e sete reais e oitenta e três centavos), e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais, em R\$ 10.351.287,83 (dez milhões, trezentos e cinquenta e um mil duzentos e oitenta e sete reais e oitenta e três centavos) a Despesa do município, R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) em Reserva de Contingência, e em R\$ 1.975.670,00 (hum milhão, novecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e setenta reais) as Transferências Financeiras Concedidas ao Fundo Rotativo Habitacional - FRH, Fundo Municipal de Saúde - FMS, Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS e Câmara Municipal de Vereadores

§ 1º - A Receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

RECEITAS CORRENTES 10.386.287,83  
 RECEITA TRIBUTARIA 571.750,00  
 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 121.500,00  
 RECEITA PATRIMONIAL 138.500,00  
 RECEITA AGROPECUÁRIA 17.000,00  
 RECEITA DE SERVIÇOS 402.000,00  
 TRANSFERENCIAS CORRENTES 8.989.537,83  
 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 146.000,00  
 RECEITAS DE CAPITAL 410.000,00  
 OPERAÇÕES DE CREDITO 95.000,00  
 ALIENAÇÃO DE BENS 60.000,00  
 TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 255.000,00  
 SOMA : 10.796.287,83  
 TOTAL : 10.796.287,83

§ 2º - A Despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira.

### CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL:

01.00 - CÂMARA DE VEREADORES 440.000,00  
 02.00 - GABINETE DO PREFEITO E VICE 245.000,00  
 03.00 - SECRETARIA DE ADMIN.E FINANÇAS 1.847.188,00  
 06.00 - SECRET.OBRAS/ESTR/SERV.URB/AGROPEC. 3.080.522,30  
 07.00 - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE 1.850.877,08  
 08.00 - FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL 24.000,00  
 09.00 - FUNDO MUNICIPAL ASSIST.SOCIAL 160.750,00  
 10.00 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO 2.718.950,45  
 11.00 - SECRETARIA DA CULT.TURISMO E LAZER 245.000,00  
 12.00 - SECRETARIA DOS DESPORTOS 179.000,00  
 99.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 5.000,00  
 TOTAL 10.796.287,83

### CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO:

01 - Legislativa 413.000,00  
 04 - Administração 1.360.688,00  
 06 - Segurança Pública 5.000,00  
 08 - Assistência Social 160.750,00  
 09 - Previdência Social 400.000,00  
 10 - Saúde 1.850.877,08  
 12 - Educação 2.718.950,45  
 13 - Cultura 240.000,00  
 15 - Urbanismo 396.000,00  
 16 - Habitação 48.000,00

17 - Saneamento 420.000,00  
 20 - Agricultura 650.000,00  
 22 - Indústria 25.000,00  
 24 - Comunicações 110.000,00  
 25 - Energia 120.000,00  
 26 - Transporte 1.470.522,30  
 27 - Desporto e Lazer 179.000,00  
 28 - Encargos Especiais 223.500,00  
 99 - Reserva de Contingência 5.000,00  
 SOMA - 10.796.287,83

### CLASSIFICAÇÃO POR SUB-FUNÇÃO

31 - Ação Legislativa 413.000,00  
 122 - Administração Geral 1.330.688,00  
 123 - Administração Financeira 5.000,00  
 182 - Defesa Civil 5.000,00  
 241 - Assistência ao Idoso 54.750,00  
 243 - Assistência a Criança e Adolescente 51.000,00  
 244 - Assistência Comunitária 55.000,00  
 271 - Previdência Básica 400.000,00  
 301 - Atenção Básica 1.801.626,52  
 304 - Vigilância Sanitária 11.240,32  
 305 - Vigilância Epidemiológica 38.010,24  
 306 - Alimentação e Nutrição 202.365,70  
 361 - Ensino Fundamental 1.877.953,76  
 362 - Ensino Médio 9.303,89  
 364 - Ensino Superior 20.000,00  
 365 - Educação Infantil 606.327,10  
 366 - Educação de Jovens e Adultos 3.000,00  
 367 - Educação Especial 30.000,00  
 392 - Difusão Cultural 240.000,00  
 451 - Infra-Estrutura Urbana 279.000,00  
 452 - Serviços Urbanos 71.000,00  
 482 - Habitação Urbana 48.000,00  
 512 - Saneamento Básico Urbano 461.000,00  
 601 - Promoção da Produção Vegetal 20.000,00  
 602 - Promoção da Produção Animal 4.000,00  
 606 - Extensão Rural 626.000,00  
 661 - Promoção Industrial 25.000,00  
 695 - Turismo 3.000,00  
 721 - Comunicações Postais 5.000,00  
 722 - Telecomunicações 100.000,00  
 752 - Energia Elétrica 120.000,00  
 782 - Transporte Rodoviário 1.470.522,30  
 812 - Desporto Comunitário 131.000,00  
 813 - Lazer 50.000,00  
 841 - Refinanciamento da Dívida Interna 47.000,00  
 843 - Serviços de Dívida Interna 45.000,00  
 846 - Outros Encargos Especiais 131.500,00  
 999 - Reserva de Contingência 5.000,00

Total 10.796.287,83

### CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0 - Operações Especiais 196.500,00  
 10 - Processo Legislativo 440.000,00  
 40 - Gestão Administrativa Superior 245.000,00  
 41 - Administração Geral 1.650.688,00  
 80 - Assistência Social 160.750,00  
 100 - Saúde para Todos 1.850.877,08  
 120 - Criança na Escola 2.718.950,45  
 130 - Cultura e Turismo é Vida 245.000,00  
 150 - Urbanização de Vias 470.000,00  
 160 - Construção de Casas Populares 48.000,00  
 170 - Saneamento/Água Potável/prev.doenças 466.000,00  
 200 - Assistência ao Agricultor 650.000,00  
 260 - Estradas Vicinais 1.470.522,30

270 - Esporte é Vida 179.000,00  
999 - Reserva de Contingência 5.000,00  
Total 10.796.287,83

#### CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA;

DESPESAS CORRENTES 9.267.019,03  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 4.942.414,80  
3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 66.000,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESA CORRENTES 4.258.604,23  
DESPESA DE CAPITAL 1.524.268,80  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 1.452.268,80  
4.5.00.00.00.00.00.00 - INVERSÕES FINANCEIRAS 46.000,00  
4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA 26.000,00  
RESERVA DE CONTINGÊNCIA 5.000,00  
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 5.000,00  
SOMA - 10.796.287,83  
Transferências Financeira a Fundos e Câmara de Vereadores - 1.975.670,00

#### DO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE Braço do Trombudo

Artigo 3º - O Orçamento da Entidade Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 10.341.330,75 (dez milhões, trezentos e quarenta e um mil, trezentos e trinta reais e setenta e cinco centavos, as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.975.670,00 (hum milhão, novecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e setenta reais) e fixa as Despesas em R\$ 8.365.660,75 (oito milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e sessenta reais e setenta e cinco centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. Receitas Correntes 9.961.330,75  
1.1. Receita Tributária 571.750,00  
1.2. Receitas de Contribuições 121.500,00  
1.3. Receita Patrimonial 127.000,00  
1.4. Receita Agropecuária 17.000,00  
1.6. Receita de Serviços 402.000,00  
1.7. Transferências Correntes 8.576.080,75  
1.9. Outras Receitas Correntes 146.000,00  
2. Receitas de Capital 380.000,00  
2.1. Operações de Crédito 95.000,00  
2.2. Alienação de Bens 30.000,00  
2.4. Transferências de Capital 255.000,00  
Total 10.341.330,75  
Total Geral 10.341.330,75

§ 2º - A Despesa da Entidade Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração 1.360.688,00  
06 - Segurança Pública 5.000,00  
08 - Assistência Social 45.000,00  
09 - Previdência Social 400.000,00  
12 - Educação 2.718.950,45  
13 - Cultura 240.000,00

15 - Urbanismo 396.000,00  
16 - Habitação 24.000,00  
17 - Saneamento 420.000,00  
20 - Agricultura 650.000,00  
22 - Indústria 25.000,00  
24 - Comunicações 110.000,00  
25 - Energia 120.000,00  
26 - Transporte 1.470.522,30  
27 - Desporto e Lazer 179.000,00  
28 - Encargos Especiais 196.500,00  
99 - Reserva de Contingência 5.000,00  
Total 8.365.660,75  
Transferências Financeiras 1.975.670,00  
Total 1.975.670,00  
Total Geral 10.341.330,75

#### CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

Despesas Correntes 7.040.891,95  
3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais 3.642.930,80  
3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Encargos da Dívida 65.000,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 3.332.961,15

Despesa de Capital 1.319.768,80  
4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 1.252.768,80  
4.5.00.00.00.00.00.00 - Inversões Financeiras 42.000,00  
4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida 25.000,00

Reserva de Contingência 5.000,00  
9.9.00.00.00.00.00.00 - Reserva de Contingência 5.000,00

Total 8.365.660,75

Transferências Financeiras 1.975.670,00  
Total 1.975.670,00

Total Geral 10.341.330,75

#### Do Orçamento do(a) FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL DE Braço do Trombudo

Artigo 4º - O Orçamento da Entidade FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL DE Braço do Trombudo para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 0,00(), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 24.000,00  
SOMA : 24.000,00

TOTAL : 24.000,00

§ 2º - A Despesa da Entidade FUNDO ROTATIVO HABITACIONAL DE Braço do Trombudo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

16- Habitação 24.000,00  
SOMA: 24.000,00  
Total: 24.000,00

## CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS DE CAPITAL 24.000,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 21.000,00

4.5.00.00.00.00.00.00 - INVERSÕES FINANCEIRAS 3.000,00

SOMA: 24.000,00

Total: 24.000,00

Do Orçamento do(a) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE Braço do Trombudo

Artigo 5º - O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE Braço do Trombudo para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 401.957,08 (quatrocentos e um mil, novecentos e cinquenta e sete reais e oito centavos) e fixa as Despesas em R\$ 1.850.877,08 (hum milhão, oitocentos e cinquenta mil, oitocentos e setenta e sete reais e oito centavos).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, Na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1.RECEITAS CORRENTES 371.957,08

1.7.TRANSFERÊNCIAS CORRENTES 371.957,08

SOMA : 371.957,08

2.RECEITAS DE CAPITAL 30.000,00

2.2.ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS 30.000,00

SOMA: 30.000,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 1.448.920,00

SOMA 1.850.877,08

TOTAL: 1.850.877,08

§ 2º - A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE Braço do Trombudo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional,funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 1.850.877,08

SOMA: 1.850.877,08

TOTAL 1.850.877,08

## CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 1.712.377,08

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 994.484,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 717.893,08

DESPESAS DE CAPITAL 138.500,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 138.500,00

SOMA: 1.850.877,08

Total Geral: 1.850.877,08

Do Orçamento do(a) FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE Braço do Trombudo

Artigo 6º - O Orçamento da Entidade FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE Braço do Trombudo para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), e fixa as Despesas em R\$ 115.750,00 (cento e quinze mil, setecentos e cinquenta reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências

de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1.RECEITAS CORRENTES 53.000,00

1.7.TRANSFERENCIAS CORRENTES 53.000,00

SOMA: 53.000,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 62.750,00

SOMA: 62.750,00

TOTAL : 115.750,00

§ 2º - A Despesa da Entidade FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRAÇO O TROMBUDO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional,funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 115.750,00

SOMA: 115.750,00

TOTAL: 115.750,00

## CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 105.750,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

105.750,00

DESPESAS DE CAPITAL 10.000,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 10.000,00

SOMA: 115.750,00

TOTAL: 115.750,00

Do Orçamento do(a) CÂMARA MUNICIPAL DE Braço do Trombudo

Artigo 7º - O Orçamento da Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE Braço do Trombudo para o exercício de 2011 estima a Receita em R\$ 0,00, as Transferências Financeiras em R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 440.000,00 (quatrocentos e quarenta mil reais).

§ 1º - A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 440.000,00

SOMA: 440.000,00

TOTAL: 440.000,00

§ 2º - A Despesa da Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE Braço do Trombudo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 413.000,00

28 - Encargos Especiais 27.000,00

SOMA: 440.000,00

TOTAL: 440.000,00

## CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 408.000,00

3.1.00.00.00.00.00.00 - Pessoal e Encargos sociais 305.000,00

3.2.00.00.00.00.00.00 - Juros e Enc. Dívida 1.000,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - Outras Despesas Correntes 102.000,00

DESPESAS DE CAPITAL 32.000,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - Investimentos 30.000,00  
4.5.00.00.00.00.00.00 - Inversões 1.000,00  
4.6.00.00.00.00.00.00 - Amortização da Dívida 1.000,00

SOMA: 440.000,00  
TOTAL: 440.000,00

Artigo 8º- Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, por ato do poder executivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE Braço do Trombudo

99 - Reserva de Contingência 5.000,00  
TOTAL: 5.000,00

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2011 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do chefe do poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2011 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Artigo 9º - Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de despesa para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Artigo 10º - O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal no 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% (trinta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.
- III - Superávit financeiro do exercício anterior.
- IV - Reserva de Contingência.

Parágrafo Único - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Artigo 11 - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Artigo 12 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Artigo 13 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Artigo 14 - Durante o exercício de 2011 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento e programas priorizados nesta lei.

Artigo 15 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Artigo 16 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta e ou Entidades sem fins lucrativos, dando ciência ao legislativo.

Artigo 17 - A presente Lei vigorará durante o exercício de 2011, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Braço do Trombudo, 16 de dezembro de 2010.  
NILDO MELMESTET  
Prefeito em Exercício

### **Portaria 150/2010**

PORTARIA 150/2010

Nildo Melmestet, Prefeito em Exercício de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado nas Leis 0504/2005 de 23.12.05 e na Lei 0512/2006 de 05.04.06, etc.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar que o 9º sorteio do concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", será realizado no dia 27 de dezembro de 2010, às 16:00h, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 20 de dezembro de 2010.  
NILDO MELMESTET  
Prefeito em Exercício

### **Portaria 151/2010**

PORTARIA 151/2010

Nildo Melmestet, Prefeito em Exercício do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e amparado na Lei 0503/2005 de 23.12.05, etc.

#### **RESOLVE:**

Art. 1º. Determina que o 1º, 2º e 3º sorteio do Concurso "Compre para Ver, Braço do Trombudo Crescer", será realizado no dia 27 de dezembro de 2010, às 16:30h, na Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 20 de dezembro de 2010.



NILDO MELMESTET  
Prefeito em Exercício

### **Pregão Presencial 10/2010 FMS Aquisição de uma ambulância**

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 10/2010 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que até as 15:00 horas do dia 06.01.2011, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de uma ambulância. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 20 de dezembro de 2010.  
NILDO MELMESTET  
Prefeito em Exercício

### **Pregão Presencial 62/2010 - Aquisição de um veículo 0 KM**

EDITAL DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL 62/2010

O Município de Braço do Trombudo SC, torna público para conhecimento dos interessados que até as 16:00 horas do dia 06.01.2011, estará selecionando a melhor proposta para Aquisição de um veículo 0 KM. Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo departamento de licitação, da Prefeitura Municipal pelo fone 47 35470179.

Braço do Trombudo, em 20 de dezembro de 2010.  
NILDO MELMESTET  
Prefeito em Exercício

### **Primeiro Termo Aditivo ao Convênio - Asilo de Velhos de Braço do Trombudo.**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL DE Braço do Trombudo E O ASILO DE VELHOS DE Braço do Trombudo.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE Braço do Trombudo inscrita no CNPJ sob nº. 95.952.230/0001-67, com sede na Praça da Independência, 25 na qualidade de CONTRATANTE, representado pelo Sr. Nildo Melmestet Prefeito em Exercício e o Asilo de Velhos de Braço do Trombudo, com sede a Rodovia SC 426 KM 49,5 Divisa, na cidade de Braço do Trombudo - SC, registrada no CNPJ sob nº 83.781.807/0001-36, neste ato representado por seu representante legal, Senhor João Bartsch, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio, de acordo com as cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA**

Fica prorrogado o prazo de vigência do CONVÊNIO, o qual vigorará até 28 de fevereiro de 2011.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DEMAIS CLÁUSULAS**

Ficam ratificadas todos os demais termos, cláusulas e condições do convênio ora aditado, aqui não expressamente alterados, para que formem com o presente, um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos.

E por estarem assim conveniados, assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Braço do Trombudo em 17 de dezembro de 2010.

Concedente  
Prefeitura Municipal  
NILDO MELMESTET  
Prefeito em Exercício

Conveniente  
Asilo de Velhos Braço do Trombudo  
JOÃO BARTSCH  
Diretor da Entidade

Testemunhas  
Denise Schussler  
CPF: 022.538.329-28

Deizi Baade Knappmann  
CPF: 037.164.409-73

### **Primeiro Termo Aditivo ao Convênio - Hospital de Caridade Luiz Bertoli da Cidade de Rio do Oeste**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO FIRMADO ENTRE PREFEITURA MUNICIPAL DE Braço do Trombudo E O HOSPITAL DE CARIDADE LUIZ BERTOLI DA CIDADE DE RIO DO OESTE.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE Braço do Trombudo inscrita no CNPJ sob nº. 95.952.230/0001-67, com sede na Praça da Independência, 25 na qualidade de CONTRATANTE, representado pelo Sr. Nildo Melmestet Prefeito em Exercício e o IPMM - Hospital de Caridade Luiz Bertoli, com sede a Avenida Luiz Bertoli, 585 Bairro Centro na cidade de Rio do Oeste - SC, registrada no CNPJ sob nº 60.194.990/0021-11, neste ato representada por seu representante legal, Senhora Irmã Eunice de Moraes, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Convênio, de acordo com as cláusulas seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA**

Fica prorrogado o prazo de vigência do CONVÊNIO, o qual vigorará até 31 de dezembro de 2011.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DEMAIS CLÁUSULAS**

Ficam ratificadas todos os demais termos, cláusulas e condições do convênio ora aditado, aqui não expressamente alterados, para que formem com o presente, um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos.

E por estarem assim conveniados, assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Braço do Trombudo em 17 de dezembro de 2010.

Concedente  
Prefeitura Municipal  
NILDO MELMESTET  
Prefeito em Exercício

Conveniente  
I.P.M.M - Hosp. de Car. Luiz Bertoli  
IRMÃ EUNICE DE MORAES  
Diretor(a) da Entidade

Testemunhas  
Denise Schussler  
CPF: 022.538.329-28

Deizi Baade Knappmann  
CPF: 037.164.409-73

# Caçador

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Complementar Nº 186

LEI COMPLEMENTAR Nº 186, de 16 de dezembro de 2010.

Altera a Lei Complementar nº 128, de 12 de maio de 2008, que estabelece as normas para o parcelamento do solo para fins urbanos no Município de Caçador.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Os arts. 8º, 9º, 11 e 13, da Lei Complementar nº 128, de 12 de maio de 2008, que estabelece as normas para o parcelamento do solo para fins urbanos no Município de Caçador, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

§ 1º A Licença Prévia tem prazo de validade por 12 (doze) meses, podendo ser renovada, a pedido do loteador e a critério da Prefeitura, por no máximo mais 12 (doze) meses, desde que não tenha ocorrido alteração nas normas legais que as fundamentaram. (NR)

Art. 9º

I -

XVI - cronograma da execução das obras de infraestrutura urbana, com o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses; (NR)

XVII -

XIX - projeto de arborização (densidade mínima: 1 árvore/2 lotes); (NR)

Art. 11.

I - executar, no prazo fixado pelo cronograma físico-financeiro proposto, a abertura das vias de circulação e praças, com a terraplanagem e pavimentação primária do tipo cascalho ou brita, de todas as ruas do loteamento conforme especificação da Prefeitura, rede de energia elétrica com iluminação pública, rede de abastecimento de água potável e arborização do loteamento, bem como as obras e equipamentos previstos no projeto de infraestrutura; (NR)

II -

§ 1º

§ 2º O Loteador terá prazo estabelecido no cronograma, de no máximo de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de expedição da Certidão de Aprovação do Loteamento emitido pelo IPPUC, para executar as obras e serviços de infraestrutura, podendo esse prazo ser prorrogado, se necessário, a pedido devidamente justificado do loteador e a critério da Prefeitura, por até no máximo mais 12 (doze) meses. (NR)

Art. 13.

§ 1º

§ 2º A caução quando real será instrumentada por documento legal entre o Loteador e a Prefeitura, que deverá ser averbada no

registro imobiliário competente, no ato do registro do loteamento, cujos emolumentos ficarão a expensas do loteador. (NR)

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

### Lei Complementar Nº 187

LEI COMPLEMENTAR Nº 187, de 16 de dezembro de 2010.

Autoriza conceder o direito real de uso de área de terreno urbano, de propriedade do Município de Caçador, à Mitra Diocesana de Caçador, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder à Mitra Diocesana de Caçador, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 83.059.758/0001-22, com sede na Rua Conselheiro Mafra, nº 169, neste Município de Caçador, o direito real de uso, de uma área de terreno urbano com superfície de 960,00m2 (novecentos e sessenta metros quadrados) pertencente a uma área maior com 91.757,20m2 (noventa e um mil, setecentos e cinquenta e sete metros e vinte decímetros quadrados), de propriedade do Município de Caçador, devidamente matriculada sob o nº 8/9142, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Caçador.

Art. 2º Na área de terreno urbano de que trata o art. 1º, continuará edificada a Igreja Nossa Senhora Aparecida e um salão de eventos, mantidos pela concessionária.

Art. 3º O prazo da presente concessão de direito real de uso será de 20 (vinte) anos, podendo ser renovado de acordo com o interesse da administração municipal.

Parágrafo único. Após o transcurso do prazo estipulado, o imóvel poderá ser revertido ao patrimônio público municipal.

Art. 4º É vedada à concessionária gravar qualquer ônus no imóvel cedido, oferecê-lo como garantia de dívida ou obrigação de outra espécie.

Art. 5º A concessionária responderá por todos os encargos civis, administrativos e tributários que venham a incidir sobre o imóvel, sem prejuízo da finalidade prevista, pelo prazo legal.

Art. 6º Caso a área concedida seja utilizada de forma contrária à prevista nesta Lei, com desvio de finalidade, ocorrendo cessação das atividades, ou pelo descumprimento dos prazos e encargos estipulados, poderá ocorrer a rescisão unilateral pela Administração, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que o bem imóvel e suas benfeitorias reverterão automaticamente ao Poder Público Municipal, independentemente de qualquer indenização.

Art. 7º A conservação, zelo e segurança do imóvel cedido constituem obrigações permanentes e indeclináveis da concessionária e esta poderá também contratar seguro contra riscos de qualquer natureza, sob pena de apuração das responsabilidades.

Art. 8º Fica a área de terreno urbano mencionada no art. 1º, desafetada na forma da lei.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

#### CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL

Por este instrumento de concessão de direito real de uso, com base no art. 118, da Lei Orgânica Municipal, de um lado o MUNICÍPIO DE CAÇADOR, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com seu órgão representativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR, inscrita no CNPJ sob o nº 83.074.302/0001-31, estabelecida à Avenida Santa Catarina, nº 195, nesta cidade de Caçador/SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. SAULO SPEROTTO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta cidade de Caçador/SC, de ora em diante denominado CONCEDENTE; e de outro a MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 83.059.758/0001-22, com sede na Rua Conselheiro Mafra, 169, neste Município de Caçador, neste ato representada pelo Padre VALMOR JOSÉ DE DEUS, residente e domiciliado em Caçador-SC, de ora em diante denominada CONCESSIONÁRIA, tem entre si justo e contratado o seguinte:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

O MUNICÍPIO DE CAÇADOR, sendo Senhor e legítimo possuidor de uma área de terreno urbano com superfície de 960,00 m2 (novecentos e sessenta metros quadrados) pertencente a uma área maior com 91.757,20 m2 (noventa e um mil, setecentos e cinquenta e sete metros e vinte decímetros quadrados), de propriedade do Município de Caçador, devidamente matriculada sob o nº 8/9142, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Caçador, cede-o para uso da CONCESSIONÁRIA, que a utilizará para manter a sede da Igreja Nossa Senhora Aparecida e um salão de eventos, pelo prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser renovado por interesse da administração pública.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

Fica expressamente proibida a cessão ou transferência deste instrumento a terceiros, por parte da CONCESSIONÁRIA, sem anuência prévia da CONCEDENTE.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

Caso a área concedida seja utilizada de forma contrária à prevista nesta Lei, com desvio de finalidade, ocorrendo cessação das atividades, ou pelo descumprimento dos prazos e encargos estipulados, poderá ocorrer a rescisão unilateral pela Administração, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sendo que o bem imóvel e suas benfeitorias reverterão automaticamente ao Poder Público Municipal, independentemente de qualquer indenização.

#### CLÁUSULA QUARTA

Fica eleito o Foro da Comarca de Caçador para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem certos e ajustados, assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim.

Caçador, 16 de dezembro de 2010.  
SAULO SPEROTTO,  
Prefeito Municipal.

VALMOR JOSÉ DE DEUS,  
MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR.

TESTEMUNHA \_\_\_\_\_  
NOME \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_

TESTEMUNHA \_\_\_\_\_  
NOME \_\_\_\_\_  
CPF \_\_\_\_\_

#### Lei Complementar Nº 188

LEI COMPLEMENTAR Nº 188, de 16 de dezembro de 2010.

Revoga a Lei Complementar nº 179, de 14 de outubro de 2010, que autoriza permutar imóveis, com pagamento de torna, entre o Município de Caçador e o Senhor Floriano Pupo Ribeiro, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica revogada a Lei Complementar nº 179, de 14 de outubro de 2010, que autoriza permutar imóveis, com pagamento de torna, entre o Município de Caçador e o Senhor Floriano Pupo Ribeiro, e dá outras providências.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

#### Lei Complementar Nº 189

LEI COMPLEMENTAR Nº 189, de 16 de dezembro de 2010.

Dá nova redação ao inciso I do art. 2º e ao parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 149/2009, que autoriza doar imóvel de propriedade do Município de Caçador, à Wasichri Comércio e Assistência Técnica Metal Mecânica Ltda., e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º O inciso I do art. 2º e o parágrafo único do art. 3º da Lei Complementar nº 149, de 18 de junho de 2009, que autoriza doar imóvel de propriedade do Município de Caçador, à Wasichri Comércio e Assistência Técnica Metal Mecânica Ltda., e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 150, de 16 de julho de 2009, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º

I - construir sua unidade industrial até o mês de dezembro de 2012; (NR)

**Art. 3º**

Parágrafo único. As obras de edificação devem se iniciar até o mês de dezembro de 2011, sob pena de reversão ao patrimônio municipal. (NR)

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

**Lei Complementar Nº 190**

LEI COMPLEMENTAR Nº 190, de 16 de dezembro de 2010.

Acrescenta o § 6º ao art. 27, da Lei nº 054, de 15 de dezembro de 1983, que institui o Código Tributário do Município de Caçador.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

**L E I :**

**Art. 1º** Fica acrescentado o § 6º ao art. 27, da Lei nº 054, de 15 de dezembro de 1983, que institui o Código Tributário do Município de Caçador, passando a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 27.**

**§ 1º**

§ 6º Os serviços descritos pelo subitem 9.02 da Lista Complementar de Serviços, constante do Anexo I da Lei Complementar nº 141, de 18 de Março de 2009, que alterou a Lei nº 54, de 15 de dezembro de 1983, que institui o Código Tributário do Município de Caçador, prestados por Agências de Turismo remuneradas por comissionamento, terão como base de cálculo do imposto o valor bruto da comissão recebida, a diferença ou margem entre o preço de aquisição e o da venda dos serviços. (NR)

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

**Lei Complementar Nº 191**

LEI COMPLEMENTAR Nº 191, de 16 de dezembro de 2010.

Altera o § 5º do art. 27, da Lei nº 054, de 15 de dezembro de 1983, que institui o Código Tributário do Município de Caçador.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

**L E I :**

**Art. 1º** Fica alterado o § 5º do art. 27, da Lei nº 054, de 15 de dezembro de 1983, que institui o Código Tributário do Município de Caçador, passando a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 27.**

§ 5º Nos serviços de planos de saúde, de que tratam os itens 4.22 e 4.23 da lista de serviços constante do Anexo I, a base de cálculo será a diferença entre os valores cobrados dos usuários e os valores pagos, em decorrência desses planos, a médicos, hospitais, clínicas, laboratórios de análises, de patologia, de eletricidade médica e assemelhados, ambulatórios, prontos-socorros, manicômios, casas de saúde, de repouso e de recuperação, bancos de sangue, de pele, de olhos, de sêmen e congêneres, desde que acobertados por documentos fiscais hábeis e idôneos. (NR)

**Art. 2º** Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

**Lei Complementar Nº 192**

LEI COMPLEMENTAR Nº 192, de 16 de dezembro de 2010.

Altera a Lei Complementar nº 168, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre o Zoneamento, o Uso e a Ocupação do Solo do Município de Caçador e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

**L E I :**

**Art. 1º** Os arts. 34, 67, 76 e 77, da Lei Complementar nº 168, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre o Zoneamento, o Uso e a Ocupação do Solo do Município de Caçador e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 34.** .....

XVII - .....

§ 4º .....

a) .....

j) para efeito de cálculo de número de pavimentos permitidos, não serão considerados para cálculo do número Max de pavimentos aqueles destinados exclusivamente a estacionamento, bem como os que possuírem áreas comuns com no mínimo 50% (cinquenta por cento) de sua área destinada exclusivamente a estacionamento da edificação. (NR)

**Art. 67.** O sistema viário básico é composto das seguintes vias:

I - eixos viários principais: são os eixos viários que constituem o suporte físico da circulação urbana, equilibram a distribuição de fluxos na malha viária e otimizam o potencial das diversas áreas, sendo as principais vias do sistema viário básico da cidade;

II - eixos viários complementares, subdividem-se em:

vias arteriais: são as principais vias do sistema viário básico da cidade, constituem o suporte físico da circulação urbana, equilibram a distribuição de fluxos na malha viária e otimizam o potencial das diversas áreas admitindo usos comerciais e de serviços de médio e grande porte. Atendem ao tráfego de longo percurso e aos grandes fluxos de tráfego interno. Essa rede de vias arteriais proporciona acesso direto aos eixos rodoviários e aos principais pólos geradores de tráfego, tais como a área central, terminais de passageiros e faz a interligação de toda a área urbana;

vias coletoras: caracterizam-se por vias com média extensão e integradas ao sistema viário principal, que concentram o tráfego



local e o comércio e serviço de médio porte de atendimento à região. São vias que atendem as ligações entre bairros, com grande e médio fluxos de veículos ou têm a função de coletar o tráfego das vias principais e canalizá-lo às vias locais e bairros, acomodando fluxos de tráfego local dentro das áreas residenciais, comerciais e industriais, além de atender aos trechos coletores/distribuidores de alguns itinerários de ônibus.

III - vias dos anéis viários: eixos viários destinados à distribuição do tráfego de forma periférica em relação à área central e à promoção da integração entre os diversos bairros da cidade;

IV - vias locais: são vias destinadas ao tráfego interno dos bairros, que servem primeiramente para proporcionar acesso direto aos locais de residência, lazer e trabalho, oferecem o mais baixo plano de mobilidade e geralmente não contém rotas de veículos destinados ao transporte coletivo;

V - vias especiais: são vias destinadas ao tráfego interno com padrão geométrico mínimo diferenciado;

VI - eixos rodoviários: são as rodovias que cruzam o perímetro urbano com predominância de deslocamentos regionais, caracterizam-se como corredores com grande volume de tráfego, estabelecendo ligações, onde os parâmetros de uso e ocupação do solo devem proporcionar a fluidez do tráfego.

Art. 76. O afastamento da divisa, proporcional a altura da edificação poderá ser reduzido, desde que seja comprovada a existência de edificações já consolidadas, sem condições de renovação urbana, nos terrenos adjacentes à divisa onde se pretende a redução. (NR)

Art. 77. O afastamento frontal e da divisa lateral proporcional à altura da edificação, poderá ser reduzido, desde que seja comprovada a existência de edificações já consolidadas, sem condições de renovação urbana, nos terrenos adjacentes à divisa onde se pretende a redução, em terrenos que apresentem condições geográficas adversas. (NR)

§ 1º .....

§ 2º (Revogado).

§ 3º .....

§ 4º Os recuos mínimos em terrenos cujo acesso ao logradouro se dá por servidão, serão de 2 (dois) metros para a frente da servidão e os recuos laterais seguem os mesmos parâmetros estabelecidos para a zona aonde o imóvel está inserido. (NR)

Art. 2º Ficam, ainda, alteradas as Tabelas 2 e 3 da Lei Complementar nº 168, de 2010, que passam a vigorar com a redação constante nas Tabelas anexas a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO CIDADE DE CAÇADOR – SC  
TABELA II - TABELA DE PARÂMETROS CONSTRUTIVOS

ZONA	PARÂMETROS									
	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO CAB	CAMax	CAMin	TAXA DE OCUPAÇÃO Máxima	TAXA DE PERMEABILIDADE Mínima	ALTURA Máxima	RECUO FRONTAL	AFASTAMENTO LATERAL	AFASTAMENTO DE FUNDOS	LOTE MÍNIMO (Testada x Área)
	Básico	Máximo	Mínimo	%	%	pav.	m	M	m	m x m²
ZC	4	5 (1)		Até 2 pav. = 75 A partir do 2º pav. = 60	25	12 (HVM)(10) ****	Isento	(2)	(2)	12 x 360
ZC 2	4	5 (1)	0,15	75	25	12 (HVM)(10) (6)	2	(4)	(4)	12 x 360
Setor Estruturante (SE)	4	5 (1)	0,15	Até 2 pav. = 75 A partir do 2º pav. = 60	25	12 (HVM)(10) (6)	- - (3) **	(2)	(2)	12 x 360
ZR 1	1,5	--	0,15	50	25	3	4*	(4)	(4)	15 x 400
ZR 2	1,5	--	0,15	60	25	8	4*	(14)	(4)	12 x 360
ZR 3	2	--	0,15	60	25	8	4*	(14)	(4)	12 x 360
ZR 4	3 (1)	4	0,15	60	25	12 (HVM)(10)	4 *	(14)	(2)	12 x 360
ZR 5	1,5	--	0,15	50	20	8	4*	(14)	(4)	10 x 250 (7)
ZEIS 1	1	--	0,15	50	20	2	4*	(4)	(4)	7 x 125
ZEIS 2	1	--	0,15	50	20	2	4*	(4)	(4)	10 x 250 (7)
ZEIS 3	1,5	--	0,15	50	20	4	4*	(4)	(4)	10 x 250 (7)
ZRU	Parâmetros de acordo com estudos apresentados pelo interessado e aprovados pelo IPPUC, com parecer favorável da Comissão Técnica de Urbanismo - CTU.									
ZIA 1	--	--	--							20 x 2000
ZIA 2	0,2	--	--	20	75	2 (8)	5	5	5	20 x 2000
AV	Os lotes que contenham bosques poderão ter parâmetros especiais de ocupação, com base nos parâmetros da zona em que estiver inserido, acordo com estudos aprovados pela Comissão Técnica de Urbanismo - CTU, com parecer do IPPUC									
ZS	1	--	0,15	60	25	3(8)	5 (9)	2	2	15 x 450
ZI	1	--	0,15	50	25	2	5 (9)	2	2	20 x 800
ZA	1	--	0,15	40	25	1 ***	10	2	2	15 x 600
ZEU	Parâmetros de acordo com estudos apresentados pelo interessado e aprovados pelo IPPUC, com parecer favorável da Comissão Técnica de Urbanismo - CTU.									

REFERÊNCIAS DA TABELA II - TABELA DE PARÂMETROS CONSTRUTIVOS

- (1) a outorga onerosa somente será aplicada nas áreas que permitem maior adensamento: ZC, ZC2, SE e ZR-4.
- (2) até 2 pavimentos é facultado, devendo ser garantido o mínimo de 1,50m nos casos de aberturas para ventilação e/ou iluminação. Acima de 2 pav. = H/10, devendo ser atendido o mínimo de 1,50m;
- (3) nas vias estruturantes, é facultado o recuo frontal até o 2º pavimento. Acima, as edificações e vedações do terreno deverão respeitar o alinhamento predial previsto para a zona;
- (4) até 2 pavimentos é facultado, devendo ser garantido o mínimo de 1,50m nos casos de aberturas para ventilação e/ou iluminação;
- (5) com outorga onerosa ou transferência de potencial de no mínimo mais 0,5 (meio) coeficiente, a altura máxima da edificação será de 10 (dez) pavimentos;
- (6) com outorga onerosa ou transferência de potencial de no mínimo mais 0,5 (meio) coeficiente, a altura máxima da edificação será de 12 (doze) pavimentos;
- (7) será admitido loteamento de interesse social com lotes com no mínimo 7,00m de testada e área de 125,00m², desde que 15% (quinze por cento) dos lotes sejam destinados à Prefeitura Municipal para realocação de moradores de áreas de risco e programas oficiais de interesse social;
- (8) com base em estudos de ocupação específica, poderão ser aprovadas alturas maiores, a critério da Comissão Técnica de Urbanismo - CTU e aprovadas pelo IPPUC;
- (9) respeitar a faixa de domínio e faixa não edificante da rodovia;
- (10) Para HVM com outorga onerosa ou transferência de potencial de no mínimo mais 1 (um) coeficiente, a altura máxima da edificação será de 16 (dezesesseis) pavimentos.
- (12) com outorga onerosa ou transferência de potencial de no mínimo mais 1 (um) coeficiente, a altura máxima da edificação será de 12 (doze) pavimentos;
- (13) podendo acrescentar até 1 índice, sendo que o índice acrescentado deverá ser de uso exclusivamente residencial.
- (14) O recuo lateral até 2 pavimentos é facultado, devendo ser garantido o mínimo de 1,50m nos casos de aberturas para ventilação e/ou iluminação. Acima de 2 pav. = H/8, devendo ser atendido o mínimo de 1,50m; (NR)

\* Nos lotes de esquina os recuos serão de no mínimo 2m e 4m, sendo que na testada onde localiza-se a fachada principal deverá ser obrigatório o recuo de acordo com a zona em que está inserido.

\*\* Nos lotes de esquina o recuo frontal será facultado somente na testada voltada para a via do Setor Estruturante, devendo respeitar 2m

de recuo nas demais.

\*\*\* Conforme Legislação Federal.

\*\*\*\* Podendo o pavimento térreo ser comercial.

TAXA DE PERMEABILIDADE:  $AP = TP/100[AT-(AT \times TO/100)]$  (Definição no Art. 35)

#### TABELA III (ART. 44)

##### EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO

ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS	Vagas de Estacionamento	Unidade
1 - Hotéis, apart-hotéis, pousadas, pensões e similares	1/2	Apart.
2 - Motéis	1/1	Unid / Apart.
3 - Bares, restaurantes, lanchonetes e similares	1/80	AI
4 - Creches, pré-escolas, escolas, centros ou institutos de ensino fundamental de 1º grau	1/150	AC
5 - Escolas, centros ou institutos de ensino fundamental de 2º grau, cursos técnicos, profissionalizantes e pré-vestibulares	1/150	AC
6 - Instituições de ensino superior	1/100	AI
7 - Órgãos federais, estaduais e municipais dos poderes executivo, legislativo e judiciário	1/50	AC
8 - Cadeias, presídios e penitenciárias	1/100	AC
9 - Quartéis e corporações militares	1/100	AI
10 - Parques de diversões, ginásios, estádios, complexos esportivos e de condicionamento físico.	1/100	AI
11 - Organizações associativas, sindicatos, clubes esportivos, recreativos, de campo e agremiações carnavalescas	1/100	AC
12 - Centros de eventos, convenções, feiras e exposições	1/100	AI
13 - Sala de reuniões, templos, igrejas, cinemas, teatros, auditórios e similares.	1/50	AC
14 - Casas de shows, espetáculos, jogos, boates, clubes noturnos e similares	1/50	AC
15 - Garagens e oficinas de empresas de transporte urbano e/ou interurbano de passageiros	1/100	AI
16 - Centrais de cargas e empresas transportadoras de mudanças e/ou encomendas	1/100	AI
17 - Terminais interurbanos de carga rodoviários e ferroviários	1/100	AI
18 - Clínicas médicas e policlínicas	1/50	AC
19 - Hospitais, maternidades, casas de saúde e similares.	1/5	leitos
20 - Terminais rodoviários interurbanos de passageiros	1/100	AI
21 - Cemitérios horizontais e verticais	1/50	Sepultura
22 - Agências bancárias	1/40	AC
23 - Salas comerciais, galerias, edifícios comerciais, atividades de lazer como boliche, lan-house, fliperama	1/100	AC
24 - Unidades residenciais multifamiliares	1/2 2/>2	Dormit.
25 - Instalações industriais, inclusive da construção civil	1/200	AI
26 - Armazéns e silos para produtos agrícolas	1/250	AI
27 - Mercados, supermercados e hipermercados	25%	AT

Legenda: AC = Área Construída (m²); AI = Área Instalada (m²); AT = Área Total (m²)

A área de estacionamento será calculada como 12,5m² para cada vaga.

#### Lei Complementar Nº 193

LEI COMPLEMENTAR Nº 193, de 16 de dezembro de 2010.

Revoga o art. 80 e altera as Tabelas II e III da Lei Complementar nº 168/2010, que dispõe sobre o Zoneamento, o Uso e a Ocupação do Solo do Município de Caçador e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica revogado o art. 80 e alteradas as Tabelas II e III da Lei Complementar nº 168, de 16 de abril de 2010, que dispõe sobre o Zoneamento, o Uso e a Ocupação do Solo do Município de Caçador e dá outras providências, que passam a vigorar com a redação constante nas Tabelas anexas a esta Lei.

Art. 80. (Revogado).

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

PARÂMETROS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO CIDADE DE CAÇADOR – SC  
TABELA II - TABELA DE PARÂMETROS CONSTRUTIVOS

ZONA	PARÂMETROS									
	COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO			TAXA DE OCUPAÇÃO Máxima	TAXA DE PERMEABILIDADE Mínima	ALTURA Máxima	RECUO FRONTAL	AFASTAMENTO LATERAL	AFASTAMENTO DE FUNDOS	LOTE MÍNIMO (Testada x Área)
	Básico	Máximo	Mínimo							
				%	%	pav.	m	M	m	m x m²
	4	5 (1)		Até 2 pav.= 75 A partir do 2º pav.=60		12 (HVM)(10) ****				
ZC	5 (13)	6 (1) (13)	0,30		25	8 demais (10) (6)	Isento	(2)	(2)	12 x 360
ZC 2	4	5 (1)	0,15	75	25	12 (HVM)(10)	2	(2)	(2)	12 x 360
Setor Estruturante (SE)	4	5 (1)	0,15	Até 2 pav.= 75 A partir do 2º pav.=60	25	12 (HVM)(10) 8 demais (10) (6)	- - (3) **	(2)	(2)	12 x 360
ZR 1	1,5	--	0,15	50	25	3	4*	(2)	(2)	15 x 400
ZR 2	1,5	--	0,15	60	25	8	4*	(2)	(2)	12 x 360
ZR 3	2	--	0,15	60	25	8	4*	(2)	(2)	12 x 360
ZR 4	3 (1)	4	0,15	60	25	12 (HVM)(10)	4 *	(2)	(2)	12 x 360
ZR 5	1,5	--	0,15	50	20	8	4*	(2)	(2)	10 x 250 (7)
ZEIS 1	1	--	0,15	50	20	2	4*	(4)	(4)	7 x 125
ZEIS 2	1	--	0,15	50	20	2	4*	(4)	(4)	10 x 250 (7)
ZEIS 3	1,5	--	0,15	50	20	4	4*	(2)	(2)	10 x 250 (7)
ZRU	Parâmetros de acordo com estudos apresentados pelo interessado e aprovados pelo IPPUC, com parecer favorável da Comissão Técnica de Urbanismo - CTU.									
ZIA 1	--	--	--							20 x 2000
ZIA 2	0,2	--	--	20	75	2 (8)	5	5	5	20 x 2000
AV	Da zona do entorno			Os lotes que contenham bosques poderão ter parâmetros especiais de ocupação, com base nos parâmetros da zona em que estiver inserido, acordo com estudos aprovados pela Comissão Técnica de Urbanismo - CTU, com parecer do IPPUC						20 x 2000
ZS	1	--	0,15	60	25	3(8)	5 (9)	2	2	15 x 450
ZI	1	--	0,15	50	25	2	5 (9)	2	2	20 x 800
ZA	1	--	0,15	40	25	1 ***	10	2	2	15 x 600
ZEU	Parâmetros de acordo com estudos apresentados pelo interessado e aprovados pelo IPPUC, com parecer favorável da Comissão Técnica de Urbanismo - CTU.									

REFERÊNCIAS DA TABELA II - TABELA DE PARÂMETROS CONSTRUTIVOS

- (1) a outorga onerosa somente será aplicada nas áreas que permitem maior adensamento: ZC, ZC2, SE e ZR-4.
- (2) até 2 pavimentos é facultado, devendo ser garantido o mínimo de 1,50m nos casos de aberturas para ventilação e/ou iluminação. Acima de 2 pav. = H/10, devendo ser atendido o mínimo de 1,50m e máximo de 3,00m (NR);
- (3) nas vias estruturantes, é facultado o recuo frontal até o 2º pavimento. Acima, as edificações e vedações do terreno deverão respeitar o alinhamento predial previsto para a zona;
- (4) até 2 pavimentos é facultado, devendo ser garantido o mínimo de 1,50m nos casos de aberturas para ventilação e/ou iluminação;
- (5) com outorga onerosa ou transferência de potencial de no mínimo mais 0,5 (meio) coeficiente, a altura máxima da edificação será de 10 (dez) pavimentos;
- (6) com outorga onerosa ou transferência de potencial de no mínimo mais 0,5 (meio) coeficiente, a altura máxima da edificação será de 12 (doze) pavimentos;
- (7) será admitido loteamento de interesse social com lotes com no mínimo 7,00m de testada e área de 125,00m², desde que 15% (quinze por cento) dos lotes sejam destinados à Prefeitura Municipal para realocação de moradores de áreas de risco e programas oficiais de interesse social;
- (8) com base em estudos de ocupação específica, poderão ser aprovadas alturas maiores, a critério da Comissão Técnica de Urbanismo - CTU e aprovadas pelo IPPUC;
- (9) respeitar a faixa de domínio e faixa não edificante da rodovia;
- (10) Para HVM com outorga onerosa ou transferência de potencial de no mínimo mais 1 (um) coeficiente, a altura máxima da edificação será de 16 (dezesesseis) pavimentos.
- (12) com outorga onerosa ou transferência de potencial de no mínimo mais 1 (um) coeficiente, a altura máxima da edificação será de 12 (doze) pavimentos;
- (13) podendo acrescentar até 1 índice, sendo que o índice acrescentado deverá ser de uso exclusivamente residencial.
- (14) (Revogado)

\* Nos lotes de esquina os recuos serão de no mínimo 2m e 4m, sendo que na testada onde localiza-se a fachada principal deverá ser obrigatório o recuo de acordo com a zona em que está inserido.

\*\* Nos lotes de esquina o recuo frontal será facultado somente na testada voltada para a via do Setor Estruturante, devendo respeitar 2m de recuo nas demais.



\*\*\* Conforme Legislação Federal.

\*\*\*\* Podendo o pavimento térreo ser comercial.

TAXA DE PERMEABILIDADE:  $AP = TP/100[AT-(AT \times TO/100)]$  (Definição no Art. 35)

-TABELA III (ART. 44)

#### EXIGÊNCIAS MÍNIMAS DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO

ATIVIDADES OU EMPREENDIMENTOS	Vagas de Estacionamento	Unidade
1 - Hotéis, apart-hotéis, pousadas, pensões e similares	1/2	Apart.
2 - Motéis	1/1	Unid / Apart.
3 - Bares, restaurantes, lanchonetes e similares	1/80	AI
4 - Creches, pré-escolas, escolas, centros ou institutos de ensino fundamental de 1º grau	1/150	AC
5 - Escolas, centros ou institutos de ensino fundamental de 2º grau, cursos técnicos, profissionalizantes e pré-vestibulares	1/150	AC
6 - Instituições de ensino superior	1/100	AI
7 - Órgãos federais, estaduais e municipais dos poderes executivo, legislativo e judiciário	1/50	AC
8 - Cadeias, presídios e penitenciárias	1/100	AC
9 - Quartéis e corporações militares	1/100	AI
10 - Parques de diversões, ginásios, estádios, complexos esportivos e de condicionamento físico.	1/100	AI
11 - Organizações associativas, sindicatos, clubes esportivos, recreativos, de campo e agremiações carnavalescas	1/100	AC
12 - Centros de eventos, convenções, feiras e exposições	1/100	AI
13 - Sala de reuniões, templos, igrejas, cinemas, teatros, auditórios e similares.	1/50	AC
14 - Casas de shows, espetáculos, jogos, boates, clubes noturnos e similares	1/50	AC
15 - Garagens e oficinas de empresas de transporte urbano e/ou interurbano de passageiros	1/100	AI
16 - Centrais de cargas e empresas transportadoras de mudanças e/ou encomendas	1/100	AI
17 - Terminais interurbanos de carga rodoviários e ferroviários	1/100	AI
18 - Clínicas médicas e policlínicas	1/50	AC
19 - Hospitais, maternidades, casas de saúde e similares.	1/5	leitos
20 - Terminais rodoviários interurbanos de passageiros	1/100	AI
21 - Cemitérios horizontais e verticais	1/50	Sepultura
22 - Agências bancárias	1/40	AC
23 - Salas comerciais, galerias, edifícios comerciais, atividades de lazer como boliche, lan-house, fliperama	1/100	AC
	1/2	
24 - Unidades residenciais multifamiliares	2/>2	Dormit.
25 - Instalações industriais, inclusive da construção civil	1/200	AI
26 - Armazéns e silos para produtos agrícolas	1/250	AI
27 - Mercados, supermercados e hipermercados	1/50	AC

Legenda: AC = Área Construída (m2); AI = Área Instalada (m2); AT = Área Total (m2)

A área de estacionamento será calculada como 12,5m² para cada vaga.

#### Lei Nº 2.777

L E I Nº 2.777, de 16 de dezembro de 2010.

Autoriza conceder incentivos à empresa Indústria e Comércio de Embalagens Maxioplast Ltda, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivos a empresa Indústria e Comércio de Embalagens Maxioplast Ltda, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Engenheiro Lourenço Faoro, Km 01, nº 2.176, neste Município, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 01.731.676/0001-18, a título de incentivo de geração de empregos e tributos, compreendendo a realização de serviços de pavimentação asfáltica e horas máquinas para preparação do terreno, constante na cessão de 70 (setenta) horas de trator de esteiras, 30 (trinta) horas de retro-escavadeira, 125 (cento e vinte e cinco) horas de motoniveladora, 100 (cem) horas de rolo corrugado, 50 (cinquenta) horas de rolo chapa lisa e 240 (duzentos e quarenta) horas de caminhão basculante.

Parágrafo único. Os serviços de que trata este artigo, destinam-se a preparação da área para pavimentação de 13.171,00 m² (treze mil, cento e setenta e um metros quadrados), com espessura de 6,4 cm, onde está sendo construído o barracão que abrigará o segmento de polietilenos.

Art. 2º A empresa beneficiária arcará com as despesas de material pétreo e asfáltico necessários para a execução dos serviços, bem como com os demais custos com a operacionalização, conforme orçamento realizado pelo IPPUC.

§ 1º A Prefeitura Municipal somente poderá autorizar o início da execução dos serviços após comprovação do recolhimento pela beneficiária, dos valores a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara Municipal cópia do comprovante do pagamento efetuado pela beneficiária, no prazo de até 10 dias contados do recolhimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

#### Lei Nº 2.778

L E I Nº 2.778, de 16 de dezembro de 2010.

Autoriza realizar serviços de pavimentação na empresa Marpa Indústria e Comércio de Confeccões Ltda, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar serviços de pavimentação de cascalho no pátio da empresa Marpa Indústria e Comércio de Confeccões Ltda, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Nelson Eugênio Busato, nº 1288, neste Município, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 78.663.523/0001-05, numa extensão total de 3.000,00m² (três mil metros quadrados) de área, situada na parte externa da

empresa.

Art. 2º A empresa beneficiária arcará com as despesas de combustível, necessários para a execução dos serviços, bem como com os demais custos com a operacionalização, conforme orçamento realizado pelo IPPUC.

§ 1º A Prefeitura Municipal somente poderá autorizar o início da execução dos serviços após comprovação do recolhimento pela beneficiária, dos valores a que se refere o caput deste artigo.

§ 2º A Prefeitura Municipal encaminhará à Câmara Municipal cópia do comprovante do pagamento efetuado pela beneficiária, no prazo de até 10 dias contados do recolhimento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.  
SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

### **Lei Nº 2.779**

L E I Nº 2.779, de 16 de dezembro de 2010.

Declara de Utilidade Pública à Associação Gerson Tae Kwon-Do.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública à Associação Gerson Tae Kwon-Do, entidade sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.766.066/0001-40, com sede na Rua Emílio Joaquim, nº 172, Centro, nesta cidade de Caçador.

Art. 2º Ficam assegurados à Associação, todas as vantagens, benefícios e prerrogativas previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.  
SAULO SPEROTTO  
Prefeito Municipal.

### **Lei Nº 2.780**

L E I Nº 2.780, de 16 de dezembro de 2010.

Denomina via pública - RUA ANNA MASCARELLO FIOREZE.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica denominada de RUA ANNA MASCARELLO FIOREZE, a atual Rua "A", localizada no Loteamento Gilberto Gonçalves, no Bairro dos Municípios.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

### **Lei Nº 2.781**

L E I Nº 2.781, de 16 de dezembro de 2010.

Denomina vias públicas do Loteamento Gilberto Gonçalves - ruas: SALVADOR ANTUNES ABRÃO, DILERMANDO BIAVATTI, LUIZ PEREIRA DOS SANTOS e RICIERI CRIVILATTI.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Ficam denominadas as ruas localizadas no Loteamento Gilberto Gonçalves, no Bairro dos Municípios, conforme segue:

Rua "B" - RUA SAVADOR ANTUNES ABRÃO;

Rua "C" - RUA DILERMANDO BIAVATTI;

Rua "D" - RUA LUIZ PEREIRA DOS SANTOS;

Rua "E" - RUA RICIERI CRIVILATTI.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

### **Lei Nº 2.782**

L E I Nº 2.782, de 16 de dezembro de 2010.

Declara de Utilidade Pública à Associação Desportiva dos Surdos de Caçador - ADSC.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública à Associação Desportiva dos Surdos de Caçador - ADSC, entidade sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.198.812/0001-00, com sede na Rua Camboriú, nº 217, no Bairro Bom Jesus, nesta cidade de Caçador.

Art. 2º Ficam assegurados à Associação, todas as vantagens, benefícios e prerrogativas previstas na legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

### **Lei Nº 2.783**

L E I Nº 2.783, de 16 de dezembro de 2010.

Denomina via pública - RUA MARIA DOS PRAZERES SANTOS.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes

do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

L E I :

Art. 1º Fica denominada de RUA MARIA DOS PRAZERES SANTOS, a atual Rua "05", localizada no Loteamento Tarumã, no Bairro Kurtz.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 16 de dezembro de 2010.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal.

### Decreto Nº 4.702

DECRETO nº 4.702, de 02 de dezembro de 2010.

Desativa Escolas Municipais.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam desativadas definitivamente as Escolas Municipais abaixo relacionadas, especificando: nome da escola, localidade e data da desativação, conforme segue:

Nome Escola	Localidade	Data Desativação
E.M.E.B. Castelo Branco	Horto Florestal	1º/02/2010
E.M.E.B. São Pascoal II	Linha Cará	1º/02/2010
E.M.E.B. Sol Nascente	Assentamento Hermínio Gonçalves dos Santos	1º/02/2010
E.M.E.B. São Francisco de Salles	Linha São Francisco	1º/02/2010

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 02 de dezembro de 2010.

LUCIR TELMO CHRIST

Prefeito Municipal, em exercício.

SCHEILLA MARIA SOARES MARINS

Secretária de Educação.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH

Secretário da Administração e Fazenda.

### Resumo Ata de Habilitação TP 13/2010 PREFEITURA

RESUMO ATA DE HABILITAÇÃO TP 13/2010 PREFEITURA

Empresas que protocolaram proposta:

SUL BRASIL ENGENHARIA LTDA, sem representante presente;  
ROSANGELA THIESSEN ME, neste ato representada pelo SR. Jefferson Tadeu Thiesen;  
CONSTRUTORA E INCORPORADORA GG BRUSCHI LTDA, sem representante presente;  
CONSTRUTORA EXATA LTDA, sem representante presente;  
ARG INDUSTRIAL LTDA, neste ato representada pelo SR. Marcio Alves da Silva;  
CONSTRUTORA SGANZERLA LTDA, neste ato representada pelo SR. Marcos Farinella;

CONSTRULACER COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LACERDÓPOLIS LTDA, sem representante presente .,

Inicialmente procedeu-se a abertura dos envelopes de habilitação, após análise da documentação as empresas ARG Industrial Ltda e Construtora Sganzerla Ltda questionaram a documentação apresentada pelas empresas: Construtora Exata Ltda, não apresentou acervo técnico de cobertura; Rosangela Thiessen ME, não atendeu ao item 2.1 do edital não comprovando que possui profissional da área de engenharia civil no quadro de funcionários; Sul Brasil Engenharia Ltda, não apresentou certidão de pessoa física junto ao CREA; Construlacer Com. e Const. Lacerdópolis Ltda, apresentou a declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, sem assinatura, o CRC apresentado não está autenticado e os carimbos de autenticação não possuem assinatura. A empresa Rosangela Thiessen ME questionou as documentações apresentadas pelas empresas: Construlacer Com. de Constr. Lacerdópolis Ltda, que não apresentou atestado de visita técnica e o acervo técnico apresentado é inferior a área exigida pelo Edital; Construtora Exata Ltda, não apresentou acerto técnico de cobertura de quadra conforme exigido pelo Edital. A comissão analisou as impugnações, não acatando a impugnação contra a empresa Construlacer Com. e Construções Lacerdópolis Ltda, quanto ao acervo técnico apresentado com área inferior. As demais impugnações foram acatadas pela comissão, considerando as referidas empresas inabilitadas. As demais empresas foram consideradas habilitadas, sendo elas: Construtora e Incorporadora GG Bruschi Ltda, ARG industrial Ltda e Construtora Sganzerla Ltda. Como nem todos os representantes encontram-se presentes abre-se o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para apresentação de eventuais recursos.

## Campo Alegre

### PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto Nº 6.303 de 16 de Dezembro de 2010

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.303 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial a Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002, em seus Artigos 299 e 300 e Inciso VIII e Artigo 314 em seus Parágrafos 1º e 2º; e suas alterações;

DECRETA:

Art.1º) Prorrogar o Contrato de Trabalho do Sr. ERONCLEITON CARNEIRO RIBAS, para exercer o cargo de Médico II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, em caráter temporário, com carga horária de 40 (quarenta horas) semanais, vencimentos Nível 6, Sub-Nível 61, Referência A, no valor de R\$ 4.434,76 (quatro mil, quatrocentos e trinta e quatro reais, setenta e seis centavos) mensais, além de 40% (quarenta por cento) de gratificação especial médica, mais 50% (cinquenta por cento) por laborar exclusivamente no Programa Agente Comunitário de Saúde - PACS, conforme Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002, e suas alterações, e 20% (vinte por cento) sobre o salário mínimo vigente por serviço insalubre, pelo período de 16 de dezembro de 2010 a 16 de dezembro de 2011.

Parágrafo único: A prorrogação de que trata o caput deste Artigo fica condicionada até que haja Concurso Público, Homologação e Convocação dos aprovados.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 16/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.691 de 10 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.691 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO  
A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Agente Operacional I - MARIA ORINDA FERNANDES, matrícula nº 000049, lotada na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2005 á 01 de novembro de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.692 de 10 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.692 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO  
AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, ao Agente Operacional III - ANTONIO ALFREDO DOS SANTOS, matrícula nº 000005, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Transportes e Obras, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2005 á 01 de novembro de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.693 de 10 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.693 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
AUTORIZA PAGAMENTO LICENÇA PRÊMIO  
A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 191 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; alterado pela Lei Complementar Municipal nº 036 de 14 de junho de 2006; RESOLVE:

Art.1º) Autorizar o pagamento de Licença Prêmio em moeda corrente oficial, a Auxiliar de Enfermagem - MARIA OSNILDA MARTINS DA ROSA, matrícula nº 000050, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, referente ao período aquisitivo 01 de novembro de 2005 á 01 de novembro de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **Portaria Nº 7.694 de 10 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.694 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE  
FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Autoriza o pagamento de um Terço de Férias, ao Servidor Público Municipal - Técnico em Nível Médio - ANDRÉ LUIZ NIEMEYER, matrícula nº 438, referente ao período aquisitivo 10 de maio de 2009 a 10 de maio de 2010.

Art.2º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,



revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.695 de 10 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.695 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 20 (vinte) dias de Férias a Agente Operacional I - ADELINA ARACI COTHOVISKY, matrícula nº 000594, referente ao período aquisitivo 07 de abril de 2010 à 31 de dezembro de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 à 01 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.696 de 10 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.696 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional III - ALISSON MANOEL CANDIDO, matrícula nº 000568, referente

ao período aquisitivo 11 de dezembro de 2009 à 10 de dezembro de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 à 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

### **Portaria Nº 7.697 de 10 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 7.697 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO  
DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional III - ANTONIO CHICÓVIS, matrícula nº 000116, referente aos períodos aquisitivos: 03 de fevereiro de 2008 à 02 de fevereiro de 2009 e 03 de fevereiro de 2009 a 02 de fevereiro de 2010; pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 03 de fevereiro de 2009 a 02 de fevereiro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 à 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF  
Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE  
Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.698 de 10 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.698 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - ANTONIO MIGUEL GORNIACK, matrícula nº 323, referente aos períodos aquisitivos: 26 de janeiro de 2009 a 25 de janeiro de 2010 e 26 de janeiro de 2010 a 25 de janeiro de 2011; pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 26 de janeiro de 2010 a 25 de janeiro de 2011.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 a 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.699 de 10 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.699 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - CELSO FELICIANO, matrícula nº 285, referente ao período aquisitivo 07 de abril de 2009 a 06 de abril de 2010, pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 a 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 7.700 de 10 de Dezembro de 2010**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 7.700 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO

DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR

PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 30 (trinta) dias de Férias a Agente Operacional I - CLAUDIO CARDOSO, matrícula nº 000142, referente aos períodos aquisitivos: 19 de setembro de 2008 a 15 de setembro de 2009 e 16 de setembro de 2009 a 15 de setembro de 2010; pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo 16 de setembro de 2010 a 15 de setembro de 2010.

Art.2º) O servidor gozará as férias no período de 13 de dezembro de 2010 a 11 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 10 de dezembro de 2010.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 10/12/2010

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

---

**CÂMARA DE VEREADORES**

---

**Portaria Nº 12/2010**

Portaria nº 12, de 20 de Dezembro de 2010.

CONCEDE FÉRIAS, AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO E ABO-NO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL.

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 10 (dez) dias de férias a Agente Operacional do Legislativo, Sra. ALIDA LAURINDA LEHNERT CANDIDO, referente período aquisitivo de 04 de abril de 2010 a 03 de abril de 2011 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) A servidora gozará férias no período de 21 de dezembro

de 2010 a 30 de dezembro de 2010, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre férias, a Agente Operacional do Legislativo, Sra. ALIDA LAURINDA LEHNERT CANDIDO, referente período aquisitivo de 04 de abril de 2010 a 03 de abril de 2011, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 4º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 20 de Dezembro de 2010.  
FRANCISCO KOHLER  
Presidente da Mesa

#### **Portaria Nº 13/2010**

Portaria nº 13, de 20 de Dezembro de 2010.  
CONCEDE FÉRIAS, AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO E ABO-NO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL.

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 20 (vinte) dias de férias a Agente Administrativa 2, Sra. BETINA MOREIRA DA SILVA, referente período aquisitivo de 03 de janeiro de 2010 a 02 de janeiro de 2011 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) A servidora gozará férias no período de 21 de dezembro de 2010 a 09 de janeiro 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre férias, a Agente Administrativa 2 Sra. BETINA MOREIRA DA SILVA, referente período aquisitivo de 03 de janeiro de 2010 a 02 de janeiro de 2011, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 4º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 20 de Dezembro de 2010.  
FRANCISCO KOHLER  
Presidente da Mesa

#### **Portaria Nº 14/2010**

Portaria nº 14, de 20 de Dezembro de 2010.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A ASSESSOR DA CÂMARA MUNICIPAL.

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Assessor Parlamentar, Sr. DIMAS DE FREITAS, referente período aquisitivo de 04 de maio de 2010 a 03 de maio de 2011 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) O assessor gozará férias no período de 21 de dezembro de 2010 a 09 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 20 de dezembro de 2010.  
FRANCISCO KOHLER  
Presidente da Mesa

#### **Portaria Nº 15/2010**

Portaria nº 15, de 20 de Dezembro de 2010.  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A ASSESSOR JURÍDICO DA CÂMARA MUNICIPAL.

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Assessor Jurídico, Sr. ANTONIO DREVEK, referente período aquisitivo de 02 de janeiro de 2010 a 01 de janeiro de 2011 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) O assessor gozará férias no período de 21 de dezembro de 2010 a 19 de janeiro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 20 de dezembro de 2010.  
FRANCISCO KOHLER  
Presidente da Mesa

#### **Portaria Nº 16/2010**

Portaria nº 16, de 20 de Dezembro de 2010.  
CONCEDE FÉRIAS, AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO E ABO-NO PECUNIÁRIO SOBRE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL.

O Presidente da Mesa Diretora, no uso da competência estabelecida no art. 84, II, f, c/c art. 87, V, e, ambos do Regimento Interno,

Art. 1º ) Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Contador, Sr. FERNANDO GROSSKOPF, referente período aquisitivo de 03 de janeiro de 2009 a 02 de janeiro de 2010 e pagamento de um terço de férias referente ao período aquisitivo.

Art. 2º ) O servidor gozará férias no período de 21 de dezembro de 2010 a 09 de janeiro 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 3º ) Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre férias, ao Contador Sr. FERNANDO GROSSKOPF, referente período aquisitivo de 03 de janeiro de 2009 a 02 de janeiro de 2010, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Câmara Municipal.

Art. 4º ) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, 20 de Dezembro de 2010.  
FRANCISCO KOHLER  
Presidente da Mesa

## Canoinhas

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Edital de Chamada Pública n.º 01/2010

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CANOINHAS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 42/2010  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º FMAS 01/2010

O Fundo Municipal de Assistência Social de Canoinhas-SC, CNPJ sob n.º 83.102.384/0001-80, fará realizar no período de 22 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011, na sede da Prefeitura do Município, o credenciamento de Pessoas Jurídicas para prestação de serviços funerários, destinados à pessoas carentes do Município, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores. Os elementos e Informações fone n.º (047) 3621 7705, cópia do edital no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito/Presidente do Fundo

#### Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 04/2010

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Processo Licitatório n.º FMS 45/2010  
Inexigibilidade de Licitação n.º FMS 04/2010  
Artigo 25, I, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

O Fundo Municipal de Saúde de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, com sede à rua Felipe Schmidt, 10 - Centro, comunica, contratação da CLÍNICA MÉDICA H J LTDA (CNPJ: 76.839.588/0001-33), para:

Item 1 - Prestação de serviços de atendimento médico-psiquiátrico em recuperação de doentes mentais e dependentes químicos maiores de 18 (dezoito) anos, do Município de Canoinhas. Valor Mensal para locação de 06 (seis) leitos: R\$ 9.141,16 (nove mil cento e quarenta e um reais e dezesseis centavos); Valor Total: R\$ 109.693,92 (cento e nove mil seiscentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos);

Item 2 - Prestação de serviços de atendimento médico-psiquiátrico em recuperação de doentes mentais e dependentes químicos adolescentes (12 a 18 anos), do Município de Canoinhas.

Valor diário para locação de 03 (três) leitos: R\$ 186,54 (cento e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos); Valor total: R\$ 68.087,10 (sessenta e oito mil oitenta e sete reais e dez centavos). Valor total do contrato: R\$ 177.781,02 (cento e setenta e sete mil setecentos e oitenta e um reais e dois centavos). Vigência do contrato: 01/01/2011 à 31/12/2011.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito/Presidente do Fundo

#### Errata Edital de Notificação Nº04/2010 - Anexo I

Errata EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº04/2010 - Anexo I  
ERRATA  
(atualização de valores)

#### SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

A Prefeitura do Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, torna público que, devido a atualização de valores, na publicação do Edital acima citado, publicado neste Diário, no dia 20/12/2010, onde lia-se Total Geral (Estimado da Obra): R\$ 120.699,35, leia-se Total Geral: R\$ 227.977,66. Informações: (47) 3621-7720

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

## Capinzal

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Edital de Credenciamento Nº 003/2010 - credenciamento laboratórios 2011.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2010  
PARA LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS

O Município de Capinzal, através da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, torna público para conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Credenciamento.

#### I - DO OBJETO

O presente Edital tem como objeto:

1 - Credenciamento para o exercício de 2011 de Laboratório de Análises Clínicas para a realização de exames que fazem parte da Tabela de Procedimentos do Piso da Atenção Básica Ampliada - PABA e Tabelas de Bioquímica - Média Complexidade I (Grupo 11A1), Hematologia - Média Complexidade I (Grupo 11C1), Imunologia - Média Complexidade I (11D1), realizados em horário comercial, com pagamento baseado na Tabela do Sistema de Informação Ambulatorial - SIA do Sistema Único de Saúde - SUS;

2 - Credenciamento para o exercício de 2011 de Laboratório de Análises Clínicas para a realização de exames que fazem parte das Tabelas de Bioquímica I - Média Complexidade II (Grupo 11AA2), Bioquímica II - Média Complexidade II (Grupo 11AB2), Coprologia - Média Complexidade II (Grupo 11B2), Hematologia Média Complexidade II(11C2), Imunologia I - Média Complexidade II (11DA2), Imunologia II - Média Complexidade II (Grupo 11DB2), Imunologia III - Média Complexidade II (Grupo 11DC2), Microbiologia - Média Complexidade II (Grupo 11E2), Urina - Média Complexidade II (Grupo 11F2), Hormônios - Média Complexidade II (Grupo 11H2), Líquido Cefalo-Raquidiano LIQUOR - Média complexidade II (Grupo 11I2), realizados em horário comercial, com pagamento baseado na Tabela do Sistema de Informação Ambulatorial / SIA do Sistema Único de Saúde - SUS, com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre esses valores;

3 - Credenciamento para o exercício de 2011 de Laboratório de Análises Clínicas para a realização de exames que fazem parte da Tabela de Procedimentos - Tabelas de Bioquímica I - Média Complexidade III (Grupo 11AA3), Bioquímica II - Média Complexidade III (Grupo 11AB3), Bioquímica III - Média complexidade III (Grupo 11AC3), Bioquímica IV - Média Complexidade III (Grupo 11AD3), Bioquímica V - Média Complexidade III (Grupo 11AE3), Bioquímica VI - Controle de Drogas - Média Complexidade III (Grupo 11AF3), Esperma I - Média Complexidade III (Grupo 11JA3), Esperma II - Média Complexidade III (Grupo 11JB3), Coprologia I - Média Complexidade III (11BA3), Coprologia II - Média Complexidade III (Grupo 11BB3), Hematologia I - Média Complexidade III (Grupo11CA3), Hematologia II - Média Complexidade III (Grupo 11CB3), Hematologia III - Média Complexidade III (Grupo11CC3), Hematologia IV - Média Complexidade III (Grupo 11CD3), Hematologia V - Média Complexidade III (Grupo 11CE3), Hematologia VI - Média Complexidade III (Grupo 11CF3), Hormônios I - Média Complexidade III (Grupo 11HA3), Hormônios II - Média Complexidade III (Grupo 11HB3), Imunologia I - Média Complexidade III (Grupo 11DA3), Imunologia II - Média Complexidade III (Grupo 11DB3), Imunologia III - Média Complexidade III (Grupo



11DC3), Imunologia IV - Exames de Histocompatibilidade - Média Complexidade III (Grupo 11DD3), Líquido Amniótico - Média Complexidade III (Grupo 11K3), Líquido Sinovial e Derrames - Média Complexidade III (Grupo 11L3), Líquido Cefalo-Raquidiano LIQUOR - Média Complexidade III (Grupo 11I3), Microbiologia I - Média Complexidade III (Grupo 11EA3), Líquido Cefalo-Raquidiano LIQUOR - Média Complexidade III (Grupo 11I4); Microbiologia II - Média Complexidade III (Grupo 11EB3), Microbiologia III - Média Complexidade III (Grupo 11EC3), Suco Gástrico - Média Complexidade III (Grupo 11FA3), Urina I - Média Complexidade III (Grupo 11FA3), Urina II - Média Complexidade III (Grupo 11FB3), Urina III - Média Complexidade III (Grupo 11FC3), Exames Diagnósticos em Genética - Média Complexidade III (Grupo 11N3), Micologia - Média Complexidade III (Grupo 11G3), Patologia Clínica Ocupacional - Média Complexidade III (Grupo 11O3), Medicina Nuclear "in vitro" - Média Complexidade III (Grupo 11P3), em horário comercial, com pagamento baseado na Tabela do Sistema de Informação Ambulatorial - SIA do Sistema Único de Saúde - SUS, com acréscimo de 100% (cem por cento) sobre esses valores; 4 - Credenciamento de Laboratório de Análises Clínicas para a realização de exames, após o horário comercial e em finais de semana e feriados, com pagamento com acréscimo de 200% (duzentos por cento) sobre os valores da Tabela SIA - SUS.

OBSERVAÇÃO: Será aceito o credenciamento de Laboratórios que realizem os exames descritos nos 4 itens, ou seja, o valor a ser cobrado deverá ser global.

O presente edital estará aberto para credenciamento de interessados durante todo o ano de 2011.

O prazo de entrega dos documentos para credenciamento terá início no dia 03/01/2011 até 31/12/2011, no horário de expediente em vigor, das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 21 de dezembro de 2010

KAMILLE SARTORI BEAL

Secretária da Saúde e Desenvolvimento Social

### **Pregão Eletrônico Nº 0146/2010- Transporte escolar 2011**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0146/2010

OBJETO: Contratação de serviços de Transporte Escolar, para a manutenção do transporte escolar da rede municipal de ensino para o exercício de 2011, em 217 dias letivos, recursos do FUNDEB, Transporte - Convênio Estado, Salário Educação e PNATE.

ENTREGA E ABERTURA: através do site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 11/01/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

No endereço [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

Capinzal, 21 de dezembro de 2010.

PAULO RONALDO WAMES  
Pregoeiro

### **Pregão Eletrônico Nº 0147/2010 - Transporte escolar competições**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0147/2010

OBJETO: Contratação de serviços de transporte de:

- alunos das diversas escolinhas oferecidas pela Fundação Municipal de Esportes para participarem de eventos esportivos;
- serviços de transporte de alunos da rede municipal de ensino para participarem de eventos esportivos como OLESC, JESC, "Moleque Bom - de - Bola" e outros;
- serviços de transporte escolar para a rede de ensino de Capinzal, em situação de eventual substituição a veículos da frota Municipal nos diversos itinerários;
- serviços de transporte de alunos e professores da rede municipal de ensino em viagens de estudo;
- alunos das Escolas Municipais de Música, Dança e Canto;
- integrantes do Grupo de Teatro Municipal para o ano de 2011, com recursos próprios da Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, Salário Educação e recursos próprios do Departamento de Cultura.

ENTREGA E ABERTURA: através do site [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br) Propostas e Documentos até as 08:30 horas, para abertura às 08:35 horas do dia 12/01/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO:

No endereço [www.cidadecompras.com.br](http://www.cidadecompras.com.br)

Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744.

Capinzal, 21 de dezembro de 2010.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

### **Pregão Presencial Nº 0032/2010 - pneus 2011**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032/2010

OBJETO: Aquisição fracionada de Pneus Novos e Recapagens, para uso em veículos do Fundo Municipal de Saúde, no transporte de pacientes para tratamento de saúde para o ano de 2011, Recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 12/01/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 21 de dezembro de 2010.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

**Pregão Presencial Nº 0145/2010 - Pneus 2011****AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0145/2010

OBJETO: Aquisição fracionada de Pneus Novos e Recapagens, destinados a manutenção veículos, caminhões, máquinas da Secretaria de Infraestrutura e Ônibus do Transporte Coletivo Urbano; Secretaria de educação Cultura e Esportes (Transporte Escolar-ônibus, Micros, Bestas e veículos) Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente -Patrulha Agrícola Mecanizada (Tratores Pneu, Equipamentos e máquina, veículos); e veículos das Secretarias da Administração Finanças e Planejamento, Gabinete do Prefeito e Conselho Tutelar para o ano de 2011, recursos próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Propostas e Documentos até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 11/01/2011.

MENOR PREÇO UNITÁRIO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CAR-MELLO ZOCOLLI, 155.

No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 21 de dezembro de 2010.

PAULO RONALDO WAMES

Pregoeiro

**Termo Aditivo 001/2010 Contrato 89/2009 - PMC**

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 001/2010

CONTRATO SUPERIOR 0089/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: ANDRADE CONSTRUÇOES LTDA

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO é o acréscimo e supressão de itens, constantes nas planilhas em anexo, cujo resultado é o aumento do valor do contrato original em R\$ 2.462,37 (dois mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e trinta e sete centavos).

VALOR R\$: 2.462,37

VIGÊNCIA: 20/12/2010 A 31/12/2010

**Termo Aditivo 002/2010 Contrato 38/2009 - PMC**

EXTRATO DE CONTRATO

TERMO ADITIVO T.A 002/2010

CONTRATO SUPERIOR 0038/2009

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONTRATADA: HELMI MARIA POPP ME

OBJETO: O Objeto do presente TERMO ADITIVO, é a prorrogação da vigência do contrato original a partir de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011.

VALOR R\$: 0,00

VIGÊNCIA: 20/12/2010 A 31/12/2011

**Termo de CANCELAMENTO**

TERMO DE CANCELAMENTO

Fica cancelado o 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0089/2009, oriundo da Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia Nº 0072/2009.

Contratante: Município de Capinzal

Contratada: Andrade Construções Ltda.

Objeto contrato: Contratação de empresa para construção de pavilhão em estrutura pré-moldada, com 1.021,09 m² no Parque de Exposições Domingos Pelizaro, conforme contrato de repasse nº 0260292-18/2008 do Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL do Ministério do Turismo.

Objeto do termo aditivo: Aumento das quantidades no valor de R\$ 5.581,98 (cinco mil, quinhentos e oitenta e um reais), conforme planilha em anexo.

Justificativa: O valor do termo aditivo excede o valor do plano de trabalho existente no contrato de repasse nº 0260292-18/2008 do Programa TURISMO SOCIAL NO BRASIL do Ministério do Turismo.

Capinzal, 17 de dezembro de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito de Capinzal

**Extrato Convênio 005**

CONVÊNIO Nº 005 DE 24 DE SETEMBRO DE 2010

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

CONVENIADO: ASSOCIAÇÃO AMIGOS DE CAPINZAL

OBJETO: transferência de recursos financeiros exclusivamente para o atendimento de despesas de custeio com organização, publicidade, contratação de shows artísticos com a respectiva estrutura física necessária e outras despesas decorrentes da FEIRA DE EVENTOS CAPINZAL 2010, realizada de 10 a 17 de outubro de 2010, no Parque de Exposições Domingos Pellizzaro.

LEI MUNICIPAL: Autorizativa nº 2.931, de 22 de setembro de 2010

VIGÊNCIA: 31/12/2010

VALOR: Até R\$ 80.000,00

**Extrato Convênio 006**

CONVÊNIO Nº 006 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2010

CONVENIENTE: CONSÓRCIO MACHADINHO

CONVENIADO: MUNICÍPIO DE CAPINZAL

OBJETO: Ampliação e Reforma da Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing

VIGÊNCIA: 26/11/2011

VALOR repassado pelo Consórcio Machadinho: R\$ 60.000,00

VALOR repassado pelo Instituto Alcoa: R\$ 30.000,00

VALOR repassado pela Tractebel: R\$ 30.000,00

**Edital 031/2010**

EDITAL Nº 031, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010

Dispõe sobre Concurso Público de Aumento de Carga Horária e de Remoção Temporária para servidores efetivos do quadro do Magistério Público Municipal.

O Prefeito do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo por base o disposto no artigo 35 da Lei Complementar nº 006, de 05 de março de 1991 e nos artigos 17 e 18 da Lei Complementar n.º 045, de 20 de dezembro de 2000 estabelece normas para a realização do Concurso Público de Aumento de Carga Horária e Remoção Temporária para os servidores efetivos do quadro do Magistério Público Municipal, que reger-se-á pelas normas fixadas neste Edital e demais disposições da legislação vigente.

**I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O aumento de carga horária e a remoção destinam-se ao preenchimento de vagas em caráter temporário nas unidades escolares do município de Capinzal, obedecendo ao seguinte critério:

a) alteração temporária no estabelecimento de atuação do

- professor;  
b) remoção temporária;  
c) alteração temporária para outro estabelecimento de ensino.

## II - DAS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições estarão abertas no período de 20 a 23 de dezembro de 2010, na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes no horário de funcionamento e deve ser feita através de formulário próprio.

2.2. A inscrição deverá ser efetuada pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado, com poderes específicos para representá-lo no ato da inscrição.

2.3. Poderão inscrever-se os membros do Magistério Público Municipal, em provimento efetivo, com carga horária de 10 (dez), 20 (vinte) 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais.

2.3.1. O servidor ocupante de provimento efetivo em 40 (quarenta) horas semanais apenas poderá se inscrever para remoção.

2.4. Não poderão inscrever-se os membros do Magistério Público Municipal que estiverem na condição de auxílio doença, readaptados, Licença para Tratar de Assuntos Particulares, respondendo por Processo Administrativo ou em Estágio Probatório.

2.5. O candidato à alteração de carga horária poderá ter outro vínculo empregatício, público ou privado, desde que os horários de trabalho sejam compatíveis e não interfiram no ritmo de trabalho das escolas.

2.6. O candidato à remoção temporária só poderá inscrever-se para uma vaga cuja carga horária seja equivalente à sua efetivação.

2.7. No ato da inscrição o candidato deverá apresentar:

- 2.7.1. Formulário de inscrição preenchido corretamente e assinado;  
2.7.2. Certidão de Tempo de Serviço no município de Capinzal, emitido pela Diretoria de Recursos Humanos;  
2.7.3. Cópia do Certificado de Habilitação e original para conferência;  
2.7.4. Cópia dos Certificados de Aperfeiçoamento dos Cursos e originais para conferência.

## III - DOS TÍTULOS

3.1. Será computado 1,00 (um) ponto para cada mês de serviço, até 31 de outubro de 2010, sendo considerada a fração de 15 (quinze) dias como um mês;

3.2. Será computado 0,5 (meio) ponto para cada 40 (quarenta) horas de curso frequentado ou ministrado, nos anos de 2009 e 2010, não será aceito certificados com carga horária inferior à 16hs.

## IV - DA CLASSIFICAÇÃO

4.1. A classificação obedecerá à ordem decrescente da média geral, seguindo os seguintes critérios:

- 1.º) maior habilitação;  
2.º) maior tempo de serviço no Magistério Público Municipal em anos, meses e dias;  
3.º) maior pontuação na avaliação de desempenho;  
4.º) maior pontuação em horas de aperfeiçoamento (certificados de 2009 e 2010);  
5.º) maior idade;

4.2. O resultado deste Concurso será publicado no Mural do Centro Administrativo Municipal e no órgão de publicação oficial do Município de Capinzal, no dia 27 de dezembro de 2010.

4.3. A escolha das vagas ocorrerá no dia 28 de dezembro de 2010, às 9h, nas dependências da Secretaria Municipal da Educação.

## V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. O aumento de carga horária e a remoção temporária dos servidores classificados neste Edital será efetivada a partir de 01 de fevereiro de 2011.

5.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observando a legislação vigente.

Capinzal - SC, em 20 de dezembro de 2010.

LEONIR BOARETTO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

EDSON ANTONIO CASSIANO

Secretário da Administração e Finanças

## SIMAE

### Portaria Nº 40/2010/SIMAE-CAO

PORTARIA Nº 040/2010/SIMAE-CAO, de 14 de dezembro de 2010. Designa Comissão para recebimento de Materiais.

O DIRETOR DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, de Capinzal e Ouro/SC, no uso de suas atribuições de Lei,

#### RESOLVE:

Designar os servidores Edilson dos Santos Vilarino, Ademar de Giacometti e Dionízio Alzir Rosset, para comporem a Comissão de Recebimento dos materiais objeto do Processo Licitatório nº CAO/0242/2010, referente Edital de Tomada de Preço nº CAO/02/2010.

Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Registre-se e Publique-se.

SIDNEI PENSO

Diretor

## Catanduvás

### PREFEITURA MUNICIPAL

### Quarto Termo Aditivo ao Contrato Nº 0078/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0078/2009

Processo Licitatório nº 0037/2009.

Objeto: prestação de serviços de engenharia sanitária.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): TUCANO OBRAS E SERVIÇOS LTDA

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, o previsto na Cláusula IV do contrato firmado entre as partes;

CONSIDERANDO, a necessidade de atendimento de coleta de lixo no município de Catanduvás no início do exercício de 2011, até a realização de um novo processo licitatório;

#### RESOLVE

CLAUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até 28 de fevereiro de 2011, iniciando 1º de janeiro de 2011.

CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente termo de rescisão contratual tem amparo no arts. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de

1993.

Data e assinatura do contrato: 20 de dezembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

### **Termo Aditivo Redutivo ao Contrato Nº 0070/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

TERMO ADITIVO REDUTIVO AO CONTRATO Nº 0070/2010

Carta Convite nº 0027/2010 (processo licitatório nº 0051/2010).  
Objeto: contratação de serviços com conserto de calçamento (tapa-buraco) em diversas ruas do município visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infra-Estrutura Urbana.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): ANTONIO VALDECIR STEFFENS ME.

para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal nº 1.729/10 de 02 de dezembro de 2010, que adota medidas de contenção de despesas no final deste exercício;

CONSIDERANDO, a solicitação da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana acerca da redução do valor contratual;

DECIDEM:

CLAUSULA PRIMEIRA - Reduzir do valor contratado a importância de R\$ 19.661,53, portanto, o valor contratado passa de R\$ 29.950,00 (vinte e nove mil novecentos e cinquenta reais) para R\$ 10.288,47 (dez mil duzentos e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos).

CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato.

Fundamento jurídico: O presente termo de rescisão contratual tem amparo no arts. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 16 de dezembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

### **Termo Aditivo Redutivo ao Contrato Nº 0084/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

TERMO ADITIVO REDUTIVO AO CONTRATO Nº 0084/2010

Carta Convite nº 0030/2010 (processo licitatório nº 0057/2010).

Objeto: da aquisição de pedras regulares e irregulares; contratação de mão de obra para colocação de meio fio; e assentamento de pedras regulares e irregulares em pavimentação nas áreas de domínio público do município, visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Infra Estrutura.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): ANTONIO VALDECIR STEFFENS ME.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, o Decreto Municipal nº 1.729/10 de 02 de dezembro de 2010, que adota medidas de contenção de despesas no final deste exercício;

CONSIDERANDO, a solicitação da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Urbana acerca da redução do valor contratual;

DECIDEM:

CLAUSULA PRIMEIRA - Reduzir do valor contratado a importância de R\$ 3.793,75 (três mil setecentos e noventa e três reais e setenta e cinco centavos), portanto, o valor contratado passa de R\$ 22.460,00 (vinte e dois mil quatrocentos e sessenta reais) para R\$ 18.666,25 (dezoito mil seiscentos e sessenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato.

Fundamento jurídico: O presente termo de rescisão contratual tem amparo no arts. 65 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 16 de dezembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

### **Termo de Rescisao Consensual do Contrato Nº 0066/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

TERMO DE RESCISAO CONSENSUAL DO CONTRATO Nº 0066/2010

Convite nº 0024/2010 (Processo Licitatório nº 0046/2010).

Objeto: INSTRUMENTO DE CONTRATO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA DIVISÃO DO ESPAÇO INTERNO DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PATO DONALD.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): SECCO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Para rescindi-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, a informação da Secretaria Municipal de Educação acerca do não cumprimento do contrato até a presente data;

CONSIDERANDO, que presentemente há a necessidade da construção de uma creche na E.M.E.B. Vitoldo A. Czech no bairro Sebaldo Kunz deste município, o que torna inviável as reformas projetadas e consequentemente a aquisição dos materiais,

DECIDEM:

CLAUSULA PRIMEIRA - Rescindir o contrato acima identificado firmado pelas partes, no valor de R\$ 17.890,00 (dezessete mil oitocentos e noventa reais).

Fundamento jurídico: O presente termo de rescisão contratual tem amparo no arts. 65 e 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 22 de novembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

### **Termo de Rescisao Consensual do Contrato Nº 0067/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

TERMO DE RESCISAO CONSENSUAL DO CONTRATO Nº 0067/2010

Tomada de Preços nº 0024/2010 (Processo Licitatório nº 0046/2010).

Objeto: INSTRUMENTO DE CONTRATO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA DIVISÃO DO ESPAÇO INTERNO DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PATO DONALD.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): G & D MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

Para rescindi-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, a informação da Secretaria Municipal de Educação acerca do não cumprimento do contrato até a presente data;

CONSIDERANDO, que presentemente há a necessidade da construção de uma creche na E.M.E.B. Vitoldo A. Czech no bairro Sebaldo Kunz deste município, o que torna inviável as reformas



projetadas e consequentemente a aquisição dos materiais,

DECIDEM:

CLAUSULA PRIMEIRA - Rescindir o contrato acima identificado firmado pelas partes, no valor de R\$ 813,20 (oitocentos e treze reais e vinte centavos)

Fundamento jurídico: O presente termo de rescisão contratual tem amparo no arts. 65 e 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 22 de novembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

### **Termo de Rescisao Consensual do Contrato Nº 0068/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
TERMO DE RESCISAO CONSENSUAL DO CONTRATO Nº 0068/2010

Tomada de Preços nº 0024/2010 (Processo Licitatório nº 0046/2010).

Objeto: INSTRUMENTO DE CONTRATO AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA DIVISÃO DO ESPAÇO INTERNO DA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PATO DONALD.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): ZANESCO & ZANESCO LTDA.

Para rescindi-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, a informação da Secretaria Municipal de Educação acerca do não cumprimento do contrato até a presente data;

CONSIDERANDO, que presentemente há a necessidade da construção de uma creche na E.M.E.B. Vitoldo A. Czech no bairro Sebaldo Kunz deste município, o que torna inviável as reformas projetadas e consequentemente a aquisição dos materiais,

DECIDEM:

CLAUSULA PRIMEIRA - Rescindir o contrato acima identificado firmado pelas partes, no valor de valor R\$ 3.740,00 (três mil setecentos e quarenta reais).

Fundamento jurídico: O presente termo de rescisão contratual tem amparo no arts. 65 e 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 22 de novembro de 2010.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

## **Chapadão do Lageado**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Extrato de Contrato nº 087/2010 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
EXTRATO DE CONTRATO nº 087/2010 - PM  
Número do contrato: 087/2010  
Vigência: 45 dias após a emissão da Ordem de Serviço.

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado  
Processo Licitatório nº 079/2010 - PM  
Contratado/Credenciado: WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA  
Valor: R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais).  
Objeto: O presente Contrato tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA REFORMA PARCIAL DO CENTRO EDUCACIONAL WALDOMIRO MANOEL CHIQUIO NA LOCALIDADE DE RIO SALTINHO, NO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, CONFORME QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIROS.  
DATA DA ASSINATURA: 21 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato nº 088/2010 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
EXTRATO DE CONTRATO nº 088/2010 - PM

Número do contrato: 088/2010

Vigência: 21/12/2010 à 31/12/2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Processo Licitatório nº 080/2010 - PM

Contratado/Credenciado: LDM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES WALDEMIRO STEFFEN ME.

Valor: R\$ 10.912,00 (dez mil novecentos e doze reais).

Objeto: O presente contrato de compra e venda tem por objetivo aquisição de material lúdico e pedagógico para uso nas escolas da rede municipal de ensino do Município de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 21 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato nº 089/2010 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
EXTRATO DE CONTRATO nº 089/2010 - PM

Número do contrato: 089/2010

Vigência: 21/12/2010 à 31/12/2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Processo Licitatório nº 081/2010 - PM

Contratado/Credenciado: CASTORINO SCHMIDT ME

Valor: R\$ 1.746,00 (um mil setecentos e quarenta e seis reais).

Objeto: O presente contrato de compra e venda tem por objetivo AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS UTENSÍLIOS USO NA CRECHE MUNICIPAL de Chapadão do Lageado.

DATA DA ASSINATURA: 21 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

### **Extrato de Contrato nº 090/2010 - PM**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
EXTRATO DE CONTRATO nº 090/2010 - PM

Número do contrato: 090/2010

Vigência: 21/12/2010 à 31/12/2010.

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Processo Licitatório nº 081/2010 - PM

Contratado/Credenciado: CÉLIA REGINA WAMBOMMEL ME

Valor: R\$ 9.714,00 (nove mil setecentos e quatorze reais).  
Objeto: O presente contrato de compra e venda tem por objetivo AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, EQUIPAMENTOS E DEMAIS UTENSÍLIOS USO NA CRECHE MUNICIPAL de Chapadão do Lageado.  
DATA DA ASSINATURA: 21 de dezembro de 2010.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Portaria Nº 014/2010, de 17 de Dezembro de 2010**  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - FUMDEMA  
PORTARIA Nº 014/2010, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente - FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 401, de 27 de abril de 2005, c/c o disposto na Lei Delegada nº 01, de 3 de setembro de 1993 e alteração, nos arts. 74 e 75 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações, na Lei nº 3.382, de 24 de junho de 2002 e no Decreto nº 3.546, de 19 de setembro de 1994.

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar, a partir de 01 de janeiro de 2011, a gratificação concedida aos servidores Argeu Albiero e Ivete Dahmer Albiero pelo Artigo 2º da Portaria nº 003/2010 de 23 de fevereiro de 2010.

Art. 2º Revogar, a partir de 01 de janeiro de 2011, a gratificação concedida ao servidor Elson Evaristo de Souza pela Portaria nº 3/2008 de 18 de março de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

EDSON LUIS GONÇALVES  
Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente

**Portaria Nº 9/2010, de 17 de Dezembro de 2010**  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES  
PORTARIA Nº 9/2010, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

O Superintendente da Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.289, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 217, de 12 de dezembro de 2001 e alterações e no Decreto nº 2.382, de 4 de abril de 1989.

**RESOLVE:**

Art. 1º Revogar, a partir de 31 de dezembro de 2010, a gratificação pelo exercício de função de Chefia de Eventos e Promoções Esportivas, concedida ao servidor EMILIANO FERRARI, ocupante do cargo de Técnico Desportivo, pela Portaria nº 6/2008, de 1º de abril de 2008.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Esportes de Concórdia.  
GIL ARTIFON  
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

### **Editais de Concorrência Nº 15/2010 PMC**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 15/2010 - PMC

Objeto: Seleção de empresa(s) para outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 8 (oito) lotes de terra nua, conforme previsão expressa nas Leis Complementares Municipais no 111, de 21/12/1995, nº 253, de 27/11/2002 e Lei Complementar nº 565 de 12/05/2010, sendo todos localizados na Área Industrial do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento do ramo industrial.

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 04 de fevereiro de 2011.

Abertura: dia 04 de fevereiro de 2011, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page [www.concordia.sc.gov.br](http://www.concordia.sc.gov.br), link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (49) 3441-2125.

Concórdia, SC, 20 de dezembro de 2010.

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA  
Secretária Municipal de Administração

### **Editais de Credenciamento Nº 2/2010**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA  
FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 2/2010

Objeto: Seleção de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, interessadas na construção de 205 (duzentas e cinco) unidades habitacionais, através do PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida, em atendimento ao Termo de Adesão Firmado entre o Município de Concórdia e a Caixa Econômica Federal.

Recebimento da documentação e proposta: até as 08h15min do dia 27 de dezembro de 2010.

Abertura: dia 27 de dezembro de 2010, às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (049) 3441-2160.

Concórdia, SC, 20 de agosto de 2010

MAURO KICHEL  
Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social de Concórdia

### **Extrato Contrato Nº 82/2010 - FMS**

Contrato Nº: 82/2010

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Concórdia - FMS

Contratada: LABOR ET SALUS CLÍNICA MÉDICA S/S LTDA

Valor: R\$10.720,00 (Dez mil setecentos e vinte reais.)

Vigência: Início: 01/12/2010 Término: 31/12/2010

Licitação: Contrato Direto

Recurso: Dotação: 2.0103.3.3.90.00.00.00.00(14)

Saldo:66.249,97

Objeto: Prestação de serviços de psiquiatria aos pacientes do Município de Concórdia.

#### **Extrato 1º TA Contrato Nº 10/2010 - FMC**

Contrato Nº: 1º TA 10/2010

Contratante: Fundação Municipal de Cultura

Contratada: TENDÊNCIA MAT. P/ INFORM. E ESCRIT. LTDA - EPP  
Valor: R\$786,50 (Setecentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos.)

Vigência: Início: 06/12/2010 Término: 23/01/2011

Licitação:Pregão Presencial Nº 5/2010

Recurso: Dotação:1.0401.4.4.90.00.00.00.00.00(7),  
1.0401.4.4.90.00.00.00.00.00(7) Saldo:,00

Objeto: Aumento quantitativo dos itens 02 e 04 descritos na Clausula Segunda do termo de contrato inicial e conseqüentemente o acréscimo ao valor contratual inicial.

#### **Extrato 1º TA Contrato Nº 11/2010 - FMC**

Contrato Nº: 1º TA 11/2010

Contratante: Fundação Municipal de Cultura

Contratada: ANDRADE, PASSINI COM. DE MATERIAL ELÉTRICO LTDA

Valor: R\$698,00 (Seiscentos e noventa e oito reais.)

Vigência: Início: 15/12/2010 Término: 23/01/2011

Licitação:Pregão Presencial Nº 5/2010

Recurso: Dotação:1.0401.4.4.90.00.00.00.00.00(7)

Saldo:290.895,50

Objeto: Aumento quantitativo do item 06 descrito na Clausula Segunda do termo de contrato inicial e conseqüentemente o acréscimo ao valor contratual inicial.

#### **Extrato 1º TA Contrato Nº 15/2010 - PMC**

Contrato Nº: 1º TA 15/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: RBS - ZERO HORA ED.JORNALISTICA S/A

Valor: R\$3.500,00 (Três mil e quinhentos reais.)

Vigência: Início: 02/12/2010 Término: 04/01/2011

Licitação:Pregão Presencial Nº 127/2009

Recurso: Dotação:2.012.3.3.90.00.00.00.00.00(156)

Saldo:31.326,80

Objeto: Acréscimo quantitativo inicialmente contratado para o Item - Publicações Legais em Jornal Diário de Circulação Estadual, do contrato inicial.

#### **Extrato 1º TA Contrato Nº 193/2010 - PMC**

Contrato Nº: 1º TA 193/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: TECHNILUX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

Valor: R\$168.689,18 (Cento e sessenta e oito mil seiscentos e oitenta e nove reais e dezoito centavos.)

Vigência: Início: 06/12/2010 Término: 15/04/2011

Licitação:Concorrência p/ Obras e Serv. de Eng. Nº 6/2010

Recurso: Dotação:1.09.4.4.90.00.00.00.00.00(18)

Saldo:2.094.203,16

Objeto: Acréscimo de material e mão-de-obra, bem como de valores, e ainda a necessidade de prorrogação do prazo de execução do sistema de balizamento luminoso de pista, PAPI e farol rotativo, no Aeroporto Municipal de Concórdia.

#### **Extrato 1º TA Contrato Nº 214/2010 - PMC**

Contrato Nº: 1º TA 214/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS

Valor: R\$423,11 (Quatrocentos e vinte e três reais e onze centavos.)

Vigência: Início: 06/12/2010 Término: 30/06/2011

Licitação:Pregão Presencial Nº 69/2010

Recurso: Dotação:2.026.3.3.90.00.00.00.00.00(32)

Saldo:471.331,28

Objeto: Acréscimo de seguro para veículo: - SEGURO PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA MARCA NEW HOLLAND/E135BSR, ANO/ MODELO 2010/2011, CHASSI Nº YH0507335 N, PMC 641.

#### **Extrato 1º TA Contrato Nº 329/2010 - PMC**

Contrato Nº: 1º TA 329/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: A.S. JUNIOR ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Vigência: Início: 06/12/2010 Término: 26/02/2011

Licitação:Conv. p/ Obras e Serv. de Eng. Nº 40/2010

Objeto: Prorrogação do prazo de execução da obra de demolição de edificações no Parque de Exposições, com reaproveitamento de materiais, transporte e disposição final.

#### **Extrato 1º TA Contrato Nº 338/2010 - PMC**

Contrato Nº: 1º TA 338/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: CBA INFORMÁTICA LTDA

Valor: R\$20.880,00 (Vinte mil oitocentos e oitenta reais.)

Vigência: Início: 02/12/2010 Término: 05/02/2012

Licitação:Pregão Presencial Nº 115/2010

Recurso: Dotação:1.05.4.4.90.00.00.00.00.00(130),  
1.07.4.4.90.00.00.00.00.00(120) Saldo:,00

Objeto: Quantitativo inicialmente contratado para o Item nº 11- Microcomputador Novo, com monitor LCD.

#### **Extrato 1º TA Contrato Nº 367/2009 - PMC**

Contrato Nº: 1º TA 367/2009

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: BAR E ARMAZEM LAZZARIN LTDA ME

Valor: R\$42.880,20 (Quarenta e dois mil oitocentos e oitenta reais e vinte centavos.)

Vigência: Início: 13/12/2010 Término: 14/12/2011

Licitação:Pregão Presencial Nº 111/2009

Objeto: Prorrogação do prazo, bem como o reajuste do valor contratual para prestação de serviços de controle de resíduos e manutenção das instalações administrativas do Aterro Sanitário Municipal.

#### **Extrato 1º TA Contrato Nº 7/2010 - FMC**

Contrato Nº: 1º TA 7/2010

Contratante: Fundação Municipal de Cultura

Contratada: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

Valor: R\$537,80 (Quinhentos e trinta e sete reais e oitenta centavos.)

Vigência: Início: 06/12/2010 Término: 23/01/2011

Licitação:Pregão Presencial Nº 5/2010

Recurso: Dotação:1.0401.4.4.90.00.00.00.00.00(7)

Saldo:290.895,50

Objeto: Aumento quantitativo do item 15 descrito na Clausula Segunda do termo de contrato inicial e conseqüentemente o acréscimo ao valor contratual inicial.

#### **Extrato 1º TA Contrato Nº 8/2010 - FMC**

Contrato Nº: 1º TA 8/2010

Contratante: Fundação Municipal de Cultura

Contratada: S & V EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA  
Valor: R\$3.882,00 (Três mil oitocentos e oitenta e dois reais.)  
Vigência: Início: 06/12/2010 Término: 23/01/2011  
Licitação: Pregão Presencial Nº 5/2010  
Recurso: Dotação: 1.0401.4.4.90.00.00.00.00(7)  
Saldo: 290.895,50  
Objeto: Aumento quantitativo do item 05 descrito na Clausula Segunda do termo de contrato inicial e conseqüentemente o acréscimo ao valor contratual inicial.

**Extrato 1º TA Contrato Nº 89/2009 - FMS**

Contrato Nº: 1º TA 89/2009  
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Concórdia - FMS  
Contratada: BANCO DO BRASIL S/A  
Vigência: Início: 09/12/2010 Término: 09/12/2011  
Licitação: Contrato Direto  
Objeto: Prorrogação do prazo de prestação dos serviços de processamento de créditos em conta, proveniente de salários, proventos, soldos, aposentadorias, pensões, décimo terceiro salário, férias, rescisões contratuais e outros créditos similares, aos empregados da CONTRATANTE.

**Extrato 1º TA Contrato Nº 9/2010 - FMC**

Contrato Nº: 1º TA 9/2010  
Contratante: Fundação Municipal de Cultura  
Contratada: NEW POINT INFORMÁTICA LTDA ME  
Valor: R\$236,00 (Duzentos e trinta e seis reais.)  
Vigência: Início: 06/12/2010 Término: 23/01/2011  
Licitação: Pregão Presencial Nº 5/2010  
Recurso: Dotação: 1.0401.4.4.90.00.00.00.00(7)  
Saldo: 290.895,50  
Objeto: Aumento quantitativo do item 03 descrito na Clausula Segunda do contrato inicial e conseqüentemente o acréscimo ao valor contratual.

**Extrato 2º TA Contrato Nº 215/2010 - PMC**

Contrato Nº: 2º TA 215/2010  
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia  
Contratada: CONSTRUCORDIA CONSTRUÇÕES LTDA  
Valor: R\$24.554,84 (Vinte e quatro mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos.)  
Vigência: Início: 02/12/2010 Término: 22/01/2011  
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. de Eng. Nº 12/2010  
Recurso: Dotação: 1.09.4.4.90.00.00.00.00(20)  
Saldo: 222.199,42  
Objeto: Acréscimo de materiais e serviços, e conseqüentemente do valor contratual, e ainda a prorrogação do prazo para execução e vigência contratual, da obra de reforma do Terminal de embarque de passageiros no Aeroporto Olavo Cecco Rigon, neste município.

**Extrato 2º TA Contrato Nº 269/2010 - PMC**

Contrato Nº: 2º TA 269/2010  
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia  
Contratada: FORMATO ENGENHARIA LTDA  
Vigência: Início: 06/12/2010 Término: 03/02/2011  
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. de Eng. Nº 17/2010  
Objeto: Prorrogação do prazo de execução contratual, relativo a obra de ampliação da E.B.M. Elizabetha Pavan, localizada em 3 de outubro, neste Município.

**Extrato 3º TA Contrato Nº 207/2010 - PMC**

Contrato Nº: 3º TA 207/2010  
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia  
Contratada: DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA  
Vigência: Início: 02/12/2010 Término: 23/12/2010  
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. de Eng. Nº 11/2010  
Objeto: Adequação a correção da redação de valores a fim de adequar o texto ao real valor contratado para as obras de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial nas Ruas Ipê, Caiapós e Benjamin Gilmar Barbieri, localizadas neste Município.

**Extrato 3º TA Contrato Nº 257/2010 - PMC**

Contrato Nº: 3º TA 257/2010  
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia  
Contratada: PLUMO CONSTRUTORA LTDA EPP  
Valor: R\$547,56 (Quinhentos e quarenta e sete reais e cinquenta e seis centavos.)  
Vigência: Início: 08/12/2010 Término: 23/01/2011  
Licitação: Conv. p/ Obras e Serv. de Eng. Nº 24/2010  
Recurso: Dotação: 1.07.4.4.90.00.00.00.00(119) Saldo: 1,06  
Objeto: Acréscimo do valor contratual, devido a necessidade de aumento de dimensões de soleira a ser instalada no Centro Municipal de Educação Infantil Zilda Silveira Neves.

**Extrato 5º TA Contrato Nº 384/2007 - PMC**

Contrato Nº: 5º TA 384/2007  
Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia  
Contratada: ELISEU KOPP E CIA LTDA.  
Valor: R\$376.377,12 (Trezentos e setenta e seis mil trezentos e setenta e sete reais e doze centavos.)  
Vigência: Início: 13/12/2010 Término: 19/12/2011  
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. de Eng. Nº 20/2007  
Recurso: Dotação: 2.031.3.3.90.00.00.00.00(72)  
Saldo: 69.829,27  
Objeto: Prorrogação do prazo de prestação dos serviços e reajuste dos valores inicialmente contratados para a execução de serviços de monitoramento eletrônico de veículos, compreendendo o fornecimento de equipamentos, implantação e manutenção de "Sistema de Fiscalização Eletrônica" para gestão do trânsito no Município de Concórdia.

**Extrato Contrato Nº 16/2010 - FUMAS**

Contrato Nº: 16/2010  
Contratante: Fundo Municipal de Assistência ao Servidor - FUMAS  
Contratada: CLINICA CORPUS FISIOTER. E REABIL. LTDA.  
Valor: R\$3.000,00 (Três mil reais.)  
Vigência: Início: 02/12/2010 Término: 31/12/2010  
Licitação: Inexigibilidade de Licitação nº 7/2010  
Recurso: Dotação: 2.0352.3.3.90.00.00.00.00(3)  
Saldo: 113.145,06  
Objeto: Prestação de serviços na especialidade de FISIOTERAPIA.

**Extrato Contrato Nº 17/2010 - FUMAS**

Contrato Nº: 17/2010  
Contratante: Fundo Municipal de Assistência ao Servidor - FUMAS  
Contratada: ORTOPEdia CONCORDIA SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA  
Valor: R\$15.000,00 (Quinze mil reais.)  
Vigência: Início: 02/12/2010 Término: 31/12/2010  
Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 7/2010  
Recurso: Dotação: 2.0352.3.3.90.00.00.00.00(3)  
Saldo: 113.145,06  
Objeto: Prestação de serviços na especialidade de ORTOPEdia E TRAUMATOLOGIA.



**Extrato Contrato Nº 18/2010 - FUMAS**

Contrato Nº: 18/2010

Contratante: Fundo Municipal de Assistência ao Servidor - FUMAS

Contratada: DIE LORELAÍ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Valor: R\$3.000,00 (Três mil reais.)

Vigência: Início: 02/12/2010 Término: 31/12/2010

Licitação: Inexigibilidade de Licitação Nº 7/2010

Recurso: Dotação: 2.0352.3.3.90.00.00.00.00(3)

Saldo: 113.145,06

Objeto: Prestação de serviços na especialidade de GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA.

**Extrato Contrato Nº 33/2010 - FMAS**

Contrato Nº: 33/2010

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS

Contratada: TRANSPORTES HELLO LTDA

Valor: R\$5.130,00 (Cinco mil cento e trinta reais.)

Vigência: Início: 07/12/2010 Término: 31/12/2010

Licitação: Pregão Presencial Nº 19/2010

Recurso: Dotação: 2.0203.3.3.90.00.00.00.00(5)

Saldo: 204.449,88

Objeto: Prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros.

**Extrato Contrato Nº 357/2010 - PMC**

Contrato Nº: 357/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: M.W CONSTRUÇÕES LTDA

Valor: R\$38.229,60 (Trinta e oito mil duzentos e vinte e nove reais e sessenta centavos.)

Vigência: Início: 02/12/2010 Término: 01/03/2011

Licitação: Conv. p/ Obras e Serv. de Eng. Nº 45/2010

Recurso: Dotação: 1.09.4.4.90.00.00.00.00(16)

Saldo: 53.161,04

Objeto: Fornecimento e instalação de guarda-corpos e suportes metálicos para árvores.

**Extrato Contrato Nº 358/2010 - PMC**

Contrato Nº: 358/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: INDÚSTRIA DE MÓVEIS SUNTI LTDA ME

Valor: R\$6.650,00 (Seis mil seiscentos e cinquenta reais.)

Vigência: Início: 06/12/2010 Término: 06/03/2012

Licitação: Pregão Presencial Nº 127/2010

Recurso: Dotação: 2.09.4.4.90.00.00.00.00(91),

1.02.4.4.90.00.00.00.00(89) Saldo: ,00

Objeto: Fornecimento de móveis sob medida, novos.

**Extrato Contrato Nº 359/2010 - PMC**

Contrato Nº: 359/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: CELIA TEREZINHA GRACIOLI ME

Valor: R\$11.400,00 (Onze mil quatrocentos reais.)

Vigência: Início: 06/12/2010 Término: 06/03/2012

Licitação: Pregão Presencial Nº 127/2010

Recurso: Dotação: 2.09.4.4.90.00.00.00.00(91),

1.02.4.4.90.00.00.00.00(89) Saldo: ,00

Objeto: Fornecimento de móveis sob medida, novos.

**Extrato Contrato Nº 360/2010 - PMC**

Contrato Nº: 360/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: QUALITA MOVEIS SOB MEDIDA E ESTOFADOS LTDA

ME

Valor: R\$16.750,00 (Dezesseis mil setecentos e cinquenta reais.)

Vigência: Início: 06/12/2010 Término: 06/03/2012

Licitação: Pregão Presencial Nº 127/2010

Recurso: Dotação: 2.09.4.4.90.00.00.00.00(91),

1.02.4.4.90.00.00.00.00(89) Saldo: ,00

Objeto: Fornecimento de móveis sob medida, novos.

**Extrato Contrato Nº 361/2010 - PMC**

Contrato Nº: 361/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: S &amp; V EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA

Valor: R\$122.590,00 (Cento e vinte e dois mil quinhentos e noventa reais.)

Vigência: Início: 06/12/2010 Término: 06/03/2012

Licitação: Pregão Presencial Nº 135/2010

Recurso: Dotação: 1.07.4.4.90.00.00.00.00(120), 1.05.4.

4.90.00.00.00.00.00(158), 2.043.4.4.90.00.00.00.00(39),

1.05.4.4.90.00.00.00.00(130) Saldo: ,00

Objeto: fornecimento de equipamentos de informática.

**Extrato Contrato Nº 362/2010 - PMC**

Contrato Nº: 362/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA

Valor: R\$45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais.)

Vigência: Início: 03/12/2010 Término: 28/02/2011

Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviço Nº 24/2010

Objeto: Prestação de serviços, em caráter emergencial, para fornecimento mediante locação, atualização e manutenção de software aplicativo na arquitetura cliente/servidor em rede padrão TCP/IP, com interface gráfica em plataforma pc, com acesso a banco de dados relacional.

**Extrato Contrato Nº 363/2010 - PMC**

Contrato Nº: 363/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: RETIFICA O DESBRAVADOR LTDA

Valor: R\$5.100,00 (Cinco mil e cem reais.)

Vigência: Início: 07/12/2010 Término: 07/07/2011

Licitação: Pregão Presencial Nº 133/2010

Recurso: Dotação: 2.032.3.3.90.00.00.00.00(11),

2.032.3.3.90.00.00.00.00(11) Saldo: ,00

Objeto: Fornecimento de serviços de horas/máquina com trator industrial retroescavadeira e pá carregadeira com tração 4 x 4 (quatro por quatro), equipada com caçambas dianteira e traseira, fabricada a partir de 2000, na quantidade de 80 (oitenta) horas/máquina.

**Extrato Contrato Nº 364/2010 - PMC**

Contrato Nº: 364/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: SAVOLDI E DALLA ROSA TRANSPORTES LTDA ME

Valor: R\$4.400,00 (Quatro mil e quatrocentos reais.)

Vigência: Início: 08/12/2010 Término: 31/12/2010

Licitação: Pregão Presencial Nº 1/2010

Recurso: Dotação: 2.026.3.3.90.00.00.00.00(32), 2.038.3.3.9

0.00.00.00.00.00(66), 2.041.3.3.90.00.00.00.00(59) Saldo: ,00

Objeto: Prestação de serviços de horas/máquina com trator industrial retroescavadeira e pá carregadeira com tração 4 x 4 (quatro por quatro), equipada com caçambas dianteira e traseira, fabricada a partir de 2000, na quantidade de 80 (oitenta) horas/máquina.

**Extrato Contrato Nº 365/2010 - PMC**

Contrato Nº: 365/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: IPM - INFORMÁTICA PÚBLICA MUNICIPAL LTDA

Valor: R\$346.105,06 (Trezentos e quarenta e seis mil cento e cinco reais e seis centavos.)

Vigência: Início: 09/12/2010 Término: 09/02/2012

Licitação: Concorrência p/ Compras e Serv. Nº 9/2010

Objeto: Execução de serviços de conversão de dados, implantação, treinamento e fornecimento mediante locação/licenciamento, atualização, manutenção, acompanhamento e suporte técnico de sistemas.

**Extrato Contrato Nº 366/2010 - PMC**

Contrato Nº: 366/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: EXECCUTTA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Valor: R\$79.907,50 (Setenta e nove mil novecentos e sete reais e cinquenta centavos.)

Vigência: Início: 10/12/2010 Término: 10/04/2011

Licitação: Conv. p/ Obras e Serv. de Eng. Nº 43/2010

Recurso: Dotação: 1.09.4.4.90.00.00.00.00.00(20) Saldo: 4.665,65

Objeto: Execução de obra de Passeios no Distrito de Planalto, neste Município.

**Extrato Contrato Nº 367/2010 - PMC**

Contrato Nº: 367/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: TUCANO SERVIÇOS DE TERRAPLENAGENS LTDA

Valor: R\$6.792,50 (Seis mil setecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos.)

Vigência: Início: 10/12/2010 Término: 31/12/2010

Licitação: Pregão Presencial Nº 1/2010

Recurso: Dotação: 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00(59), 2.026.3.3.9

0.00.00.00.00.00(32), 2.038.3.3.90.00.00.00.00.00(66) Saldo: ,00

Objeto: Prestação de serviços de horas/máquina com trator sobre esteiras, com peso operacional mínimo de 13.000 kg (treze mil quilogramas), equipado com escarificador traseiro, ano de fabricação mínimo 1990, na quantidade de 47,5 horas/máquina..

**Extrato Contrato Nº 368/2010 - PMC**

Contrato Nº: 368/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: TELEVISÃO CHAPECÓ S/A.

Valor: R\$80.000,00 (Oitenta mil reais.)

Vigência: Início: 06/12/2010 Término: 06/01/2011

Licitação: iNEXIGIBILIDADE de Licitação Nº 33/2010

Recurso: Dotação: 2.039.3.3.90.00.00.00.00.00(64)

Saldo: 88.845,26

Objeto: Contratação da \\“Gravação do programa Galpão Crioulo\\” para o sonho de Natal 2010.

**Extrato Contrato Nº 369/2010 - PMC**

Contrato Nº: 369/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: CHICO SONORIZAÇÕES LTDA

Valor: R\$10.600,00 (Dez mil seiscentos reais.)

Vigência: Início: 13/12/2010 Término: 13/01/2011

Licitação: Pregão Presencial Nº 140/2010

Recurso: Dotação: 2.039.3.3.90.00.00.00.00.00(64)

Saldo: 100.484,92

Objeto: Prestação de serviços de sonorização, iluminação e locação de estrutura de palco, para gravação do Galpão Crioulo.

**Extrato Contrato Nº 370/2010 - PMC**

Contrato Nº: 370/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA

Valor: R\$10.628,90 (Dez mil seiscentos e vinte e oito reais e noventa centavos.)

Vigência: Início: 15/12/2010 Término: 15/02/2011

Licitação: Conv. p/ Obras e Serv. de Eng. Nº 44/2010

Recurso: Dotação: 1.09.4.4.90.00.00.00.00.00(16)

Saldo: 64.238,96

Objeto: Execução de obra de pintura da parte interna do chafariz da Praça Dogello Goss, Centro, neste Município.

**Extrato Contrato Nº 371/2010 - PMC**

Contrato Nº: 371/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: BBF INFORMÁTICA LTDA

Valor: R\$2.037,04 (Dois mil e trinta e sete reais e quatro centavos.)

Vigência: Início: 15/12/2010 Término: 15/01/2012

Licitação: Pregão Presencial Nº 134/2010

Recurso: Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00(29)

Saldo: 59.931,85

Objeto: Fornecimento de toner para impressora.

**Extrato Contrato Nº 372/2010 - PMC**

Contrato Nº: 372/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

Valor: R\$780,00 (Setecentos e oitenta reais.)

Vigência: Início: 15/12/2010 Término: 15/01/2012

Licitação: Pregão Presencial Nº 134/2010

Recurso: Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00(29)

Saldo: 59.931,85

Objeto: Fornecimento de cartucho de tinta preto.

**Extrato Contrato Nº 373/2010 - PMC**

Contrato Nº: 373/2010

Contratante: Prefeitura Municipal de Concórdia

Contratada: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME

Valor: R\$547,20 (Quinhentos e quarenta e sete reais e vinte centavos.)

Vigência: Início: 15/12/2010 Término: 15/01/2012

Licitação: Pregão Presencial Nº 134/2010

Recurso: Dotação: 2.027.3.3.90.00.00.00.00.00(29)

Saldo: 59.931,85

Objeto: Fornecimento de cartucho de tinta colorido.

**Edital de Notificação Convênio -SST/FEAS/FMAS/ Alta Complexidade - Custeio**

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município, a liberação de recursos proveniente Convênio -SST/FEAS/FMAS/ Alta Complexidade - Custeio, no valor de R\$ 11.733,34 (onze mil e setecentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos).

Concórdia SC, 17 de dezembro de 2010.

MAURO KICHEL

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

# Cordilheira Alta

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto Nº123/2010

DECRETO No 123/2010

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 929 de 17 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade n. 12.361.2506.2.013 - Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade de Aplicação: 319000

Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 90.000,00 - 92

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, serão anulados os seguintes recursos orçamentários:

Projeto/Atividade nº. 12.364.2506.2.016 - Apoio no Transporte Escolar do Ensino Superior

Modalidade de Aplicação: 339000 - 6

Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 5.000,00

Projeto/Atividade nº. 26.782.2511.1.006 - Pavimentação de Vias Públicas

Modalidade de Aplicação: 449000 - 36

Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 70.000,00

Projeto/Atividade nº. 08.244.2504.2.006 - Manutenção da Gerência e Fundo de Assistência Social

Modalidade de Aplicação: 339000 - 64

Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 15.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 16 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

### Decreto Nº124/2010

DECRETO No 124/2010

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e artigos 8º e 10 da Lei Municipal nº 892 de 07 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional

Suplementar no valor de R\$ 34.811,52 para a seguinte dotação orçamentária:

09 - Fundo Municipal de Saúde

09.01 - Fundo Municipal de Saúde

09.01.10.301.2505.2.019-3.1.90.00 - 01.64 - 10 - Aplicações Diretas 34.811,52

Art. 2º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação do repasse dos recursos da Atenção Básica - PSF, ACS, NASF.

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 16 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

### Decreto Nº125/2010

DECRETO No 125/2010

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao disposto no art. 70 - IV da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 924 de 13 de outubro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), os quais serão utilizados para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.019 - Manutenção das Atividades da Saúde Pública do Município

Modalidade de Aplicação: 319000

Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 80.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional de que trata o art. 1º, será anulado o seguinte recurso orçamentário:

Projeto/Atividade nº. 28.846.0000.0.004 - Precatórios e Ações de Pequeno Valor

Modalidade de Aplicação: 339000 - 37

Fonte de Recursos: 00 - Ordinários - R\$ 80.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 16 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrado e publicado em data supra.

**Portaria Nº441/2010**

PORTARIA N.º 441/2010

CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA PÚBLICA, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido 01 (um) dia de licença, para tratamento de saúde, sendo no dia 16 de dezembro de 2010, a Servidora Sra. JOSIANE MATOS CARNEIRO, ocupante do cargo de Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, de acordo com atestado em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 16 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

**Portaria Nº442/2010**

PORTARIA N.º 442/2010

“CONCEDE LICENÇA, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, À CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais, em especial o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam concedidos 03(três) dias de licença, para tratamento de saúde, sendo do dia 16 ao dia 18 de dezembro de 2010, à Conselheira Tutelar, Sra. DAIANE PIZZATTO GABRIEL, de acordo com atestado médico em anexo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam as disposições em contrário.

Cordilheira Alta - SC, 16 de dezembro de 2010.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

CLOVIS FIDELIS GRANDO

Secretario Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento

Registrada e Publicada em data supra.

**Corupá****PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria 1081/10 - Nomeia Comissão para Análise de Impugnação a Edital de Concurso Público 001/10**

PORTARIA Nº 1081/10

Nomeia Comissão para análise de impugnação a Edital de Concurso Público 001/2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica, na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Lei Complementar Municipal 014/09,

CONSIDERANDO que, estando em aberto edital de concurso público 001/2010, visando o preenchimento de vagas em aberto e das quais o Município tem necessidade

CONSIDERANDO que, o Disposto na Legislação Municipal (LCM 14/09) prevê que o Auxiliar de Sala deverá assumir a docência no impedimento legal do professor

CONSIDERANDO que o requisito de formação para a investidura no cargo de Auxiliar de Sala é o Ensino Médio;

CONSIDERANDO que a LDB prevê que os profissionais de educação devem ter formação mínima em ensino médio na modalidade normal para o exercício do magistério na educação infantil e séries iniciais;

CONSIDERANDO que, existe impugnação ao edital do referido concurso público, no tocante a exigência de conclusão de ensino médio e não ensino médio na modalidade normal, para a investidura do concursado aprovado no cargo de Auxiliar de Sala;

**RESOLVE:**

Art. 1º. Determinar, a abertura de processo administrativo para a verificação de apontamentos feitos em Impugnação ao Edital de Concurso Público 001/2010.

Art. 2º. Constituir Comissão composta pelos seguintes servidores:

a) SANDRO ROGÉRIO GLATZ, Secretário de Administração e Fazenda;

b) JONEI CÍCERO MOROZINI, Secretário de Educação;

c) FERNANDO GEAN LUNELLI, Assessor Jurídico.

Art. 3º. A Comissão deverá apresentar relatório com as conclusões para o pertinente julgamento no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 17 de dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI

Prefeito Municipal



## ERRAta Edital de CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2010

### ERRATA

Edital de Concurso Público n.º 001/2010

CONSIDENRANDO o erro especificado na descrição do Cargo/Emprego identificado pelo Código do Cargo 10, de que trata o Cargo/Emprego Auxiliar de Serviços Gerais, em conformidade com a Lei Complementar Municipal 014/09, apresenta a seguinte Correção: no teor do Edital, em todos os locais

onde se lê:

10	Auxiliar de Serviços Gerais (Faxina E Merenda)	4	44	Séries Iniciais do Ensino Fundamental	R\$ 630,00	Escrita
----	--	---	----	---------------------------------------	------------	---------

leia-se:

10	Auxiliar de Serviços Gerais	4	44	Séries Iniciais do Ensino Fundamental	R\$ 630,00	Escrita
----	-----------------------------	---	----	---------------------------------------	------------	---------

Desta forma, para fins de correção da publicação passa a ser assim a nova redação originária:

O Edital de Concurso Público n.º 001/2010 entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 20 de dezembro de 2010.  
LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## Retificação - Edital de Concurso Público Nº 001/2010

### RETIFICAÇÃO

Edital de Concurso Público n.º 001/2010

CONSIDENRANDO a divergência de dispositivos da Lei Complementar Municipal 014/09 e La LDB, em especial no tocante as atribuições do Cargo de Auxiliar de Sala face a exigência de Grau de Escolaridade;

CONSIDENRANDO que a LCM 014/09 especifica que uma das atribuições do Auxiliar de Sala é a de assumir a docência no impedimento legal do professor responsável pela turma e/ou disciplinas;

CONSIDENRANDO que a LDB determina que o profissional da educação deve ter formação mínima em ensino médio na modalidade Normal;

CONSIDENRANDO que na LCM 014/09 a exigência de escolaridade para o cargo de Auxiliar de Sala é a de ensino médio;

CONSIDENRANDO os possíveis problemas que futuramente possam vir a ocorrer em razão dos conflitos nas legislações;

Resolve retificar o Edital de Concurso Público n.º 001/2010, retirando do mesmo todas as vagas previstas para o cargo de Auxiliar de Sala.

Desta forma, para fins de correção da publicação passa a ser assim a nova redação originária:

O Edital de Concurso Público n.º 001/2010 entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 20 de dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS TAMANINI  
Prefeito Municipal

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

# Ermo

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto N.º 091, de 14 de dezembro de 2010

DECRETO N.º 091, de 14 de dezembro de 2010.

Abre crédito suplementar e dá outras providências.

MARCOS LEONE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 4º, inciso II da Lei nº 252/09 de 15/12/2009 (Lei Orçamentária Anual);

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto crédito suplementar no Orçamento Vigente no valor de R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), a saber:

05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO

12.361.0035.2.008 - Manutenção do Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.0003.0 (82)- Aplicações Diretas  
R\$ 10.000,00

04.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.605.0022.2.005 - Manutenção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0080.0 (44)- Aplicações Diretas  
R\$ 17.000,00

Art. 2º. A suplementação de que trata o Art.1º, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 14 de dezembro de 2010.

MARCOS LEONE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

CÁSSIO ANDREI FONTANA SIMÃO  
Secretário de Administração e Finanças

# Erval Velho

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto 1475/2010

DECRETO 1475, de 01 de dezembro de 2010

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Município de Erval Velho e dá outras providências;

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho/SC, no uso de suas atribuições do seu cargo, especialmente aquelas

contidas nos incisos II, VII e XXVI, todos do artigo 85, da Lei Orgânica; e art. 6º da Lei Municipal n. 1215, de 13 de novembro de 2009, e, tendo presentes razões de interesse público,

# DECRETA

Art. 1º Fica suplementada as seguintes dotações no Orçamento vigente do Município, no valor de R\$ 50.403,00 (cinquenta mil, quatrocentos e três reais):

1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

ÓRGÃO 01 GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 01 GABINETE DO PREFEITO

Proj./Ativ. 2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

94 - 319000000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.600,00

1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

ÓRGÃO 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proj./Ativ. 2.008 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

81 - 339000000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 7.186,00

UNIDADE 02 DEPARTAMENTO DE FAZENDA

Proj./Ativ. 2.011 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FAZENDA

97 - 339000000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.197,00

UNIDADE 03 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Proj./Ativ. 2.012 MANUTENÇÃO DO DEP. DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

129 - 339000000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.700,00

1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

ÓRGÃO 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ. 2.015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

119 - 319000000000000018 - Aplicações Diretas R\$ 26.720,00

1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

ÓRGÃO 05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

Proj./Ativ. 2.026 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

10 - 319000000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Total suplementações R\$ 50.403,00

Art. 2º. Para cobrir as suplementações previstas no artigo 1º desta Lei fica anulada parcialmente as seguintes dotações orçamentárias:

1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

ÓRGÃO 01 GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE 01 GABINETE DO PREFEITO

Proj./Ativ. 2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO

93 - 339000000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 6.600,00

1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

ÓRGÃO 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

Proj./Ativ. 2.008 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

79 - 317100000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.772,00

78 - 337100000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.848,00

77 - 447100000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 980,00

80 - 449000000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 2.586,00

UNIDADE 02 DEPARTAMENTO DE FAZENDA

Proj./Ativ. 2.011 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FAZENDA

98 - 449000000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 3.197,00

UNIDADE 03 DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Proj./Ativ. 2.012 MANUTENÇÃO DO DEP. DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

130 - 319000000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 1.700,00

1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

ÓRGÃO 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ. 2.015 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

118 - 319000000000000019 - Aplicações Diretas R\$ 26.720,00

1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

ÓRGÃO 05 SECRETARIA DE TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

Proj./Ativ. 2.026 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS

9 - 339000000000000000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Total Anulações R\$ 50.403,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 01 de dezembro de 2010.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado nesta data.

WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR

Secretário Municipal de Administração e Finanças

## Decreto 1476/2010

DECRETO nº 1476, de 01 de dezembro de 2010.

Dispõe poderes para assinar cheques na ausência do Chefe do Poder Executivo do município de Erval Velho e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica do Município;

# DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Senhor WALTER KLEBER KUCHER JUNIOR, brasileiro, solteiro, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Secretário de Administração e Finanças, para na ausência do Chefe do poder Executivo Municipal assinar em conjunto com a Tesoureira cheques emitidos pelo Município.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 01 de dezembro de 2010.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto nesta Secretaria, em 01 de dezembro de 2010.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

## Decreto 1477/2010

DECRETO nº 1477, de 01 de dezembro de 2010.

Dispõe poderes para assinar cheques na ausência da Secretária Municipal de Saúde, Promoção Social e Habitação de Erval Velho e dá outras providências.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, especialmente aquelas contidas no inciso XXVI, do artigo 85, da Lei Orgânica do Município;

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa

Catarina, em 06 de dezembro de 2010.  
LENITA DADALT FONTANA  
Prefeita Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto, em 06 de dezembro de 2010.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR  
Secretário de Administração e Finanças

### Edital de Retificação

EDITAL DE RETIFICAÇÃO  
PROCESSO SELETIVO Nº 007/2010 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre inscrições e fixa normas ao Processo Seletivo de Provas para contratação de pessoal em caráter temporário no Município de Erval Velho.

O MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, neste ato representado por sua Prefeita, Sr<sup>a</sup>. LENITA DADALT FONTANA, no uso de suas atribuições e com fundamento nas Leis Municipais nºs 899/99, 0937/01 e 1047/05, Lei Complementar nºs 020/2009, 021/2009 e 007/2001 .

DOS CARGOS, VENCIMENTO INICIAL E HABILITAÇÕES MÍNIMA.

Onde lê-se:

Cargos	Carga Horária Semanal	Remuneração Mensal	Habilitação Mínima para Contratação	Tipo de Prova
Monitor Social - PETI	20	R\$ 879,78	Magistério ou cursando Curso Superior em Pedagogia.	Escrita e Objetiva

Leia-se:

Cargos	Carga Horária Semanal	Remuneração Mensal	Habilitação Mínima para Contratação	Tipo de Prova
Monitor Social - PETI	20	R\$ 461,88	Magistério ou cursando Curso Superior em Pedagogia.	Escrita e Objetiva

Erval Velho, 20 de dezembro de 2010.  
LENITA DADALT FONTANA  
Prefeita Municipal de Erval Velho

**Fraiburgo**

**PREFEITURA MUNICIPAL**

### Portaria Nº 2616/2010

PORTARIA Nº 2.616, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o servidor DIEGO BORTOLINI, brasileiro, solteiro, inscrito no C.P.F. sob o nº 067.110.959-60, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, por 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria Nº 2617/2010

PORTARIA Nº 2.617, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora ELMIRA GERLACH DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 560.609.639-00, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

### Portaria Nº 2618/2010

PORTARIA Nº 2.618, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora HILDA EDINE RIEGERT DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 461.048.369-68, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento



**Portaria Nº 2619/2010**

PORTARIA Nº 2.619, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora IZABEL RIBEIRO DE GOES MACIEL, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 744.218.169-49, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, por 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2620/2010**

PORTARIA Nº 2.620, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora JUCILENI MONTANARI, brasileira, solteira, inscrita no C.P.F. sob o nº 754.648.539-87, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2621/2010**

PORTARIA Nº 2.621, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora KATIANE MUNARI PEREIRA, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 006.588.519-85, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2622/2010**

PORTARIA Nº 2.622, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora LOURDES ESSER PACHECO, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 594.019.319-68, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2623/2010**

PORTARIA Nº 2.623, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora MARIA HELENA MARCONDES ZANELLA, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 024.596.709-58, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2624/2010**

PORTARIA Nº 2.624, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

## RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora MARIA SERLEI HOLEK DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 384.847.069-15, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2625/2010**

PORTARIA Nº 2.625, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora MARIA SILMAR MAGALHÃES FARIANA, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 462.183.519-04, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2626/2010**

PORTARIA Nº 2.626, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar a servidora MARLI PINZ, brasileira, casada, inscrita no C.P.F. sob o nº 691.097.889-72, nomeada no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, por 40 horas semanais, a partir de 31 de dezembro de 2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2627/2010**

PORTARIA Nº 2.627, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 016 de 03 de agosto

de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de AGENTE DO PEAA, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;  
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ADRIANA APARECIDA DENARDI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 060.296.439-32, na função de AGENTE DO PEAA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 30 de julho de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2628/2010**

PORTARIA Nº 2.628, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 025 de 14 de dezembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;  
Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

##### **RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora LIDIANI APARECIDA FANTIN DE MATIA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 020.305.339-71, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 30 de junho de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2629/2010**

PORTARIA Nº 2.629, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade

com Edital n.º 025 de 14 de dezembro de 2009 e Contrato Administrativo;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Prorrogar o contrato da servidora PATRICIA APARECIDA MIGLIOLLI, brasileira, divorciada, inscrita no C.P.F. sob o nº 029.997.749-82, contratada em caráter temporário na função de ENFERMEIRO, por 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 13 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2630/2010**

PORTARIA Nº 2.630, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 025 de 14 de dezembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora SILVANA CLAUDIA GIACOMELLI DE OLIVEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.236.989-76, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 13 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2631/2010**

PORTARIA Nº 2.631, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de

04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 025 de 14 de dezembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ENFERMEIRO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora VIVIANE MARTINS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.818.539-97, na função de ENFERMEIRO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 13 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2632/2010**

PORTARIA Nº 2.632, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 025 de 14 de dezembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora MARIA ESTER DE LARA MATTEUCCI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 534.347.149-87, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 30 de junho de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU  
Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2633/2010**

PORTARIA Nº 2.633, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição

Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 019 de 11 de novembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de ODONTÓLOGO PSF, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora ARIANE MYRAIA DE SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 041.220.969-10, na função de ODONTÓLOGO PSF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 08 de novembro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2634/2010**

PORTARIA Nº 2.634, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 004 de 13 de janeiro de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MÉDICO, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde; Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor WALLACE XAVIER PONTES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 397.294.862-04, na função de MÉDICO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2635/2010**

PORTARIA Nº 2.635, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição

Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 001 de 08 de janeiro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MÉDICO - CLÍNICO GERAL - PSF, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor FLAVIO LEAL FERNANDES, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 513.988.420-87, na função de MÉDICO - CLÍNICO GERAL - PSF, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 07 de janeiro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2636/2010**

PORTARIA Nº 2.636, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 025 de 14 de dezembro de 2009;

Considerando a necessidade de contratação temporária de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato da servidora SIMONE DALAGNOL MACHADO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 023.538.189-60, na função de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 13 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2637/2010**

PORTARIA Nº 2.637, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

Dispõe sobre prorrogação de contrato por prazo determinado.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas



atribuições legais e em conformidade com o Art. 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 04 de Junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital de Contratação Temporária n.º 013 de 19 de abril de 2010;

Considerando a necessidade de contratação temporária de MOTO-RISTA CLASSE 2, para atender excepcional interesse público, na área da Saúde;

Considerando que a contratação é de profissional habilitado para a prestação de serviço;

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar o contrato do servidor SEBASTIÃO ALVES MORAISKI, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 422.354.809-34, na função de OPERADOR DE MÁQUINAS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2011 a 31 de dezembro de 2011, podendo ser prorrogado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 17 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Extrato do Edital de Seleção ACT Nº 0028/2010**

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0028 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para as funções públicas de FARMACÊUTICO, ASSISTENTE SOCIAL e GUARDA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO. O preenchimento de vagas será para o ano de 2011, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 23 de dezembro a 29 de dezembro de 2010, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento de Fraiburgo, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no sítio "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3059.

Fraiburgo, 20 de dezembro de 2010.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ELÓI RÖNNAU

Secretário de Administração e Planejamento

**Contrato de Abertura de Crédito 0001/2010**

Contrato de abertura de crédito fixo celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para execução do Programa de Intervenções Viárias - Provias

O Banco do Brasil S.A., sociedade de economia mista, com sede em Brasília, Capital Federal, neste instrumento denominado FINANCIADOR, por sua Agência 1387-0 FRAIBRUGO, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o n.º 00.000.000/1798-17, representado pelo Sr. RICHARD MORO, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, bancário, residente e domiciliado em Videira/SC, portador da Carteira de Identidade nº 10R 1680949, emitida pela SSP/SC em 20/11/1990 e CPF 585.081.049-87 e, de outro lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, aqui denominada FINANCIADO, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.947.979/0001-74, representada por seu prefeito em exercício, Sr. NELMAR PINZ, brasileiro, casado sob o regime de Comunhão Parcial de Bens, residente e domiciliado em Fraiburgo/SC, portador da Carteira de Identidade nº 25 491907, emitida pela SESP/SC em 25/07/2002 e CPF 298.619.779-53; de acordo com a Lei Municipal nº 2.051 de 30/03/2010 e 2.067 de 08/07/2010, e autorização da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, por meio dos Ofícios números 4.906/2010 e 4.907/2010 – COPEM/STN, ambos de 22/09/2010, têm justas e contratadas as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – O FINANCIADOR abre ao FINANCIADO, e este aceita, um crédito fixo até o limite de R\$1.249.999,98 (um milhão, duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e oito centavos) que se destina à aquisição de máquinas e equipamentos, a ser provido com recursos originários de repasses da Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no âmbito do Programa de Intervenções Viárias - Provias, autorizado pela Resolução n.º 3.365, de 26.04.2006, do Conselho Monetário Nacional, à conta do Instrumento de Adesão n.º 360, de 04.07.86, celebrado entre a FINAME e o FINANCIADOR, e com base na homologação da PAC n.º 359-0/2010/0000038290-6/301, para aplicação na forma da CLÁUSULA SEGUNDA.

**CLÁUSULA SEGUNDA** – O crédito destina-se à aquisição de:

- 01 (uma) MOTONIVELADORA, nova, ano de fabricação/modelo 2010/2010, de fabricação nacional, marca New Holland, modelo RG 170.B, cor amarela, com chassi articulado à frente da cabine, equipado com motor diesel de 6 cilindros, turbo alimentado, com potência de 170HP, transmissão com 8 marchas à frente e 4 à ré, eixo diferencial com travamento automático para bloqueio e desbloqueio; controle totalmente hidráulico, sensível à carga, lâmina central com controle de deslocamento lateral e angular hidráulico, comprimento mínimo de 3.960mm, cabine fechada ROPS/FOPS com ar condicionado, n.º chassi NAAF01898 no valor de R\$585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil reais);
- 01 (um) BRITADOR MÓVEL, novo, ano de fabricação/modelo 2010/2010, de fabricação nacional, marca CCM, modelo 50x30, cor laranja e cinza, com mandíbulas tamanho 50x30, montado sobre chassi em chapa “U” de 300x80mm de

Página 2

Continuação do Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para execução do Programa de Intervenções Viárias – Provias, no valor de R\$1.249.999,98 com vencimento final em 15/07/2015.

=====

aço carbono SAE 1020, com 6500mm e 1070mm de largura, na espessura de 3/8” com 2 eixos de rodado duplo na traseira e simples na dianteira, sistema direcional de engate, acionado por motor MWM a diesel de 6 cilindros com potência de 99HP, com partida elétrica, alimentador vibratório acionado hidraulicamente, com capacidade de armazenamento de 4m³, correia transportadora com dimensão de 6200x500mm de 20” acionada hidraulicamente, com capacidade de produção de 15m³/hora, n.º série 39, no valor de R\$275.000,00 (duzentos e setenta e cinco mil reais);

- 02 (dois) CAMINHÕES, novos, ano de fabricação/modelo 2010/2011, de fabricação nacional, marca Volvo, modelo VM 260 6x4R, tração 6x4, cabine frontal em aço, cor branca, motor diesel com potência de 255CV, com injeção eletrônica, com oito marchas à frente e 2 à ré, rodas de aço, com travamento de diferencial, protetor de carter e faróis, capacidade de carga de 25 toneladas, n.º chassi 93KK0E0D9BE125295 e 93KK0E0D1BE124853, no valor unitário de R\$211.000,00 (duzentos e onze mil reais) e valor total de R\$422.000,00 (quatrocentos e vinte e dois mil reais).

O crédito será utilizado de uma só vez, respeitadas as programações financeiras da FINAME e do BNDES, para pagamento das referidas aquisições, vedada a aplicação dos recursos em despesas correntes, conforme o disposto no art. 35, parágrafo primeiro, inciso I, da Lei Complementar 101/2000.

**CLÁUSULA TERCEIRA** – Os bens descritos na forma da CLÁUSULA SEGUNDA serão fornecidos pelas empresas: SHARK MAQUINAS PARA CONSTRUCAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 06.224.121/0001-01, com sede a Avenida Santa Marina, 2.210, São Paulo-SP; C.C.M. COMERCIO DE MAQUINAS E SERVICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 02.873.674/0001-26, com sede no Acesso Plinio Arlindo De Nes, 1801-D, Chapecó-SC; DICAVE GARTNER DIST CATARINENSE DE VEICULOS LIMITADA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 83.740.456/0004-68, localizada à rodovia SC 453 S/N, KM 54, Videira-SC, cuja matriz está inscrita no CNPJ 83.740.456/0001-15 e está sediada a BR 101 12.800, KM 125, Itajaí-SC; conforme propostas vencedoras nas licitações realizadas por intermédio dos Pregões Presenciais n.º 0124/2010, 0126/2010 e 0127/2010, respectivamente, realizados em 22/11/2010, pelo Município de Fraiburgo/SC. O pagamento dos mencionados bens, a que se destina o crédito aberto, será, em virtude de autorização irrevogável ora dada pelo FINANCIADO ao FINANCIADOR, efetuado diretamente por este aos fornecedores.

**CLÁUSULA QUARTA** – A diferença entre o crédito aberto e o valor do orçamento apresentado será coberta mediante aplicação de recursos próprios do FINANCIADO, obrigando-se este a comprovar, previamente e em proporção ao levantamento de cada parcela, a respectiva aplicação de recursos próprios. Fica excluído do crédito qualquer excesso que, porventura, se verificar na execução do plano orçado.

**CLÁUSULA QUINTA** – O FINANCIADO declara-se ciente de que o desembolso dos recursos que trata o presente CONTRATO por parte do FINANCIADOR, está na dependência de sua efetiva liberação pelo órgão alocador, e, consequentemente,

Página 3

Continuação do Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para execução do Programa de Intervenções Viárias – Provias, no valor de R\$1.249.999,98 com vencimento final em 15/07/2015.

=====  
isentando o FINANCIADOR de qualquer responsabilidade pelo descumprimento dos respectivos cronogramas de liberação de recursos.

**CLÁUSULA SEXTA** – Os recursos liberados, serão transferidos pelo FINANCIADOR, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados a partir da liberação do BNDES/FINAME.

**CLÁUSULA SÉTIMA** – O presente CONTRATO vencer-se-á dentro de 1.671 (um mil, seiscentos e setenta e um) dias, obrigando-se o FINANCIADO a pagar, em 15/07/2015, todas as responsabilidades dele oriundas, aí compreendidos: principal, comissão, reajuste monetário, juros, outros acessórios e quaisquer despesas, independentemente de qualquer aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA OITAVA** – O prazo de carência é de 6 (seis) meses, contado a partir do dia 15 (quinze) imediatamente subsequente à data de formalização jurídica da operação, vencendo-se a primeira parcela de encargos em 15/04/2011. O prazo de amortização é de 48 (quarenta e oito) meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira no dia 15 (quinze) do mês subsequente ao do término do prazo de carência.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Fica expressa e irrevogavelmente estabelecido que a abstenção do exercício, por parte do FINANCIADOR, de quaisquer direitos que lhe assistam por força do presente CONTRATO ou a concordância com atrasos no cumprimento ou inadimplemento de obrigação do FINANCIADO, não afetarão aqueles direitos ou faculdades – que poderão ser exercidos a qualquer tempo – e não alterarão, de nenhum modo, as condições estipuladas neste CONTRATO, nem obrigarão o FINANCIADOR relativamente a vencimentos ou inadimplementos futuros.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Qualquer recebimento das prestações fora dos prazos avançados constituirá mera tolerância que não afetará de forma alguma as datas de seus vencimentos ou as demais cláusulas e condições deste instrumento, nem importará novação ou modificação do ajustado, inclusive quanto aos encargos resultantes da mora, imputando-se ao pagamento do débito o valor recebido obrigatoriamente na seguinte ordem: multa, juros moratórios, juros remuneratórios, comissão de permanência, outros acessórios debitados, principal vencido e principal vincendo. A quitação da dívida resultante deste CONTRATO dar-se-á após a liquidação do saldo devedor das parcelas referidas nesta CLÁUSULA.

**CLÁUSULA NONA** – Se o FINANCIADO não pagar pontualmente quaisquer das prestações previstas neste instrumento, ou se não dispuser de saldo suficiente, nas datas dos seus respectivos vencimentos, para que o FINANCIADOR promova os lançamentos contábeis destinados às suas respectivas liquidações, conforme expressamente previsto na CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA, poderá o FINANCIADOR considerar vencidas antecipadamente, de pleno direito, todas as demais parcelas ainda vincendas, assumidas não só neste instrumento como em outros que tenha firmado com o FINANCIADOR, e exigir o total da dívida delas resultante,



Página 4

Continuação do Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para execução do Programa de Intervenções Viárias – Provias, no valor de R\$1.249.999,98 com vencimento final em 15/07/2015.

=====  
independentemente de aviso extrajudicial ou interpelação judicial. O FINANCIADOR também poderá considerar integralmente vencida e exigível a dívida resultante das operações existentes quando o FINANCIADO: a) sofrer(em) ação judicial ou procedimento fiscal capaz de colocar em risco as garantias constituídas ou cumprimento das obrigações aqui assumidas; b) diretamente ou através de prepostos ou mandatários, prestar(em) ao FINANCIADOR informações incompletas ou alteradas, inclusive através de documento público ou particular de qualquer natureza; c) diretamente ou através de prepostos ou mandatários, deixar(em) de prestar informações que, se do conhecimento do FINANCIADOR, poderiam alterar seus julgamentos e/ou avaliações; d) tornar(em)-se inadimplente(s) em outra(s) operação/ões/ mantida(s) junto ao FINANCIADOR; e) exceder(em) o limite de crédito concedido; f) desviar(em) no todo ou em parte, o(s) bem(ns) dado(s) em garantia; g) não manter(em) em dia o(s) seguro(s) do(s) bem(ns) dado(s) em garantia; h) não reforçar(em), no prazo indicado na comunicação que lhe for feita pelo FINANCIADOR, a(s) garantia(s) constituída(s).

**PARÁGRAFO ÚNICO** – sem prejuízo das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES”, ocorrerá, também, o vencimento antecipado do CONTRATO, com exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, nas seguintes hipóteses: a) não comprovação física e/ou financeira da realização do projeto objeto da colaboração financeira; b) aplicação dos recursos concedidos em finalidade diversa daquela prevista no instrumento formalizador da operação; c) existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pelo FINANCIADO ou por seus agentes, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, assédio moral ou sexual, ou crime contra o meio ambiente; d) nas hipóteses previstas nas alíneas “a” e “b” deste Parágrafo, aplicar-se-á multa, a partir do dia seguinte ao fixado por meio de notificação oficial ou extrajudicial, de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o valor liberado e não comprovado, acrescido dos encargos devidos na forma contratualmente ajustada até a data da efetiva liquidação do débito ( art. 47-a das citadas “disposições”).

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Além das situações previstas na CLÁUSULA NONA, que regula os casos que poderão implicar o vencimento antecipado da(s) operação (ões) existente(s), o FINANCIADOR poderá suspender a liberação de novos valores quando o FINANCIADO deixar de apresentar ao FINANCIADOR, no prazo por este indicado, a documentação necessária para renovação do seu limite de crédito, bem como quando o FINANCIADO for negativado em quaisquer órgãos de proteção ao crédito ou no cadastro de emitentes de cheques sem fundos (CCF), ou tiver encerrada sua conta corrente em qualquer estabelecimento de crédito, em decorrência de normas emanadas do Banco Central do Brasil.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA** – Os juros são devidos à taxa de 0,327 (trezentos e vinte e sete centésimos) pontos percentuais efetivos ao mês, equivalentes a uma taxa anual de 4 (quatro) pontos percentuais, acima da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, incluído o del-credere de 3 (três) pontos percentuais ao ano, observada a seguinte sistemática:

Página 5

Continuação do Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para execução do Programa de Intervenções Viárias – Provias, no valor de R\$1.249.999,98 com vencimento final em 15/07/2015.

=====

- I. O montante correspondente à parcela da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP que vier a exceder a 6 (seis) pontos percentuais ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês de vigência deste instrumento e no seu vencimento ou liquidação, apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos ocorridos no período:

$$TC = \left[ \frac{(1 + TJLP)}{1,06} \right]^{N/360} - 1, \text{ sendo}$$

TC = Termo de Capitalização;

TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil, expressa em número decimal; e

N = número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor de título.

- II. O montante referido no inciso “I” acima, que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível juntamente com as parcelas de principal.
- III. Quando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP for superior a 6 (seis) pontos percentuais ao ano, o percentual de juros acima fixado, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6 (seis) pontos percentuais ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionados nesta cláusula ou na data de vencimento ou liquidação deste título, observado o disposto no inciso “I” acima, e considerando para cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.
- IV. Quando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP for igual ou inferior a 6 (seis) pontos percentuais ao ano, o percentual de juros acima fixado, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionados nesta Cláusula ou na data de vencimento ou liquidação deste título, sendo considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.
- V. O montante apurado nos termos dos incisos “III” ou “IV”, conforme o caso, será exigível a contar de 15/01/2011, trimestralmente, durante o prazo de carência, e, mensalmente, durante o período de amortização, juntamente com as prestações do principal, e no vencimento ou liquidação deste CONTRATO, observado o disposto na CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA e CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA.

Página 6

Continuação do Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para execução do Programa de Intervenções Viárias – Provias, no valor de R\$1.249.999,98 com vencimento final em 15/07/2015.

=====

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA** – Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, originários do Fundo de Participação PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, a remuneração prevista neste CONTRATO poderá, a critério do BNDES/FINAME, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES/FINAME que, além de preservar o valor real da operação, a remunerar nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o FINANCIADOR comunicará a alteração, por escrito, ao FINANCIADO.

**CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA** – Todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, inclusive os bancários, será para todos os fins e efeitos, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e iniciando-se, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA** – A cobrança do principal e encargos será feita mediante Aviso de Cobrança expedido pelo FINANCIADOR, com antecedência, pelo qual será informado ao FINANCIADO o montante necessário à liquidação de suas obrigações nas datas de vencimento. O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá o FINANCIADO da obrigação de pagar ao FINANCIADOR as prestações do principal e encargos nas datas estabelecidas neste Instrumento.

**CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA** – O FINANCIADO reconhecerá como prova, para determinação da dívida resultante deste CONTRATO, os lançamentos que o FINANCIADOR fizer, a seu débito, sob aviso, e recibos, ordens, cheques ou saques que venha a passar ou emitir, e o FINANCIADOR, por sua vez, os recibos ou comunicações que expedir sobre as quantias creditadas na respectiva conta, pelo que a certeza e liquidez da dívida não estarão sujeitas à prévia verificação do saldo devedor, formado pelo principal, encargos financeiros, outros acessórios e quaisquer despesas, com a ressalva de poder o FINANCIADO reclamar contra qualquer erro ou engano, dentro de 15 (quinze) dias da data do recebimento da respectiva comunicação.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA** – Em caso de descumprimento de qualquer obrigação legal ou convencional, ou no caso de vencimento antecipado da operação, serão exigidos, a partir do inadimplemento e sobre o valor inadimplido, os encargos financeiros abaixo, em substituição aos encargos de normalidade pactuados:

1. comissão de permanência à taxa de mercado do dia do pagamento, nos termos da Resolução 1.129, de 15.05.86, do Conselho Monetário Nacional;
2. juros moratórios à taxa efetiva de 1% (um por cento) ao ano;
3. multa de 2% (dois por cento) calculada e exigível nas datas dos pagamentos, sobre os valores em atraso a serem parcialmente pagos e, na liquidação do saldo devedor, sobre montante inadimplido.

Página 7

Continuação do Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para execução do Programa de Intervenções Viárias – Provias, no valor de R\$1.249.999,98 com vencimento final em 15/07/2015.

=====

**CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA** – O FINANCIADO obriga-se a satisfazer todas as despesas que o FINANCIADOR fizer para segurança, regularização ou cobrança de seus créditos.

**CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA** – O FINANCIADO autoriza neste ato o FINANCIADOR a debitar em sua conta corrente nº. 20.386-6, mantida junto à agência 1387-0 FRAIBRUGO, ou, na falta de recursos suficientes nessa conta, em quaisquer outras contas de depósito, os montantes necessários à amortização de cada parcela, nos respectivos vencimentos, e ao pagamento final da dívida.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – A autorização contida nesta Cláusula independe de qualquer outra providência ou condição, ficando o FINANCIADO encarregado de promover o empenho da respectiva despesa, por meio de empenho específico ou global, nos termos do art. 60, parágrafo 3º, da Lei 4.320/64, e do art. 16, parágrafo 1º, inciso I, da Lei complementar 101/2000.

**CLÁUSULA DÉCIMA-NONA** – Até a liquidação da dívida oriunda do presente CONTRATO, fica o FINANCIADO obrigado a não substituir a INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA responsável pela centralização dos recursos do FINANCIADO e pelo débito e transferência dos valores das amortizações e pagamento final, sob pena de vencimento antecipado deste CONTRATO e imediata exigibilidade da dívida, salvo quando o novo domicílio bancário seja agência do FINANCIADOR.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** – Na hipótese de que, na data do vencimento de qualquer prestação de principal e/ou acessórios, não haja, na conta-corrente do FINANCIADO, saldo em valor bastante para a integral realização do montante exigível, poderá o FINANCIADOR debitar o saldo específico então disponível, como pagamento parcial do aludido montante e imputar os encargos de inadimplemento, previstos na CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA, sobre os valores faltantes que, juntamente com tais acréscimos, continuarão exigíveis e realizáveis na data em que houver disponibilidade na conta-corrente do FINANCIADO indicada na CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA ou em qualquer outra conta-corrente.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-PRIMEIRA** - Fica o FINANCIADOR autorizado, a qualquer tempo, ceder, transferir, caucionar o crédito oriundo deste instrumento, bem como, ceder os direitos, títulos, garantias ou interesses seus a terceiros, na forma regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEGUNDA** - Declaro (amo-nos) cientes de que a liberação de cada parcela de crédito depende de:

- I. inexistência de fato e natureza econômico-financeira que, a critério do Banco do Brasil S.A., possa comprometer a utilização do equipamento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar a sua utilização, nos termos aprovados pelo BNDES/FINAME;
- II. apresentação de Certidão Negativa de Débito – CND ou Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa – CPD-EN, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.



Página 8

Continuação do Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para execução do Programa de Intervenções Viárias – Provias, no valor de R\$1.249.999,98 com vencimento final em 15/07/2015.

=====

- III. comprovação da devida aplicação da parcela anteriormente utilizada.
- IV. em se tratando de Estado, Distrito Federal, Município, ou qualquer entidade da Administração Pública Direta, Autarquia e Fundação de Direito Público Federais, Estaduais, Distritais ou Municipais, apresentação do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, ressalvados os casos de apresentação de Declaração de que a beneficiária não dispõe de regime próprio de previdência social dos servidores públicos.
- V. comprovar a regularidade da situação perante aos órgãos ambientais.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-TERCEIRA** – O FINANCIADO apresentou os seguintes documentos com validade nesta data: Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débito (CPD-EN) do INSS, número de série 037472010-20022080, emitida em 06/08/2010; Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP, número de série 988107-87642, emitido em 12/07/2010; Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), número de série 2010112912400293778790, emitido em 30/11/2010; Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, número de série A720.E34F.D4C9.1467, emitida em 29/11/2010; e recibo de entrega da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), referente ao ano-base 2009, nº .860.1875.3777.920.30, emitido em 23/11/2010. Para efeito de liberação de recursos, o FINANCIADO obriga-se a apresentar ao FINANCIADOR o seguinte documento, com validade nas datas das liberações: Certidão Negativa de Débito – CND do INSS.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUARTA** – O FINANCIADO obriga-se a cumprir, no que couber, as “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES”, aprovadas pela Resolução n.º 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução n.º 775, de 16 de dezembro de 1991, pela Resolução n.º 863, de 11 de março de 1996, pela Resolução n.º 878, de 04 de setembro de 1996, e pela Resolução n.º 894, de 06 de março de 1997, pela Resolução n.º 927, de 01 de abril de 1998, e pela Resolução n.º 976, de 24 de setembro de 2001, pela Resolução nº 1.571, de 04 de março de 2008, e pela Resolução nº 1.832, de 15.09.2009, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29 de dezembro de 1987, 27 de dezembro de 1991, 08 de abril de 1996, 24 de setembro de 1996, 19 de março de 1997, 15 de abril de 1998 e de 31 de outubro de 2001, 25 de março de 2008 e 06 de novembro de 2009, respectivamente.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-QUINTA** – O FINANCIADO obriga-se a cumprir, no que couber, as “Condições Gerais Reguladoras das Operações” relativas à FINAME, a serem realizadas de acordo com o Decreto n.º 59.170, de 02 de setembro de 1966, microfilmadas sob o n.º 399.674, averbadas na coluna de anotações do Registro n.º 4.879, do livro H-9, no 2º Ofício de Títulos e Documentos da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-SEXTA** – O FINANCIADO obriga-se a cumprir, no que couber, as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pela FINAME e pelo BNDES, que declara conhecer e se obriga a aceitar.

Página 9

Continuação do Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para execução do Programa de Intervenções Viárias – Provias, no valor de R\$1.249.999,98 com vencimento final em 15/07/2015.

=====

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-SÉTIMA** – Na hipótese de o **FINANCIADO** vir a incorrer em inadimplemento em suas obrigações com a União, notadamente o Tesouro Nacional, a Receita Federal, o Instituto Nacional do Seguro Social, inclusive o FGTS, o PIS/PASEP, COFINS, e as instituições financeiras oficiais federais, serão automaticamente suspensos os desembolsos das parcelas do crédito objeto do presente **CONTRATO**.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-OITAVA** – O **FINANCIADO** assume o compromisso de manter registro em separado de todas as aplicações de recursos no projeto em que estão vinculados os bens financiados, compreendendo todas as fontes utilizadas.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA-NONA** – O **FINANCIADO** assume o compromisso de permitir à FINAME, ao BNDES, ao Banco Central do Brasil e ao **FINANCIADOR**, ampla fiscalização da aplicação dos recursos e do desenvolvimento das atividades financiadas e da situação das garantias, franqueando a seus representantes ou prepostos o livre acesso às dependências do **FINANCIADO**, bem como a quaisquer documentos ou registro contábeis, jurídicos ou de outra natureza, prestando-lhes o **FINANCIADO** toda e qualquer informação solicitada, sob pena de vencimento antecipado deste **CONTRATO** e imediata exigibilidade da dívida.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA** – O **FINANCIADO** obriga-se a cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência deste **CONTRATO**, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos causados ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, ou que possam vir a ser causados pelo projeto financiado.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA-PRIMEIRA** – O **FINANCIADO** obriga-se a manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência do **CONTRATO**.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SEGUNDA** – O **FINANCIADO** obriga-se a não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes deste **CONTRATO**, bem como a não vender ou de qualquer forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa da FINAME, sob pena de rescisão de pleno direito do **CONTRATO**, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações por ele assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que se considerarão antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas e sanções cabíveis.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA-TERCEIRA** – O **FINANCIADO** assume o compromisso de mencionar expressamente a cooperação do **FINANCIADOR**, da FINAME e do BNDES, como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA-QUARTA** – O **FINANCIADO** obriga-se a confeccionar, fixar e manter, em lugar visível e de destaque, na unidade financiada e nos bens financiados, listados no endereço eletrônico do BNDES, placa e/ou adesivo, alusivo à participação do Banco do Brasil S. A., com recursos do Banco Nacional de

Página 10

Continuação do Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para execução do Programa de Intervenções Viárias – Provias, no valor de R\$1.249.999,98 com vencimento final em 15/07/2015.

=====

Desenvolvimento Econômico e Social, de acordo com os padrões de comunicação fornecidos, neste ato, pelo Banco do Brasil S.A, de acordo com o modelo, dimensões e inscrições indicados no sítio do BNDES:<http://bndes.gov.br>. Independente de qualquer publicidade adicional, o(a) financiado(a) obriga-se ainda a inserir banner virtual do BNDES em sua página de Internet, quando houver, de acordo com os padrões de comunicação do BNDES, divulgados no endereço eletrônico do BNDES ([http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Institucional/O\\_BNDES/Padroes\\_de\\_Comunicacao/index.html](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/O_BNDES/Padroes_de_Comunicacao/index.html)).

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA-QUINTA** – O FINANCIADO obriga-se a atender às intimações que lhe venha a ser feitas pelo FINANCIADOR no interesse da segurança e realização do crédito ora aberto, na forma e no prazo que constarem das mesmas intimações, as quais se tornarão efetivas pela aposição do “ciente” do FINANCIADO, ou em virtude de aviso por via postal. O não atendimento das intimações importará em resilição do CONTRATO, independentemente de qualquer outra formalidade, judicial ou extrajudicial.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SEXTA**– Obriga-se o FINANCIADO ainda a:

1. dar aviso ao FINANCIADOR, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em caso de pretender liquidar ou amortizar antecipadamente o empréstimo, só o fazendo com anuência do FINANCIADOR, sem prejuízo de continuarem a cargo do FINANCIADO todas as obrigações assumidas em decorrência deste Instrumento;
2. observar, durante o prazo de vigência deste Instrumento, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência; e
3. para utilização de cada parcela do crédito, comprovar a regularidade da situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, apresentar declaração formal a respeito dessa regularidade e vigência.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA-SÉTIMA** - O FINANCIADO obriga-se a providenciar a publicação do extrato deste Contrato, na Imprensa Oficial do município ou em outro veículo de comunicação, usualmente utilizado para esta finalidade, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, em atendimento à exigência do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA-OITAVA** – O FINANCIADO declara-se ciente que foi comunicado que:

1. os débitos e responsabilidades decorrentes de operações com características de crédito por ele realizadas serão registrados no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central – SCR;
2. o SCR tem por finalidades fornecer informações ao Bacen para fins de supervisão do risco de crédito a que estão expostas as instituições financeiras e propiciar o intercâmbio de informações entre essas instituições com o objetivo de subsidiar decisões de crédito e de negócios;

Página 11

Continuação do Contrato de Abertura de Crédito Fixo celebrado entre o Banco do Brasil S.A. e a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, para execução do Programa de Intervenções Viárias – Provias, no valor de R\$1.249.999,98 com vencimento final em 15/07/2015.

- =====
3. poderá ter acesso aos dados constantes em seu nome no SCR por meio da Central de Atendimento ao Público do Bacen (CAP);
  4. os pedidos de correções, de exclusões e de manifestações de discordância quanto às informações constantes do SCR devem ser dirigidas ao Bacen ou à instituição responsável pela remessa das informações, por meio de requerimento escrito e fundamentado, ou, quando for o caso, pela respectiva decisão judicial;
  5. a consulta a quaisquer informações disponibilizadas pelas instituições financeiras e registradas em seu nome, na qualidade de responsável por débitos ou garantias de operações, depende de prévia autorização.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA-NONA** – O lugar de pagamento é a agência do FINANCIADOR, nesta praça, e o foro da Capital Federal, salvo ao FINANCIADOR, todavia, o direito de optar pelo desta Comarca, pelo do domicílio do FINANCIADO, ou da situação de qualquer dos bens.

**CLÁUSULA QUADRASÉGIMA** - Para eventuais informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários a respeito deste Contrato de Abertura de Crédito Fixo, o FINANCIADOR coloca à disposição do FINANCIADO os seguintes telefones:

Central de Atendimento BB-CABB:

- para capitais e regiões metropolitanas: 4004 0001;

- demais regiões: 0800 729 0001;

SAC - Serviço de Atendimento ao Consumidor: 0800 729 0722;

Central de Atendimento a pessoas com deficiência auditiva ou de fala: 0800 729 0088;

Ouvidoria BB: 0800 729 5678.

Vai este assinado em 03 (três) vias, com as testemunhas abaixo.

Fraiburgo/SC, 17 de dezembro de 2010.

BANCO DO BRASIL S.A.  
Agência Fraiburgo-SC

FINANCIADO  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

\_\_\_\_\_  
RICHARD MORO  
Gerente de Agência

\_\_\_\_\_  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:



# Garopaba

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto N.º 205/2010

DECRETO N.º 205, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 15.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 15.000,00

0412292.005 - Func. e Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento 15.000,00

3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO 15.000,00

0412292.005 - Func. e Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento 15.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

### Decreto N.º 206/2010

DECRETO N.º 206, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 40.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.365 de 02/12/2009 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto abrir crédito adicional suplementar no limite de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) no Orçamento vigente:

05.01 - SECRETARIA DE FINANÇAS 10.000,00

0412312.008 - Func. e Manutenção da Secretaria de Finanças 10.000,00

3.1.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 10.000,00

07.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 30.000,00

12361282.020 - Func. e Manutenção do Ensino Fundamental 25.000,00

3.1.90.0.1.18.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00

3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00

12361282.021 - Manutenção do Transporte Escolar 5.000,00

3.3.90.0.1.01.000000 - Aplicações Diretas 5.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num total de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

### Decreto N.º. 203/2010

DECRETO N.º. 203, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

DISCIPLINA O EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 011/2010.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba, e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, e

- Considerando que as atividades da Rede Municipal de Educação são consideradas serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.

- Considerando a necessidade de existência de Cadastro de Reserva para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde, licença maternidade, entre outros afastamentos;

- Considerando a ausência no quadro de servidores para suprir as atividades docentes de Educação Física, Inglês e Artes, essenciais ao desenvolvimento do currículo das escolas municipais;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto disciplina o EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 011/2010 (minuta em anexo), que objetiva a contratação por tempo determinado de servidores, para atuarem na Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º. As dotações orçamentárias, específicas para o atendimento das despesas de pessoal, decorrentes das contratações serão as previstas no Orçamento vigente.

Art. 3º. Os requisitos para a contratação são os previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei Municipal n.º 655/1999, e demais legislação pertinente.

Art. 4º. O registro do contrato e o regime previdenciário obedecerão ao previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba.

Art. 5º. A Comissão de avaliação será formada por 03 (três) servidores municipais, designados por Ato do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Após o resultado final do Processo Seletivo Simplificado, a Comissão encaminhará ao Chefe do Poder Executivo todos os atos inerentes ao referido Processo Seletivo Simplificado para conhecimento, apreciação e posterior homologação.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de Dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/12/2010, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA CRISTINA A. VIEIRA

Secretária Municipal de Administração

#### EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 011/2010

Considerando que as atividades da Rede Municipal de Educação são consideradas serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento.

Considerando a necessidade de existência de Cadastro de Reserva para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde, licença maternidade, entre outros afastamentos;

Considerando a ausência no quadro de servidores para suprir as atividades docentes de Educação Física, Inglês e Artes, essenciais ao desenvolvimento do currículo das escolas municipais;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, com base no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Garopaba e considerando o artigo 37, IX, da Constituição Federal, TORNA PÚBLICO que estão abertas as inscrições do Processo Seletivo Simplificado de contratação de pessoal, por prazo determinado, para reposição de vagas e para formação de Cadastro de Reserva – CR, para atuar na Rede Municipal de Educação de Garopaba/SC.

#### DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão de Processo Seletivo, designada pela Secretaria Municipal de Educação e nomeada pelo Prefeito Municipal.

A seleção dos candidatos será publicada no Diário Oficial dos Municípios, DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), e consistirá no somatório de pontos da contagem de títulos e da experiência comprovada.

O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação por tempo determinado e para formação de Cadastro de Reserva – CR, em contrato temporário pelo período de até 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado uma única vez.

O Cadastro de Reserva destina-se a reposição de pessoal para suprir eventual déficit de pessoal no quadro, no caso de férias dos servidores e eventual afastamento por licença saúde e licença maternidade, entre outros afastamentos.

O período do contrato temporário é destinado a reposição de pessoal e poderá ser reduzido em virtude do interesse público.

O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- pelo término do prazo contratual;
- por iniciativa do contratado;
- por conveniência e oportunidade do serviço público.

#### DA INSCRIÇÃO

As inscrições serão recebidas de 21 de dezembro de 2010 a 07 de janeiro de 2011, das 14h às 18h, na Secretaria Municipal de Educação, situada na Praça Governador Ivo Silveira (prédio do BB/BESC), Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8200, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação. No ato da inscrição o candidato deverá informar dados pessoais e fornecer cópias dos documentos a seguir:

Carteira de Identidade;

CPF ;

Comprovante de habilitação para o cargo pleiteado (Diploma ou Certificado);

Comprovante de Residência.

Observação: o candidato a mais de uma carga horária deverá assinalar na inscrição.

2.3. ATENÇÃO: A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

#### DAS VAGAS

Função	Nº. Vagas	Carga Horária Semanal	Remuneração R\$
Professor com Licenciatura I	CR	20 h	637,83
Professor com Licenciatura I	CR	40 h	1.275,66
PROFESSOR COM LICENCIATURA II	02	40 h	1.275,66
PROFESSOR COM LICENCIATURA II	02	20 h	637,83
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	04	20 h	637,83
	02	40 h	1.275,66
PROFESSOR DE INGLÊS	01	10 h	318,92
	02	20 h	637,83
	01	20 h	637,83
	01	30 h	956,75
PROFESSOR DE ARTES	01	40 h	1.275,66

#### DO PROCESSO SELETIVO

O Processo Seletivo, tendo a finalidade classificatória, será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e pela Comissão nomeada pelo Prefeito Municipal.

A Prova de Títulos será constituída de:

- Comprovação da formação exigida para o cargo (título obrigatório e classificatório) e pela contagem dos Títulos e Tempo de Serviço.

Para contagem de títulos na área de atuação serão considerados válidos os cursos de formação e capacitação na área de Educação, conforme descritos no Anexo II, devendo os candidatos apresentarem os documentos comprobatórios a estes.

Entende-se como documentos comprobatórios os certificados, declarações ou atestados, em papel com timbre da entidade promotora, devendo ser expedidos pela mesma. Não serão pontuados documentos sem timbre da entidade promotora.

O tempo de experiência profissional poderá ser comprovado através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública, ou declaração, em papel com timbre, da instituição e/ou empresa em que atuou.

#### CLASSIFICAÇÃO

A classificação ocorrerá em ordem decrescente de pontos obedecida a seguinte ordem de títulos e critérios:

- Formação em nível superior em licenciatura plena, com habilitação ao cargo pleiteado;
- Maior Pontuação na Prova de Títulos;
- Maior pontuação no critério Experiência Profissional;

- Perdurando empate: Sorteio

Os candidatos classificados serão chamados obedecendo à ordem decrescente de pontos, conforme conveniência e interesse público.

O período das contratações dar-se-á de acordo com as necessidades das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino.

#### DA CONTRATAÇÃO

6.1. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos em original e cópia):

Classificação no processo seletivo simplificado;

Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;

Cédula de Identidade;

Cartão de inscrição no CPF;

Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar;

Carteira de Trabalho;

Prova de inscrição no PIS/PASEP;

Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;

Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;

Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;

Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);

Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (Professor de Educação Física);

Comprovante de residência;

Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;

Uma foto 3X4, de frente e recente;

Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;

Declaração de bens;

#### DOS RECURSOS

Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

a) Nº do Processo Seletivo;

b) Cargo a que concorre;

c) Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;

d) Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação).

Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

#### 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste processo seletivo simplificado são as constantes no Anexo I.

A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Os candidatos serão contratados em regime administrativo, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Secretaria Municipal de Educação. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 21 de dezembro de 2010.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

#### ANEXO I

FUNÇÃO	ATRIBUIÇÕES	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Professor com Licenciatura I	Ministrar aulas; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.	Curso Superior Completo com Licenciatura em Pedagogia das Séries Iniciais
PROFESSOR COM LICENCIATURA II	Ministrar aulas de currículo de ensino infantil de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; executar outras tarefas semelhantes.	Curso Superior Completo com Licenciatura em Pedagogia com Habilitação para Educação Infantil
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA	Ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.	Curso Superior Completo com Licenciatura em Educação Física; Registro no Conselho de Classe Profissional

PROFESSOR DE INGLÊS	Ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.	Curso Superior Completo com Licenciatura em Letras Português / Inglês
---------------------	--	---

PROFESSOR DE ARTES	Ministrar aulas de acordo com o plano de aula previamente elaborada; orientar a aprendizagem do aluno no desenvolvimento de suas capacidades; participar no processo de planejamento das atividades das unidades de trabalho; organizar as operações inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade de ensino; zelar e manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade; colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; executar outras tarefas semelhantes.	Curso Superior Completo com Licenciatura em Artes Plásticas
--------------------	--	---

## ANEXO II

## AVALIAÇÃO

- Comprovação da formação exigida para o cargo (título obrigatório e classificatório)

Avaliação	Pontuação
Curso de Especialização na área pleiteada	10 pontos
Cursos de Capacitação:	
- Cursos de Capacitação promovidos pelo Município de Garopaba – Cada 20 horas	2 pontos
- Outros Cursos de Capacitação – Cada 20 horas	
*Ambos serão contados no limite de 200 (duzentas) horas	1 ponto
Experiência Profissional:	
- Para cada mês de serviço no Magistério Público Municipal	1,5 ponto
- Para cada mês de serviço no Magistério diferente do municipal	
	1 ponto

OBS 1: Somente serão considerados válidos os cursos de aperfeiçoamento com data de emissão do comprovante emitidos de 02/01/2009 à 30/11/2010.

OBS 2: O tempo de serviço poderá ser comprovado, através de fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS e/ou Certidão de Tempo de Serviço emitida por Entidade Pública e declaração, em papel com timbre, informando o tempo de serviço prestado naquela instituição, pelo responsável pelo setor de

recursos humanos.

## ANEXO III

## FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO  
EDITAL 011/2010

Formulário de inscrição nº \_\_\_\_\_

Cargo:

- Professor com licenciatura I (Series Iniciais): 20 h ( ) 40 h ( )
- Professor com licenciatura II (Educação Infantil): 20 h ( ) 40 h ( )
- Professor de educação física: 20 h ( ) 40 h ( )
- Professor de inglês: 10 h ( ) 20 h ( ) 40 h ( )
- Professor de artes: 20 h ( ) 30 h ( ) 40 h ( )

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Telefone para contato: \_\_\_\_\_

Doc. de Identidade nº: \_\_\_\_\_ CPF nº: \_\_\_\_\_

Documentos necessários para a inscrição:

- ( ) Carteira de Identidade;
- ( ) Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- ( ) Título de Eleitor e Comprovante de Votação do último pleito eleitoral;
- ( ) Comprovante de habilitação para o cargo pleiteado;
- ( ) Comprovante de Residência.

Garopaba – SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

## ANEXO IV

## FORMULÁRIO PARA RELAÇÃO DE TÍTULOS

Cargo: \_\_\_\_\_

Nº da inscrição: \_\_\_\_\_

Nome do candidato: \_\_\_\_\_

## RELAÇÃO DE TÍTULOS ENTREGUES

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

( ) Curso de Especialização

Cursos de Capacitação:

- Cursos de Capacitação promovidos pelo Município de Garopaba - N. de Horas ( )
- Outros Cursos de Capacitação - N. de Horas ( )



## Experiência Profissional:

- Magistério Público Municipal

( ) ano(s)

( ) mês(es)

( ) dia(s)

- Magistério diferente do municipal

( ) ano(s)

( ) mês(es)

( ) dia(s)

Assinatura do candidato

Assinatura do Responsável p/ recebimento

**Aviso de Dispensa de Licitação Nº 42/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso IV do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 132/2010; DL nº. 42/2010; Contratada: Edemir Santiago - EPP; Objeto: Aquisição de materiais elétricos e serviços elétricos para utilização em acidente de trânsito que ocorreu no dia 06/12/2010, que acabou comprometendo a alimentação de energia junto ao Mercado do Produtor, no município; Valor: R\$ 1.723,45 (um mil setecentos e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos); Data da contratação: 15/12/2010.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

**Gaspar****PREFEITURA MUNICIPAL****Portaria Nº. 2.286/10**

PORTARIA Nº 2.286, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2010.

CONCEDE A PEDIDO LICENÇA SEM VENCIMENTO, AO SERVIDOR WILTON LIMA SANTOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

## RESOLVE:

Art. 1º Conceder a pedido, licença sem vencimento, ao servidor WILTON LIMA SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Motorista, lotado com 40 horas semanais na Secretaria de Transportes e Obras, à disposição na Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento, por um período 02 (dois) anos, a partir de 20/01/10.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 15 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

**Portaria Nº. 2.292/10**

PORTARIA Nº. 2.292, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 04/2010, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE SINDICO DE LIMA JÚNIOR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

## RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 20 de dezembro de 2010, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 04/2010, instaurado para apurar a responsabilidade de SINDICO DE LIMA JÚNIOR.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2.293/10**

PORTARIA Nº. 2.293, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº. 06/2010, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE WALTER TEODORO BRUNKEN JÚNIOR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

## RESOLVE:

Art. 1o. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 22 de dezembro de 2010, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº. 06/2010, instaurado para apurar a responsabilidade de WALTER TEODORO BRUNKEN JÚNIOR.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2.294/10**

PORTARIA Nº. 2.294, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 05/2010, INSTAURADA PARA APURAR SUPOSTA RESPONSABILIDADE DE ÓRGÃOS E/OU SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE GASPAR EM ACIDENTE DE TRÂNSITO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1o. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 26 de dezembro de 2010, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº. 05/2010, instaurada para apurar suposta responsabilidade de órgãos e/ou servidores do Município de Gaspar em acidente de trânsito.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2.295/10**

PORTARIA Nº. 2.295, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 06/2007, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE AGENTES PÚBLICOS EM EVENTUAIS IRREGULARIDADES EM LICITAÇÕES RELACIONADAS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MÁQUINAS COPIADORAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1o. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 11 de janeiro de 2011, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº. 06/2007, instaurada para apurar a responsabilidade de agentes públicos em eventuais irregularidades em licitações relacionadas a equipamentos de informática e máquinas copiadoras.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2.296/10**

PORTARIA Nº. 2.296, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 04/2008, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE PELO DESAPARECIMENTO DE MOTOCICLETA DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo

Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1o. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 13 de janeiro de 2011, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº. 04/2008, instaurada para apurar a responsabilidade pelo desaparecimento de motocicleta de propriedade do Município de Gaspar.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Portaria Nº. 2.297/10**

PORTARIA Nº. 2.297, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº. 01/2009, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÕES DE TRÂNSITO RELATIVAS A VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO SAMUSA - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE GASPAR, ATUALMENTE DENOMINADO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE GASPAR, QUE, NA ÉPOCA DA AUTUAÇÃO, ESTAVA CEDIDO À SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº. 1.305/91 e atendendo a pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

**RESOLVE:**

Art. 1o. Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 24 de janeiro de 2011, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº. 01/2009, instaurada para apurar a responsabilidade por infração de trânsito relativa a veículo de propriedade do SAMUSA - Serviço Autônomo Municipal de Saneamento de Gaspar, atualmente denominado SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar, que, na época estava cedido à Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de dezembro de 2010.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

**Edital - 008/2010**

EDITAL - 008/2010

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR

PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE CADASTRO DE RESERVA PARA ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

O Município de Gaspar, de acordo com a Lei Municipal nº 1.779/97 e alterações posteriores, com os complementos do Decreto Municipal nº 92/98, e com a Lei nº 11.788/08 e Pregão Presencial de 68/2009, resolve tornar público o PROCESSO SELETIVO DE CADASTRO DE RESERVA PARA OPORTUNIDADES DE ESTÁGIO PARA ESTUDANTES DE ENSINO MÉDIO (2.º Grau) E DE CURSO SUPERIOR (3.º Grau), para o exercício de atividade junto ao Poder Público Municipal, em qualquer de seus órgãos, Autarquia ou Fundação por ele instituída.

Mais informações no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)

Gaspar, 20 de dezembro de 2010  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

## Guaramirim

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Processo 07/2011 Credenciamento de Rádios

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS  
AVISO DE CREDENCIAMENTO DE RÁDIOS

Edital: Inexigibilidade de Licitação - 07/2011  
Objeto : CREDENCIAMENTO DE RÁDIOS PARA ATIVIDADES DE DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL  
Entrega dos Documentos: 01/01/2011 até 31/12/2011  
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247

Guaramirim-SC, 20/12/2010  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

#### Aditivo PROCESSO LIC 149/2010

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
EXTRATO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS  
1º TERMO ADITIVO

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.  
Contratada: ACACIA LTDA ME  
Objeto: Fica aditivado o processo licitatório nº. 149/2010. (CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE ENFEITES NATALINOS, PARA ORNAMENTAÇÃO NAS PRINCIPAIS RUAS DO MUNICÍPIO) NO valor de Valor: R\$ 12.350,00 ( DOZE MIL TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)  
Signatários: Pelo Município o Sr. Nilson Bylaardt - Prefeito Municipal e pela Empresa: Artur Kopper

Guaramirim, 06 de Dezembro, 2010  
NILSON BYLAARDT  
Prefeitura Municipal de Guaramirim

#### extrato contrato 192/2010

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato: 192/2010  
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
Contratada : PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS S/A  
Objeto: AQUISIÇÃO DE SEGUROS CONTRA TERCEIROS PARA A FROTA DE VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL.  
Valor: R\$ 16.365,76 ( DEZESSEIS MIL TREZENTOS E SESSENTA E

CINCO REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS )  
Vigência: INÍCIO: 08/11/2010 TÉRMINO: 08/11/2011  
Licitação: Pregão Presencial nº 141/2010

Guaramirim-SC, 08 de Novembro de 2010  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

#### Ata Registro Preco 30/2010 SAUDE

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
EXTRATO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.  
Contratada: DISQUEMED DIST. MAT. HOSPITALARES LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS INFANTIS E GERIÁTRICAS.  
Valor: R\$ 50.430,00 ( CINQUENTA MIL QUATROCENTOS E TRINTA REAIS)  
Vigência: INÍCIO: 08/12/2010 TÉRMINO: 08/12/2011 Licitação: Pregão Presencial nº. 30/2010 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Waldir Jacobi .

Guaramirim, 08 de Dezembro , 2010  
NILSON BYLAARDT  
Prefeitura Municipal de Guaramirim

#### Extrata Ata Registro Preco 149/2010

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
EXTRATO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.  
Contratada: ACACIA LTDA ME  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE ENFEITES NATALINOS, PARA ORNAMENTAÇÃO NAS PRINCIPAIS RUAS DO MUNICÍPIO  
Valor: R\$ 256.722,59 ( DUZENTOS E CINQUENTA E SEIS MIL SETECENTOS E VINTE E DOIS REAIS E CINQUENTA E NOVE CENTAVOS )  
Vigência: INÍCIO: 24/11/2010 TÉRMINO: 31/12/2010 Licitação: Pregão Presencial nº. 149/2010 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Artur Kopper

Guaramirim, 19 de Novembro, 2010  
NILSON BYLAARDT  
Prefeitura Municipal de Guaramirim

## Herval do Oeste

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Lei Nº 2.827/2010.

L E I Nº 2827 /2010  
"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "REMÉDIO EM CASA" DE DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE USO CONTINUADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Programa "Remédio em Casa", com o objetivo de encaminhar diretamente à residência das pessoas idosas, com mais de 65 (sessenta e cinco) anos de idade, das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, das pessoas portadoras de doenças crônicas, usuárias do SUS - Sistema Único de Saúde, os remédios de uso contínuo que lhes forem prescritos em tratamento regular.

Art. 2º - Além da comprovação das situações pessoais estabelecidas no art. 1º, os interessados em obter os benefícios do Programa "Remédio em Casa" deverão demonstrar o preenchimento das seguintes condições:

I - que residem no município de Herval d'Oeste;

II - que estão regularmente cadastrados junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - A implementação do Programa "Remédio em Casa" será efetivada pelo poder público municipal, diretamente ou através dos órgãos da Administração Direta e Indireta, inclusive fundacional, do Município ou de forma indireta mediante convênio ou contrato com instituições públicas ou privadas que realizem serviços de entrega dos bens de que trata a presente Lei.

Art. 4º - As despesas decorrentes da implementação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 5º - O Poder Executivo fica ainda autorizado a expedir as instruções necessárias ao fiel cumprimento e regulamentação da presente Lei.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste - (SC), em 17 de dezembro de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### **Lei Nº 2.828/2010.**

L E I Nº 2828 /2010

"DETERMINA A IMPLANTAÇÃO OBRIGATÓRIA DE "GUARDA VOLUMES" NAS AGÊNCIAS BANCÁRIAS SITUADAS NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE"

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal,

Faço saber a todos os habitantes do município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte LEI:

Art. 1º - As agências bancárias, detentoras de equipamento detector de metais, situadas no Município de Herval d'Oeste, contarão com equipamentos do tipo guarda volumes destinados à utilização gratuita por parte de clientes e de visitantes, que necessitarem adentrar a suas dependências.

Parágrafo Único - O guarda volume a que se refere a presente lei, será instalado nas dependências das agências bancárias de forma a possibilitar que clientes ou visitantes possam utilizá-lo para, com segurança, depositar bolsas, malas ou outros volumes, antes de passar pelo equipamento detector de metais.

Art. 2º - As agências bancárias deverão disponibilizar as chaves,

do respectivo guarda volume, gratuitamente aos clientes e visitantes.

Parágrafo Único - Fica proibida a fixação das chaves no guarda volume, no qual deverá ser entregue por um funcionário da agência bancária, para maior segurança dos usuários.

Art. 3º - Caso seja descumprida a presente lei, será aplicada multa diária de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Parágrafo Único - O órgão fiscalizador será o órgão municipal responsável pela defesa do consumidor.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor 90 (noventa) dias na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste - (SC), em 17 de dezembro de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

### **Decreto Nº 2.866/2010.**

DECRETO Nº 2.866/2010.

"ADOA ÍNDICE OFICIAL DE REAJUSTES PARA O EXERCÍCIO DE 2011 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 54 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica adotado pelo Poder Executivo Municipal para o exercício de 2011, como índice oficial para reajuste dos tributos municipais, e também para todos os contratos, o IGP-M, com o percentual de 10,27% (Dez vírgula vinte e sete por cento), calculados na média dos últimos doze meses.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 17 de dezembro de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito

### **Portaria Nº 919/2010**

PORTARIA Nº 919/2010

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao servidor ROMANO MARCHIORO (Matr. 17), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Técnico em Tributação, Nível/Referência - 9/F, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 9/G, 40 horas semanais, a partir de março de 2009, conforme dispõe a Lei Complementar Nº 0191/2005.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Dezembro de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal



**Instrução Normativa CCI Nº 02/2010**

INSTRUÇÃO NORMATIVA CCI Nº 02/2010

DISPÕE SOBRE ROTINAS DO SISTEMA E-SFINGE OBRAS

Considerando a necessidade de disciplinamento das atividades e do fluxo de informações relacionadas ao envio de dados ao e-Sfinge Obras, instituído pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE), por meio da Instrução Normativa no TC-01/03, de 28/06/2003, complementada pela Instrução Normativa no TC-04/04, de 08/12/2004;

Considerando que os dados de obras e serviços de engenharia em execução ou executados devam ser remetidos ao TCE, mensalmente, via Internet e "on-line", sendo obtidos os respectivos recibos até o dia 05 (cinco) do mês subsequente à ocorrência dos fatos;

Considerando a necessidade de regulamentação que defina as responsabilidades, os prazos e a utilização de formulários no sentido de uniformização, de maneira que os dados estejam disponibilizados a tempo e a hora ao setor responsável pelos cadastramentos; e

Em cumprimento ao disposto no artigo 12, § 3º, da Lei Complementar nº 0192/2005, que dispõe sobre o Sistema de Controle Interno, o Coordenador de Controle Interno, no uso de suas atribuições, resolve expedir a Instrução de Procedimentos para o cumprimento do e-Sfinge Obras, junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 1º. Esta Instrução Normativa estabelece procedimentos para o encaminhamento dos pedidos de licitações, execução, fiscalização, recebimento provisório/definitivo e pagamento de obras e serviços de engenharia, além do cadastramento de dados no Sistema e-Sfinge Obras, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta Municipal.

Art. 2º. Os procedimentos estabelecendo o andamento e a responsabilidade para a aquisição de materiais de construção, realização de projetos e obras públicas estão dispostos no Anexo I desta Instrução Normativa.

**Dos Pedidos de Licitações**

Art. 3º. Para iniciar os procedimentos do processo licitatório de obras e serviços de engenharia serão necessários:

I - Requisição de compras contendo a constatação da necessidade e interesse em realizar a obra;

II - Compatibilidade com PPA, LDO e LOA;

III - Orçamento de Preços, contendo:

a) Pré-projeto com estimativa de custos;

b) Orçamento prévio em banco de dados ou profissionais de engenharia.

IV - Declaração do Ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e LDO.

V - Estimativa de impacto orçamentário-financeiro nos casos de geração de despesa de que tratam os Art. 16 e 17 LRF.

VI - verificação da disponibilidade orçamentária, financeira e especificação da classificação da despesa para fins de registro no processo licitatório.

VII - Elaboração do Projeto, contendo:

a) Plano de trabalho;

b) Memorial descritivo da obra;

c) Cronograma de execução;

d) Plantas;

e) ART do projeto;

f) Licenciamento ambiental (caso necessário)

Art. 4º - Os pedidos de licitações de obras e serviços de engenharia, cujos valores sejam iguais ou superiores à modalidade de Convite, incluindo-se as dispensas e inexigibilidade de licitação deverão cumprir as seguintes formalidades:

Parágrafo Único - Junto ao Termo de Referência remetido ao órgão competente que efetua o processo Licitatório, a Secretaria deverá encaminhar o Anexo II, devidamente preenchido, onde constam os dados necessários para o cadastro da Obra no Sistema e-Sfinge-Obras.

**Da Licitação**

Art. 5º. - Serão itens obrigatórios dos Editais e Cartas-Convite:

I. A exigência da entrega pelo adjudicado, na assinatura do contrato, dos orçamentos, cronogramas, projetos e outros, sempre em meio digital (informatizado);

II. A exigência do Diário de Obras ou Registro de Ocorrências definindo as características do documento desejado pela Administração;

III. Previsão expressa do as Built - como construído;

IV. Para execução da obra contratada, deverá providenciar a matrícula da obra no INSS em nome do adjudicado, cadastro e na Prefeitura Municipal, os trâmites para a aprovação do projeto (consulta prévia), licença para construir (alvará de construção) e habite-se.

V. Forma de fiscalização, supervisão ou gerenciamento da execução da obra;

VI. Planilha Padrão;

VII. BDI - Benefício e Despesas Indiretas;

VIII. ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) da obra junto aos órgãos de classe (Crea, etc.);

IX. Atribuir ao contratado, se for o caso, responsabilidade para obtenção de licenças como:

a) Licença Ambiental - Conforme Resolução CONAMA, a Licença Prévia (LP ou LAP);

b) EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental(RIMA)

c) EIV - Estudo de Impacto de Vizinhança;

d) Alvará de Licença de Construção (Licença Municipal) - Emitido pelo Poder Público Municipal;

e) Habite-se - Deve ser solicitado pela contratada, junto ao Poder Público Municipal.

**Da Execução dos Contratos e Obras Públicas**

Art. 6º. Para assinatura do contrato, a Administração Pública (Contratante) deverá exigir da Contratada a comprovação da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica.

§ 1º - Nenhuma obra ou serviço poderá ter início sem a competente ART;

§ 2º - A prorrogação, o aditamento, a modificação de objeto ou qualquer outra alteração contratual, que envolva obras ou prestação de serviços de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, gerará obrigatoriamente ART complementar, vinculada a ART original.

Art. 7º - A ordem de serviço (Anexo III), que deverá ser assinada pela contratada e pela contratante, só poderá ser emitida, após apresentação dos seguintes documentos:

I - Licença para construção (municipal, ambiental e profissional);

II - Matrícula do INSS (em nome e CNPJ da contratada, com especificação da obra).

Art. 8º - As Planilhas/Laudos ou Boletins de Medição de uma obra ou serviço constituem-se em documentos que habilitam ao pagamento das obras/serviços, tanto de execução parcelada ou global.

Art. 9º - As Planilhas de Medição devem ser elaboradas evidenciando, com exatidão, os quantitativos dos serviços executados, para o adequado pagamento da contratada.

§ 1º - Todas as medições devem ser assinadas pelo preposto da contratada, pelo fiscal ou comissão designada pela Contratante.

§ 2º - Por ocasião do pagamento deverá ser cumprido o teor do art. 31 da Lei 9.711/98 (retenção de 11% - INSS) e demais legislações pertinentes.

Art. 10. Para a paralisação de obras, deve haver comprovação dos fatos, por meio dos projetos básico e executivo, análise técnica de engenharia, parecer conclusivo do setor jurídico e despacho motivado da autoridade competente.

Parágrafo Único - É obrigatória a publicação do Termo de Paralisação (ANEXO IV) emitido pelo responsável da Unidade Gestora (Secretário/Prefeito).

Art. 11. O reinício da obra deverá ser formalizado por meio de Ordem/Termo de Reinício de Obra/Serviços (ANEXO V).

Art. 12. Nos casos de rescisão contratual ou mesmo de término do contrato com execução total do seu objeto, deverá ser verificada a utilização de todo o saldo orçamentário reservado.

Art. 13. É obrigatório o envio de registro fotográfico, na configuração atual do sistema e-Sfinge Obras, nas seguintes situações: paralisação, recebimento definitivo e cancelamento definitivo da obra.

Parágrafo Único - Oportunamente, nas situações mensais de andamento, será exigível o cadastramento de Registro Fotográfico e sua vinculação à respectiva obra.

Art. 14. Na contratação de obras e serviços de engenharia deverão, obrigatoriamente, serem publicados os seguintes atos:

- Aviso da Abertura da Licitação, Dispensa ou Convite;
- Recursos, (se houverem);
- a Homologação da proposta vencedora;
- o Contrato;
- a Rescisão;
- o Termo de Paralisação, (se houver);
- o (os) Aditivo (s), se houver (em) e;
- o Aditivo ou Decreto de Supressão de Saldo Orçamentário.

Parágrafo Único - Os exemplares ou recortes de jornal contendo as datas e os números da edição onde foram realizadas as publicações dos atos arrolados neste artigo deverão estar arquivados com os demais documentos da respectiva obra/serviço.

#### Da Fiscalização

Art. 15. O Prefeito Municipal deverá, concomitantemente à emissão da Ordem de Serviço, designar, por meio de ato específico, um representante da administração, de preferência engenheiro ou alguém especialista do ramo, para acompanhar a execução do contrato e emitir o Laudo de Fiscalização/Vistoria Técnica (ANEXO X).

Art. 16. Compete à fiscalização, o controle sobre os materiais e equipamento utilizados, os recursos humanos envolvidos e os serviços executados, nos seguintes termos:

- I. Materiais: Adequação às especificações quanto ao tipo, qualidade e desempenho;
- II. Recursos humanos: Competência técnica e profissional, qualidade de mão-de obra, relacionamento e comportamento;
- III. Equipamentos: conforme especificado, tipo, potência, capacidade, estado de conservação e desempenho.

Art. 17. O "Diário de Obra" ou "Registro de Ocorrências" (ANEXO VI) é o documento rotineiro de comunicação entre a fiscalização e o responsável técnico da contratada;

§ 1º - O representante da Administração (fiscal da obra e/ou serviço) anotará em registro próprio (Diário de Obra) todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas e/ou defeitos observados.

§ 2º - Serão registradas obrigatoriamente, no Diário de Obra,

todas as visitas do Engenheiro da Contratada ao canteiro de serviços, com frequência definida em função das características e complexidade dos trabalhos.

§ 3º - No Diário de Obra, será anotado diariamente o andamento dos serviços, com as seguintes informações, dentre outras:

I - os períodos com chuvas que impeçam a execução normal dos serviços;

II - o número de operários em atividade;

III - os problemas ocorridos;

IV - as solicitações de providências pelo contratado e

V - as determinações da fiscalização.

§ 4º - O Diário de Obra é de responsabilidade da contratada, que deverá mantê-lo no escritório do canteiro de obras. Será elaborado em formulário apropriado, em folhas avulsas e numerado sequencialmente. É recomendável que seja feito em 2 (duas) vias (com papel carbono), sendo a primeira via destacada pela fiscalização para o arquivo e a outra ficará para documentação da contratada.

#### Do Pagamento

Art. 18 - Para pagamento das obras e serviços de engenharia deverá ser encaminhado ao Departamento de Contabilidade, os seguintes documentos (conforme o caso):

#### I - EM TODAS AS FATURAS:

a) Nota Fiscal, contendo certificado que o material foi recebido ou serviço prestado e que está conforme as especificações nele consignadas. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal, nº do contrato, os percentuais e valores de retenção do ISS, INSS e IR, conforme o caso.

b) Laudo ou Boletim de Medição, (Anexo VII);

c) Prova de Pagamento do Pessoal, folha de pagamento ou holerites devidamente assinado pelos funcionários, devidamente autenticada, referente ao período de medição;

d) Prova de Recolhimento do INSS vinculado ao CNPJ da empresa e GPS - Guia de Recolhimento Social;

e) Prova de recolhimento do FGTS vinculados ao CNPJ e informações a Previdência Social;

f) Certidão Negativa de débitos junto ao INSS, FGTS em plena validade;

g) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.

#### II - SOMENTE NA PRIMEIRA FATURA:

a) ART - Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA de execução do projeto;

b) Alvará de Construção;

c) Matrícula da Obra ou serviço junto ao INSS;

#### III - SOMENTE NA ÚLTIMA FATURA:

a) Certidão de Conclusão de Obra;

b) Alvará e Habite-se, se houver;

c) Termo de Recebimento Provisório e Definitivo da Obra/Serviço, (Anexos VIII e IX);

d) CND - Certidão Negativa de Débitos do INSS referente à matrícula da obra;

#### Procedimentos para o sistema e-Sfinge

Art. 19. O servidor responsável por prestar as informações no sistema e-sfinge obras deverá receber dos órgãos competentes, registrados em documento próprio o disposto no Anexo XI desta Instrução, e até o 5º dia de cada mês informar ao TCE-SC.

Art. 20. Cada órgão/unidade responsável por prestar informações/dados para alimentar o sistema e-Sfinge deverá disponibilizar ao

servidor responsável por prestar as informações ao TCE-SC, nas datas estabelecidas no Calendário de Gestão do Controle Interno Municipal.

Art. 21. Todas as Unidades Gestoras deverão permanentemente, emitir um dos tipos de recibo, independentemente de realizar ou não obras ou serviço de engenharia.

I - Isenção: não possui qualquer dado para informar na competência;

II - Informações Prestadas: prestou informação na referida competência.

Art. 22. Integram a presente Instrução Normativa os Anexos abaixo relacionados. Os modelos são sugestivos, podendo ser alterados de acordo com as necessidades da Administração:

Anexo I - Normas para realização de projetos e execução de obras públicas;

Anexo II - Cadastro da obra;

Anexo III - Ordem de Serviço;

Anexo IV - Termo de Paralisação;

Anexo V - Termo de Reinício de Obra;

Anexo VI - Diário de Obras;

Anexo VII - Laudo ou Boletim de Medição;

Anexo VIII - Termo de Recebimento Provisório;

Anexo IX - Termo de Recebimento Definitivo;

Anexo X - Laudo de Fiscalização/Vistoria Técnica;

Anexo XI - Cadastros e Ocorrências de Obras.

Art. 23. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste (SC), 10 de dezembro de 2010.

PAULO CEZAR DOLEJAL BERTÉ

Coordenador de Controle Interno

FRANCISCO ASSIS DE LIMA

Assessor Jurídico - OAB nº 8.376

De acordo, homologo em: 10 de dezembro de 2010.

NELSON GUINDANI

Prefeito

Anexo I

#### NORMAS PARA REALIZAÇÃO DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS

Descrição das Normas	Unidade Administrativa	Servidores
Requisição: - Constatação da necessidade, interesse em realizar a obra; - Verificar obras paralisadas (motivo); - Compatibilidade com PPA, LDO e LOA.	- Unidade Gestora; - Unidade Orçamentária.	
Orçamento de Preços: - Elaboração de pré-projeto para estimativa de custos; - Orçamento prévio em banco de dados ou profissionais de engenharia.	Engenharia	

Lei Responsabilidade Fiscal: - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e compatibilidade com o PPA e LDO. Art. 16, I da LRF; - Estimativa de impacto orçamentário-financeiro nos casos de geração de despesa de que tratam os Art. 16 e 17 LRF.	Planejamento e Contabilidade	
Disponibilidade Orçamentária: - Verificação da disponibilidade orçamentária, financeira e especificação da classificação da despesa para fins de registro no processo licitatório.	Contabilidade e Tesouraria	
Elaboração do Projeto: - Plano de trabalho; - Memorial descritivo da obra; - Cronograma de execução; - Plantas; - ART do projeto; - Licenciamento Ambiental.	Engenharia	
Autorização da Autoridade Competente: - Comprovado a existência de disponibilidade orçamentária e financeira o Prefeito Municipal (ou o Ordenador da Unidade Gestora), autoriza abertura de processo licitatório.	Gabinete do Prefeito ou Ordenador da Unidade Gestora.	
Abertura do Processo Licitatório: Fase interna: - Orçamento estimado; - Escolha da modalidade e tipo de licitação; - Elaboração do edital; - Anexos ao edital; - Projeto básico/executivo; - Elaboração da minuta do contrato. - Aprovação da minuta do edital e minuta do contrato pela Assessoria Jurídica.		
Fase Externa: - Publicação do Edital; - Abertura do processo licitatório; - Prazo para recursos; - Homologação e adjudicação; - Assinatura do contrato.	Licitações e Jurídico	
Empenho da Despesa: - Emitir Nota de Empenho da despesa, efetivando o comprometimento do crédito orçamentário.	Contabilidade	
Emissão da Ordem de Serviço: - Expedição da autorização de fornecimento de materiais e execução da obra, com cópias ao fornecedor, Setor de Contabilidade e Setor Licitações. - Documentos necessários: - Matrícula da obra no INSS; - ART de Execução; - ART de Fiscalização da Obra; - Cópia do projeto; - Matrícula do imóvel - Licença para construção (municipal, ambiental e profissional).	Licitações, Contabilidade, Licitações, Engenharia, Tributação.	
Informações sobre a Obra: - Situação/ocorrências da obra; - Acompanhar os boletins de medição com os engenheiros da empresa, - Livro Diário/acompanhamento de obra.	Engenharia	

<p>Pagamentos:</p> <p>I - EM TODAS AS FATURAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Nota Fiscal, contendo certificado que o material foi recebido ou serviço prestado e que está conforme as especificações nele consignadas;</li> <li>- Deverá constar no corpo da Nota Fiscal, nº do contrato, os percentuais e valores de retenção do ISS, INSS e IR, conforme o caso;</li> <li>- Boletim de Medição;</li> <li>- Prova de Pagamento do Pessoal, folha de pagamento ou holerites devidamente assinado pelos funcionários, devidamente autenticada, referente ao período de medição;</li> <li>- Prova de Recolhimento do INSS vinculado ao CNPJ da empresa e GPS – Guia de Recolhimento Social;</li> <li>- Prova de recolhimento do FGTS vinculados ao CNPJ e informações a Previdência Social;</li> <li>- Certidão Negativa de débitos junto ao INSS, FGTS – CRF, em plena validade;</li> </ul> <p>II - SOMENTE NA PRIMEIRA FATURA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA de execução do projeto;</li> <li>- Alvará de Construção;</li> <li>- Matrícula da Obra ou serviço junto ao INSS.</li> </ul>		
<p>Conclusão da obra:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Vistoria na obra e verificar se atende ao contratado;</li> <li>- TRP – Termo de Recebimento Provisório da Obra.</li> </ul>		<p>Compras e Licitações; Engenharia; Tesouraria; Tributação</p>
<p>Habite-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Alvará de construção;</li> <li>- Vistoria de regularidade sanitária;</li> <li>- Termo de recebimento definitivo da obra.</li> </ul>		<p>Engenharia; Comissão de Recebimento.</p>
<p>Pagamento final:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Certidão de Conclusão de Obra;</li> <li>- Alvará e Habite-se, se houver;</li> <li>- Termo de Recebimento Provisório e Definitivo da Obra/Serviço;</li> <li>- CND – Certidão Negativa de Débitos do INSS referente à matrícula da obra;</li> <li>- CND INSS e FGTS;</li> <li>- CND do INSS da obra;</li> <li>- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União.</li> </ul>		<p>Fornecedor/ Tributação</p>
<p>Informação referente à obra junto ao e-sfinge Obras.</p>		<p>Engenharia; Comissão de Recebimento; Fornecedor; Tesouraria</p>
		<p>Planejamento</p>

## Anexo II

### CADASTRO DA OBRA (Modelo Sugestivo)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Bem Público Vinculador	
Município Principal da Obra	

Município Final da Obra	
Nº do Instrumento (Contrato, Ordem de serviço)	
Tipo de obra: Tabela "Tipo de obra"	
Complemento: Tabela "Sub-tipo de obra"	
Dimensão / Unidade	_____ ( ) homem/hora ( ) km ( ) m ( ) m2 ( ) m3 ( ) Ton.
Característica da Obra	( ) Obra nova ( ) Ampliação ( ) Reforma ( ) Serviço de Engenharia ( ) Ampliação e Reforma
Descrição da obra	
Descrição do local	
Valor da Obra	
Origem dos recursos	_____ % Municipal _____ % Estadual _____ % Federal _____ % Outros
Projeto Básico	( ) Realizado ( ) Não realizado
Projeto Executivo	( ) Não realizado ( ) Concomitante à execução da obra ( ) Aprovado ( ) Não Aprovado
Alvará Municipal nº.	
Data do Alvará	
Data Publicação do EIA/RIMA	
Estudo de Impacto de Vizinhança	( ) Não realizado ( ) Realizado ( ) Ausência de lei municipal ( ) Não realizado-Obra Zona Rural
Localização da Obra	Coordenadas Geográficas - SUL ( ) Grau ( ) Minuto ( ) Segundo Coordenadas Geográficas - OESTE ( ) Grau ( ) Minuto ( ) Segundo

### Anexo III

## ORDEM DE SERVIÇO (Modelo Sugestivo)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇO N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_

Autorizo por meio desta, a (o) (nome da empresa, ou contratado) a iniciar os serviços referente a (Construção, Reforma, Ampliação) da(o) com a elaboração do (Projeto Executivo), de acordo com as especificações pertinentes a (o) (Convite, Tomada de Preços, Concorrência, Dispensa, Inexigibilidade) \_\_\_\_ N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, e formalizada pelo Termo de Contrato N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_, de \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

O valor total dos serviços contratados é de R\$ \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_), com prazo de execução de \_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_) \_\_\_\_ (úteis, corridos)\_\_\_\_, a partir do recebimento desta Ordem de Serviço.

Local \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ (Contratante) \_\_\_\_\_

Nome e cargo:



RECEBI, em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_

\_\_\_\_ (Contratado) \_\_\_\_\_

Nome, função, empresa:

OBS.:

1. SÓ TERÁ EFICÁCIA COM O RECEBIMENTO PELA EMPRESA.

2. SERÁ LAVRADA EM 5 (CINCO) VIAS: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras; e) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos

#### Anexo IV

#### TERMO DE PARALISAÇÃO DE OBRA (Modelo Sugestivo)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Nº do Contrato:	
Empresa:	
Processo Licitatório:	
Obras/Serviço:	
Em conformidade com o Laudo Técnico incluso, em razão de _____ determino a Paralisação da Obra _____, Contrato nº _____ pelo prazo de _____ dias.	
Observação:	

Herval d'Oeste (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

#### Anexo V

#### TERMO DE REINÍCIO DE OBRA (Modelo Sugestivo)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Nº do Contrato:	
Empresa:	
Processo Licitatório:	
Obras/Serviço:	
O serviço deverá ser realizado a partir do presente Termo, para cumprimento do objeto pactuado no Contrato nº _____, reiniciando a partir desta data, a contagem do prazo de _____ dias, tendo o prazo final em ____/____/____, mantidas as demais cláusulas contratuais.	
Término do contrato inicial: ____/____/____.	
Aditivo assinado em: ____/____/____.	
Paralisação: ____/____/____.	
Ordem de Reinício: ____/____/____.	
Vencimento da prorrogação do aditivo ( xx dias): ____/____/____.	

Herval d'Oeste (SC), \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

#### Anexo VI

#### DIÁRIO DE OBRA (Modelo Sugestivo)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

DIÁRIO DE OBRA (*)					
ENTIDADE/ÓRGÃO:					
				FOLHA:	DATA:
EMPREITEIRA:		N.º CONTRATO:			
OBRA:		CIDADE:			
PRAZO CONTRATUAL:		TEMPO DECORRIDO:		PRAZO RESTANTE:	
TEMPO:		MANHÃ: BOM <input type="checkbox"/> CHUVA <input type="checkbox"/>		TARDE: BOM <input type="checkbox"/> CHUVA <input type="checkbox"/>	
ANOTAÇÕES DA EMPREITEIRA: (Serviços executados, solicitação de providências, observações)		ANOTAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO: (Determinações de correções e outras providências)			
Rubrica da Empreiteira:		Rubrica da Fiscalização: (visar diariamente)			
ENTIDADE/ÓRGÃO:					
				FOLHA:	DATA:
EMPREITEIRA:		N.º CONTRATO:			
OBRA:		CIDADE:			
PRAZO CONTRATUAL:		TEMPO DECORRIDO:		PRAZO RESTANTE:	
TEMPO:		MANHÃ: BOM <input type="checkbox"/> CHUVA <input type="checkbox"/>		TARDE: BOM <input type="checkbox"/> CHUVA <input type="checkbox"/>	
ANOTAÇÕES DA EMPREITEIRA: (Serviços executados, solicitação de providências, observações)		ANOTAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO: (Determinações de correções e outras providências)			
Rubrica da Empreiteira:		Rubrica da Fiscalização: (visar diariamente)			

--	--

Rubrica da Empreiteira:

Rubrica da Fiscalização: (visar diariamente)

		FOLHA:	DATA:
EMPREITEIRA:			N.º CONTRATO:
OBRA:			CIDADE:
PRAZO CONTRATUAL:	TEMPO DECORRIDO:	PRAZO RESTANTE:	N.º OPERÁRIOS:
TEMPO:	MANHÃ: BOM <input type="checkbox"/> CHUVA <input type="checkbox"/>	TARDE: BOM <input type="checkbox"/> CHUVA <input type="checkbox"/>	

ANOTAÇÕES DA EMPREITEIRA:  
(Serviços executados, solicitação de providências, observações)ANOTAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO:  
(Determinações de correções e outras providências)

--	--

Rubrica da Empreiteira:

Rubrica da Fiscalização: (visar diariamente)

## Anexo VIII

## TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO DE OBRA (Modelo Sugestivo)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Os abaixo-assinados, sendo um deles Responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto, designado pela Portaria n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, do Exmo. (Sr. Secretário, Prefeito Municipal, Diretor, Presidente, etc.) e o outro Representante da Empreiteira ou Contratado para execução da(o) \_\_\_\_\_(obra / serviço)\_\_\_\_\_, Contrato n.º \_\_\_\_\_, localizada(o) no \_\_\_\_\_(bairro)\_\_\_\_\_, do Município de \_\_\_\_\_, neste Estado, tendo em vista que o objeto encontra-se concluído, conforme comunicação escrita do contratado, declaram e atestam o que segue:

1. Que da vistoria realizada ficou comprovada a conclusão do objeto de acordo com os termos contratuais;
2. Que houve o fornecimento (quando for o caso), dos documentos: Certificado de aprovação de instalações e dos equipamentos por parte dos órgãos de fiscalização; Certificados de Garantia de equipamentos e instalações; e Manuais de Operação e Manutenção das Máquinas, Equipamentos e Instalações;
3. Que face ao exposto, concluem pela aceitação do prédio (ou da obra) em questão, de forma provisória, iniciando-se a contagem do prazo de \_\_\_\_\_( ) dias para emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Fiscal da Contratante

Representante da Empreiteira ou Contratado:

OBS.: O PRESENTE TERMO SERÁ LAVRADO EM 5 (CINCO) VIAS: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras; e) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

## Anexo IX

## TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA (Modelo Sugestivo)

Os abaixo-assinados, membros da Comissão designada pela Portaria n.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, do Exmo. (Sr. Secretário, Prefeito Municipal, Diretor, Presidente, etc.) e o Representante da Empreiteira ou Contratado, após decorrência do prazo de \_\_\_\_\_( ) dias contados da data do Recebimento Provisório da(o) \_\_\_\_\_(obra / serviço)\_\_\_\_\_, Contrato n.º \_\_\_\_\_, localizada(o) no \_\_\_\_\_(bairro)\_\_\_\_\_, do Município de \_\_\_\_\_, neste Estado, declaram e atestam o que segue:

1. Que a Empreiteira / contratado, durante o período de observação entre o Recebimento Provisório e o presente Termo, atendeu às determinações que lhe foram feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente termo e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
2. Que da vistoria realizada ficou comprovada a adequação do objeto aos termos contratuais;
3. Que foi entregue o "as built", isto é uma via completa do projeto, com as alterações que se fizeram necessárias durante o

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

decorrer da obra ou serviço, inclusive aquelas relativas a locação;  
 4. Que foram apresentados os comprovantes: de pagamento dos empregados, do recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas e dos tributos, relativos ao contrato;  
 5. Que foi apresentado, pelo contratado, o "habite-se" da obra (no caso de prédio);  
 6. Que os responsáveis pela administração do objeto executado nada têm a declarar;  
 7. Que, face ao exposto, os membros da Comissão de Recebimento Definitivo concluem pela aceitação do prédio (ou da obra) em questão, de forma definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Membro da Comissão: \_\_\_\_\_  
 Membro da Comissão: \_\_\_\_\_  
 Membro da Comissão: \_\_\_\_\_  
 Representante da Empreiteira ou Contratado: \_\_\_\_\_

OBS.: O PRESENTE TERMO SERÁ LAVRADO EM 5 (CINCO) VIAS:  
 a) Comissão de Recebimento; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras; e) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos.

Anexo X

Laudo de Fiscalização/Vistoria Técnica(Modelo Sugestivo)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Dados Gerais da Obra		
Obra:	Área:	Data:
Rua:	Bairro:	Cidade:
Empreiteira:		
Nº Contrato:	Nº Ordem de Serviço:	
Prazo contratual:	Tempo decorrido:	Prazo restante:
Prazo restante:	Percentual Executado:	
Andamento da Obra: ( ) normal ( ) ritmo lento		
Observações e ou Recomendações (Serviços executados, descrição ,ais detalhada, registros e comentários importantes da fiscalização)		
Local/Data:		
Identificação e assinatura do fiscal:		

Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

1) Cadastramento de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras:	
Cadastramentos	
Licitação, dispensa e inexigibilidade	
Modalidade de Licitação	

Número do Processo Licitatório	
Ato nº Edital	
Data Abertura	
Data Publicação (dispensa/inexigibilidade)	
Regime de Execução	( ) Empreitada Integral ( ) Empreitada por Preço Global ( ) Empreitada por Preço Unitário
Data base da proposta vencedora	
Data da Homologação	
Descrição do Objeto	
Valor total do ato R\$	
Município _____ de _____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

Cadastramento de Orçamento Básico

ESTADO DE SANTA CATARINA		
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE		
Procedimentos para o e-Sfinge Obras:		
Cadastramentos		
Cadastrar Orçamento Básico		
Identificador da Planilha		
Processo Licitatório		
BDI estimado e incluso no valor		_____ %
Item de Serviço		
Categoria		
Item de Serviço	Quantidade	Valor total c/ BDI
		R\$
		R\$

		R\$
		R\$
		R\$
		R\$
		R\$
	TOTAL	R\$
Município, ____ de _____ de 2010.		
Nome:		
Cargo:		
CPF:		

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Cadastramento do Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras:	
Cadastramentos	
Contrato	
Nº Processo Licitatório, Dispensa, Inexigibilidade.	
Nome do Contratado	
Tipo do Instrumento	(    ) Contrato    (    ) Carta-contrato    (    ) Nota de empenho (    ) Ordem de execução de serviço
Nº do Instrumento/Ano	
Descrição do Objeto	
Tipo de Fornecimento	(    ) Material e Mão-de-obra
	(    ) Material                      (    ) Mão-de-obra em outro(s) contrato(s)
	(    ) Mão-de-obra Própria/Outros
	(    ) Mão de Obra                      (    ) Material em outro(s) contrato(s)                      (    ) Material de almoxarifado/outro(s)
Valor Estimado R\$	

Data assinatura/emissão do contrato	
Prazo de conclusão	_____ dias consecutivos ou úteis
Valor inicial ou total de compra R\$	
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia _____/_____/_____, e estão em consonância com este relatório.	
Município, _____ de _____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Cadastramento do Contratado

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Cadastramentos	
Contratado	
Pessoa Jurídica - CNPJ	
Pessoa Física - CPF	
Nome do contratado	
Registro no CREA nº	
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/_____, e estão em consonância com este relatório.	
Município, ____ de _____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	



## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Cadastramento do BPV

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Cadastramentos	
BPV	
Município	
Descrição do BPV	
Logradouro e nº	
Bairro e CEP	
Terreno	( ) Patrimonial; patrimônio da entidade. ( ) Uso comum; praças, ruas, pontes. ( ) Terceiros; não pertence a UG
Localização do BPV	Coordenadas Geográficas - SUL ( ) Grau ( ) Minuto ( ) Segundo Coordenadas Geográficas - OESTE ( ) Grau ( ) Minuto ( ) Segundo
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/____, e estão em consonância com este relatório.	
Município, ____ de ____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Cadastramento do Registro de Imóveis

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	

Cadastramentos:	
Cartório	
Município	
Nome do cartório	
Cadastramentos:	
Registro de Imóveis	
Bem Público Vinculador	
Nome do Cartório	
Registro nº.	
Data Registro	
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/____, e estão em consonância com este relatório.	
Município, ____ de ____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Cadastramento da Obra

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Cadastramentos	
Obra	
Bem Público Vinculador	
Município Principal da Obra	
Município Final da Obra	
Nº do Instrumento (Contrato, Ordem de serviço)	
Tipo de obra: Tabela "Tipo de obra"	
Complemento: Tabela "Sub-tipo de obra"	
Dimensão / Unidade	( ) homem/hora ( ) km ( ) m ( ) m2 ( ) m3 ( ) Ton.

Característica da Obra	( ) Obra nova ( ) Ampliação ( ) Reforma ( ) Serviço de Engenharia ( ) Ampliação e Reforma
Descrição da obra	
Descrição do local	
Valor da Obra	
Origem dos recursos	_____ % Municipal _____ % Estadual _____ % Federal _____ % Outros
Projeto Básico	( ) Realizado ( ) Não realizado
Projeto Executivo	( ) Não realizado ( ) Concomitante à execução da obra ( ) Aprovado ( ) Não Aprovado
Alvará Municipal nº.	
Data do Alvará	
Data Publicação do EIA/RIMA	
Estudo de Impacto de Vizinhança	( ) Não realizado ( ) Realizado ( ) Ausência de lei municipal ( ) Não realizado-Obra Zona Rural
Localização da Obra	Coordenadas Geográficas - SUL ( ) Grau ( ) Minuto ( ) Segundo Coordenadas Geográficas - OESTE ( ) Grau ( ) Minuto ( ) Segundo
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia _____/_____/_____, e estão em consonância com este relatório.	
Município, _____ de _____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI

## Cadastramento de Tipo e Subtipo de Obra

TIPO DE OBRA	SUBTIPO DE OBRA
0 Edificação	0 Escola
1 Vias públicas	0 Creche
2 Praça / Parque	0 Posto de Saúde
3 Esgoto sanitário	0 Hospital
4 Tratamento d'água	0 Delegacia de Polícia
5 Geração / distribuição de energia	0 Presídio
6 Barragem / açude	0 Casa do Albergado
7 Dragagem	0 Complexo Penitenciário
8 Aterro hidráulico	0 Casas populares
9 Aeroporto	0 Conjunto habitacional
10 Gás natural	0 Centro Comunitário
11 Urbanismo / Paisagismo	0 Prédio Administrativo

Tratamento de resíduos sólidos	0	12 Fórum
13 Telecomunicações	0	13 Ginásio de esportes
14 Meio ambiente	0	14 Quadra de esportes
15 Demolição	0	15 Terraplenagem
16 Serviço de engenharia	0	16 Teatro
17 Espaços esportivos	0	17 Abatedouro
18 Perfuração de poços	0	18 Biblioteca
19 Instalações	0	19 Centro de treinamento
20 Porto	0	20 Prédio de apoio social
21 Desmonte de rocha	0	21 Centro social urbano
Desassoreamento / limpeza	0	22 Centro de eventos
23 Ferrovia	0	23 Portal / monumento
24 Infra-estrutura	0	24 Terminal / Abrigo de passageiros
	0	25 Unidade sanitária
	0	26 Usina de beneficiamento
	0	27 Central de gás
	0	28 Laboratório
	1	0 Implantação e pavimentação
	1	1 Pavimentação asfáltica
	1	2 Pavimentação rígida
	1	3 Pavimentação com lajotas
	1	4 Pavimentação com paralelepípedos
	1	5 Pavimentação com pedras irregulares
	1	6 Capeamento asfáltico
	1	7 Conservação
	1	8 Restauração
	1	9 Terraplenagem
	1	10 Revestimento primário
	1	11 Obra de arte especial
	1	12 Obra de arte corrente
	1	13 Drenagem
	1	14 Sinalização e auxílios visuais
	1	15 Urbanização
	1	16 Contenção
	1	17 Iluminação
	1	18 Meio ambiente
	1	19 Ponte
	1	20 Viaduto
	1	21 Túnel
	1	22 Passeios / calçadas
	1	23 Galerias pluvias
	2	0 Construção / implantação
	2	1 Urbanização
	2	2 Paisagismo
	2	3 Edificação
	2	4 Pavimentação
	2	5 Muros e cercas
	2	6 Iluminação
	2	7 Terraplenagem
	2	8 Instalação de aparelhos esportivos / recreativos
	2	9 Centro de eventos / exposição
	3	0 Rede coletora
	3	1 Estação de recalque
	3	2 Tratamento de efluentes
	3	3 Instalações eletro-mecânicas
	3	4 Instalações mecânico-hidráulicas

	3	5	Obras civis (edificação)
	3	6	Terraplenagem
	4	0	Captação
	4	1	Estação de tratamento
	4	2	Adutora
	4	3	Elevatória
	4	4	Reservatório
	4	5	Rede de distribuição
	4	6	Instalações eletro-mecânicas
	4	7	Instalações mecânico-hidráulicas
	4	8	Obras civis (edificação)
	4	9	Terraplenagem
	5	0	Linha de transmissão
	5	1	Rede de distribuição
	5	2	Obras civis (edificação)
	5	3	Instalações eletro-mecânicas
	5	4	Usina hidrelétrica
	5	5	Usina eólica
	5	6	Usina termelétrica
	5	7	Barragem
	5	8	Iluminação pública
	5	9	Crescimento vegetativo
	5	10	Terraplenagem
	6	0	Irrigação
	6	1	Abastecimento d'água
	7	1	Rio
	7	2	Canais
	7	3	Porto
	8	0	Dragagem
	8	1	Cobertura / proteção
	8	2	Urbanização / ajardinamento
	8	3	Enrocamento
	8	4	Detonação de rocha
	9	0	Implantação e pavimentação
	9	1	Pavimentação asfáltica
	9	2	Pavimentação rígida
	9	3	Capeamento asfáltico
	9	4	Conservação
	9	5	Restauração
	9	6	Terraplenagem
	9	7	Movimento de terra
	9	8	Drenagem
	9	9	Sinalização e auxílios visuais
	9	10	Urbanização
	9	11	Contenções
	9	12	Iluminação
	9	13	Obras civis (edificação)
	9	14	Meio ambiente
	10	0	Rede de distribuição
	10	1	Estação de derivação
	11	0	Paisagismo
	11	1	Pavimentação
	11	2	Comunicação visual
	11	3	Muros e cercas
	11	4	Iluminação
	11	5	Terraplenagem
	12	0	Aterro sanitário
	12	1	Estação de compostagem
	12	2	Estação de recicláveis

	12	3	Estação de compostagem e recicláveis
	12	4	Estação de tratamento
	12	5	Terraplenagem
	12	6	Contenções
	12	7	Meio ambiente
	12	8	Edificação
	13	0	Diversos
	14	0	Diversos
	15	0	Diversos
	16	0	Projeto básico
	16	1	Projeto executivo
	16	2	Elaboração do EIA/RIMA
	16	3	Estudo de viabilidade
	16	4	Levantamento topográfico
	16	5	Levantamento aerofotogramétrico
	16	6	Fiscalização
	16	7	Supervisão
	16	8	Gerenciamento
	16	9	Ensaio geotécnicos
	16	10	Testes / ensaios tecnológicos
	16	11	Cadastramento imobiliário
	16	12	Planta de valores
	16	13	Perícia / avaliação
	16	14	Manutenção de elevadores
	16	15	Manutenção de subestação de energia
	16	16	Outros serviços técnicos especializados
	17	0	Ginásio de esportes
	17	1	Quadra de esportes
	17	2	Campo de Futebol
	17	3	Arquibancada
	17	4	Aparelhos esportivos / recreativos
	17	5	Edificação diversa
	17	6	Iluminação
	17	7	Paisagismo
	17	8	Urbanismo
	18	0	Diversos
	19	0	Elétrica
	19	1	Iluminação
	19	2	Rede lógica / informática
	19	3	Cabeamento estruturado
	19	4	Fibra ótica
	19	5	Comunicação / sonorização
	19	6	Telecomunicação
	19	7	Deteção / Alarme
	19	8	Monitoramento e TV
	19	9	Água Quente
	19	10	Água Fria
	19	11	Vapor
	19	12	Fluídos Medicinais
	19	13	Equipamentos para Lavanderia
	19	14	Equipamentos para Cozinha
	19	15	Câmara Fria
	19	16	Climatização / Exaustão
	19	17	Gás GLP ou Natural
	19	18	Óleo Combustível
	19	19	Pára-raios

	20	0	Dragagem
	20	1	Edificação
	20	2	Reforço / ampliação / recuperação do cais
	20	3	Berço de atracação
	20	4	Terminal de carga / descarga
	20	5	Esteira transportadora
	20	6	Pátio de contêineres
	20	7	Atracadouro
	20	8	Instalações elétricas / mecânicas
	20	9	Tanques
	20	10	Aterro
	20	11	Enrocamento
	20	12	Desmonte de rocha
	20	13	Armazém / silo
	21	0	A frio
	21	1	A fogo (explosivos)
	22	0	Dragagem
	22	1	Escavação
	22	2	Escavação, carga e transporte
	22	3	Escavação, carga, transp. e espalhamento
	23	0	Diversos
	24	0	Contenção
	24	1	Desmonte de rocha
	24	2	Drenagem
	24	4	Enrocamento
	24	5	Escavação
	24	6	Movimento de terra
	24	7	Muros / Cercas
	24	8	Terraplenagem
	24	9	Urbanização / Paisagismo

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Cadastramento Orçamento Contratado

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Cadastramentos	
Orçamento Contratado ( Complementação de dados)	
Descrição da Obra	
BDI Praticado	
Orçamento Básico (Planilha do cadastramento da obra)	
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de	
Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/_____, e estão em	
consonância com este relatório.	

Município, _____ de _____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Cadastramento da ART

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Cadastramentos	
ART – Anotação de Responsabilidade Técnica	
Responsável Técnico	
<input type="checkbox"/> Projeto <input type="checkbox"/> Execução <input type="checkbox"/> Fiscalização <input type="checkbox"/> Montagem <input type="checkbox"/> Instalação <input type="checkbox"/> Reforma <input type="checkbox"/> Reparo <input type="checkbox"/> Supervisão <input type="checkbox"/> Orçamento <input type="checkbox"/> Consultoria <input type="checkbox"/> Especificação <input type="checkbox"/> Outros	
Tipo de Atividade (descrito na ART)	
Número da ART	
Data ART	
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de	
Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/_____, e estão em	
consonância com este relatório.	
Município, _____ de _____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Cadastramento do Responsável Técnico

ESTADO DE SANTA CATARINA
--------------------------



## PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Procedimentos para o e-Sfinge Obras

Cadastramentos

Responsável Técnico

Responsável Técnico

Registro no CREA nº

CPF nº

Associar ART a Obra

nº ART.

Obra

Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de

Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e estão em

consonância com este relatório.

Município, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2010.

Nome:

Cargo:

CPF:

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Cadastramento do Usuário

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Procedimentos para o e-Sfinge Obras

Cadastramentos

Usuário

Município

Unidade Gestora

Unidade Delegada

Perfil ( ) Usuário ( ) Administrador

Data de Ativação

Data de Desativação

Nome

Matrícula

e-mail

Telefone

Código de acesso

Senha

Confirma Senha

Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de

Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, e estão em

consonância com este relatório.

Município, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2010.

Nome:

Cargo:

CPF:

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Cadastramento da Licença Ambiental

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

Procedimentos para o e-Sfinge Obras

Cadastramentos:

Licenciamento Ambiental

Tipo de Licença: LAP, LAI, LAO

( ) LP ou LAP - Licença Prévia  
( ) LI ou LAI - Licença de Instalação  
( ) LO ou LAO - Licença de Operação  
( ) Licença Municipal

Órgão Licenciador

( ) IBAMA ( ) Fátima ( ) Órgão Municipal

Licença nº

Data Emissão da licença

Data de Validade

Associar Licença Ambiental a Obra

Licença

Obra



Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de	
Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/____, e estão em	
consonância com este relatório.	
Município, _____ de _____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI

## Cadastramento de Grupo de Serviços

	GRUPOS DE SERVIÇO		
0	1- GERAIS (OBRAS CIVIS E OUTROS)		
1	Serviços Iniciais		
2	Serviços de Projeto		
3	Mobilização e desmobilização		
4	Serviços topográficos / sondagens		
5	Demolições / remoções		
6	Rebaixamento de lençol freático		
7	Movimento de terra		
8	Estaqueamento		
9	Infra-estrutura		
10	Supra-estrutura		
11	Infra / Supra-estrutura		
12	Concreto		
13	Formas		
14	Armaduras de aço		
15	Paredes e painéis		
16	Revestimentos		
17	Coberturas e proteções		
18	Estruturas metálicas		
19	Estruturas de madeira		
20	Forro		
21	Divisórias		
22	Pavimentações / Pisos		
23	Esquadrias		
24	Vidros / plásticos		
25	Ferragens e acessórios		
26	Impermeabilizações / isolamento térmico		
27	Impermeabilizações / juntas de dilatação		
28	Instalações elétricas e telefone		
29	Instalações elétricas e eletrônicas		
30	Instalações e equipamentos elétricos e acessórios		
31	Instalações de telefone		
32	Instalações de rede lógica		

33	Instalações de fibra ótica
34	Instalações hidrosanitárias e prevenção contra incêndio
35	Instalações hidrosanitárias
36	Instalações de prevenção / combate a incêndio
37	Instalações de ar condicionado central
38	Instalações de equipamentos esportivos / recreativos
39	Instalações e equipamentos mecânicos
40	Instalações / instrumentações de controle / supervisão
41	Pintura
42	Serviços de iluminação
43	Proteção atmosférica
44	Testes e ensaios de materiais e serviços
45	Sinalização e auxílios visuais
46	Obras e serviços complementares
47	Remoção e reposição de pavimentação
48	Urbanização / Paisagismo
49	Contenções
50	Meio ambiente
51	Limpeza geral
52	Instalações de água pluvial
53	Fundações / Sapatas
54	Lajes
55	Pilares / Colunas
56	Vigas / Vergas
57	Ajardinamento
58	Instalações de sonorização / alarme
59	Instalações de mobiliário e equipamentos
60	Instalações de cabeamento estruturado
61	Fiscalização / Gerenciamento
62	Transporte de material
63	Enrocamento
64	Dragagem
65	Desmonte de rocha
66	Equipamentos (horas)
67	Muros / Alambrados
68	Calçadas / Passeios
69	Recuperação / Execução de molhe
70	Inst. prevenção contra incêndio / Alarme / Gás
71	Despesas indiretas
72	Elevadores
75	2- VIAS PÚBLICAS E AEROPORTO
76	Preparo de subleito
77	Sub-bases e base
78	Imprimação / Pintura de ligação
79	Pavimentação asfáltica
80	Pavimentação rígida
81	Pavimentação com lajotas
82	Pavimentação com paralelepípedos
83	Pavimentação com pedras irregulares
84	Capeamento asfáltico
85	Revestimento primário
86	Drenagem
87	Obras e Serviços Complementares
88	Obras de arte especial
89	Pintura de ligação
90	Restauração de pavimento
91	Conservação de pavimento
92	Recuperação de pavimento
93	Operação Tapa-buraco

94	Frezamento de pavimento
95	Terraplenagem
96	Material betuminoso
97	Aparelhos de apoio
100	3- GERAÇÃO / DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA
101	Estruturas de concreto
102	Montagem / Instalação de postes
103	Numeração e sinalização de postes
104	Ferragens e acessórios
105	Isoladores
106	Obras civis (edificações)
107	Barragem e adutoras
108	Turbinas e geradores
109	Instalações e equipamentos mecânicos
110	Instalações e equipamentos eletro-mecânicos
111	Vias de acesso
112	Eletrificação rural (luz no campo)
113	Ampliação de rede urbana (crescimento vegetativo)
114	Construção de alimentadores
115	Iluminação pública
116	Iluminação
117	Instalação de transformadores
118	Instalação de luminárias / projetores
119	Aterramento
120	Melhoria de rede - reforma do sistema
130	4- ÁGUA E ESGOTO
131	Obras civis
132	Serviços de contenção e esgotamento de escavações
133	Aplicação de concreto para proteção mecânica de tubulação
134	Interligação de redes e outros
135	Barragem para captação d'água
136	Tomada d'água e adutora
137	Instalações na casa de química
138	Instalações e equipamentos mecânicos
139	Instalações e equipamentos mecânicos-hidráulicos
140	Instalações e equipamentos hidráulicos
141	Impermeabilizações, isolamento térmico e juntas de dilatação
142	Serviços de pré-operação da rede
143	Reservatório para água tratada (1)
144	Reservatório para água tratada (2)
145	Reservatório para água tratada (3)
146	Serviços especiais de assentamento de tubulações
147	Serviços de cadastramento
148	Instalação de estação elevatória / recalque
149	Assentamento de tubulações
150	Ligações domiciliares
151	Rede coletora
152	Emissário
153	Interceptor
154	Adutora de água bruta
155	Estação de tratamento de esgoto (módulo)
156	Estação de tratamento de água (módulo)
157	Perfurações de Poços
158	Grades / Parapeito
159	Comportas
160	Estudos e lavantamentos
161	Gerenciamento / Ensaios tecnológicos
162	Materiais metálicos
163	Instrumentação / Controle

164	Equipamentos e materiais elétricos
165	Montagem elétrica e mecânica
166	Automação
167	Sistema de barramento
168	5- GÁS NATURAL
169	Construção e montagem de rede de distribuição de gás
170	Instalação completa de tubos camisa para cruzamentos
171	Serviços de contenção e esgotamento de escavações
172	Aplicação de concreto para proteção mecânica de tubulação
173	Dispositivos de sinalização
174	Sistema de proteção catódica
175	Sistema de odorização
176	Construção e montagem completa de lançadores e recebedores de pigs portáteis
177	Instalação de tubo condutor em pead para futura instalação de fibra ótica
178	Instalações e equipamentos eletro-mecânicos
179	Construção e montagem completa de válvulas de bloqueio intermediárias
180	Projeto executivo de engenharia
181	Implantação do contrato e mobilização inicial.
182	Encerramento do contrato e desmobilização.
183	Construção e montagem de tubulação.
184	Assentamento de tubulação em PEAD 80 p/ gás natural em vala compartilhada.
185	Recomposição de valas.
186	Restauração de pavimentos
187	Desmonte de rochas na vala (detonação)
188	Construção, montagem e testes do conjunto completo de válvulas bloqueio.
189	Aplicação de revestimento externo em concreto
190	Cruzamento por método de cravação
191	Travessia de rios, córregos, valas ou canais
192	Travessia aéreas em pontes e viadutos
193	Furo em carga para ramais
194	Implantação / Instalação de estações (EM / ERP / ERPMs)
195	Serviço de instalação e fornecimento de tubo em polietileno
196	Estudo de interferência elétrica por cruzamento e paralelismo
197	Serviços eventuais
198	Cruzamento de ruas, rodovias e ferrovias
199	Assentamento de tubulação em PEAD para gás natural
200	Cruzamento / Travessia por furo direcional com material
201	Cruzamento de ruas, rodovias ou ferrovias com tubo camisa
202	Aplicação de "Rock Shield" com fornecimento de material
230	6- FERROVIAS
231	Instalação de Trilhos / Dormentes
232	Retirada de Trilhos / Dormentes
265	7- UNIDADES DE SAÚDE
266	Equip. para geração e distribuição de vapor
267	Equip. para oxigênio medicinal
268	Equip. para ar medicinal
269	Equip. para vácuo medicinal
270	Equip. para óxido nitroso medicinal
271	Equip. para fluídos medicinais
272	Equip. para cozinha
273	Equip. para lavanderia
274	Equip. para monitoramento e TV
275	Equip. para água quente
276	Equip. para água fria
277	Equip. para óleo combustível

278	Equip. para Climatização / Exaustão
279	Equip. para GLP ou gás natural
280	Equip. Detecção / Alarme
281	Equip. para laboratório
282	Equip. hospitalares
283	Câmara fria
284	Bancada para laboratório
285	Grupo Gerador
320	8- ATERRO SANITÁRIO
321	Escavação / Carga / Transporte
322	Compactação
323	Cercas / Alambrados
324	Muros
325	Drenagem de percolados
326	Drenagem pluvial
327	Drenos de fundo
328	Drenos secundários
329	Manta Geossintética
330	Manta Geotextil
331	Impermeabilização
332	Sistema de drenagem de biogás
333	Sistema de tratamento de gases
334	Sistema de tratamento de percolados
335	Poço de monitoramento de águas subterrâneas
336	Equipamentos eletro-mecânicos
337	Equipamentos hidráulicos
338	Equipamentos para sistema de monitoramento
339	Plantio de árvores
340	Paisagismo
341	Cobertura vegetal
342	Implantação de lagoa de estabilização
343	Tanque de acumulação
344	Extravasor
345	Emissário
346	Caixas de Passagem / Distribuição
347	Tubulações de concreto
348	Tubulações de PVC
349	Vala para resíduos sépticos
350	Obras e serviços complementares

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Cancelamento de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Cancelamento da licitação	
Nº do Processo Licitatório, dispensa, inexigibilidade.	
Data de publicação	

Motivo da revogação ou anulação	( ) Interesse público;
	( ) Ilegalidade;
	( ) Judicial
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/____, e estão em consonância com este relatório.	
Município, ____ de ____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Aditamento Contratual

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Aditamento contratual	
Nº do Processo Licitatório, dispensa, inexigibilidade.	
Número do Aditivo (contratual)	
Data do aditivo	
	( ) Valor ( ) Reequilíbrio ( ) Prazo
	( ) Forma de pagamento
	( ) Substituição da garantia
Objetivo do Aditivo	( ) Regime de execução
Obra referente ao aditivo	
Justificativa do Aditamento	
Dias	Acrescidos: ____ dias úteis ____ dias consecutivos Reduzidos: ____ dias úteis ____ dias consecutivos
Origem dos Recursos	____ % Municipal ____ % Estadual
	____ % Federal ____ % Outros
Orçamento do Aditamento	
Aditamento nº	
Obra	
Aditar itens existentes	
Item	



Unidade	
Quantidade	
( ) Acréscimo ( ) Redução	
R\$	
Aditar Itens Novos	
Item	
Unidade	
Complemento	
Quantidade	
Valor total acréscimo	R\$
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de	
Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/_____, e estão em	
consonância com este relatório.	
Município, ____ de ____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – ART Complementar

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
ART - Complementar	
Aditivo Nº	
ART Original Nº	
ART Complementar Nº	
Data da ART Complementar	
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de	
Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/_____, e estão em	
consonância com este relatório.	
Município, ____ de ____ de 2010.	

Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Reajuste Contratual

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Reajuste Contratual	
Obra	
Percentual de Reajuste	
Incidir a partir de	____/____/____
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de	
Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/_____, e estão em	
consonância com este relatório.	
Município, ____ de ____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Sustação de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Sustação de contrato	

Nº do instrumento (contrato)	
Data da sustação	
Justificativa (texto com 255 caracteres)	
Local da primeira publicação	( ) Diário Oficial ( ) Internet ( ) Jornal ( ) Mural ( ) Não publicado ( ) Outro
Data da publicação	
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de	
Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/____, e estão em	
consonância com este relatório.	
Município, ____ de ____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Cancelamento de Sustação de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Cancelar Sustação de Contrato	
Nº do instrumento (contrato)	
Data do cancelamento da sustação	
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de	
Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/____, e estão em	
consonância com este relatório.	
Município, ____ de ____ de 2010.	
Nome:	

Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Cancelamento de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Cancelar contrato	
Nº do instrumento (contrato)	
Cancelado por	( ) Rescisão ( ) Decurso de Prazo
Data da Publicação	
Motivo de rescisão (Art. 78 Lei nº 8.666/93)	( ) I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
	( ) II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especifica- ções, projetos e prazos;
	( ) III - a lentidão do seu cum- primento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipula- dos;
	( ) IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou forneci- mento;
	( ) V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
	( ) VI - a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incor- poração, não admitidas no edital e no contrato;
	( ) VII - o desatendimento das determinações regulares da autori- dade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
	( ) VIII - o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do §1º do art. 67 desta lei;
	( ) IX - a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
	( ) X - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
	( ) XI - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da es- trutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

	( ) XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
	( ) XIII - a supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 desta lei;
	( ) XIV - a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
	( ) XV - o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
	( ) XVI - a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;
	( ) XVII - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
	( ) XVIII - descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. (Inciso acrescido pela Lei nº 9.854 de 27/10/99)
Forma de rescisão (Art. 79 Lei nº 8.666/93)	( ) I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração;
	( ) II - amigável, por acordo entre as partes;
	( ) III - judicial.

Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de	
Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/____, e estão em consonância com este relatório.	
Município, ____ de ____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo

## XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Início da Obra

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Início de Obra	
Obra (selecione a obra)	
	( ) Data da Ordem de Serviço
	( ) Data de início conforme Contrato
	( ) Data da autorização de compra
Início estabelecido (dia, mês e ano que a obra deveria iniciar).	____/____/____
Data do início efetivo (dia, mês e ano do efetivo início da obra).	____/____/____
Justificativa pelo atraso	
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de	
Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/____, e estão em	
consonância com este relatório.	
Município, ____ de ____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Andamento da Obra

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Andamento de Obra	
Obra: (selecione a obra)	
Cronograma	( ) atrasado;
	( ) em dia;
	( ) adiantado.
Motivo do cronograma atrasado	( ) de ordem financeira;
	( ) de ordem técnica;
	( ) devido às condições climáticas;
	( ) de responsabilidade da contratada;
	( ) de responsabilidade da contratante.
Diário de Obra	( ) completo;
	( ) não adotado.
Data da última atualização do Diário de Obra:	____/____/____
Ritmo Lento*	( ) Sim ( ) Não
Avanço financeiro no mês (incluindo aditivo)	R\$ _____
Reajuste no Mês (incluindo aditivo)	R\$ _____
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de	
Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/____, e estão em	
consonância com este relatório.	
Município, ____ de ____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Medição de Obra

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Medição de Obra (exceto para CONVITE)	
Obra: (selecione obra)	
Responsável pela medição	
Data da medição	____/____/____
Período (dia, mês e ano relacionados ao período de tempo ao qual a medição se refere).	____/____/____ a
	____/____/____
Valor do Reajuste com aditivos desta medição	R\$ _____
Grupo de Serviços	Medição Atual em R\$
1	R\$ _____
2	R\$ _____
3	R\$ _____
4	R\$ _____
5	R\$ _____
6	R\$ _____
Total	
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de	
Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/____, e estão em	
consonância com este relatório.	
Município, ____ de ____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	



## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Estorno de Medição de Obra

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Estorno de Medição	
Medição	
Justificativa	
Data do Estorno	
Grupo de Serviços	Valor a ser deduzido (estornado)
1	R\$ _____
2	R\$ _____
3	R\$ _____
4	R\$ _____
5	R\$ _____
6	R\$ _____
7	R\$ _____
8	R\$ _____
9	R\$ _____
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de	
Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia _____/_____/_____, e estão em	
consonância com este relatório.	
Município, _____ de _____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Registro fotográfico

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Registro Fotográfico	
Obra	
Situação	
Legenda (explicação do que se trata a fotografia)	
Data	
Responsável técnico	
Nome do arquivo para upload	Procurar arquivo no computador
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de	
Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia _____/_____/_____, e estão em	
consonância com este relatório.	
Município, _____ de _____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Paralisação de Obra

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Paralisar Obra	
Obra: (selecione obra)	
Data da paralisação	____/____/____
Motivo da paralisação	( ) Insuficiência financeira ( ) Ordem Técnica
Justificativa	( ) jornal; ( ) Diário Oficial; ( ) Mural; ( ) Internet; ( ) outro _____
Local da primeira publicação	( ) Não publicado
Local da primeira publicação	
Data da publicação	____/____/____
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/____, e estão em consonância com este relatório.	
Município, ____ de ____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Reinício de Obra

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	

Ocorrências	
Reiniciar Obra	A obra será reiniciada após ter sido paralisada.
Obra: (selecione obra)	
Data de reinício (dia, mês e ano da Ordem de reinício)	____/____/____
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/____, e estão em consonância com este relatório.	
Município, ____ de ____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Retomada de Obra

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Retomar Obra	
A obra retomada, devido a um contrato cancelado, será considerada como "obra nova".	
A "obra anterior" será considerada como "obra cancelada".	
Obra contrato cancelado	
Obra nova (selecione a "obra nova" a qual, no sistema, dará continuidade à "obra cancelada").	
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/____, e estão em consonância com este relatório.	
Município, ____ de ____ de 2010.	
Nome:	

Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Recebimento Provisório

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Recebimento Provisório	
Obra (selecione a obra)	
Data do Recebimento provisório	____/____/____
Valor do Pagamento final pendente (Se existir parcelas a pagar)	R\$ _____
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/____, e estão em consonância com este relatório.	
Município, _____ de _____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Conclusão de Obra

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Conclusão de obra	
Esta tela somente poderá ser enviada após entrada das datas de "Recebimento Definitivo" e do "Pagamento Final Realizado".	
Obra (selecione a obra)	
Recebimento definitivo ou liquidação da despesa se for compra	____/____/____

	Obtido ( ) sim Data: ____/____/____
Habite-se (quando necessário)	Obtido ( ) não ____/____/____
Pagamento final realizado	____
"As built" como construído - Projeto final revisado	( ) Arquivado na UG ( ) Não realizado
Bem incluído no programa de manutenção	( ) Sim ( ) Não ( ) Não existe programa
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/____, e estão em consonância com este relatório.	
Município, _____ de _____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Retomada de Obra por Administração Direta

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Retomar Obra por Adm. Direta	
ocorre quando uma obra esta sendo finalizada e seu contrato foi rescindido. A administração decide concluir a obra com pessoal próprio.	
Obra contrato cancelado	
Justificativa	
Descrição da obra (parte a ser executada pela administração)	
Dimensão	
Unidade	
Valor estimado (inclui material e mão-de-obra)	R\$ _____
Prazo estimado conclusão em dias	
Projeto Básico (parte da administração)	( ) realizado ( ) não realizado

Projeto Executivo (parte da administração)	( ) não realizado ( ) concomitante à execução da obra ( ) Aprovado ( ) Não aprovado
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/_____, e estão em consonância com este relatório.	
Município, ____ de _____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	

## Anexo XI – Planilha Excel – Modelo sugestivo

## Ocorrência – Cancelamento definitivo de Obra

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE	
Procedimentos para o e-Sfinge Obras	
Ocorrências	
Cancelar definitivamente a obra	
Obra (selecione a obra)	
Data do cancelamento	____/____/____
Justificativa	
Declaro para os devidos fins que as informações foram prestadas ao SCO – Sistema de Cadastro e Acompanhamento de Obras no dia ____/____/_____, e estão em consonância com este relatório.	
Município, ____ de _____ de 2010.	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	



**Processo seletivo nº 002/2010 SMECE - Resultado da Prova Objetiva**

**PROCESSO SELETIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE**  
**EDITAL 002/2010 - RESULTADO DA PROVA OBJETIVA**

**Cargo: Agente de Serviços Gerais**

Insc.	NOME	CPF	Acertos Peso 0,2	Acertos Peso 0,4	Acertos Peso 0,6	Nota	Desempate	Classif.
277	Orlanda Judite Fedrigo	521.968.449-34	10	5	10	10,00	06/05/1961	1
49	Simone Ap. Rodrigues da Silva	006.046.759-25	10	5	10	10,00	23/09/1980	2
285	Karoline Ferreira Martins	055.795.789-38	10	5	10	10,00	02/05/1985	3
223	Rosangela Westheuser	068.123.269-25	10	5	10	10,00	20/05/1988	4
1	Lacira Regina Palavecini	017.199.459-00	9	5	10	9,80	28/01/1975	5
17	Cristiane R. de Oliveira Dacas	008.629.039-80	9	5	10	9,80	01/03/1982	6
81	Eliane Ap. Lira	045.005.039-43	9	5	10	9,80	23/12/1983	7
280	Jaqueline Silva do Carmo	053.556.539-95	9	5	10	9,80	28/03/1984	8
11	Adriana Bertusso	043.993.039-13	9	5	10	9,80	13/06/1985	9
23	Eva Lorena Krinschel	538.514.479-72	10	5	9	9,40	06/05/1957	10
16	Fátima Bittencourt	385.137.659-53	7	5	10	9,40	08/03/1958	11
9	Bruna Tonet	040.355.089-00	9	4	10	9,40	24/03/1983	12
7	Simone M. Dalpizol da Costa	892.239.269-04	9	5	9	9,20	09/12/1973	13
20	Marizane Botegal	028.948.439-17	9	5	9	9,20	03/08/1977	14
361	Cintia Alves de Oliveira	057.215.829-79	10	3	10	9,20	18/03/1986	15
397	Aline dos Santos	055.369.229-12	6	5	10	9,20	16/01/1991	16
18	Leila T. Molina de Moura	782.418.630-04	10	4	9	9,00	11/01/1972	17
95	Rosimeri Amancio Damasio	057.293.959-06	8	5	9	9,00	22/09/1983	18
395	Janaina Kemer	047.998.149-31	7	4	10	9,00	04/08/1984	19
243	Jurema Rezende Lima	623.039.539-87	7	5	9	8,80	04/03/1967	20
302	Dironete de Oliveira Andrade	005.341.649-00	6	4	10	8,80	08/10/1968	21
12	Maria Margarete Ramos	010.061.499-02	9	4	9	8,80	19/03/1973	22
174	Maria J. de Souza de Timin	033.107.579-27	8	3	10	8,80	07/10/1976	23
197	Sayonara Terezinha de Oliveira	070.493.779-45	7	5	9	8,80	06/01/1988	24
15	Elizandra Salet Schuastz	017.302.919-10	8	4	9	8,60		25
195	Terezinha da Rosa Felini	558.821.459-53	10	4	8	8,40	25/09/1967	26
59	Selanira Antonia Alves	021.621.349-50	8	5	8	8,40	20/07/1973	27
21	Nadir Silva Mafra	712.762.119-53	10	3	8	8,00	30/09/1945	28
73	Marisane de Oliveira dos Santos	025.279.739-65	5	4	9	8,00	25/10/1973	29
19	Giseli M. Paz Padilha Stopassola	017.027.289-35	8	4	8	8,00	17/05/1977	30
8	Loraci Provenci	539.429.579-49	7	4	8	7,80		31
369	Cleonice Santos Sarmento	863.797.049-49	6	5	7	7,40		32
10	Suzana Ap. Nikoseit Ruppenthal	933.598.619-49	8	2	8	7,20		33
208	Leci T. Rodrigues da Silva	757.757.009-53	1	4	7	6,00	23/06/1971	34
2	Silvia Dalpizol de Almeida	023.743.229-39	5	5	5	6,00	03/10/1978	35
147	Eli Sonete Engracia	908.215.309-25	4	4	5	5,40	03/10/1978	36

**Cargo: Professor de Educação Física**

Insc.	NOME	CPF	Acertos Peso 0,2	Acertos Peso 0,4	Acertos Peso 0,6	Nota	Situação
173	Alexandre Augusto Vidi Roesler	061.999.909-86	8	2	10	8,40	Aprovado
384	Andréia Maria Bernardt	043.332.369-83	7	4	9	8,40	Aprovado
328	Cristian Lemes Cerino	055.694.079-28	8	3	9	8,20	Aprovado
372	Leonardo Mascarello	042.842.899-18	6	2	10	8,00	Aprovado
386	Agnaldo Roberto Gemelli	806.992.789-53	8	4	8	8,00	Aprovado
29	Alexander Rover	867.389.179-53	9	3	8	7,80	Aprovado

203	Everton Krug	009.223.689-88	8	2	9	7,80	Aprovado
216	Deise C. Alves Both	008.649.879-78	9	3	8	7,80	Aprovado
52	Everton Martini	039.651.849-46	7	2	9	7,60	Aprovado
87	Daiana Duarte	053.709.969-70	8	3	8	7,60	Aprovado
315	Adão Cezar de Oliveira	818.680.819-15	6	1	10	7,60	Aprovado
377	José Antonio da Cruz	677.795.739-15	5	3	9	7,60	Aprovado
148	Renan Souza	009.234.929-33	7	3	8	7,40	Aprovado
341	Fernando Cássio Orso Alves	051.847.279-57	7	3	8	7,40	Aprovado
102	Júlio Pasqual Rigo	049.829.419-63	7	4	7	7,20	Aprovado
292	Naimo Balestrin	050.626.799-74	8	2	8	7,20	Aprovado
293	Edoardo Trindade dos Santos	051.968.139-85	9	3	7	7,20	Aprovado
287	Luan Patric Melere Sobrinho	047.793.679-21	9	1	8	7,00	Aprovado
85	Fabio Lazzarini	039.105.379-52	7	3	7	6,80	Aprovado
254	Viviane Carine B. Machado	047.642.489-56	8	2	7	6,60	Aprovado
161	Leonardo Dal Moro	022.852.700-70	7	1	8	6,60	Aprovado
250	Danieli Schaly	075.507.719-95	7	1	8	6,60	Aprovado
152	Thiara Gabriela C. Ramos	053.486.729-47	5	3	7	6,40	Aprovado
288	Marcio Alex Cardoso Belardony	771.936.520-87	7	2	7	6,40	Aprovado
358	Leandro Antonio Turra	045.769.719-99	4	2	8	6,40	Aprovado
368	Omar Aduan Funk	005.629.159-07	7	2	7	6,40	Aprovado
371	Natalício Poster de Ávila	058.544.819-10	8	3	6	6,40	Aprovado
382	Ana Paula Vanz	044.190.379-70	5	3	7	6,40	Aprovado
392	Tássio Marcel Hoffmann Coelho	043.615.739-05	7	2	7	6,40	Aprovado
132	Anderson Cristiano da Silva	706.105.419-00	8	2	6	6,00	Aprovado
253	Dionathas Rodrigues de Oliveira	010.293.169-02	5	2	7	6,00	Aprovado
289	Fabiane Tais Formigueri	031.248.319-85	7	2	6	5,80	Aprovado
204	Michel Petri Dalapria	005.968.159-48	4	1	7	5,40	Aprovado
215	Marilene Alves	007.525.999-09	5	2	6	5,40	Aprovado
263	Otávio Ricardo Lamim	064.006.139-00	7	2	5	5,20	Aprovado

Cargo: Professor de Educação Infantil							
Insc.	NOME	CPF	Acertos Peso 0,2	Acertos Peso 0,4	Acertos Peso 0,6	Nota	Classif.
79	Josiane Tanques	048.508.289-65	7	4	10	9,00	Aprovado
364	Quelin Vaccari	059.464.889-02	8	3	10	8,80	Aprovado
305	Eliane Bonatto Dembinski Alves	041.176.219-20	7	3	10	8,60	Aprovado
137	Josiane Regina Habech	053.827.899-40	8	5	8	8,40	Aprovado
402	Dainana Antunes de Oliveira	035.475.399-19	7	4	9	8,40	Aprovado
53	Mariani Camila da Silva	010.508.149-32	5	4	9	8,00	Aprovado
61	Liciane de Fátima Telles	045.455.979-80	7	3	9	8,00	Aprovado
104	Josiele N. Garçoa Flemming	008.691.899-05	7	3	9	8,00	Aprovado
224	Sandra Kangerski Bottega	646.896.629-91	7	3	9	8,00	Aprovado
334	Lilian Bachin de Oliveira	025.863.359-02	10	3	8	8,00	Aprovado
309	Marisa Lorenzoni	758.792.129-04	8	5	7	7,80	Aprovado
125	Charlene Ap. M. Fiorese	039.850.909-39	9	3	8	7,80	Aprovado
167	Angela Hericks	066.050.319-03	6	3	9	7,80	Aprovado
261	Mislaine da Silva Garcia	054.167.649-02	7	4	8	7,80	Aprovado
300	Bianca Andriago	063.592.579-63	8	2	9	7,80	Aprovado
400	Karina Filipini	057.367.599-69	8	2	9	7,80	Aprovado
385	Francia Talita Cyrino Ramos	047.030.059-05	7	5	7	7,60	Aprovado
40	Simone Simone	052.307.869-22	5	3	9	7,60	Aprovado
271	Sandra Mara Pilatti Serena	015.745.509-26	7	2	9	7,60	Aprovado

91	Daiani Doré	039.371.689-90	7	3	8	7,40	Aprovado
154	Talita Pereira Dias	043.977.189-70	5	4	8	7,40	Aprovado
380	Kássia Fernanda Callai	040.905.649-99	8	4	7	7,40	Aprovado
44	Joselia Zambiazzi	039.226.129-46	6	2	9	7,40	Aprovado
6	Rosangela M. Lamperti Kieling	022.226.259-12	6	3	8	7,20	Aprovado
28	Kelly Patrícia M. Silva	010.853.009-43	8	2	8	7,20	Aprovado
31	Regina Inês Reisdorfer	622.864.989-20	6	3	8	7,20	Aprovado
155	Alcione Maria Vidi Susin	481.732.409-06	7	4	7	7,20	Aprovado
239	Juliana Valquiria Rosa Taugem	041.698.349-92	6	3	8	7,20	Aprovado
247	Marta Behrend Rocha	423.815.099-68	6	3	8	7,20	Aprovado
281	Édina Belini B. Andrade	044.605.949-86	8	2	8	7,20	Aprovado
348	Sheila Ap. Manentti Grando Stoffel	053.938.839-43	8	2	8	7,20	Aprovado
375	Leandra F. V. G. de Lima Desiderio	005.063.149-79	6	3	8	7,20	Aprovado
89	Camila Hoffelder	069.970.949-02	5	3	8	7,00	Aprovado
172	Ediane Paviani Hoppen	029.867.629-05	5	3	8	7,00	Aprovado
181	Vanusa Fochesatto Zimmermann	933.373.619-00	7	2	8	7,00	Aprovado
206	Raquel Hoffmann Petry	022.596.639-58	7	2	8	7,00	Aprovado
231	Regina Tedesco Gehm	564.033.489-49	6	4	7	7,00	Aprovado
242	Luciane Rezende	037.856.139-11	6	4	7	7,00	Aprovado
316	Jussara de Oliveira Andolfatto	933.953.619-34	7	2	8	7,00	Aprovado
376	Rosane Bernardi da Cruz	892.854.689-34	6	4	7	7,00	Aprovado
33	Caroline Zulian Bucco	046.052.059-85	5	4	7	6,80	Aprovado
122	Eliete Adriana C. Tedesco	034.836.589-63	7	3	7	6,80	Aprovado
171	Rosangela Schuzaizerski de Oliveira	026.025.139-97	7	3	7	6,80	Aprovado
178	Danieli Fell	045.284.319-71	7	3	7	6,80	Aprovado
233	Monaliza Surdi Gemelli	058.934.269-08	7	3	7	6,80	Aprovado
272	Fernanda Selzlein	044.557.619-77	5	4	7	6,80	Aprovado
41	Vanessa Pereira da Costa	049.333.719-97	6	2	8	6,80	Aprovado
67	Sonilei Ap. Peroni Guarda	033.555.659-03	6	2	8	6,80	Aprovado
113	Vanderlei de Oliveira Alves	009.004.469-84	8	4	6	6,80	Aprovado
156	Ana Maria Rodrigues Paiano	005.429.279-42	6	2	8	6,80	Aprovado
347	Márcia Rita Ribeiro dos Santos	707.723.559-91	4	3	8	6,80	Aprovado
64	Simone Ap. Borsoi	063.185.059-70	6	3	7	6,60	Aprovado
94	Luciane Nitz	047.659.559-23	6	3	7	6,60	Aprovado
141	Glacirina Ap. Rodrigues C. Spessatto	436.568.119-20	8	2	7	6,60	Aprovado
205	Emanuele Hoffelder Rover	052.386.529-50	8	2	7	6,60	Aprovado
267	Flávia Regina Colusso	075.075.249-14	6	3	7	6,60	Aprovado
307	Andreia Ap. Scalabrin	017.267.569-39	6	3	7	6,60	Aprovado
339	Jaqueline Brassan da Silva	059.632.119-80	6	3	7	6,60	Aprovado
127	Andréa Riepe Pires	004.867.249-13	7	4	6	6,60	Aprovado
191	Rosangela Ap. Goulart Ribeiro	651.844.329-49	7	4	6	6,60	Aprovado
245	Alini Alves Cabral	066.906.799-77	5	5	6	6,60	Aprovado
22	Sandra Maria Bertelli	069.220.349-45	7	2	7	6,40	Aprovado
37	Maria Helena D. Olivo	006.834.169-52	7	2	7	6,40	Aprovado
46	Cristina W. Marcon	824.991.019-20	6	4	6	6,40	Aprovado
71	Ana Lúcia de Almeida	041.734.057-58	7	5	5	6,40	Aprovado
117	Giselle Thaís Nêres Corso	032.026.819-22	8	3	6	6,40	Aprovado
145	Marioni Fátima Machado	036.757.709-74	6	1	8	6,40	Aprovado
182	Elma Cecília Etges	602.878.459-15	6	4	6	6,40	Aprovado
282	Edivani Bizognin	688.805.370-91	4	2	8	6,40	Aprovado
320	Izabel Chiamolera de Almeida	037.383.449-77	7	2	7	6,40	Aprovado
112	Fátima Zarth	346.096.449-91	8	1	7	6,20	Aprovado
129	Helenara Rita S. Trucculo	715.595.319-91	6	2	7	6,20	Aprovado

165	Michelli Novello	743.325.469-20	4	3	7	6,20	Aprovado
313	Mônica Regina de Matos	799.983.999-04	6	2	7	6,20	Aprovado
322	Maria Luiza Dezanet	023.801.419-32	7	3	6	6,20	Aprovado
345	Andréa Vicente	035.160.819-29	6	2	7	6,20	Aprovado
359	Vanice Cristina Tureck	780.725.229-49	7	3	6	6,20	Aprovado
146	Arlene Gelati	711.474.389-00	5	1	8	6,20	Aprovado
327	Eliani Fátima Balestrin Darold	022.192.609-76	5	1	8	6,20	Aprovado
330	Marciana Ap. Rosa	064.267.659-37	5	1	8	6,20	Aprovado
32	Gabriela Pereira Zanini	063.705.589-66	6	3	6	6,00	Aprovado
35	Liliane Ap. Valduga Krug	042.940.809-90	6	3	6	6,00	Aprovado
119	Daiane Schneider	064.249.839-37	7	4	5	6,00	Aprovado
151	Ana Piovesam	570.413.349-53	4	4	6	6,00	Aprovado
157	Taize Sabei	063.592.529-02	6	3	6	6,00	Aprovado
168	Pâmela Maria Belotto	072.369.369-28	6	3	6	6,00	Aprovado
227	Sandra Schindler	059.322.089-70	4	1	8	6,00	Aprovado
228	Cleusa Campagnollo	001.131.199-17	6	3	6	6,00	Aprovado
279	Mari Serine de Matos da Luz	933.023.209-49	4	1	8	6,00	Aprovado
390	Barbara Milene Antunes	053.582.559-58	6	3	6	6,00	Aprovado
3	Camila Branco Sgaria	039.525.029-36	4	2	7	5,80	Aprovado
159	Dirlei Moraes dos Santos	035.540.629-28	8	3	5	5,80	Aprovado
186	Eliane Maria de Sá	023.489.049-50	4	2	7	5,80	Aprovado
27	Daniela T. de Mattos	026.106.649-82	5	0	8	5,80	Aprovado
321	Solange Fiorio Bucco	698.890.829-34	7	2	6	5,80	Aprovado
209	Juliana Ap. Thomazi Samoura	004.841.549-90	7	0	7	5,60	Aprovado
25	Viviane Ap. Marques Keller	009.611.779-69	6	2	6	5,60	Aprovado
86	Adilce P. Trevisol	436.560.139-34	6	2	6	5,60	Aprovado
210	Eunice Cátia Bottega	732.316.149-53	5	1	7	5,60	Aprovado
217	Giseli Borsoi	073.767.779-11	4	3	6	5,60	Aprovado
251	Claudia R. Camara	034.711.399-07	6	2	6	5,60	Aprovado
298	Dionilde Sutil Mocelin	041.443.299-17	8	1	6	5,60	Aprovado
47	Salette Terezinha de Oliveira	476.043.529-87	3	3	6	5,40	Aprovado
68	Lira Heckler	437.446.309-78	7	1	6	5,40	Aprovado
92	Deyse Elaine Rocha	007.079.119-82	7	1	6	5,40	Aprovado
176	Eliane Paviani Gab	027.313.319-50	3	3	6	5,40	Aprovado
237	Paula A.K. Castelo Branco	006.661.529-18	9	3	4	5,40	Aprovado
393	Camila Noël	052.031.729-78	3	3	6	5,40	Aprovado
199	Marizete Graff Zang	045.131.739-47	9	0	6	5,40	Aprovado
214	Edelir Fátima Deitos	844.985.799-68	5	2	6	5,40	Aprovado
349	Clarice Dudas	060.036.179-93	5	2	6	5,40	Aprovado
74	Lurdes Caricimi Bonfanti	845.590.129-20	5	0	7	5,20	Aprovado
142	Daniele Patrícia Pratto	042.144.679-06	6	4	4	5,20	Aprovado
196	Elenari A. Cassul M. Fiorin	021.800.839-20	8	3	4	5,20	Aprovado
200	Mariza Ap. Passos	892.246.399-68	5	3	5	5,20	Aprovado
207	Sandrine Cristina Pizoni	005.359.759-10	5	3	5	5,20	Aprovado
230	Elisangela de Jesus J. Bilibio	006.130.669-01	5	3	5	5,20	Aprovado
366	Cleciene Luvison	033.711.449-84	5	3	5	5,20	Aprovado
240	Jurema Caricimi	620.713.949-68	4	2	6	5,20	Aprovado
312	Lucélia Sobrinho	004.241.519-52	4	2	6	5,20	Aprovado
26	Monica Klein	892.834.579-00	5	1	6	5,00	Aprovado
116	Joice Salete Rossoni Negri	445.577.449-15	3	2	6	5,00	Aprovado
162	Marivete de Moraes Zarpelon	715.852.149-49	3	2	6	5,00	Aprovado
184	Cristiane Canuto Bertelli de Oliveira	032.612.099-84	5	1	6	5,00	Aprovado
244	Fabiana Ap. Nardi Marca	053.770.779-46	5	1	6	5,00	Aprovado



269	Denyse Carletti	017.896.639-89	1	3	6	5,00	Aprovado
326	Luciane Ferreira Brandão	051.705.529-55	5	1	6	5,00	Aprovado
394	Cremice Lea dos Santos	040.120.909-17	4	3	5	5,00	Aprovado

**Cargo: Professor de Ensino Religioso**

Insc.	NOME	CPF	Acertos Peso 0,2	Acertos Peso 0,4	Acertos Peso 0,6	Nota	Situação
332	Ademir Nunes dos Santos	021.594.639-14	7	4	9	8,40	Aprovado

**Cargo: Professor de Geografia**

Insc.	NOME	CPF	Acertos Peso 0,2	Acertos Peso 0,4	Acertos Peso 0,6	Nota	Situação
356	Diva de Giacometti	512.540.349-00	8	5	7	7,80	Aprovado
134	Mauro Sérgio Martini	713.164.509-53	6	3	7	6,60	Aprovado

**Cargo: Professor de História**

Insc.	NOME	CPF	Acertos Peso 0,2	Acertos Peso 0,4	Acertos Peso 0,6	Nota	Situação
236	Jailson Drey dos Santos	065.048.289-11	9	3	8	7,80	Aprovado
274	Selmar José Klein	001.846.119-03	8	2	8	7,20	Aprovado
337	João Paulo de Oliveira	020.296.109-50	7	2	6	5,80	Aprovado
189	Salete Pastori	828.417.729-34	6	4	4	5,20	Aprovado

**Cargo: Professor de Informática**

Insc.	NOME	CPF	Acertos Peso 0,2	Acertos Peso 0,4	Acertos Peso 0,6	Nota	Situação
193	Sidinei Ferreira de Lima	039.442.529-42	8	4	9	8,60	Aprovado
60	Ronaldo Dalla Costa	016.634.259-90	8	2	10	8,40	Aprovado
353	Silvano Luiz Gonçalves	048.360.549-23	7	3	9	8,00	Aprovado
388	Cristiane Lima	005.448.049-37	5	2	10	7,80	Aprovado
318	Naiara Cristina Kemer	009.789.969-09	8	1	9	7,40	Aprovado
110	Josanne Margit J. Krug	400.961.309-20	7	1	9	7,20	Aprovado
355	Claudete da Silva Polo	006.512.879-60	5	4	7	6,80	Aprovado
383	Ivo Guindani	386.141.389-20	4	3	8	6,80	Aprovado
169	Dâni Felipe de Souza Pinto	063.399.949-03	5	3	7	6,40	Aprovado
351	Keli Ap. Fiorin	080.473.719-32	7	1	7	6,00	Aprovado
303	Robson Veiga	056.540.129-75	5	1	6	5,00	Aprovado

**Cargo: Professor de Inglês**

Insc.	NOME	CPF	Acertos Peso 0,2	Acertos Peso 0,4	Acertos Peso 0,6	Nota	Situação
268	Fernanda Lourenço de Almeida	061.617.759-30	7	3	5	5,60	Aprovado
69	Elizabete G. Goulart Calegari	518.040.850-49	6	3	5	5,40	Aprovado

Cargo: Professor de Língua Portuguesa							
Insc.	NOME	CPF	Acertos Peso 0,2	Acertos Peso 0,4	Acertos Peso 0,6	Nota	Situação
14	Marcio Paiva	024.643.839-88	8	3	9	8,20	Aprovado
82	Karla C. Parissenti Lamperti	010.426.179-02	8	4	8	8,00	Aprovado
120	Francieli Prando D. Lokstein	053.709.989-14	7	5	7	7,60	Aprovado
100	Simone Ap. Camara	864.810.889-68	7	3	7	6,80	Aprovado
291	Juliana Sobotka Tiepo	040.815.389-05	4	3	7	6,20	Aprovado

Cargo: Professor de Matemática							
Insc.	NOME	CPF	Acertos Peso 0,2	Acertos Peso 0,4	Acertos Peso 0,6	Nota	Situação
344	Ravel Ribeiro	008.540.539-64	7	2	7	6,40	Aprovado
255	Shirlen Ferreira	048.260.299-69	7	1	6	5,40	Aprovado
370	Viviane Roberta Ap. Gomes	059.153.469-01	8	2	5	5,40	Aprovado

Cargo: Professor de Ensino Fundamental Séries Iniciais							
Insc.	NOME	CPF	Acertos Peso 0,2	Acertos Peso 0,4	Acertos Peso 0,6	Nota	Situação
96	Edna Scalabrin	025.726.259-89	6	3	10	8,40	Aprovado
188	Rosemilda Hericks Rampon	024.084.769-50	4	4	10	8,40	Aprovado
225	Sandra Kangerski Bottega	646.896.629-91	9	3	9	8,40	Aprovado
62	Liciane de Fátima Telles	045.455.979-80	8	3	9	8,20	Aprovado
80	Josiane Tanques	048.508.289-65	6	3	9	7,80	Aprovado
114	Vanderlei de Oliveira Alves	009.004.469-84	5	3	9	7,60	Aprovado
133	Elisangela Gonçalves dos Santos	009.304.619-75	5	1	10	7,40	Aprovado
166	Angela Hericks	066.050.319-02	5	1	10	7,40	Aprovado
175	Ieda Salete Vergani	026.053.919-81	3	2	10	7,40	Aprovado
84	Luana Lais F. de Moraes	088.089.149-17	6	2	9	7,40	Aprovado
153	Talita Pereira Dias	043.977.189-70	4	3	9	7,40	Aprovado
378	Carla Rosana Padilha de Oliveira	439.167.830-68	3	3	9	7,20	Aprovado
65	Simone Ap. Borsoi	063.185.059-70	4	2	9	7,00	Aprovado
90	Camila Hoffelder	069.970.949-02	5	3	8	7,00	Aprovado
106	Giceli de Fátima Borin	051.832.209-21	4	2	9	7,00	Aprovado
179	Fabiana de Fátima Rossa	060.314.519-13	5	3	8	7,00	Aprovado
260	Thaiane Cristina Bonatto	050.786.909-56	3	4	8	7,00	Aprovado
276	Eliane Gonçalves Lamperti	039.371.959-63	7	2	8	7,00	Aprovado
283	Livonir Mendes Balestrin	543.609.279-91	5	3	8	7,00	Aprovado
297	Dionilde Sutil Mocelin	041.443.299-17	6	4	7	7,00	Aprovado
93	Deyse Eliane Rocha	007.079.119-82	7	3	7	6,80	Aprovado
77	Suzana Ap. Festugatto	036.650.099-60	4	3	8	6,80	Aprovado
108	Rafaela Dartora dos Santos	042.008.419-32	6	2	8	6,80	Aprovado
308	Andreia Ap. Scalabrin	017.267.569-39	6	2	8	6,80	Aprovado
241	Luciane Rezende	037.856.139-11	6	3	7	6,60	Aprovado
229	Elisangela de Jesus J. Bilibio	006.130.669-01	5	2	8	6,60	Aprovado
43	Joselia Zambiazzi	039.226.129-46	6	1	8	6,40	Aprovado
97	Ivanete Gasparini	655.873.679-91	5	3	7	6,40	Aprovado
144	Marioni Fátima Machado	036.757.709-74	2	3	8	6,40	Aprovado
164	Rosely Pinto Padilha	014.489.709-11	4	2	8	6,40	Aprovado
246	Alini Alves Cabral	066.906.799-77	4	2	8	6,40	Aprovado
295	Vania Recalcatti Piovesan	987.551.709-78	6	4	6	6,40	Aprovado

346	Márcia Rita Ribeiro dos Santos	707.723.559-91	6	1	8	6,40	Aprovado
304	Lilian Gredchen Meyer	031.965.079-04	3	1	9	6,40	Aprovado
126	Charlene Ap. M. Fiorese	039.850.909-39	6	2	7	6,20	Aprovado
150	Ana Piovesam	570.413.349-53	3	2	8	6,20	Aprovado
170	Rosangela Schuwaizerski de Oliveira	026.025.139-97	6	2	7	6,20	Aprovado
177	Danieli Fell	045.284.319-71	6	2	7	6,20	Aprovado
310	Sílvia dos Santos de Oliveira	004.921.429-20	3	2	8	6,20	Aprovado
319	Izabel Chiamolera de Almeida	037.383.449-77	6	2	7	6,20	Aprovado
360	Vanice Cristina Tureck	780.725.229-49	6	2	7	6,20	Aprovado
107	Elissonia M. Sutil Mazetto	022.990.609-52	5	1	8	6,20	Aprovado
190	Vanuza de Oliveira	058.761.569-90	2	1	9	6,20	Aprovado
248	Marta Behrend Rocha	423.815.099-68	5	1	8	6,20	Aprovado
257	Naiara Segalin	063.199.599-40	5	1	8	6,20	Aprovado
352	Michele Deola	078.238.469-26	5	1	8	6,20	Aprovado
54	Rosângela Maria Dalla Costa	538.514.399-53	2	2	8	6,00	Aprovado
149	Queli Cristina Bitencourt	044.152.829-54	2	2	8	6,00	Aprovado
226	Sandra Schindler	059.322.089-70	3	3	7	6,00	Aprovado
262	Mislaine da Silva Garcia	054.167.649-02	3	3	7	6,00	Aprovado
365	Cleciene Luvison	033.711.449-84	2	2	8	6,00	Aprovado
399	Karina Filipini	057.367.599-69	5	2	7	6,00	Aprovado
185	Eliane Maria de Sá	023.489.049-50	4	2	7	5,80	Aprovado
299	Simara Pedroso	037.823.259-23	4	2	7	5,80	Aprovado
317	Érica Ribeiro de Campos	010.883.699-10	6	1	7	5,80	Aprovado
335	Lilian Bachin de Oliveira	025.863.359-02	4	2	7	5,80	Aprovado
57	Vivian Emilli Fallgatter Silva	051.116.319-33	3	1	8	5,80	Aprovado
75	Neusa T. Fortes	047.873.389-51	3	2	7	5,60	Aprovado
111	Fátima Zarth	346.096.449-91	6	2	6	5,60	Aprovado
123	Marivete Pires	019.132.039-05	2	1	8	5,60	Aprovado
158	Taize Sabei	063.592.529-02	4	3	6	5,60	Aprovado
163	Francieli Carabolante	061.380.979-39	6	2	6	5,60	Aprovado
252	Claudia R. Camara	034.711.399-07	6	2	6	5,60	Aprovado
331	Ademir Nunes dos Santos	021.594.639-14	5	4	5	5,60	Aprovado
391	Barbara Milene Antunes	053.582.559-58	6	2	6	5,60	Aprovado
130	Helenara Rita S. Trucculo	715.595.319-91	4	1	7	5,40	Aprovado
238	Juliana Valquiria Rosa Taugem	041.698.349-92	4	1	7	5,40	Aprovado
42	Fabiana Ap. Moreira Behrend	949.815.319-15	7	2	5	5,20	Aprovado
140	Glacínira Ap. Rodrigues C. Spessatto	436.568.119-20	4	2	6	5,20	Aprovado
270	Sandra Mara Pilatti Serena	015.745.509-26	4	2	6	5,20	Aprovado
138	Josiane Regina Habeck	053.827.899-40	6	2	5	5,00	Aprovado
354	Dilvete Luvison Toniello	789.302.439-91	6	2	5	5,00	Aprovado
374	Deise Cristina Crippa	923.686.899-15	3	2	6	5,00	Aprovado

**Cargo: Professor de Teatro**

Insc.	NOME	CPF	Acertos Peso 0,2	Acertos Peso 0,4	Acertos Peso 0,6	Nota	Situação
222	Caroline Brunoni	298.555.891-33	9	4	7	7,60	Aprovado
124	Marcelo Ciepielewski	006.042.230-05	7	3	8	7,40	Aprovado
401	Eliza Karla Pigatto Docena	008.300.689-37	8	2	6	6,00	Aprovado
56	Vivian Emilli Fallgatter Silva	051.116.319-33	6	2	5	5,00	Aprovado

Cargo: Psicólogo								
Insc.	NOME	CPF	Acertos Peso 0,2	Acertos Peso 0,4	Acertos Peso 0,6	Nota	Desempate	Classif.
340	Ana Catarina Antes	019.496.319-58	4	4	8	7,20		1
235	Rita Biolchi Trevisol	030.281.229-60	8	5	5	6,60		2
83	Alessandra Loraschi	056.057.939-00	6	4	5	5,80		3
136	Sandra Aparecida Dacas	034.722.799-66	5	4	5	5,60	26/08/1980	4
105	Mabel Falavinha Baran	010.155.849-00	4	3	6	5,60	22/09/1988	5
24	Cintia Aparecida Ferri	016.588.389-80	4	2	6	5,20	03/09/1974	6
381	Kelly Ferreira	048.290.419-43	7	2	5	5,20	31/08/1987	7
266	Tainara Z. Barriquel	063.816.109-64	5	3	5	5,20	07/06/1988	8
311	Deliana Dall'Orsoletta	061.303.269-12	4	3	5	5,00	27/04/1987	9
265	Luciane Frank	067.382.939-17	6	2	5	5,00	04/07/1988	10

Joaçaba, SC, 17 de dezembro de 2010.

Nelson Guindani  
Prefeito Municipal



**CÂMARA DE VEREADORES****Emenda Nº 04/2010 à Lei Orgânica de Herval d'Oeste**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste  
 EMENDA Nº 04/2010 A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE  
 HERVAL D'OESTE  
 (Altera redação do Art. 17º da Lei Orgânica de Herval d'Oeste)

Os vereadores subscritos, no uso de suas atribuições, em especial ao disposto no art. 29, I da Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste, apresentam a seguinte:

**EMENDA A LEI ORGÂNICA**

Art. 1º - O Art. 17º da Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17º - A partir da Legislatura 2013/2016, a Câmara Municipal será composta de 11 (onze) vereadores, conforme estabelece o Art. 1º, b da Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009".

Art. 2º - Esta Emenda à Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste entra em vigor a partir da sua publicação.

Sala de sessões, em 16 de dezembro de 2010.

ADELAR JOSÉ PROVENCÍ

Vereador - PSDB

ARI PARISENTI

Vereador - PMDB

DIRCEU DE LIMA

Vereador - PSB

JONER MIGUELÃO

Vereador - PMDB

JUAREZ ANTONIO DE SOUZA

Vereador - PMDB

JUNIOR ADELAR ARENHART

Vereador - PP

LUIZ ANTONIO FIDELIS

Vereador - PMDB

MAURO SÉRGIO MARTINI

Vereador - PMDB

OLACIR CAVALLI

Vereador - PSDB

JUSTIFICATIVA

**EMENDA Nº 04/2010 A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE**

O presente projeto de Emenda a Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste propõe que a Câmara Municipal seja composta por 11 vereadores, a partir de 2013. Atualmente, a composição da Câmara Municipal está estabelecida em 9 integrantes.

Com a promulgação da Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009, que tratou de estabelecer uma recomposição para o número de vereadores nas câmaras municipais, conforme a número de habitantes de cada município, estabeleceu em seu Art. 1º, b, o seguinte critério:

"b) 11 (onze) Vereadores, no Município de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes;"

Segundo o último Censo realizado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município de Herval d'Oeste possui uma população de 21.233 (vinte e um mil, duzentos e trinta e três)

habitantes; se enquadrando perfeitamente no dispositivo supra mencionado da Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009.

Portanto, o aumento no número de vereadores é para proporcionar maior representatividade da população existente, que corresponderá ao aumento de dois vereadores, passando de 9 (nove) para 11(onze) integrantes nesta Casa Legislativa.

Ao apreciar e posteriormente, aprovar esta proposição estará se respeitando e obedecendo o princípio constitucional da proporcionalidade, que está implícito no contexto da Carta Magna, e que neste caso determina claramente que deve haver um maior número de representantes do povo na Casa de Leis, conforme a população existente.

Observa-se que em legislaturas anteriores, a Câmara Municipal já era composta por 11 vereadores, sendo que foi alterada a sua composição devido a legislação existente à época.

Sala de Sessões, em 08 de dezembro de 2010.

ADELAR JOSÉ PROVENCÍ

Vereador - PSDB

ARI PARISENTI

Vereador - PMDB

DIRCEU DE LIMA

Vereador - PSB

JONER MIGUELÃO

Vereador - PMDB

JUAREZ ANTONIO DE SOUZA

Vereador - PMDB

JUNIOR ADELAR ARENHART

Vereador - PP

LUIZ ANTONIO FIDELIS

Vereador - PMDB

MAURO SÉRGIO MARTINI

Vereador - PMDB

OLACIR CAVALLI

Vereador - PSDB

**PARECER Emenda Nº 04/2010 À LEI ORGÂNICA DE HERVAL D'OESTE****COMISSÃO LEGISLATIVA TEMPORÁRIA**

PARECER: Os vereadores abaixo assinados, composta pelos vereadores, Juarez Antonio de Souza - Presidente, Joner Miguelão - Vice-Presidente e Olacir Cavalli - relator, integrantes desta Comissão, após analisarem o projeto de Emenda à Lei Orgânica de Herval d'Oeste nº 04/2010, que "Altera a redação do Art. 17º da Lei Orgânica de Herval d'Oeste", são favoráveis por sua aprovação por não haver, data vênica, qualquer óbice legal e nem constitucional à referida pretensão, pois encontra-se amparado tanto no Regimento Interno desta Casa de Leis e bem como na Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste.

**PARECER DA COMISSÃO: Somos FAVORÁVEIS**

Herval d'Oeste, em 08 de dezembro de 2010.

JUAREZ A. DE SOUZA JONER MIGUELÃO OLACIR CAVALLI

Presidente Vice-Presidente Relator

Em 08/12/10 aprovado por unanimidade.

Em 16/12/10 aprovado por unanimidade.

Herval d'Oeste, em 16 de dezembro de 2010.

ADELAR JOSÉ PROVENCÍ

Presidente

**EMENDA Nº 04/2010 À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE**

"Altera redação do Art. 17º da Lei Orgânica de Herval d'Oeste"  
ADELAR JOSÉ PROVENCÍ, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 155 do Regimento Interno, faz saber que o plenário aprovou e fica promulgada a seguinte Emenda a Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste - SC:

Art. 1º - O Art. 17º da Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17º - A partir da Legislatura 2013/2016, a Câmara Municipal será composta de 11 (onze) vereadores, conforme estabelece o Art. 1º, b da Emenda Constitucional nº 58, de 23 de setembro de 2009".

Art. 2º - Esta Emenda à Lei Orgânica do Município de Herval d'Oeste entra em vigor a partir da sua publicação.

Herval d'Oeste, em 16 de dezembro de 2010 .

ADELAR JOSÉ PROVENCÍ  
Presidente

**Decreto Legislativo Nº CM 033/2010**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste  
DECRETO LEGISLATIVO Nº CM 033/2010

"DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE HERVAL D'OESTE (SC), POR OCASIÃO DO FESTEJOS DE NATAL E FINAL DO ANO DE 2010"

ADELAR JOSÉ PROVENCÍ, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Herval d'Oeste - SC, no uso de suas atribuições, faz saber a todos que promulga o seguinte:

**DECRETO LEGISLATIVO**

Art. 1º - Fica considerado PONTO FACULTATIVO na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Herval d'Oeste (SC), os dias 24 (vinte e quatro), 27 (vinte e sete), 28 (vinte e oito), 29 (vinte e nove), 30 (trinta) e 31 (trinta e um) de dezembro de 2010, no período integral, por ocasião dos festejos de Natal e Final de Ano de 2010.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 16 de dezembro de 2010.

ADELAR JOSÉ PROVENCÍ  
Presidente

**Resolução Nº CM 043/2010**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste  
R E S O L U Ç Ã O Nº CM 043/2010

"Concede férias a Funcionária da Câmara Municipal de Vereadores que especifica"

ADELAR JOSÉ PROVENCÍ, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

**RESOLVE**

Art. 1º Fica concedido férias à funcionária efetiva ANGELA MICHELON DA SILVA, CPF 824.988.309-87 no cargo de Técnica Administrativa, no período de 03(três) de janeiro de 2011 a 1º (primeiro) de fevereiro de 2011, referente ao período aquisitivo de 1º (primeiro) de junho de 2009 a 31 (trinta e um) de maio de 2010.

Art. 2º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 16 de dezembro de 2010.

ADELAR JOSÉ PROVENCÍ  
Presidente

**Resolução Nº CM 044/2010**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste  
R E S O L U Ç Ã O Nº CM 044/2010

"Concede férias a Funcionária da Câmara Municipal de Vereadores que especifica"

ADELAR JOSÉ PROVENCÍ, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

**RESOLVE**

Art. 1º Fica concedido férias a funcionária efetiva VERA LÚCIA BRANDALISE MERLINI, CPF 665.253.069-49 no cargo de Servente, no período de 03 (três) de janeiro de 2011 a 1º (primeiro) de fevereiro de 2011, referente ao período aquisitivo de 1º (Primeiro) de junho de 2009 a 31 (Trinta e um) de maio de 2010.

Art. 2º Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 16 de dezembro de 2010.

ADELAR JOSÉ PROVENCÍ  
Presidente

**Resolução Nº CM 045/2010**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste  
R E S O L U Ç Ã O Nº CM 045/2010

"Concede férias a Funcionário da Câmara Municipal de Vereadores que especifica"

ADELAR JOSÉ PROVENCÍ, Presidente da Câmara de Vereadores de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor:

**RESOLVE**

Art. 1º - Fica concedido férias ao funcionário efetivo Paulo Ferandin, CPF 596.399.469-15, no cargo de Assessor Legislativo, no período de 03 (três) de janeiro de 2011 a 1º (primeiro) de fevereiro de 2011, referente ao período aquisitivo de 1º (Primeiro) de Outubro de 2009 a 30 (Trinta) de Setembro de 2010.

Art. 2º - Os encargos decorrentes desta Resolução correrão à conta de Dotações Orçamentárias próprias, consignadas no Orçamento vigente.

Art. 3º - Esta RESOLUÇÃO entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores, em 16 de dezembro de 2010.

ADELAR JOSÉ PROVENCÍ  
Presidente

**Resolução Nº CM 046/2010**

Câmara Municipal de Vereadores de Herval d'Oeste

R E S O L U Ç Ã O Nº CM 046/2010

"Exonera Servidores Públicos Municipais da Câmara Municipal de Herval d'Oeste que especifica e dá outras providências"

ADELAR JOSÉ PROVENCI, presidente da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor,

**RESOLVE**

Art. 1º Ficam exonerados os servidores públicos municipais: WANDERLEI ANTÔNIO FIORENTIN, portador da CI nº 11/R - 294085 e CPF nº 257.958.809-49 e inscrição junto a OAB/SC sob nº 12866 ocupante do cargo de Assessor Jurídico no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste; e a servidora pública municipal: jornalista JOCIRLEI FÁTIMA PEREIRA, portadora da CI nº 11/R - 1.515.438 e CPF nº 486.510.959-53 e inscrição junto a FENAJ/SC sob nº 383, ocupante do cargo de Assessora de Imprensa no Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Herval d'Oeste, a partir de 31 de dezembro de 2010, conforme dispõe art. 7º da Lei nº 2721/2009, de 14 de agosto de 2009.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Herval d'Oeste - (SC), em 16 de dezembro de 2010.

ADELAR JOSÉ PROVENCI

Presidente

## Imbituba

**PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Nº 3.802.2010**

Lei nº 3.802, de 16 de dezembro de 2010.

Denomina vias no bairro de Vila Alvorada, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificadas, sem alteração de designação, as seguintes vias localizadas no bairro Vila Alvorada, neste município:

I - AVENIDA 13 DE SETEMBRO, com início na interseção das Avenidas Marieta Konder Bornhausen e Manoel Florentino Machado, fazendo divisa com os bairros Village, Ribanceira e Vila Nova Alvorada, e término em frente ao caminho do farol;

II - AVENIDA MANOEL FLORENTINO MACHADO, com início na interseção das Avenidas Marieta Konder Bornhausen e Avenida 13 de setembro e término na Praia da Vila.

Art. 2º Ficam ratificadas com acréscimo da designação "D.S.", observado o que dispõe o art. 6º da Lei Municipal nº 3.736, de 05 de agosto de 2010, as seguintes denominações de logradouros:

I - D.S. Rua PADROEIRA NOSSA SENHORA APARECIDA, com início na Rua Manoel Florentino Machado e término na Rua Itagiba;

II - D.S. Rua ANTÔNIO OLEIRO, com início na Rua Manoel Florentino Machado e término na Praia do Porto;

III - D.S. Rua MANOEL SILVEIRA, com início na Rua Manoel Florentino Machado, sem saída;

IV - D.S. Rua BELA VISTA I, com início na Rua Manoel Florentino

Machado e término na Rua Itagiba;

V - D.S. Rua VITÓRIA, com início na D.S. Rua Antônio Oleiro e término na D.S. Rua Da Praia;

VI - D.S. Rua SEBASTIÃO PAULO DE CAMPOS, com início na D.S. Rua Antônio Oleiro, sem saída;

VII - D.S. Rua OTÁVIO JOÃO DA SILVA, com início na D.S. Rua Monte Alegre e término na D.S. Rua Antônio Oleiro;

VIII - D.S. Rua ALVIM AGOSTINHO DE SOUZA, com início na D.S. Rua Monte Alegre e término na D.S. Rua Otávio João da Silva;

IX - D.S. Rua MONTE ALEGRE, com início na D.S. Rua José Pedro Martins e término na D.S. Rua Antônio Oleiro;

X - D.S. Rua NOVA VITÓRIA, com início na Rua Itagiba e término na D.S. Rua Antônio Oleiro.

Art. 3º As vias abaixo indicadas, pertencentes ao Bairro Vila Alvorada, ficam socialmente denominadas com as seguintes nomenclaturas:

I - D.S. Viela DAS CORUJAS, com início na D.S. Rua Antônio Oleiro, sem saída;

II - D.S. Viela JOAQUIM DA SILVA, com início na D.S. Rua Antônio Oleiro, sem saída;

III - D.S. Viela SOL E LUA, com início na Avenida 13 de Setembro e término na D.S. Rua Monte Alegre;

IV - D.S. Rua JORGE LINO DO NASCIMENTO, com início na D.S. Rua Alvin Agostinho de Souza, sem saída;

V - D.S. Rua JOSÉ PEDRO MARTINS, com início na D.S. Rua Nova Vitória e término na D.S. Viela SOL E LUA;

VI - D.S. Viela DOS ANJOS, com início na Rua Itagiba, sem saída;

VII - D.S. Viela DO AREAL, com início na Rua Itagiba, sem saída;

VIII - D.S. Rua DO MAR, com início na Rua Itagiba, sem saída;

IX - D.S. Viela ARABUTÃ, com início na Rua Itagiba, sem saída;

X - D.S. Viela SIDERÚRGICA OITO, com início na D.S. Viela ARABUTÃ, sem saída;

XI - D.S. Rua CANTO VERDE, com início na D.S. Rua Antônio Oleiro e término na Praia do Porto;

XII - D.S. Viela JOAQUIM MANOEL SILVANO, com início na Avenida 13 de Setembro, sem saída.

Art. 4º Fica denominada a seguinte via localizada no bairro de Vila Alvorada, neste município:

I - Rua ITAGIBA, com início na Avenida 13 de Setembro e término em frente ao Museu da Baleia Franca.

Art. 5º Fica criado o Anexo I (mapa do bairro), parte integrante desta Lei.

Art. 6º Ficam revogadas as Leis nos 617, de 06 de outubro de 1980, 613, de 14 de julho de 1980, 1.662, de 25 de agosto de 1997, 2.457, de 05 de dezembro de 2003, 2.586, de 25 de outubro de 2004, 2.587, de 25 de outubro de 2004, 3.280, de 27 de dezembro de 2007, 2542 de 30 de junho de 2004, 3.112, de 13 de junho de 2007, 2.527, de 07 de junho de 2004.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 14 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Lei Nº 3.803.2010**

Lei nº 3.803, de 16 de dezembro de 2010.

Denomina vias no bairro de Vila Esperança, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,  
Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificadas, sem alteração de designação, as seguintes vias:

I - Rua Dr. ANTÔNIO JOSÉ RAMOS LEITE, com início no canto da Praia da Ribanceira, na D.S. Rua Francisco Manoel de Moraes, e término no limite com o Bairro de Barra de Ibiraquera;

II - Rua MANOEL DE OLIVEIRA MARTINS JÚNIOR, com início na Rua Dr. Antônio José Ramos Leite, sem saída;

III - Rua JOÃO BATISTA GUIMARÃES, com início na Rua Manoel de Oliveira Martins Júnior, sem saída;

IV - Rua BELA VISTA, com início na Rua João Batista Guimarães, sem saída.

V - Rua BELA FORTUNATO, com início da Rua João Martins, sem saída;

VI - Rua JOÃO MARTINS, com início na Avenida 13 de Setembro e término na Rua Dr. Antônio José Ramos Leite;

VII - Rua ESTRELA DO MAR, com início na Rua João Martins e término na Rua Thiago Borges da Rosa;

VIII - Rua PÔR DO SOL, com início em frente à Igreja Nossa Senhora de Fátima estendendo-se até o areal;

IX - Rua DO ARVOREDO, com início na Rua Pôr do Sol e término na Rua Estrela do Mar;

X - Rua JOÃO EZEQUIEL VIEIRA, com início na Rua Bela Fortunato, sem saída;

XI - Rua LEDOINA JONAS VIEIRA, com início na Rua Pôr do Sol e término na Rua Estrela do Mar;

XII - Rua DOS ESTUDANTES, com início na Rua Pôr do Sol, sem saída;

XIII - Rua MANOEL JOÃO DE FARIAS, com início na Rua João Martins, sem saída;

XIV - Rua ANTOLINO ESTEVÃO MARTINS, com início na Rua João Martins, sem saída;

XV - Rua DALÍRIO JOÃO DA ROSA, com início na Rua Antolino Estevão Martins e término na Rua Manoel João de Farias;

XVI - Rua ROSA OLIVEIRA DA ROSA, com início na Rua Antolino Estevão Martins e término na Rua Manoel João de Farias;

XVII - Rua THIAGO BORGES DA ROSA, com início na Rua Antolino Estevão Martins e término na Rua Estrela do Mar;

XVIII - Rua JOÃO ANTÔNIO DA ROSA, com início na Rua Antolino Estevão Martins e término na Rua Manoel João de Farias.

XIX - Rua ANTÔNIO SILVEIRA, com início na Rua Antolino Estevão Martins e término na Rua Manoel João de Farias.

Art. 2º Ficam ratificadas com acréscimo da designação "D.S.", observado o que dispõe o art. 6º da Lei Municipal nº 3.736, de 05 de agosto de 2010, as seguintes denominações de logradouros:

I - D.S. Rua APOLINÁRIO ROBERTO PEREIRA, com início na Rua Dr. Antônio José Ramos Leite, sem saída;

II - D.S. Rua JOÃO ANTÔNIO MONTEIRO, com início na D.S. Rua Apolinário Roberto Pereira, sem saída;

III - D.S. Rua DAS GAIVOTAS, com início na Rua Bela Fortunato, sem saída;

IV - D.S. Rua AILTON FLORIANO, com início na Rua João Martins, sem saída;

V - D.S. Rua SEBASTIÃO OSNI FLORIANO, com início na Rua João Martins, sem saída;

VI - D.S. Rua DA POUSADA, com início na Rua João Martins, sem saída;

VII - D.S. Rua DOS SURFISTAS, com início na Rua João Martins, sem saída;

VIII - D.S. Viela NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, com início na Rua

Dr. Antônio José Ramos Leite, sem saída;

IX - D.S. Rua PARAÍSO, com início na Rua João Martins, sem saída;

X - D.S. Rua FRANCISCO MANOEL DE MORAES, com início na Rua João Martins e término na Rua Dr. Antônio José Ramos Leite;

Art. 3º As vias abaixo indicadas, pertencentes ao Bairro Vila Esperança, ficam socialmente denominadas com as seguintes nomenclaturas:

I - D.S. Rua SANTA LUZIA, com início na D.S. Rua Paraíso, sem saída.

Art. 4º Fica criado o Anexo I (mapa do bairro), parte integrante desta Lei.

Art. 5º Ficam revogadas as Leis nºs 1.504, de 28 de setembro de 1995, 1.751, de 30 de março de 1998, 1.871, de 17 de dezembro de 1998, 3.575, de 06 de novembro de 2009, 1.460, de 21 de março de 1995, 561, de 17 de julho de 1979, 1.779, de 15 de junho de 1998, 1.916, de 23 de julho de 1999, 1.632, de 20 de junho de 1997, 1.703, de 03 de dezembro de 1997, 1.725, de 09 de março de 1998, 1.647, de 01 de julho de 1997, 1.655, de 18 de agosto de 1997, 1.744, de 24 de março de 1998, 1.656, de 18 de agosto de 1997, 1.676, de 19 de setembro de 1997, 1.630, de 11 de junho de 1997, 1.648, de 01 de julho de 1997, 1.673, de 19 de setembro de 1997, 683, de 29 de março de 1982, 1.692, de 10 de novembro de 1997, 3.360, de 27 de junho de 2008, 1.705, de dezembro de 1997, e 3.575, de 06 de novembro de 2009.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Lei Nº 3.804.2010**

Lei nº 3.804, de 16 de dezembro de 2010.

Denomina vias no bairro de Morro do Mirim, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificadas com acréscimo da designação "D.S.", observado o que dispõe o art. 6º da Lei Municipal nº 3.736, de 05 de agosto de 2010, as seguintes denominações de logradouros:

I - D.S. Rua JEREMIAS JOSÉ DO NASCIMENTO, com início e término na rodovia federal BR 101;

II - D.S. Rua ANTÔNIO JOÃO MACHADO, com início na divisa com o bairro Nova Brasília e término na rodovia federal BR 101;

III - D.S. Rua DONA MARIA LIMA, com início na rodovia federal BR 101 e término na D.S. Rua Izaac Teixeira de Carvalho.

Art. 2º A via abaixo indicada, pertencente ao Bairro Morro do Mirim, fica socialmente denominada com a seguinte nomenclatura:

I - D.S. Rua IZAAC TEIXEIRA DE CARVALHO, com início na rodovia federal BR 101, sem saída.

Art. 3º Fica criado o Anexo I (mapa do bairro), parte integrante desta Lei.



Art. 4º Ficam revogadas as Leis nos 3.077, de 09 de abril de 2007, 1.814, de 14 de setembro de 1998, e 2.077, de 06 de novembro de 2000.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Lei Nº 3.805.2010**

Lei nº 3.805, de 16 de dezembro de 2010.

Denomina vias no bairro de Mirim, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam denominadas, as seguintes vias localizadas no bairro Mirim:

I - Rua PROFESSORA JOSINA TEIXEIRA PACHECO, com início na Rua Odilon Prates e término Rua Centenário, próximo à lagoa Mirim;

II - Rua VEREADOR JOSÉ PEDRO DE CARVALHO, com início na Rua Odilon Prates e término na Rua Centenário;

III - Rua JOÃO DE CARVALHO, com início na ponte sobre o Rio Mirim e término na divisa com o bairro Campestre.

Art. 2º Ficam ratificadas, sem alteração de designação, as seguintes vias localizadas no bairro de Mirim, neste município:

I - Rua ODILON PRATES, com início na Rua Vereador José Pedro de Carvalho e término na Rua Professora Josina Teixeira Pacheco;

II - Rua CENTENÁRIO, com início na Rua Vereador José Pedro de Carvalho e término na Rua Professora Josina Teixeira Pacheco;

III - Rua ELIAS DE MORAIS, com início na Rua Do Centenário e término na Ponte sobre o Rio Mirim, início da Rua João de Carvalho;

IV - Rua CÔNEGO ITAMAR LUIZ DA COSTA, com início no Rio D'Una e término na divisa com o bairro Nova Brasília.

Art. 3º Ficam ratificadas com acréscimo da designação "D.S.", observado o que dispõe o art. 6º da Lei Municipal nº 3.736, de 05 de agosto de 2010, as seguintes denominações de logradouros:

I - D.S. Rua MANOEL FELIPE CARDOSO, com início na BR 101 e término na Rua Odilon Prates;

II - D.S. Rua MARIA ANA DE JESUS, com início na Rua Centenário, sem saída;

III - D.S. Rua ESPÍRITO SANTO, com início na BR 101, sem saída;

IV - D.S. Rua 28 DE ABRIL, com início na D.S. Rua Maria Ana de Jesus, sem saída;

V - D.S. Rua AROEIRA, com início na D.S. Rua dos Malaquias, sem saída;

VI - D.S. Rua FLAMBOYANT, com início na D.S. Rua dos Malaquias, sem saída;

VII - D.S. Rua DOS MALAQUIAS, com início na Rua Elias de Moraes, sem saída;

VIII - D.S. Rua ISABEL OLIVEIRA CUSTÓDIO, com início na Rua Elias de Moraes e término na D.S. Rua Dos Malaquias;

IX - D.S. Rua FLORESCER, com início na D.S. Rua Isabel Oliveira Custódio, sem saída;

X - D.S. Rua MANOEL GONÇALVES com início na Rua Elias de Moraes e término na D.S. Rua Novo Horizonte;

XI - D.S. Rua ANTÔNIO JOÃO MACHADO, com início na BR 101 e término na divisa com o bairro Morro do Mirim;

XII - D.S. Rua MANOEL JOÃO MACHADO, com início na D.S. Rua Horizontal e término na D.S. Rua Novo Horizonte, fazendo divisa com o bairro Campestre;

XIII - D.S. Rua HORIZONTAL, com início na D.S. Rua Manoel João Machado, divisa com o bairro Campestre, sem saída;

XIV - D.S. Rua NOVO HORIZONTE, com início na Rua Elias de Moraes e término na D.S. Rua Manoel João Machado, divisa com o bairro Campestre.

Art. 4º As vias abaixo indicadas, pertencentes ao Bairro Mirim, ficam socialmente denominadas com as seguintes nomenclaturas:

I - D.S. Rua DO MAQUINÉ, com início na D.S. Rua Antônio João Machado e término na linha de alta tensão, divisa com o bairro de Nova Brasília;

II - D.S. Rua LAUDELINO MARTINS, com início na Rua Elias de Moraes, sem saída;

III - D.S. Rua FAMÍLIA FERNANDES, com início na D.S. Laudelino Martins, sem saída;

IV - D.S. Rua JOAQUIM FLORENTINO DUARTE, com início na Rua João de Carvalho e término na D.S. Rua dos Malaquias, fazendo divisa com o bairro Campestre;

V - D.S. Viela PEDRO JOÃO FERNANDES, com início na Rua João de Carvalho, sem saída.

Art. 5º Fica criado o Anexo I (mapa do bairro), parte integrante desta Lei.

Art. 6º Ficam revogadas as Leis nos 1.953, de 08 de novembro de 1999, 1.964, de 08 de novembro de 1999, 446, de 18 de abril de 1977, 1.955, de 08 de novembro de 1999, 1.954, de 08 de novembro de 1999, 1.963, de 08 de novembro de 1999, 3.232, de 12 de dezembro de 2007, 1.783, de 19 de junho de 1998, 1.728, de 09 de março de 1998, e 1.814, de 14 de setembro de 1998, 1.826, de 13 de outubro de 1998, 3.062, 21 de março de 2007, e 682, de 1º de março de 1982.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Lei Nº 3.806.2010**

Lei nº 3.806, de 16 de dezembro de 2010.

Denomina vias no bairro de Arroio do Rosa, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificadas com acréscimo da designação "D.S.", observado o que dispõe o art. 6º da Lei Municipal nº 3.736, de 05 de agosto de 2010, as seguintes denominações de logradouros:

I - D.S. Rua MÃE DA PROVIDÊNCIA, com início na divisa com o bairro Arroio e término na rodovia federal BR 101 fazendo divisa com o bairro Arroio;

II - D.S. Rua DIVO GABRIEL DA ROSA, com início na D.S. Rua Mãe da Providência e término na D.S. Rua do Rosa;

III - D.S. Rua DO ROSA, com início na rodovia federal BR 101, sem saída;  
IV - D.S. Rua SÃO JOSÉ II, com início na marginal da rodovia federal BR 101, sem saída;  
V - D.S. Rua MARTINS, com início na D.S. Rua Mãe da Providência, sem saída.

Art. 2º As vias abaixo indicadas, pertencentes ao Bairro Arroio do Rosa, ficam socialmente denominadas com as seguintes nomenclaturas:

I - D.S. Rua OLIVEIRA, com início na D.S. Rua Mãe da Providência e término na D.S. Rua Botafogo;  
II - D.S. Rua BOTAFOGO, com início na D.S. Rua D.S. Rua Oliveira, sem saída;  
III - D.S. Rua SETE IRMÃOS, com início na D.S. Rua Mãe da Providência e término na D.S. Rua Botafogo.

Art. 3º Fica criado o Anexo I (mapa do bairro), parte integrante desta Lei.

Art. 4º Ficam revogadas as Leis nos 2.553, de 13 de agosto de 2004, 2.550, de 13 de agosto de 2004, 2.552, de 13 de agosto de 2004, 2.554, de 13 de agosto de 2004, e 2.551, de 13 de agosto de 2004.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Lei Nº 3.807.2010**

Lei nº 3.807, de 16 de dezembro de 2010.

Denomina vias no bairro Porto da Vila, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificadas com acréscimo da designação "D.S.", observado o que dispõe o art. 6º da Lei Municipal nº 3.736, de 05 de agosto de 2010, as seguintes denominações de logradouros:

I - D.S. Rua PERSO GROFF, com início no viaduto de interseção com os bairros Sagrada Família, Vila Nova e Porto da Vila, na BR-101, seguindo em sentido sul, sem saída;  
II - D.S. Rua ALZEMIRO AVELINO, com início no viaduto de interseção com os bairros Sagrada Família, Vila Nova e Porto da Vila, na BR-101, e término na D.S. Rua Eloy Figueiredo;  
III - D.S. Rua ANTÔNIO MANOEL FELICIANO, com início na D.S. Rua Severiano Horácio Marcelino e término na D.S. Rua Eloy Figueiredo;  
IV - D.S. Rua ALFREDO ANTÔNIO FELICIANO, com início na D.S. Rua Severiano Horácio Marcelino e término na D.S. Rua Eloy Figueiredo;  
V - D.S. Rua SEVERIANO HORÁCIO MARCELINO, com início no viaduto de interseção com os bairros Sagrada Família, Vila Nova e Porto da Vila, na BR-101, seguindo em sentido norte, sem saída;  
VI - D.S. Rua ELOY FIGUEIREDO, com início na D.S. Rua Severiano Horácio Marcelino, sem saída;  
VII - D.S. Rua MANOEL CARLOS LOPES, com início próximo à D.S. Rua Severiano Horácio Marcelino, sem saída.

Art. 2º As vias abaixo indicadas, pertencentes ao Bairro Porto da Vila, ficam socialmente denominadas com as seguintes nomenclaturas:

I - D.S. Rua LEDA SOARES GONÇALVES, com início na D.S. Rua ALZEMIRO AVELINO, sem saída;  
II - D.S. Rua JOSÉ ANTÔNIO LATRÔNICO com início na D.S. Rua Alzemiro Avelino e término na D.S. Rua Perso Groff;  
III - D.S. Rua ROBERTO CARVALHO DE SOUZA, com início na D.S. Rua Severiano Horácio Marcelino, sem saída.

Art. 3º Fica criado o Anexo I (mapa do bairro), parte integrante desta Lei.

Art. 4º Ficam revogadas as Leis nos. 2.015, de 07 de abril de 2000, 1.456, de 06 de março de 1995, 928 de 09 de setembro de 1987, 1324, de 17 de novembro de 1993, 1.649, de 1º de julho de 1997, 927, de 09 de setembro de 1987, e 1.663, de 25 de agosto de 1997.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Lei Nº 3.808.2010**

Lei nº 3.808, de 16 de dezembro de 2010.

Denomina vias no bairro Campestre, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada a seguinte via localizada no bairro Campestre, neste município:

I - Rua JOÃO DE CARVALHO, com início na divisa com o bairro Mirim e término na linha de alta tensão, divisa com o bairro Nova Brasília.

Art. 2º Ficam ratificadas com acréscimo da designação "D.S.", observado o que dispõe o art. 6º da Lei Municipal nº 3.736, de 05 de agosto de 2010, as seguintes denominações de logradouros:

I - D.S. Rua MARIA DE LOURDES CORRÊA RODRIGUES, com início na D.S. Rua Izaías Domingos Borges e término na D.S. Rua Manoel Antônio Germano, fazendo divisa com o bairro Nova Brasília;  
II - D.S. Rua RIO D'UNA, com início na D.S. Rua Novo Horizonte e término na D.S. Rua Izaías Domingos Borges, fazendo divisa com o bairro Nova Brasília;  
III - D.S. Rua IZAÍAS DOMINGOS BORGES, com início na D.S. Rua Novo Horizonte e término na divisa com o bairro Nova Brasília, em frente à D.S. Rua Maria de Lourdes Corrêa Rodrigues;  
IV - D.S. Rua NOVO HORIZONTE, com início na Rua João de Carvalho, divisa com o bairro Mirim, e término na divisa com o bairro Nova Brasília, em frente à D.S. Rua Rio D'Una;  
V - D.S. Rua CARLOS ROBERTO DE CARVALHO, com início na D.S. Rua Izaías Domingos Borges e término na D.S. Rua Manoel Antônio Germano;  
VI - D.S. Rua DA LARANJEIRA, com início na D.S. Rua Izaías Domingos Borges e término na D.S. Rua Manoel Antônio Germano;  
VII - D.S. Rua NAZARENO GOMES DE MEDEIROS, com início na D.S. Rua Izaías Domingos Borges e término na D.S. Rua Manoel Antônio Germano;

VIII - D.S. Rua ANTÔNIO JUSTINO TEODORO FERREIRA, com início na D.S. rua D.S. Rua Novo Horizonte, sem saída;  
IX - D.S. Rua MANOEL ANTÔNIO GERMANO, com início na D.S. Rua Juarez Geremias e término na linha de alta tensão, divisa com o bairro Nova Brasília;  
X - D.S. Rua HIGINO JOSÉ MARTINS, com início na D.S. Rua Manoel Antônio Germano, e término na Rua João de Carvalho;  
XI - D.S. Rua JUAREZ GEREMIAS, com início na D.S. Rua Manoel Antônio Germano e término na D.S. Rua Sidnei Pacheco de Couto;  
XII - D.S. Rua SIDNEI PACHECO DE COUTO, com início na D.S. Rua Juarez Geremias e término na D.S. Rua Higino José Martins;  
XIII - D.S. Rua DONATO MARTINS, com início na D.S. Rua Higino José Martins, sem saída;  
XIV - D.S. Rua JOSÉ PAULO MARCELINO JÚNIOR, com início na Rua João de Carvalho, sem saída;  
XV - D.S. Rua MANOEL JOÃO MACHADO, com início na D.S. Rua Novo Horizonte e término na Rua João de Carvalho;  
XVI - D.S. Rua NOVA ESPERANÇA, com início na D.S. Rua Novo Horizonte e término na D.S. Rua Firmo Laurentino;  
XVII - D.S. Rua FRANCISCO KLARMO LAURENTINO, com início na D.S. Rua Nova Esperança e término na D.S. Rua Manoel João Machado;  
XVIII - D.S. Rua FIRMO LAURENTINO, com início na D.S. Rua Horizontal e término na D.S. Rua Manoel João Machado;  
XIX - D.S. Rua ANTÔNIO MANOEL DE QUADRO, com início na D.S. Rua Novo Horizonte; sem saída;  
XX - D.S. Rua ARISTIDES COELHO, com início na D.S. Rua Novo Horizonte, sem saída;  
XXI - D.S. Rua HORIZONTAL, com início na D.S. Rua Antônio Justino Teodoro Ferreira e término na D.S. Rua Manoel João Machado;  
XXII - D.S. Rua MANOEL JOSÉ ESPÍNDOLA, com início na Rua João de Carvalho e término na D.S. Rua Dos Malaquias;  
XXIII - D.S. Rua DOS MALAQUIAS, com início na D.S. Rua Joaquim Florentino Duarte e término consoante mapa anexo, fazendo divisa com o bairro Mirim.  
Art. 3º As vias abaixo indicadas, pertencentes ao Bairro Campes- tre, ficam socialmente denominadas com as seguintes nomencla- turas:  
I - D.S. Viela HERCÍLIO IZIDORO FELISBERTO, com início na D.S. Rua Novo Horizonte, sem saída;  
II - D.S. Rua VEREADOR PEDRO RUFINO MACHADO, com início na D.S. Rua Antônio Justino Teodoro Ferreira e término na D.S. Rua Novo Horizonte;  
III - D.S. Viela JOÃO ANTÔNIO ESPÍNDOLA, com início na D.S. Rua Izaías Domingos Borges e término na D.S. Rua Manoel Antô- nio Germano;  
IV - D.S. Viela MARTINHO DE SOUZA CARVALHO, com início na D.S. Viela João Antônio Espíndola, sem saída;  
V - D.S. Rua JEREMIAS JOSÉ MARTINS, com início na D.S. Rua Novo Horizonte e término na D.S. Rua Manoel Antônio Germano;  
VI - D.S. Viela DOS PALMARES, com início na D.S. Rua Nazareno Gomes de Medeiros, sem saída;  
VII - D.S. Viela CAMPO VERDE, com início na D.S. Rua Manoel João Machado, sem saída;  
VIII - D.S. Viela VEREADOR ANTÔNIO ROZENDO FREITAS, com início na D.S. Rua Manoel José Espíndola, sem saída;  
IX - D.S. Viela VEREADOR JOSÉ PAMATO, com início na D.S. Rua Manoel José Espíndola, sem saída;  
X - D.S. Viela VEREADOR BERNARDO GUIMARÃES, com início na D.S. Manoel José Espíndola, sem saída;  
XI - D.S. Rua JOAQUIM FLORENTINO DUARTE, com início na Rua João de Carvalho e término na D.S. Rua Dos Malaquias, fazendo divisa com o bairro Mirim;  
XII - D.S. Rua PARANÁ II, com início na D.S. Rua Juarez Gere- mias e término na linha de alta tensão, divisa com o bairro Nova Brasília;  
XIII - D.S. Rua PARÁ, com início na D.S. Rua Juarez Geremias e término na linha de alta tensão, divisa com o bairro Nova Brasília.  
Art. 4º Fica criado o Anexo I (mapa do bairro), parte integrante

desta Lei.

Art. 5º Ficam revogadas as Leis nos 3.234, de 12 de dezembro de 2007, 2.252, de 24 de abril de 2002, 1.693, de 10 de novembro de 1997, 682, de 1º de março de 1982, 2.907, de 31 de maio de 2006, 1.825 de 13 de outubro de 1998, 1.893, de 12 de abril de 1999, 1418, de 20 de julho de 1994, 3.138, de 26 de julho de 2007, 1.826, de 13 de outubro de 1998, 3.062, de 21 de março de 2007, 1.824, de 13 de outubro de 1998, 1.816, de 21 de setembro de 1998, 1.827, de 13 de outubro de 1998, 1.802, de 10 de se- tembro de 1998, 3.062, de 21 de março de 2007, 1.211, de 17 de agosto de 1992, 1.783, de 19 de junho de 1998.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### Lei Nº 3.809.2010

Lei nº 3.809, de 16 de dezembro de 2010.

Denomina vias no bairro Barra de Ibiraquera, Município de Imbitu- ba/SC, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam ratificadas, sem alteração de designação, as seguin- tes vias localizadas no bairro Barra de Ibiraquera, neste município:

I - Rua DA PRAIA, com início na Avenida Baleia Franca e término na Rua Tubarão;

II - Rua TUBARÃO, com início na Avenida Baleia Franca e término na Rua da Praia;

III - Rua FLORIANÓPOLIS, com início na Avenida Baleia Franca e término na praia;

IV - Rua BELO HORIZONTE, com início na Avenida Baleia Franca e término na praia;

V - Rua BOA VISTA, com início na Avenida Baleia Franca e término na praia;

VI - Rua BLUMENAU, com início na Avenida Baleia Franca e tér- mino na praia;

VII - Rua PORTO BELO, com início na D.S. Rua Jovino Tomé Mar- ques e término na praia;

VIII - Rua PORTO SEGURO, com início na Avenida Aldo Luiz Jorge e término na praia;

IX - Rua CRUZEIRO DO SUL, com início na D.S. Rua Jovino Tomé Marques e término na praia;

X - Rua ESTRELA DO NORTE, com início na D.S. Rua Jovino Tomé Marques e término na praia;

XI - Rua MANOEL ANTÔNIO SARMANHO VARGAS, com início na D.S. Rua Jovino Tomé Marques e término na praia.

Art. 2º Ficam ratificadas com acréscimo da designação "D.S.", ob- servado o que dispõe o art. 6º da Lei Municipal nº 3.736, de 05 de agosto de 2010, as seguintes denominações de logradouros:

I - D.S. Rua JOVINO TOMÉ MARQUES, com início próximo à lagoa Barra de Ibiraquera e término na divisa com o bairro Arroio;

II - D.S. Rua DOMINGOS TOMÉ, com início na D.S. Rua Custódia de Carvalho Ferreira, sem saída;

III - D.S. Rua MARIA CONCEIÇÃO TEIXEIRA MARQUES, com início na D.S. Rua Domingos Tomé, sem saída;

IV - D.S. Rua COSTA DA LAGOA, com início na D.S. Rua Domingos



Tomé, sem saída;  
V - D.S. Rua DAS PALMEIRAS, com início na Avenida Baleia Franca e término na D.S. Rua Custódia de Carvalho Ferreira;  
VI - D.S. Rua ZÉ DA BARRA, com início na D.S. Rua Alvina Barreiros Ferreira e término na D.S. Rua das Palmeiras;  
VII - D.S. Rua ANTÔNIO ZEFERINO TEIXEIRA, com início na D.S. Rua Zé da Barra, sem saída;  
VIII - D.S. Rua EDMUNDO TOMÉ, com início na Avenida Baleia Franca e término na D.S. Rua Zé da Barra;  
IX - D.S. Rua DOS AÇORES, com início na D.S. Rua Zé da Barra e término na D.S. Rua Custódia de Carvalho Ferreira;  
X - D.S. Rua ALVINA BARREIROS FERREIRA, com início na Avenida Baleia Franca, sem saída;  
XI - D.S. Rua BEIJA-FLOR, com início na Avenida Baleia Franca e término na D.S. Rua Custódia de Carvalho Ferreira;  
XII - D.S. Rua 14 DE JULHO, com início na Avenida Baleia Franca e término na D.S. Rua Custódia de Carvalho Ferreira;  
XIII - D.S. Rua VEREADOR MAURO VIEIRA, com início na D.S. Rua Jovino Tomé Marques e término na D.S. Rua Leobino Cardoso;  
XIV - D.S. Rua CARAPICÚ, com início no Empreendimento Ibraquera Park, sem saída;  
XV - D.S. Rua CUSTÓDIA DE CARVALHO FERREIRA, com início na D.S. Rua Domingos Tomé, sem saída;  
XVI - D.S. Rua PARAÍSO DO LUZ, com início na divisa com o bairro Ibraquera, sem saída.

Art. 3º A via abaixo indicada, pertencente ao Bairro Barra de Ibraquera, fica socialmente denominada com a seguinte nomenclatura:

I - D.S. RUA LEOBINO CARDOSO, com início na D.S. Rua Jovino Tomé Marques e término na D.S. Rua Mauro Vieira.

Art. 4º Ficam denominadas as seguintes vias localizadas no bairro Barra de Ibraquera, neste município:

I - Avenida ALDO LUIZ JORGE, com início na Rua Porto Belo e término nas dunas;

II - Avenida BALEIA FRANCA, com início na Rua da Praia e término na divisa com o bairro Vila Esperança;

III - Rua ITAJAÍ, com início na D.S. Rua Jovino Tomé Marques e término na praia;

IV - Rua CANOA QUEBRADA, com início na D.S. Rua Jovino Tomé Marques e término na praia;

V - Rua PORTO ALEGRE, com início na D.S. Rua Jovino Tomé Marques e término na praia.

Art. 5º Fica criado o Anexo I (mapa do bairro), parte integrante desta Lei.

Art. 6º Ficam revogadas as Leis nos 2.396, de 27 de agosto de 2003, 2.404, de 27 de agosto de 2003, 2.403, de 27 de agosto de 2003, 2.402, de 27 de agosto de 2003, 2.405, de 27 de agosto de 2003, 2.406, de 27 de agosto de 2003, 2.407, de 27 de agosto de 2003, 2.408, de 27 de agosto de 2003, 3.254, de 19 de dezembro de 2007, 3.253, de 19 de dezembro de 2007, 3.346, de 11 de junho de 2008, 1.376, de 07 de março de 1994, 2.387, de 27 de agosto de 2003, 2.391, de 27 de agosto de 2003, 2.392, de 27 de agosto de 2003, 2.389, de 27 de agosto de 2003, 2.394, de 27 de agosto de 2003, 2.390, de 27 de agosto de 2003, 2.397, de 27 de agosto de 2003, 2.393, de 27 de agosto de 2003, 2.398, de 27 de agosto de 2003, 2.399, de 27 de agosto de 2003, 2.400, de 27 de agosto de 2003, 2.401, de 27 de agosto de 2003, 2.395, de 27 de agosto de 2003, 2.388, de 27 de agosto de 2003 e 1.919, de 06 de agosto de 1999.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 16 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 192.2010**

DECRETO PMI Nº 192, de 17 de dezembro de 2010.

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º Fica decretado ponto facultativo nos dias 24, 30 e 31 de dezembro de 2010, em virtude das festividades de final de ano, nas repartições da Administração do Município de Imbituba.

Parágrafo único. Excetuam-se do ponto facultativo os serviços públicos considerados essenciais, nas Secretarias de Administração, Infra-estrutura, Saúde e Fazenda, à comunidade imbitubense e que pela sua natureza não admitem paralisação, que continuarão com atendimento, cuja programação fica a cargo do Secretário correspondente.

Art. 2º Durante o período cada Secretário Municipal poderá determinar sobre o expediente e ou eventuais serviços externos nos setores a ele subordinados, controlando o ponto dos servidores.

Art. 3º A carga horária suspensa no dia 24,30 e 31 de dezembro de 2010, deverá ser compensada, na fração de 01 (uma) hora por dia, sob responsabilidade do Secretário do posto devido, durante o período de 03 de janeiro a 30 de abril de 2011.

Parágrafo único. Alternativamente, por decisão do Secretário de cada pasta, a carga horária suspensa, poderá ser compensada com descontos nas próximas férias regulamentares a que o servidor tiver direito.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 17 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Portaria PMI Nº 150.2010**

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 150, de 15 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre exoneração de Assessora III e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais prevista no Artigo 32 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, com base na Lei Complementar n.º 3.444, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a Sra. BÁRBARA RAQUEL FERREIRA CHUCRE,



brasileira, inscrita no CPF sob o n.º 041.497.129-99 e RG nº 4.052.068 - SSP / SC, do cargo/função de Assessora III, nomeada através da Portaria PMI/SEAGP nº 43, de 24 de maio de 2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 15 de dezembro de 2010.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

---

### **CÂMARA DE VEREADORES**

---

#### **Ato da Presidência Nº 55/10**

Ato da Presidência nº 55/10

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 44ª Sessão Ordinária, da 2ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 20 de dezembro de 2010 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/ Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
119	PLC nº 201/10	29/07/2010	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre o serviço público funerário do município de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	2ª	2ª
	PL nº 4.027/10	10/12/2010	Poder Legislativo	Jaison Cardoso de Souza	Declara de Utilidade Pública a Associação de Veteranos de Vila Malaquias – AVVIMA.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.028/10	10/12/2010	Poder Legislativo	Jaison Cardoso de Souza	Declara de Utilidade Pública a Federação Catarinense de Pólo.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
178	PL nº 4.032/10	16/12/2010	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre repasse financeiro a título de abono aos Agentes Comunitários de Saúde e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
179	PL nº 4.033/10	16/12/2010	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre abertura de Crédito Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.029/10	15/12/2010	Poder Legislativo	Mesa Diretora e demais Vereadores	Denomina vias no bairro de Sagrada Família, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.030/10	15/12/2010	Poder Legislativo	Mesa Diretora e demais Vereadores	Denomina vias no bairro de Campo da Aviação, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.031/10	16/12/2010	Poder Legislativo	Mesa Diretora e demais Vereadores	Denomina vias no bairro Paes Leme, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.034/10	16/12/2010	Poder Legislativo	Mesa Diretora e demais Vereadores	Denomina vias no bairro de São Tomás, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.035/10	16/12/2010	Poder Legislativo	Mesa Diretora e demais Vereadores	Denomina vias no bairro de Arroio, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.036/10	17/12/2010	Poder Legislativo	Mesa Diretora e demais Vereadores	Denomina vias no bairro de Araçatuba, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.037/10	17/12/2010	Poder Legislativo	Mesa Diretora e demais Vereadores	Denomina vias no bairro de Guaiúba, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.038/10	17/12/2010	Poder Legislativo	Mesa Diretora e demais Vereadores	Denomina vias no bairro de Roça Grande, Município de Imbituba/SC, e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 17 de dezembro de 2010.

Christiano Lopes de Oliveira Presidente	Luiz Cláudio Carvalho de Souza Vice-Presidente
Elísio Sgrott Primeiro-Secretário	Rogberto de Farias Pires Segundo-Secretário

# Iomerê

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto 1083/2010

DECRETO Nº. 1083 DE 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 558/2009 de 18 de novembro de 2009, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2010.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 558/2009 de 18 de novembro de 2009.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, o valor de R\$ 10.703,20 (dez mil, setecentos e três reais e vinte centavos), na seguinte dotação orçamentária.

03.00 Secretaria de Administração e Finanças  
2007 Contribuição ao PASEP  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 5.500,00

04.00 Secretaria de Educação, Cultura e Esportes  
2020 Manutenção do Ensino Fundamental  
31900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 5.203,20

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.  
Iomerê, 20 de dezembro de 2010.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretário de Administração e Finanças

### Portaria 1570/2010

PORTARIA Nº 1570 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor DORVAL JULIO SAVARIS, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 15/10/2009 a 14/10/2010 a contar de 20/12/2010 a 18/01/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 de Dezembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

### Portaria 1571/2010

PORTARIA Nº 1571 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor MOACIR CRESTANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 03/09/2009 a 02/09/2010 a contar de 20/12/2010 a 18/01/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 de Dezembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

### Portaria 1572/2010

PORTARIA Nº 1572 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor SILVIO MAKSIMAVIC, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09/09/2009 a 08/09/2010 a contar de 20/12/2010 a 18/01/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 16 de Dezembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretario de Administração e Finanças

### Portaria 1573/2010

PORTARIA Nº 1573 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.

Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder férias a servidor VITALINO DEON, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2009 a 31/10/2010 a contar de 20/12/2010 a 18/01/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
Iomerê, 16 de Dezembro de 2010.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria 1574/2010**

PORTARIA Nº 1574 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder férias a servidor RONI MARCELO MENEGUZZI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2009 a 31/10/2010 a contar de 20/12/2010 a 18/01/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
Iomerê, 16 de Dezembro de 2010.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria 1575/2010**

PORTARIA Nº 1575 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder férias a servidor DIVINO NELSON PIROVANO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/11/2009 a 31/10/2010 a contar de 20/12/2010 a 18/01/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
Iomerê, 16 de Dezembro de 2010.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria 1576/2010**

PORTARIA Nº 1576 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder férias a servidor CAMILO ALVES DE OLIVEIRA, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 16/11/2009 a 15/11/2010 a contar de 20/12/2010 a 18/01/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
Iomerê, 16 de Dezembro de 2010.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria 1577/2010**

PORTARIA Nº 1577 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder férias a servidor HELIO MIGUEL DE JESUS, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/06/2009 a 31/05/2010 a contar de 20/12/2010 a 18/01/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
Iomerê, 16 de Dezembro de 2010.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretario de Administração e Finanças

**Portaria 1578/2010**

PORTARIA Nº 1578 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder férias a servidor FERMINO SOVRANI, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 14/01/2009 a 13/01/2010 a contar de 20/12/2010 a 18/01/2011.



Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
Iomerê, 16 de Dezembro de 2010.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretario de Administração e Finanças

### Portaria 1579/2010

PORTARIA Nº 1579 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor ITACIR MORANDO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 09/02/2009 a 08/02/2010 a contar de 20/12/2010 a 18/01/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
Iomerê, 16 de Dezembro de 2010.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretario de Administração e Finanças

### Portaria 1580/2010

PORTARIA Nº 1580 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010.  
Concede férias a servidor municipal

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

#### RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor ODACIR ANTONIO MENEGATT, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/07/2009 a 30/06/2010 a contar de 20/12/2010 a 18/01/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
Iomerê, 16 de Dezembro de 2010.  
ANTONINHO BALDISSERA  
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 16 de dezembro de 2010.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI  
Secretario de Administração e Finanças

### Chamada Pública - Agricultura Familiar

CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2010 PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

O MUNICÍPIO DE IOMERÊ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.744/0001-20, com sede administrativa a Rua João Rech, nº 500, Centro, em Iomerê, Estado de Santa Catarina, atendendo a Lei nº. 11.947/2009, Resolução/FNDE/CD nº. 038/2009 e Instrução Normativa nº. 002/2009/GS/SEDUC/MT realiza chamada pública de aquisição de gêneros alimentícios da agricultura e do empreendedor familiar rural para as escolas do município.

#### DO OBJETO

1.1 Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atendimento aos alunos matriculados nas escolas municipais que oferecem a Educação Infantil (creche) e Ensino Fundamental da Rede Pública do Município de Iomerê.

VERDURAS, LEGUMES E TUBÉRCULOS				
ESPECIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICA	MESES ENTREGA	QTDADE	UND
Abobrinha Italiana	Casca de cor verde e polpa branca. Consistente.	Janeiro à Abril	15	Kg
Alface (variados tipos)	Entrega em unidades (média), variados tipos: crespa, americana, roxa e lisa. Folhas íntegras e consistentes.	Maio à Julho	200	Unid.
Almeirão	Entrega em unidades (média), coloração forte e viva. Folhas tenras.	Abril à Julho	20	Unid.
Batata doce	Boa qualidade, tamanho médio.	Março a Julho	20	Kg
Batata inglesa	Monalisa, boa qualidade, tamanho médio.	Janeiro à Julho	70	Kg
Batata salsa	Boa qualidade, tamanho médio.	Junho e Julho	30	Kg
Beterraba	Boa qualidade, tamanho médio, consistente e coloração intensa.	Janeiro à Julho	40	Kg
Brócolis	Entrega em maços ou cabeças. Cor verde viva, sem machucados. Consistente.	Maio a Julho	30	Kg
Cebola	Nacional, tamanho médio de 1ª qualidade	Janeiro à Julho	150	Kg
Cenoura	1ª qualidade, fresca, tamanho médio.	Janeiro à Julho	60	Kg
Chás mistos: erva cidreira, camomila, hortelã, erva doce	Entregar em maços e variar o tipo de chá. Se possível, a entrega deverá sempre ser mista.	Janeiro à Julho	80	maços
Chicória	Coloração intensa e consistente (sem machucados)	Março à Julho	90	maços
Chuchu	Verde, tenro, firme, sem manchas na casca e no interior.	Janeiro à Junho	20	Kg

Couve	Coloração intensa e consistente (sem machucados)	Fevereiro à Julho	50	maços
Couve flor	Entrega em cabeças. Cor branca, sem machucados. Consistente.	Maio à Julho	35	Kg
Mandioca	Boa qualidade, consistente e semi higienizada.	Abril a Julho	20	Kg
Moranga	Cabutiá. Casca de cor verde escura e polpa laranja. Consistente.	Janeiro à Julho	15	Kg
Pepino	Casca de cor verde viva, aspecto firme.	Janeiro à Março	10	Kg
Rabanete	Casca íntegra, sem amassados. Tamanho médio.	Janeiro à Julho	10	Kg
Repolho	Tipo branco, fresco de 1ª qualidade, tamanho médio à grande.	Janeiro à Julho	50	Kg
Rúcula	Coloração intensa e consistente (sem machucados)	Maio à Julho	50	maços
Tempero verde	Coloração intensa e consistente (sem machucados). Entregar diversos tipos de temperos: cebolinha, salsinha, alecrim, manjerição, sálvia e manjerona.	Janeiro à Julho	80	maços
Tomate	Bem formados, lisos, livres de defeitos, cor vermelho-vivo (maduro) e ligeiramente mole.	Janeiro à Maio	180	Kg
Vagem	Consistentes. Coloração verde intensa.	Fevereiro à Março	10	Kg

## FRUTAS

ESPECIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICA	MESES ENTREGA	QTDADA	UND
Caqui	Características: casca íntegra, sem amassados. Tamanho médio.	Fevereiro à Abril	180	Kg
Laranja	Casca de cor alaranjada, odor agradável e doce.	Maio a Junho	180	Kg
Maçã	Fuji, casca íntegra, sem amassados. Tamanho médio.	Janeiro à Julho	500	Kg
Melancia	Casca íntegra, sem amassados, verde escuro e polpa vermelha e adocicada.	Fevereiro à Março	400	Kg
Pokã	Sem batidas, fungos e apresentando-se consistente e íntegros.	Janeiro à Abril	150	Kg

Uva (bordô, Niágara, isabele e baile)	Sem batidas, fungos e apresentando-se consistente e íntegros. Adocicados.	Fevereiro à Março	70	Kg
PANIFICAÇÃO				
ESPECIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICA	MESES ENTREGA	QTDADA	UND
Agnoline do tipo caseiro	Embalagens de 500gr, apresentando rótulo nutricional, recheio de frango	Janeiro à Julho	25	Kg
Bolacha caseira de fubá	Embalagens de 500g até 1 Kg. Apresentar rótulo nutricional (informação nutricional) e datas de fabricação e validade.	Janeiro à Julho	25	Kg
Bolacha caseira açucarada	Embalagens de 500g até 1 Kg. Apresentar rótulo nutricional (informação nutricional) e datas de fabricação e validade.	Janeiro à Julho	25	Kg
Bolo caseiro de cenoura	Unidades de 500g até 1 Kg. Apresentar rótulo nutricional (informação nutricional) e datas de fabricação e validade. Não deve apresentar cobertura.	Janeiro à Julho	20	Kg
Bolo caseiro de fubá	Unidades de 500g até 1 Kg. Apresentar rótulo nutricional (informação nutricional) e datas de fabricação e validade. Não deve apresentar cobertura.	Janeiro à Julho	20	Kg
Tortei do tipo caseiro	Embalagens de 1 Kg, enrolado, apresentando rótulo nutricional. Recheio salgado.	Janeiro à Julho	15	Kg
Pão do tipo caseiro	Pão do tipo caseiro (não de sanduíche). Embalagem: plástico, estéril. Entregar até 8:30hs no dia estipulado no Pedido Semanal.	Janeiro à Julho	80	Kg
Pão do tipo caseiro integral	Pão do tipo caseiro (não de sanduíche). Embalagem: plástico, estéril. Integral. Entregar até 8:30hs no dia estipulado no Pedido Semanal.	Janeiro à Julho	60	Kg
Cuca caseira	Embalagens de 500g até 1 Kg. Apresentar rótulo nutricional e data de fabricação e validade.	Janeiro à Julho	60	Kg
Macarrão caseiro (com ovos) congelado tipo espaguete grosso	Embalagens de 500g. Apresentar Rótulo Nutricional dentro da Legislação vigente. Apresentar data de fabricação e validade.	Janeiro à Julho	20	Kg

Macarrão caseiro (com ovos) congelado tipo furado grosso	Embalagens de 500g. Apresentar Rótulo Nutricional dentro da Legislação vigente. Apresentar data de fabricação e validade.	Janeiro à Julho	20	Kg
Macarrão caseiro fino (com ovos) congelado tipo cabelo de anjo	Embalagens de 500g. Apresentar Rótulo Nutricional dentro da Legislação vigente. Apresentar data de fabricação e validade.	Janeiro à Julho	10	Kg
DOCES				
ESPECIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICA	MESES ENTREGA	QTDADE	UND
Doce caseiro de frutas sabor de abóbora	Embalagens de até 1Kg, hermeticamente fechadas. Apresentar Rótulo Nutricional de acordo com a legislação vigente.	Janeiro à Julho	4	Kg
Doce caseiro de frutas sabor de figo	Embalagens de até 1Kg, hermeticamente fechadas. Apresentar Rótulo Nutricional de acordo com a legislação vigente.	Janeiro à Julho	4	Kg
Doce caseiro de frutas sabor de uva	Embalagens de até 1Kg, hermeticamente fechadas. Apresentar Rótulo Nutricional de acordo com a legislação vigente.	Janeiro à Julho	4	Kg
Mel natural de abelha	Embalagens de no mínimo 500g, apresentando rótulo nutricional. Apresentar registro no SIF/Ministério da Agricultura.	Janeiro à Julho	5	Kg
SUCOS				
ESPECIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICA	MESES ENTREGA	QTDADE	UND
Suco integral (natural) de uva	Embalagens de até 2 litros. Rendimento: 1 porção de suco e 5 porções de água.	Janeiro à Julho	20	Lts
LEGUMINOSAS E CEREAIS				
ESPECIFICAÇÃO	CARACTERÍSTICA	MESES ENTREGA	QTDADE	UND
Feijão preto	Embalagens de 1 Kg.	Janeiro à Julho	15	Kg
Milho para pipoca	Embalagens de 1 Kg.	Janeiro à Julho	5	Kg

## 2. DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

### 2.1 - Grupos Informais de Agricultores Familiares deverão entregar:

cópia e original de inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF);  
cópia da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) DAP principal, ou extrato da DAP, de cada Agricultor Familiar participante;  
Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (anexo I) elaborado conjuntamente entre o Grupo Informal e a Entidade Articuladora e assinado por todos os Agricultores Familiares participantes;  
prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

### 2.2 - Os Grupos Formais da Agricultura Familiar e de Empreendedores Familiares Rurais constituídos em Cooperativas e Associações deverão entregar

prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);  
cópia da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica para associações e cooperativas;  
cópias das certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União;  
cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada na Junta Comercial, no caso de cooperativas, ou Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, no caso de associações. No caso de empreendimentos familiares, deverá ser apresentada cópia do Contrato Social, registrado em Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica;  
Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (Anexo I)  
prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

### 3. PERÍODO DE FORNECIMENTO

3.1 Os produtos deverão ser fornecidos de janeiro à julho 2011, conforme solicitação de pedido expedido pela Secretaria de Educação e elaborado pela nutricionista.

### 4. ABERTURA DA PROPOSTA

4.1 A abertura e classificação será dia 05 de janeiro de 2011, às 09:00 horas.

### 5. CONTRATAÇÃO

5.1 Uma vez declarado o vencedor, o Proponente Vendedor deverá assinar o Contrato de Compra e Venda de gêneros alimentícios, de acordo com o modelo apresentado no item 3.5.

5.2 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural deve respeitar o valor máximo de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP)/ano.

### 6. RESPONSABILIDADE DOS FORNECEDORES

6.1 Os fornecedores que aderirem a este processo declaram que atendem a todas as exigências legais e regulatórias para tanto e que possuem autorização legal para fazer a proposta, sujeitando-se, em caso de declaração falsa, às penalidades da legislação civil e penal aplicáveis.

6.2 O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios conforme o disposto no padrão de identidade e qualidade estabelecida na legislação vigente e as especificações técnicas elaboradas pela Coordenadoria de Alimentação Escolar e disponíveis no site da SEDUC ([www.seduc.mt.gov.br](http://www.seduc.mt.gov.br));

6.3 O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios nos preços estabelecidos nesta chamada pública por um período de seis meses;

6.4 O fornecedor compromete a fornecer os gêneros alimentícios para as escolas conforme cronograma de entrega definido pela Secretaria de Educação.

6.5 Todas as despesas com a entrega e descarregamento correrão por conta do fornecedor.

6.6 Os gêneros alimentícios deverão ser cuidadosamente selecionados e embalados. Os responsáveis pela manipulação da alimentação escolar estão autorizados a não aceitar produtos que não cumpram estas exigências. Persistindo esta prática, o contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei no. 8.666/1993.

6.7 Os produtos de caráter semanal (frutas e verduras) devem ser pesados adequadamente para controle pelos manipuladores de alimentos.

## 7 - DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 - A participação de qualquer proponente Vendedor no processo implica a aceitação tácita, incondicional, irrevogável e irretratável dos seus termos, regras e condições, assim como dos seus anexos.

## 8 - FORO

8.1 - A presente Chamada Pública é regulado pelas leis brasileiras, sendo exclusivamente competente o Foro da Comarca de Videira para conhecer e julgar quaisquer questões dele decorrentes.

Iomerê, 20 de dezembro de 2010.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

PAULO CÉSAR DORÉ

OAB/SC 7071

Programa Nacional de Alimentação Escolar

### PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Identificação da proposta de atendimento ao Edital/Chamada Pública nº 0002/2010

#### I – IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES

##### A – Grupo Formal

1. Nome do Proponente		2. CNPJ	
3. Endereço		4. Município	
		5. CEP	
6. Nome do representante legal		7. CPF	8. DDD/Fone
		11. Nº da Conta Corrente	
9. Banco		10. Nº da Agência	

##### B – Grupo Informal

1. Nome do Proponente			
		5. CEP	
3. Endereço		4. Município	
6. Nome da Entidade Articuladora		7. CPF	8. DDD/Fone

##### C – Fornecedores participantes (Grupo Formal e Informal)

1. Nome	2. CPF	3. DAP	4. Nº. da Agência	5. Nº. da Conta Corrente

II – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
1. Nome da Entidade Prefeitura Municipal de Iomerê		2. CNPJ 01.612.744/0001-20		3. Município Iomerê	
4. Endereço Rua João Rech, 500				5. DDD/Fone (49)3539-6000	
6. Nome do representante e e-mail					7. CPF
III – RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS					
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Pro-3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/Unidade	6. Valor Total	
				Total agricultor	
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Pro-3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/Unidade	6. Valor Total	
				Total agricultor	
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Pro-3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/Unidade	6. Valor Total	
				Total agricultor	
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Pro-3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/Unidade	6. Valor Total	
				Total agricultor	
1. Nome do Agricultor Familiar	2. Pro-3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço/Unidade	6. Valor Total	
				Total agricultor	
Total do projeto					
IV – TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO					
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/Unidade	5. Valor Total por Produto	



# Irineópolis

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Contrato 82/2010

CONTRATO N.º 082/2010

Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o Município de Irineópolis e a empresa Inova Engenharia SS Ltda.

O Município de Irineópolis, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF n.º 83.102.558/0001-05, com sede administrativa estabelecida à rua Paraná, 200, em Irineópolis - SC., neste ato representado pelo Senhor Wanderlei Lezan, brasileiro, casado, no exercício do Cargo de Prefeito, residente e domiciliado à rua Minas Gerais s/n.º, no centro do Município de Irineópolis - SC, inscrito no CPF sob o n.º 153.546.101-25 e portador da cédula de identidade n.º 6.109.615 SSP-SC, de ora em diante denominado de doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado a empresa Inova Engenharia SS Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.º 11.552.792/0001-23, com sede a Rua Emmerich Ruysam, n.º 185, Apto 402, Bairro Vila Nova, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Renato Lira, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CREA/SC sob o n.º 061.413-9, residente e domiciliado à rua Emmerich Ruysam, n.º 185, Apto 402, Bairro Vila Nova, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina inscrito no CPF sob o n.º 018.276.029-45 e RG n.º 6.452.286-SESP-SC, a seguir denominado CONTRATADA, ajustam e firmam o presente contrato nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, consolidada e legislação pertinente, assim como pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

A presente contratação tem por objeto a prestação de serviços de engenharia para elaboração de projeto de drenagem pluvial, terraplenagem, geométrico e sinalização das Ruas pertencentes ao atendimento ao PAC 2.

Rua Rodolfo Brand - Bairro Jardim Brand;  
Avenida da Luz - Bairro Jardim Brand;  
Rua Goiás, Trecho I;  
Rua Goiás, Trecho II;  
Rua Pernambuco - Bairro Nossa Senhora Aparecida;  
Rua Dietrich Plugge;  
Rua Argentina - Bairro São Francisco;  
Rua Caetano Valões;  
Rua Pará.

Os serviços referente ao projeto contemplam:

- Projeto de drenagem:
  1. Indicação de sentido e traçados da tubulação a ser projetada;
  2. Indicação das dimensões da tubulação, sempre atendendo as normas e produtos disponíveis no mercado.
- Projeto de terraplenagem:
  1. Indicação dos perfis de volume.
- Projeto geométrico:
  1. Indicação de acesso conforme normas do DEINFRA.
- Projeto de Sinalização:
  1. Indicação da sinalização do acesso conforme normas do DEINFRA.
- Emissão de ART, anotação de responsabilidade técnica;

- Os projetos e relatório serão entregues impressos em três vias e uma cópia em CD com extensão PDF.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - BASE DO CONTRATO

O presente contrato é assinado com dispensa de licitação, baseado no artigo 24, inciso I, da Lei nº 8.666/93, consolidada (contratação de serviços de engenharia pequeno valor - abaixo de R\$ 15.000,00).

#### CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR CONTRATUAL

O Presente Contrato de prestação de Serviços, o CONTRATANTE, pagará ao CONTRATADO, o valor total de R\$ 14.900,00 (Quatorze mil e novecentos reais).

PARÁGRAFO ÚNICO - Correrão por conta do CONTRATADO as despesas decorrentes de material e mão de obra e demais que venham a incidir sobre o objeto deste termo contratual.

#### CLÁUSULA QUARTA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE efetuará o pagamento dos valores avençados no presente contrato, em até 05 (cinco) dias após entrega dos serviços mediante e emissão da respectiva nota fiscal constando os serviços executados e o número do contrato que a originou.

#### CLÁUSULA QUINTA - RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta da Dotação Orçamentária - Projeto Atividade - 2016 - Manutenção de Serviços Urbanos - 3.3.90.00.00.00.00.0100 (79) Aplicações Diretas, do orçamento vigente para o exercício de 2010.

#### CLÁUSULA SEXTA - CRITÉRIO DE REAJUSTE

Não haverá reajuste.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Constituem direitos do CONTRATANTE, receber o objeto deste contrato, nas condições avençadas, e do CONTRATADO, perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

#### PARÁGRAFO PRIMEIRO - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento na forma e prazos ajustados;
- b) Dar a CONTRATADA condições necessárias à regular a execução do contrato;

#### PARÁGRAFO SEGUNDO - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços objeto deste contrato na forma e condições avençadas;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do presente contrato;
- c) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- d) Responsabilizar-se pela boa qualidade e garantia, nos termos da lei, dos serviços a serem realizados;
- e) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor, em especial quanto aos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- f) Atender às solicitações da CONTRATANTE, impreterivelmente, em até 72 horas;
- g) Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, social, trabalhista e tributaria, bem como pelos

danos e prejuízos que a qualquer título causar a CONTRATANTE, meio ambiente e/ou a terceiros, em decorrência da execução dos serviços contratados, respondendo por si e por seus sucessores;

h) Responsabilizar-se pela restauração de defeitos que se verifiquem nos serviços, envidando todos os esforços para proceder os reparos no menor prazo possível;

i) Fornecer toda mão de obra de melhor qualidade de seu quadro de pessoal e adequados para a prestação dos serviços;

j) Não efetuar despesas, celebrar acordos, fazer declarações ou prestar informações em nome da CONTRATANTE;

k) Adotar, sob sua inteira responsabilidade e ônus, todas as medidas de segurança necessárias à execução dos serviços e à preservação dos bens e interesses próprios da CONTRATANTE;

l) Efetuar a prestação dos serviços e a apresentação dos produtos dentro do prazo estipulado.

**PARAGRAFO TERCEIRO** - Fica assegurado a CONTRATANTE o direito de recusar os serviços inadequados executados, obrigando-se a CONTRATADA a refazê-los as suas expensas.

**PARAGRAFO QUARTO** - A ocorrência de reclamações consideradas procedentes pelo CONTRATANTE, lhe dá o direito de reter o pagamento da CONTRATADA, na proporção dos prejuízos verificados.

#### **CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PARA O CASO DE INADIMPLENTO CONTRATUAL**

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações; sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no artigo 78 e seguintes da Lei n.º 8.666/93, ou por interesse público.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente Instrumento contratual rege-se pelas disposições expressas na Lei 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se-lhe supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TRANSMISSÃO DE DOCUMENTOS**

A troca eventual de documentos e cartas entre o CONTRATANTE e o CONTRATADO, será feita através de Protocolo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA**

A vigência do presente contrato será a partir da sua assinatura até 31 de dezembro de 2010.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - O COMODANTE fica, desde já, expressamente obrigado a respeitar o presente contrato, por si e por seus sucessores, até o prazo final de sua vigência e/ou de sua renovação ou prorrogação, obrigando-se a respeitar todas as suas cláusulas e condições.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e dos Princípios Gerais de Direito.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICIDADE**

Uma vez firmado, o presente contrato terá seu extrato publicado no Órgão Oficial do Município, pelo COMODATÁRIO, dando-se cumprimento ao disposto no Artigo 61, parágrafo 1º da Lei n.º 8.666/93.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União - SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 05 (cinco) vias iguais, e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis (SC), 20 de dezembro de 2010.

Prefeitura Municipal de Irineópolis  
WANDERLEI LEZAN  
Contratante

Inova Engenharia SS Ltda  
Renato Lira  
Contratado

Testemunhas:  
Mauricio Juraszek Rosani  
CPF: 044.088.849-28

Rodrigues da Silva Mischka  
CPF: 664.622.159-68

### **CÂMARA DE VEREADORES**

#### **Portaria Nº 021/2010**

PORTARIA Nº 021 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2010.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GERALDO ORLONSKI, Presidente da Câmara Municipal de Irineópolis, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pelo artigo 16, inciso I, letra "d", e inciso III letra "a" também do artigo 16 do Regimento Interno desta Casa e de conformidade com o artigo 41, inciso II da Lei Orgânica Municipal,

#### **R E S O L V E:**

Conceder a Servidora Dra. CAROLINA PINTO FIGUEIREDO FRONCZAK, RG nº 3.166.332, inscrita no CPF sob o nº 018.924.179-95, inscrição OAB/PR 32.879, Assessora Jurídica, o gozo das férias pelo período de 20 dias, iniciando em 10 (dez) de Dezembro de 2010 até 29 (vinte e nove) de Dezembro de 2010.

Autorizar de acordo com o Art. 102, da Lei Complementar nº 001/97, de 30 de dezembro de 1997, converter um terço das férias em abono pecuniário.

Ressaltar que as referidas férias referem-se ao período de aquisição de 13/01/2009 à 12/01/2010.

Gabinete da Presidência, em 10 de Dezembro de 2010.  
GERALDO ORLONSKI  
Presidente

# Itapoá

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Termo de Anulação de Licitação - Tomada de Preço Nº 09/2010

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ

TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Município de Itapoá-SC torna público que a Tomada de Preço nº 09/2010 - Processo nº 59/2010 oriundo do objeto Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimentos de materiais de construção para a edificação da sede própria da Câmara Municipal de vereadores de Itapoá/SC, perfazendo um total a ser construído de 616,50 m2, conforme projeto arquitetônico e memorial descritivo, ART, planilha orçamentária, parte integrante deste edital, fica no presente ato anulado, para conhecimento dos licitantes e de quem a mais interessar possa, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, conforme decisão circunstanciada inserta no processo licitatório.

Itapoá, 17 de dezembro de 2010.

ERVINO SPERANDIO

Município de Itapoá

Prefeito Municipal

# Joaçaba

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Portaria n.º 2.469

PORTARIA Nº 2.469 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-CA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) JANA TERESINHA PINTO PILGER, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através do memorando Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, referente ao período de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2005 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de dezembro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 20 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE

### Portaria n.º 2.468

PORTARIA Nº 2.468 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-CA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) RICARDO FELIPE MASSIGNANI, Engenheiro Civil, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através do memorando n.º 320 da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente aos períodos de 06 de fevereiro de 2006 a 31 de dezembro de 2006 (10 dias) e 01 de janeiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (12 dias), por um período de 22 (vinte e dois) dias, a partir de 20 de dezembro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 20 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE

### Portaria n.º 2.470

PORTARIA Nº 2.470 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-CA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) SULANY DE FATIMA B. WELTER, Auxiliar de Enfermagem, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através do memorando n.º 230 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 15 de março de 2003 a 31 de dezembro de 2003 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de dezembro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 20 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE

### Portaria n.º 2.471

PORTARIA Nº 2.471 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFI-CA".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) EDUARDO BARBOSA, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através do processo n.º 116.066 de 27 de agosto de 2010, referente ao período de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2005 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de dezembro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 20 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE

### Portaria n.º 2.472

PORTARIA Nº 2.472 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE

ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) PAULO ANTONIO PADOVA, Técnico em Laboratório, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através do memorando n.º 224 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 05 de fevereiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (11 dias), por um período de 11 (onze) dias, a partir de 20 de dezembro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 20 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria n.º 2.473**

PORTARIA Nº 2.473 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010  
“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) SOELI SALETE GOMES, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através do memorando n.º 224 da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período de 01 de janeiro de 2005 a 31 de dezembro de 2005 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 20 de dezembro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 20 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria n.º 2.474**

PORTARIA Nº 2.474 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010  
“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) GRACIELI BITTENCOURT DOS SANTOS, Auxiliar de Serviços Gerais, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através do memorando n.º 213 da Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos de 01 de fevereiro de 2007 a 31 de dezembro de 2007 (11 dias) e 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias), por um período de 23 (vinte e três) dias, a partir de 20 de dezembro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 20 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria n.º 2.475**

PORTARIA Nº 2.475 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010  
“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) FIRMINO BUFFON, Operador de Máquinas, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através do memorando n.º 169 da Secretaria Municipal de Infraestrutura, referente ao período de 01 de fevereiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 14 de dezembro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 14 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria n.º 2.476**

PORTARIA Nº 2.476 DE 16 DE DEZEMBRO DE 2010  
“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) CLEONAIR CARLOS BERGENTHAL, Motorista, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através do processo n.º 117.471 de 06 de dezembro de 2010, referente aos períodos de 01 de fevereiro de 1998 a 31 de janeiro de 2003 (30 dias) e 01 de fevereiro de 2003 a 31 de dezembro de 2003 (10 dias), por um período de 40 (quarenta) dias, a partir de 20 de dezembro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 20 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 16 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria n.º 2.477**

PORTARIA Nº 2.477 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010  
“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

CONCEDER a(o) Servidor(a) ELISABETE MARQUART DORL, Médica, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, pedido protocolado através do memorando n.º 205 da Secretaria Municipal de Saúde, referente aos períodos de 01 de março de 1999 a 31 de janeiro de 2003 (30 dias), por um período de 30 (trinta) dias, a partir de 22 de dezembro de 2010 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 22 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.



Joaçaba(SC), em 17 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

### Portaria n.º 2.478

PORTARIA Nº 2.478 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010

"NOMEIA UNIDADE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

#### RESOLVE,

1º NOMEAR a servidora ISABELA TOSCAN MITTERER para proceder a movimentação financeira e assinatura de talonários de cheques das contas bancárias mantidas pelo FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE junto às instituições financeiras, no período de 22 de dezembro de 2010 à 21 de janeiro de 2011.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 22 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 17 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

### Portaria n.º 2.479

PORTARIA Nº 2.479 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2010.

"DESIGNA ORDENADOR DE DESPESA, SERVIDOR QUE ESPECIFICA."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### RESOLVE:

DESIGNAR, a Senhora ANDRÉA MACAGNAN, para exercer as funções de "ORDENADOR DE DESPESAS" do Fundo Municipal de Saúde, no período de 22 de dezembro de 2010 à 21 de janeiro de 2011.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 22 de dezembro de 2010, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba(SC), em 17 de dezembro de 2010.  
RAFAEL LASKE

### Extrato Contrato 665/2010/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 665/2010/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: MAURICIO ELY PUTTKAMMER (MEP Engenharia)  
OBJETO: TERMO ADITIVO ao contrato nº 581/2010, firmado em 22/06/2010, proveniente do Processo de Licitação nº 20/2010 - PMJ - Edital CC nº 01/2010 - PMJ, homologado em 22/06/2010, cujo objeto é a execução pela CONTRATADA, em regime de empreitada global, da segunda etapa da construção do novo Terminal Rodoviário de Joaçaba (SC), que está sendo implantado às margens da BR-282, KM 388, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município, onde se ADITA a CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, nos seguintes termos: CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA: A vigência do contrato original fica prorrogada para 27 de dezembro de 2010, de acordo com o disposto no § 1º, II, do art. 57 da Lei 8.666/93. As demais cláusulas permanecem inalteradas.  
DATA ASSINATURA: 03/11/2010.

### Extrato Termo de Rescisão 683/2010

EXTRATO TERMO DE RESCISÃO Nº 683/2010

CONTRATO Nº 482/2007

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

LOCADOR: HIPÓLITO HENRIQUE KREMER

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA: As partes contratantes, de comum acordo, resolvem rescindir o contrato nº 482/2007, celebrado em 15 de janeiro de 2007, proveniente do Processo de Licitação nº 10/2007, instaurado através da Dispensa nº 10/2007, homologado no dia 15 de janeiro de 2007, que tem como objeto a locação de um imóvel, com 201,78 m² e espaço consubstanciado por uma área de serviço e a utilização de um compressor de ar de propriedade do Locador, localizado na Rua Eliziário de Carli, 649, Bairro Santa Tereza, nesta cidade de Joaçaba, destinado a instalação do Posto de Saúde, bem como os aditivos dele provenientes.

CLÁUSULA SEGUNDA: Os efeitos deste Termo de Rescisão contarão a partir de 17 de dezembro de 2010. CLÁUSULA TERCEIRA: As partes ficam desobrigadas do cumprimento do pactuado no contrato e nos aditivos dele provenientes, pelo que dão a mais ampla, rasa, geral e irrestrita quitação, para nada mais reivindicar em juízo ou fora dele, a que título for.

DATA ASSINATURA: 15/12/2010.

### Errata 01 Edital 001/2010 Secretaria Municipal de Saúde

PROCESSO SELETIVO

ERRATA Nº 01 AO EDITAL 001/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOAÇABA (SC) E A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO, no uso de suas atribuições legais, fazem saber a quem interessar a seguinte alteração ao Edital de Processo Seletivo nº 001/2010:

Considerando a apreciação de recursos e a constatação de irregularidades nas provas aplicadas;

Considerando que as provas aplicadas encontravam-se em desconformidade com o Edital de Processo Seletivo 001/2010;

Decidem por anular as provas aplicadas, apresentando novo Cronograma para aplicação das provas e atos posteriores a mesma, informando que o local de realização das provas escritas/objetivas passa a ser no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Avenida XV de Novembro, n.º 223 – Centro (Prédio do INSS), no Município de Joaçaba (SC).

#### CAPÍTULO XI

##### 11 – CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	HORÁRIO
** Prova Escrita/Objetiva	09/01/2011	8:30 às 12:30
		Após o término da prova escrita/objetiva
*** Prova Prática	09/01/2011	
Prazo para Interposição de Recursos acerca da prova escrita/objetiva e prática	10 a 14/01/2011	17:00
* Divulgação do Gabarito Oficial Prova Escrita/Objetiva	10/01/2011	17:00
Prazo para Interposição de Recursos acerca do gabarito da prova escrita/objetiva	11 a 17/01/2011	17:00
* Apresentação Ata de Nota da Prova Escrita/Objetiva	18/01/2011	10:00
**** Identificação dos candidatos em ato público (abertura envelopes lacrados no dia da prova escrita/objetiva)	18/01/2011	10:15
Prazo para Interposição de Recursos acerca da Ata de Nota da Prova Escrita/Objetiva	19 a 25/01/2011	17:00

* Divulgação da Ata do Resultado de Classificação Final por cargo/função.	26/01/2011	17:00
---	------------	-------

\* Prefeitura Municipal de Joaçaba, sito à Avenida XV de Novembro, n.º 378 - Centro, no Município de Joaçaba (SC).

\*\* Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Avenida XV de Novembro, n.º 223 – Centro (Prédio do INSS), no Município de Joaçaba (SC).

\*\*\* Parque de Máquinas da Prefeitura Municipal de Joaçaba (SC), sito à Rua Armino Heberle, s/n.º, Bairro Vila Remor, no Município de Joaçaba (SC).

\*\*\*\* Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Avenida XV de Novembro, n.º 223 – Centro (Prédio do INSS).

Para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém possa alegar desconhecimento, faz baixar a presente ERRATA N.º 01 AO EDITAL N.º 001/2010 DO PROCESSO SELETIVO, que será publicada no mural da Prefeitura Municipal anexo ao Edital de Concurso Público, bem como na página oficial do Município ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e dado ciência a todos os candidatos inscritos ao Certame.

Joaçaba/SC, 17 de dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

#### COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

ELIZETE MARQUES

LUCIA SANTINI SARTORI MANTOVANI

VANDERLEIA CATIE BOSSA NORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

### Errata 02 Edital 002/2010 Secretaria Municipal de Saúde

PROCESSO SELETIVO

ERRATA Nº 02 AO EDITAL 002/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE JOAÇABA (SC) E A COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO, no uso de suas atribuições legais, fazem saber a quem interessar a seguinte alteração ao Edital de Processo Seletivo nº 002/2010:

Considerando a apreciação de recursos e a constatação de irregularidades nas provas aplicadas;

Considerando que as provas aplicadas encontravam-se em desconformidade com o Edital de Processo Seletivo 002/2010;

Decidem por anular as provas aplicadas, apresentando novo Cronograma para aplicação das provas e atos posteriores a mesma, informando que o local de realização das provas escritas/objetivas passa a ser no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Avenida XV de Novembro, n.º 223 – Centro (Prédio do INSS), no Município de Joaçaba (SC).

#### CAPÍTULO XI

##### 11 – CRONOGRAMA

CRONOGRAMA	DATA	HORÁRIO
** Prova Escrita/Objetiva	09/01/2011	8:30 às 12:30
Prazo para Interposição de Recursos acerca da prova escrita/objetiva	10 a 14/01/2011	17:00
* Divulgação do Gabarito Oficial Prova Escrita/Objetiva	10/01/2011	17:00

Prazo para Interposição de Recursos acerca do gabarito da prova escrita/objetiva	11 a 17/01/2011	17:00
* Apresentação Ata de Nota da Prova Escrita/Objetiva	18/01/2011	10:00
*** Identificação dos candidatos em ato público (abertura envelopes lacrados no dia da prova escrita/objetiva)	18/01/2011	10:15
Prazo para Interposição de Recursos acerca da Ata de Nota da Prova Escrita/Objetiva	19 a 25/01/2011	17:00
* Divulgação da Ata do Resultado de Classificação Final por cargo/função.	26/01/2011	17:00

\* Prefeitura Municipal de Joaçaba, sito à Avenida XV de Novembro, n.º 378 - Centro, no Município de Joaçaba (SC).

\*\* Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Avenida XV de Novembro, n.º 223 – Centro (Prédio do INSS), no Município de Joaçaba (SC).

\*\*\* Auditório da Secretaria Municipal de Saúde, sito à Avenida XV de Novembro, n.º 223 – Centro (Prédio do INSS),

Para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém possa alegar desconhecimento, faz baixar a presente ERRATA N.º 02 AO EDITAL N.º 002/2010 DO PROCESSO SELETIVO, que será publicada no mural da Prefeitura Municipal anexo ao Edital de Concurso Público, bem como na página oficial do Município ([www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br)) e dado ciência a todos os candidatos inscritos ao Certame.

Joaçaba/SC, 17 de dezembro de 2010.

RAFAEL LASKE

Prefeito Municipal

#### COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO

SANDRA ANDREIA STEFANES

SULANY DE FATIMA B. WELTER

VANDERLEIA CATIE BOSSA NORA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Setor de Pessoal

### Resolução Nº005 /CMAS-JBA/2010

Resolução Nº005 /CMAS-JBA/2010

Define parâmetros para a inscrição/renovação das entidades e organizações de Assistência Social, bem como os serviços, programas e projetos no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal 8.742, de 07 de dezembro de 1993 e das deliberações da Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 08 de dezembro de 2010.

Considerando o decreto nº 6.308, de 14 de dezembro de 2007, que dispõe sobre as entidades e organizações de assistência social de que trata o art. 3º da lei 8.742 de 7 de dezembro de 1993; Considerando a Resolução do CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

Considerando a Lei Federal 12.101 de 27 de novembro de 2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social;

Considerando a Resolução do CNAS nº 16 de 5 de maio de 2010, que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades e organizações de assistência social, bem como dos serviços,

programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social dos Municípios e do Distrito Federal; Considerando o Decreto Federal nº 7.237 de 20 de julho de 2010 que dispõe sobre o processo de certificação das entidades beneficentes assistência social para obtenção da isenção das contribuições para a seguridade social. Considerando a Resolução do CNAS nº 33 de 11 de outubro de 2010, altera alínea "e" do inciso IV do art. 3º da resolução CNAS nº 16 de 05 de maio de 2010.

# RESOLVE:

Art. 1º Solicitar a apresentação dos seguintes documentos para a Inscrição de Entidades, Organizações, Programas, Projetos e Serviços de Assistência Social:

- Requerimento para obtenção da inscrição (anexo I);
- Ficha Cadastral do CMAS devidamente preenchida (anexo II);
- Estatuto registrado em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- Cópia da ata de eleição dos membros da atual diretoria, devidamente registrada em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- Plano de Ação/Plano de Trabalho para o exercício em curso que descrevam, quantifiquem e qualifiquem as ações desenvolvidas (anexo III);
- Cópia de documento de inscrição no CNPJ atualizado;
- Relatório das atividades desenvolvidas no exercício anterior ao requerimento, destacando informações sobre o público atendido e os recursos envolvidos;
- Comprovante de funcionamento regular de pelo menos 12 meses anteriores à apresentação do requerimento;

§1º - A entrega dos documentos será protocolada na secretaria do CMAS, situada à Av. XV novembro, 378 - anexo a Secretaria de Ação Social;

§2º A secretaria do conselho fará a conferência no ato da entrega, somente sendo protocolado com toda a documentação;

§3º - As entidades e organizações sem fins econômicos que não tenham atuação preponderante na área da assistência social, mas que também atuem nesta área deverão inscrever seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, além de demonstrar que cumprem os critérios do § 1º e 2º do artigo 6º e o artigo 7º da Resolução CNAS nº 16/2010, mediante a apresentação de:

I - requerimento, na forma do modelo anexo III;

II - cópia do Estatuto Social (atos constitutivos) registrado em Cartório;

III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrado em Cartório;

IV - Plano de Ação.

§4º - As entidades, organizações, programas, projetos e serviços de assistência social que atuam em mais de um município deverão inscrever os serviços, programas e benefícios socioassistenciais no Conselho de Assistência Social do Município onde estão sendo executadas as atividades.

Art. 2º - Quando houver mudança da diretoria da entidade, a mesma deverá apresentar a cópia da ata de eleição dos membros da atual diretoria, devidamente registrada em Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas;

Art. 3º - A inscrição das entidades, organizações, programas, projetos e serviços no CMAS terão sua validade por prazo indeterminado.

§1º - O CMAS terá o prazo de até 3 (três) meses para apresentar o deferimento, a partir da data de protocolo da documentação na secretaria da CMAS;

§2º - As entidades, programas e serviços serão comunicados do deferimento do CMAS e o mesmo publicado no Diário Oficial dos Municípios;

§3º - O CMAS poderá cancelar a qualquer tempo a inscrição da entidade, programa e serviço, quando houver descumprimento dos requisitos.

Art. 4º - Para comprovar as ações de assistência social, as entidades, organizações, programas, projetos e serviços cadastrados devem apresentar anualmente, até 30 de abril, o Relatório Anual de Atividades (ano anterior - anexo IV) e o Plano de Ação (do ano em exercício - anexo III).

Art. 5º - Ficam adotados os critérios do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, no que se refere às atividades de assistência social prestadas pelas entidades, para fins de inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se.

Joaçaba (SC), 08 de dezembro de 2010.

MARISTELA ROSA ABATTI SCHÜLER

Presidente CMAS-Joaçaba

# ANEXO I

## REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Senhor(a) Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Joaçaba

A entidade abaixo qualificada, com atuação também neste município, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição da Entidade, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse Conselho.

A - Dados da Entidade:

Nome da Entidade \_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_ Data de inscrição no CNPJ \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Código Nacional de Atividade Econômica Principal e Secundário \_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_ Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_

CEP \_\_\_\_\_

Tel. \_\_\_\_\_ FAX \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

A entidade está inscrita no Conselho Municipal de:

\_\_\_\_\_, sob o número \_\_\_\_\_, desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, sob o número \_\_\_\_\_, desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, sob o número \_\_\_\_\_, desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_, sob o número \_\_\_\_\_, desde \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

Síntese da Entidade, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais realizados no município (descrever todos)

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

B - Dados do Representante Legal:

Nome \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

nº \_\_\_\_\_ Bairro \_\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_ UF \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

Tel. \_\_\_\_\_

Celular \_\_\_\_\_ E-mail \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_ CPF \_\_\_\_\_

Data nasc. \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Escolaridade \_\_\_\_\_

Período do Mandato: \_\_\_\_\_

C - Informações adicionais

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Termos em que,  
Pede deferimento.

Local \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do representante legal da entidade

ANEXO II  
FICHA CADASTRAL - INSCRIÇÃO

1.) DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome:  
Sigla:  
Data de fundação: Início das Atividades:  
CNPJ:  
Nome do(a) Presidente:  
Endereço:  
Bairro:  
89600-000 Joaçaba - SC  
Telefone/FAX:  
E-mail:

1.1) Informações Básicas da Entidade  
( ) Governamental ( ) Não Governamental ( ) Outras:

Área de Abrangência: ( ) Municipal ( ) Regional ( ) Estadual

Utilidade Pública: ( ) União ( ) Estado ( ) Município

Registros:  
( ) Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS  
( ) Certificado de Filantropia  
( ) Conselho Municipal dos Direitos da criança e do Adolescente - CMDCA  
( ) Conselho Municipal do Idoso - CMI  
( ) Conselho Municipal do Saúde - CMS  
( ) Conselho Municipal do Educação - CME  
( ) Outros: \_\_\_\_\_

Qual a missão da Entidade?

Quais os objetivos da Entidade?

De acordo com o artigo 2º do Decreto Presidencial nº 6.308 de 14 de dezembro de 2007, a sua Entidade é:

( ) de atendimento ( aquelas entidades que de forma continuada, permanente e planejada prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial dirigidos as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidades ou risco social e pessoal)  
( ) de assessoramento ( aquelas que, de forma continuada, permanente prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social)  
( ) defesa de garantia de direitos ( aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público de política de assistência social)

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A Entidade está inserida em qual nível de Proteção Social, conforme a PNAS e o SUAS:

(PNAS - Política Nacional de Assistência Social - Aprovada em 2004, incorpora as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, objetivando tornar laras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito da cidadania e responsabilidade do Estado. / SUAS - Sistema Único de Assistência Social - Modelo de gestão descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais.)

( ) Proteção Social Básica - ( Tem como objetivo prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários como: programa de Atenção Integral as Famílias; Centro de Convivência para Idosos; Serviços para crianças de 0 a 6 anos que visem o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; Serviços sócio-educativos para crianças, adolescentes e jovens; Programas de incentivo ao protagonismo juvenil; Centro de formação educação para o trabalho voltados para jovens e adultos.

( ) Proteção Social Especial de Média Complexidade - ( Aquelas ações que oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, mas cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, como: Serviço de Orientação e Apoio Socio-familiar, Plantão social; Abordagem de Rua; Cuidado no Domicílio; Serviço de habilitação e Reabilitação na comunidade para pessoas Deficientes; Medida Sócio-Educativa em Meio Aberto

( ) Proteção Social Especial de Alta Complexidade - ( São aquelas ações que garantem proteção integral: moradia alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e/ou em situação de ameaça necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e/ou comunitário como: atendimento Integral institucional; casa Lar, Republica, Casa de Passagem, Albergue, Família substituta, Família Acolhedora, Medidas Socioeducativas restritivas e privativas de liberdade; Trabalho Protegido)

Área de abrangência da Entidade (região) \_\_\_\_\_

A Entidade desenvolve:

( ) Programas ( Compreendem ações integradas, com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, não se caracterizando como ações continuadas).

Quais?

( ) Projetos (Caracterizam-se como investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais e em situação de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhe garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social, articuladamente com as demais políticas públicas)

Quais?

( ) Serviços (Atividades continuadas que visam a melhoria de vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população)

Quais?

Descreva as Ações Desenvolvidas



Programas/ Projetos/ Serviços	População Atendida	Tipo de Atendimen- to	Capacidade de Aten- dimento Capacidade Atendidos Instalada	Faixa Etária	Demanda Reprimida Número

(Capacidade Instalada: é a capacidade máxima de atendimento da Entidade, consideradas as condições para o atendimento com qualidade. Ex. número de crianças, número de idosos, número de famílias etc.)

A entidade desenvolve ações sistemáticas (continuadas) de acompanhamento com as famílias dos usuários atendidos?

( ) Não

( ) Sim De que forma?

Em relação ao item capacidade de atendimento justificar caso a Entidade não atenda a condição da capacidade instalada

### 3. GRATUIDADE DO ATENDIMENTO

A ação desenvolvida pela Entidade se dá de forma gratuita, conforme preconiza o art. 1º, parágrafo único do Decreto Presidencial 6.308 de 14 de dezembro de 2007.

(Art. 1º As entidades e organizações são consideradas de assistência social quando seus atos constitutivos definirem expressamente sua natureza, objetivos, missão e público alvo, de acordo com as disposições da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Parágrafo único. São características essenciais das entidades e organizações de assistência social III garantir a universalidade do atendimento, independentemente da contraprestação do usuário)

( ) Sim

( ) Não. Identifique as formas de contribuição/ taxas/ mensalidade utilizadas na Entidade

### 4. PARTICIPAÇÃO DO USUÁRIO NA ENTIDADE

Formas de participação: ( ) Reuniões ( ) Eventos ( ) Conselhos ( ) Encontros ( ) Atuação na Diretoria ( ) Comissões ( ) Assembléias ( ) Outros

Se não, por que?

### 5. PARCERIAS ( REDE DE ATENDIMENTO/APOIO TÉCNICO)

Entidades Governamentais:

Outras ONG's:

A Entidade articula-se com a rede de atendimento socioassistencial? (Rede Socioassistencial: é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade)

De que forma?

### 6) CONDIÇÕES FÍSICAS

( ) Adequada ( ) Inadequada ( ) Insuficiente

Comentário

Condições da Sede

( ) Própria ( ) Alugada Valor R\$

Período de Vigência:

( ) Cedida Por quem?

Período de Vigência:

Observações Complementares:

### 7) ATUAÇÃO POLÍTICA DA ENTIDADE

Participação da Entidade nos espaços de discussão da política da LOAS e suas demandas específicas (Fórum, Conferências, Conselhos e Assembléias Gerais de Conselhos):

### 8) ORGANIZAÇÃO TÉCNICO METODOLÓGICA DA ENTIDADE

Periodicidade e metodologia do planejamento das ações

Principais instrumentos e registros das ações

Formas e periodicidade de avaliação

### 9) RECURSOS HUMANOS

Situação de Recursos Humanos:

Profissional / Função	Escolaridade	Carga Horária Mensal	Quantidade	Contratado	Voluntário

Alguns dos funcionários elencados são associados ou compõe a Diretoria?

### 10) SITUAÇÃO FINANCEIRA

Responsável pela contabilidade:

Qual a origem dos recursos:

( ) Convênios ( ) Federal ( ) Estadual ( ) Municipal

( ) Outros:

( ) Doações Fontes:

( ) Mensalidades / Taxas / Valor:

( ) Promoções / Principais Eventos:

Valor mensal para manutenção dos projetos:

( ) Municipal R\$

( ) Estadual R\$

( ) Federal R\$

Valor total do investimento público: R\$ %

Investimento pela Entidade: R\$ %

Investimento por mensalidade / taxas / eventos / outros: R\$ %

Isenções:

Conforme o parágrafo único, do art. 1º, do Decreto Presidencial Nº 6.308 14 de dezembro de 2007 quais as ações realizadas que dão transparência as ações desenvolvidas por sua Entidade?

(Art. 1º As entidades e organizações são consideradas de assistência social quando seus atos constitutivos definirem expressamente sua natureza, objetivos, missão e público alvo, de acordo com as disposições da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Parágrafo único. São características essenciais das entidades e organizações de assistência social III ter finalidade pública e transparência nas suas ações).

11) INFORMAÇÕES QUALITATIVAS DA ATUAÇÃO DA ENTIDADE  
Principais Dificuldades: \_\_\_\_\_

Resultados do Trabalho da Entidade: \_\_\_\_\_

Responsável pelas Informações: \_\_\_\_\_

Assinatura do Presidente / Responsável \_\_\_\_\_

Anexo III e IV  
PLANO DE AÇÃO e RELATÓRIO DE ATIVIDADES

O Plano de Ação e o Relatório de Atividades deverão conter:

- a) Finalidades estatutárias;
- b) Objetivos;
- c) Origem dos recursos;
- d) Infraestrutura;
- e) Identificação de cada serviço, projeto, programa ou benefício socioassistencial, informando respectivamente:
  - e.1) o público alvo,
  - e.2) capacidade de atendimento,
  - e.3) recursos financeiros,
  - e.4) recursos humanos envolvidos,
  - e.5) abrangência territorial,
  - e.6) demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que serão utilizadas em todas as etapas do plano: elaboração, execução, avaliação e monitoramento.

## SIMAE

### Inexigibilidade de Licitação INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O SIMAE de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, através de sua Diretora Presidente Elisabe Maria Zanela Sartori, torna público a Inexigibilidade de Licitação para Telefonia Fixa para o exercício de 2011.

Justificativa: Inviabilidade de competição.

Fundamento Legal: Caput do Artigo 25, da Lei 8.666/93 e suas alterações.

Joaçaba/SC, 20 de dezembro de 2010.  
ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE

## Luzerna

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### Extrato de Homologação fms.021.2010

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão nº 021/2010

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, ORLANDO FÁVERO, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0085/2010, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão para Registro de Preço
- Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, DE FORMA PARCELADA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA, DOS PROGRAMAS E DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
- Empresa(s) Vencedora(s):
- CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA;
- ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- DIPROLMEDI MEDICAMENTOS LTDA;
- PRODIET FARMACEUTICA LTDA;
- DIMERIOS MATERIAIS CIRURGICOS LTDA;
- 1000MEDIC DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP;
- DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- CENTERMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- SULMEDI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA;
- S&R DISTRIBUIDORA LTDA;
- MAURO MARCIANO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS;
- PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA;
- CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA;
- AGLON COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
- Valor total: R\$ 340.721,21

Luzerna (SC), 14 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito de Luzerna

#### Extrato de Homologação Pregão fms.022.2010

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Pregão nº 022/2010

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, ORLANDO FÁVERO, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 0086/2010, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão para Registro de Preço
- Objeto: Aquisição de materiais odontológicos, de forma parcelada, destinados à manutenção das atividades do Programa de Saúde da Família - PSF desenvolvido pelo Fundo Municipal de Saúde de Luzerna (SC).
- Empresa(s) Vencedora(s):
- SILMES COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME;
- MF DE ALMEIDA & CIA LTDA EPP;
- CIRURGICA ERECHIM LTDA ME;
- PRHODENT COM. REPR. PROD. HOSP. DENT. LTDA;
- OTRIALA COM. ATAC. DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA;
- CIRURGICA MASTER LTDA ME;
- ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA;
- CIRURGICA FERNANDES COM. DE MAT. CIRUR. E HOSP. LTDA;
- DIMACI MATERIAL CIRURGICO LTDA.

Valor total: R\$ 66.289,71

Luzerna (SC), 17 de dezembro de 2010.



**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

NORIVAL FIORIN  
Prefeito de Luzerna

### Edital de Divulgação do Resultado Final do Concurso Público - Edital 002/2010

EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO DESTINADO A PROVER VAGAS EXISTENTES ATUALMENTE E AS QUE OCORREREM DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC)  
EDITAL CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2010 de 25 de outubro de 2010.

A COMISSÃO ESPECIAL DO CONCURSO PÚBLICO destinado a prover vagas existentes atualmente e as que ocorrerem dentro do prazo de validade do Concurso na Prefeitura Municipal de Luzerna(SC), designada pela Portaria nº 115/10 de 25 de outubro de 2010, torna público o resultado final do Processo Seletivo, após prazo recursal:

Emprego Público: AUXILIAR DE SALA

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato	Nota Final	Colocação
076	Lariane Assis Xavier Santos de Carvalho	7,6*	1º
070	Rosangela Maria Lamperti Kieling	7,6*	2º
047	Sandra Aparecida Alberguini	7,5	3º
031	Sandra Mara Pilatti Serena	7,0*	4º
123	Daiani Doré	7,0*	5º
028	Liliane Aparecida Valduga Krug	6,8*	6º
007	Édina Belini Balbinot Andrade	6,8*	7º
032	Kássia Fernanda Callai	6,7	8º
071	Lilian Bachin de Oliveira	6,6	9º
039	Vali Carolina Spier	6,5*	10º
122	Cremice Lea dos Santos	6,5*	11º
067	Mônica Regina de Matos	6,4	12º
097	Emanuele Canalle	6,3	13º
022	Ana Piovesam	6,2*	14º
013	Eliete Adriana Casanova Tedesco	6,2*	15º
036	Camila Hoffelder	6,2*	16º
094	Ivana Lamb Luiz	6,2*	17º
009	Neides Teresinha Turra Robeiro	6,1*	18º
003	Monica Klein	6,1*	19º
089	Dirce Aparecida Dalla Costa Ribeiro da Silva	6,1*	20º
102	Joseli Natalina Garçoa Flemming	6,1*	21º
020	Rosângela Schuwaizerski de Oliveira	6,0*	22º
062	Regina Inês Reisdorfer	6,0*	23º
090	Elenice Carloh Hoffmann	6,0*	24º
042	Rejane Aparecida Severgnini Kremer	5,9*	25º
081	Sandra Aparecida Ferreira Vivan	5,9*	26º

079	Vanice Cristiane Tureck	5,9*	27º
015	Rosangela Aparecida Goulart Ribeiro	5,8*	28º
048	Ana Paula Sousa Spier	5,8*	29º
091	Flávia Regina Colusso	5,8*	30º
061	Ana Maria Rodrigues Paiano	5,8*	31º
078	Fabiola Teixeira Goetze	5,8*	32º
133	Cristina Rafaela Ludwig	5,8*	33º
021	Jussara de Oliveira Andolfatto	5,7*	34º
030	Daiana Dahmer	5,7*	35º
092	Pâmela Maria Belotto	5,7*	36º
069	Daiane Schneider	5,7*	37º
019	Alini Alves Cabral	5,6*	38º
109	Gelize Sernajotto Jorge	5,6*	39º
043	Angela Hericks	5,5*	40º
025	Eliane Paviani Gab	5,5*	41º
024	Francieli Carabolante	5,5*	42º
063	Cleciane Luvison	5,5*	43º
132	Maira Galdino	5,5*	44º
101	Joselaine de Souza	5,4	45º
011	Cristiane Lorenzet	5,2*	46º
112	Nádia Soares Pazini	5,2*	47º
103	Elisiane Warken	5,2*	48º
058	Maria Luiza Dezanet	5,2*	49º
068	Juliana de Souza Katschor	5,2*	50º
134	Janice Gonçalves da Rosa	5,2*	51º
014	Ediane Paviani Hoppen	5,2*	52º
029	Elma Cecilia Etges	5,1*	53º
108	Francine Rafaela Jorge	5,1*	54º
121	Sidiane da Silva Ramos	5,1*	55º
037	Daniele Patricia Pratto	5,0*	56º
012	Angela Rodrigues da Silva	5,0*	57º
087	Neusa Vastres Arenhart	5,0*	58º
115	Mariza Aparecida Passos de Matos	5,0*	59º

\*Critério de Desempate conforme item 8.4 do Edital

Emprego Público: AUXILIAR DE LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA			
Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato	Nota Final	Colocação
137	Bruno Ciello Padilha	7,1	1º
057	Roger Icaro Teodoro Krieger	6,4	2º
010	Elton de Souza	5,1	3º

## Emprego Público: PROFESSOR DE DANÇA

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato	Nota Final	Colocação
005	Sabrina Rover	6,6	1º
125	Anelize Luciana Mattevi	6,2	2º
004	Tatiana Cristina Brandalise	5,8	3º
093	Franciele Galdino	5,3	4º

## Emprego Público: PROFESSOR DE XADREZ

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato	Nota Final	Colocação
052	Gabriela Letícia de Oliveira	6,2	1º
105	Adão Cezar de Oliveira	5,1	2º

## Emprego Público: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato	Nota Final	Colocação
126	Everton Martini	7,1	1º
001	Thiara Gabriela Cyrino Ramos	6,7*	2º
107	Naimo Balestrin	6,7*	3º
023	Edoardo Trindade dos Santos	6,6*	4º
055	Fabio Lazzarini	6,6*	5º
060	Deise Cristina Alves	6,4	6º
088	Fernando Cassio Orso Alves	6,2	7º
046	Rodrigo Hoffelder	6,1*	8º
120	Natalício Poster de Ávila	6,1*	9º
110	Caroline Bastos Sampaio	6,0*	10º
114	Ana Paula Vanz	6,0*	11º
065	Renan Souza	5,9	12º
064	Tássio Marcel Hoffmann Coelho	5,8	13º
095	Daiana Duarte	5,1	14º

\*Critério de Desempate conforme item 8.4 do Edital

## Emprego Público: INSTRUTOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato	Nota Final	Colocação
075	Maicon Fabricio Belotto	7,7	1º
127	Fabiana Finger	7,1	2º
136	José Antonio da Cruz	6,6	3º
129	Juliana Wottrich	6,5	4º
113	Leonardo Dal Moro	6,4	5º
033	Michel Petri Dalapria	6,3	6º
072	Otávio Ricardo Lamin	6,0	7º
049	Scheila Bulla	5,6*	8º
096	Edson Pedroso	5,6*	9º
131	Luan Patric Melere Sobrinho	5,5	10º

008	Analie Pasquali	5,4	11º
119	Junior Pereira da Silva	5,2	12º
104	Claudinei Conceição Vargas	5,0	13º

\*Critério de Desempate conforme item 8.4 do Edital

## Emprego Público: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS MASCULINO

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato	Nota Final	Colocação
082	Julio Cesar Gervásio	6,4	1º
086	Julio Cesar dos Santos	6,2	2º
085	Fabio Antonio Wagner	6,1	3º
050	Sergio Debus	5,7	4º
051	Francisco Carlos Bennemann	5,0	5º

## Emprego Público: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS

Nº da Inscrição	Nome Completo do Candidato	Nota Final	Colocação
083	Aldomar Guilherme Pascotto	7,0	1º
017	Gerson Retz	5,5	2º
130	Luiz Carlos Nienov	5,4	3º

Luzerna(SC), 21 de dezembro de 2010.

ADRIANA ELISABETH BIER

Presidente da Comissão Especial do Concurso Público

Fica homologado o Resultado Final do CONCURSO PÚBLICO destinado a prover vagas existentes atualmente e as que ocorrerem dentro do prazo de validade do Concurso na Prefeitura Municipal de Luzerna(SC), Edital nº 002/2010.

Luzerna(SC), 21 de dezembro de 2010.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto Nº. 2120 de 14 de Dezembro de 2010

DECRETO Nº. 2120 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2010

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito do Município de Massaranduba (SC) no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 1134 de 17 de Novembro de 2009, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), conforme programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0506 - GERÊNCIA DE ESPORTES

0506.027.812.0270.2090 - Apoio ao Esporte Amador

0506 - 33903900 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

0506 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE



Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) do programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO

0506 - GERÊNCIA DE ESPORTES

0506.027.812.0270.2090 - Apoio ao Esporte Amador

0506 - 44905100 - Obras e Instalações

0506 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 40.000,00

Art. 3º. O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 14 de Dezembro de 2010  
MÁRIO FERNANDO REINKE  
Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

MAURICIO PRAWUTZKI  
Secretário de Adm. e Finanças

## Nova Trento

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Editais de Credenciamento - Inexigibilidade Nº 06/2010**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Processo Licitatório nº 132/2010 - Inexigibilidade nº 06/2010

Objeto: Credenciar pessoas jurídicas, para prestarem serviços de coleta, realização e distribuição de exames de análises clínicas relacionados no anexo I deste edital, destinado ao atendimento dos municípios de Nova Trento/SC, observados os prazos e procedimentos descrito neste instrumento e seus anexos.

Julgamento: Atendimento a edital de credenciamento. Entrega dos envelopes: 20/01/2011, até as 15:00 Horas. Abertura: 20/01/2011 - 15:00 Horas.

Outras Informações: Praça Del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673211 - 48.32673213; [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br); [www.novatreto.sc.gov.br](http://www.novatreto.sc.gov.br); [compras@novatreto.sc.gov.br](mailto:compras@novatreto.sc.gov.br)

ORIVAN JARBAS ORSI  
Prefeito Municipal

## Pinheiro Preto

### PREFEITURA MUNICIPAL

#### **Aviso alteração edital 018/2010**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 018/2010  
Tomada de Preços

O Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, torna público, que em razão de o Poder Judiciário estar em recesso até o dia 06/01/2011, o que impossibilitará a obtenção pelas empresas interessadas de Certidão de Falência e Concordata,

conforme exigência na fase de habilitação, fica prorrogado para o dia 13/01/2011 o recebimento das propostas e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços relativo à licitação nº 018/2010, modalidade Tomada de Preços, cujo objeto visa contratação de empresa para a execução de obras públicas, consistente na construção de pavimentação com pedras irregulares em via pública, localizado na Linha Boa Esperança, interior do Município.

O credenciamento será até às 10:00hs, bem como a abertura da sessão às 10:15hs do mesmo dia. As demais cláusulas de referido edital permanecem inalteradas.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 20 de dezembro de 2010.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **Aviso Alteração Edital 055/2010**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 055/2010  
Pregão Presencial

O Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, torna público, que em razão de o Poder Judiciário estar em recesso até o dia 06/01/2011, o que impossibilitará a obtenção pelas empresas interessadas de Certidão de Falência e Concordata, conforme exigência na fase de habilitação, fica prorrogado para o dia 11/01/2011 o recebimento das propostas e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços relativo à licitação nº 055/2010, modalidade Pregão Presencial, cujo objeto visa a AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR - EXERCÍCIO 2011.

O credenciamento será até às 09:15hs, bem como a abertura da sessão às 09:30hs do mesmo dia. As demais cláusulas de referido edital permanecem inalteradas.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 20 de dezembro de 2010.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

#### **Aviso Alteração Edital 058/2010**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 058/2010  
Pregão Presencial

O Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, torna público, que em razão de o Poder Judiciário estar em recesso até o dia 06/01/2011, o que impossibilitará a obtenção pelas empresas interessadas de Certidão de Falência e Concordata, conforme exigência na fase de habilitação, fica prorrogado para o dia 11/01/2011 o recebimento das propostas e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços relativo à licitação nº 058/2010, modalidade Pregão Presencial, cujo objeto visa o fornecimento, por pessoa física, de serviços comuns de COORDENADOR e MONITOR do TELECENTRO COMUNITÁRIO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO.

O credenciamento será até às 14:00hs, bem como a abertura da sessão às 14:15hs do mesmo dia. As demais cláusulas de referido edital permanecem inalteradas.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 20 de dezembro de 2010.  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Aviso alteração edital 059/2010**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 059/2010  
Pregão Presencial

O Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, torna público, que em razão de o Poder Judiciário estar em recesso até o dia 06/01/2011, o que impossibilitará a obtenção pelas empresas interessadas de Certidão de Falência e Concordata, conforme exigência na fase de habilitação, fica prorrogado para o dia 13/01/2011 o recebimento das propostas e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços relativo à licitação nº 059/2010, modalidade Pregão Presencial, cujo objeto visa contratação de professor de musicalização para alunos da educação infantil e educação fundamental - 1ª a 4ª séries - para exercício 2011.

O credenciamento será até às 16:00hs, bem como a abertura da sessão às 16:15hs do mesmo dia. As demais cláusulas de referido edital permanecem inalteradas.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 20 de dezembro de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Aviso alteração edital 060/2010**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 060/2010  
Pregão Presencial

O Município de Pinheiro Preto, através do Chefe do Poder Executivo, torna público, que em razão de o Poder Judiciário estar em recesso até o dia 06/01/2011, o que impossibilitará a obtenção pelas empresas interessadas de Certidão de Falência e Concordata, conforme exigência na fase de habilitação, fica prorrogado para o dia 13/01/2011 o recebimento das propostas e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços relativo à licitação nº 060/2010, modalidade Pregão Presencial, cujo objeto visa a contratação de empresa prestadora de serviços técnicos profissionais comuns na área elétrica (eletrecista).

O credenciamento será até às 14:00hs, bem como a abertura da sessão às 14:15hs do mesmo dia. As demais cláusulas de referido edital permanecem inalteradas.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto-SC, 20 de dezembro de 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Aviso licitação 063/2010**

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 063/2010  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 12 DE JANEIRO DE 2011, licitação modalidade Pregão Presencial n. 063/2010, visando a AQUISIÇÃO DE 15.800 (QUINZE MIL E OITOCENTOS) LITROS DE GASOLINA COMUM PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PINHEIRO PRETO - EXERCÍCIO 2011.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 12/01/2011, até às 09:00 hs,

com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15 hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**aviso licitação 064/2010**

AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 064/2010

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 12 de janeiro de 2011, licitação modalidade Pregão Presencial n. 064/2010, visando à contratação de empresa prestadora de serviço técnico especializado, para o exercício 2011, na seguinte área e formação: Pediatra - um médico.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 12/01/2011, até as 10:15hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:30hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone 49-35622000, ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br)

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 20 DE DEZEMBRO DE 2010.

EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Porto Belo****PREFEITURA MUNICIPAL****Lei Municipal Nº 1.879/2010**

LEI MUNICIPAL Nº 1.879/2010

"Cria a Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo e dá outras providências".

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituída, com personalidade jurídica de direito público e autonomia administrativa, financeira e disciplinar, a Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo.

Art. 2º A Fundação Municipal de Turismo tem por objetivos a prestação de serviços de interesse turístico, relevantes para a comunidade, e em especial:

- I - Executar a política municipal para o desenvolvimento do turismo;
- II - Divulgar as potencialidades turísticas do Município, incentivando os investimentos nesta área;

III - Incentivar o turismo sol e praia, cultural, rural, ecológico, náutico, gastronômico e de eventos;  
IV - Promover turisticamente as empresas do Município, mediante apoio logístico;  
V - Implementar ações que visem ao permanente controle da qualidade dos bens e serviços turísticos;  
VI - Elaborar o calendário turístico anual do Município e supervisionar a sua operacionalização;  
VII - Fortalecer o Conselho Municipal de Turismo;  
VIII - Promover medidas específicas para o desenvolvimento de recursos humanos para o setor;  
IX - Elaborar, sistematicamente, pesquisas sobre oferta e demanda turística, e analisando fatores de oscilação de mercado;  
X - Fomentar o intercâmbio permanente com outras cidades e exterior;  
XI - Manter, administrar e zelar por:  
a) prédio da secretaria;  
b) os postos de informações turísticas;  
c) Píer municipal Manoel Felipe da Silva Neto;  
d) Espaço Cultural Piraique;  
e) os demais instrumentos que forem criados e incorporarem o patrimônio da Fundação.

Art. 3º A Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo tem sua sede e foro no Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, com duração indeterminada, ficando sua extinção, em caso de ser impossível sua continuidade ou inconveniente sua manutenção, subordinada à proposição do Prefeito Municipal e aprovação da Câmara Municipal de Vereadores de Porto Belo.

Art. 4º Em caso de extinção da Fundação Municipal de Turismo todos os bens, direitos e obrigações reverterão ao Patrimônio do Município de Porto Belo, salvo os que resultarem de convênio que obrigue a transferência à outra entidade.

Art. 5º O Estatuto da Fundação Municipal de Turismo será inscrito no Registro de Títulos e Documentos, em conformidade com a Lei Civil e aprovada através de Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º A Fundação Municipal de Turismo compor-se-á de:

- I - Conselho Deliberativo;
- II - Presidência;
- III - Quadro de Pessoal.

Art. 7º O Conselho Deliberativo será presidido pelo Presidente da Fundação Municipal de Turismo, integrado, ainda, pelo Presidente do Conselho Municipal de Turismo, 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal, estes últimos nomeados por Decreto pelo Prefeito Municipal com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por uma vez.

Parágrafo Único. O exercício dos cargos acima dar-se-ão de forma gratuita, sem a percepção de qualquer rendimento, gratificação ou vantagem.

Art. 8º Compete ao Conselho Deliberativo:

- I - Examinar e aprovar:
  - a) o Plano de trabalho referente a política de turismo a ser praticada pela fundação;
  - b) o orçamento e o Plano de Aplicação de Recursos;
  - c) o Plano de Contas;
  - d) o Regimento Interno da Fundação;
- II - Lavrar em livros de atas de suas reuniões os resultados dos exames que proceder transcrevendo os pareceres que emitir;
- III - Aprovar a composição do Quadro de pessoal, bem como suas alterações, submetendo-o a aprovação do Prefeito do Município;
- IV - Estabelecer a política de prioridade nas atividades do turismo municipal;
- V - Propor reformas ao Estatuto, submetendo-as a apreciação do

Chefe do Poder Executivo;

VI - Aprovar convênios, contratos ou acordos em nome da Fundação;

VII - Analisar e decidir sobre outras matérias de interesse da entidade, que lhe forem submetidas à apreciação.

Art. 9º A Presidência será constituída de um Presidente, um Supervisor de Turismo e um Gerente de Operações do Píer e do Receptivo Turístico, sem mandato determinado, e nomeados pelo Prefeito, auxiliado diretamente por um Assessor Técnico, e, indiretamente, pelo pessoal lotado na unidade administrativa.

§ 1º A remuneração do cargo de Presidente corresponderá a do Secretário Municipal, do Quadro de Cargos em Comissão do Município de Porto Belo.

§ 2º O cargo de Supervisor de Turismo terá 40 horas semanais e deverá ser preenchido por servidor pertencente ao quadro do Município com graduação em Turismo e Hotelaria.

Art. 10. Compete a Presidência:

I - Elaborar e encaminhar ao Conselho Deliberativo para a aprovação:

O plano de trabalho referente a política de turismo a ser praticada pela Fundação;

O Orçamento e o Plano de Aplicação de Recursos;

O Plano de Contas;

O Relatório Anual de atividades Administrativas, a prestação de contas e o Balanço geral.

II - Propor a composição do Quadro de Pessoal e suas alterações posteriores, submetendo-as a apreciação do Conselho Deliberativo;

III - Autorizar a transferência de verbas ou dotações e a abertura de crédito adicional;

IV - Apreciar as operações de créditos a serem realizadas;

V - Sugerir e apresentar ao Conselho Deliberativo as alterações estatutárias que se fizerem necessárias;

VI - Cumprir e fazer cumprir o disposto no Estatuto e no Regimento Interno e as decisões do Conselho Deliberativo.

Art. 11. Compete ao Presidente da Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo:

I - Representar e prestar assistência ao Prefeito Municipal, nas funções políticas do turismo;

II - Superintender o turismo no Município e fazer cumprir as disposições da Lei Orgânica do Município;

III - Atender os interesses dos munícipes nos assuntos de turismo;

IV - Manter relações públicas e de contato com os demais órgãos;

V - Acompanhar e colaborar na elaboração do Orçamento Anual e do Orçamento Plurianual de investimentos;

VI - Exercer a coordenação e supervisão dos sistemas de departamento, na esfera de suas atribuições;

VII - Promover a execução de projetos turísticos que tenham como finalidade a integração da comunidade local com a comunidade turística;

VIII - Promover a articulação com entidades públicas ou privadas, internas ou externas, objetivando executar projetos para desenvolver o turismo e a cultura municipal;

IX - Representar e divulgar o Município, em eventos de natureza diversa, no âmbito interno e externo;

X - Promover a elaboração e execução do calendário anual de atividades turísticas;

XI - Assinar em conjunto com o Prefeito Municipal, ou a quem ele designar, a movimentação bancária da Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo.

Art. 12. Compete ao Gerente de Operações do Píer e do Receptivo Turístico:

I - Coordenar e gerenciar as atividades no Píer Turístico;

II - Coordenar a agenda de eventos do espaço do receptivo e no Píer Turístico;

III - Coordenar a logística de atraques no espaço de manobras que compreende o Píer Turístico;  
 IV - Coordenar a logística de transportes no Receptivo de Navios;  
 V - Coordenar a montagem de estruturas Externas na área do Píer Turístico;  
 VI - Executar o planejamento visual Municipal e do entorno do Píer Turístico;  
 VII - Gerenciar as questões ambientais relacionadas ao píer e ao Município.

Art. 13. São atribuições do Assessor Técnico:

I - Dar apoio no planejamento e na organização dos receptivos de cruzeiros;  
 II - Planejar e organizar a aplicação das pesquisas mercadológicas;  
 III - Dar suporte técnico aos projetos turísticos;  
 IV - Planejar e organizar o cerimonial dos eventos oficiais;  
 V - Assessorar o Presidente e Gerentes de Operações em demandas gerais;  
 VI - Organizar metodologicamente as pesquisas mercadológicas;  
 VII - Realizar estudos e organizar projetos turísticos;  
 VIII - Fomentar a capacitação dos diversos setores do Turismo;  
 IX - Elaborar de projetos para firmar convênios e parcerias;  
 X - Dar apoio, organizar e manter o inventário turístico municipal;  
 XI - Planejar e organizar os Projetos de turismo.

Art. 14. São atribuições do Diretor de Turismo:

I - Dar apoio na organização da Fundação de Turismo;  
 II - Dar apoio no planejamento de eventos;  
 III - Dar suporte técnico aos projetos turísticos;  
 IV - Assessorar o Presidente e Gerentes de Operações em demandas gerais;  
 V - Realizar estudos e organizar projetos turísticos;

Art. 15. Fica criado o Quadro de Pessoal da Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo, composto pelo quantitativo dos cargos de provimento efetivo cargo de provimento em comissão e cargo temporário, conforme denominação e quantitativos fixados respectivamente nos Anexos I, II e III desta Lei.

§ 1º O provimento e o exercício dos cargos efetivos criados nesta Lei, observada a descrição sumária e detalhada das atribuições, devem atender aos requisitos de escolaridade, formação técnica e/ou especializada, experiência profissional, habilitação e carga horária, estabelecidos no Anexo I.

§ 2º Os cargos de provimento efetivo serão providos por concurso público e observados os requisitos fixados no Anexo I, os cargos temporários serão providos mediante processo seletivo simplificado de acordo com a área de atuação e os de provimento em comissão de livre nomeação e exoneração do Chefe do Poder Executivo Municipal.

§ 3º Aos cargos de provimento efetivo de que trata esta Lei são atribuídos os mesmos valores e vencimento dos servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal da Administração Geral da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

§ 4º Aos servidores ocupantes dos cargos de que trata esta Lei se aplicam as disposições e normas estabelecidas no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Porto Belo, com exceção dos servidores temporários que se aplica a Consolidação das Leis Trabalhistas.

Art. 16. O patrimônio da Fundação Municipal de Turismo será constituído de:

I - Imóveis mencionados em lei;  
 II - Doações, legados e subvenções que lhe venham a ser feitos ou concedidos;  
 III - Bens e direitos que adquirir com seus recursos.

Art. 17. Os recursos que a Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo disporá para execução de suas finalidades são advindos de:

I - Rendas auferidas por serviços prestados a terceiros, inclusive a taxa do Píer Turístico de Porto Belo Prefeito Manoel Felipe da Silva Neto, conforme Lei Municipal nº 1.595, de 27 de maio de 2008;  
 II - Dotações designadas no orçamento do Município de Porto Belo;  
 III - Créditos abertos em seu favor;  
 IV - Produtos de operações de crédito, juros e rendas de bens patrimoniais;  
 V - Doações e subvenções públicas ou privadas;  
 VI - Contribuições, rendas eventuais e quaisquer recursos que obtiver a qualquer título.

Art. 18. Os BENS, RENDAS E SERVIÇOS da Fundação ficam isentos de quaisquer tributos municipais.

Art. 19. O orçamento Municipal consignará, a cada ano, verbas e dotações específicas para a Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo.

Art. 20. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a transferir à Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo os móveis, máquinas e acervo cultural e artístico que deles façam parte pertencentes ao Município e aos órgãos citados no inciso III do art. 2º desta Lei.

Art. 21. Fica igualmente autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a transferir para a Fundação Municipal de Turismo todos os bens, direitos e obrigações do Fundo Municipal de Turismo.

Art. 22. A Fundação Municipal remeterá ao Chefe do Poder Executivo de Porto Belo, no final de cada exercício, relatório de suas atividades, retratando a evolução do quadro de pessoal, bem como sua execução financeira e orçamentária.

Art. 23. Fica extinta a Secretaria Municipal de Turismo bem como todos os seus cargos a partir do início efetivo da Fundação.

Art. 24. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",  
 em Porto Belo – SC, aos 16 dias do mês de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER  
 Prefeito

#### ANEXO I CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

GRUPO: Cargo Efetivo  
 CÓDIGO: CE

QUANTIDADE	CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO (R\$)
04	Auxiliar Administrativo	CE-IV	640,18
02	Fiscal de Turismo	CE-II	540,09
01	Motorista	CE-IV	640,18
03	Servente	CE-I	540,09
01	Supervisor de Turismo	CE-XIX	2.327,95
03	Vigia	CE-I	540,09

#### CARGOS EFETIVOS

##### DESCRIÇÃO DO CARGO

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Administrativo / Operacional



**CATEGORIA FUNCIONAL:** Auxiliar Administrativo

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Quarenta

**QUANTIDADE:** 04

**VENCIMENTO:** R\$ 640,18

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Executar os serviços gerais e auxiliares de contabilidade, finanças, recursos humanos, tributação, patrimônio, obras, serviços de protocolo e outros.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

- Executar os serviços gerais de escritório, tais como a separação e classificação de documentos e correspondências, transcrição de dados, lançamentos, prestação de informações, participação na organização de arquivos e fichários e datilografia de cartas, minutas, e outros textos, seguindo processos e rotinas estabelecidas e valendo-se de sua experiência, para atender às necessidades administrativas;

- Coletar dados diversos, consultando documentos, transcrições, arquivos e fichários e efetuando cálculos com o auxílio de máquinas de calcular, para obter as informações necessárias ao cumprimento da rotina administrativa;

- Efetuar lançamentos fiscais em livros, fichários, computadores e outras formas de armazenamento de dados, registrando os comprovantes dos atos e fatos administrativos realizados, para permitir o controle da documentação e consulta da fiscalização;

- Participar da atualização de fichários e arquivos, classificando os documentos por matéria ou ordem alfabética, para possibilitar um controle sistemático dos mesmos;

- Participar do controle de requisições e recebimentos do material de escritório, providenciando os formulários de solicitação e acompanhando o recebimento, para manter o nível necessário ao setor de trabalho;

- Datilografar, digitar, reproduzir, copiar, transcrever, por meios manuais, elétricos, eletrônicos e outros, textos diversos, transcrevendo originais, manuscritos ou impressos e preenchendo formulários e fichas para atender as rotinas administrativas;

- Operar máquinas de duplicação de documentos tais como fotocopadoras, mimeógrafos, scanners e outros;

- Controlar as condições de máquinas, instalações e dependências, observando seu estado de conservação e uso, para providenciar, se necessário, reparo, manutenção ou limpeza, e.

- Manejar mesa telefônica, movimentado chaves, interruptores e outros dispositivos, para estabelecer comunicações internas, externas e internacionais.

- Registrar a duração e/ou o custo das ligações, fazendo anotações em formulários apropriados, para permitir a cobrança e/ou o controle das mesmas.

- Recepcionar visitantes, indagando suas pretensões, para prestar-lhes informações, marcar entrevistas, receber, anotar e transmitir recados.

- Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos.

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:**

Ensino Médio Completo

**DESCRIÇÃO DO CARGO**

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo / Operacional

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Fiscal de Turismo

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Quarenta

**QUANTIDADE:** 02

**VENCIMENTO:** R\$ 540,09

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Fiscalizar o cumprimento das normas pertinentes ao turismo do Município.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

- Fiscalizar o comércio ambulante, no que se refere a alvará e licença de ponto;

- Fiscalizar ônibus, táxis e vans no dia de Receptivo de Navios;

- Fiscalizar e organizar a publicidade em geral dentro do Município, tais como placas, out door e entregadores de panfletos, entre outros;

- Fiscalizar e organizar a colocação de entulhos, lixeiras, carros, animais, fogos, acampamentos na praia, entre outras atividades ligadas ao turismo.

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:**

Ensino Médio Completo

**DESCRIÇÃO DO CARGO**

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo / Operacional

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Vigia

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Quarenta

**QUANTIDADE:** 03

**VENCIMENTO:** R\$ 540,09

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Executar trabalhos de vigilância patrimonial

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

- Executar Serviços de vigilância patrimonial dos próprios municípios em horários normais, noturnos, finais de semanas e feriados, respeitada a carga horária de 40 horas semanais.

- Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos.

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:**

Ser alfabetizado.

**DESCRIÇÃO DE CARGO**

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo / Operacional

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Motorista

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Quarenta

**QUANTIDADE:** 01

**VENCIMENTO:** R\$ 640,18

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Conduzir veículos de carga e passageiros.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

- Conduzir veículos e realizar tarefas similares relacionadas com o transporte de passageiros e carga por via rodoviária;

- Vistoriar o veículo, observando a carroceria e testando freios, comandos, para certificar-se de suas condições de funcionamento;

- Vistoriar o veículo, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, água, óleo do cárter e testando freios e parte elétrica, para certificar-se de suas condições de funcionamento;

- Examinar as ordens de serviço, verificando a localização dos locais onde serão recolhidas e desembarcadas as cargas e passageiros;

- Movimentar o veículo, manipulando seus comandos e observando o fluxo do trânsito e a sinalização para conduzi-los aos locais de carga e descarga;

- Zelar pela manutenção do veículo, comunicando falhas e solicitando reparos para assegurar seu perfeito estado;

- Recolher o veículo após a jornada de trabalho, conduzindo-o a garagem, para permitir a manutenção e abastecimento do mesmo;

- Verificar as ordens de serviço e de tráfego, verificando o itinerário a ser seguido e os horários e o número de viagens a ser cumprido;

- Executar outras atividades determinadas pelos superiores hierárquicos.

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:**

Ser alfabetizado

**DESCRIÇÃO DE CARGO**

**GRUPO PROFISSIONAL:** Atividades de Nível Administrativo / Operacional

**CATEGORIA FUNCIONAL:** Servente

**CARGA HORÁRIA SEMANAL:** Quarenta

**QUANTIDADE:** 03

**VENCIMENTO:** R\$ 540,09

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:** Executar serviços de higiene, limpeza e cozinha.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

- Executar trabalho rotineiro de limpeza em dependências públicas,

realizando serviços de conservação de higiene e limpeza em móveis e instalações;

- Limpar utensílios e objetos de adorno, utilizando materiais de limpeza;
- Manter a higiene de banheiros e toaletes para proporcionar condições de uso;
- Coletar o lixo de depósitos, recolhendo-os em latões, para depositá-lo em lixeira ou incineradores;
- Preparar a alimentação dos alunos em escolas e centros de educação infantil de acordo com as instruções recebidas para atender ao regime alimentar adequado;
- Separar os materiais a serem utilizados na confecção da refeição ou merenda, escolhendo panelas, temperos, molhos e outros ingredientes para facilitar a sua manipulação;
- Preparar os alimentos, de maneira a garantir a forma e o sabor adequados a cada prato ou para seguir a receita;
- Determinar a limpeza dos talhares e utensílios, solicitando ou fazendo a lavagem dos mesmos, para assegurar a sua posterior utilização, em condições de higiene;
- Lavar quando necessário as vestimentas, tolhas, roupas, entre outros.

- Controlar o estoque de ingredientes, verificando seu nível e o estado dos que estão sujeitos à deterioração para providenciar as reposições necessárias;
- Frequentar cursos de capacitação e aperfeiçoamento de suas funções específicas.

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA**

Ensino Fundamental Completo.

**DESCRIÇÃO DO CARGO**

GRUPO PROFISSIONAL: Atividades de Nível Superior

CATEGORIA FUNCIONAL: Supervisor de Turismo

CARGA HORÁRIA SEMANAL: Quarenta

QUANTIDADE: 01

V E N C I -

MENTO: R\$ 2.327,95

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e Regimento Interno da Fundação de Turismo, bem como as decisões do Conselho Municipal de Turismo e a do Presidente;

Coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades de planejamento, marketing e eventos desta Fundação;

Coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades relacionadas com:

- a) administração de pessoal;
- b) administração Financeira;
- c) administração de material;
- d) administração de serviços gerais.

Acompanhar, junto aos órgãos das administrações Estadual, Federal e Municipal, a tramitação de atos ou documentos de interesse da Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo, afetos à sua área de atuação;

Manter cadastros de bens móveis e imóveis da Fundação;

Administra a admissão, dispensa, promoção e transferência de funcionários, bem como praticar os demais atos a eles relativos, conforme determinação do Presidente;

Controlar a execução orçamentária da Fundação;

Manter atualizada a escrituração das receitas e despesas da Fundação Municipal de Turismo de Porto Belo de forma que permitam assegurar exatidão;

Apresentar ao Presidente, quando solicitado por este, relatório circunstanciado de suas atividades;

Manter o Presidente sempre informado sobre todas as atividades de sua responsabilidade, bem como assisti-lo nos assuntos de sua competência;

Gerenciar os diversos setores da Fundação;

Exercer outras atividades que lhe forem deferidas pelo Presidente.

**QUALIFICAÇÃO NECESSÁRIA:**

Ensino Superior Completo em Turismo e Registro no Conselho de Classe.

**ANEXO II****CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSAO**

GRUPO: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO

CÓDIGO: DAS

QUANTIDADE	CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO (R\$)
01	Presidente	DAS - 4	3.177,00
01	Gerente de Operações do Pier e do Receptivo Turístico	DAI - 30	2.470,00
01	Assessor Técnico	DAI - 28	1.280,37
01	Diretor de Turismo	DAI - 02	1.163,97

**ANEXO III****CARGOS TEMPORÁRIOS**

GRUPO: Admissão Caráter Temporário

CÓDIGO: ACT

QUANTIDADE	CARGO	NÍVEL	VENCIMENTO (R\$)
05	Agentes de Serviços Turísticos	ACT-02	640,18

**DESCRIÇÃO DE CARGO**

GRUPO PROFISSIONAL: Agente dos Serviços Turísticos

CATEGORIA FUNCIONAL: ACT

CARGA HORÁRIA SEMANAL: Quarenta horas

QUANTIDADE: 05

VENCIMENTO: R\$ 640,18

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Acompanhamento e apoio dos Projetos desenvolvidos na Fundação Municipal de Turismo;

Informações Turísticas no Centro de Atendimento ao Turista (CAT); Operacionalização e aplicação das pesquisas mercadológicas;

Informações Turísticas no Receptivo de Navios;

Apoio aos processos internos de recebimento de emails, encaminhamento de ofícios, certificados e convites;

Participação e apoio nos procedimentos de operação de fiscalização;

Apoio na elaboração de materiais de divulgação;

Organização de materiais de expediente;

Atualização de Banco de Dados;

Apoio na realização e divulgação de eventos;

Apoio ao atendimento a turistas estrangeiros;

Apoio a informações a turistas estrangeiros quanto à troca de moeda estrangeiras, a saques internacionais (cartão de créditos).

Cooperação nos projetos ambientais e de proteção a Mata Atlântica;

Cooperação e participação nas atividades de desenvolvimento de roteiros;

Apoio na elaboração de realises para imprensa;

Acompanhamento de visitantes oficiais da imprensa;

Apoio na elaboração de textos promocionais e de material de divulgação do Município;

Cooperação na elaboração do Boletim Informativo.

Cooperação e participação no Projeto Turismo nas Escolas;

Apoio na elaboração no plano de aula das atividades no turismo nas escolas;

Apoio ao planejamento das saídas técnicas do projeto turismo nas escolas.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Cursando a partir do 1º período do curso de nível superior em Administração, Comércio Exterior, Engenharia Ambiental, Jornalismo, Pedagogia e Turismo.

**Lei Municipal Nº 1.880/2010**

LEI MUNICIPAL Nº 1.880/2010

“Dispõe sobre alteração dos anexos da Lei n. 1.718, de 16 de julho de 2009, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2010/2013 e da Lei n. 1.854, de 19 de outubro de 2010, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Porto Belo para o Exercício de 2011 e dá outras providências”.

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Porto Belo autorizado a incorporar todos os projetos e atividades do Fundo Municipal de Turismo na seguinte Estrutura Orçamentária do Plano Plurianual para os exercícios de 2010 a 2013 - Lei n. 1.718, de 16 de julho de 2009 a partir do Exercício de 2011 e na Lei n. 1.854, de 19 de outubro de 2010, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da Lei Orçamentária do Município de Porto Belo para o Exercício de 2011:

Órgão: 21 - Fundação Municipal de Turismo

Unidade Orçamentária: 01 - Fundação Municipal de Turismo

Art. 2º Com referência ao artigo anterior, fica excluída a atividade: 2.055 - Manutenção do Fundo Municipal de Turismo que passará a apresentar a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 21 - Fundação Municipal de Turismo

Unidade: 01 - Fundação Municipal de Turismo

Função: 23 - Comércio e Serviços

Subfunção: 695 - Turismo

Programa: 0025 - Gestão Moderna, Estratégica e Integrada no Turismo

Atividade: 2.076 - Manutenção da Fundação Municipal de Turismo

Meta Prevista para o Exercício de 2011 536.026,65

Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Meta Prevista para o Exercício de 2012 558.298,71

Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Meta Prevista para o Exercício de 2013 581.889,94

Recursos: 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo “Prefeito Antônio Stadler Filho”,  
em Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER

PREFEITO

**Lei Municipal Nº 1.881/2010**

LEI MUNICIPAL Nº 1.881/2010

“Autoriza o Poder Executivo a firmar Convênio com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Belo - CDL e dá outras providências”.

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Câmara de Dirigentes Lojistas de Porto Belo

- CDL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 05.598.937/0001-24, com sede na Avenida Governador Celso Ramos, nº 3160, sala 01, Centro, neste Município, para repasse financeiro da importância de R\$ 13.000,00 (treze mil reais).

Art. 2º O repasse que trata o artigo 1º visa o desenvolvimento do Evento de Natal de 2010, com a chegada do Papai Noel de Helicóptero, tendo como objetivo fortalecer a cultura natalina no Município.

Art. 3º Para execução do referido Convênio serão destinados recursos financeiros no valor de até R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), que será concedido conforme a seguinte classificação orçamentária ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 20 - Fundação Municipal de Cultura

Unidade Orçamentária: Fundação Municipal de Cultura

Função: 13 - Cultura

Subfunção: 392 - Difusão Cultural

Programa: 0020 - Difusão Cultural

Atividade: 2.075 - Manutenção da Fundação Municipal de Cultura

Modalidade de Aplicação: 3.3.50.00.00.00.00 - Transferências a entidades sem fins lucrativos

Fonte de Recursos: 500 - 0.1.0000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 13.000,00

Art. 4º Os créditos autorizados no artigo anterior serão cobertos com os recursos provenientes do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2010, na mesma importância.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo “Prefeito Antônio Stadler Filho”,  
em Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER

PREFEITO

**Lei Municipal Nº 1.882/2010**

LEI MUNICIPAL Nº 1.882/2010

“Estabelece reposição salarial aos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, empregados públicos e aos subsídios dos agentes políticos do Município de Porto Belo e dá outras providências”.

ALBERT STADLER, Prefeito Municipal de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica estabelecida a reposição salarial aos servidores públicos municipais ativos, inativos e pensionistas, empregados públicos e aos subsídios dos agentes políticos do Município de Porto Belo, no percentual de 5,1954%, a ser aplicado sobre seus respectivos vencimentos.

Art. 2º O referido reajuste passará a vigorar a partir do mês de janeiro de 2011 e refere-se à revisão geral anual com base no IPCA do mês de novembro de 2009 a outubro ano de 2010.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo “Prefeito Antônio Stadler Filho”,  
em Porto Belo - SC, aos 16 dias do mês de dezembro de 2010.

ALBERT STADLER

PREFEITO

**Aviso de Licitação PRG 36/2010****AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2010

OBJETO - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A MANUTENÇÃO DA FARMACIA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PORTO BELO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO POR ITEM

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 14:00h do dia 05/01/2011, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site [www.portobelo.sc.gov.br](http://www.portobelo.sc.gov.br)Aoilton Motta Porto Marco Aurélio Pereira  
Secretário de Administração Pregoeiro  
Porto Belo - SC, 21 de dezembro de 2010.**Aviso PRG 35/2010****AVISO DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2010

OBJETO - Contratação de empresa(s) para fornecimento de Gasolina Comum, inclusos os serviços de frentista, e de óleo diesel, destinados ao abastecimento da frota de veículos das Secretarias Municipais no ano de 2011

TIPO DE LICITAÇÃO - Menor preço por lote.

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 14:00 do dia 03/01/2011, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213.

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou através do site [www.portobelo.sc.gov.br](http://www.portobelo.sc.gov.br).Aoilton Motta Porto Marco Aurelio Pereira  
Secretário de Administração Pregoeiro  
Porto Belo, 20 de dezembro de 2010.**Porto União****PREFEITURA MUNICIPAL****Decreto Nº 529/2010**

DECRETO Nº 529, de 14 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.616 - LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 - LOA, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, as dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 76.000,00 (setenta e seis mil reais), conforme abaixo discriminado:

ORGÃO ORGÃO 1700 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
UNIDADE 1701 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
PROJETO CONTRUÇÃO/AMPLIAÇÃO/AQUISIÇÃO/EQUIP. ESCOLARES

ELEMENTO 449051-104 - Obras e Instalações 1 29.000,00

ELEMENTO 449052-104 - Equipamentos e Material Permanente 4 9.000,00

ATIVIDADE 2.012 - Transporte Escolar

ELEMENTO 339033 - 164 - Passagens e Despesas com locomoção 48 38.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 76.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Excesso de Arrecadação na fonte 164 - Recursos Transporte Escolar Estadual e fonte 104 - 25% Impostos e Transferências de Impostos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 14 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

**Decreto Nº 530/2010**

DECRETO Nº 530, de 14 de dezembro de 2010.

Dispõe sobre crédito suplementar e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o inciso IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e autorizado pelas Leis Municipais nºs 3.616 - LDO, de 25 de junho de 2009, e 3.685 - LOA, de 02 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado no Orçamento Geral do Município as dotações orçamentárias a seguir especificadas no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme abaixo discriminado:

ORGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO

UNIDADE 0210 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

ATIVIDADE 2.029 - Convênio Polícia Civil

ELEMENTO 339039 - 167 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 70 3.000,00

ATIVIDADE 2.030 - Convênio Polícia Militar

ELEMENTO 339039 - 167 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica 71 3.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 6.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de Superávit Financeiro do Exercício Anterior na fonte 167 - Recursos Conveio SSP SC no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 14 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal



ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI  
Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

### **Decreto Nº 532/2010**

DECRETO Nº 532, de 17 de dezembro de 2010.  
Dispõe sobre exoneração.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

#### **DECRETA:**

Art. 1º EXONERA GABRIEL DE CESARO, do cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Apoio Técnico, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 17 de dezembro de 2010.

RENATO STASIAK  
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR  
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

## **Rio do Sul**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

### **Lei Complementar nº 215/2010**

LEI COMPLEMENTAR Nº 215, de 14 de dezembro de 2010.  
"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 208, DE 28 DE SETEMBRO DE 2.010, QUE DISPÕE SOBRE O PLANO DE CARREIRA E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL".

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:  
Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o conceito da Progressão Funcional mencionada no Artigo 4º da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º ( )

PROGRESSÃO FUNCIONAL: corresponde ao acréscimo de 3% (três por cento) incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo que o servidor ocupa, e dar-se-á de forma horizontal a cada 03 (três) anos, mediante Avaliação por Desempenho Profissional".

Art. 2º O parágrafo 1º do Artigo 39 da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 39 ( )

§ 1º O Adicional por Capacitação Profissional poderá ser conquistado pelo servidor a cada 03 (três) anos, e uma vez deferido, corresponderá a uma acréscimo de 2% (dois por cento) incidente

sobre o vencimento base, em conformidade com o Anexo X da presente Lei Complementar".

Art. 3º O artigo 48 e os §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 48 Fica instituído o Adicional por Formação Profissional como estímulo ao aperfeiçoamento, com o acréscimo de 6% (seis por cento) por nível de formação concluída, incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo, em conformidade com o Anexo X desta Lei Complementar, a ser deferido ao servidor estável mediante o atendimento dos seguintes requisitos:  
I- ( )

§ 1º Ao servidor estável em exercício é assegurado o recebimento do primeiro Adicional por Formação Profissional, correspondente a 6% (seis por cento) partir da vigência desta Lei Complementar, observados os requisitos descritos no caput deste artigo.

§ 2º O benefício previsto no parágrafo anterior, será concedido mediante requerimento do servidor endereçado ao Departamento de Recursos Humanos, cujo pedido deve vir instruído com fotocópia autenticada dos respectivos diplomas ou certificados e desde que a graduação com especialização não tenha sido exigida no concurso público para o qual se habilitou no cargo efetivo que ocupa".

Art. 4º Os Anexos I, II, III, IV, V, VIII e IX da Lei Complementar nº 208, de 28 de setembro de 2.010, passam a vigorar na conformidade com os Anexos integrantes desta Lei Complementar.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2.010  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Lei Complementar nº 216/2010**

LEI COMPLEMENTAR Nº 216, de 14 de dezembro de 2010.  
"ALTERA OS ARTIGOS 11 E 25 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 073, DE 20 NOVEMBRO DE 2.001, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS - FAP".

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:  
Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 11 da Lei Complementar nº 073, de 20 de novembro de 2.001, alterado pela Lei Complementar nº 137, de 29 de setembro de 2.005, acrescido do § 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 Ao Segurado do Fundo de Aposentadoria e Pensões- FAP que tiver ingressado por concurso público de provas ou de provas ou títulos em cargo público efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, até 16 de dezembro de 1998, será facultada sua aposentação quando cumulativamente:

I - tiver cinquenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;  
II- tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III- contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

- a) trinta e cinco anos, se homem e trinta anos se mulher, e
- b) um período adicional equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da EC nº 20, de 15 de dezembro de 1998, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea "a" deste inciso.

§1º ( )

§4º As aposentadorias concedidas com base neste artigo, serão reajustadas, conforme regra disposta no art. 25, inciso II desta Lei Complementar.

Art. 2º O Art. 25 da Lei Complementar nº 073, alterada pela Lei Complementar nº 137, de 29 de setembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 25 Os benefícios de aposentadoria e pensão, serão reajustados da seguinte forma:

I- com paridade: serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos segurados em atividade.

- a) aposentadorias e pensões concedidas até 31/12/2003;
- b) aposentadorias para cuja concessão o servidor adquiriu o direito até 31/12/2003;
- c) pensões decorrentes de falecimento de servidor ativo ou inativo, ocorrido até 31/12/2003;
- d) aposentadorias concedidas de acordo com as regras do Art. 6º, da EC nº 41/2003 e art. 3º da EC nº 47/2005;
- e) pensões decorrentes de falecimento de servidor que foi aposentado de acordo com o art. 3º da EC nº 47/2005.

II- sem paridade: serão atualizados na mesma data e pelo mesmo índice de reajuste concedido pelo Regime Geral de Previdência Social.

- a) todas as aposentadorias concedidas cujo cálculo levou em consideração a média dos salários de contribuição, em obediência ao art. 1º da Lei nº 10.887/2004 e da Medida Provisória nº 167/2004;
- b) pensões decorrentes de falecimento de servidor ocorrido a partir de 20/02/2004 concedidas pela regra do art. 2º da Lei nº 10.887/2004 e da Medida Provisória nº 167/2004.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### **Lei Complementar nº 217/2010**

LEI COMPLEMENTAR Nº 217, de 14 de dezembro de 2010.

"ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 207, DE 28 DE SETEMBRO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS."

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O parágrafo 3º do Artigo 7º da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º ( )

§ 3º Não se abrirá novo concurso público para provimento de

cargo que ainda exista candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado".

Art. 2º O Artigo 9º da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º O concurso público credencia o aprovado à nomeação durante o prazo de sua validade ou eventual prorrogação, obedecida à ordem de classificação".

Art. 3º O parágrafo 1º do artigo 10 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10 - ( )

§ 1º. As alterações no edital mencionado no caput, implicam na reabertura do prazo de inscrição quando houver alteração de documentos exigidos na inscrição ou quando houver alteração do conteúdo programático das provas".

Art. 4º O Parágrafo Único do Artigo 11 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 - ( ..)

Parágrafo único. À critério da autoridade competente o concurso público poderá ser organizado, executado e julgado por empresa especializada na área, cabendo neste caso a Comissão Especial supervisionar todas as etapas do concurso público.

Art. 5º O Artigo 12 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 O concurso será homologado pela autoridade competente do órgão que o promover, que publicará o seu resultado".

Art. 6º O parágrafo 2º do Art. 15 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 15 ( )

§ 2º. A nomeação em cargo de provimento em Comissão implica na apresentação dos documentos previstos nos incisos II, III, IV e V do presente artigo".

Art. 7º O inciso IX do parágrafo 5º do Art. 19 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 19 ( )

§ 5º ( ..)

IX - período da nomeação em cargo comissionado, ou no período em que o servidor substituir servidor em cargo comissionado, se a designação não prever acumulação de atribuições com as do cargo de provimento efetivo".

Art. 8º Altera as letras "a", "b" e "c" do inciso III da Tabela de Pontuação - Resultado Final, prevista no parágrafo 1º do Art. 20 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, e acrescenta os §§ 4º e 5º no mesmo artigo, os quais passam a vigorar com a com a seguinte redação:

"Art. 20 ( )

§ 1º. ( ..)

### **III- TABELA DE PONTUAÇÃO - RESULTADO FINAL**

- a) Apto - Atender aos requisitos de (95 a 100) pontos;
- b) Atende parcialmente aos requisitos (de 85 a 94) pontos;
- c) Não atende os requisitos (abaixo de 85 ) pontos.

§ 4º. Quando o servidor for enquadrado por 02 (duas) vezes de forma alternada ou consecutiva na letra "b" da Tabela de Pontuação prevista no inciso III do parágrafo 1º do Artigo 20 da Lei Complementar mencionada no caput deste artigo, deverá o formulário

de avaliação, bem como os demais documentos previstos no parágrafo 6º do artigo 24 da mesma Lei, ser encaminhado para o Comitê Técnico de Estágio Probatório.

§ 5º Quando o servidor for enquadrado na letra "c" da Tabela de Pontuação prevista no inciso III do parágrafo 1º do Artigo 20 da Lei Complementar mencionada no caput deste artigo, deverá o formulário de avaliação, bem como os demais documentos previstos no parágrafo 6º do artigo 24 desta Lei Complementar, ser encaminhado para o Comitê Técnico de Estágio Probatório.

Art. 9º O parágrafo 5º do Art. 22 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:  
"Art. 22 ( )

§ 5º É de competência das Comissões avaliar os servidores que estão em estágio probatório, que exercem atividade em seu órgão de lotação, preenchendo o Formulário de Avaliação de Desempenho e emitir conceito nos termos do inciso III do parágrafo 1º do Art. 20 desta Lei Complementar, no prazo máximo de 12 (doze) dias corridos, contados da data de recebimento do respectivo formulário".

Art. 10 O Art. 23 e o Parágrafo único da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 23 Fica instituído o Comitê Técnico de Estágio Probatório, com os seguintes objetivos:

I - homologar todos os processos de Avaliação de Estágio Probatório;

II- emitir relatório conclusivo sobre a permanência ou não do servidor no cargo em que o servidor está sendo avaliado;

III- deflagar e conduzir o processo administrativo, sempre que houver indicação de exoneração do servidor durante o período de estágio probatório.

Parágrafo único. Concluído o processo administrativo que indica a exoneração do servidor, este deverá ser encaminhado à autoridade competente, para a decisão final".

Art. 11 O Art. 24 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24 O Comitê Técnico de Estágio Probatório será composto por 03 (três) servidores efetivos e estáveis, e respectivos suplentes, possuidores de formação preferencialmente em nível superior, para cumprir mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidos, fazendo jus os referidos componentes, individualmente, quando no exercício da função a uma gratificação mensal".

Art. 12 O parágrafo 8º do Art. 41 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 41 ( ..)

§ 8º A hipótese de remoção prevista no § 4º deste artigo, será anual, no mês de novembro e deverá obrigatoriamente preceder a concurso público quando houver".

Art. 13 A Seção I do Título III e o Art. 49 e os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º passam a vigorar com a seguinte redação:

TÍTULO III

Seção I (revogada)

Do Regime de Sobreaviso (revogado)

"Art. 49 revogado

§ 1º revogado

§ 2º revogado

§ 3º revogado

§ 4º revogado

§ 5º revogado

§ 6º revogado "

Art. 14 Acrescenta o inciso VII no Art. 80 da Lei Complementar

nº 207, de 28 de setembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 80 ( .)

VII - documento oficial da Instituição de Ensino comprovando a matrícula e a grade curricular do curso que o servidor irá frequentar."

Art.15 Acrescenta o inciso XII e o Parágrafo único no Art. 96 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 96 ( .)

VII - Gratificação para membros da Jari

Parágrafo único. A gratificação para membros da JARI será concedida mediante lei específica".

Art.16 O Art. 105 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 105 Ao servidor nomeado pelo Poder Judiciário mediante indicação do Poder Executivo Municipal, para realizar atividade de Oficial de Justiça Ad-Hoc será concedida uma gratificação mensal equivalente a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais".

Art.17 O Art. 126 e o Parágrafo único da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 126 - O servidor efetivo que ingressar no serviço público a partir da vigência desta Lei Complementar, ao completar 25 (vinte e cinco) anos no Município de Rio do Sul (Poder Executivo - Administração direta e indireta e do Poder Legislativo), será conferido prêmio especial que consistirá de uma importância em dinheiro equivalente ao valor do vencimento base do cargo de provimento efetivo que ocupa.

Parágrafo único. O servidor público efetivo ou aquele estabilizado por força do Art. 19 do ADCT (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - CF/1988) em exercício na data da publicação desta Lei Complementar, que completar 25 (vinte e cinco) anos no município de Rio do Sul (Poder Executivo - Administração direta e indireta e do Poder Legislativo), será conferido prêmio especial que consistirá de uma importância em dinheiro equivalente ao dobro do valor da remuneração do cargo de provimento efetivo que ocupa percebida na data de sua concessão."

Art.18 Os parágrafos 1º e 3º do Art. 139 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 139 ( ..)

§ 1º Não se concederá licença prêmio de assiduidade ao servidor que, no período aquisitivo for enquadrado nas situações enumeradas abaixo:

I - ( ..)

II - ( )

III- ( ..)

§ 3º revogado"

Art.19 O Art. 149 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 149 Fica expressamente proibida a contratação de servidor em caráter temporário para suprir a cessão de que trata o art. 148 da presente Lei Complementar".

Art. 20 Os incisos II e IV do Art. 150 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 150 ( ..)

II - por 02 (dois) dias úteis, pelo falecimento de avós, netos, tios e sobrinhos, madastra, padastro e sogros, contados da data do óbito, mediante apresentação do respectivo documento.

IV - até 05 (cinco) dias úteis pelo falecimento de cônjuge, companheiro, pais, filhos, irmãos, enteados e menores sob guarda ou tutela, contados da data do óbito, mediante apresentação do respectivo documento”.

Art. 21 Os Arts. 175, 176 e seu Parágrafo Único da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 175 A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do Art. 173 desta Lei Complementar, implica na indisponibilidade dos bens e ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

“Art. 176 A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 173, incisos XIII e XVI desta Lei Complementar, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público municipal, pelo prazo de 05 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público municipal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 173, incisos I, IV, VIII, X e XI”.

Art. 22 O Art. 184 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 184 O processo administrativo disciplinar será conduzido por uma comissão composta de 03 (três) servidores efetivos e estáveis, preferencialmente possuidores de formação em nível de terceiro grau, designados pela autoridade competente”.

Art. 23 Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 24 Revogam-se as disposições em contrário e em especial a Seção I denominada - Do Regime de Sobreaviso prevista no Título III e o Art. 49, com os §§ 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º, e o § 3º do Art. 139 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### Lei Complementar nº 218/2010

LEI COMPLEMENTAR Nº 218, de 14 de dezembro de 2010.

“ACRESCENTA O PARÁGRAFO 3º NO ARTIGO 15 DA LEI COMPLEMENTAR, DE 31 DE AGOSTO DE 2010, QUE DISPÕE SOBRE A POLÍTICA DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E IN DIRETA DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE RIO DO SUL.”

O Prefeito Municipal DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Acrescenta o parágrafo 3º ao Art. 15 da Lei Complementar nº 206, de 31 de agosto de 2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15 ( )

§ 3º Excepcionalmente, o servidor que reprovar por falta em qualquer curso ou módulo, poderá ser selecionado para outra capacitação sem a carência do prazo previsto no parágrafo anterior, se a chefia imediata justificar que a respectiva ausência no evento, foi decorrente da necessidade do serviço.”

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e em especial o Art. 24 da Lei Complementar nº 206, de 31 de agosto de 2010.

Gabinete do Prefeito Municipal 14 de dezembro de 2010.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

### Lei Municipal nº 5.086/2010

LEI Nº 5.086, de 15 de dezembro de 2010.

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, PARA O EXERCÍCIO DE 2011.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO SUL:

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Rio do Sul para o exercício de 2011, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 163.319.747,76 (cento e sessenta e três milhões, trezentos e dezenove mil, setecentos e quarenta e sete reais e setenta e seis centavos).

#### DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º - O Orçamento do Poder Executivo da administração direta para o exercício de 2011, estima a Receita em R\$ 99.079.706,26 (noventa e nove milhões, setenta e nove mil, setecentos e seis reais e vinte e seis centavos), e fixa a Despesa para o Poder Legislativo em R\$ 3.583.125,00 (três milhões, quinhentos e oitenta e três mil cento e vinte e cinco reais)

§ 1º - A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES	84.527.886,26
Receita Tributária	22.800.237,50
Receita de Contribuições	2.646.000,00
Receita Patrimonial	420.000,00
Receita Agropecuária	38.587,50
Transferências Correntes	52.935.395,00
Outras Receitas Correntes	5.687.666,26
RECEITA DE CAPITAL	7.101.820,00
Operações de Crédito	12.450.000,00
Alienação de Bens	1.799.820,00
Transferência de Capital	302.000,00
TOTAL GERAL DA RECEITA	99.079.706,26

§ 2º - A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
02-	Gabinete do Prefeito	8.257.457,00
03-	Gabinete do Vice-Prefeito	184.590,00
04-	Procuradoria geral do Município	1.312.150,00
05-	Secretaria de Plan. Urb. e Meio Ambiente	4.140.320,00
06-	Secretaria de Administração	5.101.860,00
07-	Secretaria da Fazenda	9.788.985,51
08-	Secretaria de Educação	26.759.116,25



**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

09-	Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo	1.237.350,00
10-	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	17.683.850,00
11-	Secretaria de Agricultura	2.213.960,00
12-	Secretaria de Assistência Social e Habitação	1.577.870,00
99-	Reserva de Contingência	105.000,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>70.912.508,76</b>
01-	Câmara Municipal	3.583.125,00
	Transf. Financeira a Fundação. Mun. Desportos	1.470.000,00
40-	Transf. Financeira a Fundação. Cultural	1.575.000,00
	Transf. Financeira ao Fundo de Saúde	12.881.822,50
30-	Transf. Finan. ao Fundo de Assist. Social	420.000,00
60-	Transf. Finan. ao FIA	12.000,00
70-	Transf. Financeira ao FAP	775.250,00
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>20.717.197,50</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>99.079.706,26</b>

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO ORÇAMENTO CONSOLIDADO**

01-	LEGISLATIVA	3.241.875,00
04-	ADMINISTRAÇÃO	15.395.695,00
06-	SEGURANÇA PÚBLICA	3.145.520,00
08-	ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.769.344,00
10-	SAÚDE	46.484.692,50
09-	PREVIDENCIA SOCIAL	8.166.500,00
18-	GESTÃO AMBIENTAL	1.924.070,00
12-	EDUCAÇÃO	26.759.116,25
17-	SANEAMENTO	949.200,00
15-	URBANISMO	19.879.282,00
20-	AGRICULTURA	2.213.960,00
23-	COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.137.350,00
25-	ENERGIA	1.848.000,00
22-	INDÚSTRIA	100.000,00
27-	DESPORTO E LAZER	1.522.500,00
13-	CULTURA	2.766.750,00
14-	DIREITOS DA CIDADANIA	171.990,00
28-	ENCARGOS ESPECIAIS	3.155.455,51
99-	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	630.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>142.261.300,26</b>

**III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA DA DESPESA CONSOLIDADO**

	DESPESAS CORRENTES	117.739.992,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	47.843.478,06
	Transferências a Consórcios Públicos	11.500,00
3.1.91.00	Operações entre Órgãos	4.659.086,00
3.2.90.00	Juros e Encargos da dívida	571.000,00
	Transferências a Instituições Privadas	8.037.822,25
3.3.50.00	Transferências a Consórcios Públicos	9.250,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	56.607.855,69
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	24.521.308,26
	Transferências a Consórcios Públicos	7.850,00
4.4.71.00	Investimentos	20.999.002,75
4.5.90.00	Inversões financeiras	150.000,00
4.6.90.00	Amortização da Dívida	2.734.455,51
9.9.99.99	Reserva de Contingência	630.000,00

	TOTAL	142.261.300,26
--	-------	----------------

Parágrafo único - Os itens II e III, não apresentam as transferências financeiras, no valor de R\$ 21.058.447,50 (vinte e um milhão cinquenta e oito mil quatrocentos e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

**DOS ORÇAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA**

Art. 3º - O Orçamento da FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS, para o exercício financeiro de 2011, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.522.500,00 (um milhão, quinhentos e vinte dois mil e quinhentos reais).

§ 1º - A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo será oriunda de transferências da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, e de outras receitas próprias da Fundação e de acordo com o seguinte desdobramento:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	R\$
4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	52.500,00
4.1.1.0.0.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	47.250,00
4.1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	5.250,00
	<b>SOMA (III)</b>	<b>52.500,00</b>
	Transferência Financeira Recebida	1.470.000,00
	<b>TOTAL RECEITA FMD</b>	<b>1.522.500,00</b>

§ 2º - A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei, da seguinte forma:

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.472.100,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	374.000,00
3.1.91.00	Operações entre Órgãos	18.700,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	178.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	900.900,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	50.400,00
4.4.90.00	Investimentos	50.400,00
	<b>TOTAL</b>	<b>1.522.500,00</b>

Art. 4º - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, para o exercício financeiro de 2011, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais).

§ 1º - A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo, será proveniente de transferências do Município e de receitas próprias do fundo e de acordo com o seguinte desdobramento:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	R\$
4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	26.250,00
4.1.2.0.0.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	26.250,00
4.1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	
	<b>SOMA (III)</b>	<b>26.250,00</b>
	Transferência Financeira Recebida	12.000,00
	<b>TOTAL RECEITA FIA</b>	<b>38.250,00</b>

§ 2º - A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei, com o seguinte desdobramento:

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	28.000,00
-----------	--------------------	-----------

3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	28.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	10.250,00
4.4.90.00	Investimentos	10.250,00
	<b>TOTAL</b>	<b>38.250,00</b>

Art. 5º- O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, para o exercício financeiro de 2011, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 46.484.692,50 (quarenta e seis milhões, quatrocentos e oitenta e quatro mil seiscentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

§ 1º - A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo, será proveniente de transferências do Município, Estado, União e de outras receitas próprias do Fundo e de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	30.722.570,00
4.1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	105.000,00
4.1.7.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	30.617.570,00
4.2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	2.880.300,00
4.2.4.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.880.300,00
	Transferência Financeira Recebida	12.881.822,50
	<b>TOTAL RECEITA FMS</b>	<b>46.484.692,50</b>

§ 2º - A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo, é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e de acordo com o seguinte desdobramento:

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	43.309.342,50
3.1.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.500,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	8.580.627,50
3.1.91.00	Operações entre Órgãos	984.995,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	4.192.000,00
3.3.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.250,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	29.540.970,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.175.350,00
4.4.71.00	Transferências a Consórcios Públicos	5.250,00
4.4.90.00	Investimentos	3.170.100,00
	<b>TOTAL</b>	<b>46.484.692,50</b>

Art. 6º- O Orçamento da FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL, para o exercício financeiro de 2011, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 2.766.750,00 (dois milhões, setecentos e sessenta e seis mil setecentos e cinquenta reais)

§ 1º - A Receita relativa ao orçamento a que se refere este artigo, será proveniente de transferências do Município, Estado, União e de outras receitas próprias da Fundação Cultural e de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	561.750,00
4.1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	5.250,00
4.1.7.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	315.000,00
4.1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	241.500,00
4.2.0.0.0.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	630.000,00
4.2.4.0.0.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	630.000,00
	Transferência Financeira Recebida	1.575.000,00
	<b>TOTAL RECEITA FUNDAÇÃO CULTURAL</b>	<b>2.766.750,00</b>

§ 2º- A Despesa relativa ao orçamento a que se refere este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e da seguinte forma:

3.0.0.0.00	DESPESAS CORRENTES	2.105.250,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	761.550,00
3.1.91.00	Operações entre Órgãos	27.500,00
	Transferências a Instituições Privadas	670.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	646.200,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	661.500,00
4.4.90.00	Investimentos	661.500,00
	<b>TOTAL</b>	<b>2.766.750,00</b>

Art. 7º- O Orçamento do FUNDO DE APOSENTADORIA, PENSÕES - FAP, para o exercício financeiro de 2011, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 8.691.500,00 (oito milhões seiscentos e noventa e um mil e quinhentos reais)

§ 1º - A Receita relativa a que se refere este artigo será proveniente de contribuições de segurados, contribuições patronais do Município e de outras fontes, e de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	4.341.000,00
4.1.2.0.0.00.00	RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.000.250,00
4.1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	2.325.000,00
4.1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.750,00
	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.234.000,00
	Transferências Financeiras Recebidas	1.116.500,00
	<b>TOTAL RECEITA FAP</b>	<b>8.691.500,00</b>

§ 2º -A despesa relativa ao orçamento a que se trata este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e da seguinte forma:

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	7.116.500,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	6.066.500,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	1.050.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.050.000,00
4.4.90.00	Investimentos	1.050.000,00
9.9.99.99	Reserva de Contingência	525.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>8.691.500,00</b>

Art. 8º - O Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL, para o exercício financeiro de 2011, estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 1.153.224,00 (um milhão, cento cinquenta e três mil duzentos e vinte e quatro reais).

§ 1º- A Receita relativa a que se refere este artigo será proveniente de Contribuições, de transferências do Município e de outras fontes, e de acordo com o seguinte desdobramento:

4.1.0.0.0.00.00	RECEITAS CORRENTES	733.224,00
4.1.3.0.0.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	15.750,00
4.1.7.0.0.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	712.224,00
4.1.9.0.0.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.250,00
	Transferência Financeira Recebida	420.000,00
	<b>TOTAL RECEITA F.M.A.S.</b>	<b>1.153.224,00</b>

§ 2º - A Despesa relativa ao orçamento a que se trata este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e da seguinte forma:

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	842.204,00
3.3.50.00	Transferências a Instituições Privadas	262.058,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	580.146,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	311.020,00
4.4.90.00	Investimentos	311.020,00
	TOTAL	1.153.224,00

Art. 9º - O Orçamento da CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, para o exercício financeiro de 2011, fixa a Despesa em R\$ 3.583.125,00 (três milhões, quinhentos e oitenta e três mil cento e vinte e cinco reais).

§ 1º - A entrada de recursos a que se refere este artigo será proveniente de transferências do Município, no valor de R\$ 3.583.125,00 (três milhões, quinhentos e oitenta e três mil cento e vinte e cinco reais).

§ 2º - A Despesa relativa ao orçamento a que se trata este artigo é fixada segundo a discriminação nos anexos constantes desta Lei e da seguinte forma:

3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.835.992,25
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	2.123.752,31
3.1.91.00	Operações entre Órgãos	145.236,00
	Transferências a Instituições Privadas	14.264,25
3.3.50.00		
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	552.739,69
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	405.882,75
4.4.90.00	Investimentos	405.882,75
	Transferência para o FAP	341.250,00
	TOTAL	3.583.125,00

Art. 10º - Os recursos da Reserva de Contingência de todos os orçamentos serão destinados ao atendimento dos passivos contingentes, riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário, para obtenção de resultado primário positivo e também para abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 1 - A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa específica, observando o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º - Não se efetivando até o dia 10/12/2011 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, ou se efetivando a cobrança de dívida ativa de acordo com o previsto no Orçamento da receita, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa específica, para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

§ 3º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor" serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa específica, para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 11 - Fica o Executivo Municipal autorizado, mediante ato do Chefe do Poder Executivo, a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 12 - O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da lei Federal nº. 4.320/94, a abrir créditos adicionais suplementares por decreto, até o limite de 30% da receita estimada para o

orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias;
- III - superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único - Se excluem desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 13 - As despesas por conta de dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 14 - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante autorização legislativa específica, como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, suplementares de projetos, atividades ou operações especiais.

Art. 15 - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação.

Art. 16 - Durante o exercício de 2011 o Executivo poderá realizar Operações de Crédito, mediante autorização Legislativa específica, para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 17 - Esta lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2011.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL  
15 de dezembro de 2.010.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Anexos da Lei Complementar nº 215/2010**

**Anexo I**  
**ESTRUTURA DOS CARGOS EFETIVOS**

**a) Administração Direta**

Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Administrador	1	H	40
<b>Advogado <sup>1</sup></b>	8	H	20
Advogado (em extinção)	1	I	40
Agente Administrativo	107	E	40
Agente de Defesa Civil	2	E	40
Agente de Saúde (em extinção)	2	E	40
Almoxarife (em extinção)	1	B	40
Analista de Sistemas	4	H	40
Arquiteto	4	H	40
<b>Arquivista <sup>1</sup></b>	1	H	40
Assistente Social	13	H	40
Atendente de Educação Infantil (em extinção)	3	B	40
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	30	C	40
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	18	D	40
Auxiliar de Enfermagem (em extinção)	36	D	40
Auxiliar de Saúde Bucal	20	C	40
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	160	A	40
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	83	A	40
Auxiliar de Topografia	4	B	40
<b>Biólogo <sup>1</sup></b>	1	H	40
Calceteiro	12	C	40
Carpinteiro	7	D	40
Cirurgião Dentista	30	H	20
Cirurgião Dentista (em extinção)	1	J	30
Contador	2	H	40
<b>Auditor Interno <sup>1</sup></b>	1	H	40
Coveiro	3	B	40
Cozinheiro	39	B	40
Desenhista	6	F	40
Detonador	1	B	40
Digitador (em extinção)	1	E	36
<b>Educador Social <sup>1</sup></b>	2	E	40
Eletricista	2	D	40
Enfermeiro	15	H	40
Enfermeiro Obstétrico	2	H	40
Engenheiro Agrônomo	2	H	40
Engenheiro Civil	9	H	40
Engenheiro de Alimentos	1	H	40
Engenheiro Florestal	1	H	40
Engenheiro Sanitarista	1	H	40
Farmacêutico	4	H	40
Fiscal de Meio Ambiente	2	G	40
Fiscal de Obras	4	G	40
Fiscal de Posturas	4	G	40
Fiscal de Saúde Pública	4	G	40
Fiscal de Serviço Público	4	G	40
Fiscal de Tributos	12	G	40
Fiscal do PROCON	2	G	40
<b>Fisioterapeuta <sup>1</sup></b>	2	H	40
Fonoaudiólogo	7	H	40
Fonoaudiólogo (em extinção)	1	G	30
Guarda Municipal	30	E	40
Instrutor de Trabalhos Manuais (em extinção)	2	B	20
Lubrificador	1	B	40
Marceneiro (em extinção)	1	D	40
Marroeiro (em extinção)	1	B	40
Marteleteiro (em extinção)	1	B	40
Mecânico (em extinção)	1	C	40
Médico	14	H	20



<b>Médico <sup>1</sup></b>	13	K	40
Médico (em extinção)	1	J	30
Médico Angiologista	1	H	20
Médico Auditor	1	H	20
Médico Autorizador	1	H	20
Médico Cardiologista	2	H	20
Médico Cirurgião Geral	2	H	20
Médico Cirurgião Pediátrico	1	H	20
Médico Dermatologista	1	H	20
Médico Endocrinologista	1	H	20
Médico Ginecologista/Obstetra	6	H	20
Médico Neurologista	2	H	20
Médico Oftalmologista	3	H	20
Médico Oncologista	1	H	20
Médico Ortopedista	1	H	20
Médico Otorrinolaringologista	2	H	20
Médico Pediatra	6	H	20
Médico Perito	1	H	20
Médico Pneumologista	1	H	20
Médico Psiquiatra	2	H	20
Médico Urologista	2	H	20
Médico Veterinário	3	H	40
Motorista de Caminhão	46	E	40
Motorista de Veículo Leve	25	D	40
Nutricionista	5	H	40
Operador de Equipamentos	28	E	40
Pedreiro	10	D	40
Pintor	2	C	40
Professor I (em extinção)	4	B	40
Programador (em extinção)	1	E	40
Psicólogo	15	H	40
Psicopedagogo	3	H	40
Radiologista/Odontológico	3	H	20
Recepcionista (em extinção)	1	B	40
Técnico em Agropecuária	4	F	40
<b>Técnico em Análises Clínicas <sup>1</sup></b>	2	F	40
Técnico em Edificações	2	F	40
Técnico em Enfermagem	36	F	40
Técnico em Informática	5	F	40
<b>Técnico em Radiologia <sup>1</sup></b>	2	F	20
Técnico em Segurança no Trabalho	1	F	40
Telefonista	4	C	36
Topógrafo	2	F	40
Turismólogo	2	H	40
Vigia	26	B	40

**<sup>1</sup> Cargos Criados****b) Administração Indireta - Fundação Cultural**

Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Agente Administrativo	4	E	40
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	4	C	40
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40
<b>Bibliotecário <sup>1</sup></b>	1	H	40
Motorista de Veículo Leve	2	D	40
Telefonista	2	C	36
Vigia	4	B	40

**<sup>1</sup> Cargos Criados****c) Administração Indireta - Fundação Municipal de Desportos**

Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Agente Administrativo	2	E	40
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40

Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	4	A	40
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	6	A	40
Motorista de Veículo Leve	2	D	40

## Anexo II

### ESTRUTURA DOS CARGOS COMISSIONADOS

#### a) Administração Direta

Cargos	Unidade	Vagas	Nível	Jornada
Secretário Municipal de Administração	Administração	1	Subsídio	40
Diretor do Depto de Compras	Administração	1	C6	40
Diretor do Depto de Informática	Administração	1	C6	40
Diretor do Depto de Patrimônio	Administração	1	C6	40
Diretor do Depto de Processos Licitatórios	Administração	1	C6	40
Diretor do Depto de Recursos Humanos	Administração	1	C6	40
Diretor do Depto Previdenciário	Administração	1	C6	40
Chefe da Div. de Administração do Cemitério	Administração	1	C9	40
Chefe da Div. de Bens Móveis e Imóveis	Administração	1	C9	40
Chefe da Div. de Compras	Administração	1	C9	40
Chefe da Div. de Desenv. de Hardware	Administração	1	C9	40
Chefe da Div. de Desenv. de Interlig. Dados e Voz	Administração	1	C9	40
Chefe da Div. de Desenv. de Software	Administração	1	C9	40
Chefe da Div. de Integração do Sist. de Gestão	Administração	1	C9	40
Chefe da Div. de Medicina e Segurança do Trabalho	Administração	1	C9	40
Chefe da Div. de Processos Licitatórios	Administração	1	C9	40
Chefe da Div. de Recrutamento e Seleção	Administração	1	C9	40
Chefe da Div. de Rotinas Trabalhistas	Administração	1	C9	40
Chefe da Div. de Treinamento e Desenvolvimento	Administração	1	C9	40
Secretário Municipal de Agricultura	Agricultura	1	Subsídio	40
Diretor do Depto de Agricultura	Agricultura	1	C6	40
Diretor do Depto de Pecuária	Agricultura	1	C6	40
Chefe da Div. Administrativa	Agricultura	1	C9	40
Chefe da Div. da Patrulha Mecanizada	Agricultura	1	C9	40
Chefe da Div. de Controle e Fiscalização	Agricultura	1	C9	40
Chefe da Div. de Serv. de Inspeção Municipal	Agricultura	1	C9	40
Secretário Municipal de Assistência Social	Assistência Social e Habitação	1	Subsídio	40
Diretor do Depto de Assistência Social	Assistência Social e Habitação	1	C6	40
Diretor do Depto de Habitação	Assistência Social e Habitação	1	C6	40
Chefe da Div. Administrativa	Assistência Social e Habitação	1	C9	40
Chefe da Div. de Habitação	Assistência Social e Habitação	1	C9	40
Chefe da Div. de Prog. e Conv. Habitacionais	Assistência Social e Habitação	1	C9	40
Chefe da Div. de Proteção Social Básica	Assistência Social e Habitação	1	C9	40
Chefe da Div. de Proteção Social Especial	Assistência Social e Habitação	1	C9	40
Secretário Municipal do Desenvolvimento Econômico e Empreendedor	Desenvolvimento Econômico	1	Subsídio	40
Assistente de Manut. do Centro de Eventos	Desenvolvimento Econômico	1	C10	40
Diretor do Depto de Desen. Econ. Nac. e Intern.	Desenvolvimento Econômico	1	C6	40
Diretor do Depto de Turismo	Desenvolvimento Econômico	1	C6	40
Chefe da Div. de Desen. Econ. Nac. e Intern.	Desenvolvimento Econômico	1	C9	40
Chefe da Div. de Turismo	Desenvolvimento Econômico	1	C9	40
Secretário Municipal de Educação	Educação	1	Subsídio	40
Secretário Adjunto de Educação	Educação	1	C4	40
Diretor do Depto Administrativo	Educação	1	C6	40
Diretor do Depto da Escola Modelo	Educação	1	C6	40
Diretor do Depto Pedagógico de Ensino	Educação	1	C6	40
Chefe da Div. de Adm. e Cont. de Pessoal	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Adm. e Serviços Gerais	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Apoio Técnico Pedagógico	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Construção	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Convênios e Conselhos	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Educ. de Jovens e Adultos	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Educ. Infantil - 0 à 3 anos	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Educ. Infantil - 4 à 6 anos	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Educação Especial	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Ens. Fund. - Séries Finais	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Ens. Fund. - Séries Iniciais	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Lev. e Acom. de Dados Estat.	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Manutenção	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Merenda	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Orçam. e Controle Interno	Educação	1	C9	40

Chefe da Div. de Parcerias da Escola Modelo	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Prog. Curricular da Esc. Mod.	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Prog. Extra Curric. da Esc. Mod.	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Programas Extra Curricular	Educação	1	C9	40
Chefe da Div. de Transporte	Educação	1	C9	40
Secretário Municipal da Fazenda	Fazenda	1	Subsídio	40
Diretor do Depto Contábil	Fazenda	1	C6	40
Diretor do Depto de Arrecadação	Fazenda	1	C6	40
Diretor do Depto de Cadastro Multifinalitário	Fazenda	1	C6	40
Diretor do Depto de Fiscalização Tributária	Fazenda	1	C6	40
Diretor do Depto de Tesouraria	Fazenda	1	C6	40
Chefe da Div. de Análise de Proced. Fiscais	Fazenda	1	C9	40
Chefe da Div. de Cadastro Imobiliário	Fazenda	1	C9	40
Chefe da Div. de Cadastro Mobiliário	Fazenda	1	C9	40
Chefe da Div. de Contabilidade	Fazenda	1	C9	40
Chefe da Div. de Dívida Ativa Administrativa	Fazenda	1	C9	40
Chefe da Div. de Dívida Ativa Judicial	Fazenda	1	C9	40
Chefe da Div. de Empenho	Fazenda	1	C9	40
Chefe da Div. de Orçamento	Fazenda	1	C9	40
Chefe da Div. de Protocolo	Fazenda	1	C9	40
Chefe da Div. de Receita	Fazenda	1	C9	40
Assistente de Gabinete	Gabinete	1	C10	40
Secretário da Junta do Serviço Militar	Gabinete	1	C10	40
Chefe Gabinete do Prefeito	Gabinete	1	C1	40
Assessor Especial de Defesa do Cidadão	Gabinete	1	C3	40
Assessor Especial do Gabinete	Gabinete	1	C3	40
Controlador Interno	Gabinete	1	C4	40
Comandante	Gabinete	1	C6	40
Diretor da Defesa Civil - COMDEC	Gabinete	1	C6	40
Diretor de Comunicação Social	Gabinete	1	C6	40
Diretor de Controle Interno	Gabinete	1	C6	40
Diretor de Expediente	Gabinete	1	C6	40
Diretor do Depto de Integração Comunitária	Gabinete	1	C6	40
Diretor do Depto de Orçamento e Gestão	Gabinete	1	C6	40
Diretor do Depto de Trânsito	Gabinete	1	C6	40
Diretor do Depto do Gabinete do Povo	Gabinete	1	C6	40
Diretor do PROCON Municipal	Gabinete	1	C6	40
Guarda Municipal Inspetor	Gabinete	3	C8	40
Chefe da Div. Serviços de Sinalização Viária	Gabinete	1	C9	40
Chefe de Imprensa e Jornalismo	Gabinete	1	C9	40
Chefe de Mídia, Publicidade e Propaganda	Gabinete	1	C9	40
Chefe de Relações Públicas e Cerimonial	Gabinete	1	C9	40
Chefe dos Motoristas	Gabinete	1	C9	40
Assistente de Gabinete do Vice-Prefeito	Gabinete Vice Prefeito	1	C10	40
Chefe do Gabinete do Vice-Prefeito	Gabinete Vice Prefeito	1	C7	40
Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos	Obras	1	Subsídio	40
Assessor Especial de Pavimentação de Obras	Obras	1	C2	40
Diretor do Depto de Cont. e Manut. de Frota	Obras	1	C6	40
Diretor do Depto de Gestão Administrativa	Obras	1	C6	40
Diretor do Depto de Obra e Melhorias Viárias	Obras	1	C6	40
Diretor do Depto de Serviços Urbanos	Obras	1	C6	40
Chefe da Div. de Almoxarifado	Obras	1	C9	40
Chefe da Div. de Cont. da Execução de Serviços	Obras	1	C9	40
Chefe da Div. de Cont. de Equip. e Veic. Pesados	Obras	1	C9	40
Chefe da Div. de Limpeza Pública e Urbanismo	Obras	1	C9	40
Chefe da Div. de Man. do Sist. de San. Básico	Obras	1	C9	40
Chefe da Div. de Manut. das Vias não Paviment.	Obras	1	C9	40
Chefe da Div. de Maquinário	Obras	1	C9	40
Chefe da Div. de Oficina, Lubrif. e Lavação	Obras	1	C9	40
Chefe da Div. de Pavimentação	Obras	1	C9	40
Chefe da Div. de Saneamento Básico	Obras	1	C9	40
Chefe da Div. de Serviços Administrativos	Obras	1	C9	40
Chefe da Div. de Serviços de Patrolamento	Obras	1	C9	40
Secretário Municipal de Planejamento Urbanismo e Meio Ambiente	Planejamento	1	Subsídio	40
Secretário Adjunto de Planejamento	Planejamento	1	C4	40
Assessor do Plano Diretor	Planejamento	1	C6	40



Diretor do Depto de Fiscalização	Planejamento	1	C6	40
Diretor do Depto de Meio Ambiente	Planejamento	1	C6	40
Diretor do Depto de Projetos	Planejamento	1	C6	40
Diretor do Depto de Urbanismo	Planejamento	1	C6	40
Chefe da Div. Administrativa	Planejamento	1	C9	40
Chefe da Div. da Estação de Resíduos Sólidos	Planejamento	1	C9	40
Chefe da Div. de Projetos e Pavimentação	Planejamento	1	C9	40
Procurador Geral do Município	Procuradoria	1	C1	40
Assistente da Procuradoria Jurídica	Procuradoria	1	C10	40
Consultor Jurídico Administrativo	Procuradoria	1	C5	20
Consultor Jurídico Contencioso Geral	Procuradoria	2	C5	20
Consultor Jurídico Fazendário	Procuradoria	2	C5	20
Chefe da Div. Burocrático Administrativo	Procuradoria	1	C9	40
Chefe da Div. Executivos Fiscais	Procuradoria	1	C9	40
Secretário Municipal Saúde	Saúde	1	Subsídio	40
Secretário Adjunto de Saúde	Saúde	1	C4	40
Diretor do Depto Administrativo e Financeiro	Saúde	1	C6	40
Diretor do Depto de Atenção à Saúde	Saúde	1	C6	40
Diretor do Depto de Cont. Aval. e Auditoria	Saúde	1	C6	40
Diretor do Depto de Cont. e Distrib. de Medic.	Saúde	1	C6	40
Diretor do Depto de Medicina	Saúde	1	C6	20
Diretor do Depto de Odontologia	Saúde	1	C6	20
Diretor do Depto de Vigilância Sanitária	Saúde	1	C6	40
Chefe da Div. de Administração Financeira	Saúde	1	C9	40
Chefe da Div. de Aten. Bás. e Unid. de Saúde	Saúde	1	C9	40
Chefe da Div. de Auditoria	Saúde	1	C9	40
Chefe da Div. de Cont. e Distrib. de Medicam.	Saúde	1	C9	40
Chefe da Div. de Cont., Aval. e Processamento	Saúde	1	C9	40
Chefe da Div. de Controle de Pessoal	Saúde	1	C9	40
Chefe da Div. de Enfermagem	Saúde	1	C9	40
Chefe da Div. de Medicina	Saúde	1	C9	40
Chefe da Div. de Odontologia	Saúde	1	C9	40
Chefe da Div. de Patrimônio e Contabilidade	Saúde	1	C9	40
Chefe da Div. de Processamento de Dados	Saúde	1	C9	40
Chefe da Div. de Prog. de Assist. de Saúde	Saúde	1	C9	40
Chefe da Div. de Vigilância Epidemiológica	Saúde	1	C9	40
Chefe da Div. de Vigilância Sanitária	Saúde	1	C9	40

## b) Administração Indireta - Fundação Cultural

Cargos	Unidade	Vagas	Nível	Jornada
Superintendente	Fundação Cultural	1	C1	40
Diretor Administrativo Geral	Fundação Cultural	1	C6	40
Diretor do Depto da Hist. Memór. e Document.	Fundação Cultural	1	C6	40
Diretor do Depto de Artes Cênicas	Fundação Cultural	1	C6	40
Diretor do Depto de Artes Visuais	Fundação Cultural	1	C6	40
Diretor do Depto de Biblioteca	Fundação Cultural	1	C6	40
Diretor do Depto de Música	Fundação Cultural	1	C6	40
Chefe Administrativo da Estação Cultural	Fundação Cultural	3	C9	40
Chefe da Div. Administrativa e Financeira	Fundação Cultural	1	C9	40
Chefe da Div. de Arquivo Histórico	Fundação Cultural	1	C9	40
Chefe da Div. de Informática	Fundação Cultural	1	C9	40
Chefe da Div. de Obras/Manut. e Patrimônio	Fundação Cultural	1	C9	40

## c) Administração Indireta - Fundação Municipal de Desportos

Cargos	Unidade	Vagas	Nível	Jornada
Superintendente	Fundação Desportos	1	C1	40
Diretor do Depto de Esportes	Fundação Desportos	1	C6	40
Diretor do Depto Financeiro e Administrativo	Fundação Desportos	1	C6	40
Chefe da Div. de Esporte Comunitário	Fundação Desportos	1	C9	40
Chefe da Div. de Esporte e Rendimento	Fundação Desportos	1	C9	40
Chefe da Div. de Promoções e Eventos	Fundação Desportos	1	C9	40

### Anexo III GRUPOS OCUPACIONAIS

#### a) Lotação Administração Direta

##### Grupo Ocupacional Operacional (GO)

Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Auxiliar de Enfermagem (em extinção)	36	D	40
Auxiliar de Saúde Bucal	20	C	40
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	160	A	40
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	83	A	40
Auxiliar de Topografia	4	B	40
Calceteiro	12	C	40
Carpinteiro	7	D	40
Coveiro	3	B	40
Cozinheiro	39	B	40
Detonador	1	B	40
Eletricista	2	D	40
Guarda Municipal	30	E	40
Instrutor de Trabalhos Manuais (em extinção)	2	B	20
Lubrificador	1	B	40
Marceneiro (em extinção)	1	D	40
Marroeiro (em extinção)	1	B	40
Marteleteiro (em extinção)	1	B	40
Mecânico (em extinção)	1	C	40
Motorista de Caminhão	46	E	40
Motorista de Veículo Leve	25	D	40
Operador de Equipamentos	28	E	40
Pedreiro	10	D	40
Pintor	2	C	40
Vigia	26	B	40

##### Grupo Ocupacional Administrativo (GA)

Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Agente Administrativo	107	E	40
Agente de Defesa Civil	2	E	40
Agente de Saúde (em extinção)	2	E	40
Almoxarife (em extinção)	1	B	40
Atendente de Educação Infantil (em extinção)	3	B	40
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	30	C	40
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	18	D	40
Digitador (em extinção)	1	E	36
Educador Social	2	E	40
Professor I (em extinção)	4	B	40
Programador (em extinção)	1	E	40
Recepcionista (em extinção)	1	B	40
Telefonista	4	C	36

##### Grupo Ocupacional Técnico (GT)

Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Desenhista	6	F	40
Técnico em Agropecuária	4	F	40
Técnico em Análises Clínicas	2	F	40
Técnico em Edificações	2	F	40
Técnico em Enfermagem	36	F	40
Técnico em Informática	5	F	40
Técnico em Radiologia	2	F	20
Técnico em Segurança no Trabalho	1	F	40
Topógrafo	2	F	40

## Grupo Ocupacional Superior (GS)

Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Administrador	1	H	40
Advogado	8	H	20
Advogado (em extinção)	1	I	40
Analista de Sistemas	4	H	40
Arquiteto	4	H	40
Arquivista	1	H	40
Assistente Social	13	H	40
Auditor Interno	1	H	40
Biólogo	1	H	40
Cirurgião Dentista	30	H	20
Cirurgião Dentista (em extinção)	1	J	30
Contador	2	H	40
Enfermeiro	15	H	40
Enfermeiro Obstétrico	2	H	40
Engenheiro Agrônomo	2	H	40
Engenheiro Civil	9	H	40
Engenheiro de Alimentos	1	H	40
Engenheiro Florestal	1	H	40
Engenheiro Sanitarista	1	H	40
Farmacêutico	4	H	40
Fiscal de Meio Ambiente	2	G	40
Fiscal de Obras	4	G	40
Fiscal de Posturas	4	G	40
Fiscal de Saúde Pública	4	G	40
Fiscal de Serviço Público	4	G	40
Fiscal de Tributos	12	G	40
Fiscal do PROCON	2	G	40
Fisioterapeuta	2	H	40
Fonoaudiólogo	7	H	40
Fonoaudiólogo (em extinção)	1	G	30
Médico	14	H	20
Médico	13	K	40
Médico (em extinção)	1	J	30
Médico Angiologista	1	H	20
Médico Auditor	1	H	20
Médico Autorizador	1	H	20
Médico Cardiologista	2	H	20
Médico Cirurgião Geral	2	H	20
Médico Cirurgião Pediátrico	1	H	20
Médico Dermatologista	1	H	20
Médico Endocrinologista	1	H	20
Médico Ginecologista/Obstetra	6	H	20
Médico Neurologista	2	H	20
Médico Oftalmologista	3	H	20
Médico Oncologista	1	H	20
Médico Ortopedista	1	H	20
Médico Otorrinolaringologista	2	H	20
Médico Pediatra	6	H	20
Médico Perito	1	H	20
Médico Pneumologista	1	H	20
Médico Psiquiatra	2	H	20
Médico Urologista	2	H	20
Médico Veterinário	3	H	40
Nutricionista	5	H	40
Psicólogo	15	H	40
Psicopedagogo	3	H	40
Radiologista/Odontológico	3	H	20
Turismólogo	2	H	40

## b) Administração Indireta - Fundação Cultural

## Grupo Ocupacional Operacional (GO)

Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40
Motorista de Veículo Leve	2	D	40
Vigia	4	B	40

## Grupo Ocupacional Administrativo (GA)

Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Agente Administrativo	4	E	40
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	4	C	40
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40
Telefonista	2	C	36

## Grupo Ocupacional Superior (GS)

Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Bibliotecário	1	H	40

## c) Administração Indireta - Fundação Municipal de Desportos

## Grupo Ocupacional Operacional (GO)

Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	4	A	40
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	6	A	40
Motorista de Veículo Leve	2	D	40

## Grupo Ocupacional Administrativo (GA)

Cargos	Vagas	Nível	Jornada
Agente Administrativo	2	E	40
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40



## Anexo IV LOTAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS

### a) Lotação Administração Direta

#### I - Gabinete do Prefeito

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	10	E	40	GA
Agente de Defesa Civil	2	E	40	GA
Auditor Interno	1	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	4	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	1	A	40	GO
Engenheiro Civil	1	H	40	GS
Fiscal do PROCON	2	G	40	GS
Guarda Municipal	30	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	1	D	40	GO
Técnico em Edificações	2	F	40	GT
Telefonista	2	C	36	GA

#### II - Gabinete do Vice-Prefeito

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
--------	-------	-------	---------	----------

#### III - Procuradoria Jurídica

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Advogado (em extinção)	1	I	40	GS
Advogado	8	H	20	GS
Agente Administrativo	7	E	40	GA

#### IV - Secretaria Municipal de Administração

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Analista de Sistemas	4	H	40	GS
Agente Administrativo	20	E	40	GA
Assistente Social	1	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	8	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	6	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2	A	40	GO
Coveiro	3	B	40	GO
Digitador (em extinção)	1	E	36	GA
Eletricista	1	D	40	GO
Marceneiro (em extinção)	1	D	40	GO
Médico Perito	1	H	20	GS
Motorista de Veículo Leve	3	D	40	GO
Programador (em extinção)	1	E	40	GA
Psicólogo	1	H	40	GS
Técnico em Enfermagem	1	F	40	GT
Técnico em Informática	2	F	40	GT
Técnico em Segurança no Trabalho	1	F	40	GT
Telefonista	2	C	36	GA
Vigia	26	B	40	GO

#### V - Secretaria Municipal de Fazenda

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Arquivista	1	H	40	GS
Agente Administrativo	12	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	3	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	4	D	40	GA
Contador	2	H	40	GS
Fiscal de Tributos	12	G	40	GS
Fiscal de Obras	4	G	40	GS
Fiscal de Posturas	4	G	40	GS

## VI - Secretaria Municipal de Saúde

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Administrador	1	H	40	GS
Agente Administrativo	16	E	40	GA
Agente de Saúde (em extinção)	2	E	40	GA
Almoxarife (em extinção)	1	B	40	GA
Assistente Social	3	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	10	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40	GA
Auxiliar de Saúde Bucal	20	C	40	GO
Auxiliar de Enfermagem (em extinção)	36	D	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	18	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	5	A	40	GO
Carpinteiro	1	D	40	GO
Cirurgião Dentista	30	H	20	GS
Cirurgião Dentista (em extinção)	1	J	30	GS
Eletricista	1	D	40	GO
Enfermeiro	15	H	40	GS
Enfermeiro Obstétrico	2	H	40	GS
Farmacêutico	4	H	40	GS
Fiscal de Saúde Pública	4	G	40	GS
Fisioterapeuta	2	H	40	GS
Fonoaudiólogo	3	H	40	GS
Médico	14	H	20	GS
Médico (em extinção)	1	J	30	GS
Médico	13	K	40	GS
Médico Angiologista	1	H	20	GS
Médico Auditor	1	H	20	GS
Médico Autorizador	1	H	20	GS
Médico Cardiologista	2	H	20	GS
Médico Cirurgião Geral	2	H	20	GS
Médico Cirurgião Pediátrico	1	H	20	GS
Médico Dermatologista	1	H	20	GS
Médico Endocrinologista	1	H	20	GS
Médico Ginecologista/Obstetra	6	H	20	GS
Médico Neurologista	2	H	20	GS
Médico Pediatra	6	H	20	GS
Médico Pneumologista	1	H	20	GS
Médico Psiquiatra	2	H	20	GS
Médico Oftalmologista	3	H	20	GS
Médico Oncologista	1	H	20	GS
Médico Ortopedista	1	H	20	GS
Médico Otorrinolaringologista	2	H	20	GS
Médico Urologista	2	H	20	GS
Médico Veterinário	1	H	40	GS
Motorista de Caminhão	4	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	12	D	40	GO
Nutricionista	2	H	40	GS
Psicólogo	8	H	40	GS
Radiologista/Odontológico	3	H	20	GS
Recepcionista (em extinção)	1	B	40	GA
Técnico em Análises Clínicas	2	F	40	GT
Técnico em Enfermagem	35	F	40	GT
Técnico em Informática	2	F	40	GT
Técnico em Radiologia	2	F	20	GT

## VII - Secretaria Municipal de Educação

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	20	E	40	GA
Assistente Social	5	H	40	GS
Atendente de Educação Infantil (em extinção)	3	B	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	2	C	40	GA

Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	112	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	10	A	40	GO
Cozinheiro	39	B	40	GO
Engenheiro de Alimentos	1	H	40	GS
Fonoaudiólogo (em extinção)	1	G	30	GS
Fonoaudiólogo	4	H	40	GS
Instrutor de Trabalhos Manuais (em extinção)	2	B	20	GO
Motorista de Caminhão	8	E	40	GO
Motorista de veículo leve	4	D	40	GO
Nutricionista	3	H	40	GS
Professor I (em extinção)	4	B	40	GA
Psicólogo	4	H	40	GS
Psicopedagogo	2	H	40	GS
Técnico em Informática	1	F	40	GT

## VIII - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	3	E	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	2	A	40	GO
Turismólogo	2	H	40	GS

## IX - Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	5	E	40	GA
Assistente Social	4	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	5	A	40	GO
Educador Social	2	E	40	GA
Engenheiro Civil	2	H	40	GS
Psicólogo	2	H	40	GS
Psicopedagogo	1	H	40	GS
Motorista de Caminhão	4	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	1	D	40	GO

## X - Secretaria Municipal de Agricultura

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	2	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	1	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	3	A	40	GO
Engenheiro Agrônomo	2	H	40	GS
Médico Veterinário	2	H	40	GS
Motorista de Caminhão	2	E	40	GO
Operador de Equipamentos	8	E	40	GO
Técnico em Agropecuária	4	F	40	GT

## XI - Secretaria Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	8	E	40	GA
Arquiteto	4	H	40	GS
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar de Topografia	4	B	40	GO
Biólogo	1	H	40	GS
Desenhista	6	F	40	GT
Engenheiro Civil	6	H	40	GS
Engenheiro Florestal	1	H	40	GS
Engenheiro Sanitarista	1	H	40	GS

Fiscal de Meio Ambiente	2	G	40	GS
Fiscal de Serviço Público	4	G	40	GS
Motorista de Caminhão	1	E	40	GO
Topógrafo	2	F	40	GT

## XII - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	4	E	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	1	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	15	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	60	A	40	GO
Calçeteiro	12	C	40	GO
Carpinteiro	6	D	40	GO
Detonador	1	B	40	GO
Lubrificador	1	B	40	GO
Marroeiro (em extinção)	1	B	40	GO
Marteleteiro (em extinção)	1	B	40	GO
Mecânico (em extinção)	1	C	40	GO
Motorista de Caminhão	27	E	40	GO
Motorista de Veículo Leve	4	D	40	GO
Operador de Equipamentos	20	E	40	GO
Pedreiro	10	D	40	GO
Pintor	2	C	40	GO

## b) Lotação Administração Indireta - Fundação Cultural

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	4	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	4	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	5	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	2	A	40	GO
Bibliotecário	1	H	40	GS
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO
Telefonista	2	C	36	GA
Vigia	4	B	40	GO

## c) Lotação Administração Indireta - Fundação Municipal de Desporto

Cargos	Vagas	Nível	Jornada	G. Ocup.
Agente Administrativo	2	E	40	GA
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	1	C	40	GA
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	2	D	40	GA
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	4	A	40	GO
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	6	A	40	GO
Motorista de Veículo Leve	2	D	40	GO



**Cargo:****COZINHEIRO****Descrição Sumária:**

Preparar refeições, organizar e supervisionar serviços de cozinha, elaborando o preparo observando métodos de cocção e padrões de qualidade dos alimentos.

**Principais Atribuições:**

Preparar a alimentação, cozinhando, servindo, supervisionando e controlando qualitativa e quantitativamente a preparação de pratos diversos, utilizando-se de técnicas de culinária. Utilizar técnicas adequadas para congelamento e descongelamento de alimentos, bem como controlar o prazo de validade dos mesmos. Orientar e supervisionar equipe de auxiliares quanto à preparação, manipulação dos alimentos, higiene do ambiente e destino dos restos alimentícios. Promover a limpeza de utensílios e equipamentos de cozinha, zelando pela higiene e conservação dos mesmos. Controlar a quantidade e qualidade dos produtos (alimentos, bebidas, utensílios e outros), solicitando a reposição do material e da alimentação sempre que necessário. Cumprir as determinações da Vigilância Sanitária, e o uso de vestimentas adequadas para o trabalho na cozinha, bem como efetuar a revalidação da carteira de saúde anualmente. Zelar pelas condições de manipulação, conservação e distribuição dos produtos. Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo.

**Requisitos:**

Alfabetizado, Carteira de Saúde e curso de Manipulação de Alimentos.

**Cargo:****DESENHISTA****Descrição Sumária:**

Auxiliar na elaboração, cópia, ampliação e/ou redução de plantas e desenhos de projetos topográficos, arquitetônicos, urbanísticos e de engenharia civil, estruturais, instalações prediais e outros utilizando instrumentos apropriados e baseando-se em especificações técnicas, para estabelecer as características dos referidos projetos e as bases de sua execução.

**Principais Atribuições:**

Analisar o esboço ou a ideia-mestra do plano, examinando croquis, rascunhos, plantas, especificações técnicas, materiais, equipamentos disponíveis e outros elementos, para orientar-se na elaboração do projeto. Auxiliar na elaboração, reproduzir, atualizar ampliar e/ou reduzir mapas, plantas e desenhos de projetos topográficos, arquitetônicos, urbanísticos e de engenharia civil, estruturais, instalações prediais e outros a partir de esboço, croqui ou dados e especificação fornecida/coletada por profissionais habilitados da área, calculando áreas, cotas e níveis, valendo-se de seus conhecimentos, tabelas e outros recursos e uso de ferramentas/equipamentos convencionais de desenho e/ou sistemas informatizados com software específico de desenho, de acordo com normas e procedimentos preestabelecidos, para determinar as dimensões, proporções e outras características do projeto. Submeter os esboços elaborados à apreciação superior, fornecendo as explicações oportunas, para possibilitar correções e ajustes necessários. Operar microcomputador no sistema CAE/CAD, e TOPOGRAPH executando desenhos e gráficos. Digitalizar mapa base cartográfico, procedendo às atualizações da base cartográfica e/ou outros elementos e incorporando novos dados. Atualizar planilhas e implantação de mapas de arruamento. Arquivar e conservar o material de trabalho. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões. Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo.

**Requisitos:**

Ensino Médio. Curso de Desenho Técnico e noções de Auto Cad.

**Cargo:****FISCAL MEIO AMBIENTE****Descrição Sumária:**

Colaborar na fiscalização ambiental realizada pelos órgãos e entidades federais e estaduais competentes. Realizar planejamento operacional relativos às atividades de fiscalização. Participar de campanhas e ações voltadas à educação sanitária e ambiental. Proporcionar suporte e apoio especializado à execução de políticas municipais de meio ambiente.

**Principais Atribuições:**

Atuar na fiscalização do município para atendimento de denúncias ambientais. Realizar lavratura de autos de notificação. Fiscalizar aterros clandestinos. Participar de fiscalização em conjunto com outros órgãos no centro da cidade, nos bairros, constatando, notificando e autuando irregularidades. Examinar denúncias de poluição residual e desmatamento, vistoriando o local para constatação de dano ou impacto causado lavrando autos de infração e observando prazos de compromissos para a solução do problema ou embargo da atividade. Informar processos referentes a fiscalização ambiental. Informar, coordenar e executar as diligências necessárias ou julgadas convenientes para instruir processos referentes à fiscalização ambiental. Vistoriar empresas verificando o risco de poluição residual nas consultas para liberação de alvará. Realizar vistorias em atividades que possuam armazenagem subterrânea de combustíveis visando o seu licenciamento ambiental ou fiscalização da sua regularidade junto a legislação ambiental vigente. Efetuar vistorias em atividades que possuam potencial polutivo, seja atmosférico, hídrico, sonoro e residual, visando seu licenciamento ambiental ou fiscalização da sua regularidade conforme legislação ambiental vigente. Efetuar vistorias em áreas que possuam vegetação de porte arbórea, visando seu licenciamento ambiental para a implantação de obras ou fiscalização da sua regularidade junto a legislação ambiental vigente. Emitir relatórios. Orientar servidores sobre as atividades de fiscalização ambiental. Efetuar fiscalização preventiva na área de fiscalização ambiental. Lavrar notificações e autos de infração em documentos próprios, anotando as irregularidades verificadas segundo a legislação vigente. Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo.

**Requisitos:**

Graduação em Biologia ou Engenharia Florestal ou Engenharia Química, ou Engenharia Sanitarista e Ambiental. Registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

**Cargo:****GUARDA MUNICIPAL****Descrição Sumária:**

Prevenir e inibir atos delituosos que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais e a segurança escolar.

**Principais Atribuições:**

Prevenir e inibir atos delituosos que atentem contra os bens, serviços e instalações municipais e a segurança escolar. Disciplinar o trânsito, nas vias e logradouros municipais. Proteger o patrimônio ecológico, cultural, arquitetônico e ambiental do município, inclusive adotando medidas educativas e preventivas. Apoiar a Administração Municipal, no exercício de seu poder de polícia administrativa, naquilo que couber. Colaborar com as atividades de Defesa Civil Municipal. Estabelecer mecanismos de interação com a sociedade civil para discussões de soluções de problemas e projetos locais voltados à melhoria das condições de segurança na comunidade. Estabelecer parcerias com os órgãos estaduais e federais, por meio de celebração de convênios com vistas à implantação de ações integradas. Estabelecer articulação com os órgãos municipais de políticas sociais, visando ações interdisciplinares de segurança no Município. Fiscalizar e autuar os infratores de Código de Trânsito Brasileiro, conforme normas expressas em ato específico do chefe do Poder Executivo. Exercer funções administrativas em relação a serviços relacionados ao trânsito. Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo.

**Requisitos:**

Ensino Médio. Curso específico de formação de Guarda Municipal. Carteira Nacional de Habilitação Nacional - Categorias "A" e "B".

**Cargo:****MOTORISTA CAMINHÃO****Descrição Sumária:**

Dirigir e manobrar veículos e transportar pessoas, materiais e equipamentos, documentos e outros. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo e utilizar equipamentos e dispositivos especiais. Observar as regras do Código de Trânsito Brasileiro.

**Principais Atribuições:**

Dirigir veículos e utilitários, transportando pessoas, materiais e outros, conforme solicitação, zelando pela segurança, obedecendo aos itinerários pré-estabelecidos, cumprindo as normas do Código de Trânsito Brasileiro. Zelar pelo bom andamento da viagem, adotando medidas cabíveis na prevenção ou solução de qualquer incidente para garantia e segurança dos passageiros, transeuntes e de outros veículos. Vistoriar o veículo e realizar pequenos reparos, verificando o estado dos pneus, o nível de combustível, de água e óleo, testando o freio, a parte elétrica, detectando problemas mecânicos, identificando sinais sonoros, luminosos ou visuais, checando indicações dos instrumentos do painel, solicitando manutenção quando necessário, entre outros, visando contribuir na conservação e segurança do veículo. Preencher relatórios de utilização do veículo com dados relativos a quilometragem, horário de saída, chegada e demais ocorrências durante a realização do trabalho. Auxiliar no embarque e/ou desembarque de passageiros, manuseando instrumentos e equipamentos, quando necessário, bem como abastecer o veículo com mercadorias e/ou outros materiais. Evitar acidentes, controlando e auxiliando na carga e descarga de mercadorias, orientando o seu acondicionamento no veículo, bem como garantir a correta entrega de mercadorias, verificando a localização dos depósitos e estabelecimentos onde se processarão carga e descarga e conferindo as mesmas com documentos de recebimento ou entrega. Cumprir escala de trabalho. Efetuar a prestação de contas das despesas efetuadas com o veículo. Auxiliar o médico ou enfermagem em emergências na ambulância/serviço de urgência e emergência. Dirigir e conservar as ambulâncias da frota da Administração Pública, conduzindo-os e operando-os em programas determinados de acordo com as normas de trânsito e segurança no trabalho e as instruções recebidas para efetuar o transporte de pacientes e resgate de pessoas nas rodovias, vias e logradouros públicos, bem como em prédios públicos e privados. Providenciar reposição de materiais médico-hospitalares utilizados na ambulância conforme solicitado. Controlar o consumo de combustível e lubrificante, efetuando reabastecimento e lubrificação de veículos, máquinas e equipamentos, bem como prazos ou quilometragem para revisões. Manter-se atualizado com as normas e legislação de trânsito. Zelar pela documentação própria e do veículo. Cumprir as normas do poder executivo municipal que digam respeito a utilização do veículo, relativamente deveres e obrigações, bem como as demais instruções que regulam o assunto. Responsabilizar-se pelas despesas provenientes de multas ou danos causados aos veículos do poder executivo municipal e de terceiros por eventuais acidentes, desde que seja declarado culpado (a). Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões. Zelar pelos equipamentos e materiais sob sua guarda bem como pelo bem-estar de seu ambiente de trabalho. Executar outras atividades compatíveis com as atribuições do cargo.

**Requisitos:**

Ensino Fundamental. Carteira Nacional de Habilitação Categoria D.



## Anexo VIII ENQUADRAMENTO

Cargos	Jornada	Quadro	Nível Anterior	Nível Atual
Administrador	40	AD	70	H
Advogado (em extinção)	40	AD	80	I
Agente Administrativo	40	AD	40	E
Agente Administrativo	40	FC	40	E
Agente Administrativo	40	FD	40	E
Agente de Saúde (em extinção)	40	AD	50	E
Agente em Defesa Civil	40	AD	40	E
Almoxarife (em extinção)	40	AD	20	B
Analista de Sistemas	40	AD	70	H
Arquiteto	40	AD	70	H
Assistente Social	40	AD	70	H
Atendente de Educação Infantil (em extinção)	40	AD	20	B
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	40	AD	20	C
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	40	FD	20	C
Auxiliar Administrativo I (em extinção)	40	FC	20	C
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	40	FD	30	D
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	40	AD	30	D
Auxiliar Administrativo II (em extinção)	40	FC	30	D
Auxiliar de Enfermagem (em extinção)	40	AD	30	D
Auxiliar de Saúde Bucal	40	AD	20	C
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	40	FD	10	A
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	40	FC	10	A
Auxiliar de Serviços Gerais Feminino	40	AD	10	A
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	40	FD	10	A
Auxiliar de Serviços Gerais Masculino	40	AD	10	A
Auxiliar de Topografia	40	AD	20	B
Calceteiro	40	AD	20	C
Carpinteiro	40	AD	30	D
Cirurgião Dentista	20	AD	70	H
Cirurgião Dentista (em extinção)	30	AD	70	J
Contador	40	AD	70	H
Coveiro	40	AD	20	B
Cozinheiro	40	AD	20	B
Desenhista	40	AD	50	F
Detonador (em extinção)	40	AD	20	B
Digitador (em extinção)	40	AD	20	E
Eletricista	40	AD	30	D
Enfermeiro	40	AD	70	H
Enfermeiro Obstétrico	40	AD	70	H
Engenheiro Agrônomo	40	AD	70	H
Engenheiro Civil	40	AD	70	H
Engenheiro Florestal	40	AD	70	H
Engenheiro Sanitarista	40	AD	70	H
Farmacêutico	40	AD	70	H
Fiscal de Meio Ambiente	40	AD	60	G
Fiscal de Obras	40	AD	60	G
Fiscal de Posturas	40	AD	60	G
Fiscal de Saúde Pública	40	AD	60	G
Fiscal de Serviços Públicos	40	AD	60	G
Fiscal de Tributos	40	AD	60	G
Fiscal do PROCON	40	AD	60	G
Fonoaudiólogo	40	AD	70	H
Fonoaudiólogo (em extinção)	30	AD	70	G
Guarda Municipal	40	AD	40	E
Instrutor de Trabalhos Manuais (em extinção)	40	AD	20	B
Lubrificador	40	AD	20	B

Marceneiro (em extinção)	40	AD	30	D
Marroeiro (em extinção)	40	AD	20	B
Marteleiteiro (em extinção)	40	AD	20	B
Mecânico (em extinção)	40	AD	30	C
Médico	20	AD	70	H
Médico	40	AD	70	K
Médico (em extinção)	30	AD	70	J
Médico Angiologista	20	AD	70	H
Médico Auditor	20	AD	70	H
Médico Autorizador	20	AD	70	H
Médico Cardiologista	20	AD	70	H
Médico Cirurgião Geral	20	AD	70	H
Médico Cirurgião Pediátrico	20	AD	70	H
Médico Dermatologista	20	AD	70	H
Médico Endocrinologista	20	AD	70	H
Médico Ginecologista/Obstetra	20	AD	70	H
Médico Neurologista	20	AD	70	H
Médico Oftalmologista	20	AD	70	H
Médico Oncologista	20	AD	70	H
Médico Ortopedista	20	AD	70	H
Médico Otorrinolaringologista	20	AD	70	H
Médico Pediatra	20	AD	70	H
Médico Perito	20	AD	70	H
Médico Pneumologista	20	AD	70	H
Médico Psiquiatra	20	AD	70	H
Médico Urologista	20	AD	70	H
Médico Veterinário	40	AD	70	H
Motorista de Caminhão	40	AD	40	E
Motorista de Veículo Leve	40	FC	30	D
Motorista de Veículo Leve	40	FD	30	D
Motorista de Veículo Leve	40	AD	30	D
Nutricionista	40	AD	70	H
Operador de Equipamentos	40	AD	40	E
Pedreiro	40	AD	30	D
Pintor	40	AD	30	C
Professor I (em extinção)	40	AD	20	B
Programador (em extinção)	40	AD	50	E
Psicólogo	40	AD	70	H
Psicopedagogo	40	AD	70	H
Radiologista/Odontológico	20	AD	70	H
Recepcionista	40	AD	20	B
Técnico em Agropecuária	40	AD	40	F
Técnico em Enfermagem	40	AD	40	F
Técnico em Informática	40	AD	40	F
Técnico em Segurança do Trabalho	40	AD	60	F
Telefonista	36	FC	30	C
Telefonista	40	AD	30	C
Topógrafo	40	AD	50	F
Turismólogo	40	AD	70	H
Vigia	40	FC	20	B
Vigia	40	AD	20	B

**Anexo IX**  
**Tabela de Progressão**

			Interstício	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	10º ano	11º ano	12º ano	13º ano	14º ano	15º ano	
			Adicional por Tempo de Serviço	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	
			Progressão Por Desempenho						3%			3%			3%			3%	
			Adicional por Qualificação			2%			2%			2%			2%			2%	
Nível	Valor	Coef.	Escolaridade	%	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
A	600,00	1,000	Exigido Concurso	0%	606,00	612,00	630,00	636,00	642,00	679,08	685,26	691,44	729,83	736,19	742,56	782,31	788,87	795,43	836,60
			1ª Adicional Formação	6%			666,00	672,00	678,00	715,08	721,26	727,44	765,83	772,19	778,56	818,31	824,87	831,43	872,60
			2ª Adicional Formação	6%								763,44	801,83	808,19	814,56	854,31	860,87	867,43	908,60
			3ª Adicional Formação	6%													896,87	903,43	944,60
B	700,00	1,167	Exigido Concurso	0%	707,00	714,00	735,00	742,00	749,00	792,26	799,47	806,68	851,47	858,89	866,32	912,70	920,35	928,00	976,03
			1ª Adicional Formação	6%			777,00	784,00	791,00	834,26	841,47	848,68	893,47	900,89	908,32	954,70	962,35	970,00	1.018,03
			2ª Adicional Formação	6%								890,68	935,47	942,89	950,32	996,70	1.004,35	1.012,00	1.060,03
			3ª Adicional Formação	6%													1.046,35	1.054,00	1.102,03
C	800,00	1,333	Exigido Concurso	0%	808,00	816,00	840,00	848,00	856,00	905,44	913,68	921,92	973,10	981,59	990,08	1.043,08	1.051,83	1.060,57	1.115,47
			1ª Adicional Formação	6%			888,00	896,00	904,00	953,44	961,68	969,92	1.021,10	1.029,59	1.038,08	1.091,08	1.099,83	1.108,57	1.163,47
			2ª Adicional Formação	6%								1.017,92	1.069,10	1.077,59	1.086,08	1.139,08	1.147,83	1.156,57	1.211,47
			3ª Adicional Formação	6%													1.195,83	1.204,57	1.259,47
D	900,00	1,500	Exigido Concurso	0%	909,00	918,00	945,00	954,00	963,00	1.018,62	1.027,89	1.037,16	1.094,74	1.104,29	1.113,84	1.173,47	1.183,30	1.193,14	1.254,90
			1ª Adicional Formação	6%			999,00	1.008,00	1.017,00	1.072,62	1.081,89	1.091,16	1.148,74	1.158,29	1.167,84	1.227,47	1.237,30	1.247,14	1.308,90
			2ª Adicional Formação	6%								1.145,16	1.202,74	1.212,29	1.221,84	1.281,47	1.291,30	1.301,14	1.362,90
			3ª Adicional Formação	6%													1.345,30	1.355,14	1.416,90
E	1.200,00	2,000	Exigido Concurso	0%	1.212,00	1.224,00	1.260,00	1.272,00	1.284,00	1.358,16	1.370,52	1.382,88	1.459,66	1.472,39	1.485,12	1.564,63	1.577,74	1.590,85	1.673,20
			1ª Adicional Formação	6%			1.332,00	1.344,00	1.356,00	1.430,16	1.442,52	1.454,88	1.531,66	1.544,39	1.557,12	1.636,63	1.649,74	1.662,85	1.745,20
			2ª Adicional Formação	6%								1.526,88	1.603,66	1.616,39	1.629,12	1.708,63	1.721,74	1.734,85	1.817,20
			3ª Adicional Formação	6%													1.793,74	1.806,85	1.889,20
F	1.650,00	2,750	Exigido Concurso	0%	1.666,50	1.683,00	1.732,50	1.749,00	1.765,50	1.867,47	1.884,47	1.901,46	2.007,03	2.024,53	2.042,04	2.151,36	2.169,39	2.187,42	2.300,65
			1ª Adicional Formação	6%			1.831,50	1.848,00	1.864,50	1.966,47	1.983,47	2.000,46	2.106,03	2.123,53	2.141,04	2.250,36	2.268,39	2.286,42	2.399,65
			2ª Adicional Formação	6%								2.099,46	2.205,03	2.222,53	2.240,04	2.349,36	2.367,39	2.385,42	2.498,65
			3ª Adicional Formação	6%													2.466,39	2.484,42	2.597,65
G	2.025,00	3,375	Exigido Concurso	0%	2.045,25	2.065,50	2.126,25	2.146,50	2.166,75	2.291,90	2.312,75	2.333,61	2.463,17	2.484,65	2.506,14	2.640,30	2.662,43	2.684,56	2.823,53
			1ª Adicional Formação	6%			2.247,75	2.268,00	2.288,25	2.413,40	2.434,25	2.455,11	2.584,67	2.606,15	2.627,64	2.761,80	2.783,93	2.806,06	2.945,03
			2ª Adicional Formação	6%								2.576,61	2.706,17	2.727,65	2.749,14	2.883,30	2.905,43	2.927,56	3.066,53
			3ª Adicional Formação	6%													3.026,93	3.049,06	3.188,03
H	2.700,00	4,500	Exigido Concurso	0%	2.727,00	2.754,00	2.835,00	2.862,00	2.889,00	3.055,86	3.083,67	3.111,48	3.284,23	3.312,87	3.341,52	3.520,41	3.549,91	3.579,41	3.764,70
			1ª Adicional Formação	6%			2.997,00	3.024,00	3.051,00	3.217,86	3.245,67	3.273,48	3.446,23	3.474,87	3.503,52	3.682,41	3.711,91	3.741,41	3.926,70
			2ª Adicional Formação	6%								3.435,48	3.608,23	3.636,87	3.665,52	3.844,41	3.873,91	3.903,41	4.088,70
			3ª Adicional Formação	6%													4.035,91	4.065,41	4.250,70
I	3.150,00	5,250	Exigido Concurso	0%	3.181,50	3.213,00	3.307,50	3.339,00	3.370,50	3.565,17	3.597,62	3.630,06	3.831,60	3.865,02	3.898,44	4.107,14	4.141,56	4.175,98	4.392,16
			1ª Adicional Formação	6%			3.496,50	3.528,00	3.559,50	3.754,17	3.786,62	3.819,06	4.020,60	4.054,02	4.087,44	4.296,14	4.330,56	4.364,98	4.581,16
			2ª Adicional Formação	6%								4.008,06	4.209,60	4.243,02	4.276,44	4.485,14	4.519,56	4.553,98	4.770,16
			3ª Adicional Formação	6%													4.708,56	4.742,98	4.959,16
J	4.050,00	6,750	Exigido Concurso	0%	4.090,50	4.131,00	4.252,50	4.293,00	4.333,50	4.583,79	4.625,51	4.667,22	4.926,34	4.969,31	5.012,28	5.280,61	5.324,87	5.369,12	5.647,06
			1ª Adicional Formação	6%			4.495,50	4.536,00	4.576,50	4.826,79	4.868,51	4.910,22	5.169,34	5.212,31	5.255,28	5.523,61	5.567,87	5.612,12	5.890,06
			2ª Adicional Formação	6%								5.153,22	5.412,34	5.455,31	5.498,28	5.766,61	5.810,87	5.855,12	6.133,06
			3ª Adicional Formação	6%													6.053,87	6.098,12	6.376,06
K	8.100,00	13,500	Exigido Concurso	0%	8.181,00	8.262,00	8.505,00	8.586,00	8.667,00	9.167,58	9.251,01	9.334,44	9.852,69	9.938,62	10.024,55	10.561,22	10.649,73	10.738,24	11.294,11
			1ª Adicional Formação	6%			8.991,00	9.072,00	9.153,00	9.653,58	9.737,01	9.820,44	10.338,69	10.424,62	10.510,55	11.047,22	11.135,73	11.224,24	11.780,11
			2ª Adicional Formação	6%								10.306,44	10.824,69	10.910,62	10.996,55	11.533,22	11.621,73	11.710,24	12.266,11
			3ª Adicional Formação	6%													12.107,73	12.196,24	12.752,11

16º ano	17º ano	18º ano	19º ano	20º ano	21º ano	22º ano	23º ano	24º ano	25º ano	26º ano	27º ano	28º ano	29º ano	30º ano	31º ano	32º ano	33º ano	34º ano	35º ano
1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%	1%
		3%			3%			3%			3%			3%			3%		
		2%			2%			2%			2%			2%			2%		
R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
843,35	850,11	892,77	899,72	906,68	950,88	958,05	965,21	1.023,03	1.030,41	1.037,78	1.073,28	1.080,88	1.088,48	1.137,72	1.145,55	1.153,38	1.204,45	1.212,51	1.220,57
879,35	886,11	928,77	935,72	942,68	986,88	994,05	1.001,21	1.059,03	1.066,41	1.073,78	1.109,28	1.116,88	1.124,48	1.173,72	1.181,55	1.189,38	1.240,45	1.248,51	1.256,57
915,35	922,11	964,77	971,72	978,68	1.022,88	1.030,05	1.037,21	1.095,03	1.102,41	1.109,78	1.145,28	1.152,88	1.160,48	1.209,72	1.217,55	1.225,38	1.276,45	1.284,51	1.292,57
951,35	958,11	1.000,77	1.007,72	1.014,68	1.058,88	1.066,05	1.073,21	1.131,03	1.138,41	1.145,78	1.181,28	1.188,88	1.196,48	1.245,72	1.253,55	1.261,38	1.312,45	1.320,51	1.328,57
983,91	991,79	1.041,56	1.049,68	1.057,79	1.109,36	1.117,72	1.126,08	1.193,53	1.202,14	1.210,75	1.252,16	1.261,03	1.269,89	1.327,34	1.336,48	1.345,61	1.405,19	1.414,59	1.424,00
1.025,91	1.033,79	1.083,56	1.091,68	1.099,79	1.151,36	1.159,72	1.168,08	1.235,53	1.244,14	1.252,75	1.294,16	1.303,03	1.311,89	1.369,34	1.378,48	1.387,61	1.447,19	1.456,59	1.466,00
1.067,91	1.075,79	1.125,56	1.133,68	1.141,79	1.193,36	1.201,72	1.210,08	1.277,53	1.286,14	1.294,75	1.336,16	1.345,03	1.353,89	1.411,34	1.420,48	1.429,61	1.489,19	1.498,59	1.508,00
1.109,91	1.117,79	1.167,56	1.175,68	1.183,79	1.235,36	1.243,72	1.252,08	1.319,53	1.328,14	1.336,75	1.378,16	1.387,03	1.395,89	1.453,34	1.462,48	1.471,61	1.531,19	1.540,59	1.550,00
1.124,47	1.133,48	1.190,35	1.199,63	1.208,90	1.267,84	1.277,40	1.286,95	1.364,03	1.373,87	1.383,71	1.431,04	1.441,17	1.451,31	1.516,96	1.527,40	1.537,84	1.605,93	1.616,68	1.627,43
1.172,47	1.181,48	1.238,35	1.247,63	1.256,90	1.315,84	1.325,40	1.334,95	1.412,03	1.421,87	1.431,71	1.479,04	1.489,17	1.499,31	1.564,96	1.575,40	1.585,84	1.653,93	1.664,68	1.675,43
1.220,47	1.229,48	1.286,35	1.295,63	1.304,90	1.363,84	1.373,40	1.382,95	1.460,03	1.469,87	1.479,71	1.527,04	1.537,17	1.547,31	1.612,96	1.623,40	1.633,84	1.701,93	1.712,68	1.723,43
1.268,47	1.277,48	1.334,35	1.343,63	1.352,90	1.411,84	1.421,40	1.430,95	1.508,03	1.517,87	1.527,71	1.575,04	1.585,17	1.595,31	1.660,96	1.671,40	1.681,84	1.749,93	1.760,68	1.771,43
1.265,03	1.275,16	1.339,15	1.349,58	1.360,02	1.426,32	1.437,07	1.447,82	1.534,54	1.545,61	1.556,68	1.609,92	1.621,32	1.632,72	1.706,58	1.718,33	1.730,07	1.806,67	1.818,76	1.830,86
1.319,03	1.329,16	1.393,15	1.403,58	1.414,02	1.480,32	1.491,07	1.501,82	1.588,54	1.599,61	1.610,68	1.663,92	1.675,32	1.686,72	1.760,58	1.772,33	1.784,07	1.860,67	1.872,76	1.884,86
1.373,03	1.383,16	1.447,15	1.457,58	1.468,02	1.534,32	1.545,07	1.555,82	1.642,54	1.653,61	1.664,68	1.717,92	1.729,32	1.740,72	1.814,58	1.826,33	1.838,07	1.914,67	1.926,76	1.938,86
1.427,03	1.437,16	1.501,15	1.511,58	1.522,02	1.588,32	1.599,07	1.609,82	1.696,54	1.707,61	1.718,68	1.771,92	1.783,32	1.794,72	1.868,58	1.880,33	1.892,07	1.968,67	1.980,76	1.992,86
1.686,71	1.700,21	1.785,53	1.799,44	1.813,35	1.901,76	1.916,09	1.930,42	2.046,05	2.060,81	2.075,57	2.146,56	2.161,76	2.176,96	2.275,45	2.291,10	2.306,76	2.408,89	2.425,02	2.441,14
1.758,71	1.772,21	1.857,53	1.871,44	1.885,35	1.973,76	1.988,09	2.002,42	2.118,05	2.132,81	2.147,57	2.218,56	2.233,76	2.248,96	2.347,45	2.363,10	2.378,76	2.480,89	2.497,02	2.513,14
1.830,71	1.844,21	1.929,53	1.943,44	1.957,35	2.045,76	2.060,09	2.074,42	2.190,05	2.204,81	2.219,57	2.290,56	2.305,76	2.320,96	2.419,45	2.435,10	2.450,76	2.552,89	2.569,02	2.585,14
1.902,71	1.916,21	2.001,53	2.015,44	2.029,35	2.117,76	2.132,09	2.146,42	2.262,05	2.276,81	2.291,57	2.362,56	2.377,76	2.392,96	2.491,45	2.507,10	2.522,76	2.624,89	2.641,02	2.657,14
2.319,22	2.337,79	2.455,11	2.474,23	2.493,36	2.614,93	2.634,63	2.654,33	2.813,32	2.833,61	2.853,91	2.951,52	2.972,42	2.993,32	3.128,74	3.150,27	3.171,80	3.312,22	3.334,40	3.356,57
2.418,22	2.436,79	2.554,11	2.573,23	2.592,36	2.713,93	2.733,63	2.753,33	2.912,32	2.932,61	2.952,91	3.050,52	3.071,42	3.092,32	3.227,74	3.249,27	3.270,80	3.411,22	3.433,40	3.455,57
2.517,22	2.535,79	2.653,11	2.672,23	2.691,36	2.812,93	2.832,63	2.852,33	3.011,32	3.031,61	3.051,91	3.149,52	3.170,42	3.191,32	3.326,74	3.348,27	3.369,80	3.510,22	3.532,40	3.554,57
2.616,22	2.634,79	2.752,11	2.771,23	2.790,36	2.911,93	2.931,63	2.951,33	3.110,32	3.130,61	3.150,91	3.248,52	3.269,42	3.290,32	3.425,74	3.447,27	3.468,80	3.609,22	3.631,40	3.653,57
2.846,32	2.869,11	3.013,09	3.036,56	3.060,04	3.209,23	3.233,41	3.257,59	3.452,71	3.477,62	3.502,52	3.622,32	3.647,97	3.673,62	3.839,82	3.866,24	3.892,66	4.065,00	4.092,22	4.119,43
2.967,82	2.990,61	3.134,59	3.158,06	3.181,54	3.330,73	3.354,91	3.379,09	3.574,21	3.599,12	3.624,02	3.743,82	3.769,47	3.795,12	3.961,32	3.987,74	4.014,16	4.186,50	4.213,72	4.240,93
3.089,32	3.112,11	3.256,09	3.279,56	3.303,04	3.452,23	3.476,41	3.500,59	3.695,71	3.720,62	3.745,52	3.865,32	3.890,97	3.916,62	4.082,82	4.109,24	4.135,66	4.308,00	4.335,22	4.362,43
3.210,82	3.233,61	3.377,59	3.401,06	3.424,54	3.573,73	3.597,91	3.622,09	3.817,21	3.842,12	3.867,02	3.986,82	4.012,47	4.038,12	4.204,32	4.230,74	4.257,16	4.429,50	4.456,72	4.483,93
3.795,09	3.825,48	4.017,45	4.048,75	4.080,05	4.278,97	4.311,21	4.343,45	4.603,62	4.636,82	4.670,03	4.829,75	4.863,96	4.898,16	5.119,75	5.154,98	5.190,21	5.420,00	5.456,29	5.492,58
3.957,09	3.987,48	4.179,45	4.210,75	4.242,05	4.440,97	4.473,21	4.505,45	4.765,62	4.798,82	4.832,03	4.991,75	5.025,96	5.060,16	5.281,75	5.316,98	5.352,21	5.582,00	5.618,29	5.654,58
4.119,09	4.149,48	4.341,45	4.372,75	4.404,05	4.602,97	4.635,21	4.667,45	4.927,62	4.960,82	4.994,03	5.153,75	5.187,96	5.222,16	5.443,75	5.478,98	5.514,21	5.744,00	5.780,29	5.816,58
4.281,09	4.311,48	4.503,45	4.534,75	4.566,05	4.764,97	4.797,21	4.829,45	5.089,62	5.122,82	5.156,03	5.315,75	5.349,96	5.384,16	5.605,75	5.640,98	5.676,21	5.906,00	5.942,29	5.978,58
4.427,61	4.463,06	4.687,02	4.723,54	4.760,06	4.992,13	5.029,74	5.067,36	5.370,89	5.409,63	5.448,37	5.634,71	5.674,62	5.714,52	5.973,05	6.014,15	6.055,25	6.323,34	6.365,67	6.408,00
4.616,61	4.652,06	4.876,02	4.912,54	4.949,06	5.181,13	5.218,74	5.256,36	5.559,89	5.598,63	5.637,37	5.823,71	5.863,62	5.903,52	6.162,05	6.203,15	6.244,25	6.512,34	6.554,67	6.597,00
4.805,61	4.841,06	5.065,02	5.101,54	5.138,06	5.370,13	5.407,74	5.445,36	5.748,89	5.787,63	5.826,37	6.012,71	6.052,62	6.092,52	6.351,05	6.392,15	6.433,25	6.701,34	6.743,67	6.786,00
4.994,61	5.030,06	5.254,02	5.290,54	5.327,06	5.559,13	5.596,74	5.634,36	5.937,89	5.976,63	6.015,37	6.201,71	6.241,62	6.281,52	6.540,05	6.581,15	6.622,25	6.890,34	6.932,67	6.975,00
5.692,64	5.738,22	6.026,17	6.073,12	6.120,07	6.418,45	6.466,81	6.515,17	6.905,43	6.955,24	7.005,05	7.244,63	7.295,94	7.347,24	7.679,63	7.732,47	7.785,32	8.130,01	8.184,43	8.238,86
5.935,64	5.981,22	6.269,17	6.316,12	6.363,07	6.661,45	6.709,81	6.758,17	7.148,43	7.198,24	7.248,05	7.487,63	7.538,94	7.590,24	7.922,63	7.975,47	8.028,32	8.373,01	8.427,43	8.481,86
6.178,64	6.224,22	6.512,17	6.559,12	6.606,07	6.904,45	6.952,81	7.001,17	7.391,43	7.441,24	7.491,05	7.730,63	7.781,94	7.833,24	8.165,63	8.218,47	8.271,32	8.616,01	8.670,43	8.724,86
6.421,64	6.467,22	6.755,17	6.802,12	6.849,07	7.147,45	7.195,81	7.244,17	7.634,43	7.684,24	7.734,05	7.973,63	8.024,94	8.076,24	8.408,63	8.461,47	8.514,32	8.859,01	8.913,43	8.967,86
11.385,28	11.476,45	12.052,34	12.146,24	12.240,14	12.836,91	12.933,62	13.030,34	13.810,85	13.910,47	14.010,09	14.489,26	14.591,87	14.694,48	15.359,26	15.464,95	15.570,63	16.260,01	16.368,87	16.477,73
11.871,28	11.962,45	12.538,34	12.632,24	12.726,14	13.322,91	13.419,62	13.516,34	14.296,85	14.396,47	14.496,09	14.975,26	15.077,87	15.180,48	15.845,26	15.950,95	16.056,63	16.746,01	16.854,87	16.963,73
12.357,28	12.448,45	13.024,34	13.118,24	13.212,14	13.808,91	13.905,62	14.002,34	14.782,85	14.882,47	14.982,09	15.461,26	15.563,87	15.666,48	16.331,26	16.436,95	16.542,63	17.232,01	17.340,87	17.449,73
12.843,28	12.934,45	13.510,34	13.604,24	13.698,14	14.294,91	14.391,62	14.488,34	15.268,85	15.368,47	15.468,09	15.947,26	16.049,87	16.152,48</						

**Estado de Santa Catarina nº 5.086/2010 (Parte I)**

Página: 1/1

Data: 02/12/2010

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Receitas	Valor	Despesas	Valor		
RECEITAS CORRENTES	120.965.180,26	DESPESAS CORRENTES	117.747.842,00		
RECEITA TRIBUTARIA	22.847.487,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	52.514.064,06		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	4.672.500,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	571.000,00		
RECEITA PATRIMONIAL	2.876.250,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	64.662.777,94		
RECEITA AGROPECUARIA	38.587,50				
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	84.580.189,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.950.166,26				
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.234.000,00				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.234.000,00				
		Superavit	6.451.338,26		
Total	124.199.180,26	Total	124.199.180,26		
Superavit do orçamento corrente	6.451.338,26				
RECEITAS DE CAPITAL	18.062.120,00	DESPESAS DE CAPITAL	23.883.458,26		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	12.450.000,00	INVESTIMENTOS	20.999.002,75		
ALIENAÇÃO DE BENS	1.799.820,00	INVERSOES FINANCEIRAS	150.000,00		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.812.300,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.734.455,51		
		Superavit	630.000,00		
Total	24.513.458,26	Total	24.513.458,26		
Resumo					
RECEITAS CORRENTES	120.965.180,26	74,07 %	DESPESAS CORRENTES	117.747.842,00	72,10 %
RECEITAS DE CAPITAL	18.062.120,00	11,06 %	DESPESAS DE CAPITAL	23.883.458,26	14,62 %
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMEN	3.234.000,00	1,98 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	630.000,00	0,39 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	21.058.447,50	12,89 %	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	21.058.447,50	12,89 %
Total	163.319.747,76	100,00 %	Total	163.319.747,76	100,00 %

MILTON HOBUS  
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC/SC 28.616/O-4 CONTADORA



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/3  
 Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			60.038.453,25
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		33.425.703,25	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		6.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		29.937.048,25	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos		3.482.655,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		571.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		571.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		26.041.750,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		2.721.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		4.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		23.316.750,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			18.219.055,51
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		15.334.600,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		2.600,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		15.332.000,00	
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		150.000,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		150.000,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		2.734.455,51	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.734.455,51	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			105.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		105.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		105.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>78.362.508,76</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			20.717.197,50
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		20.717.197,50	
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		20.717.197,50	
2.4.1.03.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	20.717.197,50		
2.4.1.03.01.00.00.000000	REPASSE CONCEDIDO	20.717.197,50		
2.4.1.03.01.00.00.011601	F. M. CULTURAL - PREF	1.575.000,00		
2.4.1.03.01.00.00.011602	F. M. DESPORTOS - PREF	1.470.000,00		
2.4.1.03.01.00.00.011603	F. M. DE SAUDE - PREF	12.881.822,50		
2.4.1.03.01.00.00.011604	F. M. DE ASSISTENCIA SOCIAL - PREF	420.000,00		
2.4.1.03.01.00.00.011605	F. M. DE APONSENTADORIA E PENSOES - PREF	775.250,00		
2.4.1.03.01.00.00.011606	C. M. DE VEREADORES - PREF	3.583.125,00		
2.4.1.03.01.00.00.011607	F. M. DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE - PREF	12.000,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>20.717.197,50</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>99.079.706,26</b>
<b>Entidade: 2 Fundo Municipal de Saude</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			43.309.342,50
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		9.571.122,50	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		5.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		8.580.627,50	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos		984.995,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		33.738.220,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		4.192.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		5.250,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		29.540.970,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			3.175.350,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		3.175.350,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		5.250,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.170.100,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>46.484.692,50</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>46.484.692,50</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 2/3  
 Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
<b>Entidade: 3 Fundo Municipal de Assistência Social</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			842.204,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		842.204,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		262.058,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		580.146,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			311.020,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		311.020,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		311.020,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>1.153.224,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>1.153.224,00</b>
<b>Entidade: 4 Fundação Cultural</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.105.250,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		789.050,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		761.550,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos		27.500,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.316.200,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		670.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		646.200,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			661.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		661.500,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		661.500,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>2.766.750,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>2.766.750,00</b>
<b>Entidade: 5 Fundação Municipal de Desportos</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.472.100,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		392.700,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		374.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos		18.700,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.079.400,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		178.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		900.900,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			50.400,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		50.400,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		50.400,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>1.522.500,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>1.522.500,00</b>
<b>Entidade: 6 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			28.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		28.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		28.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			10.250,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		10.250,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.250,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>38.250,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>38.250,00</b>
<b>Entidade: 7 Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			7.116.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		6.066.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		6.066.500,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.050.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.050.000,00	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 3/3  
 Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
<b>Entidade: 7 Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.050.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.050.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.050.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			525.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		525.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		525.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>8.691.500,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>8.691.500,00</b>
<b>Entidade: 8 Camara Municipal de Vereadores</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.835.992,25
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.268.988,31	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.123.752,31	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos		145.236,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		567.003,94	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		14.264,25	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		552.739,69	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			405.882,75
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		405.882,75	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		405.882,75	
<b>Total das despesas:</b>				<b>3.241.875,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			341.250,00
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		341.250,00	
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		341.250,00	
2.4.1.03.00.00.00.000000	Transferências Financeiras Concedidas	341.250,00		
2.4.1.03.02.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	341.250,00		
2.4.1.03.02.00.00.046081	F. M. DE APOSENTADORIA E PENSOES - CAMARA	341.250,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>341.250,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>3.583.125,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>163.319.747,76</b>

Página: 1/7  
Data: 02/12/2010

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
Entidade: 1 Prefeitura Municipal				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			84.527.886,26
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		22.800.237,50	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		16.535.150,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	8.691.650,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	6.200.000,00		
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPTU - Ordinário	3.100.000,00		
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPTU - Educação	1.860.000,00		
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPTU - Saude	1.240.000,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	837.900,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	771.750,00		
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF - Assalariado - Ordinário	385.875,00		
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF - Assalariado - Educação	231.525,00		
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF - Assalariado - Saude	154.350,00		
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	66.150,00		
4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Ordinarios	33.075,00		
4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Educação	19.845,00		
4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Saude	13.230,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	1.653.750,00		
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	I.T.B.I. - Ordinário	826.875,00		
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	I.T.B.I. - Educação	496.125,00		
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	I.T.B.I. - Saude	330.750,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	7.843.500,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	7.843.500,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	I.S.Q.N. Outros	6.300.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	I.S.Q.N. Outros - Ordinário	3.150.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	I.S.Q.N. Outros - Educação	1.890.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	I.S.Q.N. Outros - Saude	1.260.000,00		
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	I.S.Q.N. Super Simples	1.543.500,00		
4.1.1.1.3.05.02.01.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Ordinário	771.750,00		
4.1.1.1.3.05.02.02.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Educação	463.050,00		
4.1.1.1.3.05.02.03.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Saude	308.700,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		4.611.337,50	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	1.982.137,50		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	241.500,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	577.500,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Tx de Licença para Execução de Obras	385.875,00		
4.1.1.2.1.35.00.00.00.00	Tx de Alinhamento e Nivelamento	5.512,50		
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	771.750,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	2.629.200,00		
4.1.1.2.2.06.00.00.00.00	Taxa de Licenciamento Ambiental	11.025,00		
4.1.1.2.2.12.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	385.875,00		
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Tx de Cemitérios	55.125,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Tx de Limpeza Pública	2.100.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	77.175,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA		1.653.750,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	1.653.750,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		2.646.000,00	
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONÔMICAS		2.646.000,00	
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	2.646.000,00		
4.1.2.2.0.29.01.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic - Outros	2.315.250,00		
4.1.2.2.0.29.02.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic - IPTU	330.750,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		420.000,00	
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS		89.250,00	
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	89.250,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		330.750,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	330.750,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	26.250,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF	26.250,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	304.500,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	304.500,00		
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA		38.587,50	
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Rec. Agropecuárias		38.587,50	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 2/7  
 Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		52.935.395,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		52.011.395,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	16.099.550,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	14.286.410,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	17.640.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-3.528.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	F.P.M. - Ordinário	8.820.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	F.P.M. - Educação	5.292.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	F.P.M. - Saúde	3.528.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	5.512,50		
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - ITR	-1.102,50		
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp.s/a Propr.Terr.Rural - Ordinário	2.756,25		
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp.s/a Propr.Terr.Rural - Educação	1.653,75		
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp.s/a Propr.Terr.Rural - Saúde	1.102,50		
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	170.000,00		
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transferências da União	578.100,00		
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	578.100,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	176.400,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	11.025,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	165.375,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	952.800,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	600.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	220.500,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	49.612,50		
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	82.687,50		
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	132.300,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-26.460,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 - Ordinário	66.150,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 - Educação	39.690,00		
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 - Saúde	26.460,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	23.411.845,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	22.842.120,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	22.050.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-4.410.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Ordinário	11.025.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	6.615.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	4.410.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	5.775.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPVA	-1.155.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Ordinário	2.887.500,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	1.732.500,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	1.155.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	727.650,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-145.530,00		
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Ordinário	363.825,00		
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Educação	218.295,00		
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde	145.530,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	569.725,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	12.500.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	12.500.000,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF - 60%	7.500.000,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF - 40%	5.000.000,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.		924.000,00	
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	924.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	924.000,00		
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Transferencias do Estado - CASAN	924.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		5.687.666,26	
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		2.976.750,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	771.750,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	330.750,00		
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Ordinário	165.375,00		
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Educação	99.225,00		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saúde	66.150,00		





**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 3/7  
 Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	220.500,00		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Ordinário	110.250,00		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Educação	66.150,00		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saude	44.100,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	220.500,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	2.205.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	2.205.000,00		
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Prefeitura 50%	1.102.500,00		
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Policia 50%	1.102.500,00		
4.1.9.1.9.15.02.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Policia Militar 50%	551.250,00		
4.1.9.1.9.15.02.02.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Policia Civil 50%	551.250,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		332.403,76	
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.653,76		
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.653,76		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	330.750,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	330.750,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		1.328.512,50	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	1.323.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	661.500,00		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Ordinário	330.750,00		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	198.450,00		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saude	132.300,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	330.750,00		
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinário	165.375,00		
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	99.225,00		
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saude	66.150,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	330.750,00		
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. não Tributária	5.512,50		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	5.512,50		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.050.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.050.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			14.551.820,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		12.450.000,00	
4.2.1.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		12.450.000,00	
4.2.1.1.9.0.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	12.450.000,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		1.799.820,00	
4.2.2.1.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		1.200.000,00	
4.2.2.1.7.00.00.00.00.00	Alien. de Bens Móveis Adquir c/ Rec não Vinculado	1.200.000,00		
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		599.820,00	
4.2.2.2.7.00.00.00.00.00	Alien. de Bens Imóveis Adquir com Recur não Vinc	599.820,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		302.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		302.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	299.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	299.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	3.000,00		
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest.Infra-Estrutura Tra	2.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	1.000,00		
4.2.4.7.2.99.02.00.00.00	Transferencia de Convenio Turismo	1.000,00		
<b>Total das receitas:</b>			<b>99.079.706,26</b>	
<b>Total por entidade:</b>			<b>99.079.706,26</b>	
<b>Entidade: 2 Fundo Municipal de Saude</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			30.722.570,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		105.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS		105.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	105.000,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	105.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	105.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		30.617.570,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		30.617.570,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	29.200.320,00		



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 4/7  
 Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 Fundo Municipal de Saude</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	29.200.320,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Gestão Plena - Alta e Media Complexidade	22.656.900,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Epidemiologia e Controle de Doenças	134.850,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Farmacia Basica	312.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Piso Atenção Basica - PAB Fixo	1.118.250,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Ações Basicas Vigilância Sanitaria	24.150,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Prog. Agente Comunitario de Saude - PACS	683.550,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Programa de Saude da Familia - PSF	859.950,00		
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Incentivo Saude Bucal	27.250,00		
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Programa CAPS	253.825,00		
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Plano de Ações e Metas - PAM	74.350,00		
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Hemodialises	2.401.245,00		
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	SAMU	150.000,00		
4.1.7.2.1.33.18.00.00.00	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	120.000,00		
4.1.7.2.1.33.21.00.00.00	Farmacia Popular	144.000,00		
4.1.7.2.1.33.22.00.00.00	NASF - Núcleo de Apoio Saude Familia	240.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	1.417.250,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	1.110.250,00		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados	1.110.250,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	307.000,00		
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	CEO Estadual	36.000,00		
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Farmácia Básica Estadual	235.000,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Oxigênio/Terapia	36.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			2.880.300,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		2.880.300,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		2.880.300,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	2.880.300,00		
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	2.880.300,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>33.602.870,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA			12.881.822,50
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		12.881.822,50	
2.4.1.04.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		12.881.822,50	
2.4.1.04.01.00.00.000000	REPASSES RECEBIDOS	12.881.822,50		
2.4.1.04.01.00.00.011602	TRANSF. FINANC. DO MUNICIPIO - SAUDE	12.881.822,50		
<b>Total das transferências:</b>				<b>12.881.822,50</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>46.484.692,50</b>
<b>Entidade: 3 Fundo Municipal de Assistencia Social</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.00.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.00.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			733.224,00
4.1.3.0.00.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		15.750,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		15.750,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	15.750,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	15.750,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	15.750,00		
4.1.7.0.00.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		712.224,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		712.224,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	559.824,00		
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transferências da União	559.824,00		
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	559.824,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	152.400,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	152.400,00		
4.1.9.0.00.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		5.250,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.250,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	5.250,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	5.250,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>733.224,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 5/7  
 Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 3 Fundo Municipal de Assistência Social</b>				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA			420.000,00
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		420.000,00	
2.4.1.04.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		420.000,00	
2.4.1.04.01.00.00.000000	REPASSES RECEBIDOS	420.000,00		
2.4.1.04.01.01.00.000000	REPASSES RECEBIDOS	420.000,00		
2.4.1.04.01.01.00.011601	TRANSF. FINANC. DO MUNICIPIO - ASSIST.SOCIAL	420.000,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>420.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>1.153.224,00</b>
<b>Entidade: 4 Fundação Cultural</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			561.750,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		5.250,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		5.250,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	5.250,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	5.250,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	5.250,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		315.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		315.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	52.500,00		
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transferências da União	52.500,00		
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	52.500,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	262.500,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	262.500,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		241.500,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		10.500,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	10.500,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	10.500,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		231.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	231.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			630.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		630.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		630.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	420.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	420.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	210.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	210.000,00		
4.2.4.7.2.99.05.00.00.00	Transferencias do Estado - Convenio Cultural	210.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>1.191.750,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA			1.575.000,00
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		1.575.000,00	
2.4.1.04.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.575.000,00	
2.4.1.04.01.00.00.000000	REPASSES RECEBIDOS	1.575.000,00		
2.4.1.04.01.00.00.011601	TRANSF. FINANC. DO MUNICIPIO - CULTURAL	1.575.000,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>1.575.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>2.766.750,00</b>
<b>Entidade: 5 Fundação Municipal de Desportos</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			52.500,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		47.250,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		47.250,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Polícia	47.250,00		
4.1.1.2.1.26.00.00.00.00	Tx de Publicidade comercial	47.250,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		5.250,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		5.250,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	5.250,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	5.250,00		

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 6/7  
 Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 5 Fundação Municipal de Desportos</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	5.250,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>52.500,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA			1.470.000,00
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		1.470.000,00	
2.4.1.04.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.470.000,00	
2.4.1.04.01.00.00.000000	REPASSE RECEBIDO	1.470.000,00		
2.4.1.04.01.00.00.011602	TRANSF. FINANC. DO MUNICIPIO - DESPORTO	1.470.000,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>1.470.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>1.522.500,00</b>
<b>Entidade: 6 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			26.250,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		26.250,00	
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONÔMICAS		26.250,00	
4.1.2.2.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas	26.250,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>26.250,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA			12.000,00
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		12.000,00	
2.4.1.04.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		12.000,00	
2.4.1.04.01.00.00.000000	REPASSES RECEBIDOS	12.000,00		
2.4.1.04.01.00.00.011600	TRANSF. FINANC. DO MUNICIPIO - CRIANCA	12.000,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>12.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>38.250,00</b>
<b>Entidade: 7 Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			4.341.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		2.000.250,00	
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		2.000.250,00	
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio	1.685.250,00		
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib. de Servidor Ativo Civil	1.680.000,00		
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib. de Servidor Inativo Civil	5.250,00		
4.1.2.1.0.46.00.00.00.00	Comp. Prev. entre RGPS e RPPS	315.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		2.325.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		2.325.000,00	
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneracao dos Investimentos RPPS	2.325.000,00		
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneracao dos Investimentos RPPS Renda Fixa	2.115.000,00		
4.1.3.2.8.20.00.00.00.00	Remuneracao dos Investimentos RPPS Renda Variavel	210.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		15.750,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		10.500,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	10.500,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	10.500,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		5.250,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	5.250,00		
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			3.234.000,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		3.234.000,00	
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		3.234.000,00	
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib. Previd. do Regime Próprio	3.234.000,00		
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contribuição Patronal ao RPPS	2.709.000,00		
4.7.2.1.0.29.15.00.00.00	Contribuição Previdenciária em Regime da Parc. Deb	525.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>7.575.000,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA			1.116.500,00
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		1.116.500,00	



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 7/7  
 Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 7 Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.</b>				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.4.1.04.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.116.500,00	
2.4.1.04.01.00.00.000000	REPASSES RECEBIDOS	1.116.500,00		
2.4.1.04.01.00.00.011601	TRANSF. FINANC. DO MUNICIPIO - FAP	341.250,00		
2.4.1.04.01.01.00.000000	REPASSES RECEBIDOS	775.250,00		
2.4.1.04.01.01.00.011601	TRANSF. FINANC. DO MUNICIPIO - FAP	775.250,00		
<b>Total das transferências:</b>			<b>1.116.500,00</b>	
<b>Total por entidade:</b>			<b>8.691.500,00</b>	
<b>Entidade: 8 Camara Municipal de Vereadores</b>				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA			3.583.125,00
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		3.583.125,00	
2.4.1.04.00.00.00.000000	Transferências Financeiras Recebidas		3.583.125,00	
2.4.1.04.01.00.00.000000	REPASSES RECEBIDOS	3.583.125,00		
2.4.1.04.01.00.00.046074	TRANSF. FINANC. DO MUNICIPIO - CAMARA	3.583.125,00		
<b>Total das transferências:</b>			<b>3.583.125,00</b>	
<b>Total por entidade:</b>			<b>3.583.125,00</b>	
<b>Total geral:</b>			<b>163.319.747,76</b>	



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/1  
 Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa
4 Administração	62 Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário
	122 Administração Geral
	123 Administração Financeira
	125 Normatização e Fiscalização
	126 Tecnologia da Informatização
	128 Formação de Recursos Humanos
	129 Administração de Receitas
	131 Comunicação Social
6 Segurança Pública	181 Policiamento
	182 Defesa Civil
	244 Assistência Comunitária
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente
	244 Assistência Comunitária
9 Previdência Social	271 Previdência Básica
10 Saúde	301 Atenção Básica
	302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial
	304 Vigilância Sanitária
	305 Vigilância Epidemiológica
12 Educação	122 Administração Geral
	306 Alimentação e Nutrição
	361 Ensino Fundamental
	364 Ensino Superior
	365 Educação Infantil
	366 Educação de Jovens e Adultos
13 Cultura	392 Difusão Cultural
14 Direitos da Cidadania	422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
15 Urbanismo	127 Ordenamento Territorial
	451 Infra-Estrutura Urbana
	452 Serviços Urbanos
17 Saneamento	512 Saneamento Básico Urbano
18 Gestão Ambiental	541 Preservação e Conservação Ambiental
20 Agricultura	606 Extensão Rural
22 Indústria	661 Promoção Industrial
23 Comércio e Serviços	691 Promoção Comercial
	695 Turismo
25 Energia	752 Energia Elétrica
27 Desporto e Lazer	811 Desporto de Rendimento
	812 Desporto Comunitário
28 Encargos Especiais	843 Serviço da Dívida Interna
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/16

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO</b>		<b>2.020.000,00</b>	<b>6.237.457,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.257.457,00</b>
<b>Unidade: 02.01 GABINETE DO PREFEITO</b>		<b>2.020.000,00</b>	<b>5.565.177,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.585.177,00</b>
04	Administração	20.000,00	1.800.500,00		1.820.500,00
04.122	Administração Geral	20.000,00	1.800.500,00		1.820.500,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	20.000,00	1.800.500,00		1.820.500,00
04.122.2 .1.048	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	20.000,00			20.000,00
04.122.2 .2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		1.800.500,00		1.800.500,00
06	Segurança Pública		2.268.875,00		2.268.875,00
06.181	Policimento		2.268.875,00		2.268.875,00
06.181.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		2.268.875,00		2.268.875,00
06.181.2 .2.049	MANUTENÇÃO TRANSITO - POLICIA CIVIL		551.250,00		551.250,00
06.181.2 .2.050	MANUTENÇÃO TRANSITO - POLICIA MILITAR		628.425,00		628.425,00
06.181.2 .2.064	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DA GUARDA MUNICIPAL		1.089.200,00		1.089.200,00
15	Urbanismo	2.000.000,00	1.495.802,00		3.495.802,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.000.000,00	1.495.802,00		3.495.802,00
15.451.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	2.000.000,00			2.000.000,00
15.451.2 .1.079	CONTRAPARTIDA CONVÊNIOS	2.000.000,00			2.000.000,00
15.451.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		1.495.802,00		1.495.802,00
15.451.8 .2.012	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO		1.495.802,00		1.495.802,00
<b>Unidade: 02.02 DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL</b>		<b>0,00</b>	<b>104.895,00</b>	<b>0,00</b>	<b>104.895,00</b>
06	Segurança Pública		104.895,00		104.895,00
06.182	Defesa Civil		104.895,00		104.895,00
06.182.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		104.895,00		104.895,00
06.182.2 .2.003	MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL		104.895,00		104.895,00
<b>Unidade: 02.04 DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>		<b>0,00</b>	<b>285.390,00</b>	<b>0,00</b>	<b>285.390,00</b>
04	Administração		285.390,00		285.390,00
04.131	Comunicação Social		285.390,00		285.390,00
04.131.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		285.390,00		285.390,00
04.131.2 .2.004	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		285.390,00		285.390,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/16

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO</b>		<b>2.020.000,00</b>	<b>6.237.457,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.257.457,00</b>
<b>Unidade: 02.05 DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE</b>		<b>0,00</b>	<b>110.005,00</b>	<b>0,00</b>	<b>110.005,00</b>
04	Administração		110.005,00		110.005,00
04.122	Administração Geral		110.005,00		110.005,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		110.005,00		110.005,00
04.122.2 .2.005	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE		110.005,00		110.005,00
<b>Unidade: 02.07 DEPARTAMENTO DO PROCON</b>		<b>0,00</b>	<b>171.990,00</b>	<b>0,00</b>	<b>171.990,00</b>
14	Direitos da Cidadania		171.990,00		171.990,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		171.990,00		171.990,00
14.422.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		171.990,00		171.990,00
14.422.2 .2.006	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DO PROCON		171.990,00		171.990,00
<b>Órgão: 03.00 GABINETE DO VICE-PREFEITO</b>		<b>0,00</b>	<b>184.590,00</b>	<b>0,00</b>	<b>184.590,00</b>
<b>Unidade: 03.01 GABINETE DO VICE-PREFEITO</b>		<b>0,00</b>	<b>184.590,00</b>	<b>0,00</b>	<b>184.590,00</b>
04	Administração		184.590,00		184.590,00
04.122	Administração Geral		184.590,00		184.590,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		184.590,00		184.590,00
04.122.2 .2.007	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE PREFEITO		184.590,00		184.590,00
<b>Órgão: 04.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO</b>		<b>0,00</b>	<b>1.312.150,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.312.150,00</b>
<b>Unidade: 04.01 PROCURADORIA JURIDICA</b>		<b>0,00</b>	<b>1.312.150,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.312.150,00</b>
04	Administração		1.312.150,00		1.312.150,00
04.062	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário		1.312.150,00		1.312.150,00
04.062.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		1.312.150,00		1.312.150,00
04.062.2 .2.008	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURIDICA		1.312.150,00		1.312.150,00
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.</b>		<b>370.000,00</b>	<b>3.770.320,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.140.320,00</b>
<b>Unidade: 05.01 GABINETE DO SECRETARIO DE PLAN.URB.MEIO AMBIENTE</b>		<b>20.000,00</b>	<b>499.940,00</b>	<b>0,00</b>	<b>519.940,00</b>
04	Administração	20.000,00	499.940,00		519.940,00
04.122	Administração Geral	20.000,00	499.940,00		519.940,00
04.122.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO	20.000,00	499.940,00		519.940,00
04.122.8 .1.049	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	20.000,00			20.000,00
04.122.8 .2.009	MANUTENÇÃO GAB. SEC. DESENV. URBANO E MEIO AMBIENTE		499.940,00		499.940,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/16

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.</b>		<b>370.000,00</b>	<b>3.770.320,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.140.320,00</b>
<b>Unidade: 05.01 GABINETE DO SECRETARIO DE PLAN.URB.MEIO AMBIENTE</b>		<b>20.000,00</b>	<b>499.940,00</b>	<b>0,00</b>	<b>519.940,00</b>
04	Administração	20.000,00	499.940,00		519.940,00
04.122	Administração Geral	20.000,00	499.940,00		519.940,00
04.122.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO	20.000,00	499.940,00		519.940,00
04.122.8 .2.009	MANUTENÇÃO GAB. SEC. DESENV. URBANO E MEIO AMBIENTE		499.940,00		499.940,00
<b>Unidade: 05.03 DEPARTAMENTO DE URBANISMO</b>		<b>350.000,00</b>	<b>87.185,00</b>	<b>0,00</b>	<b>437.185,00</b>
15	Urbanismo	350.000,00	87.185,00		437.185,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	350.000,00	87.185,00		437.185,00
15.451.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	350.000,00			350.000,00
15.451.11 .1.001	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS	350.000,00			350.000,00
15.451.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		87.185,00		87.185,00
15.451.8 .2.011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO		87.185,00		87.185,00
<b>Unidade: 05.05 DEPARTAMENTO DE PROJETOS</b>		<b>0,00</b>	<b>335.125,00</b>	<b>0,00</b>	<b>335.125,00</b>
15	Urbanismo		335.125,00		335.125,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana		335.125,00		335.125,00
15.451.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		335.125,00		335.125,00
15.451.8 .2.013	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS		335.125,00		335.125,00
<b>Unidade: 05.06 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE</b>		<b>0,00</b>	<b>1.924.070,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.924.070,00</b>
18	Gestão Ambiental		1.924.070,00		1.924.070,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		1.924.070,00		1.924.070,00
18.541.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		1.924.070,00		1.924.070,00
18.541.8 .2.014	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		364.070,00		364.070,00
18.541.8 .2.060	COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS		1.560.000,00		1.560.000,00
<b>Unidade: 05.07 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BÁSICO</b>		<b>0,00</b>	<b>924.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>924.000,00</b>
17	Saneamento		924.000,00		924.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		924.000,00		924.000,00
17.512.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		924.000,00		924.000,00
17.512.8 .2.069	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO- FMSB		924.000,00		924.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/16

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>		<b>20.000,00</b>	<b>5.081.860,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.101.860,00</b>
<b>Unidade: 06.01 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		<b>20.000,00</b>	<b>1.759.710,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.779.710,00</b>
04	Administração	20.000,00	1.759.710,00		1.779.710,00
04.122	Administração Geral	20.000,00	1.568.820,00		1.588.820,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	20.000,00	1.568.820,00		1.588.820,00
04.122.2 .1.050	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	20.000,00			20.000,00
04.122.2 .2.016	MANUTENÇÃO DO GAB. DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO		1.556.220,00		1.556.220,00
04.122.2 .2.071	CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - CIGA		12.600,00		12.600,00
04.126	Tecnologia da Informatização		190.890,00		190.890,00
04.126.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		190.890,00		190.890,00
04.126.2 .2.015	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INFORMATICA		190.890,00		190.890,00
<b>Unidade: 06.02 DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO</b>		<b>0,00</b>	<b>293.860,00</b>	<b>0,00</b>	<b>293.860,00</b>
04	Administração		293.860,00		293.860,00
04.122	Administração Geral		293.860,00		293.860,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		293.860,00		293.860,00
04.122.2 .2.017	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO		293.860,00		293.860,00
<b>Unidade: 06.03 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS</b>		<b>0,00</b>	<b>2.587.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.587.500,00</b>
04	Administração		2.587.500,00		2.587.500,00
04.122	Administração Geral		2.272.500,00		2.272.500,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		2.272.500,00		2.272.500,00
04.122.2 .2.018	MANUTENÇÃO DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		2.272.500,00		2.272.500,00
04.128	Formação de Recursos Humanos		315.000,00		315.000,00
04.128.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		315.000,00		315.000,00
04.128.2 .2.113	CAPACITAÇÃO PERMANENTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS		315.000,00		315.000,00
<b>Unidade: 06.04 DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS</b>		<b>0,00</b>	<b>329.280,00</b>	<b>0,00</b>	<b>329.280,00</b>
04	Administração		329.280,00		329.280,00
04.122	Administração Geral		329.280,00		329.280,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		329.280,00		329.280,00
04.122.2 .2.019	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS		129.220,00		129.220,00
04.122.2 .2.056	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS		200.060,00		200.060,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/16

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>		<b>20.000,00</b>	<b>5.081.860,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.101.860,00</b>
<b>Unidade: 06.05 DEPARTAMENTO DE PREVIDENCIA</b>		<b>0,00</b>	<b>111.510,00</b>	<b>0,00</b>	<b>111.510,00</b>
04	Administração		111.510,00		111.510,00
04.122	Administração Geral		111.510,00		111.510,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		111.510,00		111.510,00
04.122.2 .2.020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA		111.510,00		111.510,00
<b>Órgão: 07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA</b>		<b>2.470.000,00</b>	<b>7.318.985,51</b>	<b>0,00</b>	<b>30.506.183,01</b>
<b>Unidade: 07.01 GABINETE DO SECRETARIO DA FAZENDA</b>		<b>2.470.000,00</b>	<b>5.448.445,51</b>	<b>0,00</b>	<b>28.635.643,01</b>
04	Administração	2.470.000,00	1.283.520,00		3.753.520,00
04.122	Administração Geral	2.450.000,00			2.450.000,00
04.122.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.450.000,00			2.450.000,00
04.122.3 .1.063	PNAFM	2.450.000,00			2.450.000,00
04.123	Administração Financeira	20.000,00	1.283.520,00		1.303.520,00
04.123.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	20.000,00	1.283.520,00		1.303.520,00
04.123.3 .1.051	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	20.000,00			20.000,00
04.123.3 .2.021	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO DA FAZENDA		1.283.520,00		1.283.520,00
06	Segurança Pública		771.750,00		771.750,00
06.244	Assistência Comunitária		771.750,00		771.750,00
06.244.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		771.750,00		771.750,00
06.244.3 .2.051	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM		771.750,00		771.750,00
15	Urbanismo		237.720,00		237.720,00
15.127	Ordenamento Territorial		237.720,00		237.720,00
15.127.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		237.720,00		237.720,00
15.127.3 .2.010	MANUTENÇÃO DEPTO. DE CADASTRO MULTIFINALITARI		237.720,00		237.720,00
28	Encargos Especiais		3.155.455,51		3.155.455,51
28.843	Serviço da Dívida Interna		3.155.455,51		3.155.455,51
28.843.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		3.155.455,51		3.155.455,51
28.843.3 .2.022	PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA		3.155.455,51		3.155.455,51
					20.717.197,50
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	TRANSFERÊNCIA SAÚDE				12.881.822,50
	TRANSFERÊNCIA FUNDAÇÃO CULTURAL				1.575.000,00
	TRANSFERÊNCIA FUNDAÇÃO DESPORTOS				1.470.000,00
	TRANSFERÊNCIA FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				420.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 6/16

Data: 02/12/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA</b>		<b>2.470.000,00</b>	<b>7.318.985,51</b>	<b>0,00</b>	<b>30.506.183,01</b>
<b>Unidade: 07.01 GABINETE DO SECRETARIO DA FAZENDA</b>		<b>2.470.000,00</b>	<b>5.448.445,51</b>	<b>0,00</b>	<b>28.635.643,01</b>
					20.717.197,50
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	TRANSFERÊNCIA FIA				12.000,00
	TRANSFERÊNCIA CAMARA DE VEREADORES				3.583.125,00
	TRANSFERÊNCIA FAP				775.250,00
<b>Unidade: 07.02 DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTARIA</b>		<b>0,00</b>	<b>1.087.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.087.800,00</b>
04	Administração		1.087.800,00		1.087.800,00
04.125	Normatização e Fiscalização		1.087.800,00		1.087.800,00
04.125.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		1.087.800,00		1.087.800,00
04.125.3 .2.023	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA		1.087.800,00		1.087.800,00
<b>Unidade: 07.03 DEPARTAMENTO CONTABIL</b>		<b>0,00</b>	<b>202.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>202.300,00</b>
04	Administração		202.300,00		202.300,00
04.122	Administração Geral		202.300,00		202.300,00
04.122.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		202.300,00		202.300,00
04.122.3 .2.024	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO CONTÁBIL		202.300,00		202.300,00
<b>Unidade: 07.04 DEPARTAMENTO DE TESOURARIA</b>		<b>0,00</b>	<b>96.040,00</b>	<b>0,00</b>	<b>96.040,00</b>
04	Administração		96.040,00		96.040,00
04.123	Administração Financeira		96.040,00		96.040,00
04.123.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		96.040,00		96.040,00
04.123.3 .2.025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TESOURARIA		96.040,00		96.040,00
<b>Unidade: 07.05 DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO</b>		<b>0,00</b>	<b>352.940,00</b>	<b>0,00</b>	<b>352.940,00</b>
04	Administração		352.940,00		352.940,00
04.129	Administração de Receitas		352.940,00		352.940,00
04.129.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		352.940,00		352.940,00
04.129.3 .2.026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO		352.940,00		352.940,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 7/16

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA</b>		<b>2.470.000,00</b>	<b>7.318.985,51</b>	<b>0,00</b>	<b>30.506.183,01</b>
<b>Unidade: 07.06 DIVISÃO DE PROTOCOLO</b>		<b>0,00</b>	<b>131.460,00</b>	<b>0,00</b>	<b>131.460,00</b>
04	Administração		131.460,00		131.460,00
04.122	Administração Geral		131.460,00		131.460,00
04.122.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		131.460,00		131.460,00
04.122.3 .2.027	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE PROTOCOLO		131.460,00		131.460,00
<b>Órgão: 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>		<b>911.500,00</b>	<b>25.847.616,25</b>	<b>0,00</b>	<b>26.759.116,25</b>
<b>Unidade: 08.01 GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCAÇÃO</b>		<b>0,00</b>	<b>429.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>429.100,00</b>
12	Educação		429.100,00		429.100,00
12.122	Administração Geral		429.100,00		429.100,00
12.122.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		429.100,00		429.100,00
12.122.6 .2.028	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCAÇÃO		429.100,00		429.100,00
<b>Unidade: 08.02 DEPARTAMENTO PEDAGOGICO DE ENSINO</b>		<b>911.500,00</b>	<b>24.127.836,25</b>	<b>0,00</b>	<b>25.039.336,25</b>
12	Educação	911.500,00	24.127.836,25		25.039.336,25
12.306	Alimentação e Nutrição		2.615.812,50		2.615.812,50
12.306.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		2.615.812,50		2.615.812,50
12.306.6 .2.032	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO ENSINO INFANTIL		315.000,00		315.000,00
12.306.6 .2.033	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		367.500,00		367.500,00
12.306.6 .2.052	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR FUNDAMENTAL-PNAE		220.500,00		220.500,00
12.306.6 .2.053	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA CRECHES-PNAC		82.687,50		82.687,50
12.306.6 .2.061	ALIMENTAÇÃO EDUCAÇÃO BÁSICA - ESTADO		55.125,00		55.125,00
12.306.6 .2.070	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL I E II		1.575.000,00		1.575.000,00
12.361	Ensino Fundamental	758.250,00	9.313.922,50		10.072.172,50
12.361.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	758.250,00	9.313.922,50		10.072.172,50
12.361.6 .1.026	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL	105.000,00			105.000,00
12.361.6 .1.027	CONSTRUÇÃO ESCOLA MODELO II	600.000,00			600.000,00
12.361.6 .1.056	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FUNDAMENTAL	53.250,00			53.250,00
12.361.6 .2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		1.134.000,00		1.134.000,00
12.361.6 .2.034	TRANSPORTE ESCOLAR EDUCAÇÃO BÁSICA - PRÓPRIOS		1.320.000,00		1.320.000,00
12.361.6 .2.058	TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL - ESTADO		264.600,00		264.600,00
12.361.6 .2.059	TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL - PNATE		49.612,50		49.612,50
12.361.6 .2.067	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		6.440.710,00		6.440.710,00
12.361.6 .2.068	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS		105.000,00		105.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 8/16

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>		<b>911.500,00</b>	<b>25.847.616,25</b>	<b>0,00</b>	<b>26.759.116,25</b>
<b>Unidade: 08.02 DEPARTAMENTO PEDAGOGICO DE ENSINO</b>		<b>911.500,00</b>	<b>24.127.836,25</b>	<b>0,00</b>	<b>25.039.336,25</b>
12	Educação	911.500,00	24.127.836,25		25.039.336,25
12.364	Ensino Superior		189.000,00		189.000,00
12.364.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		189.000,00		189.000,00
12.364.6 .2.035	SUBVENÇÃO A UNIDAVI		189.000,00		189.000,00
12.365	Educação Infantil	153.250,00	12.009.101,25		12.162.351,25
12.365.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	153.250,00	12.009.101,25		12.162.351,25
12.365.6 .1.029	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	100.000,00			100.000,00
12.365.6 .1.055	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - INFANTIL	53.250,00			53.250,00
12.365.6 .2.030	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		10.161.101,25		10.161.101,25
12.365.6 .2.066	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		1.848.000,00		1.848.000,00
<b>Unidade: 08.03 DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO</b>		<b>0,00</b>	<b>1.290.680,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.290.680,00</b>
12	Educação		1.290.680,00		1.290.680,00
12.361	Ensino Fundamental		1.262.580,00		1.262.580,00
12.361.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		1.262.580,00		1.262.580,00
12.361.6 .2.031	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO		1.112.580,00		1.112.580,00
12.361.6 .2.118	PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - EDUCAÇÃO		150.000,00		150.000,00
12.365	Educação Infantil		5.000,00		5.000,00
12.365.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		5.000,00		5.000,00
12.365.6 .2.117	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE		5.000,00		5.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		23.100,00		23.100,00
12.366.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		23.100,00		23.100,00
12.366.6 .2.115	PROGRAMA POR UM BRASIL ALFABETIZADO - EJA		23.100,00		23.100,00
<b>Órgão: 09.00 SECRETARIA MUIN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO</b>		<b>22.000,00</b>	<b>1.215.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.237.350,00</b>
<b>Unidade: 09.01 GAB. DO SEC. DE DESENV. ECON. E EMPREENDEDORISMO</b>		<b>20.000,00</b>	<b>405.830,00</b>	<b>0,00</b>	<b>425.830,00</b>
22	Indústria		100.000,00		100.000,00
22.661	Promoção Industrial		100.000,00		100.000,00
22.661.10	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO		100.000,00		100.000,00
22.661.10 .2.047	INCENTIVO AS EMPRESAS		100.000,00		100.000,00
23	Comércio e Serviços	20.000,00	305.830,00		325.830,00
23.691	Promoção Comercial		305.830,00		305.830,00
23.691.10	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO		305.830,00		305.830,00
23.691.10 .2.043	MANUTENÇÃO GAB. SEC. DESENV. ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO		174.370,00		174.370,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 9/16

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 09.00 SECRETARIA MUIN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO</b>		<b>22.000,00</b>	<b>1.215.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.237.350,00</b>
<b>Unidade: 09.01 GAB. DO SEC. DE DESENV. ECON. E EMPREENDEDORISMO</b>		<b>20.000,00</b>	<b>405.830,00</b>	<b>0,00</b>	<b>425.830,00</b>
23	Comércio e Serviços	20.000,00	305.830,00		325.830,00
23.691	Promoção Comercial		305.830,00		305.830,00
23.691.10	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO		305.830,00		305.830,00
23.691.10 .2.044	MANUT. DEPTO. DESENV. ECONOMICO NACIONAL		131.460,00		131.460,00
23.695	Turismo	20.000,00			20.000,00
23.695.10	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO	20.000,00			20.000,00
23.695.10 .1.052	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	20.000,00			20.000,00
<b>Unidade: 09.04 DEPARTAMENTO DE TURISMO</b>		<b>2.000,00</b>	<b>809.520,00</b>	<b>0,00</b>	<b>811.520,00</b>
23	Comércio e Serviços	2.000,00	809.520,00		811.520,00
23.695	Turismo	2.000,00	809.520,00		811.520,00
23.695.10	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO	2.000,00	809.520,00		811.520,00
23.695.10 .1.009	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE LAZER E ENTRETENIMENTO (ARENA) - VINCULADO	1.000,00			1.000,00
23.695.10 .1.067	INFRA-ESTRUTURA TURISTICA	1.000,00			1.000,00
23.695.10 .2.045	MANUTENÇÃO DE DEPARTAMENTO DE TURISMO		237.720,00		237.720,00
23.695.10 .2.046	PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS		121.800,00		121.800,00
23.695.10 .2.063	PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS - ESTADOS		250.000,00		250.000,00
23.695.10 .2.112	PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS - UNIÃO		200.000,00		200.000,00
<b>Órgão: 10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>		<b>10.023.000,00</b>	<b>7.660.850,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.683.850,00</b>
<b>Unidade: 10.01 GABINETE DO SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS</b>		<b>20.000,00</b>	<b>417.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>437.200,00</b>
04	Administração	20.000,00	417.200,00		437.200,00
04.122	Administração Geral	20.000,00	417.200,00		437.200,00
04.122.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	20.000,00	417.200,00		437.200,00
04.122.11 .1.053	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	20.000,00			20.000,00
04.122.11 .2.036	MANUTENÇÃO GAB. SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		417.200,00		417.200,00
<b>Unidade: 10.02 DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO E MANUT.FROTA</b>		<b>0,00</b>	<b>1.384.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.384.600,00</b>
15	Urbanismo		1.384.600,00		1.384.600,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana		1.384.600,00		1.384.600,00
15.451.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO		1.384.600,00		1.384.600,00
15.451.11 .2.037	MANUTENÇÃO DEPTO. APOIO ADM. E MANUTENÇÃO DE FROTAS		1.384.600,00		1.384.600,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 10/16

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>		<b>10.023.000,00</b>	<b>7.660.850,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.683.850,00</b>
<b>Unidade: 10.03 DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIARIAS</b>		<b>10.003.000,00</b>	<b>3.265.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.268.200,00</b>
15	Urbanismo	10.003.000,00	3.240.000,00		13.243.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	10.003.000,00	3.240.000,00		13.243.000,00
15.451.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	10.003.000,00	3.240.000,00		13.243.000,00
15.451.11 .1.011	PAVIMENTAÇÃO ESTRADA LONTRAS/RIO DO SUL/AGRONÔMICA - VINCULADO	1.000,00			1.000,00
15.451.11 .1.019	PAVIMENTAÇÃO FUNDO CANOAS - VINCULADO	1.000,00			1.000,00
15.451.11 .1.022	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, EXECUÇÃO DE GALERIA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - OPERAÇÃO	10.000.000,00			10.000.000,00
15.451.11 .1.069	PROGRAMA DE MOBILIDADE URBANA	1.000,00			1.000,00
15.451.11 .2.038	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS		3.240.000,00		3.240.000,00
17	Saneamento		25.200,00		25.200,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		25.200,00		25.200,00
17.512.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO		25.200,00		25.200,00
17.512.11 .2.048	OBRAS DE SANEAMENTO E REPAROS DE TUBULAÇÃO		25.200,00		25.200,00
<b>Unidade: 10.04 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS</b>		<b>0,00</b>	<b>2.593.850,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.593.850,00</b>
15	Urbanismo		745.850,00		745.850,00
15.452	Serviços Urbanos		745.850,00		745.850,00
15.452.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO		745.850,00		745.850,00
15.452.11 .2.039	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		745.850,00		745.850,00
25	Energia		1.848.000,00		1.848.000,00
25.752	Energia Elétrica		1.848.000,00		1.848.000,00
25.752.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO		1.848.000,00		1.848.000,00
25.752.11 .2.040	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		1.848.000,00		1.848.000,00
<b>Órgão: 11.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA</b>		<b>350.000,00</b>	<b>1.863.960,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.213.960,00</b>
<b>Unidade: 11.01 GABINETE DO SECRETARIO MUN. DE AGRICULTURA</b>		<b>20.000,00</b>	<b>308.560,00</b>	<b>0,00</b>	<b>328.560,00</b>
20	Agricultura	20.000,00	308.560,00		328.560,00
20.606	Extensão Rural	20.000,00	308.560,00		328.560,00
20.606.9	AGRICULTURA RIO DO SUL VERDE VALE COLONIAL	20.000,00	308.560,00		328.560,00
20.606.9 .1.054	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	20.000,00			20.000,00
20.606.9 .2.041	MANUTENÇÃO DO GAB. SECRETARIO MUN. DE AGRICULTURA		308.560,00		308.560,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Página: 11/16

Data: 02/12/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 11.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA</b>		<b>350.000,00</b>	<b>1.863.960,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.213.960,00</b>
<b>Unidade: 11.02 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA</b>		<b>330.000,00</b>	<b>1.382.220,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.712.220,00</b>
20	Agricultura	330.000,00	1.382.220,00		1.712.220,00
20.606	Extensão Rural	330.000,00	1.382.220,00		1.712.220,00
20.606.9	AGRICULTURA RIO DO SUL VERDE VALE COLONIAL	330.000,00	1.382.220,00		1.712.220,00
20.606.9 .1.002	PRODESA - VINCULADO	297.000,00			297.000,00
20.606.9 .1.003	PRODESA - CONTRAPARTIDA	33.000,00			33.000,00
20.606.9 .2.042	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		944.720,00		944.720,00
20.606.9 .2.055	PROGRAMA COMPRA DIRETA DO AGRICULTOR - VINCULADO		350.000,00		350.000,00
20.606.9 .2.062	PROGRAMA COMPRA DIRETA DO PRODUTOR RURAL - CONTRAPARTIDA		87.500,00		87.500,00
<b>Unidade: 11.03 DEPARTAMENTO DE PECURIA</b>		<b>0,00</b>	<b>173.180,00</b>	<b>0,00</b>	<b>173.180,00</b>
20	Agricultura		173.180,00		173.180,00
20.606	Extensão Rural		173.180,00		173.180,00
20.606.9	AGRICULTURA RIO DO SUL VERDE VALE COLONIAL		173.180,00		173.180,00
20.606.9 .2.110	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PECUÁRIA		173.180,00		173.180,00
<b>Órgão: 12.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT</b>		<b>0,00</b>	<b>1.577.870,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.577.870,00</b>
<b>Unidade: 12.01 GABINETE DO SECRETARIO DE ASSIT. SOCIAL E HABIT.</b>		<b>0,00</b>	<b>209.790,00</b>	<b>0,00</b>	<b>209.790,00</b>
08	Assistência Social		209.790,00		209.790,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		209.790,00		209.790,00
08.243.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		209.790,00		209.790,00
08.243.5 .2.057	CONSELHO TUTELAR		209.790,00		209.790,00
<b>Unidade: 12.02 DEPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>		<b>0,00</b>	<b>1.077.580,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.077.580,00</b>
08	Assistência Social		1.077.580,00		1.077.580,00
08.244	Assistência Comunitária		1.077.580,00		1.077.580,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		1.077.580,00		1.077.580,00
08.244.5 .2.105	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO ASSISTENCIA SOCIAL		326.270,00		326.270,00
08.244.5 .2.106	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL		751.310,00		751.310,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 12/16

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 12.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT</b>		<b>0,00</b>	<b>1.577.870,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.577.870,00</b>
<b>Unidade: 12.03 DEPTO DE HABITAÇÃO</b>		<b>0,00</b>	<b>290.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>290.500,00</b>
08	Assistência Social		290.500,00		290.500,00
08.244	Assistência Comunitária		290.500,00		290.500,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		290.500,00		290.500,00
08.244.5 .2.065	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE HABITAÇÃO		88.200,00		88.200,00
08.244.5 .2.111	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE HABITAÇÃO		202.300,00		202.300,00
<b>Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGENCIA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>105.000,00</b>
<b>Unidade: 99.01 RESERVA DE CONTINGENCIA - PREFEITURA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>105.000,00</b>
99	Reserva de Contingência				105.000,00
99.999	Reserva de Contingência				105.000,00
99.999.99	RESERVA DE CONTINGENCIA				105.000,00
99.999.99 .9.001	RESERVA DE CONTIGÊNCIA - PREFEITURA				105.000,00
<b>Entidade: 2 Fundo Municipal de Saude</b>		<b>2.880.300,00</b>	<b>43.604.392,50</b>	<b>0,00</b>	<b>46.484.692,50</b>
<b>Órgão: 40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>		<b>2.880.300,00</b>	<b>43.604.392,50</b>	<b>0,00</b>	<b>46.484.692,50</b>
<b>Unidade: 40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>		<b>2.880.300,00</b>	<b>43.604.392,50</b>	<b>0,00</b>	<b>46.484.692,50</b>
10	Saúde	2.880.300,00	43.604.392,50		46.484.692,50
10.301	Atenção Básica	2.880.300,00	17.605.072,50		20.485.372,50
10.301.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS	2.880.300,00	17.605.072,50		20.485.372,50
10.301.4 .1.033	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE PSF - VINCULADO	716.800,00			716.800,00
10.301.4 .1.035	CONSTRUÇÃO E E EQUIPAMENTOS POLICLÍNICA DE REFERENCIA - VINCULADOS	1.102.500,00			1.102.500,00
10.301.4 .1.037	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) - VINCULADOS	590.000,00			590.000,00
10.301.4 .1.039	AQUISIÇÃO DE VEICULOS - VINCULADOS	292.000,00			292.000,00
10.301.4 .1.041	EQUIPAGEM UNIDADES DE SAÚDE - VINCULADOS	54.000,00			54.000,00
10.301.4 .1.044	REFORMA E AMPLIAÇÃO UNIDADES DE SAUDE - VINCULADOS	125.000,00			125.000,00
10.301.4 .2.078	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		11.547.072,50		11.547.072,50
10.301.4 .2.081	PROGRAMAS ORCAMENTO CRIANCA - OCA		15.750,00		15.750,00
10.301.4 .2.082	MANUTENCAO DA FARMACIA POPULAR		144.000,00		144.000,00
10.301.4 .2.087	BLFAB - FARMACIA BASICA		1.692.000,00		1.692.000,00
10.301.4 .2.092	BLATB - PAB SAUDE BUCAL		27.250,00		27.250,00
10.301.4 .2.093	BLATB - AÇÕES AGENTE COM DE SAUDE		683.550,00		683.550,00
10.301.4 .2.094	BLATB - AÇÕES SAUDE DA FAMILIA		859.950,00		859.950,00
10.301.4 .2.095	BLATB - PAB FIXO - AÇÕES BASICAS		1.118.250,00		1.118.250,00
10.301.4 .2.096	BLATB - NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA		240.000,00		240.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 13/16

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 2 Fundo Municipal de Saude</b>		<b>2.880.300,00</b>	<b>43.604.392,50</b>	<b>0,00</b>	<b>46.484.692,50</b>
<b>Órgão: 40.00 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>		<b>2.880.300,00</b>	<b>43.604.392,50</b>	<b>0,00</b>	<b>46.484.692,50</b>
<b>Unidade: 40.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>		<b>2.880.300,00</b>	<b>43.604.392,50</b>	<b>0,00</b>	<b>46.484.692,50</b>
10	Saúde	2.880.300,00	43.604.392,50		46.484.692,50
10.301	Atenção Básica	2.880.300,00	17.605.072,50		20.485.372,50
10.301.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS	2.880.300,00	17.605.072,50		20.485.372,50
10.301.4 .2.097	AÇÕES DE SAUDE COM RECURSOS DO ESTADO		1.146.250,00		1.146.250,00
10.301.4 .2.098	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		16.000,00		16.000,00
10.301.4 .2.114	PROGRAMA DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS		115.000,00		115.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		25.710.970,00		25.710.970,00
10.302.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS		25.710.970,00		25.710.970,00
10.302.4 .2.080	BLMAC - MANUTENÇÃO DA GESTÃO PLENA - MAC		22.656.900,00		22.656.900,00
10.302.4 .2.088	BLMAC - CAPS		316.825,00		316.825,00
10.302.4 .2.089	BLMAC - SAMU		180.000,00		180.000,00
10.302.4 .2.090	BLMAC - CEO		156.000,00		156.000,00
10.302.4 .2.091	BLMAC - FAEC EXTRA TETO		2.401.245,00		2.401.245,00
10.304	Vigilância Sanitária		39.150,00		39.150,00
10.304.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS		39.150,00		39.150,00
10.304.4 .2.079	BLVGS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA		39.150,00		39.150,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		249.200,00		249.200,00
10.305.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS		249.200,00		249.200,00
10.305.4 .2.085	BLVGS - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		149.850,00		149.850,00
10.305.4 .2.086	BLVGS - PAM - DST/HIV/AIDS		99.350,00		99.350,00
<b>Entidade: 3 Fundo Municipal de Assistencia Social</b>		<b>559.824,00</b>	<b>593.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.153.224,00</b>
<b>Órgão: 50.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>		<b>559.824,00</b>	<b>593.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.153.224,00</b>
<b>Unidade: 50.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>		<b>0,00</b>	<b>441.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>441.000,00</b>
08	Assistência Social		441.000,00		441.000,00
08.244	Assistência Comunitária		441.000,00		441.000,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		441.000,00		441.000,00
08.244.5 .2.099	MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		152.250,00		152.250,00
08.244.5 .2.100	PROTEÇÃO SOCIAL BASICA MUNICIPAL		115.500,00		115.500,00
08.244.5 .2.101	PROGRAMA ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE MUNICIPAL		116.000,00		116.000,00
08.244.5 .2.102	PROGRAMA ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE MUNICIPAL		57.250,00		57.250,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 14/16

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 3 Fundo Municipal de Assistência Social</b>		<b>559.824,00</b>	<b>593.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.153.224,00</b>
<b>Órgão: 50.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>		<b>559.824,00</b>	<b>593.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.153.224,00</b>
<b>Unidade: 50.02 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDEAL</b>		<b>269.550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>269.550,00</b>
08	Assistência Social	269.550,00			269.550,00
08.244	Assistência Comunitária	269.550,00			269.550,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA	269.550,00			269.550,00
08.244.5 .1.071	PISO BÁSICO FIXO - PBF	216.000,00			216.000,00
08.244.5 .1.072	PISO BÁSICO VARIÁVEL - PBV	30.150,00			30.150,00
08.244.5 .1.074	IGDBF - BOLSA FAMÍLIA	23.400,00			23.400,00
<b>Unidade: 50.03 PROTEÇÃO ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE FEDERAL</b>		<b>249.474,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>249.474,00</b>
08	Assistência Social	249.474,00			249.474,00
08.244	Assistência Comunitária	249.474,00			249.474,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA	249.474,00			249.474,00
08.244.5 .1.075	PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PPMC	86.400,00			86.400,00
08.244.5 .1.076	PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PTMC	54.258,00			54.258,00
08.244.5 .1.077	PISO VARIÁVEL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PVMC	60.000,00			60.000,00
08.244.5 .1.078	PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE III - PVMC III	48.816,00			48.816,00
<b>Unidade: 50.04 PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE FEDERAL</b>		<b>40.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40.800,00</b>
08	Assistência Social	40.800,00			40.800,00
08.244	Assistência Comunitária	40.800,00			40.800,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA	40.800,00			40.800,00
08.244.5 .1.073	PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I - PAC I	40.800,00			40.800,00
<b>Unidade: 50.05 PROGRAMAS ESTADUAIS</b>		<b>0,00</b>	<b>152.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>152.400,00</b>
08	Assistência Social		152.400,00		152.400,00
08.244	Assistência Comunitária		152.400,00		152.400,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		152.400,00		152.400,00
08.244.5 .2.103	PROGRAMA ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE ESTADUAL		66.000,00		66.000,00
08.244.5 .2.116	PROGRAMA ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE ESTADUAL		86.400,00		86.400,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 15/16

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 4 Fundação Cultural</b>		<b>1.012.700,00</b>	<b>1.754.050,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.766.750,00</b>
<b>Órgão: 20.00 FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL</b>		<b>1.012.700,00</b>	<b>1.754.050,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.766.750,00</b>
<b>Unidade: 20.01 FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL</b>		<b>1.012.700,00</b>	<b>1.754.050,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.766.750,00</b>
13	Cultura	1.012.700,00	1.754.050,00		2.766.750,00
13.392	Difusão Cultural	1.012.700,00	1.754.050,00		2.766.750,00
13.392.7	A CULTURA COMO UM INSTRUMENTO DE UM FUTURO MELHOR	1.012.700,00	1.754.050,00		2.766.750,00
13.392.7 .1.034	DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL-PRÓPRIOS	23.350,00			23.350,00
13.392.7 .1.036	DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL-OCA-PRÓPRIOS	23.350,00			23.350,00
13.392.7 .1.038	PROJETOS CULTURAIS - FEDERAL	472.500,00			472.500,00
13.392.7 .1.040	PROJETOS CULTURAIS - CONTRAPARTIDA FEDERAL	10.500,00			10.500,00
13.392.7 .1.042	PROJETOS CULTURAIS - ESTADUAL	472.500,00			472.500,00
13.392.7 .1.043	PROJETOS CULTURAIS - CONTRAPARTIDA ESTADUAL	10.500,00			10.500,00
13.392.7 .2.072	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		1.754.050,00		1.754.050,00
<b>Entidade: 5 Fundação Municipal de Desportos</b>		<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>
<b>Órgão: 30.00 FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS</b>		<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>
<b>Unidade: 30.01 FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS</b>		<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>
27	Desporto e Lazer		1.522.500,00		1.522.500,00
27.811	Desporto de Rendimento		255.000,00		255.000,00
27.811.12	ESPORTE PARA TODOS		255.000,00		255.000,00
27.811.12 .2.076	PROGRAMA ESPORTE RENDIMENTO - OCA		255.000,00		255.000,00
27.812	Desporto Comunitário		1.267.500,00		1.267.500,00
27.812.12	ESPORTE PARA TODOS		1.267.500,00		1.267.500,00
27.812.12 .2.073	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		831.600,00		831.600,00
27.812.12 .2.074	PROGRAMA DE EVENTOS ESPORTIVOS		124.900,00		124.900,00
27.812.12 .2.075	PROGRAMA ESPORTE COMUNITARIO - OCA		290.000,00		290.000,00
27.812.12 .2.077	OUTROS PROGRAMAS ESPORTIVOS - OCA		21.000,00		21.000,00
<b>Entidade: 6 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente</b>		<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>
<b>Órgão: 60.00 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b>		<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>
<b>Unidade: 60.01 FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b>		<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>
08	Assistência Social		38.250,00		38.250,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		38.250,00		38.250,00
08.243.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		38.250,00		38.250,00
08.243.5 .2.104	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		12.000,00		12.000,00
08.243.5 .2.107	MANUT. DO FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOL. - OCA - VINCULADO		26.250,00		26.250,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 16/16

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 7 Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.</b>		<b>0,00</b>	<b>8.166.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.691.500,00</b>
<b>Órgão: 70.00 FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSOES</b>		<b>0,00</b>	<b>8.166.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.166.500,00</b>
<b>Unidade: 70.01 FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSOES</b>		<b>0,00</b>	<b>8.166.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.166.500,00</b>
09	Previdência Social		8.166.500,00		8.166.500,00
09.271	Previdência Básica		8.166.500,00		8.166.500,00
09.271.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		8.166.500,00		8.166.500,00
09.271.2 .2.108	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES		2.100.000,00		2.100.000,00
09.271.2 .2.109	APOSENTADORIAS, PENSÕES E BENEFÍCIOS.		6.066.500,00		6.066.500,00
<b>Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGENCIA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>525.000,00</b>
<b>Unidade: 99.02 RESERVA DE CONTINGENCIA - FAP</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>525.000,00</b>
99	Reserva de Contingência				525.000,00
99.999	Reserva de Contingência				525.000,00
99.999.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO				525.000,00
99.999.2 .9.002	RESERVA DE CONTIGÊNCIA - FAP				525.000,00
<b>Entidade: 8 Camara Municipal de Vereadores</b>		<b>0,00</b>	<b>3.241.875,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.583.125,00</b>
<b>Órgão: 01.00 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>		<b>0,00</b>	<b>3.241.875,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.583.125,00</b>
<b>Unidade: 01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>		<b>0,00</b>	<b>3.241.875,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.583.125,00</b>
01	Legislativa		3.241.875,00		3.241.875,00
01.031	Ação Legislativa		3.241.875,00		3.241.875,00
01.031.1	PROCESSO LEGISLATIVO		3.241.875,00		3.241.875,00
01.031.1 .2.001	MANUTENÇÃO DA CAMARA DE VEREADORES		3.241.875,00		3.241.875,00
					341.250,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	TRANSFERÊNCIA CAMARA - FAP				341.250,00
<b>Total geral:</b>					<b>163.319.747,76</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		3.241.875,00		3.241.875,00
01.031	Ação Legislativa		3.241.875,00		3.241.875,00
01.031.1	PROCESSO LEGISLATIVO		3.241.875,00		3.241.875,00
04	Administração	2.550.000,00	12.845.695,00		15.395.695,00
04.062	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário		1.312.150,00		1.312.150,00
04.062.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		1.312.150,00		1.312.150,00
04.122	Administração Geral	2.530.000,00	7.921.965,00		10.451.965,00
04.122.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	20.000,00	417.200,00		437.200,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	40.000,00	6.671.065,00		6.711.065,00
04.122.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.450.000,00	333.760,00		2.783.760,00
04.122.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO	20.000,00	499.940,00		519.940,00
04.123	Administração Financeira	20.000,00	1.379.560,00		1.399.560,00
04.123.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	20.000,00	1.379.560,00		1.399.560,00
04.125	Normatização e Fiscalização		1.087.800,00		1.087.800,00
04.125.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		1.087.800,00		1.087.800,00
04.126	Tecnologia da Informatização		190.890,00		190.890,00
04.126.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		190.890,00		190.890,00
04.128	Formação de Recursos Humanos		315.000,00		315.000,00
04.128.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		315.000,00		315.000,00
04.129	Administração de Receitas		352.940,00		352.940,00
04.129.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		352.940,00		352.940,00
04.131	Comunicação Social		285.390,00		285.390,00
04.131.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		285.390,00		285.390,00
06	Segurança Pública		3.145.520,00		3.145.520,00
06.181	Policiamento		2.268.875,00		2.268.875,00
06.181.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		2.268.875,00		2.268.875,00
06.182	Defesa Civil		104.895,00		104.895,00
06.182.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		104.895,00		104.895,00
06.244	Assistência Comunitária		771.750,00		771.750,00
06.244.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		771.750,00		771.750,00
08	Assistência Social	559.824,00	2.209.520,00		2.769.344,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		248.040,00		248.040,00
08.243.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		248.040,00		248.040,00
08.244	Assistência Comunitária	559.824,00	1.961.480,00		2.521.304,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA	559.824,00	1.961.480,00		2.521.304,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
09	Previdência Social		8.166.500,00		8.166.500,00
09.271	Previdência Básica		8.166.500,00		8.166.500,00
09.271.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		8.166.500,00		8.166.500,00
10	Saúde	2.880.300,00	43.604.392,50		46.484.692,50
10.301	Atenção Básica	2.880.300,00	17.605.072,50		20.485.372,50
10.301.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS	2.880.300,00	17.605.072,50		20.485.372,50
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		25.710.970,00		25.710.970,00
10.302.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS		25.710.970,00		25.710.970,00
10.304	Vigilância Sanitária		39.150,00		39.150,00
10.304.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS		39.150,00		39.150,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		249.200,00		249.200,00
10.305.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS		249.200,00		249.200,00
12	Educação	911.500,00	25.847.616,25		26.759.116,25
12.122	Administração Geral		429.100,00		429.100,00
12.122.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		429.100,00		429.100,00
12.306	Alimentação e Nutrição		2.615.812,50		2.615.812,50
12.306.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		2.615.812,50		2.615.812,50
12.361	Ensino Fundamental	758.250,00	10.576.502,50		11.334.752,50
12.361.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	758.250,00	10.576.502,50		11.334.752,50
12.364	Ensino Superior		189.000,00		189.000,00
12.364.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		189.000,00		189.000,00
12.365	Educação Infantil	153.250,00	12.014.101,25		12.167.351,25
12.365.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	153.250,00	12.014.101,25		12.167.351,25
12.366	Educação de Jovens e Adultos		23.100,00		23.100,00
12.366.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		23.100,00		23.100,00
13	Cultura	1.012.700,00	1.754.050,00		2.766.750,00
13.392	Difusão Cultural	1.012.700,00	1.754.050,00		2.766.750,00
13.392.7	A CULTURA COMO UM INSTRUMENTO DE UM FUTURO MELHOR	1.012.700,00	1.754.050,00		2.766.750,00
14	Direitos da Cidadania		171.990,00		171.990,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		171.990,00		171.990,00
14.422.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		171.990,00		171.990,00
15	Urbanismo	12.353.000,00	7.526.282,00		19.879.282,00
15.127	Ordenamento Territorial		237.720,00		237.720,00
15.127.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		237.720,00		237.720,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
15	Urbanismo	12.353.000,00	7.526.282,00		19.879.282,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	12.353.000,00	6.542.712,00		18.895.712,00
15.451.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	10.353.000,00	4.624.600,00		14.977.600,00
15.451.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	2.000.000,00			2.000.000,00
15.451.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		1.918.112,00		1.918.112,00
15.452	Serviços Urbanos		745.850,00		745.850,00
15.452.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO		745.850,00		745.850,00
17	Saneamento		949.200,00		949.200,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		949.200,00		949.200,00
17.512.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO		25.200,00		25.200,00
17.512.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		924.000,00		924.000,00
18	Gestão Ambiental		1.924.070,00		1.924.070,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		1.924.070,00		1.924.070,00
18.541.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		1.924.070,00		1.924.070,00
20	Agricultura	350.000,00	1.863.960,00		2.213.960,00
20.606	Extensão Rural	350.000,00	1.863.960,00		2.213.960,00
20.606.9	AGRICULTURA RIO DO SUL VERDE VALE COLONIAL	350.000,00	1.863.960,00		2.213.960,00
22	Indústria		100.000,00		100.000,00
22.661	Promoção Industrial		100.000,00		100.000,00
22.661.10	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO		100.000,00		100.000,00
23	Comércio e Serviços	22.000,00	1.115.350,00		1.137.350,00
23.691	Promoção Comercial		305.830,00		305.830,00
23.691.10	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO		305.830,00		305.830,00
23.695	Turismo	22.000,00	809.520,00		831.520,00
23.695.10	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO	22.000,00	809.520,00		831.520,00
25	Energia		1.848.000,00		1.848.000,00
25.752	Energia Elétrica		1.848.000,00		1.848.000,00
25.752.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO		1.848.000,00		1.848.000,00
27	Desporto e Lazer		1.522.500,00		1.522.500,00
27.811	Desporto de Rendimento		255.000,00		255.000,00
27.811.12	ESPORTE PARA TODOS		255.000,00		255.000,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
27	Desporto e Lazer		1.522.500,00		1.522.500,00
27.812	Desporto Comunitário		1.267.500,00		1.267.500,00
27.812.12	ESPORTE PARA TODOS		1.267.500,00		1.267.500,00
28	Encargos Especiais		3.155.455,51		3.155.455,51
28.843	Serviço da Dívida Interna		3.155.455,51		3.155.455,51
28.843.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		3.155.455,51		3.155.455,51
99	Reserva de Contingência				630.000,00
99.999	Reserva de Contingência				630.000,00
99.999.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO				525.000,00
99.999.99	RESERVA DE CONTIGENCIA				105.000,00
<b>Total:</b>		<b>20.639.324,00</b>	<b>120.991.976,26</b>	<b>0,00</b>	<b>142.261.300,26</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	TRANSFERÊNCIA SAÚDE				12.881.822,50
	TRANSFERÊNCIA CAMARA - FAP				341.250,00
	TRANSFERÊNCIA FUNDAÇÃO CULTURAL				1.575.000,00
	TRANSFERÊNCIA FUNDAÇÃO DESPORTOS				1.470.000,00
	TRANSFERÊNCIA FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				420.000,00
	TRANSFERÊNCIA FIA				12.000,00
	TRANSFERÊNCIA CAMARA DE VEREADORES				3.583.125,00
	TRANSFERÊNCIA FAP				775.250,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.058.447,50</b>
	<b>Total geral:</b>	<b>20.639.324,00</b>	<b>120.991.976,26</b>	<b>0,00</b>	<b>163.319.747,76</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	3.241.875,00		3.241.875,00
01.031	Ação Legislativa	3.241.875,00		3.241.875,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	3.241.875,00		3.241.875,00
04	Administração	12.945.695,00	2.450.000,00	15.395.695,00
04.062	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	1.312.150,00		1.312.150,00
04.062.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	1.312.150,00		1.312.150,00
04.122	Administração Geral	8.001.965,00	2.450.000,00	10.451.965,00
04.122.0011	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	437.200,00		437.200,00
04.122.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	6.711.065,00		6.711.065,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	333.760,00	2.450.000,00	2.783.760,00
04.122.0008	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO	519.940,00		519.940,00
04.123	Administração Financeira	1.399.560,00		1.399.560,00
04.123.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.399.560,00		1.399.560,00
04.125	Normatização e Fiscalização	1.087.800,00		1.087.800,00
04.125.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.087.800,00		1.087.800,00
04.126	Tecnologia da Informatização	190.890,00		190.890,00
04.126.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	190.890,00		190.890,00
04.128	Formação de Recursos Humanos	315.000,00		315.000,00
04.128.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	315.000,00		315.000,00
04.129	Administração de Receitas	352.940,00		352.940,00
04.129.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	352.940,00		352.940,00
04.131	Comunicação Social	285.390,00		285.390,00
04.131.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	285.390,00		285.390,00
06	Segurança Pública	1.194.095,00	1.951.425,00	3.145.520,00
06.181	Policimento	1.089.200,00	1.179.675,00	2.268.875,00
06.181.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	1.089.200,00	1.179.675,00	2.268.875,00
06.182	Defesa Civil	104.895,00		104.895,00
06.182.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	104.895,00		104.895,00
06.244	Assistência Comunitária		771.750,00	771.750,00
06.244.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		771.750,00	771.750,00
08	Assistência Social	2.030.870,00	738.474,00	2.769.344,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	221.790,00	26.250,00	248.040,00
08.243.0005	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA	221.790,00	26.250,00	248.040,00
08.244	Assistência Comunitária	1.809.080,00	712.224,00	2.521.304,00
08.244.0005	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA	1.809.080,00	712.224,00	2.521.304,00
09	Previdência Social	8.166.500,00		8.166.500,00
09.271	Previdência Básica	8.166.500,00		8.166.500,00
09.271.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	8.166.500,00		8.166.500,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
09	Previdência Social	8.166.500,00		8.166.500,00
09.271	Previdência Básica	8.166.500,00		8.166.500,00
09.271.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	8.166.500,00		8.166.500,00
10	Saúde	12.986.822,50	33.497.870,00	46.484.692,50
10.301	Atenção Básica	12.838.822,50	7.646.550,00	20.485.372,50
10.301.0004	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS	12.838.822,50	7.646.550,00	20.485.372,50
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	93.000,00	25.617.970,00	25.710.970,00
10.302.0004	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS	93.000,00	25.617.970,00	25.710.970,00
10.304	Vigilância Sanitária	15.000,00	24.150,00	39.150,00
10.304.0004	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS	15.000,00	24.150,00	39.150,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	40.000,00	209.200,00	249.200,00
10.305.0004	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS	40.000,00	209.200,00	249.200,00
12	Educação	12.958.491,25	13.800.625,00	26.759.116,25
12.122	Administração Geral	429.100,00		429.100,00
12.122.0006	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	429.100,00		429.100,00
12.306	Alimentação e Nutrição	2.257.500,00	358.312,50	2.615.812,50
12.306.0006	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	2.257.500,00	358.312,50	2.615.812,50
12.361	Ensino Fundamental	5.824.290,00	5.510.462,50	11.334.752,50
12.361.0006	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	5.824.290,00	5.510.462,50	11.334.752,50
12.364	Ensino Superior	189.000,00		189.000,00
12.364.0006	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	189.000,00		189.000,00
12.365	Educação Infantil	4.258.601,25	7.908.750,00	12.167.351,25
12.365.0006	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	4.258.601,25	7.908.750,00	12.167.351,25
12.366	Educação de Jovens e Adultos		23.100,00	23.100,00
12.366.0006	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		23.100,00	23.100,00
13	Cultura	1.821.750,00	945.000,00	2.766.750,00
13.392	Difusão Cultural	1.821.750,00	945.000,00	2.766.750,00
13.392.0007	A CULTURA COMO UM INSTRUMENTO DE UM FUTURO MELHOR	1.821.750,00	945.000,00	2.766.750,00
14	Direitos da Cidadania	171.990,00		171.990,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	171.990,00		171.990,00
14.422.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	171.990,00		171.990,00
15	Urbanismo	9.876.282,00	10.003.000,00	19.879.282,00
15.127	Ordenamento Territorial	237.720,00		237.720,00
15.127.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	237.720,00		237.720,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	8.892.712,00	10.003.000,00	18.895.712,00
15.451.0011	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	4.974.600,00	10.003.000,00	14.977.600,00
15.451.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	2.000.000,00		2.000.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
15	Urbanismo	9.876.282,00	10.003.000,00	19.879.282,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	8.892.712,00	10.003.000,00	18.895.712,00
15.451.0008	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO	1.918.112,00		1.918.112,00
15.452	Serviços Urbanos	745.850,00		745.850,00
15.452.0011	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	745.850,00		745.850,00
17	Saneamento	25.200,00	924.000,00	949.200,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	25.200,00	924.000,00	949.200,00
17.512.0011	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	25.200,00		25.200,00
17.512.0008	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		924.000,00	924.000,00
18	Gestão Ambiental	1.924.070,00		1.924.070,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	1.924.070,00		1.924.070,00
18.541.0008	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO	1.924.070,00		1.924.070,00
20	Agricultura	1.566.960,00	647.000,00	2.213.960,00
20.606	Extensão Rural	1.566.960,00	647.000,00	2.213.960,00
20.606.0009	AGRICULTURA RIO DO SUL VERDE VALE COLONIAL	1.566.960,00	647.000,00	2.213.960,00
22	Indústria	100.000,00		100.000,00
22.661	Promoção Industrial	100.000,00		100.000,00
22.661.0010	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO	100.000,00		100.000,00
23	Comércio e Serviços	685.350,00	452.000,00	1.137.350,00
23.691	Promoção Comercial	305.830,00		305.830,00
23.691.0010	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO	305.830,00		305.830,00
23.695	Turismo	379.520,00	452.000,00	831.520,00
23.695.0010	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO	379.520,00	452.000,00	831.520,00
25	Energia	1.848.000,00		1.848.000,00
25.752	Energia Elétrica	1.848.000,00		1.848.000,00
25.752.0011	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	1.848.000,00		1.848.000,00
27	Desporto e Lazer	1.522.500,00		1.522.500,00
27.811	Desporto de Rendimento	255.000,00		255.000,00
27.811.0012	ESPORTE PARA TODOS	255.000,00		255.000,00
27.812	Desporto Comunitário	1.267.500,00		1.267.500,00
27.812.0012	ESPORTE PARA TODOS	1.267.500,00		1.267.500,00
28	Encargos Especiais	3.155.455,51		3.155.455,51
28.843	Serviço da Dívida Interna	3.155.455,51		3.155.455,51
28.843.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	3.155.455,51		3.155.455,51



**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
99	Reserva de Contingência			630.000,00
99.999	Reserva de Contingência			630.000,00
99.999.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO			525.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTIGENCIA			105.000,00
<b>Total:</b>		<b>76.851.906,26</b>	<b>65.409.394,00</b>	<b>142.261.300,26</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			
	TRANSFERÊNCIA SAÚDE			12.881.822,50
	TRANSFERÊNCIA CAMARA - FAP			341.250,00
	TRANSFERÊNCIA FUNDAÇÃO CULTURAL			1.575.000,00
	TRANSFERÊNCIA FUNDAÇÃO DESPORTOS			1.470.000,00
	TRANSFERÊNCIA FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			420.000,00
	TRANSFERÊNCIA FIA			12.000,00
	TRANSFERÊNCIA CAMARA DE VEREADORES			3.583.125,00
	TRANSFERÊNCIA FAP			775.250,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>21.058.447,50</b>
	<b>Total geral:</b>	<b>76.851.906,26</b>	<b>65.409.394,00</b>	<b>163.319.747,76</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

**Entidade: 1 - Prefeitura Municipal**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	2.215.895,00	0,00	2.373.770,00
03.00 - GABINETE DO VICE-PREFEITO		0,00	0,00	0,00	184.590,00	0,00	0,00
04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	1.312.150,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.		0,00	0,00	0,00	519.940,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	5.101.860,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	5.624.060,00	0,00	771.750,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNIN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		0,00	0,00	0,00	437.200,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.395.695,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.145.520,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

**Entidade: 1 - Prefeitura Municipal**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - GABINETE DO VICE-PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.759.116,25
09.00 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT		0,00	1.577.870,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>1.577.870,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.759.116,25</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

**Entidade: 1 - Prefeitura Municipal**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	171.990,00	3.495.802,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - GABINETE DO VICE-PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.		0,00	0,00	772.310,00	0,00	924.000,00	1.924.070,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		0,00	0,00	237.720,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNIN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		0,00	0,00	15.373.450,00	0,00	25.200,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>171.990,00</b>	<b>19.879.282,00</b>	<b>0,00</b>	<b>949.200,00</b>	<b>1.924.070,00</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

**Entidade: 1 - Prefeitura Municipal**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - GABINETE DO VICE-PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUNIN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO		0,00	0,00	0,00	100.000,00	1.137.350,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		0,00	2.213.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>2.213.960,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>1.137.350,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

**Entidade: 1 - Prefeitura Municipal**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.257.457,00
03.00 - GABINETE DO VICE-PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	184.590,00
04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.312.150,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.140.320,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.101.860,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	3.155.455,51	0,00	9.788.985,51
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.759.116,25
09.00 - SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.237.350,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		1.848.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.683.850,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.213.960,00
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.577.870,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	105.000,00
<b>Total:</b>		<b>1.848.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.155.455,51</b>	<b>105.000,00</b>	<b>78.362.508,76</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 6/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - Fundo Municipal de Saude

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
40.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 7/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - Fundo Municipal de Saude

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
40.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	46.484.692,50	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>46.484.692,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 8/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - Fundo Municipal de Saude

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
40.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 9/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - Fundo Municipal de Saude

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
40.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 10/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - Fundo Municipal de Saude

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
40.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.484.692,50
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>46.484.692,50</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 11/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
50.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 12/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
50.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	1.153.224,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>1.153.224,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 13/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
50.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 14/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
50.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 15/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
50.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.153.224,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.153.224,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 16/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - Fundação Cultural

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
20.00 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 17/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - Fundação Cultural

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
20.00 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 18/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - Fundação Cultural

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
20.00 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL		2.766.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>2.766.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 19/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - Fundação Cultural

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
20.00 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 20/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 4 - Fundação Cultural

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
20.00 - FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.766.750,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.766.750,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 21/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - Fundação Municipal de Desportos

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
30.00 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 22/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - Fundação Municipal de Desportos

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
30.00 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 23/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - Fundação Municipal de Desportos

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
30.00 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 24/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 5 - Fundação Municipal de Desportos

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
30.00 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 25/40

Data: 02/12/2010

Entidade: 5 - Fundação Municipal de Desportos

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
30.00 - FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS		0,00	0,00	1.522.500,00	0,00	0,00	1.522.500,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 26/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
60.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 27/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
60.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	38.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 28/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
60.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 29/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
60.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 30/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
60.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.250,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 31/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
70.00 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSOES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 32/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
70.00 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSOES		0,00	0,00	8.166.500,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.166.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 33/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
70.00 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSOES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 34/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
70.00 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSOES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 35/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
70.00 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSOES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.166.500,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	525.000,00	525.000,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>525.000,00</b>	<b>8.691.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 36/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - Camara Municipal de Vereadores

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		3.241.875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>3.241.875,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 37/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - Camara Municipal de Vereadores

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 38/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - Camara Municipal de Vereadores

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 39/40

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 8 - Camara Municipal de Vereadores

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Página: 40/40

Data: 02/12/2010

Entidade: 8 - Camara Municipal de Vereadores

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.241.875,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.241.875,00</b>
	<b>Total geral:</b>						<b>142.261.300,26</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	36.426.299,86	41.463.433,55	46.172.903,99	54.820.145,00	60.038.453,25
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.147.454,71	23.291.594,71	26.589.218,92	31.355.845,00	33.425.703,25
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	3.416,00	7.800,00	6.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	17.943.617,72	21.274.353,28	24.019.757,39	28.189.145,00	29.937.048,25
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	2.203.836,99	2.017.241,43	2.566.045,53	3.158.900,00	3.482.655,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	134.028,98	334.627,72	267.961,33	520.000,00	571.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	134.028,98	334.627,72	267.961,33	520.000,00	571.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.144.816,17	17.837.211,12	19.315.723,74	22.944.300,00	26.041.750,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1.550.322,66	2.080.868,31	2.066.475,14	2.520.000,00	2.721.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	840,00	1.800,00	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	14.594.493,51	15.756.342,81	17.248.408,60	20.422.500,00	23.316.750,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	13.349.339,50	15.240.894,43	22.219.023,13	31.325.310,00	18.219.055,51
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	11.750.094,46	12.226.207,94	16.845.203,79	29.035.310,00	15.334.600,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	1.344,00	2.400,00	2.600,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	11.750.094,46	12.226.207,94	16.843.859,79	29.032.910,00	15.332.000,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	509.000,00	319.000,00	46.000,00	210.000,00	150.000,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	509.000,00	319.000,00	46.000,00	210.000,00	150.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.090.245,04	2.695.686,49	5.327.819,34	2.080.000,00	2.734.455,51
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.090.245,04	2.695.686,49	5.327.819,34	2.080.000,00	2.734.455,51
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	105.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	105.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	105.000,00
Total por entidade:		49.775.639,36	56.704.327,98	68.391.927,12	86.245.455,00	78.362.508,76
Entidade: 2 Fundo Municipal de Saude						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	24.580.265,48	30.521.033,33	39.984.470,40	41.430.876,00	43.309.342,50
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.587.299,92	6.041.034,35	6.978.339,43	9.029.450,00	9.571.122,50
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.979.168,70	5.359.861,86	6.275.930,81	8.129.000,00	8.580.627,50
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	608.131,22	681.172,49	702.408,62	895.450,00	984.995,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.992.965,56	24.479.998,98	33.006.130,97	32.401.426,00	33.738.220,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	2.065.154,45	2.267.720,60	2.802.177,88	4.040.000,00	4.192.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.250,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	16.927.811,11	22.212.278,38	30.203.953,09	28.356.426,00	29.540.970,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	231.705,80	171.550,34	371.931,50	3.577.800,00	3.175.350,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	231.705,80	171.550,34	371.931,50	3.577.800,00	3.175.350,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.250,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	231.705,80	171.550,34	371.931,50	3.572.800,00	3.170.100,00
Total por entidade:		24.811.971,28	30.692.583,67	40.356.401,90	45.008.676,00	46.484.692,50
Entidade: 3 Fundo Municipal de Assistencia Social						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	884.213,43	798.221,75	787.765,00	1.003.000,00	842.204,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	884.213,43	798.221,75	787.765,00	1.003.000,00	842.204,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 3 Fundo Municipal de Assistência Social						
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	463.016,98	277.630,74	155.680,25	215.000,00	262.058,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	421.196,45	520.591,01	632.084,75	788.000,00	580.146,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	179.927,19	72.971,32	233.505,08	170.000,00	311.020,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	179.927,19	72.971,32	233.505,08	170.000,00	311.020,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	179.927,19	72.971,32	233.505,08	170.000,00	311.020,00
Total por entidade:		1.064.140,62	871.193,07	1.021.270,08	1.173.000,00	1.153.224,00
Entidade: 4 Fundação Cultural						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.169.695,78	1.419.204,29	1.673.501,35	2.005.000,00	2.105.250,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	448.758,69	503.618,79	514.071,81	715.000,00	789.050,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	433.959,79	488.213,41	496.155,20	690.000,00	761.550,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	14.798,90	15.405,38	17.916,61	25.000,00	27.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	720.937,09	915.585,50	1.159.429,54	1.290.000,00	1.316.200,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	508.673,64	675.372,56	842.821,71	666.000,00	670.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	212.263,45	240.212,94	316.607,83	624.000,00	646.200,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	148.464,29	41.748,98	30.939,08	630.000,00	661.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	148.464,29	41.748,98	30.939,08	630.000,00	661.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	148.464,29	41.748,98	30.939,08	630.000,00	661.500,00
Total por entidade:		1.318.160,07	1.460.953,27	1.704.440,43	2.635.000,00	2.766.750,00
Entidade: 5 Fundação Municipal de Desportos						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.428.267,38	1.356.883,59	1.452.702,05	1.402.000,00	1.472.100,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	250.882,93	296.255,53	283.091,68	357.000,00	392.700,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	244.050,08	288.858,33	275.567,21	340.000,00	374.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	6.832,85	7.397,20	7.524,47	17.000,00	18.700,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.177.384,45	1.060.628,06	1.169.610,37	1.045.000,00	1.079.400,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	148.078,00	118.460,00	116.000,00	170.000,00	178.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.029.306,45	942.168,06	1.053.610,37	875.000,00	900.900,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	22.371,68	9.860,00	15.693,66	48.000,00	50.400,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	22.371,68	9.860,00	15.693,66	48.000,00	50.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	22.371,68	9.860,00	15.693,66	48.000,00	50.400,00
Total por entidade:		1.450.639,06	1.366.743,59	1.468.395,71	1.450.000,00	1.522.500,00
Entidade: 6 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	9.686,53	8.951,28	4.569,89	27.000,00	28.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.686,53	8.951,28	4.569,89	27.000,00	28.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	9.686,53	8.951,28	4.569,89	27.000,00	28.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.520,00	0,00	0,00	10.000,00	10.250,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.520,00	0,00	0,00	10.000,00	10.250,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.520,00	0,00	0,00	10.000,00	10.250,00
Total por entidade:		12.206,53	8.951,28	4.569,89	37.000,00	38.250,00
Entidade: 7 Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.872.288,87	2.128.644,16	2.825.275,29	6.515.000,00	7.116.500,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/3

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 7 Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.						
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.814.757,49	2.063.492,87	2.705.711,02	5.515.000,00	6.066.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.814.757,49	2.063.492,87	2.705.711,02	5.515.000,00	6.066.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.531,38	65.151,29	119.564,27	1.000.000,00	1.050.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	57.531,38	65.151,29	119.564,27	1.000.000,00	1.050.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	4.624,00	6.054,40	1.000.000,00	1.050.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	4.624,00	6.054,40	1.000.000,00	1.050.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	4.624,00	6.054,40	1.000.000,00	1.050.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	500.000,00	525.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	500.000,00	525.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	500.000,00	525.000,00
Total por entidade:		1.872.288,87	2.133.268,16	2.831.329,69	8.015.000,00	8.691.500,00
Entidade: 8 Camara Municipal de Vereadores						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.065.603,90	2.348.004,44	2.575.706,46	2.700.945,00	2.835.992,25
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.771.861,09	2.016.168,83	1.999.238,95	2.160.941,25	2.268.988,31
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.687.088,89	1.908.840,39	1.888.965,54	2.022.621,25	2.123.752,31
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	84.772,20	107.328,44	110.273,41	138.320,00	145.236,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	293.742,81	331.835,61	576.467,51	540.003,75	567.003,94
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	5.400,00	9.150,00	9.780,00	13.585,00	14.264,25
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	288.342,81	322.685,61	566.687,51	526.418,75	552.739,69
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	63.151,77	17.348,60	45.309,92	386.555,00	405.882,75
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	63.151,77	17.348,60	45.309,92	386.555,00	405.882,75
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	63.151,77	17.348,60	45.309,92	386.555,00	405.882,75
Total por entidade:		2.128.755,67	2.365.353,04	2.621.016,38	3.087.500,00	3.241.875,00
Total geral:		82.433.801,46	95.603.374,06	118.399.351,20	147.651.631,00	142.261.300,26

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/9

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 03/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	61.704.458,11	73.211.271,22	83.693.108,79	105.887.405,00	99.079.706,26
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	57.587.095,63	64.605.867,00	73.861.943,32	79.763.225,00	84.527.886,26
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	13.882.163,06	16.028.009,99	17.133.459,61	21.509.750,00	22.800.237,50
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	10.854.875,98	11.956.094,37	13.292.100,79	15.543.000,00	16.535.150,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	5.302.647,02	5.843.224,06	6.747.576,82	8.073.000,00	8.691.650,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	3.665.951,11	3.891.072,72	4.890.680,08	5.700.000,00	6.200.000,00
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPTU - Ordinario	2.199.570,37	2.343.280,60	2.942.307,46	2.850.000,00	3.100.000,00
9.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Devolução IPTU - Ordinario	0,00	-8.638,04	-7.900,61	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPTU - Educação	916.487,73	976.366,27	1.225.960,84	1.710.000,00	1.860.000,00
9.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Devolução IPTU - Educação	0,00	-3.599,15	-3.291,92	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPTU - Saude	549.893,01	585.822,57	735.579,42	1.140.000,00	1.240.000,00
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Devolução IPTU - Saude	0,00	-2.159,53	-1.975,11	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	681.929,63	790.052,47	643.338,98	798.000,00	837.900,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	300.092,46	697.929,73	554.014,21	735.000,00	771.750,00
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF - Assalariado - Ordinario	180.057,38	418.772,00	338.242,06	367.500,00	385.875,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF - Assalariado - Educação	75.022,29	174.474,48	134.858,46	220.500,00	231.525,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF - Assalariado - Saude	45.012,79	104.683,25	80.913,69	147.000,00	154.350,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	381.837,17	92.122,74	89.324,77	63.000,00	66.150,00
4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Ordinarios	233.904,46	55.264,40	53.594,71	31.500,00	33.075,00
4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Educação	92.457,70	23.035,83	22.331,36	18.900,00	19.845,00
4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Saude	55.475,01	13.822,51	13.398,70	12.600,00	13.230,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	954.766,28	1.162.098,87	1.213.557,76	1.575.000,00	1.653.750,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	I.T.B.I. - Ordinario	572.859,40	698.829,51	729.353,46	787.500,00	826.875,00
9.1.1.1.2.08.01.00.00.00	I.T.B.I. - Ordinario	0,00	-1.571,08	-1.219,64	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	I.T.B.I. - Educação	238.691,41	291.178,54	303.896,83	472.500,00	496.125,00
9.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Devolução I.T.B.I. - Educação	0,00	-654,62	-508,19	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	I.T.B.I. - Saude	143.215,47	174.709,28	182.340,19	315.000,00	330.750,00
9.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Devolução I.T.B.I. - Saude	0,00	-392,76	-304,89	0,00	0,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	5.552.228,96	6.112.870,31	6.544.523,97	7.470.000,00	7.843.500,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	5.170.803,56	4.906.360,21	5.182.970,86	7.470.000,00	7.843.500,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	I.S.Q.N. Outros	3.102.482,60	2.958.483,38	3.117.044,68	6.000.000,00	6.300.000,00
9.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Devolução I.S.Q.N. - Ordinario	0,00	-14.668,30	-7.263,69	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	I.S.Q.N. Outros - Ordinario	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	3.150.000,00
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	I.S.Q.N. Outros - Educação	0,00	0,00	0,00	1.800.000,00	1.890.000,00
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	I.S.Q.N. Outros - Saude	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	1.260.000,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	I.S.Q.N. - Educação	1.292.693,50	1.232.700,31	1.298.769,16	1.470.000,00	1.543.500,00
9.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Devolução I.S.Q.N. - Educação	0,00	-6.111,81	-3.026,72	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.02.01.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Ordinario	0,00	0,00	0,00	735.000,00	771.750,00
4.1.1.1.3.05.02.02.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Educação	0,00	0,00	0,00	441.000,00	463.050,00
4.1.1.1.3.05.02.03.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Saude	0,00	0,00	0,00	294.000,00	308.700,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	I.S.Q.N. - Saude	775.627,46	739.623,69	779.263,91	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Devolução I.S.Q.N. - Saude	0,00	-3.667,06	-1.816,48	0,00	0,00
4.1.1.1.3.99.01.00.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Ordinario	228.855,33	723.906,16	816.931,66	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/9

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 03/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal						
4.1.1.1.3.99.02.00.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Educação	95.356,31	301.627,53	340.388,45	0,00	0,00
4.1.1.1.3.99.03.00.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Saude	57.213,76	180.976,41	204.233,00	0,00	0,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	2.650.125,46	2.993.152,73	3.252.778,12	4.391.750,00	4.611.337,50
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	1.208.334,06	1.439.715,39	1.431.379,16	1.887.750,00	1.982.137,50
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	123.564,14	150.359,58	181.965,16	230.000,00	241.500,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	391.579,21	430.192,36	479.241,99	550.000,00	577.500,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Tx de Licença para Execução de Obras	249.221,51	309.501,05	307.466,74	367.500,00	385.875,00
4.1.1.2.1.35.00.00.00.00	Tx de Alinhamento e Nivelamento	3.344,35	3.824,20	3.740,57	5.250,00	5.512,50
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	440.624,85	545.838,20	458.964,70	735.000,00	771.750,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	1.441.791,40	1.553.437,34	1.821.398,96	2.504.000,00	2.629.200,00
4.1.1.2.2.06.00.00.00.00	Taxa de Licenciamento Ambiental	0,00	0,00	0,00	10.500,00	11.025,00
4.1.1.2.2.12.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	209.473,23	254.734,30	239.916,91	367.500,00	385.875,00
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Tx de Cemitérios	41.079,79	49.722,75	44.437,50	52.500,00	55.125,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Tx de Limpeza Pública	1.161.238,32	1.182.507,90	1.463.417,57	2.000.000,00	2.100.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	30.000,06	66.472,39	73.626,98	73.500,00	77.175,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	377.161,62	1.078.762,89	588.580,70	1.575.000,00	1.653.750,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	377.161,62	1.078.762,89	588.580,70	1.575.000,00	1.653.750,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.778.342,36	1.800.996,76	2.545.835,09	2.520.000,00	2.646.000,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	1.778.342,36	1.800.996,76	2.545.835,09	2.520.000,00	2.646.000,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	1.778.342,36	1.801.803,59	2.177.889,25	2.520.000,00	2.646.000,00
9.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Dedução Contr Custeio do Serv de Iluminação Públic	0,00	-806,83	-6.090,60	0,00	0,00
4.1.2.2.0.29.01.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic - Outros	0,00	0,00	0,00	2.205.000,00	2.315.250,00
4.1.2.2.0.29.02.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic - IPTU	0,00	0,00	0,00	315.000,00	330.750,00
4.1.2.2.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	374.036,44	0,00	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	278.785,27	191.649,83	402.166,42	400.000,00	420.000,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS	52.094,35	67.458,62	74.830,16	85.000,00	89.250,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	52.094,35	67.458,62	74.830,16	85.000,00	89.250,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	226.690,92	124.191,21	327.336,26	315.000,00	330.750,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	226.690,92	124.191,21	327.336,26	315.000,00	330.750,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	12.849,91	18.413,64	26.099,23	25.000,00	26.250,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF	12.849,91	18.413,64	26.099,23	25.000,00	26.250,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	213.841,01	105.777,57	301.237,03	290.000,00	304.500,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	213.841,01	105.777,57	301.237,03	290.000,00	304.500,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	26.707,23	25.787,71	43.724,98	36.750,00	38.587,50
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Rec. Agropecuárias	26.707,23	25.787,71	43.724,98	36.750,00	38.587,50
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.332.433,54	42.181.077,25	49.214.237,69	49.879.900,00	52.935.395,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	38.332.433,54	42.181.077,25	47.625.338,55	48.999.900,00	52.011.395,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	13.708.378,43	13.898.572,50	14.293.392,67	15.291.000,00	16.099.550,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	12.203.323,09	12.174.298,98	11.962.530,62	13.614.200,00	14.286.410,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	12.053.294,91	12.044.027,34	11.873.938,17	13.440.000,00	14.112.000,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	0,00	-2.564.373,42	-2.694.778,64	-3.360.000,00	-3.528.000,00
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	F.P.M. - Ordinario	7.231.977,28	8.857.795,13	8.741.230,04	8.400.000,00	8.820.000,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	F.P.M. - Educação	3.013.323,58	3.652.100,15	3.642.179,25	5.040.000,00	5.292.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Página: 3/9

Data: 03/12/2010

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal						
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	F.P.M. - Saude	1.807.994,05	2.098.505,48	2.185.307,52	3.360.000,00	3.528.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	9.181,13	9.982,09	15.627,20	4.200,00	4.410,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - ITR	0,00	0,00	-3.903,46	-1.050,00	-1.102,50
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp.s/a Propr.Terr.Rural - Ordinario	5.508,82	5.989,30	11.718,35	2.625,00	2.756,25
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp.s/a Propr.Terr.Rural - Educação	2.295,22	2.495,52	4.882,69	1.575,00	1.653,75
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp.s/a Propr.Terr.Rural - Saude	1.377,09	1.497,27	2.929,62	1.050,00	1.102,50
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	140.847,05	120.289,55	72.965,25	170.000,00	170.000,00
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transferências da União	455.367,95	437.562,92	825.798,11	472.000,00	578.100,00
4.1.7.2.1.09.01.01.00.00	Transf.Financ.ICMS - Des.- L.C.Nº87/96 - Ordinario	54.635,76	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.09.01.02.00.00	Transf.Financ.ICMS - Des.- L.C.Nº87/96 - Educação	22.764,88	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.09.01.03.00.00	Transf.Financ.ICMS - Des.- L.C.Nº87/96 - Saude	13.658,93	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	364.308,38	437.562,92	825.798,11	472.000,00	578.100,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	127.971,38	204.001,66	150.372,82	168.000,00	176.400,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	3.506,98	8.781,27	7.469,87	10.500,00	11.025,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	124.464,40	195.220,39	142.902,95	157.500,00	165.375,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	858.174,21	954.751,75	1.233.811,42	936.000,00	952.800,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	591.338,96	706.437,49	933.864,68	600.000,00	600.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	181.764,00	172.876,00	289.049,20	210.000,00	220.500,00
9.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Devolução Transf. Diretas do FNDE referente ao PNAE	0,00	0,00	-6.758,40	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	24.307,25	9.438,26	10.897,54	47.250,00	49.612,50
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	60.764,00	66.000,00	6.758,40	78.750,00	82.687,50
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	63.541,80	127.957,19	120.879,70	100.800,00	105.840,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	0,00	-28.718,65	-30.011,73	-25.200,00	-26.460,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 - Ordinari	0,00	94.005,51	90.534,78	63.000,00	66.150,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 - Educaçã	0,00	39.168,96	37.722,89	37.800,00	39.690,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 - Saude	0,00	23.501,37	22.633,76	25.200,00	26.460,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	19.423.285,28	20.027.402,25	22.310.548,12	22.208.900,00	23.411.845,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	19.053.040,41	19.220.913,60	21.653.696,60	21.754.400,00	22.842.120,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	14.958.107,87	14.992.780,77	17.252.372,81	16.800.000,00	17.640.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	0,00	-3.357.237,83	-3.928.782,85	-4.200.000,00	-4.410.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Ordinario	8.974.865,19	11.010.011,30	12.736.015,85	10.500.000,00	11.025.000,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	3.739.526,72	4.587.504,60	5.278.212,41	6.300.000,00	6.615.000,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saude	2.243.715,96	2.752.502,70	3.166.927,40	4.200.000,00	4.410.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	3.640.587,58	3.767.732,55	4.070.758,58	4.400.000,00	4.620.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPVA	0,00	-589.808,39	-1.021.831,91	-1.100.000,00	-1.155.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Ordinario	2.184.354,53	2.614.525,29	3.055.553,97	2.750.000,00	2.887.500,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	910.146,04	1.089.384,95	1.273.147,85	1.650.000,00	1.732.500,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saude	546.087,01	653.630,70	763.888,67	1.100.000,00	1.155.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	454.344,96	460.400,28	330.565,21	554.400,00	582.120,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	0,00	-94.383,35	-57.356,62	-138.600,00	-145.530,00
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Ordinario	272.607,27	332.870,26	232.753,05	346.500,00	363.825,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Educação	113.586,09	138.695,88	96.980,49	207.900,00	218.295,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saude	68.151,60	83.217,49	58.188,29	138.600,00	145.530,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/9

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 03/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal						
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	370.244,87	806.488,65	656.851,52	454.500,00	569.725,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	5.200.769,83	8.255.102,50	11.021.397,76	11.500.000,00	12.500.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	5.200.769,83	8.255.102,50	11.021.397,76	11.500.000,00	12.500.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF - 60%	3.120.461,96	4.953.061,54	6.612.838,65	6.900.000,00	7.500.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF - 40%	2.080.307,87	3.302.040,96	4.408.559,11	4.600.000,00	5.000.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	0,00	0,00	1.588.899,14	880.000,00	924.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	0,00	0,00	1.588.899,14	880.000,00	924.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	0,00	0,00	1.588.899,14	880.000,00	924.000,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Transferencias do Estado - CASAN	0,00	0,00	1.588.899,14	880.000,00	924.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.288.664,17	4.378.345,46	4.522.519,53	5.416.825,00	5.687.666,26
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.716.461,89	1.864.100,36	2.374.162,78	2.835.000,00	2.976.750,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	626.621,37	714.025,58	998.100,35	735.000,00	771.750,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	298.474,63	272.903,54	396.448,91	315.000,00	330.750,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Ordinario	179.084,23	163.740,90	237.868,27	157.500,00	165.375,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Educação	74.618,58	68.224,89	99.111,20	94.500,00	99.225,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saude	44.771,82	40.937,75	59.469,44	63.000,00	66.150,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	161.206,94	179.860,66	227.987,61	210.000,00	220.500,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Ordinario	96.723,80	107.915,31	136.791,59	105.000,00	110.250,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Educação	40.301,64	44.964,16	56.995,98	63.000,00	66.150,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saude	24.181,50	26.981,19	34.200,04	42.000,00	44.100,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	166.939,80	261.261,38	373.663,83	210.000,00	220.500,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	1.089.840,52	1.150.074,78	1.376.062,43	2.100.000,00	2.205.000,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	1.089.840,52	1.150.074,78	1.376.062,43	2.100.000,00	2.205.000,00
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Prefeitura 50%	0,00	1.150.210,99	1.390.458,62	1.050.000,00	1.102.500,00
9.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Devolução Multas Previstas Legislação de Trânsito	0,00	-136,21	-14.396,19	0,00	0,00
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Policia 50%	0,00	0,00	0,00	1.050.000,00	1.102.500,00
4.1.9.1.9.15.02.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Policia Militar 5l	0,00	0,00	0,00	525.000,00	551.250,00
4.1.9.1.9.15.02.02.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Policia Civil 50%	0,00	0,00	0,00	525.000,00	551.250,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	188.222,50	287.246,37	213.529,16	316.575,00	332.403,76
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	760,00	1.660,00	27,00	1.575,00	1.653,76
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	760,00	1.660,00	27,00	1.575,00	1.653,76
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	187.462,50	285.586,37	213.502,16	315.000,00	330.750,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituiicoes	187.462,50	285.586,37	213.502,16	315.000,00	330.750,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	764.366,63	834.367,25	1.121.628,60	1.265.250,00	1.328.512,50
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	764.366,63	834.367,25	1.121.628,60	1.260.000,00	1.323.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	397.220,00	407.302,82	476.150,83	630.000,00	661.500,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Ordinario	238.331,66	244.380,60	285.689,52	315.000,00	330.750,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Edução	99.304,89	101.824,76	119.036,83	189.000,00	198.450,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saude	59.583,45	61.097,46	71.424,48	126.000,00	132.300,00
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	135.171,79	80.817,22	136.649,24	315.000,00	330.750,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinario	81.102,70	48.489,45	81.988,57	157.500,00	165.375,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	33.792,75	20.203,44	34.161,42	94.500,00	99.225,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saude	20.276,34	12.124,33	20.499,25	63.000,00	66.150,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/9

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 03/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal						
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	231.974,84	346.247,21	508.828,53	315.000,00	330.750,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. não Tributária	0,00	0,00	0,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	0,00	0,00	0,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	619.613,15	1.392.631,48	813.198,99	1.000.000,00	1.050.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	619.613,15	1.392.631,48	813.198,99	1.000.000,00	1.050.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	9.219.919,78	8.605.404,22	9.831.165,47	26.124.180,00	14.551.820,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.250.109,78	2.717.601,33	2.571.377,43	7.772.000,00	12.450.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.250.109,78	2.717.601,33	2.571.377,43	7.772.000,00	12.450.000,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	1.250.109,78	2.717.601,33	2.571.377,43	7.772.000,00	12.450.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	72.810,00	2.406.160,15	23.000,00	1.734.680,00	1.799.820,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	72.810,00	228.621,31	23.000,00	1.335.000,00	1.200.000,00
4.2.2.1.1.00.00.00.00.00	Alien. de Títulos Mobiliarios	0,00	6.321,31	0,00	0,00	0,00
4.2.2.1.7.00.00.00.00.00	Alien. de Bens Móveis Adquir c/ Rec não Vinculado	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	72.810,00	222.300,00	23.000,00	1.335.000,00	0,00
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	2.177.538,84	0,00	399.680,00	599.820,00
4.2.2.2.7.00.00.00.00.00	Alien. de Bens Imóveis Adquir com Recur não Vinc	0,00	0,00	0,00	0,00	599.820,00
4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Imóveis	0,00	2.177.538,84	0,00	399.680,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.897.000,00	3.481.642,74	7.236.788,04	16.617.500,00	302.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.897.000,00	3.481.642,74	7.236.788,04	16.617.500,00	302.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	3.589.500,00	299.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	0,00	0,00	0,00	3.589.500,00	299.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	7.897.000,00	3.481.642,74	7.236.788,04	13.028.000,00	3.000,00
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest.Infra-Estrutura Tra	0,00	3.481.642,74	0,00	10.000.000,00	2.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	7.897.000,00	0,00	7.236.788,04	3.028.000,00	1.000,00
4.2.4.7.2.99.02.00.00.00	Transferencia de Convenio Turismo	0,00	0,00	350.000,00	3.028.000,00	1.000,00
4.2.4.7.2.99.04.00.00.00	Transferencias do Estado Convenio Obras	0,00	0,00	6.886.788,04	0,00	0,00
9.9.1.1.2.02.01.00.00.00	DEVOLUCAO DE IPTU	-1.146,88	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.1.1.2.08.00.00.00.00	DEVOLUCAO DE ITBI	-3.598,49	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.1.1.3.05.00.00.00.00	DEVOLUCAO DO ISS	-9.728,40	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-2.213.223,10	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.09.01.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	-16.942,77	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-10.586,05	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-2.555.685,20	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPVA	-211.629,75	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-80.016,66	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		61.704.458,11	73.211.271,22	83.693.108,79	105.887.405,00	99.079.706,26
Entidade: 2 Fundo Municipal de Saude						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	17.754.531,96	22.900.581,38	31.325.088,63	32.781.226,00	33.602.870,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	17.754.531,96	22.900.581,38	31.228.281,75	29.567.426,00	30.722.570,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	107.084,69	106.878,15	152.404,25	100.000,00	105.000,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS	34.648,20	31.641,50	17.325,00	0,00	0,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	34.648,20	31.641,50	17.325,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 6/9

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 03/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 2 Fundo Municipal de Saude						
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	72.436,49	75.236,65	135.079,25	100.000,00	105.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	72.436,49	75.236,65	135.079,25	100.000,00	105.000,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	72.436,49	75.236,65	135.079,25	100.000,00	105.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	0,00	62.732,75	135.079,25	100.000,00	105.000,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ASPS	72.436,49	12.503,90	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.447.779,27	22.636.123,04	30.317.186,79	29.467.426,00	30.617.570,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.447.779,27	22.636.123,04	30.317.186,79	29.467.426,00	30.617.570,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	17.072.342,37	20.975.430,67	26.381.807,85	27.908.650,00	29.200.320,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	559.179,97	1.356.096,63	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	16.513.162,40	19.619.334,04	26.381.807,85	27.908.650,00	29.200.320,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Gestão Plena - Alta e Media Complexidade	11.754.815,92	14.398.369,38	20.418.207,94	21.578.000,00	22.656.900,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Epidemiologia e Controle de Doenças	99.718,98	112.519,70	185.376,21	125.000,00	134.850,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Farmacia Basica	105.651,40	228.630,11	313.367,96	265.000,00	312.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Piso Atenção Basica - PAB Fixo	965.505,00	919.760,76	1.044.643,69	1.065.000,00	1.118.250,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Ações Basicas Vigilancia Sanitaria	35.348,70	33.576,90	31.445,07	23.000,00	24.150,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Prog. Agente Comunitario de Saude - PACS	466.116,00	512.484,00	774.151,00	651.000,00	683.550,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Programa de Saude da Familia - PSF	578.400,00	662.400,00	955.700,00	819.000,00	859.950,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Incentivo Saude Bucal	20.400,00	19.100,00	25.800,00	27.250,00	27.250,00
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Programa CAPS	203.965,15	48.016,05	22.300,80	231.500,00	253.825,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Outros Programas do SUS - Campanhas	489.092,93	468.072,98	7.985,76	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Plano de Ações e Metas - PAM	75.875,23	75.000,00	75.369,08	72.000,00	74.350,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Hemodialises	1.718.273,09	1.765.634,98	1.846.072,90	2.286.900,00	2.401.245,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Colo Utero	0,00	57.489,18	6.527,44	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Qualificacao da Gestão	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	Implantação de Ações e Servicos de Saude	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	SAMU	0,00	125.000,00	137.500,00	150.000,00	150.000,00
4.1.7.2.1.33.18.00.00.00	Centro de Especialidades Odontoógicas - CEO	0,00	93.280,00	107.360,00	120.000,00	120.000,00
4.1.7.2.1.33.21.00.00.00	Farmacia Popular	0,00	100.000,00	50.000,00	120.000,00	144.000,00
4.1.7.2.1.33.22.00.00.00	NASF - Núcleo de Apoio Saude Familia	0,00	0,00	260.000,00	217.000,00	240.000,00
4.1.7.2.1.33.23.00.00.00	Progesus	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00
4.1.7.2.1.33.24.00.00.00	Time mais Saúde	0,00	0,00	8.000,00	70.000,00	0,00
4.1.7.2.1.33.25.00.00.00	PSF - Federal	0,00	0,00	112.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	375.436,90	1.660.692,37	3.935.378,94	1.558.776,00	1.417.250,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	375.436,90	1.660.692,37	3.687.828,50	370.276,00	1.110.250,00
4.1.7.2.2.01.21.00.00.00	Transferencia do Estado - SUS	375.436,90	1.660.692,37	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados	0,00	0,00	3.687.828,50	370.276,00	1.110.250,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	0,00	0,00	247.550,44	1.188.500,00	307.000,00
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	PSF Estadual	0,00	0,00	82.350,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	CEO Estadual	0,00	0,00	0,00	36.000,00	36.000,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Farmácia Básica Estadual	0,00	0,00	165.200,44	47.500,00	235.000,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Oxigênio/Terapia	0,00	0,00	0,00	1.105.000,00	36.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	90.750,28	78.315,64	97.397,55	0,00	0,00
4.1.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	108.917,72	79.264,55	661.293,16	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 7/9

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 03/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 2 Fundo Municipal de Saude						
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	96.806,88	3.213.800,00	2.880.300,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	96.806,88	3.213.800,00	2.880.300,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	96.806,88	3.213.800,00	2.880.300,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	96.806,88	3.213.800,00	2.880.300,00
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	0,00	100.000,00	3.213.800,00	2.880.300,00
9.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Devolução Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	0,00	-3.193,12	0,00	0,00
Total por entidade:		17.754.531,96	22.900.581,38	31.325.088,63	32.781.226,00	33.602.870,00
Entidade: 3 Fundo Municipal de Assistencia Social						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	555.158,08	628.721,74	876.069,06	773.000,00	733.224,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	555.158,08	628.721,74	876.069,06	773.000,00	733.224,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	14.559,37	14.227,87	18.756,43	15.000,00	15.750,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	14.559,37	14.227,87	18.756,43	15.000,00	15.750,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	14.559,37	14.227,87	18.756,43	15.000,00	15.750,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	14.559,37	14.227,87	18.756,43	15.000,00	15.750,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	14.559,37	14.227,87	18.756,43	15.000,00	15.750,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	530.747,22	606.047,96	856.607,58	753.000,00	712.224,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	530.747,22	606.047,96	856.607,58	753.000,00	712.224,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	519.017,22	533.480,79	856.607,58	713.000,00	559.824,00
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transferências da União	519.017,22	533.480,79	856.607,58	713.000,00	559.824,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	519.017,22	533.480,79	859.316,18	713.000,00	559.824,00
9.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Devolução Demais Transf. da União	0,00	0,00	-2.708,60	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	11.730,00	72.567,17	0,00	40.000,00	152.400,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	11.730,00	72.567,17	0,00	40.000,00	152.400,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.851,49	8.445,91	705,05	5.000,00	5.250,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.211,16	5.718,66	705,05	5.000,00	5.250,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	8.211,16	5.718,66	705,05	5.000,00	5.250,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	8.211,16	5.718,66	705,05	5.000,00	5.250,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.640,33	2.727,25	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		555.158,08	628.721,74	876.069,06	773.000,00	733.224,00
Entidade: 4 Fundação Cultural						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	218.381,27	207.848,49	348.241,54	1.135.000,00	1.191.750,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	171.962,46	207.848,49	348.241,54	535.000,00	561.750,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	5.492,03	2.687,79	981,91	5.000,00	5.250,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	5.492,03	2.687,79	981,91	5.000,00	5.250,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	5.492,03	2.687,79	981,91	5.000,00	5.250,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	5.492,03	2.687,79	981,91	5.000,00	5.250,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	5.492,03	2.687,79	981,91	5.000,00	5.250,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	15.000,00	40.000,00	300.000,00	315.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	15.000,00	40.000,00	300.000,00	315.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	50.000,00	52.500,00
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	50.000,00	52.500,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	0,00	0,00	0,00	50.000,00	52.500,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 8/9

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 03/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 4 Fundação Cultural						
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	15.000,00	40.000,00	250.000,00	262.500,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	0,00	15.000,00	40.000,00	250.000,00	262.500,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	166.470,43	190.160,70	307.259,63	230.000,00	241.500,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	302,28	190.160,70	432,84	10.000,00	10.500,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	302,28	190.160,70	432,84	10.000,00	10.500,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	302,28	190.160,70	432,84	10.000,00	10.500,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	166.168,15	0,00	306.826,79	220.000,00	231.000,00
4.1.9.9.0.98.00.00.00.00	Descontos Obtidos	0,00	0,00	57.833,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	166.168,15	0,00	248.993,79	220.000,00	231.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	46.418,81	0,00	0,00	600.000,00	630.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	46.418,81	0,00	0,00	600.000,00	630.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	46.418,81	0,00	0,00	600.000,00	630.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	400.000,00	420.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	0,00	0,00	0,00	400.000,00	420.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	46.418,81	0,00	0,00	200.000,00	210.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	46.418,81	0,00	0,00	200.000,00	210.000,00
4.2.4.7.2.99.05.00.00.00	Transferencias do Estado - Convenio Cultural	0,00	0,00	0,00	200.000,00	210.000,00
	Total por entidade:	218.381,27	207.848,49	348.241,54	1.135.000,00	1.191.750,00
Entidade: 5 Fundação Municipal de Desportos						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	315.788,69	88.296,03	133.339,81	50.000,00	52.500,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	315.788,69	88.296,03	133.339,81	50.000,00	52.500,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	52.827,80	76.720,49	79.087,94	45.000,00	47.250,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	52.827,80	76.720,49	79.087,94	45.000,00	47.250,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	52.827,80	76.720,49	79.087,94	45.000,00	47.250,00
4.1.1.2.1.26.00.00.00.00	Tx de Publicidade comercial	52.827,80	76.720,49	79.087,94	45.000,00	47.250,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.902,99	821,91	764,83	5.000,00	5.250,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.902,99	821,91	764,83	5.000,00	5.250,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.902,99	821,91	764,83	5.000,00	5.250,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	1.902,99	821,91	764,83	5.000,00	5.250,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	1.902,99	821,91	764,83	5.000,00	5.250,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	250.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	399,76	358,48	3.487,04	0,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	10.658,14	10.395,15	0,00	0,00	0,00
	Total por entidade:	315.788,69	88.296,03	133.339,81	50.000,00	52.500,00
Entidade: 6 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	1.000,00	0,00	0,00	25.000,00	26.250,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.000,00	0,00	0,00	25.000,00	26.250,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	25.000,00	26.250,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	25.000,00	26.250,00
4.1.2.2.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	25.000,00	26.250,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 9/9

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 03/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 6 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente						
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		1.000,00	0,00	0,00	25.000,00	26.250,00
Entidade: 7 Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	7.390.569,95	9.197.437,89	10.029.385,42	7.000.000,00	7.575.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	4.362.220,93	5.416.625,21	6.334.420,23	3.920.000,00	4.341.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.889.838,22	2.059.868,81	2.266.883,53	1.905.000,00	2.000.250,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.889.838,22	2.059.868,81	2.266.883,53	1.905.000,00	2.000.250,00
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	1.504.588,82	1.785.514,30	1.811.678,89	1.605.000,00	1.685.250,00
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo Civil	1.502.000,96	1.782.248,09	1.808.171,49	1.600.000,00	1.680.000,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib de Servidor Inativo Civil	2.587,86	3.266,21	3.507,40	5.000,00	5.250,00
4.1.2.1.0.46.00.00.00.00	Comp. Prev. entre RGPS e RPPS	385.249,40	274.354,51	455.204,64	300.000,00	315.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	2.463.599,93	3.348.533,96	4.027.343,51	2.000.000,00	2.325.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.463.599,93	3.348.533,96	4.027.343,51	2.000.000,00	2.325.000,00
4.1.3.2.5.01.04.00.00.00	Rec. de Remun. Depósitos de Poupança do RPPS	2.463.599,93	3.348.533,96	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneracao dos Investimentos RPPS	0,00	0,00	4.027.343,51	2.000.000,00	2.325.000,00
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneracao dos Investimentos RPPS Renda Fixa	0,00	0,00	3.513.809,34	1.800.000,00	2.115.000,00
4.1.3.2.8.20.00.00.00.00	Remuneracao dos Investimentos RPPS Renda Variavel	0,00	0,00	513.534,17	200.000,00	210.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.782,78	8.222,44	40.193,19	15.000,00	15.750,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	36.155,75	10.000,00	10.500,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	36.155,75	10.000,00	10.500,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	0,00	0,00	36.155,75	10.000,00	10.500,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	8.782,78	8.222,44	4.037,44	5.000,00	5.250,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	8.782,78	8.222,44	4.037,44	5.000,00	5.250,00
4.2.3.0.0.70.00.00.00.00	Outras Amort. de Empréstimos	695.214,69	577.900,49	0,00	0,00	0,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.333.134,33	3.202.912,19	3.694.965,19	3.080.000,00	3.234.000,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.333.134,33	3.202.912,19	3.694.965,19	3.080.000,00	3.234.000,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.333.134,33	3.202.912,19	3.694.965,19	3.080.000,00	3.234.000,00
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	2.333.134,33	3.202.912,19	3.694.965,19	3.080.000,00	3.234.000,00
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contribuição Patronal ao RPPS	2.333.134,33	3.202.912,19	3.385.214,47	2.580.000,00	2.709.000,00
4.7.2.1.0.29.15.00.00.00	Contribuição Previdenciaria em Regime da Parc. Deb	0,00	0,00	309.750,72	500.000,00	525.000,00
Total por entidade:		7.390.569,95	9.197.437,89	10.029.385,42	7.000.000,00	7.575.000,00
Total geral:		87.939.888,06	106.234.156,75	126.405.233,25	147.651.631,00	142.261.300,26



**Estado de Santa Catarina nº 5.086/2010 (Parte II)**

Página: 1/1

Data: 02/12/2010

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	84.527.886,26	DESPESAS CORRENTES	60.038.453,25
RECEITA TRIBUTARIA	22.800.237,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.425.703,25
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.646.000,00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	571.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	420.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.041.750,00
RECEITA AGROPECUARIA	38.587,50		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	52.935.395,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.687.666,26		
		Superavit	24.489.433,01
Total	84.527.886,26	Total	84.527.886,26
Superavit do orçamento corrente	24.489.433,01		
RECEITAS DE CAPITAL	14.551.820,00	DESPESAS DE CAPITAL	18.219.055,51
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	12.450.000,00	INVESTIMENTOS	15.334.600,00
ALIENAÇÃO DE BENS	1.799.820,00	INVERSOES FINANCEIRAS	150.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	302.000,00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	2.734.455,51
		Superavit	20.822.197,50
Total	39.041.253,01	Total	39.041.253,01
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	84.527.886,26	85,31 %	DESPESAS CORRENTES 60.038.453,25 60,60 %
RECEITAS DE CAPITAL	14.551.820,00	14,69 %	DESPESAS DE CAPITAL 18.219.055,51 18,39 %
			RESERVA DE CONTINGENCIA 105.000,00 0,11 %
			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 20.717.197,50 20,91 %
Total	99.079.706,26	100,00 %	Total 99.079.706,26 100,00 %

MILTON HOBUS  
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC/SC 28.616/O-4 CONTADORA

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/1  
 Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

**Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>				
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			60.038.453,25
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		33.425.703,25	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		6.000,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		29.937.048,25	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos		3.482.655,00	
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA		571.000,00	
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		571.000,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		26.041.750,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		2.721.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		4.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		23.316.750,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			18.219.055,51
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		15.334.600,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		2.600,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		15.332.000,00	
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		150.000,00	
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		150.000,00	
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA		2.734.455,51	
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.734.455,51	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			105.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		105.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		105.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>78.362.508,76</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS</b>				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			20.717.197,50
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		20.717.197,50	
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		20.717.197,50	
2.4.1.03.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	20.717.197,50		
2.4.1.03.01.00.00.000000	REPASSE CONCEDIDO	20.717.197,50		
2.4.1.03.01.00.00.011601	F. M. CULTURAL - PREF	1.575.000,00		
2.4.1.03.01.00.00.011602	F. M. DESPORTOS - PREF	1.470.000,00		
2.4.1.03.01.00.00.011603	F. M. DE SAUDE - PREF	12.881.822,50		
2.4.1.03.01.00.00.011604	F. M. DE ASSISTENCIA SOCIAL - PREF	420.000,00		
2.4.1.03.01.00.00.011605	F. M. DE APONSENTADORIA E PENSOES - PREF	775.250,00		
2.4.1.03.01.00.00.011606	C. M. DE VEREADORES - PREF	3.583.125,00		
2.4.1.03.01.00.00.011607	F. M. DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE - PREF	12.000,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>20.717.197,50</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>99.079.706,26</b>
<b>Total geral:</b>				<b>99.079.706,26</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/3  
 Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

**Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			84.527.886,26
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		22.800.237,50	
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS		16.535.150,00	
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	8.691.650,00		
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	6.200.000,00		
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPTU - Ordinário	3.100.000,00		
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPTU - Educação	1.860.000,00		
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPTU - Saúde	1.240.000,00		
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	837.900,00		
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	771.750,00		
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF - Assalariado - Ordinário	385.875,00		
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF - Assalariado - Educação	231.525,00		
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF - Assalariado - Saúde	154.350,00		
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	66.150,00		
4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Ordinários	33.075,00		
4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Educação	19.845,00		
4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Saúde	13.230,00		
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	1.653.750,00		
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	I.T.B.I. - Ordinário	826.875,00		
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	I.T.B.I. - Educação	496.125,00		
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	I.T.B.I. - Saúde	330.750,00		
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	7.843.500,00		
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	7.843.500,00		
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	I.S.Q.N. Outros	6.300.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	I.S.Q.N. Outros - Ordinário	3.150.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	I.S.Q.N. Outros - Educação	1.890.000,00		
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	I.S.Q.N. Outros - Saúde	1.260.000,00		
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	I.S.Q.N. Super Simples	1.543.500,00		
4.1.1.1.3.05.02.01.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Ordinário	771.750,00		
4.1.1.1.3.05.02.02.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Educação	463.050,00		
4.1.1.1.3.05.02.03.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Saúde	308.700,00		
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		4.611.337,50	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Polícia	1.982.137,50		
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	241.500,00		
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	577.500,00		
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Tx de Licença para Execução de Obras	385.875,00		
4.1.1.2.1.35.00.00.00.00	Tx de Alinhamento e Nivelamento	5.512,50		
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	771.750,00		
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	2.629.200,00		
4.1.1.2.2.06.00.00.00.00	Taxa de Licenciamento Ambiental	11.025,00		
4.1.1.2.2.12.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	385.875,00		
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Tx de Cemitérios	55.125,00		
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Tx de Limpeza Pública	2.100.000,00		
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	77.175,00		
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA		1.653.750,00	
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	1.653.750,00		
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		2.646.000,00	
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONÔMICAS		2.646.000,00	
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	2.646.000,00		
4.1.2.2.0.29.01.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic - Outros	2.315.250,00		
4.1.2.2.0.29.02.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic - IPTU	330.750,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		420.000,00	
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS		89.250,00	
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	89.250,00		
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		330.750,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	330.750,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	26.250,00		
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF	26.250,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	304.500,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	304.500,00		
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA		38.587,50	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 2/3  
 Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

**Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.4.9.0.00.00.00.00	Outras Rec. Agropecuárias		38.587,50	
4.1.7.0.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		52.935.395,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		52.011.395,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	16.099.550,00		
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	14.286.410,00		
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	17.640.000,00		
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	-3.528.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.01.00	F.P.M. - Ordinário	8.820.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.02.00	F.P.M. - Educação	5.292.000,00		
4.1.7.2.1.01.02.03.00	F.P.M. - Saúde	3.528.000,00		
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	5.512,50		
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - ITR	-1.102,50		
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota-Parte do Imp.s/a Propr.Terr.Rural - Ordinário	2.756,25		
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota-Parte do Imp.s/a Propr.Terr.Rural - Educação	1.653,75		
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota-Parte do Imp.s/a Propr.Terr.Rural - Saúde	1.102,50		
4.1.7.2.1.01.13.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	170.000,00		
4.1.7.2.1.09.00.00.00	Outras Transferências da União	578.100,00		
4.1.7.2.1.09.99.00.00	Demais Transf. da União	578.100,00		
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	176.400,00		
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	11.025,00		
4.1.7.2.1.22.70.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	165.375,00		
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	952.800,00		
4.1.7.2.1.35.01.00.00	Transf. do Salário-Educação	600.000,00		
4.1.7.2.1.35.03.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	220.500,00		
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	49.612,50		
4.1.7.2.1.35.99.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	82.687,50		
4.1.7.2.1.36.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	132.300,00		
9.1.7.2.1.36.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-26.460,00		
4.1.7.2.1.36.01.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 - Ordinário	66.150,00		
4.1.7.2.1.36.02.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 - Educação	39.690,00		
4.1.7.2.1.36.03.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 - Saúde	26.460,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00	Transferências dos Estados	23.411.845,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	22.842.120,00		
4.1.7.2.2.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS	22.050.000,00		
9.1.7.2.2.01.01.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-4.410.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.01.00	Cota-Parte do ICMS - Ordinário	11.025.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.02.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	6.615.000,00		
4.1.7.2.2.01.01.03.00	Cota-Parte do ICMS - Saúde	4.410.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.00.00	Cota-Parte do IPVA	5.775.000,00		
9.1.7.2.2.01.02.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPVA	-1.155.000,00		
4.1.7.2.2.01.02.01.00	Cota-Parte do IPVA - Ordinário	2.887.500,00		
4.1.7.2.2.01.02.02.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	1.732.500,00		
4.1.7.2.2.01.02.03.00	Cota-Parte do IPVA - Saúde	1.155.000,00		
4.1.7.2.2.01.04.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	727.650,00		
9.1.7.2.2.01.04.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-145.530,00		
4.1.7.2.2.01.04.01.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Ordinário	363.825,00		
4.1.7.2.2.01.04.02.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Educação	218.295,00		
4.1.7.2.2.01.04.03.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saúde	145.530,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	569.725,00		
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	12.500.000,00		
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	12.500.000,00		
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF - 60%	7.500.000,00		
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF - 40%	5.000.000,00		
4.1.7.6.0.00.00.00.00	Transf. de Conv.		924.000,00	
4.1.7.6.2.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	924.000,00		
4.1.7.6.2.99.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	924.000,00		
4.1.7.6.2.99.01.00.00	Transferencias do Estado - CASAN	924.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		5.687.666,26	
4.1.9.1.0.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora		2.976.750,00	
4.1.9.1.1.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	771.750,00		
4.1.9.1.1.38.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	330.750,00		
4.1.9.1.1.38.01.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Ordinário	165.375,00		



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 3/3  
 Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

**Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>				
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>				
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Educação	99.225,00		
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saude	66.150,00		
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	220.500,00		
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Ordinario	110.250,00		
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Educação	66.150,00		
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saude	44.100,00		
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	220.500,00		
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	2.205.000,00		
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	2.205.000,00		
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Prefeitura 50%	1.102.500,00		
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Policia 50%	1.102.500,00		
4.1.9.1.9.15.02.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Policia Militar 50%	551.250,00		
4.1.9.1.9.15.02.02.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Policia Civil 50%	551.250,00		
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		332.403,76	
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	1.653,76		
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	1.653,76		
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	330.750,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	330.750,00		
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DÍVIDA ATIVA		1.328.512,50	
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	1.323.000,00		
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	661.500,00		
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Ordinario	330.750,00		
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	198.450,00		
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saude	132.300,00		
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	330.750,00		
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinario	165.375,00		
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	99.225,00		
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saude	66.150,00		
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	330.750,00		
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. não Tributária	5.512,50		
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	5.512,50		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		1.050.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.050.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			14.551.820,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO		12.450.000,00	
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS		12.450.000,00	
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	12.450.000,00		
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS		1.799.820,00	
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		1.200.000,00	
4.2.2.1.7.00.00.00.00.00	Alien. de Bens Móveis Adquir c/ Rec não Vinculado	1.200.000,00		
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		599.820,00	
4.2.2.2.7.00.00.00.00.00	Alien. de Bens Imóveis Adquir com Recur não Vinc	599.820,00		
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		302.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		302.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	299.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	299.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	3.000,00		
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest.Infra-Estrutura Tra	2.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	1.000,00		
4.2.4.7.2.99.02.00.00.00	Transferencia de Convenio Turismo	1.000,00		
		<b>Total das receitas:</b>	<b>99.079.706,26</b>	
		<b>Total por entidade:</b>	<b>99.079.706,26</b>	
		<b>Total geral:</b>	<b>99.079.706,26</b>	

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Página: 1/1  
Data: 02/12/2010

Funções	Subfunções
4 Administração	62 Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário 122 Administração Geral 123 Administração Financeira 125 Normatização e Fiscalização 126 Tecnologia da Informatização 128 Formação de Recursos Humanos 129 Administração de Receitas 131 Comunicação Social
6 Segurança Pública	181 Policiamento 182 Defesa Civil 244 Assistência Comunitária
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente 244 Assistência Comunitária
12 Educação	122 Administração Geral 306 Alimentação e Nutrição 361 Ensino Fundamental 364 Ensino Superior 365 Educação Infantil 366 Educação de Jovens e Adultos
14 Direitos da Cidadania	422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos
15 Urbanismo	127 Ordenamento Territorial 451 Infra-Estrutura Urbana 452 Serviços Urbanos 512 Saneamento Básico Urbano
17 Saneamento	541 Preservação e Conservação Ambiental
18 Gestão Ambiental	606 Extensão Rural
20 Agricultura	661 Promoção Industrial
22 Indústria	691 Promoção Comercial
23 Comércio e Serviços	695 Turismo 752 Energia Elétrica
25 Energia	843 Serviço da Dívida Interna
28 Encargos Especiais	999 Reserva de Contingência
99 Reserva de Contingência	



**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Página: 1/13

Data: 02/12/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO</b>		<b>2.020.000,00</b>	<b>6.237.457,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.257.457,00</b>
<b>Unidade: 02.01 GABINETE DO PREFEITO</b>		<b>2.020.000,00</b>	<b>5.565.177,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.585.177,00</b>
04	Administração	20.000,00	1.800.500,00		1.820.500,00
04.122	Administração Geral	20.000,00	1.800.500,00		1.820.500,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	20.000,00	1.800.500,00		1.820.500,00
04.122.2 .1.048	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	20.000,00			20.000,00
04.122.2 .2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		1.800.500,00		1.800.500,00
06	Segurança Pública		2.268.875,00		2.268.875,00
06.181	Policimento		2.268.875,00		2.268.875,00
06.181.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		2.268.875,00		2.268.875,00
06.181.2 .2.049	MANUTENÇÃO TRANSITO - POLICIA CIVIL		551.250,00		551.250,00
06.181.2 .2.050	MANUTENÇÃO TRANSITO - POLICIA MILITAR		628.425,00		628.425,00
06.181.2 .2.064	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DA GUARDA MUNICIPAL		1.089.200,00		1.089.200,00
15	Urbanismo	2.000.000,00	1.495.802,00		3.495.802,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	2.000.000,00	1.495.802,00		3.495.802,00
15.451.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	2.000.000,00			2.000.000,00
15.451.2 .1.079	CONTRAPARTIDA CONVÊNIOS	2.000.000,00			2.000.000,00
15.451.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		1.495.802,00		1.495.802,00
15.451.8 .2.012	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO		1.495.802,00		1.495.802,00
<b>Unidade: 02.02 DEPARTAMENTO DA DEFESA CIVIL</b>		<b>0,00</b>	<b>104.895,00</b>	<b>0,00</b>	<b>104.895,00</b>
06	Segurança Pública		104.895,00		104.895,00
06.182	Defesa Civil		104.895,00		104.895,00
06.182.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		104.895,00		104.895,00
06.182.2 .2.003	MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE DEFESA CIVIL		104.895,00		104.895,00
<b>Unidade: 02.04 DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL</b>		<b>0,00</b>	<b>285.390,00</b>	<b>0,00</b>	<b>285.390,00</b>
04	Administração		285.390,00		285.390,00
04.131	Comunicação Social		285.390,00		285.390,00
04.131.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		285.390,00		285.390,00
04.131.2 .2.004	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		285.390,00		285.390,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Página: 2/13

Data: 02/12/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 02.00 GABINETE DO PREFEITO</b>		<b>2.020.000,00</b>	<b>6.237.457,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.257.457,00</b>
<b>Unidade: 02.05 DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE</b>		<b>0,00</b>	<b>110.005,00</b>	<b>0,00</b>	<b>110.005,00</b>
04	Administração		110.005,00		110.005,00
04.122	Administração Geral		110.005,00		110.005,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		110.005,00		110.005,00
04.122.2 .2.005	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE EXPEDIENTE		110.005,00		110.005,00
<b>Unidade: 02.07 DEPARTAMENTO DO PROCON</b>		<b>0,00</b>	<b>171.990,00</b>	<b>0,00</b>	<b>171.990,00</b>
14	Direitos da Cidadania		171.990,00		171.990,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		171.990,00		171.990,00
14.422.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		171.990,00		171.990,00
14.422.2 .2.006	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DO PROCON		171.990,00		171.990,00
<b>Órgão: 03.00 GABINETE DO VICE-PREFEITO</b>		<b>0,00</b>	<b>184.590,00</b>	<b>0,00</b>	<b>184.590,00</b>
<b>Unidade: 03.01 GABINETE DO VICE-PREFEITO</b>		<b>0,00</b>	<b>184.590,00</b>	<b>0,00</b>	<b>184.590,00</b>
04	Administração		184.590,00		184.590,00
04.122	Administração Geral		184.590,00		184.590,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		184.590,00		184.590,00
04.122.2 .2.007	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE PREFEITO		184.590,00		184.590,00
<b>Órgão: 04.00 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO</b>		<b>0,00</b>	<b>1.312.150,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.312.150,00</b>
<b>Unidade: 04.01 PROCURADORIA JURIDICA</b>		<b>0,00</b>	<b>1.312.150,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.312.150,00</b>
04	Administração		1.312.150,00		1.312.150,00
04.062	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário		1.312.150,00		1.312.150,00
04.062.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		1.312.150,00		1.312.150,00
04.062.2 .2.008	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURIDICA		1.312.150,00		1.312.150,00
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.</b>		<b>370.000,00</b>	<b>3.770.320,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.140.320,00</b>
<b>Unidade: 05.01 GABINETE DO SECRETARIO DE PLAN.URB.MEIO AMBIENTE</b>		<b>20.000,00</b>	<b>499.940,00</b>	<b>0,00</b>	<b>519.940,00</b>
04	Administração	20.000,00	499.940,00		519.940,00
04.122	Administração Geral	20.000,00	499.940,00		519.940,00
04.122.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO	20.000,00	499.940,00		519.940,00
04.122.8 .1.049	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	20.000,00			20.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Página: 3/13

Data: 02/12/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.</b>		<b>370.000,00</b>	<b>3.770.320,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.140.320,00</b>
<b>Unidade: 05.01 GABINETE DO SECRETARIO DE PLAN.URB.MEIO AMBIENTE</b>		<b>20.000,00</b>	<b>499.940,00</b>	<b>0,00</b>	<b>519.940,00</b>
04	Administração	20.000,00	499.940,00		519.940,00
04.122	Administração Geral	20.000,00	499.940,00		519.940,00
04.122.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO	20.000,00	499.940,00		519.940,00
04.122.8 .2.009	MANUTENÇÃO GAB. SEC. DESENV. URBANO E MEIO AMBIENTE		499.940,00		499.940,00
<b>Unidade: 05.03 DEPARTAMENTO DE URBANISMO</b>		<b>350.000,00</b>	<b>87.185,00</b>	<b>0,00</b>	<b>437.185,00</b>
15	Urbanismo	350.000,00	87.185,00		437.185,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	350.000,00	87.185,00		437.185,00
15.451.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	350.000,00			350.000,00
15.451.11 .1.001	DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS	350.000,00			350.000,00
15.451.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		87.185,00		87.185,00
15.451.8 .2.011	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO		87.185,00		87.185,00
<b>Unidade: 05.05 DEPARTAMENTO DE PROJETOS</b>		<b>0,00</b>	<b>335.125,00</b>	<b>0,00</b>	<b>335.125,00</b>
15	Urbanismo		335.125,00		335.125,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana		335.125,00		335.125,00
15.451.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		335.125,00		335.125,00
15.451.8 .2.013	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PROJETOS		335.125,00		335.125,00
<b>Unidade: 05.06 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE</b>		<b>0,00</b>	<b>1.924.070,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.924.070,00</b>
18	Gestão Ambiental		1.924.070,00		1.924.070,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		1.924.070,00		1.924.070,00
18.541.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		1.924.070,00		1.924.070,00
18.541.8 .2.014	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE		364.070,00		364.070,00
18.541.8 .2.060	COLETA E TRANSPORTE DE RESIDUOS SOLIDOS		1.560.000,00		1.560.000,00
<b>Unidade: 05.07 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BÁSICO</b>		<b>0,00</b>	<b>924.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>924.000,00</b>
17	Saneamento		924.000,00		924.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		924.000,00		924.000,00
17.512.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		924.000,00		924.000,00
17.512.8 .2.069	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO- FMSB		924.000,00		924.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Página: 4/13

Data: 02/12/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 05.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.</b>		<b>370.000,00</b>	<b>3.770.320,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.140.320,00</b>
<b>Unidade: 05.07 DEPARTAMENTO DE SANEAMENTO BÁSICO</b>		<b>0,00</b>	<b>924.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>924.000,00</b>
17	Saneamento		924.000,00		924.000,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		924.000,00		924.000,00
17.512.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		924.000,00		924.000,00
17.512.8 .2.069	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO- FMSB		924.000,00		924.000,00
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>		<b>20.000,00</b>	<b>5.081.860,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.101.860,00</b>
<b>Unidade: 06.01 GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO</b>		<b>20.000,00</b>	<b>1.759.710,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.779.710,00</b>
04	Administração	20.000,00	1.759.710,00		1.779.710,00
04.122	Administração Geral	20.000,00	1.568.820,00		1.588.820,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	20.000,00	1.568.820,00		1.588.820,00
04.122.2 .1.050	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	20.000,00			20.000,00
04.122.2 .2.016	MANUTENÇÃO DO GAB. DO SEC. DE ADMINISTRAÇÃO		1.556.220,00		1.556.220,00
04.122.2 .2.071	CONSÓRCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL - CIGA		12.600,00		12.600,00
04.126	Tecnologia da Informatização		190.890,00		190.890,00
04.126.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		190.890,00		190.890,00
04.126.2 .2.015	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INFORMATICA		190.890,00		190.890,00
<b>Unidade: 06.02 DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO</b>		<b>0,00</b>	<b>293.860,00</b>	<b>0,00</b>	<b>293.860,00</b>
04	Administração		293.860,00		293.860,00
04.122	Administração Geral		293.860,00		293.860,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		293.860,00		293.860,00
04.122.2 .2.017	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PATRIMONIO		293.860,00		293.860,00
<b>Unidade: 06.03 DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS</b>		<b>0,00</b>	<b>2.587.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.587.500,00</b>
04	Administração		2.587.500,00		2.587.500,00
04.122	Administração Geral		2.272.500,00		2.272.500,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		2.272.500,00		2.272.500,00
04.122.2 .2.018	MANUTENÇÃO DE DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS		2.272.500,00		2.272.500,00
04.128	Formação de Recursos Humanos		315.000,00		315.000,00
04.128.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		315.000,00		315.000,00
04.128.2 .2.113	CAPACITAÇÃO PERMANENTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS		315.000,00		315.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/13

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 06.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO</b>		<b>20.000,00</b>	<b>5.081.860,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5.101.860,00</b>
<b>Unidade: 06.04 DEPARTAMENTO DE SUPRIMENTOS</b>		<b>0,00</b>	<b>329.280,00</b>	<b>0,00</b>	<b>329.280,00</b>
04	Administração		329.280,00		329.280,00
04.122	Administração Geral		329.280,00		329.280,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		329.280,00		329.280,00
04.122.2 .2.019	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE COMPRAS		129.220,00		129.220,00
04.122.2 .2.056	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS		200.060,00		200.060,00
<b>Unidade: 06.05 DEPARTAMENTO DE PREVIDENCIA</b>		<b>0,00</b>	<b>111.510,00</b>	<b>0,00</b>	<b>111.510,00</b>
04	Administração		111.510,00		111.510,00
04.122	Administração Geral		111.510,00		111.510,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		111.510,00		111.510,00
04.122.2 .2.020	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PREVIDÊNCIA		111.510,00		111.510,00
<b>Órgão: 07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA</b>		<b>2.470.000,00</b>	<b>7.318.985,51</b>	<b>0,00</b>	<b>30.506.183,01</b>
<b>Unidade: 07.01 GABINETE DO SECRETARIO DA FAZENDA</b>		<b>2.470.000,00</b>	<b>5.448.445,51</b>	<b>0,00</b>	<b>28.635.643,01</b>
04	Administração	2.470.000,00	1.283.520,00		3.753.520,00
04.122	Administração Geral	2.450.000,00			2.450.000,00
04.122.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.450.000,00			2.450.000,00
04.122.3 .1.063	PNAFM	2.450.000,00			2.450.000,00
04.123	Administração Financeira	20.000,00	1.283.520,00		1.303.520,00
04.123.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	20.000,00	1.283.520,00		1.303.520,00
04.123.3 .1.051	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	20.000,00			20.000,00
04.123.3 .2.021	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO DA FAZENDA		1.283.520,00		1.283.520,00
06	Segurança Pública		771.750,00		771.750,00
06.244	Assistência Comunitária		771.750,00		771.750,00
06.244.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		771.750,00		771.750,00
06.244.3 .2.051	MANUTENÇÃO DO FUNREBOM		771.750,00		771.750,00
15	Urbanismo		237.720,00		237.720,00
15.127	Ordenamento Territorial		237.720,00		237.720,00
15.127.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		237.720,00		237.720,00
15.127.3 .2.010	MANUTENÇÃO DEPTO. DE CADASTRO MULTIFINALITARI		237.720,00		237.720,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Página: 6/13

Data: 02/12/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA</b>		<b>2.470.000,00</b>	<b>7.318.985,51</b>	<b>0,00</b>	<b>30.506.183,01</b>
<b>Unidade: 07.01 GABINETE DO SECRETARIO DA FAZENDA</b>		<b>2.470.000,00</b>	<b>5.448.445,51</b>	<b>0,00</b>	<b>28.635.643,01</b>
28	Encargos Especiais		3.155.455,51		3.155.455,51
28.843	Serviço da Dívida Interna		3.155.455,51		3.155.455,51
28.843.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		3.155.455,51		3.155.455,51
28.843.3 .2.022	PAGAMENTO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA		3.155.455,51		3.155.455,51
					20.717.197,50
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	TRANSFERÊNCIA SAÚDE				12.881.822,50
	TRANSFERÊNCIA FUNDAÇÃO CULTURAL				1.575.000,00
	TRANSFERÊNCIA FUNDAÇÃO DESPORTOS				1.470.000,00
	TRANSFERÊNCIA FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				420.000,00
	TRANSFERÊNCIA FIA				12.000,00
	TRANSFERÊNCIA CAMARA DE VEREADORES				3.583.125,00
	TRANSFERÊNCIA FAP				775.250,00
<b>Unidade: 07.02 DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTARIA</b>		<b>0,00</b>	<b>1.087.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.087.800,00</b>
04	Administração		1.087.800,00		1.087.800,00
04.125	Normatização e Fiscalização		1.087.800,00		1.087.800,00
04.125.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		1.087.800,00		1.087.800,00
04.125.3 .2.023	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA		1.087.800,00		1.087.800,00
<b>Unidade: 07.03 DEPARTAMENTO CONTABIL</b>		<b>0,00</b>	<b>202.300,00</b>	<b>0,00</b>	<b>202.300,00</b>
04	Administração		202.300,00		202.300,00
04.122	Administração Geral		202.300,00		202.300,00
04.122.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		202.300,00		202.300,00
04.122.3 .2.024	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO CONTÁBIL		202.300,00		202.300,00



**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Página: 7/13

Data: 02/12/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA</b>		<b>2.470.000,00</b>	<b>7.318.985,51</b>	<b>0,00</b>	<b>30.506.183,01</b>
<b>Unidade: 07.04 DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA</b>		<b>0,00</b>	<b>96.040,00</b>	<b>0,00</b>	<b>96.040,00</b>
04	Administração		96.040,00		96.040,00
04.123	Administração Financeira		96.040,00		96.040,00
04.123.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		96.040,00		96.040,00
04.123.3 .2.025	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE TESOUREARIA		96.040,00		96.040,00
<b>Unidade: 07.05 DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO</b>		<b>0,00</b>	<b>352.940,00</b>	<b>0,00</b>	<b>352.940,00</b>
04	Administração		352.940,00		352.940,00
04.129	Administração de Receitas		352.940,00		352.940,00
04.129.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		352.940,00		352.940,00
04.129.3 .2.026	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ARRECADAÇÃO		352.940,00		352.940,00
<b>Unidade: 07.06 DIVISÃO DE PROTOCOLO</b>		<b>0,00</b>	<b>131.460,00</b>	<b>0,00</b>	<b>131.460,00</b>
04	Administração		131.460,00		131.460,00
04.122	Administração Geral		131.460,00		131.460,00
04.122.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		131.460,00		131.460,00
04.122.3 .2.027	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE PROTOCOLO		131.460,00		131.460,00
<b>Órgão: 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>		<b>911.500,00</b>	<b>25.847.616,25</b>	<b>0,00</b>	<b>26.759.116,25</b>
<b>Unidade: 08.01 GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCAÇÃO</b>		<b>0,00</b>	<b>429.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>429.100,00</b>
12	Educação		429.100,00		429.100,00
12.122	Administração Geral		429.100,00		429.100,00
12.122.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		429.100,00		429.100,00
12.122.6 .2.028	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO DE EDUCAÇÃO		429.100,00		429.100,00
<b>Unidade: 08.02 DEPARTAMENTO PEDAGOGICO DE ENSINO</b>		<b>911.500,00</b>	<b>24.127.836,25</b>	<b>0,00</b>	<b>25.039.336,25</b>
12	Educação	911.500,00	24.127.836,25		25.039.336,25
12.306	Alimentação e Nutrição		2.615.812,50		2.615.812,50
12.306.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		2.615.812,50		2.615.812,50
12.306.6 .2.032	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO ENSINO INFANTIL		315.000,00		315.000,00
12.306.6 .2.033	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		367.500,00		367.500,00
12.306.6 .2.052	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR FUNDAMENTAL-PNAE		220.500,00		220.500,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Página: 8/13

Data: 02/12/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>		<b>911.500,00</b>	<b>25.847.616,25</b>	<b>0,00</b>	<b>26.759.116,25</b>
<b>Unidade: 08.02 DEPARTAMENTO PEDAGOGICO DE ENSINO</b>		<b>911.500,00</b>	<b>24.127.836,25</b>	<b>0,00</b>	<b>25.039.336,25</b>
12	Educação	911.500,00	24.127.836,25		25.039.336,25
12.306	Alimentação e Nutrição		2.615.812,50		2.615.812,50
12.306.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		2.615.812,50		2.615.812,50
12.306.6 .2.053	PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR PARA CRECHES-PNAC		82.687,50		82.687,50
12.306.6 .2.061	ALIMENTAÇÃO EDUCAÇÃO BÁSICA - ESTADO		55.125,00		55.125,00
12.306.6 .2.070	PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DAS ESCOLAS DE TEMPO INTEGRAL I E II		1.575.000,00		1.575.000,00
12.361	Ensino Fundamental	758.250,00	9.313.922,50		10.072.172,50
12.361.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	758.250,00	9.313.922,50		10.072.172,50
12.361.6 .1.026	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL	105.000,00			105.000,00
12.361.6 .1.027	CONSTRUÇÃO ESCOLA MODELO II	600.000,00			600.000,00
12.361.6 .1.056	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - FUNDAMENTAL	53.250,00			53.250,00
12.361.6 .2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		1.134.000,00		1.134.000,00
12.361.6 .2.034	TRANSPORTE ESCOLAR EDUCAÇÃO BÁSICA - PRÓPRIOS		1.320.000,00		1.320.000,00
12.361.6 .2.058	TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL - ESTADO		264.600,00		264.600,00
12.361.6 .2.059	TRANSPORTE ESCOLAR ENSINO FUNDAMENTAL - PNATE		49.612,50		49.612,50
12.361.6 .2.067	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL		6.440.710,00		6.440.710,00
12.361.6 .2.068	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES PEDAGÓGICAS		105.000,00		105.000,00
12.364	Ensino Superior		189.000,00		189.000,00
12.364.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		189.000,00		189.000,00
12.364.6 .2.035	SUBVENÇÃO A UNIDAVI		189.000,00		189.000,00
12.365	Educação Infantil	153.250,00	12.009.101,25		12.162.351,25
12.365.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	153.250,00	12.009.101,25		12.162.351,25
12.365.6 .1.029	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL	100.000,00			100.000,00
12.365.6 .1.055	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - INFANTIL	53.250,00			53.250,00
12.365.6 .2.030	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		10.161.101,25		10.161.101,25
12.365.6 .2.066	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL		1.848.000,00		1.848.000,00
<b>Unidade: 08.03 DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO</b>		<b>0,00</b>	<b>1.290.680,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.290.680,00</b>
12	Educação		1.290.680,00		1.290.680,00
12.361	Ensino Fundamental		1.262.580,00		1.262.580,00
12.361.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		1.262.580,00		1.262.580,00
12.361.6 .2.031	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO		1.112.580,00		1.112.580,00
12.361.6 .2.118	PAGAMENTO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA - EDUCAÇÃO		150.000,00		150.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 9/13

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 08.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>		<b>911.500,00</b>	<b>25.847.616,25</b>	<b>0,00</b>	<b>26.759.116,25</b>
<b>Unidade: 08.03 DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO</b>		<b>0,00</b>	<b>1.290.680,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.290.680,00</b>
12	Educação		1.290.680,00		1.290.680,00
12.365	Educação Infantil		5.000,00		5.000,00
12.365.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		5.000,00		5.000,00
12.365.6 .2.117	PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - PDDE		5.000,00		5.000,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos		23.100,00		23.100,00
12.366.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		23.100,00		23.100,00
12.366.6 .2.115	PROGRAMA POR UM BRASIL ALFABETIZADO - EJA		23.100,00		23.100,00
<b>Órgão: 09.00 SECRETARIA MUIN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO</b>		<b>22.000,00</b>	<b>1.215.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.237.350,00</b>
<b>Unidade: 09.01 GAB. DO SEC. DE DESENV. ECON. E EMPREENDEDORISMO</b>		<b>20.000,00</b>	<b>405.830,00</b>	<b>0,00</b>	<b>425.830,00</b>
22	Indústria		100.000,00		100.000,00
22.661	Promoção Industrial		100.000,00		100.000,00
22.661.10	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO		100.000,00		100.000,00
22.661.10 .2.047	INCENTIVO AS EMPRESAS		100.000,00		100.000,00
23	Comércio e Serviços	20.000,00	305.830,00		325.830,00
23.691	Promoção Comercial		305.830,00		305.830,00
23.691.10	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO		305.830,00		305.830,00
23.691.10 .2.043	MANUTENÇÃO GAB. SEC. DESENV. ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO		174.370,00		174.370,00
23.691.10 .2.044	MANUT. DEPTO. DESENV. ECONOMICO NACIONAL		131.460,00		131.460,00
23.695	Turismo	20.000,00			20.000,00
23.695.10	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO	20.000,00			20.000,00
23.695.10 .1.052	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	20.000,00			20.000,00
<b>Unidade: 09.04 DEPARTAMENTO DE TURISMO</b>		<b>2.000,00</b>	<b>809.520,00</b>	<b>0,00</b>	<b>811.520,00</b>
23	Comércio e Serviços	2.000,00	809.520,00		811.520,00
23.695	Turismo	2.000,00	809.520,00		811.520,00
23.695.10	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO	2.000,00	809.520,00		811.520,00
23.695.10 .1.009	CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE LAZER E ENTRETENIMENTO (ARENA) - VINCULADO	1.000,00			1.000,00
23.695.10 .1.067	INFRA-ESTRUTURA TURISTICA	1.000,00			1.000,00
23.695.10 .2.045	MANUTENÇÃO DE DEPARTAMENTO DE TURISMO		237.720,00		237.720,00
23.695.10 .2.046	PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS		121.800,00		121.800,00
23.695.10 .2.063	PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS - ESTADOS		250.000,00		250.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 10/13

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 09.00 SECRETARIA MUN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO</b>		<b>22.000,00</b>	<b>1.215.350,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.237.350,00</b>
<b>Unidade: 09.04 DEPARTAMENTO DE TURISMO</b>		<b>2.000,00</b>	<b>809.520,00</b>	<b>0,00</b>	<b>811.520,00</b>
23	Comércio e Serviços	2.000,00	809.520,00		811.520,00
23.695	Turismo	2.000,00	809.520,00		811.520,00
23.695.10	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO	2.000,00	809.520,00		811.520,00
23.695.10 .2.112	PROMOÇÃO E REALIZAÇÃO DE EVENTOS - UNIÃO		200.000,00		200.000,00
<b>Órgão: 10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>		<b>10.023.000,00</b>	<b>7.660.850,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.683.850,00</b>
<b>Unidade: 10.01 GABINETE DO SEC. MUN. DE OBRAS E SERV. URBANOS</b>		<b>20.000,00</b>	<b>417.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>437.200,00</b>
04	Administração	20.000,00	417.200,00		437.200,00
04.122	Administração Geral	20.000,00	417.200,00		437.200,00
04.122.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	20.000,00	417.200,00		437.200,00
04.122.11 .1.053	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	20.000,00			20.000,00
04.122.11 .2.036	MANUTENÇÃO GAB. SEC. DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		417.200,00		417.200,00
<b>Unidade: 10.02 DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO E MANUT.FROTA</b>		<b>0,00</b>	<b>1.384.600,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.384.600,00</b>
15	Urbanismo		1.384.600,00		1.384.600,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana		1.384.600,00		1.384.600,00
15.451.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO		1.384.600,00		1.384.600,00
15.451.11 .2.037	MANUTENÇÃO DEPTO. APOIO ADM. E MANUTENÇÃO DE FROTAS		1.384.600,00		1.384.600,00
<b>Unidade: 10.03 DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIARIAS</b>		<b>10.003.000,00</b>	<b>3.265.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.268.200,00</b>
15	Urbanismo	10.003.000,00	3.240.000,00		13.243.000,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	10.003.000,00	3.240.000,00		13.243.000,00
15.451.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	10.003.000,00	3.240.000,00		13.243.000,00
15.451.11 .1.011	PAVIMENTAÇÃO ESTRADA LONTRAS/RIO DO SUL/AGRONÔMICA - VINCULADO	1.000,00			1.000,00
15.451.11 .1.019	PAVIMENTAÇÃO FUNDO CANOAS - VINCULADO	1.000,00			1.000,00
15.451.11 .1.022	PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, EXECUÇÃO DE GALERIA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS - OPERAÇÃO	10.000.000,00			10.000.000,00
15.451.11 .1.069	PROGRAMA DE MOBILIDADE URBANA	1.000,00			1.000,00
15.451.11 .2.038	MANUTENÇÃO DO DEPTO. DE OBRAS E MELHORIAS VIÁRIAS		3.240.000,00		3.240.000,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Página: 11/13

Data: 02/12/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 10.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS</b>		<b>10.023.000,00</b>	<b>7.660.850,00</b>	<b>0,00</b>	<b>17.683.850,00</b>
<b>Unidade: 10.03 DEPARTAMENTO DE OBRAS E MELHORIAS VIARIAS</b>		<b>10.003.000,00</b>	<b>3.265.200,00</b>	<b>0,00</b>	<b>13.268.200,00</b>
17	Saneamento		25.200,00		25.200,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		25.200,00		25.200,00
17.512.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO		25.200,00		25.200,00
17.512.11 .2.048	OBRAS DE SANEAMENTO E REPAROS DE TUBULAÇÃO		25.200,00		25.200,00
<b>Unidade: 10.04 DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS</b>		<b>0,00</b>	<b>2.593.850,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.593.850,00</b>
15	Urbanismo		745.850,00		745.850,00
15.452	Serviços Urbanos		745.850,00		745.850,00
15.452.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO		745.850,00		745.850,00
15.452.11 .2.039	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS		745.850,00		745.850,00
25	Energia		1.848.000,00		1.848.000,00
25.752	Energia Elétrica		1.848.000,00		1.848.000,00
25.752.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO		1.848.000,00		1.848.000,00
25.752.11 .2.040	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA		1.848.000,00		1.848.000,00
<b>Órgão: 11.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA</b>		<b>350.000,00</b>	<b>1.863.960,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.213.960,00</b>
<b>Unidade: 11.01 GABINETE DO SECRETARIO MUN. DE AGRICULTURA</b>		<b>20.000,00</b>	<b>308.560,00</b>	<b>0,00</b>	<b>328.560,00</b>
20	Agricultura	20.000,00	308.560,00		328.560,00
20.606	Extensão Rural	20.000,00	308.560,00		328.560,00
20.606.9	AGRICULTURA RIO DO SUL VERDE VALE COLONIAL	20.000,00	308.560,00		328.560,00
20.606.9 .1.054	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	20.000,00			20.000,00
20.606.9 .2.041	MANUTENÇÃO DO GAB. SECRETARIO MUN. DE AGRICULTURA		308.560,00		308.560,00
<b>Unidade: 11.02 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA</b>		<b>330.000,00</b>	<b>1.382.220,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.712.220,00</b>
20	Agricultura	330.000,00	1.382.220,00		1.712.220,00
20.606	Extensão Rural	330.000,00	1.382.220,00		1.712.220,00
20.606.9	AGRICULTURA RIO DO SUL VERDE VALE COLONIAL	330.000,00	1.382.220,00		1.712.220,00
20.606.9 .1.002	PRODESA - VINCULADO	297.000,00			297.000,00
20.606.9 .1.003	PRODESA - CONTRAPARTIDA	33.000,00			33.000,00
20.606.9 .2.042	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA		944.720,00		944.720,00
20.606.9 .2.055	PROGRAMA COMPRA DIRETA DO AGRICULTOR - VINCULADO		350.000,00		350.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 12/13

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 11.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA</b>		<b>350.000,00</b>	<b>1.863.960,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.213.960,00</b>
<b>Unidade: 11.02 DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA</b>		<b>330.000,00</b>	<b>1.382.220,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.712.220,00</b>
20	Agricultura	330.000,00	1.382.220,00		1.712.220,00
20.606	Extensão Rural	330.000,00	1.382.220,00		1.712.220,00
20.606.9	AGRICULTURA RIO DO SUL VERDE VALE COLONIAL	330.000,00	1.382.220,00		1.712.220,00
20.606.9 .2.062	PROGRAMA COMPRA DIRETA DO PRODUTOR RURAL - CONTRAPARTIDA		87.500,00		87.500,00
<b>Unidade: 11.03 DEPARTAMENTO DE PECURIA</b>		<b>0,00</b>	<b>173.180,00</b>	<b>0,00</b>	<b>173.180,00</b>
20	Agricultura		173.180,00		173.180,00
20.606	Extensão Rural		173.180,00		173.180,00
20.606.9	AGRICULTURA RIO DO SUL VERDE VALE COLONIAL		173.180,00		173.180,00
20.606.9 .2.110	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE PECUÁRIA		173.180,00		173.180,00
<b>Órgão: 12.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT</b>		<b>0,00</b>	<b>1.577.870,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.577.870,00</b>
<b>Unidade: 12.01 GABINETE DO SECRETARIO DE ASSIT. SOCIAL E HABIT.</b>		<b>0,00</b>	<b>209.790,00</b>	<b>0,00</b>	<b>209.790,00</b>
08	Assistência Social		209.790,00		209.790,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		209.790,00		209.790,00
08.243.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		209.790,00		209.790,00
08.243.5 .2.057	CONSELHO TUTELAR		209.790,00		209.790,00
<b>Unidade: 12.02 DEPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>		<b>0,00</b>	<b>1.077.580,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.077.580,00</b>
08	Assistência Social		1.077.580,00		1.077.580,00
08.244	Assistência Comunitária		1.077.580,00		1.077.580,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		1.077.580,00		1.077.580,00
08.244.5 .2.105	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO SECRETARIO ASSISTENCIA SOCIAL		326.270,00		326.270,00
08.244.5 .2.106	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ASSISTENCIA SOCIAL		751.310,00		751.310,00
<b>Unidade: 12.03 DEPTO DE HABITAÇÃO</b>		<b>0,00</b>	<b>290.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>290.500,00</b>
08	Assistência Social		290.500,00		290.500,00
08.244	Assistência Comunitária		290.500,00		290.500,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		290.500,00		290.500,00
08.244.5 .2.065	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE HABITAÇÃO		88.200,00		88.200,00
08.244.5 .2.111	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE HABITAÇÃO		202.300,00		202.300,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 13/13

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 1 Prefeitura Municipal</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>
<b>Órgão: 12.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT</b>		<b>0,00</b>	<b>1.577.870,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.577.870,00</b>
<b>Unidade: 12.03 DEPTO DE HABITAÇÃO</b>		<b>0,00</b>	<b>290.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>290.500,00</b>
08	Assistência Social		290.500,00		290.500,00
08.244	Assistência Comunitária		290.500,00		290.500,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		290.500,00		290.500,00
08.244.5 .2.111	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE HABITAÇÃO		202.300,00		202.300,00
<b>Órgão: 99.00 RESERVA DE CONTINGENCIA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>105.000,00</b>
<b>Unidade: 99.01 RESERVA DE CONTINGENCIA - PREFEITURA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>105.000,00</b>
99	Reserva de Contingência				105.000,00
99.999	Reserva de Contingência				105.000,00
99.999.99	RESERVA DE CONTINGENCIA				105.000,00
99.999.99 .9.001	RESERVA DE CONTIGÊNCIA - PREFEITURA				105.000,00
<b>Total geral:</b>					<b>99.079.706,26</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
04	Administração	2.550.000,00	12.845.695,00		15.395.695,00
04.062	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário		1.312.150,00		1.312.150,00
04.062.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		1.312.150,00		1.312.150,00
04.122	Administração Geral	2.530.000,00	7.921.965,00		10.451.965,00
04.122.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	20.000,00	417.200,00		437.200,00
04.122.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	40.000,00	6.671.065,00		6.711.065,00
04.122.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	2.450.000,00	333.760,00		2.783.760,00
04.122.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO	20.000,00	499.940,00		519.940,00
04.123	Administração Financeira	20.000,00	1.379.560,00		1.399.560,00
04.123.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	20.000,00	1.379.560,00		1.399.560,00
04.125	Normatização e Fiscalização		1.087.800,00		1.087.800,00
04.125.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		1.087.800,00		1.087.800,00
04.126	Tecnologia da Informatização		190.890,00		190.890,00
04.126.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		190.890,00		190.890,00
04.128	Formação de Recursos Humanos		315.000,00		315.000,00
04.128.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		315.000,00		315.000,00
04.129	Administração de Receitas		352.940,00		352.940,00
04.129.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		352.940,00		352.940,00
04.131	Comunicação Social		285.390,00		285.390,00
04.131.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		285.390,00		285.390,00
06	Segurança Pública		3.145.520,00		3.145.520,00
06.181	Policiamento		2.268.875,00		2.268.875,00
06.181.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		2.268.875,00		2.268.875,00
06.182	Defesa Civil		104.895,00		104.895,00
06.182.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		104.895,00		104.895,00
06.244	Assistência Comunitária		771.750,00		771.750,00
06.244.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		771.750,00		771.750,00
08	Assistência Social		1.577.870,00		1.577.870,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		209.790,00		209.790,00
08.243.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		209.790,00		209.790,00
08.244	Assistência Comunitária		1.368.080,00		1.368.080,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		1.368.080,00		1.368.080,00
12	Educação	911.500,00	25.847.616,25		26.759.116,25
12.122	Administração Geral		429.100,00		429.100,00
12.122.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		429.100,00		429.100,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
12	Educação	911.500,00	25.847.616,25		26.759.116,25
12.306	Alimentação e Nutrição		2.615.812,50		2.615.812,50
12.306.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		2.615.812,50		2.615.812,50
12.361	Ensino Fundamental	758.250,00	10.576.502,50		11.334.752,50
12.361.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	758.250,00	10.576.502,50		11.334.752,50
12.364	Ensino Superior		189.000,00		189.000,00
12.364.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		189.000,00		189.000,00
12.365	Educação Infantil	153.250,00	12.014.101,25		12.167.351,25
12.365.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	153.250,00	12.014.101,25		12.167.351,25
12.366	Educação de Jovens e Adultos		23.100,00		23.100,00
12.366.6	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		23.100,00		23.100,00
14	Direitos da Cidadania		171.990,00		171.990,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos		171.990,00		171.990,00
14.422.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		171.990,00		171.990,00
15	Urbanismo	12.353.000,00	7.526.282,00		19.879.282,00
15.127	Ordenamento Territorial		237.720,00		237.720,00
15.127.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		237.720,00		237.720,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	12.353.000,00	6.542.712,00		18.895.712,00
15.451.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	10.353.000,00	4.624.600,00		14.977.600,00
15.451.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	2.000.000,00			2.000.000,00
15.451.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		1.918.112,00		1.918.112,00
15.452	Serviços Urbanos		745.850,00		745.850,00
15.452.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO		745.850,00		745.850,00
17	Saneamento		949.200,00		949.200,00
17.512	Saneamento Básico Urbano		949.200,00		949.200,00
17.512.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO		25.200,00		25.200,00
17.512.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		924.000,00		924.000,00
18	Gestão Ambiental		1.924.070,00		1.924.070,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental		1.924.070,00		1.924.070,00
18.541.8	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		1.924.070,00		1.924.070,00
20	Agricultura	350.000,00	1.863.960,00		2.213.960,00
20.606	Extensão Rural	350.000,00	1.863.960,00		2.213.960,00
20.606.9	AGRICULTURA RIO DO SUL VERDE VALE COLONIAL	350.000,00	1.863.960,00		2.213.960,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
20	Agricultura	350.000,00	1.863.960,00		2.213.960,00
20.606	Extensão Rural	350.000,00	1.863.960,00		2.213.960,00
20.606.9	AGRICULTURA RIO DO SUL VERDE VALE COLONIAL	350.000,00	1.863.960,00		2.213.960,00
22	Indústria		100.000,00		100.000,00
22.661	Promoção Industrial		100.000,00		100.000,00
22.661.10	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO		100.000,00		100.000,00
23	Comércio e Serviços	22.000,00	1.115.350,00		1.137.350,00
23.691	Promoção Comercial		305.830,00		305.830,00
23.691.10	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO		305.830,00		305.830,00
23.695	Turismo	22.000,00	809.520,00		831.520,00
23.695.10	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO	22.000,00	809.520,00		831.520,00
25	Energia		1.848.000,00		1.848.000,00
25.752	Energia Elétrica		1.848.000,00		1.848.000,00
25.752.11	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO		1.848.000,00		1.848.000,00
28	Encargos Especiais		3.155.455,51		3.155.455,51
28.843	Serviço da Dívida Interna		3.155.455,51		3.155.455,51
28.843.3	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		3.155.455,51		3.155.455,51
99	Reserva de Contingência				105.000,00
99.999	Reserva de Contingência				105.000,00
99.999.99	RESERVA DE CONTIGENCIA				105.000,00
<b>Total:</b>		<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>78.362.508,76</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	TRANSFERÊNCIA SAÚDE				12.881.822,50
	TRANSFERÊNCIA FUNDAÇÃO CULTURAL				1.575.000,00
	TRANSFERÊNCIA FUNDAÇÃO DESPORTOS				1.470.000,00
	TRANSFERÊNCIA FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL				420.000,00
	TRANSFERÊNCIA FIA				12.000,00
	TRANSFERÊNCIA CAMARA DE VEREADORES				3.583.125,00
	TRANSFERÊNCIA FAP				775.250,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.717.197,50</b>
	<b>Total geral:</b>	<b>16.186.500,00</b>	<b>62.071.008,76</b>	<b>0,00</b>	<b>99.079.706,26</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
04	Administração	12.945.695,00	2.450.000,00	15.395.695,00
04.062	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	1.312.150,00		1.312.150,00
04.062.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	1.312.150,00		1.312.150,00
04.122	Administração Geral	8.001.965,00	2.450.000,00	10.451.965,00
04.122.0011	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	437.200,00		437.200,00
04.122.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	6.711.065,00		6.711.065,00
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	333.760,00	2.450.000,00	2.783.760,00
04.122.0008	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO	519.940,00		519.940,00
04.123	Administração Financeira	1.399.560,00		1.399.560,00
04.123.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.399.560,00		1.399.560,00
04.125	Normatização e Fiscalização	1.087.800,00		1.087.800,00
04.125.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	1.087.800,00		1.087.800,00
04.126	Tecnologia da Informatização	190.890,00		190.890,00
04.126.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	190.890,00		190.890,00
04.128	Formação de Recursos Humanos	315.000,00		315.000,00
04.128.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	315.000,00		315.000,00
04.129	Administração de Receitas	352.940,00		352.940,00
04.129.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	352.940,00		352.940,00
04.131	Comunicação Social	285.390,00		285.390,00
04.131.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	285.390,00		285.390,00
06	Segurança Pública	1.194.095,00	1.951.425,00	3.145.520,00
06.181	Policimento	1.089.200,00	1.179.675,00	2.268.875,00
06.181.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	1.089.200,00	1.179.675,00	2.268.875,00
06.182	Defesa Civil	104.895,00		104.895,00
06.182.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	104.895,00		104.895,00
06.244	Assistência Comunitária		771.750,00	771.750,00
06.244.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		771.750,00	771.750,00
08	Assistência Social	1.577.870,00		1.577.870,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	209.790,00		209.790,00
08.243.0005	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA	209.790,00		209.790,00
08.244	Assistência Comunitária	1.368.080,00		1.368.080,00
08.244.0005	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA	1.368.080,00		1.368.080,00
12	Educação	12.958.491,25	13.800.625,00	26.759.116,25
12.122	Administração Geral	429.100,00		429.100,00
12.122.0006	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	429.100,00		429.100,00
12.306	Alimentação e Nutrição	2.257.500,00	358.312,50	2.615.812,50
12.306.0006	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	2.257.500,00	358.312,50	2.615.812,50



**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
12	Educação	12.958.491,25	13.800.625,00	26.759.116,25
12.361	Ensino Fundamental	5.824.290,00	5.510.462,50	11.334.752,50
12.361.0006	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	5.824.290,00	5.510.462,50	11.334.752,50
12.364	Ensino Superior	189.000,00		189.000,00
12.364.0006	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	189.000,00		189.000,00
12.365	Educação Infantil	4.258.601,25	7.908.750,00	12.167.351,25
12.365.0006	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO	4.258.601,25	7.908.750,00	12.167.351,25
12.366	Educação de Jovens e Adultos		23.100,00	23.100,00
12.366.0006	EDUCAÇÃO - CRIANÇA NA ESCOLA O DIA TODO		23.100,00	23.100,00
14	Direitos da Cidadania	171.990,00		171.990,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	171.990,00		171.990,00
14.422.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	171.990,00		171.990,00
15	Urbanismo	9.876.282,00	10.003.000,00	19.879.282,00
15.127	Ordenamento Territorial	237.720,00		237.720,00
15.127.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	237.720,00		237.720,00
15.451	Infra-Estrutura Urbana	8.892.712,00	10.003.000,00	18.895.712,00
15.451.0011	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	4.974.600,00	10.003.000,00	14.977.600,00
15.451.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	2.000.000,00		2.000.000,00
15.451.0008	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO	1.918.112,00		1.918.112,00
15.452	Serviços Urbanos	745.850,00		745.850,00
15.452.0011	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	745.850,00		745.850,00
17	Saneamento	25.200,00	924.000,00	949.200,00
17.512	Saneamento Básico Urbano	25.200,00	924.000,00	949.200,00
17.512.0011	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	25.200,00		25.200,00
17.512.0008	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO		924.000,00	924.000,00
18	Gestão Ambiental	1.924.070,00		1.924.070,00
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	1.924.070,00		1.924.070,00
18.541.0008	PLANEJANDO A RIO DO SUL DO FUTURO	1.924.070,00		1.924.070,00
20	Agricultura	1.566.960,00	647.000,00	2.213.960,00
20.606	Extensão Rural	1.566.960,00	647.000,00	2.213.960,00
20.606.0009	AGRICULTURA RIO DO SUL VERDE VALE COLONIAL	1.566.960,00	647.000,00	2.213.960,00
22	Indústria	100.000,00		100.000,00
22.661	Promoção Industrial	100.000,00		100.000,00
22.661.0010	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO	100.000,00		100.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
23	Comércio e Serviços	685.350,00	452.000,00	1.137.350,00
23.691	Promoção Comercial	305.830,00		305.830,00
23.691.0010	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO	305.830,00		305.830,00
23.695	Turismo	379.520,00	452.000,00	831.520,00
23.695.0010	DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E EMPREENDEDORISMO	379.520,00	452.000,00	831.520,00
25	Energia	1.848.000,00		1.848.000,00
25.752	Energia Elétrica	1.848.000,00		1.848.000,00
25.752.0011	CONSTRUINDO A RIO DO SUL DO FUTURO	1.848.000,00		1.848.000,00
28	Encargos Especiais	3.155.455,51		3.155.455,51
28.843	Serviço da Dívida Interna	3.155.455,51		3.155.455,51
28.843.0003	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	3.155.455,51		3.155.455,51
99	Reserva de Contingência			105.000,00
99.999	Reserva de Contingência			105.000,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTIGENCIA			105.000,00
<b>Total:</b>		<b>48.134.458,76</b>	<b>30.228.050,00</b>	<b>78.362.508,76</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/4

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			
	TRANSFERÊNCIA SAÚDE			12.881.822,50
	TRANSFERÊNCIA FUNDAÇÃO CULTURAL			1.575.000,00
	TRANSFERÊNCIA FUNDAÇÃO DESPORTOS			1.470.000,00
	TRANSFERÊNCIA FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			420.000,00
	TRANSFERÊNCIA FIA			12.000,00
	TRANSFERÊNCIA CAMARA DE VEREADORES			3.583.125,00
	TRANSFERÊNCIA FAP			775.250,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>20.717.197,50</b>
	<b>Total geral:</b>	<b>48.134.458,76</b>	<b>30.228.050,00</b>	<b>99.079.706,26</b>

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Página: 1/5

Data: 02/12/2010

**Entidade: 1 - Prefeitura Municipal**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	2.215.895,00	0,00	2.373.770,00
03.00 - GABINETE DO VICE-PREFEITO		0,00	0,00	0,00	184.590,00	0,00	0,00
04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	1.312.150,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.		0,00	0,00	0,00	519.940,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	5.101.860,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	5.624.060,00	0,00	771.750,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUIN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		0,00	0,00	0,00	437.200,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>15.395.695,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.145.520,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

**Entidade: 1 - Prefeitura Municipal**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - GABINETE DO VICE-PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.759.116,25
09.00 - SECRETARIA MUIN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT		0,00	1.577.870,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>1.577.870,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>26.759.116,25</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

**Entidade: 1 - Prefeitura Municipal**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	171.990,00	3.495.802,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - GABINETE DO VICE-PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.		0,00	0,00	772.310,00	0,00	924.000,00	1.924.070,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		0,00	0,00	237.720,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUIN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		0,00	0,00	15.373.450,00	0,00	25.200,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>171.990,00</b>	<b>19.879.282,00</b>	<b>0,00</b>	<b>949.200,00</b>	<b>1.924.070,00</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

**Entidade: 1 - Prefeitura Municipal**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03.00 - GABINETE DO VICE-PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09.00 - SECRETARIA MUIN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO		0,00	0,00	0,00	100.000,00	1.137.350,00	0,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		0,00	2.213.960,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>2.213.960,00</b>	<b>0,00</b>	<b>100.000,00</b>	<b>1.137.350,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Página: 5/5

Data: 02/12/2010

**Entidade: 1 - Prefeitura Municipal**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
02.00 - GABINETE DO PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.257.457,00
03.00 - GABINETE DO VICE-PREFEITO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	184.590,00
04.00 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.312.150,00
05.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB.MEIO AMB.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.140.320,00
06.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.101.860,00
07.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA		0,00	0,00	0,00	3.155.455,51	0,00	9.788.985,51
08.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.759.116,25
09.00 - SECRETARIA MUIN. DE DESENV. EC. EMPREENDEDORISMO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.237.350,00
10.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS		1.848.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.683.850,00
11.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.213.960,00
12.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABIT		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.577.870,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00	105.000,00
<b>Total:</b>		<b>1.848.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.155.455,51</b>	<b>105.000,00</b>	<b>78.362.508,76</b>
<b>Total geral:</b>							<b>78.362.508,76</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	36.426.299,86	41.463.433,55	46.172.903,99	54.820.145,00	60.038.453,25
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	20.147.454,71	23.291.594,71	26.589.218,92	31.355.845,00	33.425.703,25
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	3.416,00	7.800,00	6.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	17.943.617,72	21.274.353,28	24.019.757,39	28.189.145,00	29.937.048,25
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	2.203.836,99	2.017.241,43	2.566.045,53	3.158.900,00	3.482.655,00
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	134.028,98	334.627,72	267.961,33	520.000,00	571.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	134.028,98	334.627,72	267.961,33	520.000,00	571.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.144.816,17	17.837.211,12	19.315.723,74	22.944.300,00	26.041.750,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1.550.322,66	2.080.868,31	2.066.475,14	2.520.000,00	2.721.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	840,00	1.800,00	4.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	14.594.493,51	15.756.342,81	17.248.408,60	20.422.500,00	23.316.750,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	13.349.339,50	15.240.894,43	22.219.023,13	31.325.310,00	18.219.055,51
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	11.750.094,46	12.226.207,94	16.845.203,79	29.035.310,00	15.334.600,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	1.344,00	2.400,00	2.600,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	11.750.094,46	12.226.207,94	16.843.859,79	29.032.910,00	15.332.000,00
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS	509.000,00	319.000,00	46.000,00	210.000,00	150.000,00
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	509.000,00	319.000,00	46.000,00	210.000,00	150.000,00
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA	1.090.245,04	2.695.686,49	5.327.819,34	2.080.000,00	2.734.455,51
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.090.245,04	2.695.686,49	5.327.819,34	2.080.000,00	2.734.455,51
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	105.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	105.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	100.000,00	105.000,00
Total por entidade:		49.775.639,36	56.704.327,98	68.391.927,12	86.245.455,00	78.362.508,76
Total geral:		49.775.639,36	56.704.327,98	68.391.927,12	86.245.455,00	78.362.508,76

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Página: 1/5

Data: 02/12/2010

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	61.704.458,11	73.211.271,22	83.693.108,79	105.887.405,00	99.079.706,26
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	57.587.095,63	64.605.867,00	73.861.943,32	79.763.225,00	84.527.886,26
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	13.882.163,06	16.028.009,99	17.133.459,61	21.509.750,00	22.800.237,50
4.1.1.1.0.00.00.00.00.00	IMPOSTOS	10.854.875,98	11.956.094,37	13.292.100,79	15.543.000,00	16.535.150,00
4.1.1.1.2.00.00.00.00.00	Impostos s/ o Patrimônio e a Renda	5.302.647,02	5.843.224,06	6.747.576,82	8.073.000,00	8.691.650,00
4.1.1.1.2.02.00.00.00.00	Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	3.665.951,11	3.891.072,72	4.890.680,08	5.700.000,00	6.200.000,00
4.1.1.1.2.02.01.00.00.00	IPTU - Ordinario	2.199.570,37	2.343.280,60	2.942.307,46	2.850.000,00	3.100.000,00
9.1.1.1.2.02.01.00.00.00	Devolução IPTU - Ordinario	0,00	-8.638,04	-7.900,61	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.02.00.00.00	IPTU - Educação	916.487,73	976.366,27	1.225.960,84	1.710.000,00	1.860.000,00
9.1.1.1.2.02.02.00.00.00	Devolução IPTU - Educação	0,00	-3.599,15	-3.291,92	0,00	0,00
4.1.1.1.2.02.03.00.00.00	IPTU - Saude	549.893,01	585.822,57	735.579,42	1.140.000,00	1.240.000,00
9.1.1.1.2.02.03.00.00.00	Devolução IPTU - Saude	0,00	-2.159,53	-1.975,11	0,00	0,00
4.1.1.1.2.04.00.00.00.00	Imposto s/ Renda e Proventos de Qualquer Natureza	681.929,63	790.052,47	643.338,98	798.000,00	837.900,00
4.1.1.1.2.04.31.00.00.00	IRRF s/ os Rendimentos do Trabalho	300.092,46	697.929,73	554.014,21	735.000,00	771.750,00
4.1.1.1.2.04.31.01.00.00	IRRF - Assalariado - Ordinario	180.057,38	418.772,00	338.242,06	367.500,00	385.875,00
4.1.1.1.2.04.31.02.00.00	IRRF - Assalariado - Educação	75.022,29	174.474,48	134.858,46	220.500,00	231.525,00
4.1.1.1.2.04.31.03.00.00	IRRF - Assalariado - Saude	45.012,79	104.683,25	80.913,69	147.000,00	154.350,00
4.1.1.1.2.04.34.00.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos	381.837,17	92.122,74	89.324,77	63.000,00	66.150,00
4.1.1.1.2.04.34.01.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Ordinarios	233.904,46	55.264,40	53.594,71	31.500,00	33.075,00
4.1.1.1.2.04.34.02.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Educação	92.457,70	23.035,83	22.331,36	18.900,00	19.845,00
4.1.1.1.2.04.34.03.00.00	IRRF s/ Outros Rendimentos - Saude	55.475,01	13.822,51	13.398,70	12.600,00	13.230,00
4.1.1.1.2.08.00.00.00.00	Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	954.766,28	1.162.098,87	1.213.557,76	1.575.000,00	1.653.750,00
4.1.1.1.2.08.01.00.00.00	I.T.B.I. - Ordinario	572.859,40	698.829,51	729.353,46	787.500,00	826.875,00
9.1.1.1.2.08.01.00.00.00	I.T.B.I. - Ordinario	0,00	-1.571,08	-1.219,64	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.02.00.00.00	I.T.B.I. - Educação	238.691,41	291.178,54	303.896,83	472.500,00	496.125,00
9.1.1.1.2.08.02.00.00.00	Devolução I.T.B.I. - Educação	0,00	-654,62	-508,19	0,00	0,00
4.1.1.1.2.08.03.00.00.00	I.T.B.I. - Saude	143.215,47	174.709,28	182.340,19	315.000,00	330.750,00
9.1.1.1.2.08.03.00.00.00	Devolução I.T.B.I. - Saude	0,00	-392,76	-304,89	0,00	0,00
4.1.1.1.3.00.00.00.00.00	Imposto s/ a Produção e a Circulação	5.552.228,96	6.112.870,31	6.544.523,97	7.470.000,00	7.843.500,00
4.1.1.1.3.05.00.00.00.00	Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	5.170.803,56	4.906.360,21	5.182.970,86	7.470.000,00	7.843.500,00
4.1.1.1.3.05.01.00.00.00	I.S.Q.N. - Ordinario	3.102.482,60	2.958.483,38	3.117.044,68	6.000.000,00	6.300.000,00
9.1.1.1.3.05.01.00.00.00	Devolução I.S.Q.N. - Ordinario	0,00	-14.668,30	-7.263,69	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.01.01.00.00	I.S.Q.N. Outros - Ordinario	0,00	0,00	0,00	3.000.000,00	3.150.000,00
4.1.1.1.3.05.01.02.00.00	I.S.Q.N. Outros - Educação	0,00	0,00	0,00	1.800.000,00	1.890.000,00
4.1.1.1.3.05.01.03.00.00	I.S.Q.N. Outros - Saude	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00	1.260.000,00
4.1.1.1.3.05.02.00.00.00	I.S.Q.N. - Educação	1.292.693,50	1.232.700,31	1.298.769,16	1.470.000,00	1.543.500,00
9.1.1.1.3.05.02.00.00.00	Devolução I.S.Q.N. - Educação	0,00	-6.111,81	-3.026,72	0,00	0,00
4.1.1.1.3.05.02.01.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Ordinario	0,00	0,00	0,00	735.000,00	771.750,00
4.1.1.1.3.05.02.02.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Educação	0,00	0,00	0,00	441.000,00	463.050,00
4.1.1.1.3.05.02.03.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Saude	0,00	0,00	0,00	294.000,00	308.700,00
4.1.1.1.3.05.03.00.00.00	I.S.Q.N. - Saude	775.627,46	739.623,69	779.263,91	0,00	0,00
9.1.1.1.3.05.03.00.00.00	Devolução I.S.Q.N. - Saude	0,00	-3.667,06	-1.816,48	0,00	0,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal						
4.1.1.1.3.99.01.00.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Ordinario	228.855,33	723.906,16	816.931,66	0,00	0,00
4.1.1.1.3.99.02.00.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Educação	95.356,31	301.627,53	340.388,45	0,00	0,00
4.1.1.1.3.99.03.00.00.00	I.S.Q.N. Super Simples - Saude	57.213,76	180.976,41	204.233,00	0,00	0,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	2.650.125,46	2.993.152,73	3.252.778,12	4.391.750,00	4.611.337,50
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	1.208.334,06	1.439.715,39	1.431.379,16	1.887.750,00	1.982.137,50
4.1.1.2.1.17.00.00.00.00	Tx de Fisc. de Vigilância Sanitária	123.564,14	150.359,58	181.965,16	230.000,00	241.500,00
4.1.1.2.1.25.00.00.00.00	Tx de Funcionamento Estab Comerc/Indúst/Prest Serv	391.579,21	430.192,36	479.241,99	550.000,00	577.500,00
4.1.1.2.1.29.00.00.00.00	Tx de Licença para Execução de Obras	249.221,51	309.501,05	307.466,74	367.500,00	385.875,00
4.1.1.2.1.35.00.00.00.00	Tx de Alinhamento e Nivelamento	3.344,35	3.824,20	3.740,57	5.250,00	5.512,50
4.1.1.2.1.99.00.00.00.00	Outras Tx pelo Exercício do Poder da Polícia	440.624,85	545.838,20	458.964,70	735.000,00	771.750,00
4.1.1.2.2.00.00.00.00.00	Tx pela Prestacao de Servicos	1.441.791,40	1.553.437,34	1.821.398,96	2.504.000,00	2.629.200,00
4.1.1.2.2.06.00.00.00.00	Taxa de Licenciamento Ambiental	0,00	0,00	0,00	10.500,00	11.025,00
4.1.1.2.2.12.00.00.00.00	Emolumentos e Custas Processuais Administrativas	209.473,23	254.734,30	239.916,91	367.500,00	385.875,00
4.1.1.2.2.28.00.00.00.00	Tx de Cemitérios	41.079,79	49.722,75	44.437,50	52.500,00	55.125,00
4.1.1.2.2.90.00.00.00.00	Tx de Limpeza Pública	1.161.238,32	1.182.507,90	1.463.417,57	2.000.000,00	2.100.000,00
4.1.1.2.2.99.00.00.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços	30.000,06	66.472,39	73.626,98	73.500,00	77.175,00
4.1.1.3.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICAO DE MELHORIA	377.161,62	1.078.762,89	588.580,70	1.575.000,00	1.653.750,00
4.1.1.3.0.04.00.00.00.00	Contrib p/ Pavimentação e Obras Complementares	377.161,62	1.078.762,89	588.580,70	1.575.000,00	1.653.750,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.778.342,36	1.800.996,76	2.545.835,09	2.520.000,00	2.646.000,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	1.778.342,36	1.800.996,76	2.545.835,09	2.520.000,00	2.646.000,00
4.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic	1.778.342,36	1.801.803,59	2.177.889,25	2.520.000,00	2.646.000,00
9.1.2.2.0.29.00.00.00.00	Dedução Contr Custeio do Serv de Iluminação Públic	0,00	-806,83	-6.090,60	0,00	0,00
4.1.2.2.0.29.01.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic - Outros	0,00	0,00	0,00	2.205.000,00	2.315.250,00
4.1.2.2.0.29.02.00.00.00	Contrib p/ Custeio do Serviço de Iluminação Públic - IPTU	0,00	0,00	0,00	315.000,00	330.750,00
4.1.2.2.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	374.036,44	0,00	0,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	278.785,27	191.649,83	402.166,42	400.000,00	420.000,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS	52.094,35	67.458,62	74.830,16	85.000,00	89.250,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	52.094,35	67.458,62	74.830,16	85.000,00	89.250,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	226.690,92	124.191,21	327.336,26	315.000,00	330.750,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	226.690,92	124.191,21	327.336,26	315.000,00	330.750,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	12.849,91	18.413,64	26.099,23	25.000,00	26.250,00
4.1.3.2.5.01.02.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc.- FUNDEF	12.849,91	18.413,64	26.099,23	25.000,00	26.250,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	213.841,01	105.777,57	301.237,03	290.000,00	304.500,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	213.841,01	105.777,57	301.237,03	290.000,00	304.500,00
4.1.4.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA AGROPECUARIA	26.707,23	25.787,71	43.724,98	36.750,00	38.587,50
4.1.4.9.0.00.00.00.00.00	Outras Rec. Agropecuárias	26.707,23	25.787,71	43.724,98	36.750,00	38.587,50
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	38.332.433,54	42.181.077,25	49.214.237,69	49.879.900,00	52.935.395,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	38.332.433,54	42.181.077,25	47.625.338,55	48.999.900,00	52.011.395,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	13.708.378,43	13.898.572,50	14.293.392,67	15.291.000,00	16.099.550,00
4.1.7.2.1.01.00.00.00.00	Participação na Rec. da União	12.203.323,09	12.174.298,98	11.962.530,62	13.614.200,00	14.286.410,00
4.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	12.053.294,91	12.044.027,34	11.873.938,17	13.440.000,00	14.112.000,00
9.1.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - FPM	0,00	-2.564.373,42	-2.694.778,64	-3.360.000,00	-3.528.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal						
4.1.7.2.1.01.02.01.00.00	F.P.M. - Ordinario	7.231.977,28	8.857.795,13	8.741.230,04	8.400.000,00	8.820.000,00
4.1.7.2.1.01.02.02.00.00	F.P.M. - Educação	3.013.323,58	3.652.100,15	3.642.179,25	5.040.000,00	5.292.000,00
4.1.7.2.1.01.02.03.00.00	F.P.M. - Saude	1.807.994,05	2.098.505,48	2.185.307,52	3.360.000,00	3.528.000,00
4.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	9.181,13	9.982,09	15.627,20	4.200,00	4.410,00
9.1.7.2.1.01.05.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEB - ITR	0,00	0,00	-3.903,46	-1.050,00	-1.102,50
4.1.7.2.1.01.05.01.00.00	Cota-Parte do Imp.s/a Propr.Terr.Rural - Ordinario	5.508,82	5.989,30	11.718,35	2.625,00	2.756,25
4.1.7.2.1.01.05.02.00.00	Cota-Parte do Imp.s/a Propr.Terr.Rural - Educação	2.295,22	2.495,52	4.882,69	1.575,00	1.653,75
4.1.7.2.1.01.05.03.00.00	Cota-Parte do Imp.s/a Propr.Terr.Rural - Saude	1.377,09	1.497,27	2.929,62	1.050,00	1.102,50
4.1.7.2.1.01.13.00.00.00	Cota-Parte da Contrib. de Intervenção no Dom. Econ	140.847,05	120.289,55	72.965,25	170.000,00	170.000,00
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transferências da União	455.367,95	437.562,92	825.798,11	472.000,00	578.100,00
4.1.7.2.1.09.01.01.00.00	Transf.Financ.ICMS - Des.- L.C.Nº87/96 - Ordinario	54.635,76	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.09.01.02.00.00	Transf.Financ.ICMS - Des.- L.C.Nº87/96 - Educação	22.764,88	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.09.01.03.00.00	Transf.Financ.ICMS - Des.- L.C.Nº87/96 - Saude	13.658,93	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	364.308,38	437.562,92	825.798,11	472.000,00	578.100,00
4.1.7.2.1.22.00.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	127.971,38	204.001,66	150.372,82	168.000,00	176.400,00
4.1.7.2.1.22.20.00.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	3.506,98	8.781,27	7.469,87	10.500,00	11.025,00
4.1.7.2.1.22.70.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	124.464,40	195.220,39	142.902,95	157.500,00	165.375,00
4.1.7.2.1.35.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	858.174,21	954.751,75	1.233.811,42	936.000,00	952.800,00
4.1.7.2.1.35.01.00.00.00	Transf. do Salário-Educação	591.338,96	706.437,49	933.864,68	600.000,00	600.000,00
4.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNAE	181.764,00	172.876,00	289.049,20	210.000,00	220.500,00
9.1.7.2.1.35.03.00.00.00	Devolução Transf. Diretas do FNDE referente ao PNAE	0,00	0,00	-6.758,40	0,00	0,00
4.1.7.2.1.35.04.00.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	24.307,25	9.438,26	10.897,54	47.250,00	49.612,50
4.1.7.2.1.35.99.00.00.00	Outras Transf Diretas do FNDE	60.764,00	66.000,00	6.758,40	78.750,00	82.687,50
4.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	63.541,80	127.957,19	120.879,70	100.800,00	105.840,00
9.1.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	0,00	-28.718,65	-30.011,73	-25.200,00	-26.460,00
4.1.7.2.1.36.01.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 - Ordinario	0,00	94.005,51	90.534,78	63.000,00	66.150,00
4.1.7.2.1.36.02.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 - Educação	0,00	39.168,96	37.722,89	37.800,00	39.690,00
4.1.7.2.1.36.03.00.00.00	Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96 - Saude	0,00	23.501,37	22.633,76	25.200,00	26.460,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	19.423.285,28	20.027.402,25	22.310.548,12	22.208.900,00	23.411.845,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	19.053.040,41	19.220.913,60	21.653.696,60	21.754.400,00	22.842.120,00
4.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	14.958.107,87	14.992.780,77	17.252.372,81	16.800.000,00	17.640.000,00
9.1.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	0,00	-3.357.237,83	-3.928.782,85	-4.200.000,00	-4.410.000,00
4.1.7.2.2.01.01.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Ordinario	8.974.865,19	11.010.011,30	12.736.015,85	10.500.000,00	11.025.000,00
4.1.7.2.2.01.01.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Educação	3.739.526,72	4.587.504,60	5.278.212,41	6.300.000,00	6.615.000,00
4.1.7.2.2.01.01.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Saude	2.243.715,96	2.752.502,70	3.166.927,40	4.200.000,00	4.410.000,00
4.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	3.640.587,58	3.767.732,55	4.070.758,58	4.400.000,00	4.620.000,00
9.1.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPVA	0,00	-589.808,39	-1.021.831,91	-1.100.000,00	-1.155.000,00
4.1.7.2.2.01.02.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Ordinario	2.184.354,53	2.614.525,29	3.055.553,97	2.750.000,00	2.887.500,00
4.1.7.2.2.01.02.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Educação	910.146,04	1.089.384,95	1.273.147,85	1.650.000,00	1.732.500,00
4.1.7.2.2.01.02.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Saude	546.087,01	653.630,70	763.888,67	1.100.000,00	1.155.000,00
4.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação	454.344,96	460.400,28	330.565,21	554.400,00	582.120,00
9.1.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	0,00	-94.383,35	-57.356,62	-138.600,00	-145.530,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal						
4.1.7.2.2.01.04.01.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Ordinário	272.607,27	332.870,26	232.753,05	346.500,00	363.825,00
4.1.7.2.2.01.04.02.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Educação	113.586,09	138.695,88	96.980,49	207.900,00	218.295,00
4.1.7.2.2.01.04.03.00.00	Cota-Parte do IPI sobre Exportação - Saude	68.151,60	83.217,49	58.188,29	138.600,00	145.530,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	370.244,87	806.488,65	656.851,52	454.500,00	569.725,00
4.1.7.2.4.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	5.200.769,83	8.255.102,50	11.021.397,76	11.500.000,00	12.500.000,00
4.1.7.2.4.01.00.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF	5.200.769,83	8.255.102,50	11.021.397,76	11.500.000,00	12.500.000,00
4.1.7.2.4.01.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF - 60%	3.120.461,96	4.953.061,54	6.612.838,65	6.900.000,00	7.500.000,00
4.1.7.2.4.01.02.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEF - 40%	2.080.307,87	3.302.040,96	4.408.559,11	4.600.000,00	5.000.000,00
4.1.7.6.0.00.00.00.00.00	Transf. de Conv.	0,00	0,00	1.588.899,14	880.000,00	924.000,00
4.1.7.6.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. Estados Distr.Fed. e suas Entid.	0,00	0,00	1.588.899,14	880.000,00	924.000,00
4.1.7.6.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Conv. dos Estados	0,00	0,00	1.588.899,14	880.000,00	924.000,00
4.1.7.6.2.99.01.00.00.00	Transferencias do Estado - CASAN	0,00	0,00	1.588.899,14	880.000,00	924.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.288.664,17	4.378.345,46	4.522.519,53	5.416.825,00	5.687.666,26
4.1.9.1.0.00.00.00.00.00	Multas e Juros de Mora	1.716.461,89	1.864.100,36	2.374.162,78	2.835.000,00	2.976.750,00
4.1.9.1.1.00.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora dos Tributos	626.621,37	714.025,58	998.100,35	735.000,00	771.750,00
4.1.9.1.1.38.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU	298.474,63	272.903,54	396.448,91	315.000,00	330.750,00
4.1.9.1.1.38.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Ordinário	179.084,23	163.740,90	237.868,27	157.500,00	165.375,00
4.1.9.1.1.38.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Educação	74.618,58	68.224,89	99.111,20	94.500,00	99.225,00
4.1.9.1.1.38.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o IPTU - Saude	44.771,82	40.937,75	59.469,44	63.000,00	66.150,00
4.1.9.1.1.40.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS	161.206,94	179.860,66	227.987,61	210.000,00	220.500,00
4.1.9.1.1.40.01.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Ordinário	96.723,80	107.915,31	136.791,59	105.000,00	110.250,00
4.1.9.1.1.40.02.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Educação	40.301,64	44.964,16	56.995,98	63.000,00	66.150,00
4.1.9.1.1.40.03.00.00.00	Multas/Juros de Mora s/ o ISS - Saude	24.181,50	26.981,19	34.200,04	42.000,00	44.100,00
4.1.9.1.1.99.00.00.00.00	Multas/Juros de Mora de Outros Tributos	166.939,80	261.261,38	373.663,83	210.000,00	220.500,00
4.1.9.1.9.00.00.00.00.00	Multas de Outras Origens	1.089.840,52	1.150.074,78	1.376.062,43	2.100.000,00	2.205.000,00
4.1.9.1.9.15.00.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito	1.089.840,52	1.150.074,78	1.376.062,43	2.100.000,00	2.205.000,00
4.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Prefeitura 50%	0,00	1.150.210,99	1.390.458,62	1.050.000,00	1.102.500,00
9.1.9.1.9.15.01.00.00.00	Devolução Multas Previstas Legislação de Trânsito	0,00	-136,21	-14.396,19	0,00	0,00
4.1.9.1.9.15.02.00.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Policia 50%	0,00	0,00	0,00	1.050.000,00	1.102.500,00
4.1.9.1.9.15.02.01.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Policia Militar 5l	0,00	0,00	0,00	525.000,00	551.250,00
4.1.9.1.9.15.02.02.00.00	Multas Previstas na Legislação de Trânsito - Policia Civil 50%	0,00	0,00	0,00	525.000,00	551.250,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	188.222,50	287.246,37	213.529,16	316.575,00	332.403,76
4.1.9.2.1.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES	760,00	1.660,00	27,00	1.575,00	1.653,76
4.1.9.2.1.99.00.00.00.00	Outras Indenizações	760,00	1.660,00	27,00	1.575,00	1.653,76
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	187.462,50	285.586,37	213.502,16	315.000,00	330.750,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituiçoes	187.462,50	285.586,37	213.502,16	315.000,00	330.750,00
4.1.9.3.0.00.00.00.00.00	RECEITA DA DIVIDA ATIVA	764.366,63	834.367,25	1.121.628,60	1.265.250,00	1.328.512,50
4.1.9.3.1.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Tributaria	764.366,63	834.367,25	1.121.628,60	1.260.000,00	1.323.000,00
4.1.9.3.1.11.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU	397.220,00	407.302,82	476.150,83	630.000,00	661.500,00
4.1.9.3.1.11.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Ordinário	238.331,66	244.380,60	285.689,52	315.000,00	330.750,00
4.1.9.3.1.11.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Educação	99.304,89	101.824,76	119.036,83	189.000,00	198.450,00
4.1.9.3.1.11.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do IPTU - Saude	59.583,45	61.097,46	71.424,48	126.000,00	132.300,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/12/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 1 - Prefeitura Municipal

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 1 Prefeitura Municipal						
4.1.9.3.1.13.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS	135.171,79	80.817,22	136.649,24	315.000,00	330.750,00
4.1.9.3.1.13.01.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Ordinario	81.102,70	48.489,45	81.988,57	157.500,00	165.375,00
4.1.9.3.1.13.02.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Educação	33.792,75	20.203,44	34.161,42	94.500,00	99.225,00
4.1.9.3.1.13.03.00.00.00	Rec. Div. Ativ. do ISS - Saude	20.276,34	12.124,33	20.499,25	63.000,00	66.150,00
4.1.9.3.1.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. de Outros Tributos	231.974,84	346.247,21	508.828,53	315.000,00	330.750,00
4.1.9.3.2.00.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. não Tributária	0,00	0,00	0,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.3.2.99.00.00.00.00	Rec. Div. Ativ. Não Tributária de Outras Rec.	0,00	0,00	0,00	5.250,00	5.512,50
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	619.613,15	1.392.631,48	813.198,99	1.000.000,00	1.050.000,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	619.613,15	1.392.631,48	813.198,99	1.000.000,00	1.050.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	9.219.919,78	8.605.404,22	9.831.165,47	26.124.180,00	14.551.820,00
4.2.1.0.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.250.109,78	2.717.601,33	2.571.377,43	7.772.000,00	12.450.000,00
4.2.1.1.0.00.00.00.00.00	OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.250.109,78	2.717.601,33	2.571.377,43	7.772.000,00	12.450.000,00
4.2.1.1.9.00.00.00.00.00	Outras Operações de Crédito Internas	1.250.109,78	2.717.601,33	2.571.377,43	7.772.000,00	12.450.000,00
4.2.2.0.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS	72.810,00	2.406.160,15	23.000,00	1.734.680,00	1.799.820,00
4.2.2.1.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	72.810,00	228.621,31	23.000,00	1.335.000,00	1.200.000,00
4.2.2.1.1.00.00.00.00.00	Alien. de Titulos Mobiliarios	0,00	6.321,31	0,00	0,00	0,00
4.2.2.1.7.00.00.00.00.00	Alien. de Bens Móveis Adquir c/ Rec não Vinculado	0,00	0,00	0,00	0,00	1.200.000,00
4.2.2.1.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Móveis	72.810,00	222.300,00	23.000,00	1.335.000,00	0,00
4.2.2.2.0.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	2.177.538,84	0,00	399.680,00	599.820,00
4.2.2.2.7.00.00.00.00.00	Alien. de Bens Imóveis Adquir com Recur não Vinc	0,00	0,00	0,00	0,00	599.820,00
4.2.2.2.9.00.00.00.00.00	Alien. de Outros Bens Imóveis	0,00	2.177.538,84	0,00	399.680,00	0,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.897.000,00	3.481.642,74	7.236.788,04	16.617.500,00	302.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	7.897.000,00	3.481.642,74	7.236.788,04	16.617.500,00	302.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	3.589.500,00	299.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	0,00	0,00	0,00	3.589.500,00	299.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	7.897.000,00	3.481.642,74	7.236.788,04	13.028.000,00	3.000,00
4.2.4.7.2.05.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados Dest.Infra-Estrutura Tra	0,00	3.481.642,74	0,00	10.000.000,00	2.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	7.897.000,00	0,00	7.236.788,04	3.028.000,00	1.000,00
4.2.4.7.2.99.02.00.00.00	Transferencia de Convenio Turismo	0,00	0,00	350.000,00	3.028.000,00	1.000,00
4.2.4.7.2.99.04.00.00.00	Transferencias do Estado Convenio Obras	0,00	0,00	6.886.788,04	0,00	0,00
9.9.1.1.2.02.01.00.00.00	DEVOLUCAO DE IPTU	-1.146,88	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.1.1.2.08.00.00.00.00	DEVOLUCAO DE ITBI	-3.598,49	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.1.1.3.05.00.00.00.00	DEVOLUCAO DO ISS	-9.728,40	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/ Formação FUNDEF - FPM	-2.213.223,10	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.09.01.00.00.00	Dedução de Receita Formação do FUNDEF - LC 87/96	-16.942,77	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.1.36.00.00.00.00	Ded Rec p/ Form do FUNDEB - ICMS Deson - LC 87/96	-10.586,05	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.01.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - ICMS	-2.555.685,20	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.02.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPVA	-211.629,75	0,00	0,00	0,00	0,00
9.9.7.2.2.01.04.00.00.00	Dedução de Receita p/Formação do FUNDEF - IPI Exp.	-80.016,66	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		61.704.458,11	73.211.271,22	83.693.108,79	105.887.405,00	99.079.706,26
Total geral:		61.704.458,11	73.211.271,22	83.693.108,79	105.887.405,00	99.079.706,26

**Estado de Santa Catarina nº 5.086/2010 (Parte III)**

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 2 - Fundo Municipal de Saúde

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	30.722.570,00	DESPESAS CORRENTES	43.309.342,50
RECEITA PATRIMONIAL	105.000,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.571.122,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.617.570,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	33.738.220,00
Deficit	12.586.772,50		
Total	43.309.342,50	Total	43.309.342,50
		Deficit do orçamento corrente	12.586.772,50
RECEITAS DE CAPITAL	2.880.300,00	DESPESAS DE CAPITAL	3.175.350,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.880.300,00	INVESTIMENTOS	3.175.350,00
Deficit	12.881.822,50		
Total	15.762.122,50	Total	15.762.122,50
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	30.722.570,00	66,09 %	DESPESAS CORRENTES 43.309.342,50 93,17 %
RECEITAS DE CAPITAL	2.880.300,00	6,20 %	DESPESAS DE CAPITAL 3.175.350,00 6,83 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	12.881.822,50	27,71 %	
Total	46.484.692,50	100,00 %	Total 46.484.692,50 100,00 %

MILTON HOBUS  
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC/SC 28.616/O-4 CONTADORA

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**Página: 1/1  
Data: 01/11/2010**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 2 - Fundo Municipal de Saude

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
<b>Entidade: 2 Fundo Municipal de Saude</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			43.309.342,50
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		9.571.122,50	
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		5.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		8.580.627,50	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos		984.995,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		33.738.220,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		4.192.000,00	
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		5.250,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		29.540.970,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			3.175.350,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		3.175.350,00	
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos		5.250,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.170.100,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>46.484.692,50</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>46.484.692,50</b>
<b>Total geral:</b>				<b>46.484.692,50</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/1  
 Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

**Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 2 - Fundo Municipal de Saude

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 2 Fundo Municipal de Saude</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			30.722.570,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		105.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		105.000,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	105.000,00		
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	105.000,00		
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	105.000,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		30.617.570,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		30.617.570,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	29.200.320,00		
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	29.200.320,00		
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Gestão Plena - Alta e Media Complexidade	22.656.900,00		
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Epidemiologia e Controle de Doenças	134.850,00		
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Farmacia Basica	312.000,00		
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Piso Atenção Basica - PAB Fixo	1.118.250,00		
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Ações Basicas Vigilância Sanitaria	24.150,00		
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Prog. Agente Comunitario de Saude - PACS	683.550,00		
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Programa de Saude da Familia - PSF	859.950,00		
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Incentivo Saude Bucal	27.250,00		
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Programa CAPS	253.825,00		
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Plano de Ações e Metas - PAM	74.350,00		
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Hemodialises	2.401.245,00		
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	SAMU	150.000,00		
4.1.7.2.1.33.18.00.00.00	Centro de Especialidades Odontológicas - CEO	120.000,00		
4.1.7.2.1.33.21.00.00.00	Farmacia Popular	144.000,00		
4.1.7.2.1.33.22.00.00.00	NASF - Núcleo de Apoio Saude Familia	240.000,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	1.417.250,00		
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	1.110.250,00		
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados	1.110.250,00		
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	307.000,00		
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	CEO Estadual	36.000,00		
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Farmácia Básica Estadual	235.000,00		
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Oxigênio/Terapia	36.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			2.880.300,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		2.880.300,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		2.880.300,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	2.880.300,00		
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	2.880.300,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>33.602.870,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA			12.881.822,50
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		12.881.822,50	
2.4.1.04.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		12.881.822,50	
2.4.1.04.01.00.00.000000	REPASSES RECEBIDOS	12.881.822,50		
2.4.1.04.01.00.00.011602	TRANSF. FINANC. DO MUNICIPIO - SAUDE	12.881.822,50		
<b>Total das transferências:</b>				<b>12.881.822,50</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>46.484.692,50</b>
<b>Total geral:</b>				<b>46.484.692,50</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**Página: 1/1  
Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 2 - Fundo Municipal de Saude

Funções	Subfunções
10 Saúde	301 Atenção Básica 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial 304 Vigilância Sanitária 305 Vigilância Epidemiológica



**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 2 - Fundo Municipal de Saúde

Página: 1/2

Data: 01/11/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 2</b>	<b>Fundo Municipal de Saúde</b>	<b>2.880.300,00</b>	<b>43.604.392,50</b>	<b>0,00</b>	<b>46.484.692,50</b>
<b>Órgão: 40.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>	<b>2.880.300,00</b>	<b>43.604.392,50</b>	<b>0,00</b>	<b>46.484.692,50</b>
<b>Unidade: 40.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>	<b>2.880.300,00</b>	<b>43.604.392,50</b>	<b>0,00</b>	<b>46.484.692,50</b>
10	Saúde	2.880.300,00	43.604.392,50		46.484.692,50
10.301	Atenção Básica	2.880.300,00	17.605.072,50		20.485.372,50
10.301.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS	2.880.300,00	17.605.072,50		20.485.372,50
10.301.4 .1.033	CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE PSF - VINCULADO	716.800,00			716.800,00
10.301.4 .1.035	CONSTRUÇÃO E E EQUIPAMENTOS POLICLÍNICA DE REFERENCIA - VINCULADOS	1.102.500,00			1.102.500,00
10.301.4 .1.037	CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) - VINCULADOS	590.000,00			590.000,00
10.301.4 .1.039	AQUISIÇÃO DE VEICULOS - VINCULADOS	292.000,00			292.000,00
10.301.4 .1.041	EQUIPAGEM UNIDADES DE SAÚDE - VINCULADOS	54.000,00			54.000,00
10.301.4 .1.044	REFORMA E AMPLIAÇÃO UNIDADES DE SAUDE - VINCULADOS	125.000,00			125.000,00
10.301.4 .2.078	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		11.547.072,50		11.547.072,50
10.301.4 .2.081	PROGRAMAS ORCAMENTO CRIANCA - OCA		15.750,00		15.750,00
10.301.4 .2.082	MANUTENCAO DA FARMACIA POPULAR		144.000,00		144.000,00
10.301.4 .2.087	BLFAB - FARMACIA BASICA		1.692.000,00		1.692.000,00
10.301.4 .2.092	BLATB - PAB SAUDE BUCAL		27.250,00		27.250,00
10.301.4 .2.093	BLATB - AÇÕES AGENTE COM DE SAUDE		683.550,00		683.550,00
10.301.4 .2.094	BLATB - AÇÕES SAUDE DA FAMILIA		859.950,00		859.950,00
10.301.4 .2.095	BLATB - PAB FIXO - AÇÕES BASICAS		1.118.250,00		1.118.250,00
10.301.4 .2.096	BLATB - NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA		240.000,00		240.000,00
10.301.4 .2.097	AÇÕES DE SAUDE COM RECURSOS DO ESTADO		1.146.250,00		1.146.250,00
10.301.4 .2.098	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE		16.000,00		16.000,00
10.301.4 .2.114	PROGRAMA DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS		115.000,00		115.000,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		25.710.970,00		25.710.970,00
10.302.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS		25.710.970,00		25.710.970,00
10.302.4 .2.080	BLMAC - MANUTENÇÃO DA GESTÃO PLENA - MAC		22.656.900,00		22.656.900,00
10.302.4 .2.088	BLMAC - CAPS		316.825,00		316.825,00
10.302.4 .2.089	BLMAC - SAMU		180.000,00		180.000,00
10.302.4 .2.090	BLMAC - CEO		156.000,00		156.000,00
10.302.4 .2.091	BLMAC - FAEC EXTRA TETO		2.401.245,00		2.401.245,00
10.304	Vigilância Sanitária		39.150,00		39.150,00
10.304.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS		39.150,00		39.150,00
10.304.4 .2.079	BLVGS - VIGILÂNCIA SANITÁRIA		39.150,00		39.150,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		249.200,00		249.200,00
10.305.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS		249.200,00		249.200,00
10.305.4 .2.085	BLVGS - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA		149.850,00		149.850,00
10.305.4 .2.086	BLVGS - PAM - DST/HIV/AIDS		99.350,00		99.350,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 2 - Fundo Municipal de Saude

Página: 2/2

Data: 01/11/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 2</b>	<b>Fundo Municipal de Saude</b>	<b>2.880.300,00</b>	<b>43.604.392,50</b>	<b>0,00</b>	<b>46.484.692,50</b>
<b>Órgão: 40.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>	<b>2.880.300,00</b>	<b>43.604.392,50</b>	<b>0,00</b>	<b>46.484.692,50</b>
<b>Unidade: 40.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE</b>	<b>2.880.300,00</b>	<b>43.604.392,50</b>	<b>0,00</b>	<b>46.484.692,50</b>
10	Saúde	2.880.300,00	43.604.392,50		46.484.692,50
10.305	Vigilância Epidemiológica		249.200,00		249.200,00
10.305.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS		249.200,00		249.200,00
10.305.4 .2.086	BLVGS - PAM - DST/HIV/AIDS		99.350,00		99.350,00

**Total geral: 46.484.692,50**

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 2 - Fundo Municipal de Saude

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
10	Saúde	2.880.300,00	43.604.392,50		46.484.692,50
10.301	Atenção Básica	2.880.300,00	17.605.072,50		20.485.372,50
10.301.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS	2.880.300,00	17.605.072,50		20.485.372,50
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial		25.710.970,00		25.710.970,00
10.302.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS		25.710.970,00		25.710.970,00
10.304	Vigilância Sanitária		39.150,00		39.150,00
10.304.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS		39.150,00		39.150,00
10.305	Vigilância Epidemiológica		249.200,00		249.200,00
10.305.4	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS		249.200,00		249.200,00
Total:		2.880.300,00	43.604.392,50	0,00	46.484.692,50
Total geral:		2.880.300,00	43.604.392,50	0,00	46.484.692,50

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 2 - Fundo Municipal de Saude

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	12.986.822,50	33.497.870,00	46.484.692,50
10.301	Atenção Básica	12.838.822,50	7.646.550,00	20.485.372,50
10.301.0004	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS	12.838.822,50	7.646.550,00	20.485.372,50
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	93.000,00	25.617.970,00	25.710.970,00
10.302.0004	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS	93.000,00	25.617.970,00	25.710.970,00
10.304	Vigilância Sanitária	15.000,00	24.150,00	39.150,00
10.304.0004	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS	15.000,00	24.150,00	39.150,00
10.305	Vigilância Epidemiológica	40.000,00	209.200,00	249.200,00
10.305.0004	SAÚDE - CUIDANDO DAS PESSOAS	40.000,00	209.200,00	249.200,00
<b>Total:</b>		<b>12.986.822,50</b>	<b>33.497.870,00</b>	<b>46.484.692,50</b>
<b>Total geral:</b>		<b>12.986.822,50</b>	<b>33.497.870,00</b>	<b>46.484.692,50</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

## Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 2 - Fundo Municipal de Saude

**Entidade: 2 - Fundo Municipal de Saude**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
40.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 2 - Fundo Municipal de Saude

**Entidade: 2 - Fundo Municipal de Saude**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
40.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	46.484.692,50	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>46.484.692,50</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 2 - Fundo Municipal de Saude

Página: 3/5

Data: 01/11/2010

**Entidade: 2 - Fundo Municipal de Saude**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
40.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 2 - Fundo Municipal de Saude

**Entidade: 2 - Fundo Municipal de Saude**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
40.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 2 - Fundo Municipal de Saude

**Entidade: 2 - Fundo Municipal de Saude**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
40.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46.484.692,50
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>46.484.692,50</b>
	<b>Total geral:</b>						<b>46.484.692,50</b>

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 2 - Fundo Municipal de Saude

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 2 Fundo Municipal de Saude						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	24.580.265,48	30.521.033,33	39.984.470,40	41.430.876,00	43.309.342,50
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.587.299,92	6.041.034,35	6.978.339,43	9.029.450,00	9.571.122,50
3.1.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	4.979.168,70	5.359.861,86	6.275.930,81	8.129.000,00	8.580.627,50
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	608.131,22	681.172,49	702.408,62	895.450,00	984.995,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.992.965,56	24.479.998,98	33.006.130,97	32.401.426,00	33.738.220,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	2.065.154,45	2.267.720,60	2.802.177,88	4.040.000,00	4.192.000,00
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.250,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	16.927.811,11	22.212.278,38	30.203.953,09	28.356.426,00	29.540.970,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	231.705,80	171.550,34	371.931,50	3.577.800,00	3.175.350,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	231.705,80	171.550,34	371.931,50	3.577.800,00	3.175.350,00
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferencias a Consorcios Publicos	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.250,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	231.705,80	171.550,34	371.931,50	3.572.800,00	3.170.100,00
Total por entidade:		24.811.971,28	30.692.583,67	40.356.401,90	45.008.676,00	46.484.692,50
Total geral:		24.811.971,28	30.692.583,67	40.356.401,90	45.008.676,00	46.484.692,50

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 2 - Fundo Municipal de Saude

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 2 Fundo Municipal de Saude						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	17.754.531,96	22.900.581,38	31.325.088,63	32.781.226,00	33.602.870,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	17.754.531,96	22.900.581,38	31.228.281,75	29.567.426,00	30.722.570,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	107.084,69	106.878,15	152.404,25	100.000,00	105.000,00
4.1.3.1.0.00.00.00.00.00	RECEITAS IMOBILIARIAS	34.648,20	31.641,50	17.325,00	0,00	0,00
4.1.3.1.1.00.00.00.00.00	ALUGUÉIS	34.648,20	31.641,50	17.325,00	0,00	0,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	72.436,49	75.236,65	135.079,25	100.000,00	105.000,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	72.436,49	75.236,65	135.079,25	100.000,00	105.000,00
4.1.3.2.5.01.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados	72.436,49	75.236,65	135.079,25	100.000,00	105.000,00
4.1.3.2.5.01.03.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - Fundo Saude	0,00	62.732,75	135.079,25	100.000,00	105.000,00
4.1.3.2.5.01.06.00.00.00	Rec. de Remun. Dep. Banc. Rec. Vinc. - ASPS	72.436,49	12.503,90	0,00	0,00	0,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.447.779,27	22.636.123,04	30.317.186,79	29.467.426,00	30.617.570,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	17.447.779,27	22.636.123,04	30.317.186,79	29.467.426,00	30.617.570,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	17.072.342,37	20.975.430,67	26.381.807,85	27.908.650,00	29.200.320,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	559.179,97	1.356.096,63	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	16.513.162,40	19.619.334,04	26.381.807,85	27.908.650,00	29.200.320,00
4.1.7.2.1.33.01.00.00.00	Gestão Plena - Alta e Media Complexidade	11.754.815,92	14.398.369,38	20.418.207,94	21.578.000,00	22.656.900,00
4.1.7.2.1.33.02.00.00.00	Epidemiologia e Controle de Doenças	99.718,98	112.519,70	185.376,21	125.000,00	134.850,00
4.1.7.2.1.33.03.00.00.00	Farmacia Basica	105.651,40	228.630,11	313.367,96	265.000,00	312.000,00
4.1.7.2.1.33.04.00.00.00	Piso Atenção Basica - PAB Fixo	965.505,00	919.760,76	1.044.643,69	1.065.000,00	1.118.250,00
4.1.7.2.1.33.05.00.00.00	Ações Basicas Vigilancia Sanitaria	35.348,70	33.576,90	31.445,07	23.000,00	24.150,00
4.1.7.2.1.33.06.00.00.00	Prog. Agente Comunitario de Saude - PACS	466.116,00	512.484,00	774.151,00	651.000,00	683.550,00
4.1.7.2.1.33.07.00.00.00	Programa de Saude da Familia - PSF	578.400,00	662.400,00	955.700,00	819.000,00	859.950,00
4.1.7.2.1.33.08.00.00.00	Incentivo Saude Bucal	20.400,00	19.100,00	25.800,00	27.250,00	27.250,00
4.1.7.2.1.33.09.00.00.00	Programa CAPS	203.965,15	48.016,05	22.300,80	231.500,00	253.825,00
4.1.7.2.1.33.10.00.00.00	Outros Programas do SUS - Campanhas	489.092,93	468.072,98	7.985,76	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.11.00.00.00	Plano de Ações e Metas - PAM	75.875,23	75.000,00	75.369,08	72.000,00	74.350,00
4.1.7.2.1.33.12.00.00.00	Hemodialises	1.718.273,09	1.765.634,98	1.846.072,90	2.286.900,00	2.401.245,00
4.1.7.2.1.33.13.00.00.00	Colo Utero	0,00	57.489,18	6.527,44	0,00	0,00
4.1.7.2.1.33.14.00.00.00	Qualificacao da Gestão	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
4.1.7.2.1.33.15.00.00.00	Implantação de Ações e Servicos de Saude	0,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00
4.1.7.2.1.33.16.00.00.00	SAMU	0,00	125.000,00	137.500,00	150.000,00	150.000,00
4.1.7.2.1.33.18.00.00.00	Centro de Especialidades Odontoógicas - CEO	0,00	93.280,00	107.360,00	120.000,00	120.000,00
4.1.7.2.1.33.21.00.00.00	Farmacia Popular	0,00	100.000,00	50.000,00	120.000,00	144.000,00
4.1.7.2.1.33.22.00.00.00	NASF - Núcleo de Apoio Saude Familia	0,00	0,00	260.000,00	217.000,00	240.000,00
4.1.7.2.1.33.23.00.00.00	Progesus	0,00	0,00	0,00	8.000,00	0,00
4.1.7.2.1.33.24.00.00.00	Time mais Saúde	0,00	0,00	8.000,00	70.000,00	0,00
4.1.7.2.1.33.25.00.00.00	PSF - Federal	0,00	0,00	112.000,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	375.436,90	1.660.692,37	3.935.378,94	1.558.776,00	1.417.250,00
4.1.7.2.2.01.00.00.00.00	Participação na Rec. dos Estados	375.436,90	1.660.692,37	3.687.828,50	370.276,00	1.110.250,00
4.1.7.2.2.01.21.00.00.00	Transferencia do Estado - SUS	375.436,90	1.660.692,37	0,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.01.99.00.00.00	Outras Participações na Rec. dos Estados	0,00	0,00	3.687.828,50	370.276,00	1.110.250,00
4.1.7.2.2.33.00.00.00.00	Transf. de Recursos do Estado p/ Programas Saúde	0,00	0,00	247.550,44	1.188.500,00	307.000,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/2

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 2 - Fundo Municipal de Saude

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 2 Fundo Municipal de Saude						
4.1.7.2.2.33.01.00.00.00	PSF Estadual	0,00	0,00	82.350,00	0,00	0,00
4.1.7.2.2.33.02.00.00.00	CEO Estadual	0,00	0,00	0,00	36.000,00	36.000,00
4.1.7.2.2.33.03.00.00.00	Farmácia Básica Estadual	0,00	0,00	165.200,44	47.500,00	235.000,00
4.1.7.2.2.33.04.00.00.00	Oxigênio/Terapia	0,00	0,00	0,00	1.105.000,00	36.000,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	90.750,28	78.315,64	97.397,55	0,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	108.917,72	79.264,55	661.293,16	0,00	0,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	96.806,88	3.213.800,00	2.880.300,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	96.806,88	3.213.800,00	2.880.300,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	96.806,88	3.213.800,00	2.880.300,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	96.806,88	3.213.800,00	2.880.300,00
4.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	0,00	100.000,00	3.213.800,00	2.880.300,00
9.2.4.7.1.01.00.00.00.00	Devolução Transf. de Convênio p/ SUS	0,00	0,00	-3.193,12	0,00	0,00
Total por entidade:		17.754.531,96	22.900.581,38	31.325.088,63	32.781.226,00	33.602.870,00
Total geral:		17.754.531,96	22.900.581,38	31.325.088,63	32.781.226,00	33.602.870,00



**Estado de Santa Catarina nº 5.086/2010 (Parte IV)**

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	733.224,00	DESPESAS CORRENTES	842.204,00
RECEITA PATRIMONIAL	15.750,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	842.204,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	712.224,00		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.250,00		
Deficit	108.980,00		
Total	842.204,00	Total	842.204,00
		Deficit do orçamento corrente	108.980,00
		DESPESAS DE CAPITAL	311.020,00
		INVESTIMENTOS	311.020,00
Deficit	420.000,00		
Total	420.000,00	Total	420.000,00
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	733.224,00	63,58 %	DESPESAS CORRENTES 842.204,00 73,03 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	420.000,00	36,42 %	DESPESAS DE CAPITAL 311.020,00 26,97 %
Total	1.153.224,00	100,00 %	Total 1.153.224,00 100,00 %

MILTON HOBUS  
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC/SC 28.616/O-4 CONTADORA

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**Página: 1/1  
Data: 01/11/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

## Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 3 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
<b>Entidade: 3 Fundo Municipal de Assistência Social</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			842.204,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		842.204,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		262.058,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		580.146,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			311.020,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		311.020,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		311.020,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>1.153.224,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>1.153.224,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>1.153.224,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/1  
 Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 3 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 3 Fundo Municipal de Assistência Social</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			733.224,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		15.750,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		15.750,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	15.750,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	15.750,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	15.750,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		712.224,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		712.224,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	559.824,00		
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transferências da União	559.824,00		
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	559.824,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	152.400,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	152.400,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		5.250,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		5.250,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	5.250,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	5.250,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>733.224,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.00.00.00	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.00.00.00	CONTAS DE INTERFERENCIA			420.000,00
2.4.1.00.00.00.00.00.00.00	CONTAS DE INTERFERENCIA		420.000,00	
2.4.1.04.00.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		420.000,00	
2.4.1.04.01.00.00.00.00.00	REPASSES RECEBIDOS	420.000,00		
2.4.1.04.01.01.00.00.00.00	REPASSES RECEBIDOS	420.000,00		
2.4.1.04.01.01.00.011601	TRANSF. FINANC. DO MUNICIPIO - ASSIST.SOCIAL	420.000,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>420.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>1.153.224,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>1.153.224,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 3 - Fundo Municipal de Assistência Social

Funções	Subfunções
8 Assistência Social	244 Assistência Comunitária

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 3 - Fundo Municipal de Assistência Social

Página: 1/2

Data: 01/11/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 3 Fundo Municipal de Assistência Social</b>		<b>559.824,00</b>	<b>593.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.153.224,00</b>
<b>Órgão: 50.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>		<b>559.824,00</b>	<b>593.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.153.224,00</b>
<b>Unidade: 50.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>		<b>0,00</b>	<b>441.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>441.000,00</b>
08	Assistência Social		441.000,00		441.000,00
08.244	Assistência Comunitária		441.000,00		441.000,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		441.000,00		441.000,00
08.244.5 .2.099	MANUTENÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		152.250,00		152.250,00
08.244.5 .2.100	PROTEÇÃO SOCIAL BASICA MUNICIPAL		115.500,00		115.500,00
08.244.5 .2.101	PROGRAMA ESPECIAL DE MEDIA COMPLEXIDADE MUNICIPAL		116.000,00		116.000,00
08.244.5 .2.102	PROGRAMA ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE MUNICIPAL		57.250,00		57.250,00
<b>Unidade: 50.02 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDEAL</b>		<b>269.550,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>269.550,00</b>
08	Assistência Social	269.550,00			269.550,00
08.244	Assistência Comunitária	269.550,00			269.550,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA	269.550,00			269.550,00
08.244.5 .1.071	PISO BÁSICO FIXO - PBF	216.000,00			216.000,00
08.244.5 .1.072	PISO BÁSICO VARIÁVEL - PBV	30.150,00			30.150,00
08.244.5 .1.074	IGDBF - BOLSA FAMÍLIA	23.400,00			23.400,00
<b>Unidade: 50.03 PROTEÇÃO ESPCIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE FEDERAL</b>		<b>249.474,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>249.474,00</b>
08	Assistência Social	249.474,00			249.474,00
08.244	Assistência Comunitária	249.474,00			249.474,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA	249.474,00			249.474,00
08.244.5 .1.075	PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PPMC	86.400,00			86.400,00
08.244.5 .1.076	PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PTMC	54.258,00			54.258,00
08.244.5 .1.077	PISO VARIÁVEL DE MÉDIA COMPLEXIDADE - PVMC	60.000,00			60.000,00
08.244.5 .1.078	PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE III - PVMC III	48.816,00			48.816,00
<b>Unidade: 50.04 PROTEÇÃO ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE FEDERAL</b>		<b>40.800,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40.800,00</b>
08	Assistência Social	40.800,00			40.800,00
08.244	Assistência Comunitária	40.800,00			40.800,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA	40.800,00			40.800,00
08.244.5 .1.073	PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I - PAC I	40.800,00			40.800,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 3 - Fundo Municipal de Assistência Social

Página: 2/2

Data: 01/11/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 3</b>	<b>Fundo Municipal de Assistência Social</b>	<b>559.824,00</b>	<b>593.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.153.224,00</b>
<b>Órgão: 50.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL</b>	<b>559.824,00</b>	<b>593.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.153.224,00</b>
<b>Unidade: 50.05</b>	<b>PROGRAMAS ESTADUAIS</b>	<b>0,00</b>	<b>152.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>152.400,00</b>
08	Assistência Social		152.400,00		152.400,00
08.244	Assistência Comunitária		152.400,00		152.400,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		152.400,00		152.400,00
08.244.5 .2.103	PROGRAMA ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE ESTADUAL		66.000,00		66.000,00
08.244.5 .2.116	PROGRAMA ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE ESTADUAL		86.400,00		86.400,00
<b>Total geral:</b>					<b>1.153.224,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 3 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
08	Assistência Social	559.824,00	593.400,00		1.153.224,00
08.244	Assistência Comunitária	559.824,00	593.400,00		1.153.224,00
08.244.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA	559.824,00	593.400,00		1.153.224,00
<b>Total:</b>		<b>559.824,00</b>	<b>593.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.153.224,00</b>
<b>Total geral:</b>		<b>559.824,00</b>	<b>593.400,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.153.224,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 3 - Fundo Municipal de Assistência Social

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
08	Assistência Social	441.000,00	712.224,00	1.153.224,00
08.244	Assistência Comunitária	441.000,00	712.224,00	1.153.224,00
08.244.0005	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA	441.000,00	712.224,00	1.153.224,00
Total:		441.000,00	712.224,00	1.153.224,00
Total geral:		441.000,00	712.224,00	1.153.224,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social

**Entidade: 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
50.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social

**Entidade: 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
50.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	1.153.224,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>1.153.224,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social

Página: 3/5

Data: 01/11/2010

**Entidade: 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
50.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social

**Entidade: 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
50.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social

**Entidade: 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
50.00 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.153.224,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.153.224,00</b>
	<b>Total geral:</b>						<b>1.153.224,00</b>

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 3 - Fundo Municipal de Assistencia Social

Página: 1/1

Data: 02/11/2010

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 3 Fundo Municipal de Assistencia Social						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	884.213,43	798.221,75	787.765,00	1.003.000,00	842.204,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	884.213,43	798.221,75	787.765,00	1.003.000,00	842.204,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	463.016,98	277.630,74	155.680,25	215.000,00	262.058,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	421.196,45	520.591,01	632.084,75	788.000,00	580.146,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	179.927,19	72.971,32	233.505,08	170.000,00	311.020,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	179.927,19	72.971,32	233.505,08	170.000,00	311.020,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	179.927,19	72.971,32	233.505,08	170.000,00	311.020,00
Total por entidade:		1.064.140,62	871.193,07	1.021.270,08	1.173.000,00	1.153.224,00
Total geral:		1.064.140,62	871.193,07	1.021.270,08	1.173.000,00	1.153.224,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 3 - Fundo Municipal de Assistência Social

Página: 1/1

Data: 02/11/2010

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 3 Fundo Municipal de Assistencia Social						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	555.158,08	628.721,74	876.069,06	773.000,00	733.224,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	555.158,08	628.721,74	876.069,06	773.000,00	733.224,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	14.559,37	14.227,87	18.756,43	15.000,00	15.750,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	14.559,37	14.227,87	18.756,43	15.000,00	15.750,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	14.559,37	14.227,87	18.756,43	15.000,00	15.750,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	14.559,37	14.227,87	18.756,43	15.000,00	15.750,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	14.559,37	14.227,87	18.756,43	15.000,00	15.750,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	530.747,22	606.047,96	856.607,58	753.000,00	712.224,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	530.747,22	606.047,96	856.607,58	753.000,00	712.224,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	519.017,22	533.480,79	856.607,58	713.000,00	559.824,00
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transferências da União	519.017,22	533.480,79	856.607,58	713.000,00	559.824,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	519.017,22	533.480,79	859.316,18	713.000,00	559.824,00
9.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Devolução Demais Transf. da União	0,00	0,00	-2.708,60	0,00	0,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	11.730,00	72.567,17	0,00	40.000,00	152.400,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	11.730,00	72.567,17	0,00	40.000,00	152.400,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.851,49	8.445,91	705,05	5.000,00	5.250,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.211,16	5.718,66	705,05	5.000,00	5.250,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	8.211,16	5.718,66	705,05	5.000,00	5.250,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	8.211,16	5.718,66	705,05	5.000,00	5.250,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.640,33	2.727,25	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		555.158,08	628.721,74	876.069,06	773.000,00	733.224,00
Total geral:		555.158,08	628.721,74	876.069,06	773.000,00	733.224,00

**Estado de Santa Catarina nº 5.086/2010 (Parte IX)**

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 8 - Camara Municipal de Vereadores

Receitas	Valor	Despesas	Valor
		DESPESAS CORRENTES	2.835.992,25
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.268.988,31
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	567.003,94
Deficit	2.835.992,25		
Total	2.835.992,25	Total	2.835.992,25
		Deficit do orçamento corrente	2.835.992,25
		DESPESAS DE CAPITAL	405.882,75
		INVESTIMENTOS	405.882,75
Deficit	3.241.875,00		
Total	3.241.875,00	Total	3.241.875,00
Resumo			
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	3.583.125,00	100,00 %	DESPESAS CORRENTES 2.835.992,25 79,15 %
			DESPESAS DE CAPITAL 405.882,75 11,33 %
			TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS 341.250,00 9,52 %
Total	3.583.125,00	100,00 %	Total 3.583.125,00 100,00 %

MILTON HOBUS  
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC/SC 28.616/O-4 CONTADORA

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/1  
 Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 8 - Câmara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
<b>Entidade: 8 Câmara Municipal de Vereadores</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.835.992,25
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		2.268.988,31	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.123.752,31	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos		145.236,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		567.003,94	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		14.264,25	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		552.739,69	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			405.882,75
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		405.882,75	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		405.882,75	
<b>Total das despesas:</b>				<b>3.241.875,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			341.250,00
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		341.250,00	
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		341.250,00	
2.4.1.03.00.00.00.000000	Transferências Financeiras Concedidas	341.250,00		
2.4.1.03.02.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	341.250,00		
2.4.1.03.02.00.00.046081	F. M. DE APOSENTADORIA E PENSOES - CAMARA	341.250,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>341.250,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>3.583.125,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>3.583.125,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**Página: 1/1  
Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 8 - Câmara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 8 Câmara Municipal de Vereadores</b>				
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA			3.583.125,00
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		3.583.125,00	
2.4.1.04.00.00.00.000000	Transferências Financeiras Recebidas		3.583.125,00	
2.4.1.04.01.00.00.000000	REPASSES RECEBIDOS	3.583.125,00		
2.4.1.04.01.00.00.046074	TRANSF. FINANC. DO MUNICIPIO - CAMARA	3.583.125,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>3.583.125,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>3.583.125,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>3.583.125,00</b>



**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**Página: 1/1  
Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 8 - Camara Municipal de Vereadores

Funções	Subfunções
1 Legislativa	31 Ação Legislativa

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 8 - Camara Municipal de Vereadores

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 8</b>	<b>Camara Municipal de Vereadores</b>	<b>0,00</b>	<b>3.241.875,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.583.125,00</b>
<b>Órgão: 01.00</b>	<b>CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>	<b>0,00</b>	<b>3.241.875,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.583.125,00</b>
<b>Unidade: 01.01</b>	<b>CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES</b>	<b>0,00</b>	<b>3.241.875,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.583.125,00</b>
01	Legislativa		3.241.875,00		3.241.875,00
01.031	Ação Legislativa		3.241.875,00		3.241.875,00
01.031.1	PROCESSO LEGISLATIVO		3.241.875,00		3.241.875,00
01.031.1 .2.001	MANUTENÇÃO DA CAMARA DE VEREADORES		3.241.875,00		3.241.875,00
					341.250,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	TRANSFERÊNCIA CAMARA - FAP				341.250,00
				<b>Total geral:</b>	<b>3.583.125,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/2

Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 8 - Camara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
01	Legislativa		3.241.875,00		3.241.875,00
01.031	Ação Legislativa		3.241.875,00		3.241.875,00
01.031.1	PROCESSO LEGISLATIVO		3.241.875,00		3.241.875,00
Total:		0,00	3.241.875,00	0,00	3.241.875,00

Página: 2/2

Data: 01/11/2010

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 8 - Camara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
	TRANSFERÊNCIA CAMARA - FAP				341.250,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>341.250,00</b>
	<b>Total geral:</b>	<b>0,00</b>	<b>3.241.875,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.583.125,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/2

Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 8 - Camara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
01	Legislativa	3.241.875,00		3.241.875,00
01.031	Ação Legislativa	3.241.875,00		3.241.875,00
01.031.0001	PROCESSO LEGISLATIVO	3.241.875,00		3.241.875,00
Total:		3.241.875,00	0,00	3.241.875,00

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 2/2

Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 8 - Câmara Municipal de Vereadores

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			
	TRANSFERÊNCIA CAMARA - FAP			341.250,00
		<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
		<b>341.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>341.250,00</b>
		<b>Total geral:</b>	<b>3.241.875,00</b>	<b>0,00</b>
			<b>3.583.125,00</b>	<b>3.583.125,00</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 8 - Camara Municipal de Vereadores

**Entidade: 8 - Camara Municipal de Vereadores**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		3.241.875,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>3.241.875,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 8 - Camara Municipal de Vereadores

**Entidade: 8 - Camara Municipal de Vereadores**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 8 - Camara Municipal de Vereadores

**Entidade: 8 - Camara Municipal de Vereadores**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 8 - Camara Municipal de Vereadores

**Entidade: 8 - Camara Municipal de Vereadores**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 8 - Camara Municipal de Vereadores

**Entidade: 8 - Camara Municipal de Vereadores**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
01.00 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.241.875,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3.241.875,00</b>
	<b>Total geral:</b>						<b>3.241.875,00</b>

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 8 - Camara Municipal de Vereadores

Página: 1/1

Data: 02/11/2010

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 8 Camara Municipal de Vereadores						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.065.603,90	2.348.004,44	2.575.706,46	2.700.945,00	2.835.992,25
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.771.861,09	2.016.168,83	1.999.238,95	2.160.941,25	2.268.988,31
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.687.088,89	1.908.840,39	1.888.965,54	2.022.621,25	2.123.752,31
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	84.772,20	107.328,44	110.273,41	138.320,00	145.236,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	293.742,81	331.835,61	576.467,51	540.003,75	567.003,94
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	5.400,00	9.150,00	9.780,00	13.585,00	14.264,25
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	288.342,81	322.685,61	566.687,51	526.418,75	552.739,69
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	63.151,77	17.348,60	45.309,92	386.555,00	405.882,75
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	63.151,77	17.348,60	45.309,92	386.555,00	405.882,75
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	63.151,77	17.348,60	45.309,92	386.555,00	405.882,75
Total por entidade:		2.128.755,67	2.365.353,04	2.621.016,38	3.087.500,00	3.241.875,00
Total geral:		2.128.755,67	2.365.353,04	2.621.016,38	3.087.500,00	3.241.875,00



**Estado de Santa Catarina nº 5.086/2010 (Parte V)**

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 4 - Fundação Cultural

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	561.750,00	DESPESAS CORRENTES	2.105.250,00
RECEITA PATRIMONIAL	5.250,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	789.050,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	315.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.316.200,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	241.500,00		
Deficit	1.543.500,00		
Total	2.105.250,00	Total	2.105.250,00
		Deficit do orçamento corrente	1.543.500,00
RECEITAS DE CAPITAL	630.000,00	DESPESAS DE CAPITAL	661.500,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	630.000,00	INVESTIMENTOS	661.500,00
Deficit	1.575.000,00		
Total	2.205.000,00	Total	2.205.000,00
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	561.750,00	20,30 %	DESPESAS CORRENTES 2.105.250,00 76,09 %
RECEITAS DE CAPITAL	630.000,00	22,77 %	DESPESAS DE CAPITAL 661.500,00 23,91 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.575.000,00	56,93 %	
Total	2.766.750,00	100,00 %	Total 2.766.750,00 100,00 %

\_\_\_\_\_  
MILTON HOBUS  
PREFEITO MUNICIPAL

\_\_\_\_\_  
RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC/SC 28.616/O-4 CONTADORA

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**Página: 1/1  
Data: 01/11/2010**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 4 - Fundação Cultural

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
<b>Entidade: 4 Fundação Cultural</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.105.250,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		789.050,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		761.550,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos		27.500,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.316.200,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		670.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		646.200,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			661.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		661.500,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		661.500,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>2.766.750,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>2.766.750,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>2.766.750,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 4 - Fundação Cultural

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 4 Fundação Cultural</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			561.750,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		5.250,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		5.250,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	5.250,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	5.250,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	5.250,00		
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		315.000,00	
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		315.000,00	
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	52.500,00		
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transferências da União	52.500,00		
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	52.500,00		
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	262.500,00		
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	262.500,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		241.500,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		10.500,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	10.500,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituições	10.500,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		231.000,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	231.000,00		
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL			630.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		630.000,00	
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS		630.000,00	
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	420.000,00		
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	420.000,00		
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	210.000,00		
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	210.000,00		
4.2.4.7.2.99.05.00.00.00	Transferencias do Estado - Convenio Cultural	210.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>1.191.750,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA			1.575.000,00
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		1.575.000,00	
2.4.1.04.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.575.000,00	
2.4.1.04.01.00.00.000000	REPASSES RECEBIDOS	1.575.000,00		
2.4.1.04.01.00.00.011601	TRANSF. FINANC. DO MUNICIPIO - CULTURAL	1.575.000,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>1.575.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>2.766.750,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>2.766.750,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**Página: 1/1  
Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 4 - Fundação Cultural

Funções	Subfunções
13 Cultura	392 Difusão Cultural

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 4 - Fundação Cultural

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 4</b>	<b>Fundação Cultural</b>	<b>1.012.700,00</b>	<b>1.754.050,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.766.750,00</b>
<b>Órgão: 20.00</b>	<b>FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL</b>	<b>1.012.700,00</b>	<b>1.754.050,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.766.750,00</b>
<b>Unidade: 20.01</b>	<b>FUNDACAO CULTURAL DE RIO DO SUL</b>	<b>1.012.700,00</b>	<b>1.754.050,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.766.750,00</b>
13	Cultura	1.012.700,00	1.754.050,00		2.766.750,00
13.392	Difusão Cultural	1.012.700,00	1.754.050,00		2.766.750,00
13.392.7	A CULTURA COMO UM INSTRUMENTO DE UM FUTURO MELHOR	1.012.700,00	1.754.050,00		2.766.750,00
13.392.7 .1.034	DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL-PRÓPRIOS	23.350,00			23.350,00
13.392.7 .1.036	DESCENTRALIZAÇÃO CULTURAL-OCA-PRÓPRIOS	23.350,00			23.350,00
13.392.7 .1.038	PROJETOS CULTURAIS - FEDERAL	472.500,00			472.500,00
13.392.7 .1.040	PROJETOS CULTURAIS - CONTRAPARTIDA FEDERAL	10.500,00			10.500,00
13.392.7 .1.042	PROJETOS CULTURAIS - ESTADUAL	472.500,00			472.500,00
13.392.7 .1.043	PROJETOS CULTURAIS - CONTRAPARTIDA ESTADUAL	10.500,00			10.500,00
13.392.7 .2.072	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		1.754.050,00		1.754.050,00
<b>Total geral:</b>					<b>2.766.750,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 4 - Fundação Cultural

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
13	Cultura	1.012.700,00	1.754.050,00		2.766.750,00
13.392	Difusão Cultural	1.012.700,00	1.754.050,00		2.766.750,00
13.392.7	A CULTURA COMO UM INSTRUMENTO DE UM FUTURO MELHOR	1.012.700,00	1.754.050,00		2.766.750,00
<b>Total:</b>		<b>1.012.700,00</b>	<b>1.754.050,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.766.750,00</b>
<b>Total geral:</b>		<b>1.012.700,00</b>	<b>1.754.050,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.766.750,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 4 - Fundação Cultural

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
13	Cultura	1.821.750,00	945.000,00	2.766.750,00
13.392	Difusão Cultural	1.821.750,00	945.000,00	2.766.750,00
13.392.0007	A CULTURA COMO UM INSTRUMENTO DE UM FUTURO MELHOR	1.821.750,00	945.000,00	2.766.750,00
Total:		1.821.750,00	945.000,00	2.766.750,00
Total geral:		1.821.750,00	945.000,00	2.766.750,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 4 - Fundação Cultural

**Entidade: 4 - Fundação Cultural**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
20.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 4 - Fundação Cultural

**Entidade: 4 - Fundação Cultural**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
20.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 4 - Fundação Cultural

**Entidade: 4 - Fundação Cultural**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
20.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		2.766.750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>2.766.750,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 4 - Fundação Cultural

**Entidade: 4 - Fundação Cultural**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
20.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 4 - Fundação Cultural

**Entidade: 4 - Fundação Cultural**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
20.00 - FUNDAÇÃO CULTURAL DE RIO DO SUL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.766.750,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.766.750,00</b>
	<b>Total geral:</b>						<b>2.766.750,00</b>

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 4 - Fundação Cultural

Página: 1/1

Data: 02/11/2010

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 4 Fundação Cultural						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.169.695,78	1.419.204,29	1.673.501,35	2.005.000,00	2.105.250,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	448.758,69	503.618,79	514.071,81	715.000,00	789.050,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	433.959,79	488.213,41	496.155,20	690.000,00	761.550,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	14.798,90	15.405,38	17.916,61	25.000,00	27.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	720.937,09	915.585,50	1.159.429,54	1.290.000,00	1.316.200,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	508.673,64	675.372,56	842.821,71	666.000,00	670.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	212.263,45	240.212,94	316.607,83	624.000,00	646.200,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	148.464,29	41.748,98	30.939,08	630.000,00	661.500,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	148.464,29	41.748,98	30.939,08	630.000,00	661.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	148.464,29	41.748,98	30.939,08	630.000,00	661.500,00
Total por entidade:		1.318.160,07	1.460.953,27	1.704.440,43	2.635.000,00	2.766.750,00
Total geral:		1.318.160,07	1.460.953,27	1.704.440,43	2.635.000,00	2.766.750,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 4 - Fundação Cultural

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 4 Fundação Cultural						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	218.381,27	207.848,49	348.241,54	1.135.000,00	1.191.750,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	171.962,46	207.848,49	348.241,54	535.000,00	561.750,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	5.492,03	2.687,79	981,91	5.000,00	5.250,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	5.492,03	2.687,79	981,91	5.000,00	5.250,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	5.492,03	2.687,79	981,91	5.000,00	5.250,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	5.492,03	2.687,79	981,91	5.000,00	5.250,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	5.492,03	2.687,79	981,91	5.000,00	5.250,00
4.1.7.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	15.000,00	40.000,00	300.000,00	315.000,00
4.1.7.2.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	15.000,00	40.000,00	300.000,00	315.000,00
4.1.7.2.1.00.00.00.00.00	Transferências da União	0,00	0,00	0,00	50.000,00	52.500,00
4.1.7.2.1.09.00.00.00.00	Outras Transferências da União	0,00	0,00	0,00	50.000,00	52.500,00
4.1.7.2.1.09.99.00.00.00	Demais Transf. da União	0,00	0,00	0,00	50.000,00	52.500,00
4.1.7.2.2.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados	0,00	15.000,00	40.000,00	250.000,00	262.500,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	0,00	15.000,00	40.000,00	250.000,00	262.500,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	166.470,43	190.160,70	307.259,63	230.000,00	241.500,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	302,28	190.160,70	432,84	10.000,00	10.500,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	302,28	190.160,70	432,84	10.000,00	10.500,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	302,28	190.160,70	432,84	10.000,00	10.500,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	166.168,15	0,00	306.826,79	220.000,00	231.000,00
4.1.9.9.0.98.00.00.00.00	Descontos Obtidos	0,00	0,00	57.833,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	166.168,15	0,00	248.993,79	220.000,00	231.000,00
4.2.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	46.418,81	0,00	0,00	600.000,00	630.000,00
4.2.4.0.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	46.418,81	0,00	0,00	600.000,00	630.000,00
4.2.4.7.0.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	46.418,81	0,00	0,00	600.000,00	630.000,00
4.2.4.7.1.00.00.00.00.00	Transf. Convênios da União e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	400.000,00	420.000,00
4.2.4.7.1.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio da União	0,00	0,00	0,00	400.000,00	420.000,00
4.2.4.7.2.00.00.00.00.00	Transf. Conv. dos Estados, Distr.Fed.e suas Entid.	46.418,81	0,00	0,00	200.000,00	210.000,00
4.2.4.7.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. de Convênio dos Estados	46.418,81	0,00	0,00	200.000,00	210.000,00
4.2.4.7.2.99.05.00.00.00	Transferencias do Estado - Convenio Cultural	0,00	0,00	0,00	200.000,00	210.000,00
Total por entidade:		218.381,27	207.848,49	348.241,54	1.135.000,00	1.191.750,00
Total geral:		218.381,27	207.848,49	348.241,54	1.135.000,00	1.191.750,00



**Estado de Santa Catarina nº 5.086/2010 (Parte VI)**

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 5 - Fundação Municipal de Desportos

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	52.500,00	DESPESAS CORRENTES	1.472.100,00
RECEITA TRIBUTARIA	47.250,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	392.700,00
RECEITA PATRIMONIAL	5.250,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.079.400,00
Deficit	1.419.600,00		
Total	1.472.100,00	Total	1.472.100,00
		Deficit do orçamento corrente	1.419.600,00
		DESPESAS DE CAPITAL	50.400,00
		INVESTIMENTOS	50.400,00
Deficit	1.470.000,00		
Total	1.470.000,00	Total	1.470.000,00
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	52.500,00	3,45 %	DESPESAS CORRENTES 1.472.100,00 96,69 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.470.000,00	96,55 %	DESPESAS DE CAPITAL 50.400,00 3,31 %
Total	1.522.500,00	100,00 %	Total 1.522.500,00 100,00 %

MILTON HOBUS  
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC/SC 28.616/O-4 CONTADORA

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**  
**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Página: 1/1  
Data: 01/11/2010

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 5 - Fundação Municipal de Desportos

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
<b>Entidade: 5 Fundação Municipal de Desportos</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.472.100,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		392.700,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		374.000,00	
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos		18.700,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.079.400,00	
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		178.500,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		900.900,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			50.400,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		50.400,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		50.400,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>1.522.500,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>1.522.500,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>1.522.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/1  
 Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 5 - Fundação Municipal de Desportos

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 5 Fundação Municipal de Desportos</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			52.500,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA		47.250,00	
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS		47.250,00	
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	47.250,00		
4.1.1.2.1.26.00.00.00.00	Tx de Publicidade comercial	47.250,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		5.250,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		5.250,00	
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	5.250,00		
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	5.250,00		
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	5.250,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>52.500,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.00.00.00	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.00.00.00	CONTAS DE INTERFERENCIA			1.470.000,00
2.4.1.00.00.00.00.00.00.00	CONTAS DE INTERFERENCIA		1.470.000,00	
2.4.1.04.00.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.470.000,00	
2.4.1.04.01.00.00.00.00.00	REPASSE RECEBIDO	1.470.000,00		
2.4.1.04.01.00.00.011602	TRANSF. FINANC. DO MUNICIPIO - DESPORTO	1.470.000,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>1.470.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>1.522.500,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>1.522.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**Página: 1/1  
Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 5 - Fundação Municipal de Desportos

Funções	Subfunções
27 Desporto e Lazer	811 Desporto de Rendimento 812 Desporto Comunitário

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 5 - Fundação Municipal de Desportos

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 5</b>	<b>Fundação Municipal de Desportos</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>
<b>Órgão: 30.00</b>	<b>FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>
<b>Unidade: 30.01</b>	<b>FUNDACAO MUNICIPAL DE DESPORTOS</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>
27	Desporto e Lazer		1.522.500,00		1.522.500,00
27.811	Desporto de Rendimento		255.000,00		255.000,00
27.811.12	ESPORTE PARA TODOS		255.000,00		255.000,00
27.811.12 .2.076	PROGRAMA ESPORTE RENDIMENTO - OCA		255.000,00		255.000,00
27.812	Desporto Comunitário		1.267.500,00		1.267.500,00
27.812.12	ESPORTE PARA TODOS		1.267.500,00		1.267.500,00
27.812.12 .2.073	MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES		831.600,00		831.600,00
27.812.12 .2.074	PROGRAMA DE EVENTOS ESPORTIVOS		124.900,00		124.900,00
27.812.12 .2.075	PROGRAMA ESPORTE COMUNITARIO - OCA		290.000,00		290.000,00
27.812.12 .2.077	OUTROS PROGRAMAS ESPORTIVOS - OCA		21.000,00		21.000,00
<b>Total geral:</b>					<b>1.522.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 5 - Fundação Municipal de Desportos

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
27	Desporto e Lazer		1.522.500,00		1.522.500,00
27.811	Desporto de Rendimento		255.000,00		255.000,00
27.811.12	ESPORTE PARA TODOS		255.000,00		255.000,00
27.812	Desporto Comunitário		1.267.500,00		1.267.500,00
27.812.12	ESPORTE PARA TODOS		1.267.500,00		1.267.500,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>
<b>Total geral:</b>		<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 5 - Fundação Municipal de Desportos

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
27	Desporto e Lazer	1.522.500,00		1.522.500,00
27.811	Desporto de Rendimento	255.000,00		255.000,00
27.811.0012	ESPORTE PARA TODOS	255.000,00		255.000,00
27.812	Desporto Comunitário	1.267.500,00		1.267.500,00
27.812.0012	ESPORTE PARA TODOS	1.267.500,00		1.267.500,00
<b>Total:</b>		<b>1.522.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>
<b>Total geral:</b>		<b>1.522.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 5 - Fundação Municipal de Desportos

**Entidade: 5 - Fundação Municipal de Desportos**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
30.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 5 - Fundação Municipal de Desportos

**Entidade: 5 - Fundação Municipal de Desportos**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
30.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 5 - Fundação Municipal de Desportos

**Entidade: 5 - Fundação Municipal de Desportos**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
30.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 5 - Fundação Municipal de Desportos

**Entidade: 5 - Fundação Municipal de Desportos**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
30.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 5 - Fundação Municipal de Desportos

Página: 5/5

Data: 01/11/2010

**Entidade: 5 - Fundação Municipal de Desportos**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
30.00 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS		0,00	0,00	1.522.500,00	0,00	0,00	1.522.500,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.522.500,00</b>
	<b>Total geral:</b>						<b>1.522.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 5 - Fundação Municipal de Desportos

Página: 1/1

Data: 02/11/2010

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 5 Fundação Municipal de Desportos						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.428.267,38	1.356.883,59	1.452.702,05	1.402.000,00	1.472.100,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	250.882,93	296.255,53	283.091,68	357.000,00	392.700,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	244.050,08	288.858,33	275.567,21	340.000,00	374.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos	6.832,85	7.397,20	7.524,47	17.000,00	18.700,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.177.384,45	1.060.628,06	1.169.610,37	1.045.000,00	1.079.400,00
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	148.078,00	118.460,00	116.000,00	170.000,00	178.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.029.306,45	942.168,06	1.053.610,37	875.000,00	900.900,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	22.371,68	9.860,00	15.693,66	48.000,00	50.400,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	22.371,68	9.860,00	15.693,66	48.000,00	50.400,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	22.371,68	9.860,00	15.693,66	48.000,00	50.400,00
Total por entidade:		1.450.639,06	1.366.743,59	1.468.395,71	1.450.000,00	1.522.500,00
Total geral:		1.450.639,06	1.366.743,59	1.468.395,71	1.450.000,00	1.522.500,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 5 - Fundação Municipal de Desportos

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 5 Fundação Municipal de Desportos						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	315.788,69	88.296,03	133.339,81	50.000,00	52.500,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	315.788,69	88.296,03	133.339,81	50.000,00	52.500,00
4.1.1.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA TRIBUTARIA	52.827,80	76.720,49	79.087,94	45.000,00	47.250,00
4.1.1.2.0.00.00.00.00.00	TAXAS	52.827,80	76.720,49	79.087,94	45.000,00	47.250,00
4.1.1.2.1.00.00.00.00.00	Tx p/ Exercício do Poder de Policia	52.827,80	76.720,49	79.087,94	45.000,00	47.250,00
4.1.1.2.1.26.00.00.00.00	Tx de Publicidade comercial	52.827,80	76.720,49	79.087,94	45.000,00	47.250,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	1.902,99	821,91	764,83	5.000,00	5.250,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.902,99	821,91	764,83	5.000,00	5.250,00
4.1.3.2.5.00.00.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	1.902,99	821,91	764,83	5.000,00	5.250,00
4.1.3.2.5.02.00.00.00.00	Remun. de Depósito de Recursos não Vinculados	1.902,99	821,91	764,83	5.000,00	5.250,00
4.1.3.2.5.02.99.00.00.00	Remun. de Outros Depósitos de Rec. não Vinc.	1.902,99	821,91	764,83	5.000,00	5.250,00
4.1.7.2.2.99.00.00.00.00	Outras Transf. dos Estados	250.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	399,76	358,48	3.487,04	0,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	10.658,14	10.395,15	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		315.788,69	88.296,03	133.339,81	50.000,00	52.500,00
Total geral:		315.788,69	88.296,03	133.339,81	50.000,00	52.500,00



**Estado de Santa Catarina nº 5.086/2010 (Parte VII)**

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	26.250,00	DESPESAS CORRENTES	28.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	26.250,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.000,00
Deficit	1.750,00		
Total	28.000,00	Total	28.000,00
		Deficit do orçamento corrente	1.750,00
		DESPESAS DE CAPITAL	10.250,00
		INVESTIMENTOS	10.250,00
Deficit	12.000,00		
Total	12.000,00	Total	12.000,00
Resumo			
RECEITAS CORRENTES	26.250,00	68,63 %	DESPESAS CORRENTES 28.000,00 73,20 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	12.000,00	31,37 %	DESPESAS DE CAPITAL 10.250,00 26,80 %
Total	38.250,00	100,00 %	Total 38.250,00 100,00 %

MILTON HOBUS  
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC/SC 28.616/O-4 CONTADORA

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**Página: 1/1  
Data: 01/11/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

## Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
<b>Entidade: 6 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			28.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		28.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		28.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			10.250,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		10.250,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		10.250,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>38.250,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>38.250,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>38.250,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**Página: 1/1  
Data: 01/11/2010**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 6 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			26.250,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		26.250,00	
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS		26.250,00	
4.1.2.2.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas	26.250,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>26.250,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.00.00.00.00.000000	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA			12.000,00
2.4.1.00.00.00.00.000000	CONTAS DE INTERFERENCIA		12.000,00	
2.4.1.04.00.00.00.000000	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		12.000,00	
2.4.1.04.01.00.00.000000	REPASSES RECEBIDOS	12.000,00		
2.4.1.04.01.00.00.011600	TRANSF. FINANC. DO MUNICIPIO - CRIANCA	12.000,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>12.000,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>38.250,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>38.250,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**Página: 1/1  
Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Funções	Subfunções
8 Assistência Social	243 Assistência à Criança e ao Adolescente

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 6</b>	<b>Fundo Municipal da Criança e do Adolescente</b>	<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>
<b>Órgão: 60.00</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b>	<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>
<b>Unidade: 60.01</b>	<b>FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE</b>	<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>
08	Assistência Social		38.250,00		38.250,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		38.250,00		38.250,00
08.243.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		38.250,00		38.250,00
08.243.5 .2.104	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		12.000,00		12.000,00
08.243.5 .2.107	MANUT. DO FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOL. - OCA - VINCULADO		26.250,00		26.250,00
<b>Total geral:</b>					<b>38.250,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
08	Assistência Social		38.250,00		38.250,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente		38.250,00		38.250,00
08.243.5	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA		38.250,00		38.250,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>
<b>Total geral:</b>		<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
08	Assistência Social	12.000,00	26.250,00	38.250,00
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	12.000,00	26.250,00	38.250,00
08.243.0005	ASSISTENCIA SOCIAL - RESGATANDO A CIDADANIA	12.000,00	26.250,00	38.250,00
Total:		12.000,00	26.250,00	38.250,00
Total geral:		12.000,00	26.250,00	38.250,00



**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

**Entidade: 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
60.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

**Entidade: 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
60.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	38.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

**Entidade: 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
60.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

**Entidade: 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
60.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

**Entidade: 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
60.00 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.250,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>38.250,00</b>
	<b>Total geral:</b>						<b>38.250,00</b>

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 6 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	9.686,53	8.951,28	4.569,89	27.000,00	28.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.686,53	8.951,28	4.569,89	27.000,00	28.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	9.686,53	8.951,28	4.569,89	27.000,00	28.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	2.520,00	0,00	0,00	10.000,00	10.250,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.520,00	0,00	0,00	10.000,00	10.250,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	2.520,00	0,00	0,00	10.000,00	10.250,00
Total por entidade:		12.206,53	8.951,28	4.569,89	37.000,00	38.250,00
Total geral:		12.206,53	8.951,28	4.569,89	37.000,00	38.250,00

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 6 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 6 Fundo Municipal da Criança e do Adolescente						
4.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	1.000,00	0,00	0,00	25.000,00	26.250,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	1.000,00	0,00	0,00	25.000,00	26.250,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	25.000,00	26.250,00
4.1.2.2.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	0,00	0,00	0,00	25.000,00	26.250,00
4.1.2.2.0.99.00.00.00.00	Outras Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	25.000,00	26.250,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total por entidade:		1.000,00	0,00	0,00	25.000,00	26.250,00
Total geral:		1.000,00	0,00	0,00	25.000,00	26.250,00



**Estado de Santa Catarina nº 5.086/2010 (Parte VIII)**

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas (Anexo 1 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

Receitas	Valor	Despesas	Valor
RECEITAS CORRENTES	4.341.000,00	DESPESAS CORRENTES	7.116.500,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.000.250,00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.066.500,00
RECEITA PATRIMONIAL	2.325.000,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.050.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.750,00		
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	3.234.000,00		
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.234.000,00		
		Superavit	458.500,00
Total	7.575.000,00	Total	7.575.000,00
Superavit do orçamento corrente	458.500,00		
		DESPESAS DE CAPITAL	1.050.000,00
		INVESTIMENTOS	1.050.000,00
Deficit	591.500,00		
Total	1.050.000,00	Total	1.050.000,00

Resumo					
RECEITAS CORRENTES	4.341.000,00	49,95 %	DESPESAS CORRENTES	7.116.500,00	81,88 %
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMEN	3.234.000,00	37,21 %	DESPESAS DE CAPITAL	1.050.000,00	12,08 %
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.116.500,00	12,85 %	RESERVA DE CONTINGENCIA	525.000,00	6,04 %
Total	8.691.500,00	100,00 %	Total	8.691.500,00	100,00 %

MILTON HOBUS  
PREFEITO MUNICIPAL

RUBIA CRISTINA MOHR  
CRC/SC 28.616/O-4 CONTADORA

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**Página: 1/1  
Data: 01/11/2010**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

Código	Especificação	Elemento	Grupo de Despesa	Categoria Econômica/Valor
<b>Entidade: 7 Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.</b>				
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS				
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			7.116.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		6.066.500,00	
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		6.066.500,00	
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.050.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.050.000,00	
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.050.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.050.000,00	
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.050.000,00	
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA			525.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		525.000,00	
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA		525.000,00	
<b>Total das despesas:</b>				<b>8.691.500,00</b>
<b>Total da entidade:</b>				<b>8.691.500,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>8.691.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/1  
 Data: 01/11/2010

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Receita por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
<b>Entidade: 7 Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.</b>				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas			
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES			4.341.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		2.000.250,00	
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		2.000.250,00	
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	1.685.250,00		
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo Civil	1.680.000,00		
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib de Servidor Inativo Civil	5.250,00		
4.1.2.1.0.46.00.00.00.00	Comp. Prev. entre RGPS e RPPS	315.000,00		
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL		2.325.000,00	
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS		2.325.000,00	
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneracao dos Investimentos RPPS	2.325.000,00		
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneracao dos Investimentos RPPS Renda Fixa	2.115.000,00		
4.1.3.2.8.20.00.00.00.00	Remuneracao dos Investimentos RPPS Renda Variavel	210.000,00		
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES		15.750,00	
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES		10.500,00	
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	10.500,00		
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	10.500,00		
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS		5.250,00	
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	5.250,00		
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS			3.234.000,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		3.234.000,00	
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS		3.234.000,00	
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	3.234.000,00		
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contribuição Patronal ao RPPS	2.709.000,00		
4.7.2.1.0.29.15.00.00.00	Contribuição Previdenciaria em Regime da Parc. Deb	525.000,00		
<b>Total das receitas:</b>				<b>7.575.000,00</b>
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS				
2.0.0.0.0.00.00.00.00.00	SISTEMA FINANCEIRO			
2.4.0.0.0.00.00.00.00.00	CONTAS DE INTERFERENCIA			1.116.500,00
2.4.1.0.0.00.00.00.00.00	CONTAS DE INTERFERENCIA		1.116.500,00	
2.4.1.04.00.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.116.500,00	
2.4.1.04.01.00.00.00.00	REPASSES RECEBIDOS	1.116.500,00		
2.4.1.04.01.00.00.011601	TRANSF. FINANC. DO MUNICIPIO - FAP	341.250,00		
2.4.1.04.01.01.00.00.00	REPASSES RECEBIDOS	775.250,00		
2.4.1.04.01.01.00.011601	TRANSF. FINANC. DO MUNICIPIO - FAP	775.250,00		
<b>Total das transferências:</b>				<b>1.116.500,00</b>
<b>Total por entidade:</b>				<b>8.691.500,00</b>
<b>Total geral:</b>				<b>8.691.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Funções e Subfunções de Governo (Anexo 5 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

Funções	Subfunções
9 Previdência Social	271 Previdência Básica
99 Reserva de Contingência	999 Reserva de Contingência

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
<b>Entidade: 7</b>	<b>Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.</b>	<b>0,00</b>	<b>8.166.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.691.500,00</b>
<b>Órgão: 70.00</b>	<b>FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSOES</b>	<b>0,00</b>	<b>8.166.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.166.500,00</b>
<b>Unidade: 70.01</b>	<b>FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSOES</b>	<b>0,00</b>	<b>8.166.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.166.500,00</b>
09	Previdência Social		8.166.500,00		8.166.500,00
09.271	Previdência Básica		8.166.500,00		8.166.500,00
09.271.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		8.166.500,00		8.166.500,00
09.271.2 .2.108	MANUTENÇÃO DO FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES		2.100.000,00		2.100.000,00
09.271.2 .2.109	APOSENTADORIAS, PENSÕES E BENEFÍCIOS.		6.066.500,00		6.066.500,00
<b>Órgão: 99.00</b>	<b>RESERVA DE CONTINGENCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>525.000,00</b>
<b>Unidade: 99.02</b>	<b>RESERVA DE CONTINGENCIA - FAP</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>525.000,00</b>
99	Reserva de Contingência				525.000,00
99.999	Reserva de Contingência				525.000,00
99.999.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO				525.000,00
99.999.2 .9.002	RESERVA DE CONTIGÊNCIA - FAP				525.000,00
<b>Total geral:</b>					<b>8.691.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

Código	Especificação	Projetos	Atividades	Operações Especiais	Total
09	Previdência Social		8.166.500,00		8.166.500,00
09.271	Previdência Básica		8.166.500,00		8.166.500,00
09.271.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO		8.166.500,00		8.166.500,00
99	Reserva de Contingência				525.000,00
99.999	Reserva de Contingência				525.000,00
99.999.2	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO				525.000,00
<b>Total:</b>		<b>0,00</b>	<b>8.166.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.691.500,00</b>
<b>Total geral:</b>		<b>0,00</b>	<b>8.166.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.691.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Página: 1/1

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
09	Previdência Social	8.166.500,00		8.166.500,00
09.271	Previdência Básica	8.166.500,00		8.166.500,00
09.271.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO	8.166.500,00		8.166.500,00
99	Reserva de Contingência			525.000,00
99.999	Reserva de Contingência			525.000,00
99.999.0002	ADMINISTRANDO COM PLANEJAMENTO			525.000,00
<b>Total:</b>		<b>8.691.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.691.500,00</b>
<b>Total geral:</b>		<b>8.691.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.691.500,00</b>



**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

**Entidade: 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.**

Órgão	Funções	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração	Defesa Nacional	Segurança Pública
70.00 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSOES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 2/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

**Entidade: 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.**

Órgão	Funções	Relações Exteriores	Assistência Social	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
70.00 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSOES		0,00	0,00	8.166.500,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.166.500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 3/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

## Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Seleção: Entidade = 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

**Entidade: 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.**

Órgão	Funções	Cultura	Direitos da Cidadania	Urbanismo	Habitação	Saneamento	Gestão Ambiental
70.00 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSOES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 4/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

**Entidade: 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.**

Órgão	Funções	Ciência e Tecnologia	Agricultura	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
70.00 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSOES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 5/5

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 01/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL****Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

**Entidade: 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.**

Órgão	Funções	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Reserva de Contingência	TOTAL
70.00 - FUNDO DE APOSENTADORIAS E PENSOES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.166.500,00
99.00 - RESERVA DE CONTINGENCIA		0,00	0,00	0,00	0,00	525.000,00	525.000,00
	<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>525.000,00</b>	<b>8.691.500,00</b>
	<b>Total geral:</b>						<b>8.691.500,00</b>

**Estado de Santa Catarina**

Página: 1/1

**PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL**

Data: 02/11/2010

**LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Despesa (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

Código	Especificação	Realizado			Fixado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 7 Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.						
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	1.872.288,87	2.128.644,16	2.825.275,29	6.515.000,00	7.116.500,00
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.814.757,49	2.063.492,87	2.705.711,02	5.515.000,00	6.066.500,00
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	1.814.757,49	2.063.492,87	2.705.711,02	5.515.000,00	6.066.500,00
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.531,38	65.151,29	119.564,27	1.000.000,00	1.050.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	57.531,38	65.151,29	119.564,27	1.000.000,00	1.050.000,00
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	0,00	4.624,00	6.054,40	1.000.000,00	1.050.000,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	0,00	4.624,00	6.054,40	1.000.000,00	1.050.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas	0,00	4.624,00	6.054,40	1.000.000,00	1.050.000,00
9.0.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	500.000,00	525.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	500.000,00	525.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00	RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	500.000,00	525.000,00
Total por entidade:		1.872.288,87	2.133.268,16	2.831.329,69	8.015.000,00	8.691.500,00
Total geral:		1.872.288,87	2.133.268,16	2.831.329,69	8.015.000,00	8.691.500,00

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL****LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2011****Demonstrativo da Evolução da Receita (conforme art. 22, III da Lei nº 4.320/64)**

Seleção: Entidade = 7 - Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.

Página: 1/1

Data: 02/11/2010

Código	Especificação	Arrecadado			Estimado	LOA
		2007	2008	2009	2010	2011
Entidade: 7 Fundo de Aposentadoria e Pensões - F.A.P.						
4.0.0.0.0.00.00.00.00.00	Receitas	7.390.569,95	9.197.437,89	10.029.385,42	7.000.000,00	7.575.000,00
4.1.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES	4.362.220,93	5.416.625,21	6.334.420,23	3.920.000,00	4.341.000,00
4.1.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.889.838,22	2.059.868,81	2.266.883,53	1.905.000,00	2.000.250,00
4.1.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.889.838,22	2.059.868,81	2.266.883,53	1.905.000,00	2.000.250,00
4.1.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	1.504.588,82	1.785.514,30	1.811.678,89	1.605.000,00	1.685.250,00
4.1.2.1.0.29.07.00.00.00	Contrib de Servidor Ativo Civil	1.502.000,96	1.782.248,09	1.808.171,49	1.600.000,00	1.680.000,00
4.1.2.1.0.29.09.00.00.00	Contrib de Servidor Inativo Civil	2.587,86	3.266,21	3.507,40	5.000,00	5.250,00
4.1.2.1.0.46.00.00.00.00	Comp. Prev. entre RGPS e RPPS	385.249,40	274.354,51	455.204,64	300.000,00	315.000,00
4.1.3.0.0.00.00.00.00.00	RECEITA PATRIMONIAL	2.463.599,93	3.348.533,96	4.027.343,51	2.000.000,00	2.325.000,00
4.1.3.2.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	2.463.599,93	3.348.533,96	4.027.343,51	2.000.000,00	2.325.000,00
4.1.3.2.5.01.04.00.00.00	Rec. de Remun. Depósitos de Poupança do RPPS	2.463.599,93	3.348.533,96	0,00	0,00	0,00
4.1.3.2.8.00.00.00.00.00	Remuneracao dos Investimentos RPPS	0,00	0,00	4.027.343,51	2.000.000,00	2.325.000,00
4.1.3.2.8.10.00.00.00.00	Remuneracao dos Investimentos RPPS Renda Fixa	0,00	0,00	3.513.809,34	1.800.000,00	2.115.000,00
4.1.3.2.8.20.00.00.00.00	Remuneracao dos Investimentos RPPS Renda Variavel	0,00	0,00	513.534,17	200.000,00	210.000,00
4.1.9.0.0.00.00.00.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.782,78	8.222,44	40.193,19	15.000,00	15.750,00
4.1.9.2.0.00.00.00.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	36.155,75	10.000,00	10.500,00
4.1.9.2.2.00.00.00.00.00	RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	36.155,75	10.000,00	10.500,00
4.1.9.2.2.99.00.00.00.00	Outras Restituicoes	0,00	0,00	36.155,75	10.000,00	10.500,00
4.1.9.9.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS	8.782,78	8.222,44	4.037,44	5.000,00	5.250,00
4.1.9.9.0.99.00.00.00.00	Outras Receitas	8.782,78	8.222,44	4.037,44	5.000,00	5.250,00
4.2.3.0.0.70.00.00.00.00	Outras Amort. de Empréstimos	695.214,69	577.900,49	0,00	0,00	0,00
4.7.0.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	2.333.134,33	3.202.912,19	3.694.965,19	3.080.000,00	3.234.000,00
4.7.2.0.0.00.00.00.00.00	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.333.134,33	3.202.912,19	3.694.965,19	3.080.000,00	3.234.000,00
4.7.2.1.0.00.00.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.333.134,33	3.202.912,19	3.694.965,19	3.080.000,00	3.234.000,00
4.7.2.1.0.29.00.00.00.00	Contrib Previd. do Regime Próprio	2.333.134,33	3.202.912,19	3.694.965,19	3.080.000,00	3.234.000,00
4.7.2.1.0.29.01.00.00.00	Contribuição Patronal ao RPPS	2.333.134,33	3.202.912,19	3.385.214,47	2.580.000,00	2.709.000,00
4.7.2.1.0.29.15.00.00.00	Contribuição Previdenciaria em Regime da Parc. Deb	0,00	0,00	309.750,72	500.000,00	525.000,00
Total por entidade:		7.390.569,95	9.197.437,89	10.029.385,42	7.000.000,00	7.575.000,00
Total geral:		7.390.569,95	9.197.437,89	10.029.385,42	7.000.000,00	7.575.000,00



**Portaria Nº. 1541/RH**

PORTARIA Nº. 1541/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, o servidor municipal RAMIRO DE LIZ E SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, letra "E", para exercer as atribuições do cargo de Chefe da Divisão de Recrutamento e Seleção, durante o impedimento da titular por motivo de férias, pelo período de 03/01/2011 à 01/02/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de Dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração Jot

**Portaria Nº. 1542/RH**

PORTARIA Nº. 1542/RH

VANDERLEI PETRI, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008, RESOLVE:

Art. 1º Designar, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora municipal BEATRIZ PETRY PFLEGER, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, letra "E", para exercer as atribuições do cargo de Guarda Municipal Inspetor, durante o impedimento do titular por motivo de férias, pelo período de 27/12/2010 à 25/01/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 15 de Dezembro de 2010.

VANDERLEI PETRI

Secretário Municipal de Administração Jot

## Santa Terezinha do Progresso

### PREFEITURA MUNICIPAL

**Decreto Nº 360/2010**

DECRETO Nº 360/2010

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a partir de 17/12/2010 a servidora pública municipal Carla Paula Nohatto, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental de Língua Estrangeira, matrícula nº 989/0, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 17 de Dezembro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI

Assessora de Planejamento

Matrícula nº 1022/7

**Decreto Nº 361/2010**

DECRETO Nº 361/2010

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica exonerada a partir de 17/12/2010 a servidora pública municipal Roseli Maria Bressler, ocupante do cargo de Gerente de Apoio ao Estudante, matrícula nº 977/6, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC, em 17 de Dezembro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI

Assessora de Planejamento

Matrícula nº 1022/7

**Decreto Nº 362/2010**

DECRETO Nº 362/2010

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Orgânica Municipal e Lei nº 942 de 10 a novembro de 2010, Considerando que até a presente data não houve nenhum protocolo de requerimento e nem ao menos manifestação de interessados na concessão de que trata o Edital nº 01/2010, Considerando que em virtude de intempéries climáticas as instalações a serem concedidas ainda não estão totalmente concluídas, Considerando o interesse do município na implantação de empresa na área da concessão e a necessidade de geração de emprego e renda no Município a fm de garantir melhor qualidade de vida a população

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado pelo prazo de 30 (trinta) dias o prazo para apresentação de requerimento e de documentos a que se refere o Edital de Chamamento nº 01/2010.

Art. 2º. As demais normas e disposições do Edital de Chamamento nº 01/2010 continuam inalteradas.

Art. 3º. As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 17 de Dezembro de 2010.

ITACIR DETOFOL

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

REASILVA BEATRIZ DILL SOARES RAIMONDI

Assessora de Planejamento

Matrícula nº 1022/7

**Processo Licitatório Nº 646/2010**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 646/2010

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 37/2010

O Município de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que está realizando Processo Licitatório na Modalidade de Pregão para

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE VEICULAÇÃO POR RADIO DIFUSÃO DOS ATOS MUNICIPAIS E AVISOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE INTERESSE DA MUNICIPALIDADE E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES ATRAVÉS DE JORNAIS. Os envelopes de documentação e proposta de preços deverão ser entregues até as 11:00 horas do dia 30/12/2010, junto ao Setor de Compras e Licitações do Município. Os quais serão abertos às 11:30 horas, no mesmo local. Maiores informações, bem como cópia do edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, sito na Avenida Tancredo Neves, 337 ou pelo fone (0xx49) 36570001 e site [www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br](http://www.staterezhinaprogresso.sc.gov.br).

Santa Terezinha do Progresso (SC), 17 de Dezembro de 2010.  
ITACIR DETOFOL  
Prefeito Municipal.

### **Editais de Chamamento Nº 01/2010**

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 01/2010

O Município de Santa Terezinha do Progresso, SC, por seu Prefeito Municipal, comunica aos interessados que, com base na Lei 942, de 10 de Novembro de 2010, está aberto para as empresas que possuem interesse na concessão de direito real de uso de espaço físico de imóvel destinado à implantação de Laticínio, localizado na Linha Boa Vista, interior do município, com área de terras de 60.000 m<sup>2</sup> e benfeitorias existentes, o período para apresentação de requerimento e documentação a fim de que, após análise e parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Santa Terezinha do Progresso - COMDEC seja escolhida a proposta que melhor atenda os interesses do Município.

Cláusula 1ª - O período de recebimento dos requerimentos será de 30 (trinta) dias a contar da publicação deste edital.

Cláusula 2ª - O requerimento com a documentação deve ser apresentado junto a Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso (SC), setor de protocolo, no horário normal de expediente.

Cláusula 3ª - As empresas interessadas na concessão de uso acima descrita deverão apresentar requerimento destinado ao Prefeito Municipal, solicitando o enquadramento na Lei nº 942 de 10 de Novembro de 2010, apresentando ainda memorial descritivo com as seguintes informações e documentação: a. quantidade de metros quadrados de área de terra necessária para a implantação do empreendimento; b. quantidade de empregos a serem criados pela empresa já no início das atividades; c. atividade a ser desenvolvida; d. matéria prima utilizada e sua origem; e. início das atividades; f. cópia do Contrato Social ou Declaração de Firma Individual, devidamente registrada na Junta Comercial do Estado; g. quantidade de metros quadrados de área a ser construída; h. cópia da ata de instituição, em se tratando de associação ou cooperativa; i. Declaração de faturamento anual estimado da empresa; j. Certidão Negativa de Débito, relativo a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal da empresa no município de sua localização e no Município de Santa Terezinha do Progresso, bem como de seus sócios; k. Observações gerais que a empresa julgar necessário, notadamente quanto aos aspectos de produtividade e de resultados operacionais; l. Apresentação de Certidão Negativa de Protesto de Títulos; m. Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS) prova da regularidade para com o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS); n. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ); p. Certidão Negativa de falência, concordata e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da comarca sede do proponente, com data de emissão igual ou inferior a 90 dias. q. Declaração sob as penas da Lei, expedida pela empresa, de que a mesma não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Cláusula 4ª - A documentação exigida neste edital poderá ser apresentada em original, em cópia autenticada ou cópia simples

acompanhada do respectivo original para conferência, juntamente com o Requerimento para o cadastramento, assinado pelo titular da empresa ou seu representante legal. O COMDEC poderá, a seu critério e a qualquer momento, realizar diligências para comprovação das alegações do interessado. No caso de documentos expedidos via internet, os mesmos poderão ser objetos de confirmação de sua autenticidade pelo COMDEC. Os documentos, que não possuírem data de validade, serão aceitos se emitidos em até 60 (sessenta) dias anteriores à data de entrega dos mesmos.

Cláusula 5ª - Os requerimentos e documentação serão analisados pelo COMDEC e a seleção da melhor proposta será feita pelo Poder Executivo, levando-se em consideração o parecer do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Cláusula 6ª - A qualquer tempo, o presente Edital de Chamamento Público poderá ser revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral do Poder Executivo, seja por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique direitos à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

Cláusula 7ª - Não se admitirá a agregação de documentos e substituições, acréscimos ou modificações no conteúdo das propostas encaminhadas depois de esgotado o prazo fixado para recebimento de propostas.

Cláusula 8ª - Não serão aceitas propostas enviadas com itens e/ou componentes incompletos, inadequados, com prazo de validade vencido ou em formato diferente do padrão estabelecido por este Edital, o que resultará na desclassificação da proponente.

Cláusula 9ª - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase deste Edital. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado.

Cláusula 10ª - A contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluirá o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura de Santa Terezinha do Progresso.

Cláusula 11ª - Para Celebração do Termo de Concessão a Proponente deverá manter as mesmas condições exigidas para a participação neste Edital de Chamamento Público.

Cláusula 12ª - As disposições deste Edital de Chamamento Público, bem como a proposta da Proponente, farão parte integrante e complementar de cada instrumento jurídico assinado, independentemente de transcrição, para todos os efeitos legais.

Cláusula 13ª - O presente Edital regula-se pelos preceitos de direito público, a participação da proponente implica na aceitação de todos os termos deste Edital e seus Anexos, bem como das normas legais e regulamentares que regem a matéria,

Cláusula 14ª - O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital é da Comarca de Campo Erê, SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja, competente para dirimir controvérsias que possam decorrer da execução do presente Edital.

Cláusula 15ª - O resultado da seleção será amplamente divulgado, inclusive, com publicação em órgão oficial. Por sua vez, as regras da concessão serão disciplinadas no contrato de concessão de direito real de uso de bem público a ser formalizado com a empresa escolhida.

Cláusula 16ª - Maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 7:00 às 13:00 horas na Prefeitura Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC ou pelo telefone (49) 3657-0001.

Cláusula 17ª - Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital de Chamamento Público serão resolvidos pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico - COMDEC

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 16 de Novembro de 2010.

ITACIR DETOFOL  
Prefeito Municipal3

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Aviso de Licitação 140/2010

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 06/01/2011, às 14:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 140/2010, PREGÃO PRESENCIAL Nº 77 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESCOLARES PARA ESCOLAS DO MUNICÍPIO. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

### Aviso de Licitação 141/2010

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 06/01/2011, às 16:00 no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2010, PREGÃO PRESENCIAL Nº 78 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO DO MUNICÍPIO, CONFORME CONTRATOS DE REPASSE Nº 0332261-72/2010 E 0332685-96/2010. Informações licitações@saolourenco.sc.gov.br.

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

### Retificação do Extrato de Publicação de Dispensa de Licitação

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. Prefeito Municipal, torna público aos interessados a retificação do extrato de publicação de Dispensa de Licitação nº 008/2010, Processo Licitatório nº 137/201, publicado em 20/12/2010, DOM/SC - Edição nº 639, pág. 178, no que se refere ao Valor Total 180 Dias: R\$ 48.903,36 (quarenta e oito mil, novecentos e três reais e trinta e seis centavos), leia-se, Valor Total 180 Dias: R\$ 48.902,40 (quarenta e oito mil, novecentos e dois reais e quarenta centavos), e no que se refere Vigência: De 15 de dezembro de 2010 a 21 de junho de 2011, leia-se, Vigência: De 15 de dezembro de 2010 a 12 de junho de 2011. Informações licitacoes@saolourenco.sc.gov.br, (49) 3344 8588.

TOMÉ FRANCISCO ETGES  
Prefeito Municipal

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Decreto n.º 419/2010

DECRETO n.º 419/2010  
Exonera ALEXANDRE GANDOLFI FROES do Cargo de Professor II Horista.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade

com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar ALEXANDRE GANDOLFI FROES do Cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 034/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.  
ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

### Decreto n.º 420/2010

DECRETO n.º 420/2010  
Exonera DIELI HOFFMANN do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar DIELI HOFFMANN do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 028/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.  
ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

### Decreto n.º 421/2010

DECRETO n.º 421/2010  
Exonera SILVIA MARIA MENDES BARNABÉ do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar SILVIA MARIA MENDES BARNABÉ do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 026/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.  
ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

### Decreto n.º 422/2010

DECRETO n.º 422/2010  
Exonera SCHEILA CRISTINA SCHMITZ do Cargo de Professora II.



ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar SCHEILA CRISTINA SCHMITZ do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 024/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

#### **Decreto n.º 423/2010**

DECRETO n.º 423/2010

Exonera ZENEIDE MARIA CORDEIRO GELSLEICHTER do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar ZENEIDE MARIA CORDEIRO GELSLEICHTER do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 025/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

#### **Decreto n.º 424/2010**

DECRETO n.º 424/2010

Exonera GISELE FÁTIMA DOS SANTOS ABREU do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar GISELE FÁTIMA DOS SANTOS ABREU do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 039/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

#### **Decreto n.º 425/2010**

DECRETO n.º 425/2010

Exonera NEY PLATT do Cargo de Professor II Horista.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar NEY PLATT do Cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 056/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

#### **Decreto n.º 426/2010**

DECRETO n.º 426/2010

Exonera JORGE TAVARES DE LACERDA do Cargo de Professor I Horista.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar JORGE TAVARES DE LACERDA do Cargo de Professor I Horista, contrato de trabalho nº. 055/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

#### **Decreto n.º 427/2010**

DECRETO n.º 427/2010

Exonera THIAGO RODRIGUES do Cargo de Professor I Horista.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar THIAGO RODRIGUES do Cargo de Professor I Horista, contrato de trabalho nº. 046/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 429/2010**

DECRETO n.º 429/2010

Exonera KARINA SILVANO do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar KARINA SILVANO do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 053/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 430/2010**

DECRETO n.º 430/2010

Exonera LIDIANNE CORDEIRO DA SILVA JUNCKES do Cargo de Professora II Horista.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar LIDIANNE CORDEIRO DA SILVA JUNCKES do Cargo de Professora II Horista, contrato de trabalho nº. 066/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 431/2010**

DECRETO n.º 431/2010

Exonera JOCELIA LOHN HOFFMANN do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar JOCELIA LOHN HOFFMANN do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 065/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 432/2010**

DECRETO n.º 432/2010

Exonera LUIZA CECILIA KRETZER DOS PASSOS do Cargo de Professora II Horista.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar LUIZA CECILIA KRETZER DOS PASSOS do Cargo de Professora II Horista, contrato de trabalho nº. 054/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 433/2010**

DECRETO n.º 433/2010

Exonera FABIANA HOFFMANN PRATES do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar FABIANA HOFFMANN PRATES do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 038/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 434/2010**

DECRETO n.º 434/2010

Exonera JULIO CESAR MANOEL do Cargo de Professor I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar JULIO CESAR MANOEL do Cargo de Professor I, contrato de trabalho nº. 36/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 435/2010**

DECRETO n.º 435/2010

Exonera GINO BONA do Cargo de Professor II Horista.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar GINO BONA do Cargo de Professor I Horista, contrato de trabalho nº. 019/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 436/2010**

DECRETO n.º 436/2010

Exonera ROSELENE DE SOUZA E SILVA JUNCKES do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar ROSELENE DE SOUZA E SILVA JUNCKES do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 042/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 437/2010**

DECRETO n.º 437/2010

Exonera PATRICIA PETRY LAURENTINO do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar PATRICIA PETRY LAURENTINO do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 005/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 438/2010**

DECRETO n.º 438/2010

Exonera JANE JUNCKES do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar JANE JUNCKES do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 010/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 439/2010**

DECRETO n.º 439/2010

Exonera DIONE TEREZINHA LOHN do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar DIONE TEREZINHA LOHN do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 001/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 440/2010**

DECRETO n.º 440/2010

Exonera ANA CAROLINE DA CUNHA do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar ANA CAROLINE DA CUNHA do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 002/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 441/2010**

DECRETO n.º 441/2010

Exonera DANIELI ELIANE NAU do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar DANIELI ELIANE NAU do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 003/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 442/2010**

DECRETO n.º 442/2010

Exonera LEONETE RIOS DE SOUZA do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar LEONETE RIOS DE SOUZA do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 006/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 443/2010**

DECRETO n.º 443/2010

Exonera MARICELIA LOHN DA SILVA do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar MARICELIA LOHN DA SILVA do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 004/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 445/2010**

DECRETO n.º 445/2010

Exonera DENISE VENTURA do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar DENISE VENTURA do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 030/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 446/2010**

DECRETO n.º 446/2010

Exonera JOSIANI FRANCISCO do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar JOSIANI FRANCISCO do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 029/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 447/2010**

DECRETO n.º 447/2010

Exonera ADRIANA VIEIRA do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

## DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar ADRIANA VIEIRA do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 040/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.



**Decreto n.º 448/2010**

DECRETO n.º 448/2010

Exonera CRISTIANE HOFFMANN do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar CRISTIANE HOFFMANN do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 049/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 449/2010**

DECRETO n.º 449/2010

Exonera EDUARDA STAHELIN do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar EDUARDA STAHELIN do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 064/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 450/2010**

DECRETO n.º 450/2010

Exonera FRANCIELE VIEIRA do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar FRANCIELE VIEIRA do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 062/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 451/2010**

DECRETO n.º 451/2010

Exonera LARICE PATRICIA DE ALMEIDA do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar LARICE PATRICIA DE ALMEIDA do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 059/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 452/2010**

DECRETO n.º 452/2010

Exonera KARIELI CRISTINA DA SILVA do Cargo de Professora I.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar KARIELI CRISTINA DA SILVA do Cargo de Professora I, contrato de trabalho nº. 063/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto n.º 453/2010**

DECRETO n.º 453/2010

Exonera CLARICIA ELIANI KNISS do Cargo de Professora II.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara e.e., no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1.º- Exonerar CLARICIA ELIANI KNISS do Cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 050/2010.

Art. 2.º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2010.

**Decreto Nº 444/2010**

DECRETO Nº 444/2010

Concede Férias a servidora MICHELE MAIA DA SILVA.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no artigo 91, da Lei Complementar 05/97,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder a servidora MICHELE MAIA DA SILVA, ocupante do Cargo de Diretora de Controle Interno, férias por 30 dias que gozará a partir de 20/12/2010 a 18/01/2011, referente ao período aquisitivo de 2009/2010.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara, 17 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSÉ STÄHELIN

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_/\_\_/\_\_

**Decreto Nº417/2010**

DECRETO Nº417/2010

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 558/09.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.12.2035 - Funcionamento e Manutenção da Coordenadoria da Saúde R\$ 7.000,00

**Anula:**

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

**Suplementa:**

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

**Decreto Nº418/2010**

DECRETO Nº418/2010

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 558/09.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica transferido saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação.

05 - SECRETARIA DA SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL

05.02.08.243.09.2011 - Funcionamento e Manutenção da Assistência Social R\$ 4.000,00

**Anula:**

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

**Suplementa:**

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

07 - SECRETARIA DE TRANSPORTE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

07.01.26.782.22.2016 - Funcionamento e Manutenção da Coord. de Obras R\$ 13.750,00

**Anula:**

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 13.750,00

**Suplementa:**

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 - Aplicações Diretas R\$ 13.750,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 15 de dezembro de 2010.

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

**Contrato de Prestação de Serviço n.º 131/2010**

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO n.º 131/2010

Contrato de Prestação de Serviço que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com sede na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o N.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STÄHELIN, doravante denominado simplesmente PREFEITURA, e de outro lado EMERSON EUFRASIO, com sede no Município de São Pedro de Alcântara/SC, inscrito no CPF sob nº. 044.562.329-27, Pis/Pasep nº 128.20238.72-8, doravante denominado CONTRATADO, mediante sujeição mútua às cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO:**

1.1 - Este contrato tem como objeto à prestação de serviço de pintura de uma carroça para coleta de lixo no município de São Pedro de Alcântara.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO:**

2.1- A PREFEITURA pagará ao CONTRATADO pela prestação de serviço definido no objeto do contrato, o valor de R\$ 845,00 (oitocentos e quarenta e cinco reais).

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO:**

3.1- O preço contratado não será reajustado.

**CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO:**

4.1- O prazo de vigência deste contrato é de 14/12/10 a 17/12/10.  
4.2- Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

4.2.1- Também poderá ocorrer a rescisão contratual, por iniciativa da PREFEITURA, por conveniência pública, nos termos definidos na Lei n.º 8.666/1993.

**CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS:**

5.1- As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:**

6.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

6.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, acordadas e ajustadas PREFEITURA e CONTRATADO assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma. São Pedro de Alcântara/SC, 14 de dezembro 2010.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA EMERSON EUFRASIO ERNEI JOSÉ STÄHELIN Contratado  
Prefeito Municipal

### **Contrato Nº 130/2010** CONTRATO Nº 130/2010

Contrato que entre si celebram a Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. ALMIR VALÉRIO DA SILVA, doravante denominada simplesmente de Prefeitura e de outro lado o Senhor ARNALDO OTACILIO VIRGILIO PEREIRA, residente na Rua José Manerich, nº 0257, Jardim Janaina-Biguaçu - SC, portador do RG: 1/R- 1.468.872, inscrito no CPF sob nº 591.421.209-00, Pasp nº 10022027448, doravante denominado contratado sob as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO, DESCRIÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

Este contrato tem como objeto à prestação de serviço de mão de obra para o conserto de lajotas sextavadas; e reforma de boca de lobo, junto às ruas do município.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO**

O Contratante pagará ao contratado pela prestação de serviço de mão de obra definido no objeto deste contrato, o valor de R\$ 7,20 M² do conserto de lajota; R\$ 25,00 a reforma de cada unidade de boca de lobo.

O pagamento será efetuado mediante apresentação de planilha de medição a aprovação, assinada pela Técnica em Edificações.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTAMENTO**

O preço contratado não será reajustado.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O prazo de vigência deste Contrato será de 14/12/2010 a 17/12/2010.

Este contrato poderá ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que não sejam observadas as exigências acima citadas.

#### **CLÁUSULA QUINTA- DOS RECURSOS**

As despesas decorrentes deste contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal Vigente.

#### **CLÁUSULA SEXTA- DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de São José, para dirimir quaisquer dúvidas e questões deste contrato.

E por assim estarem acordes, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente Contrato.

São Pedro de Alcântara, 14 dezembro 2010.

\_\_\_\_\_  
CONTRATANTE      \_\_\_\_\_  
CONTRATADO

**Timbó**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **Ata da Licitação Nº 000123/2010 - PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/271  
CONTRATADA: Município de Timbó.  
CONCEDENTE: Análise laboratório Clínico Ltda.  
OBJETO: Execução de exames laboratoriais em análises clínicas para o serviço municipal de urgência e emergência.  
VALOR TOTAL: R\$ 89.160 (oitenta e nove mil cento e sessenta reais).  
PRAZO: JANEIRO A DEZEMBRO/2011.

Timbó, 16 de dezembro de 2010.  
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

#### **Extrato Primeiro T.A. 2010\_109**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/109  
CONTRATANTE: Município de Timbó.  
CONTRATADO: Eletrônica F.C. Ltda  
OBJETO: prorrogação do contrato de serviços de eletroeletrônica e manutenção elétrica junto aos equipamentos do DEMUTRAN.  
PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 16 de dezembro de 2010.  
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

#### **Extrato Primeiro T.A. 2010\_116**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2010/116  
CONTRATANTE: Município de Timbó.  
CONTRATADO: Radio Timbó Ltda  
OBJETO: prorrogação do contrato de divulgação radiofônica de atos do Poder Executivo e demais informações de interesse da Municipalidade.  
PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 17 de dezembro de 2010.  
LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR  
Prefeito de Timbó

**Extrato Primeiro T.A. 2010\_117**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATOPRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
Nº. 2010/117

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Radio Timbó Ltda

OBJETO: prorrogação do contrato de divulgação radiofônica de informações de interesse da Municipalidade (DEMUTRAN)

PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 17 de dezembro de 2010.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

**Extrato Primeiro T.A. 2010\_118**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATOPRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
Nº. 2010/118

CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Radio Timbó Ltda

OBJETO: prorrogação do contrato de divulgação radiofônica de informações de interesse da Municipalidade (Fundação Cultural de Timbó).

PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 17 de dezembro de 2010.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

**Extrato Primeiro T.A. 2010\_119**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATOPRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
Nº. 2010/119

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Radio Cultura de Timbó Ltda

OBJETO: prorrogação do contrato de divulgação radiofônica de atos do Poder Executivo e demais informações de interesse da Municipalidade.

PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 17 de dezembro de 2010.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

**Extrato Primeiro T.A. 2010\_121**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATOPRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
Nº. 2010/121

CONTRATANTE: Fundação Cultural de Timbó.

CONTRATADO: Radio Cultura de Timbó Ltda.

OBJETO: prorrogação do contrato de divulgação radiofônica de atos e demais informações de interesse da Fundação Cultural de Timbó. PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 17 de dezembro de 2010.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

**Extrato Primeiro T.A. 2010\_122**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATOPRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
Nº. 2010/122

CONTRATANTE: Fundação Municipal de Esportes.

CONTRATADO: Radio Cultura de Timbó

OBJETO: prorrogação do contrato de notas esportivas no programa de esporte diário da Radio, cobertura de campeonatos, jogos e olimpíadas

PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 17 de dezembro de 2010.

CLOVIS NAGEL GÜTZ

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

**Extrato Primeiro T.A. 2010\_207**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATOPRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
Nº. 2010/207

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: IPM Automação E Consultoria Ltda

OBJETO: prorrogação do contrato de implantação do novo software de nota fiscal de serviços eletrônica e ao software denominado "governo eletrônico", cessão de direito de uso, prestação de serviços de manutenção e assistência técnica.

PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 16 de dezembro de 2010.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó

**Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº. 2010/120**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DE CONTRATOPRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO  
Nº. 2010/120

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: Radio Cultura de Timbó Ltda

OBJETO: prorrogação do contrato de divulgação radiofônica de informações de interesse do DMUTRAN

PRAZO: janeiro à dezembro 2011.

Timbó, 17 de dezembro de 2010.

LAÉRCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR

Prefeito de Timbó



# Tunápolis

## PREFEITURA MUNICIPAL

### Lei Complementar Nº 025/2010.

Lei Complementar nº 025/2010.

Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração de Pessoal da Administração Pública do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina e dá Outras Providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, submete a apreciação da Câmara Municipal de Vereadores a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído e unificado o Plano de Cargos e Salários dos Servidores Municipais de Tunápolis, SC, integrado por cargos em comissão, cargos efetivos e funções gratificadas, classificados na forma desta Lei.

Parágrafo único - O Quadro de Servidores de que trata o caput deste artigo, será fundamentado na qualificação profissional e no desempenho, objetivando a melhoria na qualidade do serviço público municipal e valorização dos servidores.

Art. 2º O regime jurídico aplicado aos servidores para a investidura no serviço público municipal será o estatutário.

Art. 3º O quadro único de Servidores do Município de Tunápolis, é constituído de:

- I – cargos efetivos;
- II – cargos em comissão;
- III – função gratificada.

Art. 4º Para efeito desta Lei, considera-se:

I – Cargo Efetivo – o conjunto de atribuições e responsabilidades, previsto no Plano de Cargos, cometidos a servidor através de concurso público, de provas, respeitada a legislação pertinente, com denominação própria e vencimentos pagos pelos cofres públicos municipais.

II – Cargo em Comissão – conjunto de funções e responsabilidades, ligadas às atividades de planejamento, orientação, coordenação e controle, regidos pelo critério de confiança, de livre nomeação e exoneração;

III – Quadro de Pessoal – o agrupamento de cargos e funções integrantes da estrutura organizacional da administração, observadas a natureza, as atribuições e habilitação profissional;

IV – Servidor Público – toda pessoa legalmente investida em cargo público, mediante retribuição pecuniária;

V – Cargo – conjunto de deveres, atribuições e responsabilidades cometidas a um servidor público;

VI – Nível – Designação numérica e alfabética de cada cargo, correspondente ao escalonamento nas tabelas de vencimento;

VII – Piso Municipal – Valor monetário definido em lei, que serve de base para a remuneração nas tabelas de vencimentos dos servidores municipais;

VIII – Lotação – número de Servidores públicos municipais, fixados no quadro de Pessoal;

IX – Vencimentos – retribuição pecuniária fixada em lei, paga mensalmente ao servidor;

X – Remuneração - vencimento acrescido de vantagens pecuniárias a que o servidor tenha direito.

XI – Função gratificada – atribuição ou conjunto de atribuições que a Administração confere individualmente à determinados servidores para execução de serviço de chefia, sendo que o percentual

será de 20% (vinte por cento) para os cargos de nível superior e 30% (trinta por cento) para os cargos de nível médio e intermediário, sobre o salário base dos respectivos vencimentos.

Art. 5º Os cargos efetivos e os em comissão que compõem o quadro definido nesta Lei, estão inseridos e classificados nos seguintes grupos operacionais:

I – Direção e Assessoramento Superior – DAS - cargos em comissão de direção e assessoramento superior, regidos pelo critério de confiança, a que sejam inerentes as atividades de planejamento, coordenação, controle e execução de serviços de sua área de atuação, segundo a legislação vigente;

II – Direção e Assistência Intermediária – DAI – cargos em comissão de Direção e Assistência Intermediária, cujo provimento em comissão, é regido pelo critério de confiança, a que sejam inerentes às atividades de orientação, coordenação e controle a nível intermediário;

III – Atividades de nível superior – ANS - cargos efetivos que exijam escolaridade de nível superior;

IV – Atividades Técnicas de Nível Médio – ATM - cargos efetivos que exijam escolaridade de nível médio;

V – Atividades de Serviços Auxiliares – SAU - cargos efetivos inerentes às atividades profissionais compreendidas no campo auxiliar de apoio da administração em geral, que exijam escolaridade de 1º grau;

VI – Atividades de Transportes e Serviços Gerais – TSG - cargos efetivos inerentes às atividades operacionais, conservação de instalações, estradas e bens, manutenção, limpeza e transporte, outras atividades profissionais de apoio, para cujo desempenho é exigido escolaridade mínima de 4ª série do ensino fundamental ou qualificação profissional.

Parágrafo único. Todos os servidores após aprovação no estágio probatório terão direito a uma gratificação de incentivo à qualificação devida ao servidor que possui educação formal (escolaridade) superior ao grau exigido para o cargo que ocupa e tem por base o percentual de 5% (cinco por cento) calculado sobre o salário base por ele percebido.

Art. 6º Ficam criados os cargos efetivos discriminados no Anexo I, parte integrante desta Lei.

§ 1º A especificação, as atribuições e qualificações profissionais, referente aos cargos, de que trata o caput deste artigo, estão contidas no Anexo IV, parte integrante desta Lei.

§ 2º Tabelas de vencimentos, estão contidas no anexo V, parte integrante da presente lei.

§ 3º Os Secretários Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

§ 4º A lotação dos servidores nos órgãos da administração municipal far-se-á por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 7º Ficam criados os cargos em comissão, cujas vagas, denominações e especificações constam no Anexo II, desta Lei.

Parágrafo único. A carga horária para os cargos de que trata este artigo poderá ser de 20 horas semanais, com remuneração proporcional e as atribuições dos cargos de provimento em comissão são aquelas decorrentes do exercício da competência dos respectivos órgãos.

Art. 8º Ficam criadas as funções gratificadas, cujas denominações, valores, especificações e quantidades se encontram no anexo III.

Art. 9º O servidor efetivo, designado para o desempenhar de função gratificada, fará jus a uma gratificação de 20% (Vinte por cento), para os cargos de nível superior e 30% (Trinta por cento) para

os demais cargos, ambas calculadas sobre o vencimento base.

Parágrafo único. A gratificação de que trata o caput deste artigo, não incorpora ao vencimento do cargo efetivo.

Art. 10 O servidor efetivo, quando nomeado para cargo em comissão, poderá optar pelo vencimento daquele ou deste, vedada a acumulação.

Art. 11 A tabela de vencimentos para os cargos de provimento efetivo, é constituída de níveis numéricos e pelas referências alfabéticas "A" "B" e "C", considerado como progressão vertical e denominados de níveis, Anexo V, parte integrante desta lei.

§ 1º A progressão que trata o caput deste artigo, dar-se-á de um nível para outro, dentro do mesmo cargo.

§ 2º A progressão referida neste artigo, será efetivada somente de 05 em 05 (cinco em cinco) anos, considerando ainda os quesitos de avaliação, constantes do Estatuto dos Servidores Públicos de Tunápolis, sempre no mês em que o servidor completa os referidos 05 (cinco) anos de provimento efetivo no Município.

§ 4º A progressão de que trata o "caput" deste artigo, ocorrerá com o acréscimo de 10%(dez por cento) sobre o vencimento do servidor, conforme estabelecido na tabela de vencimentos constantes do Anexo V desta Lei.

§ 5º O servidor Municipal terá direito ainda a uma progressão por tempo de serviço denominada de anuênio, um ano após atingir a letra "C", tendo como mês de referência anual para a progressão o mesmo mês em que completar 11 (anos) de efetivo exercício.

§ 6º Os servidores que já estão na letra "C", receberão o benefício previsto no parágrafo anterior a partir do mês de janeiro de 2011.

Art. 12 A tabela de vencimento dos cargos em comissão é constituída de nível numérico e pela referência alfabética "A", conforme estabelecido no Anexo V desta Lei Complementar."

Art. 13 Nenhum servidor municipal poderá perceber vencimento inferior ao Salário Mínimo Nacional, fixado pelo Governo Federal, considerando sempre a carga horária de 40 (quarenta horas) semanais.

Art. 14 A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer natureza não poderão exceder ao subsídio do Prefeito Municipal.

Art. 15 Por ato do Poder Executivo, os servidores serão enquadrados no Plano Unificado de Cargos e Salários, em referências de igual valor, sem prejuízo para os mesmos.

Art. 16 O Município poderá contratar pessoal por tempo determinado para atender excepcional interesse público, na forma estabelecida em lei específica, respeitando o regime jurídico único e estatutário.

Art. 17 Qualquer medida que visa a majoração dos vencimentos, abrangerá obrigatoriamente, todos os servidores, cargos ou funções, ativos, inativos e pensionistas.

Art. 18 Conforme prevê a Constituição da República no seu artigo 37 inciso X, fica assegurada a revisão geral anual, sempre no mês de janeiro, tendo como índice oficial o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado dos últimos doze meses e o mesmo será determinado anualmente por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 19 Ficam extintos todos os cargos e funções criadas por leis anteriores e que não constem expressamente do presente Plano de Cargos e Salários, com exceção daqueles criados através de Lei específica do Plano de Cargos e Salários do Magistério Público Municipal de Tunápolis.

Art. 20 As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 21 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir do mês de janeiro de 2011.

Art. 23 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as Leis complementares nºs 003/2001, 07/2003, 08/2005, 11/2005, 12/2005, 17/2007, 20/2009, 22/2010, 24/2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, aos 21 de dezembro de 2010

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada

Em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

#### ANEXO I

#### DENOMINAÇÃO E VAGAS DOS CARGOS EFETIVOS

##### ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR – ANS

VAGAS	DENOMINAÇÃO
02	Enfermeiro
04	Médico
02	Médico Veterinário
01	Engenheiro Agrônomo
02	Odontólogo
01	Assistente Social
01	Técnico Tributário
01	Técnico de Controladoria Interna
01	Administrador
01	Contador Geral
01	Psicólogo
01	Fisioterapeuta
01	Farmacêutico Bioquímico
01	Nutricionista
01	Técnico em Projetos e Convênios

##### B) ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL MÉDIO – ATM

VAGAS	DENOMINAÇÃO
10	Agente Administrativo
01	Técnico Agropecuário
07	Técnico Enfermagem
01	Fiscal Sanitário e Epidemiológico
02	Fiscal Tributos
01	Auxiliar de Controladoria Interna
01	Auxiliar de Veterinário
01	Auxiliar Contabilidade
01	Tesoureiro

##### C) SERVIÇOS AUXILIARES – S A U

VAGAS	DENOMINAÇÃO
01	Auxiliar Administrativo

02	Recepcionista
03	Vigia
02	Atendente de Biblioteca
06	Merendeira
03	Auxiliar Manutenção Hidráulica

## D)TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS – TSG

VAGAS	DENOMINAÇÃO
10	Auxiliar Serviços Gerais
08	Agente Operacional
01	Artífice Pedreiro
02	Mecânico
02	Motorista Veículo Leve
07	Motorista Veículo Pesado
05	Motorista de Veículo de Passageiro
02	Motorista de Ambulância
04	Operador Equipamento Leve
12	Operador Equipamento Pesado
01	Agente de Manutenção Hidráulica
03	Mestre em Edificações

ANEXO II  
DENOMINAÇÕES E VAGAS DOS CARGOS EM COMISSÃO  
SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

VAGAS	DENOMINAÇÃO
01	Secretario Municipal da Administração, Planejamento e Finanças.
01	Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo.
01	Secretario Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
01	Secretario Municipal de Saúde e Bem Estar Social
01	Secretário Municipal da Indústria e Comércio
01	Secretário Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo

## DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR – DAS

VAGAS	DENOMINAÇÃO
01	Assessor de Gabinete
02	Coordenador de Assistência Social
01	Diretor de Departamento de Licitações
01	Diretor de Departamento Urbano
01	Diretor de Departamento Musical
01	Diretor de Departamento de Agricultura e Meio Ambiente
01	Diretor de Departamento de Saúde e Bem Estar Social
01	Diretor de Finanças
01	Diretor de Departamento de Educação Cultura e Esporte.
01	Coordenador de Esportes
01	Coordenador do Saneamento Básico Municipal

## DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO – DAÍ

02	Diretor Adjunto de Departamento Agricultura e Meio Ambiente
03	Diretor Adjunto de Departamento de Administração, Planejamento e Finanças
01	Diretor Adjunto de Departamento de Transportes e Obras
01	Diretor Adjunto Departamento de Educação, Cultura e Esporte
01	Diretor Adjunto de Sanidade e Controle Animal

ANEXO III  
DENOMINAÇÃO, VALORES E VAGAS DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

VAGAS	DENOMINAÇÃO	LOTAÇÃO
02	Chefe Divisão Transp. Obras	Secr.Transp. Obras e Urbanismo
01	Chefe Divisão Urbanismo	Sec. Transp. Obras e Urbanismo
02	Chefe Divisão Agricultura	Sec. Agric. e Meio Ambiente
01	Chefe Divisão Saúde Assist.Social	Sec. Saúde e Bem Estar Social
03	Chefe Divisão Administrativa	Secr.Adm.Planej.Finan.
01	Chefe Divisão do Projeto Série	Secr.Educação Cult.Esp.
01	Chefe Divisão Da Cultura	Secr.Educação Cult.Esp.
01	Chefe Divisão Patrimônio e Frotas	Secr.Adm.Planej.Finan.
01	Chefe Divisão da Merenda Escolar	Secr.Educação Cult.Esp.
01	Chefe Divisão da Limpeza Pública	Secr.Adm.Planej.Finan.

ANEXO IV  
ATRIBUIÇÕES E HABILITAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS

DESCRIÇÃO DO CARGO	CATEGORIA FUNCIONAL	GRUPO A	NÍVEL
ENFERMEIRO	ATIVIDADES NÍVEL SUPERIOR	ANS	
<p><b>DESCRIÇÃO SUMÁRIA:</b> Visa a promoção, proteção e recuperação da saúde do indivíduo, família e a comunidade.</p> <p><b>DESCRIÇÃO DETALHADA:</b> 01. Presta assistência de enfermagem ao indivíduo, família e comunidade, visando a promoção, proteção e recuperação da saúde; 02. Faz previsão de equipamentos e material para prestar assistência de enfermagem, segundo as normas estabelecidas, visando a manutenção dos mesmos; 03. Faz atendimento de enfermagem de acordo com a programação estabelecida pela Prefeitura; 04. Participa na orientação à saúde do indivíduo e a grupos da comunidade; 05. Participa de atividades de capacitação e educação em saúde para grupos da população; 06. Administra medicamentos mediante prescrição, utilizando a técnica da aplicação adequada; 07. Participa na execução de programas de vacinação de acordo com o esquema adotado pela Secretaria de Estado da Saúde ou Ministério da Saúde; 08. Coleta material para exames complementares quando indicados; 09. Notifica doenças transmissíveis; 10. Participa das atividades de vigilância epidemiológica; 11. Faz visita domiciliar; 12. Desenvolve atividades de consulta de enfermagem; 13. Participa das ações de saúde desenvolvidas pela comunidade; 14. Participa da prestação de assistência a comunidade em situações de emergência e ou de calamidade; 15. Faz registro das atividades desenvolvidas; e 16. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.</p> <p><b>HABILITAÇÃO PROFISSIONAL</b> Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Enfermagem, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.</p>			



DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL  
NÍVEL

GRUPO A

MÉDICO ATIVIDADES NÍVEL SUPERIOR ANS

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Efetua exames médicos, emite diagnósticos, prescreve medicamentos e realiza formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Realiza atendimento ambulatorial; 02. Examina o paciente para determinar o diagnóstico ou, se necessário, requisitar exames complementares e encaminhá-lo ao especialista; 03. Analisa e interpreta resultados de exames de raio-X, bioquímicos, hematológicos e outros para confirmar e informar o diagnóstico; 04. Prescreve medicamentos, indicando dosagem e respectiva via de medicação; 05. Mantém registro de paciente examinado, anotando a conclusão diagnóstica, evolução da doença, para efetuar orientação terapêutica adequada; 06. Emite atestado de saúde, sanidade e aptidão física e mental, de óbito, para atender determinações legais; 07. participa de programas de atendimento à população atingida por calamidades, catástrofes e ou epidemias; 08. Integra-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento; 09. Participa da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na respectiva área; 10. Participa das atividades de apoio médico-sanitários da prefeitura; 11. Procede a notificação das doenças compulsórias à autoridade competente; 12. Realiza estudos e inquéritos sobre níveis de saúde da comunidade e sugere medidas destinadas a solução dos problemas levantados; 13. Faz exames pré admissionais e periódicos dos servidores, participando das atividades de prevenção de acidentes de trabalho; 14. Fornece dados estatísticos e apresenta relatórios de suas atividades; 15. Emite laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; 16. Participa na execução de convênios da prefeitura municipal com outros órgãos do Estado do da União; 17. Desempenha outras atividades compatíveis e inerentes com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Medicina, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL  
NÍVEL

GRUPO A

MÉDICO VETERINÁRIO ATIVIDADES NÍVEL SUPERIOR ANS

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Planeja, organiza, supervisiona e executa programas de defesa sanitária, proteção, aprimoramento e desenvolvimento da pecuária, realizando estudos e pesquisas, aplicando o conhecimento, dando consultas, fazendo relatórios, exercendo fiscalização e empregando outros métodos para assegurar a sanidade do rebanho, a produção racional e econômica e a saúde da comunidade.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Planeja e desenvolve campanhas e serviços de fomento e assistência técnica relacionado com a pecuária e a saúde pública, em âmbito municipal, regional e nacional, valendo-se de levantamentos de necessidades e do aproveitamento de recursos orçamentários existentes para favorecer a sanidade e produtividade do rebanho; 02. Elabora e executa projetos agropecuários e o referente ao crédito rural, prestando assessoria, assistência e fazendo acompanhamento desses projetos, para garantir a produção racional e lucrativa dos alimentos e o atendimento aos dispositivos legais, quanto a aplicação dos recursos oferecidos; 03. Faz profilaxia, diagnósticos e tratamento de doenças dos animais, realizando exames clínicos e de laboratório, para assegurar a sanidade individual e coletiva desses animais; 04. Realiza exames laboratoriais, colhendo material e ou procedendo a análise anatomopatológica, histo-patológica e imunológica para estabelecer o diagnóstico e a terapêutica; 05. Promove o melhoramento do gado e outros animais conforme a conveniência dos programas municipais, através da inseminação artificial, orientando a seleção das espécies ou raças mais convenientes, fixando os caracteres mais vantajosos para assegurar o rendimento da exploração pecuária e outras definidas pelo município; 06. Desenvolve e executa programas de nutrição animal, formulando e balanceando as rações, prevenir doenças e carências objetivando aumentar a produtividade; 07. Efetua o controle sanitário da produção animal destinada a indústria, realizando exames clínicos, anatomopatológicos laboratoriais ante e post-mortem, para proteger a saúde individual e coletiva da população; 08. Promove a fiscalização sanitária nos locais de produção, manipulação, armazenamento e comercialização dos produtos de origem animal, bem como a sua qualidade, determinando visita in loco para fazer cumprir a legislação pertinente; 09. Desenvolve programas de piscicultura, ricultura, cunicultura, avicultura e outras definidas nos programas municipais, orientando sobre a sua produção, abate, conservação e industrialização dos mesmos para incrementar a exploração econômica e melhorar os padrões de alimentação; 10. Procede controle de zoonoses, efetivando levantamentos de dados, avaliação epidemiológica, programação e execução, supervisão e pesquisa, para a profilaxia dessas doenças; e 11. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Medicina Veterinária, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional, cursos específicos de Avaliação Linear em bovinos de leite e Inseminação Artificial.

DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL  
NÍVEL

GRUPO A

ENGENHEIRO AGRÔNOMO  
ANS

ATIVIDADES NÍVEL SUPERIOR

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolver e supervisionar projetos de viabilidade técnica e econômica, laudos e perícias na área agrícola, atua nas áreas de fitopatologia, entomologia, agrostologia, topografia, zootecnia, nutrição animal, fertilidade do solo, conservação do solo e da água e demais atividades relacionadas ao desenvolvimento sustentável do meio rural.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Desenvolver métodos e técnicas de cultivo de acordo com os tipos de solo e clima, efetuando estudos, experiências em busca de resultados para melhorar o crescimento e desenvolvimento das diversas culturas para propiciar ganhos econômicos, dentro dos princípios da autosustentabilidade; 02. Acompanhar todas as etapas de cultivo desde o preparo do solo até a colheita; 03. Elaborar projetos técnicos e desenvolver estudos de viabilidade econômica para ampliar e implantar novos investimentos no meio rural; 04. Emitir laudos técnicos de avaliação de prejuízos causados por intempéries, fatores atípicos de clima ou fitossanitários; 05. Diagnosticar pragas e doenças nas diversas culturas e recomendar medidas de controle; 06. Orientar os agricultores e outros trabalhadores agrícolas sobre sistemas e técnicas de exploração agrícola para obtenção do melhor resultado da relação custo / benefício, empregando métodos pertinentes para aumentar a produção com a introdução de novas variedades e melhorar a qualidade e produtividade das espécies existentes; 07. Correção do solo, adubação verde e química, combate a erosão, reflorestamento para fins comerciais e para preservar as florestas nativas existentes, recuperação e conservação do solo, dando ênfase a manter boa cobertura do solo e a preservação dos mananciais de água; 08. Introdução gradativa de métodos relacionados agro ecologia, diminuição gradativa do uso de agrotóxicos, preservação do meio ambiente; 09. Emitir receituário agrônomo quando julgar necessário; 10. Orientação sobre o aproveitamento eficiente dos dejetos animais; 11. Fazer projetos de desmembramento, divisão e ou fusão de lotes rurais, como também a locação de estradas; 12. Programa de melhoramento genético na bovino-cultura de leite, recomendação sobre nutrição animal e vegetal, palestras e visitas domiciliares. 13. Desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão do Curso Superior de engenharia Agrônoma, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL  
NÍVEL

GRUPO A

ODONTÓLOGO  
ANS

ATIVIDADES NÍVEL SUPERIOR

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Diagnostica e trata afecções da boca, dentes e região maxilofacial utilizando processos clínicos;

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Elabora juntamente com a equipe da saúde, normas técnicas e administrativas de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários; 02. Aplica as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas de maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço; 03. Avaliar holisticamente o paciente e sua saúde, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas; 04. Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre o diagnóstico e tratamento indicado; 05. Aplica medidas tendentes a melhoria do nível de saúde oral da população, avaliando os resultados; 06. Promove e participa do programa de educação e prevenção das doenças bucais, esclarecendo à população, através de palestras e outros meios, métodos eficazes para evitá-las; 07. Presta assistência odontológica curativa, conforme programa da Secretaria Municipal da Saúde; 08. Presta assistência odontológica aos escolares, dentro dos programas e da filosofia da Secretaria Municipal da Saúde; 09. Diagnostica e trata afecções da boca, dentes e região maxilofacial, utilizando processos clínicos; 10. Faz perícia odontoadministrativa, examinando a cavidade bucal e os dentes, a fim de fornecer atestados para demissão, concessão de licenças, abonos de faltas e outros; 11. Treina pessoal auxiliar, deixando-o apto para realizar serviços de acordo com as necessidades do atendimento; 12. Fornece dados estatísticos e apresenta relatórios de suas atividades; 13. Emite laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; 14. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Odontologia, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

**DESCRIÇÃO DO CARGO**  
**CATEGORIA FUNCIONAL**  
**NÍVEL**

GRUPO A

ASSISTENTE SOCIAL  
 ANS

ATIVIDADES NÍVEL SUPERIOR

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolve ação de planejamento, coordenação, orientação, supervisão, execução e avaliação de atividades relacionadas ao diagnóstico, desenvolvimento e tratamento de aspectos sociais.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Planeja, coordena, orienta, supervisiona, executa e avalia programas e projetos na área do serviço social, aplicados a indivíduos, grupos e comunidades; 02. Presta assessoria e consultoria técnica em assuntos de natureza social; 03. Elabora estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão dos processos de planejamento na organização; 04. Participa dentro de sua especialidade, em de equipes multiprofissionais na elaboração, análise e implantação de programas e projetos; 05. Elabora e ou participa de projetos de pesquisa, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário; 06. Mobiliza recursos comunitários para que sejam devidamente utilizados em benefício da população; 07. Fornece dados estatísticos e apresenta relatório de suas atividades; 08. Emite laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e 09. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Assistência Social, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

**DESCRIÇÃO DO CARGO**  
**CATEGORIA FUNCIONAL**  
**NÍVEL**

GRUPO A

TÉCNICO TRIBUTÁRIO  
 ANS

ATIVIDADES NÍVEL SUPERIOR

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolve atividades de planejamento, coordenação, execução, avaliação e reavaliação de atividades relacionadas a receitas municipais, a reforma e implantação do plano diretor e do código de posturas do município.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

Desenvolve atividades de planejamento, coordenação, execução, avaliação e reavaliação de atividades relacionadas a receitas municipais, a reforma e implantação do plano diretor e do código de posturas do município, no tocante aos aspectos tributários; planejar, coordenar, executar e avaliar atividades relacionadas às receitas municipais; realizar estudos e pareceres técnicos para orientar os atos e decisões da Administração Municipal no tocante às matérias tributárias; participa dentro de sua especialidade, de equipes multiprofissionais na elaboração, análise e implantação de programas e projetos envolvendo matéria tributária; realizar atividades de fiscalização e controle das atividades tributárias; atualizar cadastros dos contribuintes; calcular e atualizar valores venais e impostos; executar o cálculo da correção monetária, multas e juros sobre impostos vencidos; Elaborar projeções de receitas anuais, facilitando a tomada de decisão da Administração Municipal; emitir certidões relativas a situação de contribuintes frente ao fisco municipal; fornecer ao setor competente relação dos devedores para a inscrição em dívida ativa; fornecer dados estatísticos e apresenta relatório de suas atividades; emite laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; substituir temporariamente o Fiscal de Tributos, por ato da autoridade superior; desempenhar outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior reconhecido nacionalmente.

**DESCRIÇÃO DO CARGO**

**CATEGORIA FUNCIONAL**  
**NÍVEL**

GRUPO A

TÉCNICO DE CONTROLADORIA INTERNA-  
 RIOR

ATIVIDADES NÍVEL SUPERIOR

**ANS**

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolve atividades de auditoria interna e o controle interno contábil e administrativo, planejamento, coordenação, execução, avaliação e reavaliação de atividades relacionadas a receitas e custos municipais, proteção dos ativos, obtenção das informações adequadas, promoção e eficiência operacional e estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Planeja, coordena, executa e avalia atividades relacionadas às receitas e custos municipais; 02. Elabora estudos e pareceres técnicos relacionados com a salvaguarda do ativo e a fidedignidade dos registros financeiros; 03. Orienta a tomada de decisão dos processos de planejamento na organização; 04. Participa dentro de sua especialidade, em equipes multiprofissionais na elaboração, análise e implantação de programas e projetos; 05. Realiza estudos de controle dos tributos municipais: impostos, taxas e as contribuições de melhoria; 06. Planeja a organização de todos os métodos e procedimentos referentes à eficiência operacional e à obediência às diretrizes administrativas, registros contábeis e financeiros; 07. Avalia o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e orçamentários; 08. Elabora uma projeção de receitas anuais, facilitando a tomada de decisão para a administração; 09. Realiza a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas; 10. Fornece dados estatísticos e apresenta relatório de suas atividades; 11. Emite pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e 12. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Ciências Econômicas e/ou Contábeis, ou Curso Superior com especialização de cursos na área específica e 2º Grau Curso Técnico em Contabilidade.

DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL  
NÍVEL

GRUPO A

ADMINISTRADOR  
ANS

ATIVIDADES NÍVEL SUPERIOR

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Desenvolve atividades de planejamento, coordenação, execução, avaliação e reavaliação de atividades relacionadas à administração, reforma, atualização e implantação das leis de Plano de Cargos e Salários e Estatutos dos servidores do município, coordena a aplicação de concursos e ou testes seletivos, administração de recursos humanos, participa e coordena a implantação de projetos de interesse da administração municipal.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Planeja, coordena, executa e avalia atividades relacionadas às receitas e despesas municipais; 02. Elabora estudos e pareceres técnicos para orientar a tomada de decisão dos processos de planejamento na organização; 03. Participa dentro de sua especialidade, em equipes multiprofissionais na elaboração, análise e implantação de programas e projetos; 04. Realiza atividades do setor de pessoal, como folha de pagamento, cadastros dos servidores e seus dependentes, relatórios para contabilidade, relação para créditos bancários, controle de horas extras; 05. Executa atividades para satisfazer exigências da Previdência Social; 06. Orienta os servidores dos seus direitos e deveres, conforme as leis municipais e federais; 07. Elabora relatório projetando despesas anuais, por setor ou secretaria, facilitando a tomada de decisão para a administração; 08. Emite certidões de tempo de serviço para fins de aposentadoria ou contagem recíproca de tempo de serviço; 09. Fornece dados estatísticos e apresenta relatório de suas atividades; 10. Emite laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e 11. Coordena aplicação de testes seletivos e ou concursos. 12. Participa na avaliação de estágios; 13. Planeja e coordena toda atividade de Recursos Humanos; 14. Participa e coordena a implantação de projetos, nas diversas áreas de interesse da administração municipal; 15. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Administração de Empresas e ou qualquer outro curso superior com especialização em Administração Pública.

DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL  
NÍVEL

GRUPO A

CONTADOR GERAL -  
ANS

ATIVIDADES NÍVEL SUPERIOR

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Planeja, coordena trabalhos inerentes a Contabilidade Geral na Prefeitura e nos Fundos, organizando e supervisionando, analisando e apurando elementos necessários ao controle e apresentação da situação patrimonial, econômica, financeira e contábil do município e de seus fundos.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Organiza os serviços de contabilidade em geral, traçando o plano de contas, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração para possibilitar o controle contábil e orçamentário; 02. Supervisiona os lançamentos contábeis, a escrituração geral como: Diário, Caixa, Empenhos, Ordem de pagamentos, Conta Bancos, Razão, Conta corrente, Registro de inventário, atentando para a transcrição correta dos dados contidos nos documentos originais, valendo-se dos sistemas e para fazer cumprir as exigências legais e administrativas; 03. Controla os trabalhos de conciliação de contas, conferindo saldos, localizando e retificando possíveis erros para assegurar a correção das operações contábeis; 04. Supervisiona a classificação e avaliação de despesas, analisando a natureza das mesmas para apropriar custos de bens e serviços; 05. Efetua e supervisiona os cálculos de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis e instalações, baseando-se nos índices adequados a cada caso para atender as disposições legais pertinentes; 06. Elabora balancetes, balanços e demonstrações contábeis, aplicando as técnicas apropriadas para apresentar resultados parciais e totais, da situação patrimonial, econômica e financeira da Prefeitura e seus Fundos, transcrevendo dados estatísticos e emitindo pareceres técnicos, fornecendo os elementos contábeis necessários aos relatórios da administração; 07. Acompanha a elaboração das prestações de contas ao Tribunal de contas do Estado e órgãos repassadores de recursos ao Município e seus Fundos; 08. Elabora a resposta à diligências e relatórios de auditoria, emitidos pelo TCE; 09. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Contabilidade, com o registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL GRUPO A NÍVEL ANS

PSICÓLOGO - ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL SUPERIOR

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Visa a promoção, proteção e recuperação da saúde do indivíduo, família e a comunidade.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

1. Desenvolver atividades relativas à consultas psicológicas; 2. Emitir diagnósticos; 3. Realizar outras formas de tratamento para diversos tipos de enfermidades, dentro da área específica de psicologia, mais especificadamente o atendimento domiciliar e ambulatorial; 4. Examina o paciente para determinar o diagnóstico; 5. Requisita exames complementares ao paciente e o encaminha ao especialista se for o caso; 6. Manter o registro do paciente examinado, anotando a conclusão; 7. Diagnosticar o tratamento e a evolução da doença para efetuar a orientação terapêutica adequada; 8. Emitir atestado de saúde, sanidade e aptidão física e mental, para atender às determinações legais; 9. Participar de programas de atendimento a saúde coletiva, conforme orientação estabelecida pela prefeitura; 10. Emite laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e 11. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de 3º Grau específico, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL GRUPO A  
NÍVEL ANS

FISIOTERAPEUTA - ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL SUPERIOR

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Visa a promoção, proteção e recuperação da saúde do indivíduo, família e a comunidade.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

1. Desenvolver atividades relativas a consultas de fisioterapias; 2. Emitir diagnósticos; 3. Realizar outras formas de tratamento de fisioterapia; 4. Examina o paciente para determinar o diagnóstico; 5. Requisita exames complementares ao paciente se justificar necessário; 6. Mantém registro do paciente examinado, anotando a conclusão; 7. Diagnosticar o tratamento e a evolução da doença para efetuar a orientação adequada; 8. Emitir atestado de saúde; 9. Participar de programas de atendimento à população; 10. Integrar-se à com a execução dos programas promovidos pelo município; 11. Realizar estudos sobre matéria de fisioterapia em todos seus níveis aplicando à pacientes do Município; 12. Emite laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e 13. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de 3º Grau específico, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

**DESCRIÇÃO DO CARGO**

CATEGORIA FUNCIONAL GRUPO A NÍVEL  
VEL ATNS

FARMACÊUTICO BIOQUÍMICO - ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL SUPERIOR

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Coordena, supervisiona e executa as atividades laboratoriais inerentes à vigilância sanitária, epidemiológica e serviços básicos de saúde

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

1. Orienta e supervisiona os técnicos de laboratório e auxiliares, na execução de suas atividades; 2. Coordena e supervisiona a solicitação, recebimento e acondicionamento de materiais de uso no laboratório; 3. Responsabiliza-se pelos aparelhos e equipamentos do laboratório, bem como, orienta a sua correta utilização; 4. Responsabiliza-se pelo arquivo de documentos e de registros de exames do setor; 5. Coordena e supervisiona a coleta, identificação e registro de materiais biológicos destinados a exames; 6. Executa determinações laboratoriais pertinentes à parasitologia, urinálise, imunologia, bioquímica e microbiologia; 7. Executa determinações laboratoriais de água, bebidas, alimentos, aditivos, embalagens e resíduos, através de análises físico-químicas, microscópicas e microbiológicas; 8. Executa técnicas especializadas, tais como: cromatografia, eletroforese, imunofluorescências e outras; 9. Coordena e executa a preparação de produtos imunológicos destinados à análise, prevenção e tratamento de doenças; 10. Coordena, supervisiona e executa, produção e manipulação e análise de cosméticos a fim de obter produtos de higiene e proteção; 11. Emite pareceres e laudos técnicos concernentes a resultados de análise laboratorial e de medicamentos; 12. Planeja, coordena e supervisiona e executa o treinamento de pessoal na área de sua competência; 13. Assina documentos elaborados pelo laboratório; e 14. Participa de outras atividades específicas, relacionadas com, planejamento, pesquisas, programas, levantamentos, comissões, normas e eventos científicos no campo da saúde pública.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Farmácia Bioquímica, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL GRUPO A  
NÍVEL

NUTRICIONISTA ATIVIDADES TÉCNICAS DE NÍVEL SUPERIOR  
ATNS

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Planeja, coordena e supervisiona serviços e programas de nutrição clínica, ambulatorial, administração de serviços de alimentação, saúde pública e educação.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

1 - Estabelecer normas e diretrizes administrativas dentro do serviço de nutrição;  
2 - Planejar, acompanhar e executar programas de nutrição na área de saúde pública;  
3 - Proceder o planejamento, e elaboração de cardápios para dietas normais e especiais desde a política de compras, abastecimento, preparo e distribuição;  
4 - Proceder o cálculo de dietas especiais;  
5 - Elaborar mapa dietético de acordo com a prescrição médica, patologia, dados pessoais e laboratoriais do paciente;  
6 - Orientar pacientes e familiares sobre a necessidade da observância da dieta;  
7 - Fazer avaliação nutricional;  
8 - Participar de comissões e grupos de trabalho técnico-científicos;  
9 - Fornecer dados estatísticos e apresentar relatórios de suas atividades;  
10 - Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua área de competência; e  
11 - Executar outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:**

Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior em Nutrição, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.



**DESCRIÇÃO DO CARGO**  
**CATEGORIA FUNCIONAL** **GRUPO A**  
**NÍVEL**

**TÉCNICO EM PROJETOS E CONVÊNIOS- ATIVIDADES NÍVEL SUPERIOR**  
**ANS**

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Responsável pela elaboração de projetos para captação de recursos, acompanhamento de projetos e obras, prestação de informação aos Tribunais de Contas e prestação de contas aos Órgãos estaduais e federais, coordenar programas e convênios.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

1. Elaboração de projetos de captação de recursos nos órgãos dos Governos Estaduais e Federais. 2. Acompanhamento das obras no território municipal. 3. responsável pela prestação de informações junto ao tribunal de Contas referente às obras. 4. Encaminhar processos para liberação/ autorização de licenças junto aos órgãos de fiscalização Estaduais e Federais. 5. Auxiliar o setor de compras com processos de licitação e contratos. 6. Prestação de contas de convênios e contratos junto aos Governos Estaduais e Federais. 7. Supervisionar segurança e aspectos ambientais da obra. 8. Prestar consultoria, coordenar programas e convênios. 9. Controlar, aceitar ou rejeitar materiais e serviços. 10. Interpretar normas e documentação técnica, procedimentos e especificações técnicas. 11. Participar, conforme a política interna da instituição, de projetos, cursos, eventos, comissões, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de Curso Superior reconhecido nacionalmente.

**DESCRIÇÃO DO CARGO**  
**CATEGORIA FUNCIONAL** **GRUPO B**  
**NÍVEL**

**AGENTE ADMINISTRATIVO - ATIVIDADES TÉCNICAS NÍVEL MÉDIO -**  
**ATM**

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Atividades na administração geral

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Desenvolve atividades de atendimento ao público; 02. Desenvolve atividades de datilografia, digitação, arquivamento em geral, atividades relacionadas ao registro, controle e preenchimento e arquivamento de documentos. 04. Desenvolve toda e qualquer atividade burocrática e serviço administrativo; 05. Desenvolve atividades auxiliares no setor administrativo, pessoal, patrimônio, compras, finanças, controles internos e externos, identificação, protocolo, em todas as secretarias; 06. Desenvolve atividades de elaboração de documentos, correspondências, ofícios e outros, atinentes ao setor; 07. Desenvolve todas as atividades atinentes ao cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de 2º Grau

**DESCRIÇÃO DO CARGO**  
**CATEGORIA FUNCIONAL** **GRUPO B**  
**NÍVEL**

**TÉCNICO EM ENFERMAGEM- ATIVIDADES TÉCNICAS NÍVEL MÉDIO- ATM**

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Visa a promoção, proteção e recuperação da saúde do indivíduo, família e a comunidade.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Presta assistência de enfermagem ao indivíduo, família e comunidade, visando a promoção, proteção e recuperação da saúde; 02. Faz previsão de equipamentos e material para prestar assistência de enfermagem, segundo as normas estabelecidas; 03. Faz atendimento de enfermagem de acordo com a programação estabelecida pela Secretaria Municipal de Saúde; 04. Participa na orientação à saúde do indivíduo e a grupos da comunidade; 05. Participa de atividades de capacitação e educação em saúde para grupos da população; 06. Administra medicamentos mediante prescrição médica, utilizando a técnica de aplicação adequada; 07. Participa na execução de programas de vacinação de acordo com o esquema adotado pela Secretaria de Estado da Saúde; 08. Coleta material para exames complementares, quando indicados; 09. Notifica doenças transmissíveis; 10. Participa das atividades de vigilância epidemiológicas; 11. Faz visita domiciliar; 12. Desenvolve atividades de pré e pós consulta médica e de enfermagem; 13. Participa de ações de saúde, desenvolvidas na comunidade; 14. Participa da prestação de assistência à comunidade em situações de calamidade e emergência; 15. Faz registro das atividades realizadas; e 16. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de 2º Grau específico, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

**DESCRIÇÃO DO CARGO**  
**CATEGORIA FUNCIONAL** **GRUPO B**  
**NÍVEL**

**TÉCNICO AGROPECUÁRIO ATIVIDADES TÉCNICAS NÍVEL MÉDIO - ATM**

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Atividades de nível médio, envolvendo tarefas auxiliares de orientação, controle, estudos e execução especializada de trabalhos relativos a agropecuária, compreendendo acompanhamento de programas, assistência ao usuário, inspeção, fiscalização e classificação de produtos e subprodutos de origem animal e vegetal.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Elabora e orienta estudos ou programas para a recuperação e desenvolvimento de propriedades rurais; 02. Dar pareceres e sugestões sobre o aspecto da atividade agropecuária, atendendo ao seu aperfeiçoamento e as condições do homem no campo; 03. Orienta a execução do trabalho de campo na área de mecanização de solo, fertilizantes, mineral e orgânico; 04. Presta assistência e orienta aos agricultores e criadores inclusive na elaboração de projetos de viabilidade técnica e econômica; 05. Atende e orienta o público sobre planejamento, administração, produção, armazenamento e comercialização de produtos agropecuários; 06. Organiza e inspeciona granjas, pomares, hortas e plantações em geral objetivando sempre o trabalho técnico, racionalmente, ecologicamente e economicamente correto; 07. Orienta e fiscaliza os trabalhos de experimentação de campo; 08. Presta orientação nos programas de conservação de solo, adubação, adubação verde, variedades resistentes, extensão rural, produção de mudas e sementes, uso de defensivos e agrotóxicos, e 09. Faz registro e relatório das atividades desenvolvidas; e 10. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de 2º Grau específico, com o competente registro no órgão fiscalizador do exercício profissional.

DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL GRUPO B  
NÍVEL  
FISCAL SANITÁRIO e EPIDEMIOLÓGICO - ATIVIDADES TÉCNICAS NÍVEL MÉDIO - ATM  
DESCRIÇÃO DETALHADA:  
Desenvolver atividade de fiscalização sanitária e saúde pública municipal; emitir termos de ocorrência para verificação fiscal, quando ocorrer suspeita de irregularidades no que tange a saúde pública; efetuar fiscalização nos estabelecimentos comerciais, industriais e prestação de serviços no que tange ao cumprimento das normas sanitárias; emitir notificações fiscais e auto de infração; fiscalizar o cumprimento do código de posturas do município no tocante a saúde pública e vigilância sanitária; participar da elaboração e execução de plano de combate ao mosquito da dengue e outras epidemias transmissíveis no âmbito do Município; relatar e registrar as atividades desenvolvidas; desenvolver outras atividades.  
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL  
Portador de Diploma de Conclusão de 2º Grau.

DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL GRUPO B  
NÍVEL  
FISCAL DE TRIBUTOS - ATIVIDADES TÉCNICAS NÍVEL MÉDIO - ATM  
DESCRIÇÃO SUMÁRIA:  
Atividades de nível médio, de natureza operacional, envolvendo serviços específicos de fiscalização de tributos e obras.  
DESCRIÇÃO DETALHADA:  
Fiscalizar o cumprimento, por parte dos contribuintes, das normas e obrigação tributárias, na forma da lei; efetuar autos de infração e de fiscalização tributária; executar as atividades de verificação fiscal determinadas pelos seus superiores ou por autoridade fiscal do Município; efetuar fiscalização nos estabelecimentos comerciais, industriais e prestação de serviços no que tange ao recolhimento de impostos e taxas municipais; emitir notificações fiscais e auto de infração; fiscalizar as construções no que tange ao cumprimento da legislação e recolhimento de tributos; informar ao cadastro imobiliário e econômico sobre novas construções e estabelecimentos, para fins de tributação; emitir carnês e ou guias de recolhimento; atualizar os cadastros dos contribuintes; notificar os contribuintes em atraso com tributos municipais; relatar e registrar as atividades de fiscalização, bem como as ocorrências havidas no desempenho das funções; substituir, por designação superior, o Técnico Tributário, quando do afastamento deste; desenvolver outras atividades inerentes ao cargo.  
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL  
Portador de Diploma de Conclusão de 2º Grau.

DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL GRUPO B  
NÍVEL  
AUXILIAR DE CONTROLADORIA INTERNA- ATIVIDADES NÍVEL MÉDIO  
ATM  
DESCRIÇÃO SUMÁRIA:  
Auxilia no desenvolvimento de atividades de auditoria interna e o controle interno contábil e administrativo, planejamento, coordenação, execução, avaliação e reavaliação de atividades relacionadas a receitas e custos municipais, proteção dos ativos, obtenção das informações adequadas, promoção e eficiência operacional e estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.  
DESCRIÇÃO DETALHADA:  
01. Auxilia no planejamento, executa e avalia atividades relacionadas às receitas e custos municipais; 02. Auxilia na elaboração de estudos e pareceres técnicos relacionados com a salvaguarda do ativo e a fidedignidade dos registros financeiros; 03. Participa dentro de sua especialidade, em equipes multiprofissionais na elaboração, análise e implantação de programas e projetos; 04. Auxilia nos estudos de controle dos tributos municipais: impostos, taxas e as contribuições de melhoria; 05. Auxilia no planejamento e organização de todos os métodos e procedimentos referentes à eficiência operacional e à obediência às diretrizes administrativas, registros contábeis e financeiros; 06. Auxilia na elaboração de uma projeção de receitas anuais, facilitando a tomada de decisão para a administração; 07. Auxilia na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas; 08. Fornece dados estatísticos e apresenta relatório de suas atividades; e 09. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.  
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL  
Portador de Diploma de Conclusão de Curso de 2º Grau com cursos específicos na área de atuação.



**DESCRIÇÃO DO CARGO**  
**CATEGORIA FUNCIONAL**  
**NÍVEL****GRUPO B****AUXILIAR DE VETERINÁRIO -ATIVIDADES TÉCNICAS NÍVEL MÉDIO-ATM****DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Atividades de nível médio, de natureza operacional, envolvendo serviços específicos de saúde animal, realizando tarefas auxiliares de orientação, controle, estudos e execução de trabalhos relativos a agropecuária, acompanhamento de programas preventivos e curativos, supervisionado por profissional médico veterinário.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Acompanha o trabalho de orientação de estudos ou programas de profilaxia nas propriedades rurais; 02. Orienta a produção, administração e planejamento agropecuário; 03. Administra medicamentos mediante prescrição, utilizando técnica de aplicação adequada; 04. Participa na execução de programas de vacinação de acordo com esquema adotado pela secretaria Municipal de Agricultura; 05. Coleta material para exames complementares, quando indicados; 06. Notifica doenças transmissíveis; 07. Participa de atividades de vigilância epidemiológicas; 08. Auxilia na promoção de melhoramento genético dos animais, conforme conveniência dos programas municipais, procedendo a inseminação artificial, orientando a seleção das espécies ou raças mais convenientes, para assegurar o rendimento da exploração pecuárias e outras definidas pelo município; 09. Auxilia no desenvolvimento e execução de programas de nutrição animal; 10. Auxilia no controle sanitário da produção animal, destinada a indústria; 11. Auxilia no desenvolvimento de programas de piscicultura, rancultura, cunicultura, avicultura, bovinocultura e outras, definidas nos programas municipais, orientando sobre a sua produção, abate, conservação e industrialização dos mesmos para incrementar a exploração econômica e melhorar os padrões de alimentação. 12. Faz registro e relatório das atividades desenvolvidas; e 13. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de 2º Grau e notório conhecimento na área de atuação.

**DESCRIÇÃO DO CARGO**  
**CATEGORIA FUNCIONAL**  
**NÍVEL****GRUPO B****AUXILIAR CONTABILIDADE - ATIVIDADES TÉCNICAS NÍVEL MÉDIO - ATM****DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Auxilia na execução dos trabalhos inerentes a Contabilidade, na Prefeitura e nos Fundos, organizando e apurando elementos necessários ao controle e apresentação da situação patrimonial, econômica e financeira da Prefeitura.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Auxilia na organização dos serviços de contabilidade em geral, traçando o plano de contas, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração para possibilitar o controle contábil e orçamentário; 02. Executa os lançamentos contábeis, a escrituração geral como: Diário, Caixa, Empenhos, Ordem de pagamentos, Conta Bancos, Razão, Conta corrente, Registro de inventário, atentando para a transcrição correta dos dados contidos nos documentos originais, valendo-se dos sistemas e para fazer cumprir as exigências legais e administrativas; 03. Controla e executa os trabalhos de conciliação de contas, conferindo saldos, localizando e retificando possíveis erros para assegurar a correção das operações contábeis; 04. Proceda a classificação de despesas, analisando a natureza das mesmas para apropriar custos de bens e serviços; 05. Efetua os cálculos de reavaliação do ativo e de depreciação de veículos, máquinas, móveis e instalações, baseando-se nos índices adequados a cada caso para atender as disposições legais pertinentes; 06. Elabora balancetes, balanços e demonstrações contábeis, aplicando as técnicas apropriadas para apresentar resultados parciais e totais, da situação patrimonial, econômica e financeira da Prefeitura e seus Fundos, transcrevendo dados estatísticos, fornecendo os elementos contábeis necessários aos relatórios da administração; 07. Elabora prestação de contas ao Tribunal de contas do Estado e órgãos repassadores de recursos ao Município e seus Fundos; 08. Elabora a resposta à diligências e relatórios de auditoria, emitidos pelo TCE; 09. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de 2º Grau.

DESCRIÇÃO DO CARGO	CATEGORIA FUNCIONAL	GRUPO B	NÍVEL
TESOUREIRO -	ATIVIDADES TÉCNICAS	NÍVEL MÉDIO	-
ATM			
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executa os trabalhos inerentes a Tesouraria, na Prefeitura e nos Fundos, organizando e apurando elementos necessários ao controle financeiro da Prefeitura.			
DESCRIÇÃO DETALHADA: 01. Desenvolve atividades de controle das finanças da municipalidade, compreendendo o controle de: caixa, contas bancárias, aplicações e resgates, pagamentos, cobranças de tributos e demais taxas e impostos da municipalidade; 02. Desenvolve atividades de preenchimento e arquivamento de guias, formulários, empenhos, ordens de pagamentos; 03. Mantém sob controle e informa o Secretário da Fazenda, sobre todas as movimentações financeiras do município; 04. Auxilia na organização dos serviços de contabilidade em geral; 05. Executa os lançamentos contábeis, a escrituração geral como: Diário, Caixa, Empenhos, Ordem de pagamentos, Extra-Caixa, Conta Bancos, Razão, Conta corrente, Registro de inventário, atentando para a transcrição correta dos dados contidos nos documentos originais, valendo-se dos sistemas e para fazer cumprir as exigências legais e administrativas; 06. Controla e executa os trabalhos de conciliação de contas, conferindo saldos, localizando e retificando possíveis erros para assegurar a correção das operações contábeis; 07. Procede a classificação de despesas, analisando a natureza das mesmas para apropriar custos de bens e serviços; 08. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.			
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL Portador de Diploma de Conclusão de 2º Grau.			

DESCRIÇÃO DO CARGO	CATEGORIA FUNCIONAL	GRUPO C	NÍVEL
AUXILIAR ADMINISTRATIVO -	SERVIÇOS AUXILIARES	-	SAU
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executa atividades auxiliares na administração em geral.			
DESCRIÇÃO DETALHADA: 01. Desenvolve atividades de atendimento ao público; 02. Desenvolve atividades de datilografia, digitação, arquivamento em geral, atividades relacionadas ao registro, controle e preenchimento e arquivamento de documentos. 04. Desenvolve toda e qualquer atividade burocrática e serviço auxiliar administrativo; 05. Desenvolve atividades auxiliares no setor administrativo, pessoal, patrimônio, compras, finanças, controles internos e externos, identificação, protocolo, em todas as secretarias; 06. Desenvolve atividades de elaboração de documentos, correspondências, ofícios e outros, atinentes ao setor; 07. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.			
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL Portador de Diploma de Conclusão de 2º Grau.			

DESCRIÇÃO DO CARGO	CATEGORIA FUNCIONAL	GRUPO C	NÍVEL
RECEPCIONISTA -	SERVIÇOS AUXILIARES	-	SAU
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executa atividades inerentes a recepção e atendimento ao público.			
DESCRIÇÃO DETALHADA: 01. Desenvolve atividades de atendimento ao público; 02. Desenvolve atividades de datilografia, digitação, arquivamento em geral, atividades relacionadas ao registro, controle e preenchimento e arquivamento de documentos. 04. Desenvolve atividades de ligações telefônicas, controle das ligações efetuadas e recebidas, agenda recados; 05. Desenvolve atividades de encaminhamento do público aos diversos setores da administração; 06. Desenvolve atividades de atendimento ao fax-símile e fotocopiadora, identificação, protocolo, em todas as secretarias; 06. Desenvolve atividades de elaboração de documentos, correspondências, ofícios e outros, atinentes ao setor; 07. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.			
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL Portador de Diploma de Conclusão de 2º Grau.			
DESCRIÇÃO DO CARGO	CATEGORIA FUNCIONAL	GRUPO C	NÍVEL
VIGIA -	SERVIÇOS AUXILIARES	-	SAU
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Desenvolve trabalhos de vigilância diurna ou noturna dos prédios, veículos e patrimônio da Prefeitura Municipal.			
DESCRIÇÃO DETALHADA: 01. Executa ronda diurna ou noturna nas dependências de edifícios e áreas adjacentes, conforme determinação da administração; 02. Verifica se as portas e janelas, portões e outras vias de acesso estão fechadas corretamente; 03. Controla a movimentação de veículos, pessoas e materiais, fazendo as devidas anotações; 04. Comunica por escrito ao superior imediato, as ocorrências em seu setor de trabalho; 05. Registra sua passagem pelos postos de controle, acionando o relógio especial de ponto, para comprovar a regularidade de sua ronda; 06. Aciona alarmes em caso de sinistro ou assaltos; 07. Desempenha outras atividades compatíveis com o cargo.			
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL Portador de Diploma de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação.			

**DESCRIÇÃO DO CARGO**  
**CATEGORIA FUNCIONAL**  
**NÍVEL**

GRUPO C

ATENDENTE DE BIBLIOTECA - SERVIÇOS AUXILIARES -  
SAU

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Executa atividades inerentes a recepção e atendimento ao público, nas bibliotecas públicas do município.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Desenvolve atividades de atendimento ao público; 02. Desenvolve atividades de datilografia, digitação, arquivamento em geral, atividades relacionadas ao registro, controle e preenchimento e arquivamento de documentos. 03. Desenvolve atividades de registro dos livros, revistas, vídeos, CDs, K7, periódicos, catalogando os mesmos segundo orientações e padrões estabelecidos; 04. Desenvolve atividades de atendimento ao público, em especial escolares, orientando os mesmos no sentido do cuidado e da observância da data de devolução do material emprestado; 05. Desenvolve atividades de auxílio aos estudantes, na procura do material necessário para as suas pesquisas; 06. Desenvolve atividades de controle do material cedido para pesquisa ou leitura; 07. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de 2º Grau.

**DESCRIÇÃO DO CARGO**  
**CATEGORIA FUNCIONAL**  
**NÍVEL**

GRUPO C

MERENDEIRA - SERVIÇOS AUXILIARES -  
SAU

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Executa de atividades inerentes a elaboração da merenda escolar, atendimento aos alunos nas escolas municipais, no que tange a alimentação, limpeza e higiene.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Desenvolve atividades de confecção da alimentação escolar, da rede municipal de ensino, seguindo rigorosamente um cardápio elaborado por nutricionista e exigido pela Secretaria municipal de educação; 02. Desenvolve atividades de limpeza e higiene de toda a área abrangente do núcleo escolar, onde estiver lotada; 03. Desenvolve atividades de controle do estoque, zelando pela correta estocagem, manutenção e validade dos produtos; 04. Comunica a Secretaria Municipal de Educação com antecedência a possível falta de produtos ou o vencimento de sua validade; 05. Confere no ato de recebimento, a qualidade, quantidade e vencimento dos produtos destinados à merenda escolar, como também produtos de limpeza e higiene, comunicando imediatamente ao superior imediato, as possíveis irregularidades; 06. Desenvolve as mesmas atividades quando convocada para acompanhar excursões ou representações esportivas ou culturais, ou ainda quando a escola realiza passeios com os alunos, definidas pela Secretaria Municipal de Educação; 07. Faz previsão de equipamentos ou material permanente, necessários para realizar um trabalho de qualidade; 08. Zela pela manutenção dos equipamentos, aparelhos, móveis, utensílios e outros materiais existentes na escola, comunicando imediatamente ao superior imediato, a necessidade de reforma ou manutenção necessária; 09. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Diploma de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação.

**DESCRIÇÃO DO CARGO**  
**CATEGORIA FUNCIONAL**  
**NÍVEL**

GRUPO C

AUXILIAR MANUTENÇÃO DA HIDRÁULICA SERVIÇOS AUXILIARES  
SAU

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Executa trabalhos de controle, manutenção e limpeza da água e instalações da hidráulica municipal, bem como consertos e implantação de novas ligações de água, sob orientação de um profissional responsável.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Auxilia na execução de trabalhos de limpeza, controle, manutenção da água e das instalações da hidráulica municipal, determinados pela chefia imediata, em conformidade com as necessidades municipais; 02. Zela pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos da Prefeitura, apontando possíveis consertos necessários, providenciando se for o caso e após autorizado, a sua execução; 03. Efetua limpeza e higiene nas dependências internas e externas dos prédios e instalações da hidráulica municipal; 04. Executa a conservação, manutenção e consertos de redes de água potável; 05. Faz a leitura do consumo de água dos municípios, conforme a marcação dos hidrômetros; 06. Efetua a correção da água, tornando-a potável para o consumo humano, após análises feitas com as devidas recomendações técnicas, feitas por profissional da área; 07. Executa serviços relacionados com manutenção e conservação dos produtos químicos utilizados para a purificação da água; 08. Auxilia na instalação e manutenção de redes de esgoto e hidráulicas; 10. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação.

DESCRIÇÃO DO CARGO	GRUPO D
CATEGORIA FUNCIONAL	
NÍVEL	
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – TRANSP. E SERVIÇOS GERAIS	TSG
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executa trabalhos braçais em geral.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: 01. Executa trabalhos braçais em geral, em quaisquer locais determinados pela chefia imediata, fixa ou temporária e de conformidade com as necessidades municipais; 02. Zela pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos da Prefeitura, apontando possíveis consertos necessários, providenciando se for o caso e após autorizado, a sua execução; 03. Efetua limpeza e higiene nas dependências internas e externas dos prédios e instalações da Prefeitura; 04. Executa a conservação e limpeza de áreas verdes, jardins, praças, placas, gramados, vias públicas, logradouros, parques infantis, e locais públicos; 05. Auxilia na recolha e transporte do lixo da cidade até o local de destino; 06. Auxilia nas tarefas de pavimentação de ruas e logradouros públicos, nos serviços de assentamento e colocação de meios-fios, pedras irregulares e ou asfalto; 07. Executa serviços relacionados com manutenção e conservação do cemitério; 08. Auxilia nos serviços gerais do horto florestal municipal, no que tange a limpeza, preparo dos canteiros, semeadura, plantio, replantio, irrigação e distribuição das mudas, conforme cronograma e orientação da Secretaria Municipal de Agricultura; 09. Auxilia nas construções em alvenaria ou madeira, utilizando equipamentos adequados e prescritos; 10. Auxilia na instalação e manutenção de redes de esgoto e hidráulicas; 11. Acompanha a equipe de máquinas e equipamentos na conservação e ou abertura de estradas municipais; e 09. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.</p> <p>HABILITAÇÃO PROFISSIONAL Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação.</p>	

DESCRIÇÃO DO CARGO	GRUPO D
CATEGORIA FUNCIONAL	
NÍVEL	
AGENTE OPERACIONAL – TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS	TSG
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executa trabalhos braçais em geral.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: 01. Executa trabalhos braçais em geral, em quaisquer locais determinados pela chefia imediata, fixa ou temporária e de conformidade com as necessidades municipais; 02. Zela pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos da Prefeitura, apontando possíveis consertos necessários, providenciando se for o caso e após autorizado, a sua execução; 03. Efetua limpeza e higiene nas dependências internas e externas dos prédios e instalações da Prefeitura; 04. Executa a conservação e limpeza de áreas verdes, jardins, praças, placas, gramados, vias públicas, logradouros, parques infantis, e locais públicos; 05. Auxilia na recolha e transporte do lixo da cidade até o local de destino; 06. Auxilia nas tarefas de pavimentação de ruas e logradouros públicos, nos serviços de assentamento e colocação de meios-fios, pedras irregulares e ou asfalto; 07. Executa serviços relacionados com manutenção e conservação do cemitério; 08. Auxilia nos serviços gerais do horto florestal municipal, no que tange a limpeza, preparo dos canteiros, semeadura, plantio, replantio, irrigação e distribuição das mudas, conforme cronograma e orientação da Secretaria Municipal de Agricultura; 09. Auxilia nas construções em alvenaria ou madeira, utilizando equipamentos adequados e prescritos; 10. Auxilia na instalação e manutenção de redes de esgoto e hidráulicas; 11. Acompanha a equipe de máquinas e equipamentos na conservação e ou abertura de estradas municipais; e 09. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.</p> <p>HABILITAÇÃO PROFISSIONAL Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação.</p>	

DESCRIÇÃO DO CARGO	GRUPO D
CATEGORIA FUNCIONAL	
NÍVEL	
ARTÍFICE PEDREIRO – TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS	TSG
<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Executa trabalhos de reformas, conservação, manutenção e construção em geral.</p> <p>DESCRIÇÃO DETALHADA: 01. Executa trabalhos de pedreiro ou carpinteiro, em quaisquer locais determinados pela chefia imediata, fixa ou temporária e de conformidade com as necessidades municipais; 02. Zela pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos da Prefeitura, apontando possíveis consertos necessários, providenciando se for o caso e após autorizado, a sua execução; 03. Executa tarefas de pavimentação de ruas e logradouros públicos, nos serviços de assentamento e colocação de meios-fios, pedras irregulares, calçadas e passeios, ou asfalto; 04. Executa serviços relacionados com manutenção e conservação do cemitério; 05. Executa construções em alvenaria ou madeira, utilizando equipamentos adequados e prescritos; 06. Auxilia na instalação e manutenção de redes de esgoto e hidráulicas; 07. Executa serviços de construção de pontes, pontilhões e bueiros e 08. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.</p> <p>HABILITAÇÃO PROFISSIONAL Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação.</p>	

DESCRIÇÃO DO CARGO	GRUPO D
CATEGORIA FUNCIONAL	
NÍVEL	
MECÂNICO – TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS TSG	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Supervisiona e executa serviços de reformas, conservação, manutenção em geral nos veículos e equipamentos de quaisquer marca, porte ou ano de fabricação.	
DESCRIÇÃO DETALHADA: 01. Supervisiona e executa a desmontagem e montagem dos componentes mecânicos dos veículos e equipamentos na frota municipal, para a sua recuperação; 02. Socorre veículos e ou equipamentos, avariados no percurso ou no seu local de trabalho; 03. Zela pelos materiais e ferramentas de sua utilização; 04. Faz previsão de material e equipamentos necessários para a execução de seu trabalho; 05. Faz relatório ao superior imediato das possíveis causas de estragos acontecidos com veículos e ou equipamentos; 06. Procede o controle individual de cada equipamento ou veículo para a efetiva troca de óleo lubrificante, hidráulico, abastecimento e lubrificação; e 08. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.	
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento e cursos específicos na área de atuação e carteira nacional de habilitação.	

DESCRIÇÃO DO CARGO	GRUPO D
CATEGORIA FUNCIONAL	
NÍVEL	
MOTORISTA VEICULO LEVE – TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS TSG	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Conduz e conserva veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e pequenas cargas, com veículos utilitários.	
DESCRIÇÃO DETALHADA: 01. Dirige veículos oficiais, transportando pessoas e pequenas cargas; 02. Zela pelo abastecimento, conservação, manutenção e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; 03. Efetua pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; 04. Comunica ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com o veículo; 05. Procede o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; 06. Procede ao mapeamento de viagens, identificando usuários, destino, quilometragem, horário de saída e chegada; 07. Trata os passageiros com respeito e urbanidade; 08. Mantém atualizada a sua carteira Nacional de Habilitação e toda a documentação do veículo; 09. Atende as necessidades de deslocamento a serviço, segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências; e 08. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.	
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação e Carteira Nacional de Habilitação	
DESCRIÇÃO DO CARGO	GRUPO D
CATEGORIA FUNCIONAL	
NÍVEL	
MOTORISTA DE AMBULÂNCIA – TRANSP. E SERVIÇOS GERAIS TSG	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Conduz e conserva veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e pequenas cargas, com veículos e utilitários considerados ou designados como ambulância.	
DESCRIÇÃO DETALHADA: 01. Dirige veículos oficiais, transportando pessoas e pequenas cargas; 02. Zela pelo abastecimento, conservação, manutenção e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; 03. Efetua pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; 04. Comunica ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com o veículo; 05. Procede o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; 06. Procede ao mapeamento de viagens, identificando usuários, destino, quilometragem, horário de saída e chegada; 07. Trata os passageiros com respeito e urbanidade; 08. Mantém atualizada a sua carteira Nacional de Habilitação e toda a documentação do veículo; 09. Atende as necessidades de deslocamento a serviço, segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências; e 08. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.	
HABILITAÇÃO PROFISSIONAL Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação, com curso específico de primeiros socorros, direção defensiva e Carteira Nacional de Habilitação.	

DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL  
NÍVEL

GRUPO D

MOTORISTA VEICULO PESADO – TRANSPORTESE SERVIÇOS GERAIS  
TSG

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Conduz e conserva veículos motorizados no transporte oficial de cargas.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Dirige veículos oficiais, transportando, cargas e materiais; 02. Zela pelo abastecimento, conservação, manutenção e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; 03. Efetua pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; 04. Comunica ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com o veículo; 05. Procede o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; 06. Procede ao mapeamento de viagens, identificando destino, quilometragem, horário de saída e chegada; 07. Trata os munícipes com respeito e urbanidade; 08. Mantém atualizada a sua carteira Nacional de Habilitação e toda a documentação do veículo; 09. Atende as necessidades de deslocamento a serviço, segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências; e 08. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação e Carteira Nacional de Habilitação específica.

DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL  
NÍVEL

GRUPO D

MOTORISTA DE PASSAGEIROS – TRANSP. SERVIÇOS GERAIS TSG

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Conduz e conserva veículos motorizados no transporte oficial de passageiros e cargas.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Dirige veículos oficiais, transportando pessoas, cargas e materiais; 02. Zela pelo abastecimento, conservação, manutenção e limpeza do veículo sob sua responsabilidade; 03. Efetua pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade; 04. Comunica ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com o veículo; 05. Procede o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; 06. Procede ao mapeamento de viagens, identificando usuários, destino, quilometragem, horário de saída e chegada; 07. Trata os passageiros com respeito e urbanidade; 08. Mantém atualizada a sua carteira Nacional de Habilitação e toda a documentação do veículo; 09. Atende as necessidades de deslocamento a serviço, segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências; e 08. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação com Carteira Nacional de Habilitação categoria "E" específica para transporte de passageiros, cursos de direção defensiva e outros correlatos.

DESCRIÇÃO DO CARGO  
CATEGORIA FUNCIONAL  
NÍVEL

GRUPO D

OPERADOR EQUIPAMENTO LEVE – TRANSP. SERVIÇOS GERAIS TSG

**DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Opera máquinas e equipamentos leves, tais como: Trator de pneus, máquinas agrícolas, distribuidor de esterco líquido, ensiladeiras, distribuidor de calcário, distribuidor de água e outros similares.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Realiza serviços de distribuição de esterco líquido, distribuição de calcário e esterco seco, faz silagem em forragem e grão úmido, transporta o produto até o local indicado pelo agricultor, conforme orientação técnica e programado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Transportes e obras; 02. Zela pelo abastecimento, conservação, manutenção e limpeza do equipamento sob sua responsabilidade; 03. Efetua pequenos reparos no equipamento sob sua responsabilidade; 04. Comunica ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com o equipamento; 05. Procede o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; 06. Procede o mapeamento de viagens, identificando usuários, destino, horário de saída e chegada, horas trabalhadas; 07. Trata os munícipes com respeito e urbanidade; 08. Mantém atualizada a sua carteira Nacional de Habilitação; 09. Atende as necessidades de deslocamento a serviço, segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências; e 08. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação e Carteira Nacional de Habilitação



**DESCRIÇÃO DO CARGO**  
**CATEGORIA FUNCIONAL**  
**NÍVEL****GRUPO D****OPERADOR EQUIPAMENTO PESADO – TRANSP. SERVIÇOS GERAIS**  
**TSG****DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Opera máquinas e equipamentos de grande porte, executando serviços de terraplanagem, escavação, carregamento, transporte, compressão, nivelamento, abertura de estradas açudes, abertura de valas, buracos e outros serviços pertinentes a equipamentos de grande porte.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Realiza serviços de terraplanagem, remoção, distribuição e nivelamento de superfícies, cortes de barrancos, acabamentos, abertura de valas e buracos e outros; 02. Realiza serviços de escavação, cortes, açudes, aterros, manutenção e abertura de estradas e acessos; 03. Realiza carregamento de caminhões e basculantes; 04. Opera equipamentos rodoviários de grande porte, como trator de esteiras, motoniveladora, carregadeira, retroescavadeira, rolo compactador e outros similares definidos como de grande porte; 05. Presta serviços de reboque e enterro de animais; 06. Zela pelo abastecimento, conservação, manutenção e limpeza do equipamento sob sua responsabilidade; 07. Efetua pequenos reparos no equipamento sob sua responsabilidade; 08. Comunica ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com o equipamento; 09. Procede o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral; 10. Procede o mapeamento de viagens, identificando usuários, destino, horário de saída e chegada, horas trabalhadas; 07. Trata os munícipes com respeito e urbanidade; 08. Mantém atualizada a sua carteira Nacional de Habilitação; 09. Atende as necessidades de deslocamento a serviço, segundo determinação dos usuários, registrando as ocorrências; e 08. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação e Carteira Nacional de Habilitação

**DESCRIÇÃO DO CARGO**  
**CATEGORIA FUNCIONAL**  
**NÍVEL****GRUPO D****AGENTE DE MANUTENÇÃO DA HIDRÁULICA**  
**TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS**  
**TSG****DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Executa trabalhos de controle, manutenção e limpeza da água e instalações da hidráulica municipal, bem como consertos e implantação de novas ligações de água, sob orientação de um profissional responsável.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Executa trabalhos de limpeza, controle, manutenção da água e das instalações da hidráulica municipal, determinados pela chefia imediata, em conformidade com as necessidades municipais; 02. Zela pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos da Prefeitura, apontando possíveis consertos necessários, providenciando se for o caso e após autorizado, a sua execução; 03. Efetua limpeza e higiene nas dependências internas e externas dos prédios e instalações da hidráulica municipal; 04. Executa a conservação, manutenção e consertos de redes de água potável; 05. Faz a leitura do consumo de água dos munícipes, conforme a marcação dos hidrômetros; 06. Efetua a correção da água, tornando-a potável para o consumo humano, após análises feitas com as devidas recomendações técnicas, feitas por profissional da área; 07. Executa serviços relacionados com manutenção e conservação dos produtos químicos utilizados para a purificação da água; 08. Apresenta relatório mensal ou quando solicitado, do material e produtos químicos necessários para a realização dos trabalhos e ou em estoque; 09. Auxilia na instalação e manutenção de redes de esgoto e hidráulicas; 10. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação.

**DESCRIÇÃO DO CARGO**  
**CATEGORIA FUNCIONAL**  
**NÍVEL****GRUPO D****MESTRE EM EDIFICAÇÕES – TRANSPORTES E SERVIÇOS GERAIS**  
**TSG****DESCRIÇÃO SUMÁRIA:**

Supervisiona e executa trabalhos de reformas, conservação, manutenção e construção em geral, relativos a função de: carpinteiro, marceneiro, pedreiro.

**DESCRIÇÃO DETALHADA:**

01. Supervisiona e executa trabalhos de pedreiro, carpinteiro, marceneiro, encanador, eletricista em quaisquer locais determinados pela chefia imediata, fixa ou temporária e de conformidade com as necessidades municipais; 02. Zela pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos da Prefeitura, apontando possíveis consertos necessários, providenciando se for o caso e após autorizado, a sua execução; 03. Executa tarefas de pavimentação de ruas e logradouros públicos, nos serviços de assentamento e colocação de meios-fios, pedras irregulares, calçadas e passeios, ou asfalto; 04. Executa serviços relacionados com manutenção e conservação do cemitério; 05. Executa construções em alvenaria ou madeira, utilizando equipamentos adequados e prescritos; 06. Auxilia na instalação e manutenção de redes de esgoto, hidráulicas e elétricas; 07. Executa serviços de construção de pontes, pontilhões e bueiros e 08. Desenvolve outras atividades compatíveis com o cargo.

**HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

Portador de Certificado de Conclusão de 4º série do primeiro grau e ou experiência e treinamento específico na área de atuação.



## ANEXO V

## VENCIMENTO DOS CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL

A) SECRETÁRIOS MUNICIPAIS - fixado por lei de iniciativa da Câmara de Vereadores

## B) DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR - DAS

NÍVEL	PISOS	DAS 1	DAS 2	DAS 3
01	6,00	A		
02	7,00		A	
03	8,00			A

## LEGENDA:

DAS 1: Coordenador Assistência Social; Coordenador do Saneamento Básico Municipal; Coordenador dos Esportes.

DAS 2: Diretor de Departamento

DAS 3: Assessor de Gabinete

## C) DIREÇÃO E ACESSORAMENTO INTERMEDIÁRIO - DAI

NÍVEL	PISOS	DAI 1
01	3,50	A

## LEGENDA:

DAI 1: Diretor Adjunto de Departamento

## D) ATIVIDADE NÍVEL SUPERIOR – ANS

NÍVEL	PISOS	ANS 1	ANS 2	ANS 3	ANS 4	ANS 5	ANS 6
01	9,75	A					
02	10,73	B	A				
03	11,80	C	B				
04	12,98		C	A			
05	14,28			B	A		
06	15,71			C	B		
07	17,28				C		
08	17,00					A	
09	18,70					B	
10	20,57					C	
11	21,00						A
12	23,60						B
13	26,46						C

## LEGENDA:

Administrador, Técnico Tributário e Técnico em Projetos e Convênios;

Fisioterapeuta; Farmacêutico Bioquímico, Técnico da Controladoria Interna, Nutricionista e Assistente Social;

Contador Geral; Médico Veterinário, Engenheiro Agrônomo e Psicólogo;

Enfermeiro;

Odontólogo;

Médico

## E) SERVIÇOS AUXILIARES – SAU

NÍVEL	PISOS	SAU 1
01	3,00	A
02	3,30	B
03	3,63	C

## LEGENDA:

Recepcionista; Vigia; Atendente de Biblioteca; Merendeira, Auxiliar de Manutenção Hidráulica e Auxiliar Administrativo.

## F) ATIVIDADE DE NÍVEL MÉDIO – ATM

NÍVEL	PISOS	ATM 1	ATM 2	ATM 3
01	3,90	A		

02	4,29	B		
03	4,72	C	A	
04	5,19		B	
05	5,71		C	
06	6,80			A
07	7,48			B
08	8,23			C

## LEGENDA:

Técnico em Enfermagem, Agente Administrativo

Fiscal Sanitário e Epidemiológico ; Fiscal de Tributos; Auxiliar de Controladoria Interna, Auxiliar de Contabilidade, Técnico Agropecuário.

Tesoureiro; Auxiliar de Veterinário.

## G) TRANSPORTE E SERVIÇOS GERAIS - TSG

NÍVEL	PISOS	TSG 1	TSG 2	TSG 3	TSG 4
01	3,00	A			
02	3,30	B			
03	3,63	C			
04	3,90		A		
05	4,29		B		
06	4,72		C	A	
07	5,19			B	
08	5,71			C	
09	5,90				A
10	6,49				B
11	7,14				C

## LEGENDA:

Auxiliar de Serviços Gerais; Agente Operacional; Artífice Pedreiro; Motorista de Veículo Pesado; Motorista de Veículo de Passageiros; Operador de Equipamento Leve; Agente de Manutenção de Hidráulica, Motorista de Veículo Leve

Operador de Equipamento Pesado;

Mestre em Edificações, Motorista de Ambulância, Mecânico Geral.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

**Decreto Nº 1354/2010 de 16 de dezembro de 2010.**

Decreto nº 1354/2010 de 16 de dezembro de 2010.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº. 960/2009, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, as disposições da Lei Orgânica Municipal, da Lei 960/2009,

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 960 de 17 de dezembro de 2009, e a Lei nº 1.021 de 29 de outubro de 2010, para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Órgão: 01.00 PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

Unidade: 01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Proj./Ativ. 01.031.0001.2.001 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo

3.1.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 7.000,00

TOTAL R\$ 7.000,00



Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Órgão: 01.00 PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL  
Unidade: 01.01 CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES  
Proj./Ativ. 01.031.0001.2.001 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo  
3.3.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 7.000,00  
TOTAL R\$ 7.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 16 de dezembro de 2010.  
ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado  
em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna.

### **Decreto Nº 1355/2010 de 16 de dezembro de 2010.**

Decreto nº 1355/2010 de 16 de dezembro de 2010.  
Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), alterando a Lei Orçamentária nº. 960/2009, e contém outras providências.  
ENOÍ SCHERER, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, as disposições da Lei Orgânica Municipal, da Lei 960/2009,  
Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 960 de 17 de dezembro de 2009, e a Lei nº 1.021 de 29 de outubro de 2010, para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Órgão: 04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade: 04.10 CULTURA E TURISMO  
Proj./Ativ. 27.813.0019.1.013 Construção, Ampliação e Conservação da Praça Pública Municipal  
4.9.90.00.00.00.00.0126 Aplicações Diretas 50.000,00  
Órgão: 07.00 SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
Unidade: 07.01 INDÚSTRIA E COMÉRCIO  
Proj./Ativ. 22.662.0014.2.046 Aquisição de Imóvel e Construção de Área Industrial  
4.9.90.00.00.00.00.0126 Aplicações Diretas 100.000,00  
TOTAL R\$ 150.000,00

Art. 2º Servirá de recursos para o que trata o artigo anterior, o excesso de arrecadação causado nestas fontes de recurso em decorrência do repasse dos Convênios firmados com o Estado através da SDR.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 16 de dezembro de 2010.  
ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal

Este Decreto foi publicado

em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna.

## **Turvo**

### **PREFEITURA MUNICIPAL**

#### **Lei 2047/2010**

LEI NO 2.047/10, de 16 de dezembro de 2010.  
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.266/97, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1997

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O caput do art. 3º e art. 9º da Lei 1.266/97, de 28 de novembro de 1997, que institui o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, o Núcleo de Controle de Qualidade e dá outras providências, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar de Turvo será composto pelos seguintes membros:

I - 01 (um) representante indicado pelo Poder Executivo Municipal;  
II - 02 (dois) representantes dentre docentes, discentes e/ou trabalhadores da Educação, eleitos pelo respectivo órgão de classe;  
III - 02 (dois) representantes de pais de alunos, eleitos pelos Conselhos Escolares, Associação de Pais e Mestres ou entidades similares;  
IV - 02 (dois) representantes eleitos pelas sociedades civis organizadas.

Art. 9º. O mandato dos membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar será de 04 (quatro) anos. "

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Turvo(SC), 16 de dezembro de 2010.  
RONALDO CARLESSI  
Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO  
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

#### **Lei 2048/2010**

LEI NO 2.048/10, de 16 de dezembro de 2010.  
AUTORIZA O MUNICIPIO DE TURVO A FIRMAR CONVENIO COM A CIDASC

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Turvo autorizado a firmar convênio com a Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, para fins de dar suporte à execução de ações de inspeção de produtos de origem animal, no âmbito do Município de Turvo.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Turvo(SC), 16 de dezembro de 2010.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Lei 2049/2010

Lei nº 2.049/10, de 16 de dezembro de 2010.

CONCEDE CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA À ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE TURVO, ERMO, MELEIRO, MORRO GRANDE E TIMBE DO SUL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a firmar convênio com a finalidade de repassar contribuição financeira a Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de Turvo, Ermo, Meleiro, Morro Grande e Timbé do Sul, CNPJ nº 11.367.626/0001-57, no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), divididos em 24 parcelas mensais de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), durante os meses de janeiro de 2011 a dezembro de 2012, visando o pagamento dos bombeiros comunitários profissionais e a manutenção de suas atividades.

Parágrafo Único. A entidade beneficiada sujeita-se à aplicação dos recursos dentro de suas finalidades estatutárias e específicas no Plano de Trabalho e a sua prestação de contas em conformidade com as normas vigentes e as exigências desta Prefeitura.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 16 de dezembro de 2010.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

### Lei 2050/2010

Lei nº 2.050/10, de 16 de dezembro de 2010.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.813/06, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2006

O Prefeito Municipal de Turvo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O § 3º do art. 1º da Lei nº 1.813/2006, de 21 de dezembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:  
"Art. 1º.

§ 3º. Sob pena de reversão aos doadores, a construção do Fórum deverá ser iniciada até 31 de dezembro de 2011."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo(SC), 16 de dezembro de 2010.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Lei nesta Secretaria na data supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças - designado.

## Videira

### CÂMARA DE VEREADORES

### Portaria Nº 20/2010

PORTARIA Nº 20/2010

Nomeia DAIANE SIMIONATTO para o Cargo de Provimento Efetivo de Contador conforme a Lei nº 2.315/2010, e dá outras providências.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento efetivo de Contador, nível alfabético CE-4, código 004, com carga horária semanal de 10 (dez) horas, tendo em vista a sua aprovação no Concurso Público da Câmara, referente ao Edital nº 001/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, com efeitos para contratação a partir do dia 1º de fevereiro de 2011

Videira, 21 de dezembro de 2010.

MARIA ENEIDA FURLIN DRESCH

Presidente

NARCISIO KUMM

Vice-Presidente

NÉDIO MARTINS

1º Secretário

### Portaria Nº 21/2010

PORTARIA Nº 21/2010

Nomeia EZEQUIEL CARLOS DE OLIVEIRA para o Cargo de Provimento Efetivo de Técnico de Nível Superior conforme a Lei nº 2.315/2010, e dá outras providências.

A mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores de Videira, no uso das suas atribuições, resolve:

Art. 1º. Nomear para o cargo de provimento efetivo de técnico de nível superior, nível alfabético CE-3, código 003, com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, tendo em vista a sua aprovação no Concurso Público da Câmara, referente ao Edital nº 001/2010.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, com efeitos para contratação a partir do dia 1º de fevereiro de 2011.

Videira, 21 de dezembro de 2010.

MARIA ENEIDA FURLIN DRESCH

Presidente

NARCISIO KUMM

Vice-Presidente

NÉDIO MARTINS

1º Secretário

# Consórcios

## CISAM

### Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Novembro/2010

#### Santa Catarina

#### CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	18.438,45	Despesa Orçamentária	2.367,66
RECEITA PATRIMONIAL	1.755,03	Despesas exceto Intra-orçamentárias	2.367,66
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.656,55	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.367,66
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	8.026,87		
Receita Extra - Orçamentária	2.399,61	Despesa Extra - Orçamentária	2.431,56
DEPÓSITOS	31,95	DEPÓSITOS	63,90
CONSIGNAÇÕES	31,95	CONSIGNAÇÕES	63,90
TESOURO NACIONAL	31,95	TESOURO NACIONAL	63,90
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.367,66	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.367,66
OBRIGAÇÕES A PAGAR	2.367,66	OBRIGAÇÕES A PAGAR	2.367,66
FORNECEDORES	2.367,66	FORNECEDORES	2.367,66
Saldos anteriores	265.479,55	Saldos atuais	281.518,39
BANCO C/ MOVIMENTO	265.479,55	BANCO C/ MOVIMENTO	281.518,39
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	286.317,61	Total	286.317,61

Capinzal, 09/12/2010

MARIZA BRESSAN DE MORAES  
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

LEONIR BOARETTO  
PRESIDENTE

**Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Outubro/2010****Santa Catarina****CONSORCIO INTERM. SANEAMENTO AMBIENTAL-MEIO OESTE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Outubro/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	17.667,16	Despesa Orçamentária	2.774,10
RECEITA PATRIMONIAL	1.645,54	Despesas exceto Intra-orçamentárias	2.774,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	8.656,55	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.774,10
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	7.365,07		
Receita Extra - Orçamentária	2.806,05	Despesa Extra - Orçamentária	2.774,10
DEPÓSITOS	31,95	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.774,10
CONSIGNAÇÕES	31,95	OBRIGAÇÕES A PAGAR	2.774,10
TESOURO NACIONAL	31,95	FORNECEDORES	2.774,10
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	2.774,10		
OBRIGAÇÕES A PAGAR	2.774,10		
FORNECEDORES	2.774,10		
Saldos anteriores	250.554,54	Saldos atuais	265.479,55
BANCO C/ MOVIMENTO	250.554,54	BANCO C/ MOVIMENTO	265.479,55
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
Total	271.027,75	Total	271.027,75

Capinzal, 05/11/2010

MARIZA BRESSAN DE MORAES  
Téc.Contab. 1 SC-017818-O-1

LEONIR BOARETTO  
PRESIDENTE